V PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

Das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras



ANDIFES 30 ANOS EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE

FONAPRACE

Forum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

ANDIFES

Reitor Reinaldo Centoducatte (UFES)
Presidente

Reitor João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA)
1º Vice-Presidente

Reitora Margarida de Aquino Cunha (UFAC)
Suplente

Reitor Edward Madureira Brasil (UFG)
2º Vice-Presidente

Reitora Cleuza Maria Sobral Dias (FURG)
Suplente

Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Secretário Executivo

Equipe ANDIFES
Ana Claudia da Cruz Lisboa
Carlos Antônio Martins
Cintia Matos Palma
Douglas Kellweyn de Araujo Garcia
Eliandra Alves de Souza
Erivan de Almeida Ribeiro
Lívia de Oliveira Miranda Leite

FONAPRACE

César Augusto Da Ros – UFRRJ
Coordenador Nacional

Maria Rita de Assis César – UFPR
1º Vice-Coordendora

Manuel Antônio de Andrade Furtado Neto – UFC
2ª Vice-Coordenador

Mônica Cristina Barbosa Pereira – UFAM
1ª Secretária

Maísa Miralva da Silva – UFG
2º Secretário

OBSERVATÓRIO FONAPRACE

Suzi Alves Camey – UFRGS
Coordenadora

Aline Souza Araújo – UNIFAL

Erivã Garcia Velasco – UFMT

Josimeire de Omena Leite – UFAL

Maisa Miralva da Siva – UFG

Márcia Cristina de Oliveira – CEFET – RJ

Maria Goretti da Fonseca – UFRB

Monica Cristina Barbosa Pereira – UFAM

Noriel Viana Pereira - UFU

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Valder Steffen Júnior
Reitor

Orlando César Mantese
Vice-Reitor

Edilson José Graciolli
Diretor do Instituto de Ciências Sociais

Patrícia Vieira Trópia
Coordenadora Geral

Leonardo Barbosa e Silva
Vice-Coordenador

Projeto gráfico e diagramação
Lorraine Santana

V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018

Idealização
Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE

Realização
Universidade Federal de Uberlândia

Coordenação Geral
Patrícia Vieira Trópia (UFU)

Vice-Coordenação
Leonardo Barbosa e Silva (UFU)

Concepção
Observatório FONAPRACE
Leonardo Barbosa e Silva (UFU) e Patrícia Vieira Trópia (UFU)

Sistema de Coleta de Dados
Alexsandro Souza Mariano (UFU) e Romualdo Mathias Filho (UFU)

Crítica e sistematização dos dados
Patrícia Vieira Trópia (UFU) e Leonardo Barbosa e Silva (UFU)

Desenho Metodológico e Expansão Amostral
André Santiago Maia (FUNDACENTRO - BA)

Relatório
Darcilene Cláudio Gomes (Pesquisadora)
Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP)
João Feres Jr. (UERJ)
Leonardo Barbosa e Silva (UFU)
Patrícia Vieira Trópia (UFU)

Secretária da Pesquisa
Fernanda Belisário

Estagiários
Jhonatan Soares (UFU)
Anna Laura Ferreira (UFU)
Marcelo Gonçalves dos Reis Filho (UFU)
Luiz Gustavo dos Reis Batista (UFU)
Samuel Silveira de Lima (UFU)

SUMÁRIO

Lista de Quadros 7
Lista de Tabelas 8
Lista de Figuras 11
Lista de Gráficos 12

1 INTRODUÇÃO 1

1.1. O contexto de expansão das IFES 2
1.2. A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior 9
1.2.1 Características gerais do universo pesquisado 9
1.2.2 Sobre o relatório 17
1.2.3 Sexo dos (as) graduandos (as) 19
1.2.4 Faixa etária dos (as) graduandos (as) 20
1.2.5 Cor ou Raça dos (as) graduandos (as) 21
1.2.6 Renda mensal familiar bruta e renda mensal familiar *per capita* dos (as) graduandos (as) 24
1.2.7 Estudantes ocupados (as) 32
1.2.8 Natureza administrativa da escola de Ensino Médio dos (as) graduandos (as) 34
1.2.9 Região Geográfica de *campi* dos (as) graduandos (as) 35
1.2.10 Ano de ingresso dos (as) graduandos (as) 35

2 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL BÁSICO 38

3 IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO 67

3.1 Moradia 68
3.1.1 O caos urbano e a dificuldade do deslocamento 83
3.1.2 O déficit de moradia estudantil 85
3.2 Trabalho e Renda 86
3.2.1 Renda no trabalho 91
3 Família 94

4 ITINERÁRIOS ESTUDANTIS E PERFIL ACADÊMICO 105

4.1 Itinerários estudantis e perfil acadêmico 106
4.2 Vida Acadêmica 110

5 ITINERÁRIOS ESTUDANTIS E CAPITAL CULTURAL 135
5.1 O ativismo 136
5.2 As fontes de informação 140
5.3 Domínio do computador 142
5.4 Domínio de línguas estrangeiras 143
5.5 Incremento Cultural 148
5.6 As dificuldades para estudar 158
5.6.1 Sobre os relacionamentos 159
5.6.2 Sobre as violências 160
5.6.3 Sobre as intolerâncias 162
5.6.4 Sobre as vulnerabilidades sociais 163
5.6.5 Sobre os problemas pedagógicos 168
5.6.6 Sobre a saúde física e mental 171
5.7 Assédio Moral 172
5.8 Evasão e trancamentos 177
5.9 Perspectivas de futuro 186

7 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS 208

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 230

9 DESENHO METODOLÓGICO DA V PESQUISA 233
9.1 A divulgação da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural 234
9.2 O processo de coleta de dados 241
9.2.1 O questionário eletrônico da V Pesquisa 241
9.2.2 Justificativa do questionário eletrônico e online 245
9.2.3 Requisitos do Sistema 245
9.2.4. Funcionalidades do sistema 246
a) Área exclusiva para IFES 246
b) Interface (API) para validação de estudantes 248
c) Ranking de participação 248
9.2.5 Questionário da pesquisa 248
9.3 Desenho amostral 254
9.3.1 Universo da pesquisa 255
9.3.2 Estratificação e alocação da amostra ... 256
9.3.3 Ponderação da amostra 260
9.3.4 Crítica e consistência dos dados 262
9.3.5 Tamanho amostral 267

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 279

11 ANEXOS 284

APRESENTAÇÃO

A realização de pesquisas para o levantamento de dados que pudessem subsidiar na criação de um programa nacional de assistência estudantil para ser implementado nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sempre esteve na agenda das preocupações do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), desde a sua fundação, em 1987, quando passou a atuar como um órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES).

Por essa razão, no período compreendido entre os anos de 1993 e 1996, o FONAPRACE foi responsável pela realização de pesquisas sobre alguns temas específicos relacionados à assistência estudantil (AES), tais como restaurante universitário, saúde, moradia estudantil.

Ao longo do tempo, nas discussões travadas nos encontros regionais e nacionais do FONAPRACE foi se consolidando a preocupação com a realização de uma pesquisa de abrangência nacional, que fosse capaz de traçar um perfil dos estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial das IFES. Neste sentido, o FONAPRACE em parceria com a ANDIFES deu início à realização de pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação. A primeira pesquisa ocorreu no ano de 1996, a segunda em 2003 e a terceira, em 2010.

A classificação econômica utilizada nestas pesquisas fundamentou-se nos critérios da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), com ênfase na estimativa do poder de compra das pessoas e famílias urbanas, em detrimento de sua classificação em termos de "classes sociais"[1]. Os resultados divulgados nessas pesquisas demonstraram que uma parcela significativa de estudantes das IFES era oriunda de famílias das classes C, D e E. Na pesquisa de 1996, os estudantes pertencentes a estas três classes atingiam 44,3% do total da amostra, em 2003, eram 42,8% do total e, em 2010 eram 43,7% do total.

Tais resultados contribuíram para desmistificar a percepção, inculcada no imaginário do senso comum, de que os estudantes das IFES seriam, em sua maioria, oriundos de famílias dos estratos econômicos mais ricos. Este argumento estava em linha com as teses defendidas em documentos publicados pelo Banco Mundial na década de 1990, de que era necessário diversificar as fontes de financiamento das universidades públicas, incluindo-se aí a cobrança de taxas e de mensalidades dos estudantes mais ricos. Estas teses estavam em sintonia com o ideário preconizado pelos ocupantes do MEC, ao longo dos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em 1996, 2003 e 2010, contribuíram também para legitimar a luta travada pelo FONAPRACE/ANDIFES em favor da criação de uma política nacional de AE junto à sociedade brasileira e às esferas governamentais. A partir dos dados da pesquisa de 1996, o FONAPRACE elaborou um plano nacional de assistência estudantil (PNAE), o qual foi encaminhado à ANDIFES, em 2001, para que este fosse apresentado ao MEC com vistas à sua implementação.

O ponto culminante desse processo de interlocução entre o FONAPRACE/ANDIFES e o MEC foi a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mediante publicação da Portaria Normativa n 39, de 12/12/2007, mais tarde transformada no Decreto 7.234 de 19/06/2010, promulgado pelo Presidente de República. A criação do PNAES representou uma conquista para todos os segmentos da sociedade brasileira empenhados na luta pela democratização do acesso e da permanência no ensino superior público, na qual garantiu-se que a AE passasse a ser concebida na perspectiva dos direitos e não mais como caridade ou favor.

1 Pelo critério de classificação econômica desenvolvido pela ABEP, as famílias podem ser enquadradas nas seguintes situações, de acordo com a renda média domiciliar aferida: A – com renda de R$ 10.386,52; B1 – com renda de R$ 10.386,52; B2 - com renda de R$ 5.363,19; C1 – com renda de R$ 2.965,69; C2 – com renda de R$ 1.691,44; D-E – com renda de R$ 708,19. In: ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – 2018 – www.abep.org – abep@abep.org (acessado em 17/06/2019).

Posteriormente, o FONAPRACE deu prosseguimento à realização de novas pesquisas, tendo realizado a IV pesquisa, em 2014 e, a V pesquisa, em 2018. Nestas pesquisas optou-se por mudar a metodologia de classificação econômica, passando-se a adotar o critério da renda familiar mensal per capita. Além disso, estas duas últimas pesquisas se destacam por serem as primeiras a serem realizadas após a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), do Sistema de Seleção Unificado (SISU), do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), possibilitando a aferição das mudanças no perfil socioeconômico e cultural dos discentes, promovidas por estas políticas públicas.

Os resultados contidos neste Relatório Final da V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES não apenas confirmam as tendências observadas no relatório da IV pesquisa, como demonstram, de maneira inequívoca, que as políticas públicas, mencionadas anteriormente, tiveram um impacto decisivo na mudança do perfil dos estudantes matriculados nas IFES, de sorte que estas passaram a espelhar a heterogeneidade presente na sociedade brasileira, atestando o êxito das políticas afirmativas adotadas.

Tal impacto pode ser observado no aumento numérico da presença de estudantes do sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígenas, cuja renda familiar mensal per capita encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas, o que atesta a importância da continuidade da alocação de recursos orçamentários para a manutenção dos programas e ações de assistência estudantil, com vistas à permanência destes públicos nas universidades.

Diante do exposto, o FONAPRACE/ANDIFES agradece a todos(as) discentes que participaram desta edição da pesquisa, assim como aos gestores e às equipes de servidores(as) de todas as IFES que contribuíram diretamente no processo de divulgação e de operacionalização da logística de coleta de dados. O FONAPRACE/ANDIFES também agradece à equipe de coordenação da pesquisa integrada por docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal de Uberlândia e de outras IFES pelo trabalho de tabulação, sistematização e análise das informações coletadas, bem como, ao apoio fundamental prestado pelos(as) integrantes do Observatório de Políticas de Assistência Estudantil.

A colaboração de todos foi decisiva para o êxito da realização da pesquisa apresentada neste relatório final, contribuindo ainda para que fosse alcançada uma amostra de 424.128 questionários validados, o que representa 35,34% do total dos 1.200.300 estudantes matriculados nas IFES, no primeiro semestre de 2018.

Estamos convictos de que os resultados aqui contidos possibilitarão o estabelecimento de um debate público sobre o tema da assistência estudantil, tendo por base dados e informações obtidos a partir de métodos cientificamente reconhecidos, servindo para fundamentar a elaboração e o monitoramento das políticas de acesso e permanência nas IFES brasileiras.

César Augusto Da Rosa
Coordenador Nacional do FONAPRACE

LISTA DE QUADROS

Quadro 9-1 Ações de comunicação implementadas pelas IFES durante a fase de divulgação e coleta da V Pesquisa 311
Quadro 9-2 Instituições e endereços de seus vídeos de divulgação 313
Quadro 9-3 Lista de entrevistas de gestores (as) das IFES para divulgação da V Pesquisa 314
Quadro 9-4 Inovações no questionário eletrônico 318
Quadro 9-5 Informações contidas no cadastro de discentes nas 65 IFES - 2018 334
Quadro 9-6 Estrutura da base de dados 343

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-1 Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) - Brasil 17
Tabela 1-2 Número e taxa de crescimento das instituições federais de ensino superior e de *campi*, por regiões geográficas, 2002 e 2017 – Brasil 21
Tabela 1-3 Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior - universidades federais – por região - 2002-2017 21
Tabela 1-4 Graduandos (as), segundo IFES (Em números absolutos e %) - 2018 29
Tabela 1-5 Localização administrativa, faixa de IDHM, natureza e percentual de discentes por cidade do *campus*, segundo IFES – 2018 32
Tabela 1-6 Sexo dos (as) estudantes das IFES – 1996 a 2018 (%) 37
Tabela 1-7 Graduandos (as) e população brasileira por sexo, segundo região geográfica de *campus* – 1996 a 2018 (em %) 38
Tabela 1-8 Média de idade dos (as) graduandos (as) segundo sexo - 1996 a 2018 (em %) 39
Tabela 1-9 Graduandos (as) segundo a faixa etária – 1996 a 2018 (%) 39
Tabela 1-10 Graduandos (as) e população brasileira segundo Cor ou Raça – 1996 a 2018 (%) 40
Tabela 1-11 Graduandos (as) segundo Cor ou Raça – 2003 a 2018 41
Tabela 1-12 Graduandos (as) segundo Cor ou Raça por região – 1996 a 2018 (%) 41
Tabela 1-13 Graduandos (as) por cor ou raça, segundo as unidades da federação – 2018 (em %) 43
Tabela 1-14 Graduandos (as), por região geográfica, segundo Faixa de Renda Familiar Bruta 47
Tabela 1-15 - Graduandos (as), por Faixa de Renda Mensal Familiar *Per capita* 50
Tabela 1-16 Graduandos (as) com Renda Mensal Familiar *Per Capita* "Até 1 e meio SM", por região geográfica, segundo Faixa de Renda Mensal Familiar *Per Capita* – 2018 (em %) 52
Tabela 1-17 Graduandos (as) segundo a região geográfica de *campus* – 2018 59
Tabela 1-18 Graduandos (as) por ingresso, segundo faixa de ano de ingresso – 2018 60
Tabela 2-1 Graduandos (as), segundo a região de localização das IFES – 2018 64
Tabela 2-2 Número de graduandos (as), de *campi* e a razão número de graduandos/número de *campi*, por região onde se localizam os *campi* – 2018 65
Tabela 2-3 Graduandos (as), segundo a faixa etária e faixa de ano de ingresso, por região onde se localizam os *campi* – 2018 66
Tabela 2-4 Graduandos (as), por cor ou raça, segundo faixa de renda familiar *per capita* – 2018 69

Tabela 2-5 Graduandos (as) por sexo, segundo a área de conhecimento do curso - 2018 70
Tabela 2-6 Graduandos (as) por gênero, segundo a região geográfica de *campus* - 2018 72
Tabela 2-7 Graduandos (as) por gênero, segundo a área de conhecimento do curso - 2018 73
Tabela 2-8 Graduandos (as) por cor ou raça, segundo região geográfica de *campus* - 2018 74
Tabela 2-9 Graduandos (as) por cor ou raça, segundo área de conhecimento - 2018 75
Tabela 2-10 Graduandos (as) por orientação sexual, segundo região geográfica de *campus* - 2018 78
Tabela 2-11 Graduandos (as) por orientação sexual, segundo área de conhecimento do curso - 2018 79
Tabela 2-12 Graduandos (as) por orientação sexual, segundo sexo - 2018 81
Tabela 2-13 Graduandos (as) por cor ou raça, segundo faixa de ano de ingresso – 2018 81
Tabela 2-14 Graduandos (as) por região geográfica de *campus*, segundo tipo de deficiência - 2018 86
Tabela 2-15 Graduandos (as) por estado civil, segundo região geográfica de *campus* – 2018 87
Tabela 2-16 Graduandos (as) por maternidade/paternidade, segundo cor ou raça (em %) - 2018 89
Tabela 2-17 Graduandos (as) com filhos (as), segundo número de filhos (as) de 0 a 5 anos - 2018 90
Tabela 2-18 Com quem ficam os filhos menores de 5 anos dos (as) estudantes das IFES que possuem pelo menos uma criança nessa faixa etária 91
Tabela 2-19 Graduandos (as) por Unidade da Federação - 2018 93
Tabela 2-20 Graduandos (as) e taxa de cobertura por Unidade da Federação - 2018 94
Tabela 3-1 Graduandos (as), segundo cor ou raça, por residência no município onde estudam - 2018 97
Tabela 3-2 Graduandos (as), segundo a situação da moradia em 2014 e 2018 (em %) 100
Tabela 3-3 Situação de moradia de estudantes das IFES, segundo cor ou raça (em %) 101
Tabela 3-4 Situação de moradia dos estudantes das IFES segundo sexo (em %) 102
Tabela 3-5 Situação de moradia dos estudantes das IFES, segundo a condição de trabalho - 2018 (em %) 102
Tabela 3-6 Situação de moradia dos (as) estudantes das IFES segundo a região do país (em %) Almeida pediu à juíza Jennifer Stark que mantivesse Barbosa sem fiança até à audiência para determinar se ele representa perigo para o público e deve ser mantido preso enquanto aguarda julgamento 104
Tabela 3-7 Graduandos (as) por faixa de renda familiar *per capita*, segundo a situação de moradia - 2018 104
Tabela 3-8 Situação de moradia dos estudantes das IFES segundo o tipo de escola em que cursou o Ensino Médio e faixa de ano de ingresso – 2018 (em %) 106
Tabela 3-9 Graduandos (as), segundo o meio de transporte utilizado – 2014 e 2018 (em %) 108
Tabela 3-10 Graduandos (as), segundo distância percorrida até a universidade (em %) - 2018 113
Tabela 3-11 Graduandos (as), segundo a situação de trabalho – 2018 e 2014 (em%) 119
Tabela 3-12 Graduandos (as), segunda faixa de renda mensal familiar *per capita*, por a situação de trabalho - 2018 120
Tabela 3-13 Vínculo no trabalho dos estudantes das IFES ocupados (em %) 124
Tabela 314 Faixa de renda no trabalho dos (as) graduandos (as) ocupados (as) (em %) - 2018 127
Tabela 315 Graduandos (as) ocupados (as), segundo jornada de trabalho - 2014 e 2018 (em %) 129
Tabela 316 Nível de escolaridade da mãe, pai ou da pessoa responsável pela criação dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018 131

Tabela 3-17 Graduandos (as) segundo faixa de renda familliar *per capita* mensal (em %) - 2018 134
Tabela 3-18 Graduandos (as) por sexo, segundo renda média *per capita* nominal - 2018 136
Tabela 3-19 Principal mantenedor (a) do grupo familiar dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018 137
Tabela 3-20 Escolaridade da mãe e do pai, ou de quem criaram como tal, dos estudantes das IFES (em %) 139
Tabela 3-21 Situação de moradia da família dos estudantes das IFES (em %) 141
Tabela 3-22 Acesso a bens e serviços das famílias dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018 143
Tabela 4-1 Escola de ensino médio cursada, conforme sexo dos (as) graduandos (as) - 2014 e 2018 (%) 148
Tabela 4-2 Tipo de escola de ensino médio cursada, conforme Renda mensal *per capita* - 2014 e 2018 (%) 150
Tabela 4-3 Tipo de escola de ensino médio cursada, conforme Região - 2018 150
Tabela 4-4 Tipo de cursinho frequentado - 2014 e 2018 151
Tabela 4-5 Graduandos (as) que frequentaram cursinhos preparatórios por região geográfica de *campus* - 2018 152
Tabela 4-6 Forma de ingresso no Ensino Superior, conforme sexo dos (as) graduandos (as) - 2018 153
Tabela 4-7 Forma de ingresso no Ensino Superior, conforme cor ou raça dos (as) graduandos (as) - 2018 155
Tabela 4-8 Graduandos (as) por sexo, segundo modalidade de ingresso nas IFES - 2018 156
Tabela 4-9 Estudantes das IFES segundo modalidade de reserva de vagas (cotas), por região geográfica de *campus* - 2018 159
Tabela 4-10 Graduandos (as) cotistas, por faixa de renda *per capita*, segundo modalidades de cota – 2018 (em %) 160
Tabela 4-11 Graduandos (as) por grande área de conhecimento, segundo modalidade de cota – 2018 162
Tabela 4-12 Graduandos (as) por cor ou raça, segundo Turno - 2018 164
Tabela 4-13 Graduandos (as) por Turno, segundo faixa de renda mensal familiar *per capita* - 2018 165
Tabela 4-14 Graduandos (as) segundo a área de conhecimento do curso em que estão matriculados e tempo médio semanal de estudos - 2018 (em %) 170
Tabela 4-15 Graduandos (as) por tempo médio semanal de estudos, segundo região geográfica de *campus* (em %) - 2018 172
Tabela 4-16 Graduandos (as) por a frequência de uso da biblioteca, segundo a região geográfica de *campus* (em %) - 2018 173
Tabela 4-17 Graduandos (as) por sexo, segundo a participação em ações e programas de assistência estudantil (em %) - 2018 179
Tabela 4-18 Graduandos (as) por região geográfica de *campus*, segundo a participação em ações programas de assistência estudantil (em %) - 2018 180
Tabela 5-1 Graduandos (as) com bom domínio da língua inglesa, segundo variáveis selecionadas (em %) - 2018 195
Tabela 5-2 Percentual de graduandos (as) com dificuldades estudantis que impactam no desempenho acadêmico (em %) – 2010 a 2018 214
Tabela 5-3 Expectativa de graduandos (as) das IFES após a conclusão do curso por região geográfica onde o *campus* está localizado – 2018 (em %) .....

253

Tabela 6-1 Procura por atendimento de saúde segundo a raça/cor do (a) estudante, 2018 (%) 265
Tabela 6-2 Dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica nos últimos doze meses, 2018 (%) ... 274
Tabela 6-3 Dificuldades emocionais de estudantes das IFES nos anos 2010, 2014 e 2018 278
Tabela 9-1 Número de estudantes de graduação nas 65 IFES - 2018 333
Tabela 9-2 Total de estudantes de graduação nas 65 IFES, média e desvio-padrão do tempo de matrícula dos estudantes por estrato - 2018 335
Tabela 9-3 Tamanho da amostra idealizada de estudantes de graduação nas 65 IFES via AAE - 2018 338
Tabela 9-4 Tamanho da amostra final de estudantes de graduação nas 65 IFES obtida via questionário online e fração amostral - 2018 348
Tabela 9-5 Distribuições marginais populacionais e amostrais não ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018 349
Tabela 9-6 Distribuições marginais populacionais e amostrais ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018 354

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-1 Distribuição de cursos por áreas do conhecimento do CNPq - 2018 28
Figura 1-2 IFES, segundo Unidade da Federação – 2018 (em números absolutos) 31
Figura 1-3 Renda mensal familiar *per capita* de até 1 e meio SM, por região geográfica 53
Figura 2-1 Diversidade Sexual dos (as) Graduandos (as) - 2018 80
Figura 2-2 Estudantes com deficiências nas IFES - 2018 ..... B
Figura 2-3 Graduandos com filhos (as) 92
Figura 3-1 Perfil dos (as) graduandos (as) residentes em moradia estudantil - 2018 107
Figura 3-2 Meio de Transporte utilizado pelos (as) graduandos (as) 111
Figura 3-3 Tempo de deslocamento 116
Figura 4-1 Perfil dos (as) estudantes que participam da assistência estudantil - 2018 178
Figura 4-2 Perfil de cotistas - 2018 182
Figura 5-1 Perfil do ativismo dos (as) graduandos - 2018 186
Figura 5-2 Atividades Acadêmicas – 2018 208
Figura 6-1 Os Restaurantes Universitários e a segurança alimentar dos (as) estudantes (2008) 261
Figura 6-2 Dificuldades emocionais dos (as) graduandos - 2018 277
Figura 7-1 Cor e raça dos (as) graduandos (as) - 2018 280
Figura 7-2 Perfil básico dos (as) graduandos (as) por região geográfica dos *campi* das IFES - 2018 282
Figura 9-1 Banner criado pela UFOB 309
Figura 9-2 Arte do e-mail da UFRGS 312
Figura 9-3 Banners disponibilizado no Facebook da UFRGS 315
Figura 9-4 Interface V Pesquisa de Perfil 318
Figura 9-5 Questionário para envio de dados 323
Figura 96 Página com orientação sobre a divulgação da pesquisa 324
Figura 9-7 Exemplo de Relatório de participação de estudantes, com 11 primeiros cursos ordenados em ordem alfabética 324

Figura 9-8 Imagem do ranking de preenchimento dos questionários com as dez primeiras posições 326
Figura 9-9 Questionário com exemplo de pergunta sobre cor ou raça, na proporção de uma tela de celular (360px x 640px), caricatura de um indígena e tema de dados pessoais em cores azul turquesa e ícone de um documento 328
Figura 9-10 Questionário com pergunta sobre deficiência, na proporção de uma tela de tablet (768px x 1024px), caricatura de uma mulher branca e tema de dados pessoais em cores azul turquesa e ícone de um documento 329
Figura 9-11 Questionário com pergunta sobre frequência de estudo na biblioteca, caricatura de uma mulher negra e tema de perguntas acadêmicas em cor vermelha e ícone de um capelo 329
Figura 9-12 Questionário com pergunta sobre domínio da língua inglesa, com caricatura de uma mulher francesa e tema de perguntas culturais em cor amarela e ícone de um pincel 330
Figura 9-13 Questionário com pergunta sobre meio de transporte, caricatura de um cadeirante e tema de perguntas de moradia em cor verde e ícone de uma casa 330
Figura 9-14 Tela de finalização do questionário 331
Figura 9-15 Imagens com caricaturas que compunham o questionário de preenchimento para expressar diversidade 332

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-1 Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2019 19
Gráfico 1-2 Número de ingressantes nas universidades federais via SISU - 2010-2015 - Brasil 21
Gráfico 1-3 - Percentual de IFES, de discentes de IFES e populacional, segundo região geográfica 29
Gráfico 1-4 Graduandos (as) com renda mensal familiar *per capita* até 1 e meio SM, segundo faixas de renda selecionadas - 2018 50
Gráfico 1-5 Percentual de (as) graduandos (as) das IFES, segundo faixas de renda mensal familiar *per capita* selecionadas, por ano de realização da Pesquisa de Perfil – 1996 – 2018 (em %) 54
Gráfico 1-6 Graduandos (as) segundo tipo de escola de Ensino Médio, por Unidade da Federação, 2018 57
Gráfico 1-7 Graduandos (as), por forma de ingresso, segundo faixa de ano de ingresso – 2018 60
Gráfico 2-1 Graduandos (as), segundo a faixa etária e faixa do ano de ingresso na IFES (em %) – 2018 66
Gráfico 2-2 Graduandos (as) segundo cor ou raça, por sexo – 2018 67
Gráfico 2-3 Graduandos (as) por sexo, segundo faixa etária (em %) - 2018 75
Gráfico 2-4 Graduandos (as) por gênero, segundo faixa etária (em %) - 2018 76
Gráfico 2-5 Graduandos (as) por cor ou raça, segundo região geográfica de *campus* (em %) - 2018 82
Gráfico 2-6 Graduandos (as) por maternidade/paternidade, segundo tipo de escola pública de ensino médio (em %) - 2018 88
Gráfico 3-1 Graduandos (as) que já pensaram em abandonar o curso, segundo o tempo de deslocamento até à universidade (em %) - 2018 116
Gráfico 3-2 Graduandos (as) ocupados (as) por vínculo de trabalho, segundo tipo de escola frequentada no Ensino Médio - 2018 125
Gráfico 4-1 Percentual de estudantes cotistas por modalidade de reserva de vaga - 2018 156
Gráfico 4-2 Percentual de estudantes cotistas, por modalidade de cota, segundo cor e raça - 2018 157
Gráfico 4-3 Graduandos (as) cotistas com renda *per capita* "Até 1 e meio SM", por faixa de renda *per capita*, segundo modalidades de cota – 2018 160
Gráfico 4-4 Graduandos (as) por sexo, segundo o tempo médio semanal em horas de estudo (em%) – 2018 168

Gráfico 4-5 Graduandos (as) por turno, segundo tempo médio semanal de horas de estudos (em %) - 2018 170
Gráfico 4-6 Graduandos (as) por a frequência de uso do espaço físico da biblioteca, segundo região geográfica de *campus* (em %) - 2018 173
Gráfico 4-7 Participação em atividades ou programas acadêmicos (em %) - 2018 173
Gráfico 4-8 Graduandos (as) segundo a participação em ações e programas de assistência estudantil (em %) – 2014 e 2018 176
Gráfico 5-1 Domínio de uso de computadores por sexo dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018 190
Gráfico 5-2 Domínio de uso de computadores por cor ou raça dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018 190
Gráfico 5-3 Domínio de línguas estrangeiras, segundo idiomas - 2018 192
Gráfico 5-4 Discentes das IFES, por domínio da língua inglesa – 1996 – 2018 (em %) 193
Gráfico 5-5 Graduandos (as) com bom ou nenhum domínio da língua inglesa, segundo cor ou raça (em %) - 2018 195
Gráfico 5-6 Percentual de discentes que percebem a frequência de livros lidos, filmes e shows assistidos e de participação política - 2018 198
Gráfico 5-7 Percepção de graduandos (as) sobre a frequência de livros lidos depois do ingresso na universidade por cor ou raça - 2018 199
Gráfico 5-8 Percepção de graduandos (as) sobre a frequência de livros lidos depois do ingresso na universidade por cor ou raça - 2018 200
Gráfico 5-9 Percepção de discentes sobre a frequência de livros lidos depois do ingresso na universidade por grande área do conhecimento - 2018 202
Gráfico 5-10 Percepção de discentes sobre a frequência de livros lidos depois do ingresso na universidade por renda *per capita* relativa ao perfil do PNAES - 2018 204
Gráfico 5-11 Dificuldades estudantis que impactam no desempenho acadêmico (em %) - 2018 211
Gráfico 5-12 Dificuldades estudantis que impactam no desempenho acadêmico em percentuais, série histórica - 2010; 2014 e 2018 212
Gráfico 5-13 Percentual de graduandos (as) que acusam o impacto da violência sexual sobre seu rendimento acadêmico, segundo cor ou raça - 2018 217
Gráfico 5-14 Percentual de discentes que acusam o impacto da discriminação e preconceito sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça - 2018 219
Gráfico 5-15 Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade de acesso a materiais sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça - 2018 220
Gráfico 5-16 Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade de acesso a materiais sobre seu rendimento acadêmico por renda *per capita* - 2018 221
Gráfico 5-17 Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade financeira sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça – 2018 (em %) 222
Gráfico 5-18 Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade financeira sobre seu rendimento acadêmico por renda *per capita* – 2018 (em %) 223
Gráfico 5-19 Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade de aprendizagem sobre seu rendimento acadêmico por renda *per capita* - 2018 227
Gráfico 5-20 Percentual de discentes que acusam o impacto da falta de disciplina ou hábito de estudos sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça – 2018 (em %) 228
Gráfico 5-21 Percentual de discentes que acusam o impacto das dificuldades emocionais sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça - 2018 230

Gráfico 5-22 Percentual de discentes vítimas de assédio moral por parte de docentes, segundo cor ou raça - 2018 234
Gráfico 5-23 Percentual de discentes vítimas de assédio moral por parte de docentes, segundo cor ou raça - 2018 236
Gráfico 5-24 Percentual de discentes que pensaram em abandonar o curso, segundo motivo para abandonar o curso - 2018 240
Gráfico 5-25 Percentual de discentes que pensaram em abandonar o curso por faixa de renda *per capita* familiar mensal - 2018 242
Gráfico 5-26 Percentual de discentes que fizeram trancamentos gerais de matrícula, segundo motivo de trancamento - 2018 244
Gráfico 5-27 Percentual de discentes das IFES que fizeram trancamentos gerais de matrícula, por sexo, segundo motivo de trancamento – 2018 246
Gráfico 5-28 Percentual de discentes das IFES que fizeram trancamentos gerais de matrícula, por motivo de trancamento, segundo faixa de renda - 2018 248
Gráfico 5-29 Discentes das IFES, por expectativa após a conclusão do curso, segundo cor ou raça, - 2018 (em %) 250
Gráfico 5-30 Expectativa de graduandos (as) das IFES após a conclusão do curso por IDHM da cidade onde os *campi* estão localizados - 2018 251
Gráfico 5-31 Expectativa de graduandos (as) das IFES após a conclusão do curso por IDHM da cidade onde os *campi* estão localizados - 2018..... 253
Gráfico 6-1 Número de refeições realizadas habitualmente por dia, segundo a região geográfica da instituição de ensino - 2018 (%) 256
Gráfico 6-2 Número de refeições realizadas habitualmente por dia, segundo a raça/cor dos (as) estudantes, 2018 (em %) 257
Gráfico 6-3 Frequência da prática de exercícios físicos, segundo o sexo dos (as) estudantes, 2018 (%) 262
Gráfico 6-4 Graduandos (as) segundo a frequência que buscam atendimento odontológico, 2018 (%) 266
Gráfico 6-5 Frequência do consumo de bebidas alcoólicas, 2018 (%) 267
Gráfico 6-6 Frequência do consumo de bebidas alcoólicas, por região onde estudam, 2018 (em%) 268
Gráfico 6-7 Graduandos (as) usuários (as) regulares de drogas ilícitas segundo o consumo de bebidas alcoólicas, 2018 (%) 270
Gráfico 6-8 Graduandos (as) usuários (as) ocasionais de drogas ilícitas segundo o consumo de bebidas alcoólicas, 2018 (%) 270
Gráfico 6-9 Graduandos (as) usuários (as) regulares de drogas ilícitas segundo o uso de tabaco, 2018 (%) 271
Gráfico 6-10 Graduandos (as) usuários (as) ocasionais de drogas ilícitas segundo o uso de tabaco, 2018 (%) 272
Gráfico 6-11 Percentual de graduandos (as) segundo a ocorrência de dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica, por região onde estudam, 2018 (%) 274

01
INTRODUÇÃO

A pesquisa de perfil socioeconômico dos (as) estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior é um levantamento realizado, desde 1996, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) - vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - com o objetivo de descrever o perfil médio socioeconômico e cultural dos (as) discentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Esta pesquisa tem cumprido o relevante papel de instrumentalizar todos (as) os (as) envolvidos (as) na gestão das políticas de assistência estudantil por meio de diagnósticos, análises, acompanhamentos e avaliações.

Além do diagnóstico mais preciso para definição de políticas públicas, a defesa da universidade pública, em geral, e da Assistência Estudantil, particularmente, depende de um rigoroso conhecimento de sua realidade social. Quem é o seu público? Qual é a matéria prima sobre a qual ela se dirige? Qual a composição social das IFES brasileiras?[1]

Em 2018, foi realizada a quinta onda da pesquisa de perfil ANDIFES/FONAPRACE, intitulada V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, cujo processo de coleta, crítica e consistência dos dados, desenho metodológico e resultados são objeto de exposição e análise do presente relatório.

O CONTEXTO DE EXPANSÃO DAS IFES

Para tirarmos todas as consequências dos dados coletados durante a V Pesquisa de Perfil ANDIFES/FONAPRACE é essencial situarmos o contexto de expansão das IFES brasileiras.

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cursos e vagas, da interiorização dos *campi* das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência), modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ.

A IV Pesquisa, realizada em 2014/15, já havia identificado que nas universidades federais e nos Cefets MG e RJ era mais frequente a presença de estudantes negros e de origem popular e que este perfil original apresentava novos desafios para a permanência e sucesso acadêmico, principalmente daqueles considerados vulneráveis (ANDIFES, 2016).

Os desafios expressos acima foram sentidos pelas IFES e pelo governo federal. No âmbito da ANDIFES, várias manifestações de sua Diretoria e, particularmente, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil ocuparam-se do relato das dificuldades de manutenção das políticas de permanência dado o descompasso entre o volume de recursos destinados à área e a modificação rápida do perfil dos discentes das instituições (FONAPRACE/ANDIFES, 2016). A alocação de recursos para assistência estudantil no Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – e a criação do Programa Nacional de Assistência estudantil (BRASIL, 2010) – PNAES – evidenciaram a preocupação governamental com o processo de expansão e

1 A sigla IFES se refere ao conjunto das 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018 e aos Cefets MG e RJ.

democratização do acesso às IFES[2].

Até o ano de 2012, parte dos recursos do REUNI (BRASIL, 2007) eram destinados exclusivamente para a assistência estudantil. Assim, as instituições contavam com um suplemento significativo em seu orçamento para o desenvolvimento de políticas de permanência. Notadamente tratava-se da percepção de que o processo de expansão exigiria a cobertura de discentes que, por suas próprias condições, não conseguiriam guardar adequadamente seu vínculo acadêmico. A partir de 2013, as universidades e Cefets ou financiavam a assistência com recursos próprios ou valiam-se do PNAES. Por seu turno, o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R$ 1 bilhão em 2016, sofrendo todavia queda para R$987 milhões em 2017 e R$957 milhões em 2018.

Tabela 1-1: Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) - Brasil

Ano	PNAES NACIONAL	Δ%
2008	R$ 125.300.000,00	-
2009	R$ 203.000.000,00	62,0
2010	R$ 304.000.000,00	49,8
2011	R$ 395.189.588,00	30,0
2012	R$ 503.843.628,00	27,5
2013	R$ 603.787.226,00	19,8
2014	R$ 742.720.249,00	23,0
2015	R$ 895.026.718,00	20,5
2016	R$ 1.030.037.000,00	15,1
2017	R$ 987.484.620,00	- 4,1
2018	R$ 957.178.952,00	- 3,1

Fonte: Apud. SILVA; COSTA, 2018.

Raros são os estudos de avaliação das políticas de assistência estudantil. Não têm sido produzidos dados sistematizados, acompanhados de reflexões robustas acerca das políticas de Assistência Estudantil e sua contribuição para a manutenção do vínculo do discente com o sistema, para o sucesso e o desempenho acadêmico, nem no âmbito do Ministério da Educação, nem, eventualmente, por parte das próprias instituições federais através de seus pesquisadores. São mais frequentes os estudos de caso, isolando uma instituição, a atuação de uma categoria profissional ou uma ação dentro do programa PNAES (BARBOSA, 2017; CARVALHO, 2013; COSTA, 2010, 2011; KOWALSKI, 2012; SILVEIRA; OTHERS, 2012; VARGAS, 2011). Estudos que apresentam abordagens nacionais e generalizantes (COSTA, 2011; IMPERATORI, 2017; SANCHES, 2013) ou mesmo trabalhos de revisão da bibliografia (CARVALHO, 2015) ainda são pouco numerosos, não obstante sua importância estratégica para o acesso ao direito à educação.

As pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, realizadas pelo FONAPRACE, com apoio da ANDIFES nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, vieram preencher uma lacuna importante pois não se conheciam aspectos fundamentais do perfil básico socioeconômico e cultural dos (as) discentes dos cursos de graduação. Ademais era preciso evidenciar, por meio de pesquisas sistemáticas, as recentes mudanças no perfil estudantil.

2 O decreto 7.234 de julho de 2010 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Definiu 10 áreas em que as ações de assistência deveriam ser desenvolvidas. Definiu no artigo 5º. o perfil prioritário estudantil beneficiário dos recursos: "estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior".

Embrião do FONAPRACE, o Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis foi criado em 1987 (FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU, 2012). Posteriormente, receberia a denominação de Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e mais recentemente Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos e Estudantis.

O FONAPRACE, ao longo de sua primeira década de existência, concentrava suas atividades na produção e "identificação de dados confiáveis que fundamentassem a formulação e elaboração de uma proposta de política de assistência ao estudante" (FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU, 2012, p. 19).

No período de 1993 a 1996, foram realizados pelo FONAPRACE estudos sobre residências universitárias, restaurantes universitários, saúde estudantil, dentre outros temas. Em 1994 foi feito o primeiro levantamento amostral de perfil socioeconômico dos graduandos das IFES, mas, como os dados produzidos careciam de maior consistência, decidiu-se pela realização em 1996 da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, com o intuito de fomentar a formulação e implantação de políticas sociais que garantissem a permanência dos (as) estudantes de graduação no interior das Instituições. Foram pesquisadas 44 IFES, o equivalente a 84,62% das 52 instituições federais de ensino superior então existentes. A principal descoberta da I Pesquisa de Perfil foi a presença de 44,29% de estudantes de origem familiar das "categorias C, D e E" - o que representava uma demanda real e potencial para a assistência estudantil.

Nas edições seguintes da pesquisa de Perfil, o FONAPRACE visou aperfeiçoar o mecanismo de coleta e a análise dos dados, tornando-os mais profundos, amplos e seriados.

A II Pesquisa do Perfil foi realizada no período de novembro de 2003 a março de 2004, dela participando 47 IFES, o equivalente a 88,68% do total de 53 instituições federais. Novamente a pesquisa revelava que 42,8% dos estudantes "encontram-se nas classes [de renda] C, D, E" cuja renda média familiar mensal atingia, no máximo, R$ 927,00, valor contido na faixa vulnerabilidade social.

A terceira edição da Pesquisa de Perfil ocorreu em 2010, desta vez com estudantes de 56 IFES. Constatou-se que 43,7% dos (as) estudantes pertenciam às "classes [de renda] C, D e E"[3]. Nesta edição descobriu-se ainda que havia aumentado a presença de estudantes pretos, de 5,9% para 8,7%, e de pardos, de 28,3 para 32,1%, dado que refletia a institucionalização das políticas de ação afirmativas e do REUNI, não obstante o percentual de negros ainda fosse inferior (40,8%) aos 50,7% apurados pelo Censo 2010 do IBGE.

A grande inflexão das IFES brasileiras rumo à democratização do acesso, tanto por critérios econômicos quanto raciais, foi captada pela IV Pesquisa, realizada em 2014, cujos resultados principais serão destacados ainda nesta introdução. Antes importa notar as mudanças institucionais que pressionaram as IFES a se abrirem ainda mais para cerca de 1 milhão de estudantes de graduação em cursos presenciais.

O ensino superior brasileiro foi marcado, desde sua origem até o final dos anos 1980, pela presença estatal na organização e regulação do sistema (SAVIANI, 2010). A partir dos anos 1950, o compromisso de superação do subdesenvolvimento deu ao sistema universitário brasileiro um perfil híbrido e assimétrico. Em sua dimensão pública, o acesso às universidades era restrito e distribuído de modo a contemplar as regiões metropolitanas. Por seu turno, a rede privada de ensino superior era agraciada com incentivos especiais para

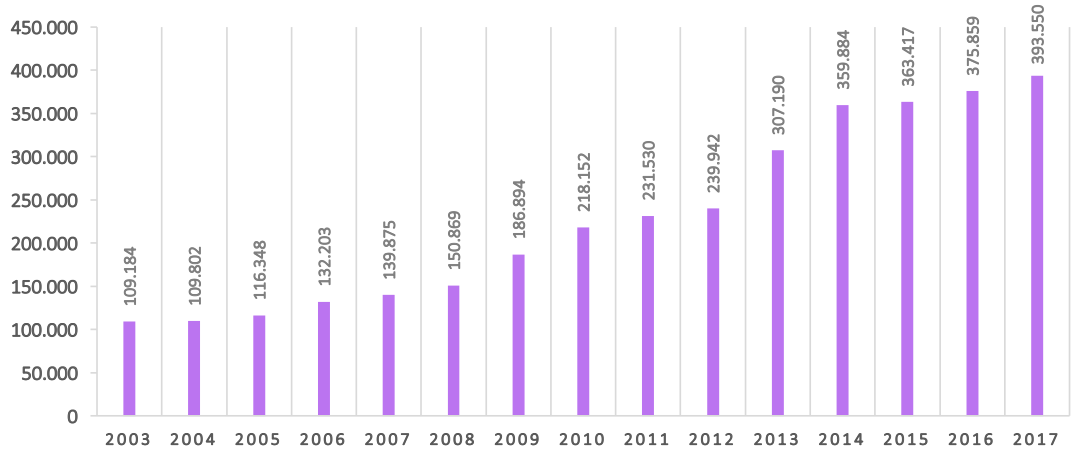
3 Desde a IV Pesquisa, a terminologia A, B, C, D e E para classificar as faixas de renda estudantis foi abandonada. Optou-se, desde então, por levantar a renda e interpretá-la como montante de rendimentos familiares por entendermos que classe social constitui uma categoria analítica muito mais complexa, relacional, cuja identificação está condicionada ao conhecimento de relações sociais, posições na estrutura produtiva, tendências políticas e orientações ideológicas das pessoas e grupos – o que não é o objetivo desta pesquisa.

seu crescimento e expansão (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

Este padrão foi alterado nos anos que sucederam a promulgação da Constituição de 1988, abrindo cada vez mais espaço para o modelo anglo-saxão, em sua versão estadunidense, que estreita os laços entre a produção universitária e as demandas do mercado. Durante a década de 1990, constatar-se-ia a paralisia do processo de expansão do ensino superior federal brasileiro e, ao mesmo tempo, o crescimento substancial das instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Vitimada por uma perspectiva fiscalista, a reforma do ensino superior empreendida nos anos 1990 voltou-se para a diversificação das fontes de financiamento e dos modelos de Instituições de Ensino Superior, bem como para a redução dos custos por estudante.

Durante os anos 2000, houve significativa expansão de vagas e instituições federais de ensino superior. No período 2003-2017 registrou-se um crescimento de 260% no número de vagas ofertadas. Apenas em 2017 foram mais de 393.000 vagas em cursos de graduação presencial como mostra o Gráfico 1-1 abaixo.

Gráfico 1-1: Vagas ofertadas na graduação presencial nas universidades federais de 2003 a 2017



Fonte: INEP, 2018a.

O crescimento do número de vagas tem relação direta com a abertura de novas instituições federais de ensino superior. Foram criadas 18 novas IFES no período de 2005 a 2017, contemplando quatro das cinco regiões do país[4].

Houve um crescimento de 40% no percentual de universidades federais no país, com valores mais significativos na região Sul, seguida da região Nordeste. Em termos de novos *campi* abertos no mesmo processo de expansão, eram 148 em 2002, alcançando 408 em 2017, registrando-se crescimento de 176% em quinze anos. Em termos regionais, o Nordeste e o Norte lideraram a expansão. ►

4 A UFOB foi criada em 2014 e compõe a população da pesquisa. Cinco novas universidades foram criadas em 2018, após o início da V Pesquisa: Universidade Federal de Catalão (UFCat), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFCPAR).

Tabela 1-2: Número e taxa de crescimento das instituições federais de ensino superior e de *campi*, por regiões geográfcas, 2002 e 2017 - Brasil

	Universidades			*Campi*		
Região	**2002**	**2017**	**Δ%**	**2002**	**2017**	**Δ%**
Norte	8	10	25,0	24	69	187,5
Nordeste	12	18	50,0	30	106	253,3
Sul	6	11	83,3	29	76	162,1
Sudeste	15	19	26,6	46	110	139,1
Centro-oeste	4	5	25,0	19	47	147,4
Total	45	63	40,0	148	408	175,7

Fonte: BRASIL, 2014; INEP, 2018b.

Movimento semelhante pode ser observado nos indicadores que apresentam a variação no quantitativo de cursos, vagas e matrículas nas universidades federais. No que tange aos cursos, todas as regiões apresentaram um crescimento expressivo, com a ampliação superior a 100%, exceto no Norte. O mesmo raciocínio vale para as novas vagas abertas. Para o caso das matrículas, as regiões Sul, Sudeste e Nordeste capitaneiam a expansão (Tabela 1-3).

Tabela 1-3: Expansão de indicadores acadêmicos na educação superior - universidades federais por região - 2002-2017

	CURSOS			VAGAS			MATRÍCULAS		
Região	2002	2017	△%	2002	2017	△%	2002	2017	△%
Norte	478	617	29,1	16.755	38.900	132,2	76.779	137.605	79,2
Nordeste	583	1.254	115,1	33.587	121.975	263,2	147.464	342.932	132,6
Sul	286	905	216,4	17.152	72.078	320,2	75.985	190.022	150,1
Sudeste	430	1.254	191,6	32.509	117.669	262,0	139.641	341.398	144,5
Centro-Oeste	270	541	100,4	13.260	42.928	223,7	60.590	108.847	79,7
Total	2.047	4.571	123,3	113.263	393.550	247,5	500.459	1.120.804	124,0

Fonte: BRASIL, 2014; INEP, 2018b.

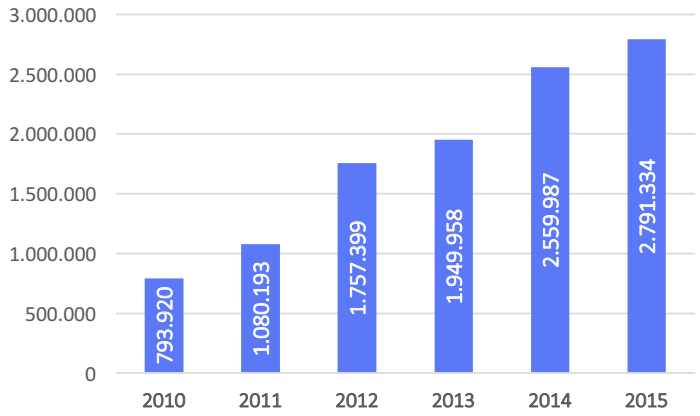
Cepêda e Marques (2012) compreendem que esse movimento expansionista refletiu o mergulho do país no "novo desenvolvimentismo". A expansão quantitativa também carregaria consigo transformações de ordem qualitativa. Os investimentos foram orientados para romper com a lógica pretérita e, em razão disto, buscou contrapor-se à concentração de instituições federais de ensino superior em regiões metropolitanas, de maior poder aquisitivo e indicadores socioeconômicos mais favoráveis. Com efeito, foram contempladas as regiões com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública, mais afastadas dos grandes centros e com demandas específicas de cursos de licenciatura ou regiões de fronteira com características de integração e escoamento regional. Além disso, foram considerados os papéis de internacionalização e integração interna e externa ao distribuir espacialmente os *campi*. Merece nota a função desempenhada pela UNILA, UNILAB, UFFS e UFOPA (MARQUES; CEPÊDA, 2012).

Por sua vez, as expansões quantitativa e qualitativa do ensino federal superior brasileiro foram acompanhadas pela utilização de novos mecanismos de recrutamento de discentes. No lugar dos tradicionais vestibu-

lares, instituiu-se o Sistema de Seleção Unificada – SISU –, sistema informatizado que se vale das notas obtidas por estudantes no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) para alocar candidatos (as) entre as instituições credenciadas.

Pode-se imaginar que a onda de oportunidades apresentada pelo SISU a milhares de estudantes do ensino médio, para que encontrem uma vaga em universidades de todo o país, constitui um potencial importante de mobilidade territorial. Tal mobilidade implica deslocamento também de toda a diversidade regional brasileira, transformando os *campi* em espaços mais diversos e cosmopolitas e, por isso, complexos. Hoje o SISU é um sistema que atrai um número de estudantes crescente, como mostra o estudo realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e expresso no Gráfico 1-2.

Gráfico 1-2: Número de ingressantes nas universidades federais via SISU - 2010-2015 - Brasil



Fonte: RISTOFF, 2016.

Além do SISU, deve-se também dar destaque ao impacto da Lei Federal nº 12.711/2012, conhecida como lei de cotas, sobre as universidades federais.

Em estudo realizado dois anos após a promulgação da lei, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA-UERJ) já atestava o caráter inclusivo da política. Propondo uma razão entre o percentual de cotas estabelecidas nas universidades das várias regiões do país e a proporção de estudantes pretos e pardos em cada uma das instituições, o grupo criou um Índice de Inclusão Racial. De acordo com o Índice de Inclusão Racial (IIR), quanto mais próximo de 1 (um), mais significativa é a inclusão. Em 2012, as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul apresentavam índices de Inclusão Racial - nas respectivas ordens - de 0,18, 0,19, 0,14, 0,09 e 0,48. No ano de 2014, já com a vigência da Lei de cotas, os índices avançaram para os patamares, também respectivamente, de 0,37, 0,38, 0,44, 0,47 e 0,70 (DAFLON; JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

A IV Pesquisa de Perfil dos (as) Graduandos (as) das IFES (ANDIFES, 2016) identificou este movimento e as mudanças no perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as). Evidenciou um cenário particular, com inúmeros indicadores comprobatórios de que o ensino superior federal havia se tornado mais acessível, popular e inclusivo.

Este cenário colocou gestores (as) públicos (as) diante da responsabilidade de fazer avançar este processo, reduzindo os níveis de desigualdade do país, mirando as condições para que discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica pudessem gozar das mesmas oportunidades educacionais que seus colegas

mais abastados, garantindo que a educação superior, tal como definido pela Lei Federal 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), fosse um direito de todos (as).

A IV Pesquisa mostrou que, em 2014, as IFES eram mais negras. Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam 59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice cai para 53,9% e em 2014/5 chega a 45,7%. Na tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) tinham crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,7% e 9,8%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,1% e em 2014/5 compunham 37,8% da população-alvo. Em outras palavras, 47,6% dos (as) estudantes das IFES eram negros (as), em 2014. Em valores absolutos, quase triplicou sua participação, comprovando o efeito das políticas de democratização do acesso.

A principal descoberta da IV Pesquisa foi o percentual de estudantes incluídos na faixa de renda de cobertura do PNAES nos cursos de graduação presenciais de 63 instituições federais pesquisadas em 2014: 66,2% dos (as) discentes viviam, em 2014/15, com renda mensal familiar *per capita* de até 1 e meio salários mínimos, sendo que 32% vivia com até meio salário mínimo e 22% com renda entre meio e 1 salário mínimo. Pela primeira vez, o percentual de estudantes com renda *per capita* de até 1 e meio SM atingia a maioria absoluta do universo pesquisado.

Estes dados permitiram o questionamento de teses e formulações propaladas no senso comum, segundo as quais as universidades públicas federais seriam frequentadas por setores das elites culturais e econômicas do país.

Em relatório publicado pelo Banco Mundial, intitulado "Um ajuste justo. Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil" (BIRD, 2017), critica-se o atual modelo universitário público brasileiro. No referido documento afirma-se que estudantes das instituições públicas de ensino superior tendem a ser das famílias mais ricas e que teriam frequentado escolas privadas de Ensino Médio[5].

Apoiada em rigorosa metodologia, a IV Pesquisa mostrava que as Instituições Federais de Ensino Superior, reais e concretas, eram muito diferentes da imagem difundida e comumente caracterizada como instituições de elite.

As IFES são instituições heterogêneas, plurais e compostas por estudantes oriundos de todas as classes e frações de classe. A rigor, as universidades federais não são, nem devem ser, monopolizadas pelos setores econômica ou culturalmente dominantes do país.

Dois de cada três estudantes ativos em cursos de graduação presenciais das IFES (66,19%) pertenciam a famílias com renda *per capita* de até 1 e meio salários mínimos (ANDIFES, 2016), faixa de renda que, segundo o Decreto do PNAES, define o público alvo em situação de vulnerabilidade social e econômica e por isso coberto pela assistência estudantil. Do total dos (as) discentes incluídos na faixa de renda mensal familiar "até 1 e meio SM", 81,5% viviam com até um salário mínimo.

O efeito das cotas sobre o ingresso daqueles que possuíam níveis de renda mais baixos fez com que

5 A divergência entre os dados aqui expostos e aqueles defendidos pelo BIRD parece repousar na diferença de metodologia de captura do dado. Tal como revela seu relatório, o Banco se vale dos dados da PNAD recortando o público universitário exclusivamente entre pessoas de 18 a 24 anos. É bem verdade que esta é a faixa etária predominante nas IFES brasileiras, todavia a IV Pesquisa revelou que aproximadamente 30% dos discentes encontram-se fora desta faixa, assim como se verá que a V Pesquisa comprovou que a idade média está aumentando e já alcançou o limite desta faixa etária. Portanto, a pesquisa do Banco Mundial recorta o público pesquisado de forma a não contemplar a totalidade da população discente universitária, ignora a tendência recente e produz um desenho do perfil mais distante da realidade. Isto posto, ratifica-se neste relatório o achado na série de pesquisas empreendidas pela ANDIFES/FONAPRACE.

dobrasse o percentual relativamente ao registrado na pesquisa de 2010.

Em relação ao nível de escolaridade dos pais, a IV Pesquisa revelara que 64,1% de discentes do sexo masculino e 66% do feminino já tinham nível de escolaridade superior ao de suas mães e que 66,6% dos estudantes do sexo feminino e 69,4% do masculino tinham nível de escolaridade superior ao de seus pais. Estes dados indicavam um impacto geracional proporcionado pela ampliação das oportunidades de acesso às IFES brasileiras.

Finalmente, a pesquisa demonstrara que a maioria dos (as) estudantes havia frequentado escolas públicas no ensino médio. Do total, 64,1% dos estudantes tinham realizado o Ensino Médio em escolas públicas, enquanto 35,9% frequentaram escolas particulares.

Com efeito, cada vez mais o público universitário se aproximava das características sociodemográficas da população brasileira nos coortes cor ou raça e sexo. Ademais o percentual de discentes incluídos nas faixas de renda familiar *per capita* abaixo de 1 e meio salário mínimo haviam crescido. Dito de outra forma, a IV Pesquisa de perfil discente indicava que a democratização das instituições federais de ensino superior era uma tendência real, que todavia precisaria ser confirmada em nova onda.

As tendências encontradas em 2014 se confirmam na V Pesquisa de Perfil, realizada em 2018. Ademais, a V Pesquisa identifica a consolidação do processo de democratização das IFES brasileiras.

1.2. A V PESQUISA DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS (AS) GRADUANDOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior visou levantar um conjunto de informações relativas ao perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES brasileiras, mais precisamente sobre perfil básico, moradia, origem familiar, trabalho, histórico escolar, vida acadêmica, atividades culturais, saúde e qualidade de vida e, finalmente, dificuldades estudantis e emocionais.

Outro objetivo foi a consolidação da série histórica com uma nova onda de pesquisa.

Finalmente, buscou produzir indicadores que permitam aos gestores monitorar as políticas direcionadas ao ensino superior, avaliar seus resultados, aprofundá-las e corrigir eventuais desvios de rota.[6]

1.2.1 Características gerais do universo pesquisado

O universo investigado pela V Pesquisa foi composto por estudantes de cursos de graduação presenciais de todas as 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018, bem como pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, totalizando 65 IFES.

Dados básicos sobre este universo foram obtidos a partir de informações enviadas pelas próprias IFES, via sistema de cadastramento de estudantes, especialmente criado pela equipe de Tecnologia da Informação

6 A V Pesquisa de Perfil foi formalizada por meio de Convênio firmado entre ANDIFES/FONAPRACE e a Universidade Federal de Uberlândia, que ficou responsável pela coordenação geral, concepção, desenvolvimento e análise dos dados da pesquisa. O Convênio firmado explicita todo o desenho da pesquisa – cronograma, produtos, recursos e equipe, composta por coordenação, analistas, secretaria, pessoal de Tecnologia da Informação, estatístico e estagiários. Exceto os analistas, oriundos de universidades públicas e fundações de pesquisa nacionais, escolhidos pela coordenação em função de sua reconhecida competência na análise de perfil social, o restante da equipe pertence à Universidade Federal de Uberlândia que, além da cessão de docentes e técnico-administrativos, hospeda o sistema de armazenamento dos dados.

da UFU. Ao final do processo de cadastramento de estudantes, chegou-se ao volume de 1.200.300 (um milhão, duzentos mil e trezentos) discentes[7], distribuídos por 65 IFES e por 395 *campi*, ingressantes no período entre 2000-2018. Estes discentes tem matrícula ativa em 355 cursos, distribuídos nos turnos Diurno, Noturno e Integral, para obtenção dos graus de Bacharelado, Licenciatura, Bacharelado e Licenciatura e Tecnológico.

Os cursos estão distribuídos pelas áreas do conhecimento do CNPq, como mostra a figura abaixo. ►

7 Findo o período de coleta, iniciou-se a fase de crítica e consistência dos dados, que levou ao refinamento da população pois entre cadastrados pelas IFES foram encontrados estudantes de cursos não presenciais e de Pós-graduação. Ver detalhes no item "Desenho metodológico da Pesquisa".

Figura 1-1-1: Distribuição de cursos por áreas do conhecimento do CNPq - 2018

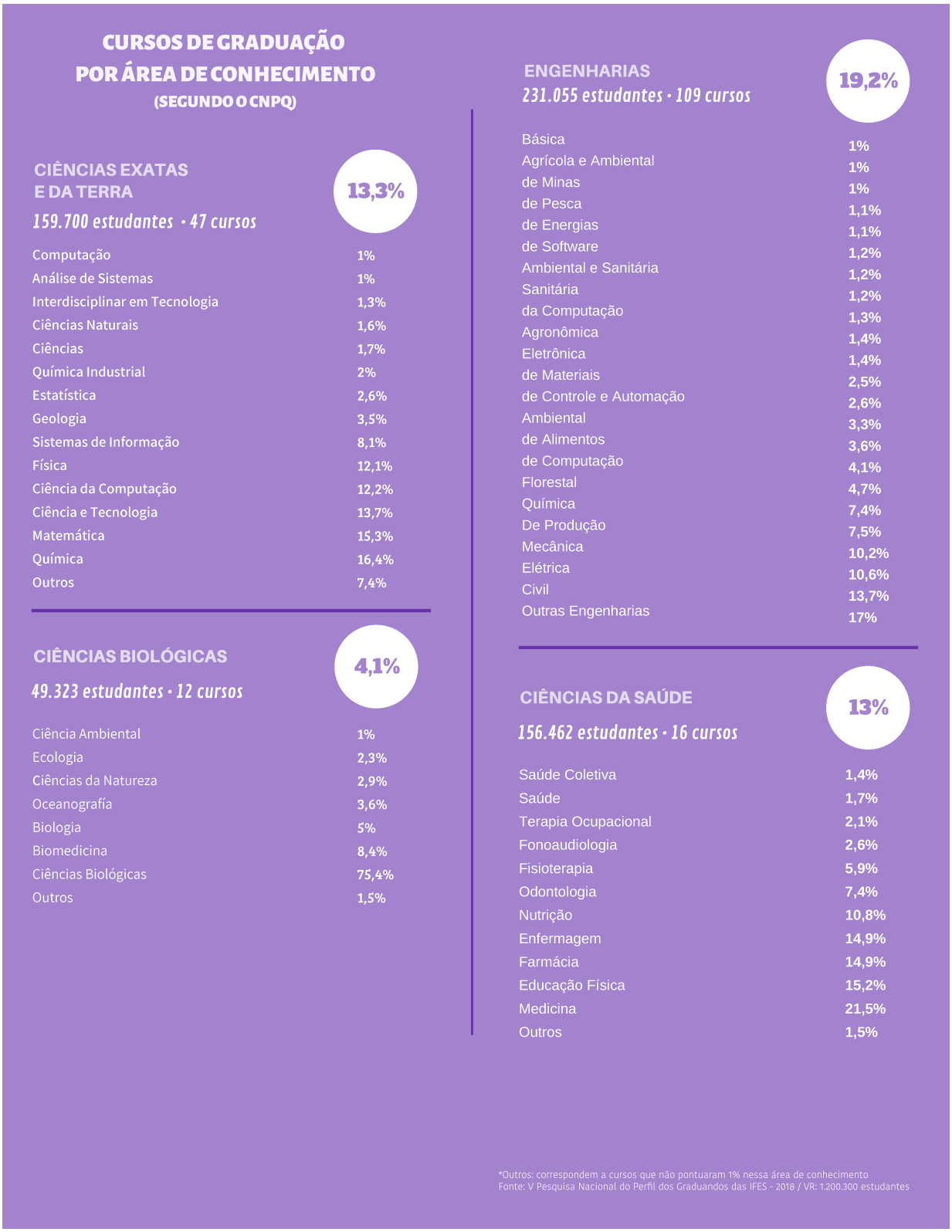
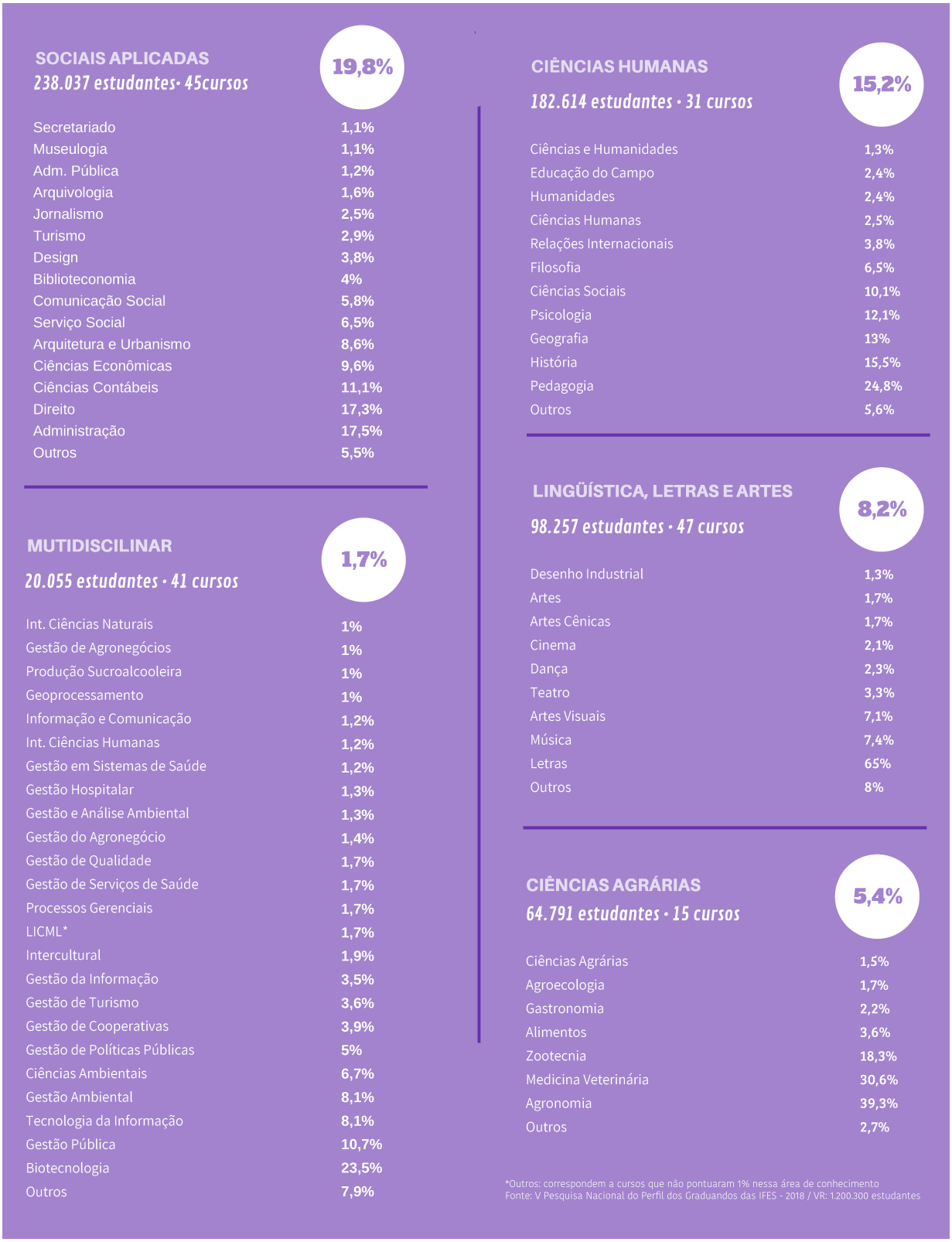


Figura 1-1-2: Distribuição de cursos por áreas do conhecimento do CNPq - 2018



As IFES apresentam características particulares, tais como o volume de estudantes, ano de fundação, localização geográfica e número de *campi*. A Tabela 1-4 mostra o número e percentual de estudantes ativos em cursos de graduação presencias, segundo as IFES. ►

Tabela 1-4: Graduandos (as), segundo IFES (Em números absolutos e %) - 2018

IFES	Freq.	%	IFES	Freq.	%	IFES	Freq.	%
CEFET-MG	6.379	0,5	UFMS	19.852	1,7	UFSCAR	14.036	1,2
CEFET-RJ	7.210	0,6	UFMT	28.481	2,4	UFSJ	10.328	0,9
FURG	10.670	0,9	UFOB	3.348	0,3	UFSM	21.334	1,8
UFABC	14.790	1,2	UFOP	12.102	1	UFT	15.156	1,3
UFAC	11.376	0,9	UFOPA	5.303	0,4	UFTM	6.985	0,6
UFAL	28.994	2,4	UFPA	51.191	4,3	UFU	26.656	2,2
UFAM	29.393	2,4	UFPB	29.616	2,5	UFV	15.587	1,3
UFBA	38.674	3,2	UFPE	31.419	2,6	UFVJM	8.949	0,7
UFC	29.991	2,5	UFPEL	18.425	1,5	UNB	37.354	3,1
UFCA	3.264	0,3	UFPI	27.483	2,3	UNIFAL-MG	6.533	0,5
UFCG	18.228	1,5	UFPR	32.204	2,7	UNIFAP	9.151	0,8
UFCSPA	2.713	0,2	UFRA	7.158	0,6	UNIFEI	8.053	0,7
UFERSA	9.703	0,8	UFRB	10.591	0,9	UNIFESP	13.443	1,1
UFES	25.418	2,1	UFRGS	30.952	2,6	UNIFESSPA	5.190	0,4
UFF	47.155	3,9	UFRJ	50.571	4,2	UNILA	4.339	0,4
UFFS	9.466	0,8	UFRN	31.850	2,7	UNILAB	4.375	0,4
UFG	30.633	2,6	UFRPE	15.088	1,3	UNIPAMPA	12.865	1,1
UFGD	7.712	0,6	UFRR	6.959	0,6	UNIR	10.305	0,9
UFJF	17.838	1,5	UFRRJ	15.926	1,3	UNIRIO	11.011	0,9
UFLA	10.844	0,9	UFS	28.457	2,4	UNIVASF	6.984	0,6
UFMA	33.579	2,8	UFSB	3.396	0,3	UTFPR	32.714	2,7
UFMG	30.348	2,5	UFSC	34.205	2,8	Total	1.200.300	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

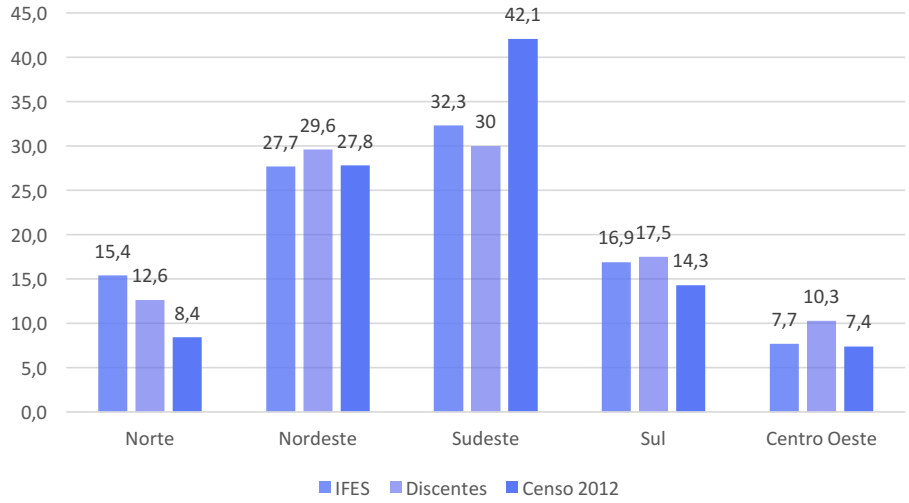
As IFES com maior número de estudantes são as universidades federais do Pará (UFPA), Rio de Janeiro (UFRJ) e Fluminense (UFF) cada qual com mais de 47 mil estudantes de graduação presenciais ativos. As universidades federais da Bahia (UFBA), Nacional de Brasília (UNB), Santa Catarina (UFSC), Maranhão (UFMA), Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Rio Grande do Norte (UFRN), do Paraná (UFPR), de Pernambuco (UFPE), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Goiás (UFG) e de Minas Gerais (UFMG) possuem cada qual entre 30 e 40 mil estudantes. No outro extremo, encontram-se instituições federais com menos de 5 mil discentes de graduação, tais como UNILAB, UNILA, UFSB, UFOB, UFCA, UFCSPA.

A distribuição das instituições federais de ensino superior e do número de estudantes guarda relação com o tamanho da população das distintas regiões geográficas no país. Nota-se que, excetuando-se o Sudeste, a proporção de estudantes acompanha o percentual de população aferido em cada região, com vantagem para os primeiros. A visualização da distribuição pode ser conferida no Gráfico 1-3.

O caso do Sudeste difere das demais regiões pois o percentual de estudantes matriculados (as) na região é significativamente inferior ao tamanho da população. Enquanto o Sudeste concentra 42,1% da população brasileira, reúne 30,0% dos discentes matriculados nas IFES do país.

É provável que essa partilha dos graduandos reflita a política de interiorização das universidades federais promovida a partir de meados dos anos 2000, conforme indicado por Cepêda (2012), Vinhais (2013) e IPEA (2018).

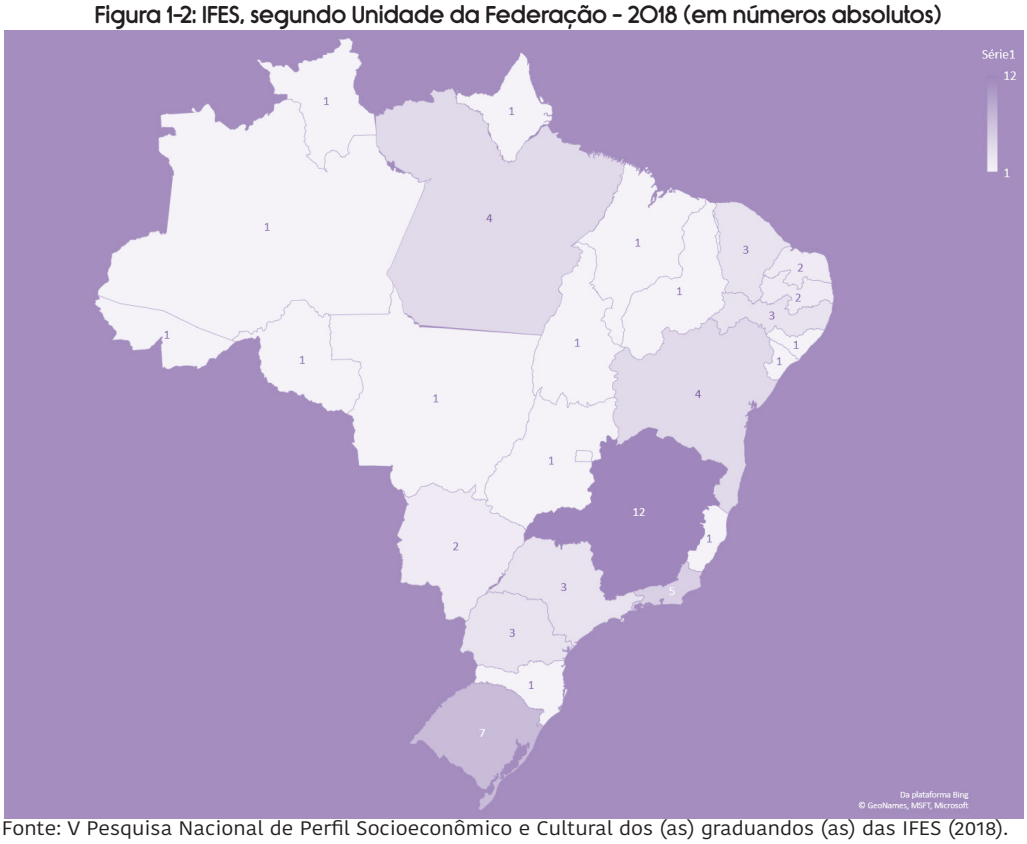
Gráfico 1-3: Percentual de IFES, de discentes de IFES e populacional, segundo região geográfica



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais; Censo, 2010.

Espacialmente, as IFES estão distribuídas por todos os estados da Federação. Minas Gerais é o estado com o maior número absoluto de IFES e de discentes. São 12 IFES - onze universidades e o Cefet-MG - onde estudam 160.602 estudantes. O estado com o segundo maior número de IFES é o Rio Grande do Sul, totalizando sete universidades federais. O Rio de Janeiro tem quatro universidades federais e o Cefet-RJ, a Bahia e o Pará quatro universidades cada.

Figura 1-2: IFES, segundo Unidade da Federação - 2018 (em números absolutos)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

No período 2000-2010, o percentual de universidades localizadas no interior do país cresceu mais de 125,0%, passando de doze em 2000 para 27, em 2010, enquanto na mesma vaga o incremento nas capitais foi de apenas 14,8 p.p., segundo dados do IPEA (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018).

No período 2010-2018, a interiorização aprofunda-se ainda mais, considerando que o número de IFES localizadas nas capitais chega a 13 unidades e no interior a 52. O percentual de instituições federais localizadas no interior do país cresceu 92,6%, passando de 27, em 2010, para 52, até fevereiro de 2018.

Observa-se a mesma dinâmica de expansão de *campi* para cidades localizadas no interior dos estados. Considerando as cidades dos *campi* das IFES, segundo localização administrativa, nota-se o predomínio de *campi* em cidades do interior, perfazendo 81,3% (N=321), como mostra a Tabela 1-5.[8]

Embora a maioria das IFES e de *campi* estejam localizados em cidades do interior, é equilibrado o percentual de estudantes nas capitais e no interior. Considerando o total de discentes, 50,5% estudam em cidades localizadas em capitais e 49,5% no interior.

Em suma, o universo pesquisado está distribuído por 395 *campi*. Regionalmente, o Sudeste e Nordeste concentram a maioria absoluta (52,9%) dos *campi* das IFES pesquisadas. A região com o menor percentual é a Centro-Oeste com 10,6%, seguida da Norte, com 17,5% e Sul com 19,0% (Tabela 1-5). ►

8 A expansão das IFES no sentido da interiorização - criação de novas universidades ou de novos *campi* em cidades do interior – constituiu diretriz de política pública. O relatório da comissão instituída pela Portaria No. 126/2012 para análise da expansão das universidades federais mostra que a interiorização fora concebida como estímulo ao desenvolvimento econômico e social das regiões, desenvolvimento que tem sido observado pelas pesquisas de Cepêda (2012), Vinhais (2013) e de recente estudo publicado pelo IPEA (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018). Vinhais verificou que no período 2000 a 2010 houve um efeito positivo da ordem de 3,3 p.p. sobre a "média do logaritmo da renda *per capita*" dos municípios em que os novos *campi* foram criados. A criação de uma nova universidade ou novo *campus* tende a produzir impactos, para além daqueles imperativamente incidentes sobre o público alvo, jovens em vias de formação e profissionalização no ensino superior. Goddard e Kempton (2011) apontam, entre estes impactos, a geração de empregos, investimentos em infraestrutura, ampliação da demanda por bens e serviços. O estudo realizado pelo IPEA revela o impacto econômico e social sobre municípios que receberam novos *campi* de universidades federais. Foram testados os impactos sobre a renda domiciliar *per capita*, o nível de escolaridade das pessoas adultas, a taxa de fecundidade total e o nível de desigualdade de renda. Os resultados do estudo mostram, de forma robusta, que houve melhora na renda domiciliar *per capita* das famílias e redução da taxa de fecundidade. Revela ainda que os municípios de menor porte tendem a ser mais afetados positivamente na dimensão do desenvolvimento pela criação de um novo *campus*.

Tabela 1-5: Localização administrativa, faixa de IDHM, natureza e percentual de discentes por cidade do *campus*, segundo IFES - 2018

	% de cidade de *Campus* por localização administrativa		% de cidade do *campus* por Faixa de IDHM				% de cidade de *Campus* segundo natureza do *campus* sede X avançado		% de discentes por cidade de *Campus* localização administrativa	
IFES	Capital	Inte-rior	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Avança-do	Sede	Capi-tal	Inte-rior
CEFET-MG	22,2	77,8		11,1	66,7	22,2	77,8	22,2	65,1	34,9
CEFET-RJ	14,3	85,7			100,0		85,7	14,3	56,1	43,9
FURG		100,0		20,0	80,0		60,0	40,0		100,0
UFABC		100,0				100,0	50,0	50,0		100,0
UFAC	25,0	75,0	50,0	25,0	25,0		75,0	25,0	74,2	25,8
UFAL	33,3	66,7	33,3	33,3	33,3		66,7	33,3	71,0	29,0
UFAM	50,0	50,0	20,0	30,0	50,0		50,0	50,0	73,7	26,3
UFBA	50,0	50,0		50,0	50,0		50,0	50,0	93,9	6,1
UFC	37,5	62,5		50,0	50,0		62,5	37,5	88,5	11,5
UFCA		100,0		85,7	14,3		64,3	35,7		100,0
UFCG		100,0	14,3	57,1	28,6		85,7	14,3		100,0
UFCSPA	100,0					100,0		100,0	100,0	
UFERSA		100,0		75,0	25,0		75,0	25,0		100,0
UFES	66,7	33,3			33,3	66,7	66,7	33,3	88,6	11,4
UFF		100,0			47,4	52,6	47,4	52,6		100,0
UFFS		100,0			100,0		83,3	16,7		100,0
UFG	28,6	71,4			100,0		71,4	28,6	74,2	25,8
UFGD		100,0			100,0			100,0		100,0
UFJF		100,0			100,0		50,0	50,0		100,0
UFLA		100,0			100,0			100,0		100,0
UFMA	11,1	88,9	22,2	55,6	22,2		88,9	11,1	68,8	31,2
UFMG	75,0	25,0			25,0	75,0	25,0	75,0	96,8	3,2
UFMS	57,1	42,9		4,8	95,2		42,9	57,1	55,9	44,1
UFMT	20,0	80,0			100,0		80,0	20,0	56,0	44,0
UFOB		100,0	14,3	14,3	57,1	14,3	57,1	42,9		100,0
UFOP		100,0			100,0		66,7	33,3		100,0
UFOPA		100,0	40,0	60,0			90,0	10,0		100,0
UFPA	9,1	90,9	18,2	63,6	18,2		90,9	9,1	66,9	33,1
UFPB		100,0	100,0				100,0		79,3	20,7
UFPE	25,0	75,0		75,0	25,0		75,0	25,0	79,5	20,5
UFPEL		100,0		14,3	85,7		14,3	85,7		100,0
UFPI	20,0	80,0		60,0	40,0		80,0	20,0	60,8	39,2
UFPR	50,0	50,0			50,0	50,0	50,0	50,0	83,3	16,7
UFRA	16,7	83,3	33,3	33,3	33,3		83,3	16,7	43,9	56,1
UFRB		100,0		100,0			66,7	33,3		100,0
UFRGS	80,0	20,0			20,0	80,0	20,0	80,0	99,0	1,0
UFRJ	75,0	25,0			100,0		25,0	75,0	94,3	5,7
UFRN	20,0	80,0		60,0	40,0		60,0	40,0	89,1	10,9
UFRPE	25,0	75,0		75,0	25,0		75,0	25,0	60,0	40,0
UFRR	100,0				100,0			100,0	100,0	
UFRRJ		100,0			100,0		66,7	33,3		100,0
UFS	16,7	83,3	16,7	66,7	16,7		83,3	16,7	6,6	93,4
UFSB		100,0		54,5	45,5		54,5	45,5		100,0
UFSC	20,0	80,0			40,0	60,0	80,0	20,0	83,9	16,1
UFSCAR		100,0		25,0	50,0	25,0	75,0	25,0		100,0
UFSJ		100,0			100,0		50,0	50,0		100,0
UFSM		100,0			100,0		60,0	40,0		100,0
UFT	14,3	85,7		42,9	57,1		85,7	14,3	40,1	59,9
UFTM		100,0			100,0		50,0	50,0		100,0
UFU		100,0			100,0		45,5	54,5		100,0
UFV		100,0			100,0		66,7	33,3		100,0
UFVJM		100,0		25,0	75,0		75,0	25,0		100,0
UNB	40,0	60,0		20,0	20,0	60,0	60,0	40,0	87,4	12,6
UNIFAL-MG		100,0			100,0		66,7	33,3		100,0
UNIFAP	40,0	60,0	20,0	40,0	40,0		60,0	40,0	83,5	16,5
UNIFEI		100,0			100,0		50,0	50,0		100,0
UNIFESP	16,7	83,3			50,0	50,0	83,3	16,7	14,1	85,9
UNIFESSPA		100,0	20,0	80,0			80,0	20,0		100,0
UNILA		100,0			100,0			100,0		100,0
UNILAB		100,0		100,0			66,7	33,3		100,0
UNIPAMPA		100,0		6,7	93,3		93,3	6,7		100,0
UNIR	12,5	87,5		25,0	75,0		87,5	12,5	54,9	45,1
UNIRIO	100,0				100,0			100,0	100,0	
UNIVASF		100,0		100,0			66,7	33,3		100,0
UTFPR	7,7	92,3	7,7		84,6	7,7	92,3	7,7	28,5	71,5
Total	18,7	81,3	5,6	26,1	58,2	10,1	63,0	37,0	50,5	49,5

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Os *campi* sede são em menor número: 146 (36,9%) contra 249 avançados (63,1%). Todavia concentram o maior percentual de estudantes de graduação presenciais (72,5%).

Quase 2/3 dos (as) graduandos (as) estudam em *campi* situados em cidades cujo IDHM é alto. São 12,2% de estudantes cujos *campi* se localizam em cidades com IDHM médio, 64,7% em cidades com IDHM alto e 21,4% muito alto. É pouco relevante o percentual em cidades com IDHM baixo (1,7%).

Estes estudantes estão ativos em cursos de graduação cujo registro mais longínquo é o ano 2000 e o mais recente é 2018. Por faixa de ano de ingresso constata-se que "Até 2012" ingressaram 11,9% dos (as) graduandos (as). Entre 2013-2016 são 54,3%. No ano de 2017 ingressaram 20,0% e, em 2018, 13,6% do universo pesquisado.

O universo pesquisado está distribuído entre dois semestres de ingresso. No primeiro semestre letivo ingressaram 2/3 dos (as) graduandos (66,1%) e no segundo semestre 1/3 deles. Quanto ao grau dos cursos de graduação presenciais, 73,4% dos (as) estudantes estão matriculados em cursos de Bacharelado, 24,2% de Licenciatura, 1% de Bacharelado e Licenciatura e 1,4% Tecnológico.

Quanto à nacionalidade, 99,2% dos (as) estudantes nasceram no Brasil e 0,8% são estrangeiros. A maioria relativa de estudantes das IFES nasceu no estado de Minas Gerais, seguido do Rio de Janeiro e São Paulo, o que torna a região Sudeste a região de origem da maioria relativa dos (as) discentes das IFES.

Quanto ao ano de fundação das IFES, há quarenta instituições consolidadas, criadas há mais de 40 anos, dezessete médio consolidadas, fundadas entre 10 e 25 anos, e oito novas IFES, instituídas nos últimos 10 anos, tomando-se como referência fevereiro de 2018, quando a V Pesquisa foi iniciada.

Trata-se de patrimônio público robusto, construído ao longo de quase 100 anos, cujo último arranque, ocorrido no período 2002 até 2013, foi responsável pela sua quase duplicação.

Das 36 universidades brasileiras classificadas entre as melhores do mundo, 32 são públicas. As 20 universidades que mais produzem ciência no Brasil são públicas: 15 são universidades federais e 5 estaduais (EXAME, 2018).

O aumento recente deste patrimônio foi possível pelo aporte de recursos e volume de bens e serviços, entre os quais da Assistência Estudantil, que, ao longo de quase uma década, diversificou o tipo de cobertura e demanda assistida.

Foram ampliados os focos, objetivos e instrumentos de cobertura da assistência estudantil, tais como, inclusão digital, acessibilidade, apoio pedagógico, ampliação dos itens de suporte à moradia (mobília, gás, *internet* etc.), amparo para estudantes com filhos, incorporação da participação dos estudantes na definição de políticas de Assistência Estudantil e, muito especialmente, as modificações na política de bolsas adotadas pelas IFES (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

1.2.2 Sobre o relatório

Decidiu-se pela elaboração de um relatório que desenhasse o perfil nacional dos graduandos das IFES, com recorte regional ou estadual, sem identificação dos dados por universidade e Cefet[9].

9 Optou-se por desenvolver uma análise a partir de comparações com dados das pesquisas de perfil anteriores, eventualmente com o Censo do Ensino Superior/MEC, Pnad Contínua/IBGE, Censo/IBGE. A equipe de relatores foi composta por Darcilene Claudio Gomes, Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP), João Feres Júnior (UERJ), Leonardo Barbosa e Silva (UFU) e Patrícia Vieira Trópia (UFU). O desenho amostral foi elaborado por André Santiago Maia (FUNDACENTRO/BA). A equipe foi coordenada por Patrícia Vieira Trópia (UFU), com secretaria de Fernanda Duarte Belisário. Contamos com a participação de Marcelo Tragtenberg (UFSC) que, por motivos estritamente pessoais, não pode efetivamente participar da fase de redação do relatório.

Os eixos do relatório foram elaborados e analisados, tomando-se as principais tendências obtidas com as frequências simples de cada questão contida no questionário, cruzadas com variáveis de recorte, buscando testar e verificar a consistência dos dados encontrados. As variáveis de recorte foram discutidas e estabelecidas em reunião do Observatório FONAPRACE, realizada em Uberlândia nos dias 29 e 30 agosto, e em reunião com a equipe de analistas, ocorrida dias 27 e 28 de setembro de 2018. Na IV pesquisa as variáveis de recorte foram sexo, cor, região e renda. Em 2018, vê-se com facilidade, elas foram significativamente ampliadas.

As variáveis de recorte são: Sexo (p300); Faixa etária (agrupamento da p.200); Cor ou raça (p600); Renda mensal familiar bruta e renda mensal familiar *per capita* (p5600 e p5701); Estudantes ocupados (agrupamento da p5000); Natureza administrativa da escola de ensino médio (agrupamento da p1400); Região geográfica do *campus* (agrupamento de *campus* conforme região); Faixa de ano de ingresso (agrupamento do ano de ingresso).[10]

Muito embora interesse a este relatório a análise de todas as variáveis e perfis, optou-se por enfatizar o que se tem chamado de estudantes "vulneráveis". Isto porque a concepção da pesquisa tem origem no FONAPRACE, órgão assessor da ANDIFES. O FONAPRACE tem sido um dos principais espaços de formulação e reflexão sobre as políticas de assistência estudantil do país e foi o lócus de onde emergiu, dentre outras ações, o próprio PNAES. Seu objetivo é garantir que as políticas estudantis impeçam que vulnerabilidades sociais obstaculizem a fruição do direito à educação. Ou seja, objetiva-se que quaisquer desigualdades[11] não obstem o acesso às oportunidades educacionais. De quais desigualdades trataremos?

O FONAPRACE utiliza recorrentemente o termo vulnerabilidades para identificar situações de desigualdades, frequentes na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Considera-se vulneráveis, os

> "indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social" (BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Neste sentido, quando se fala em vulnerabilidades em termos gerais, interessa-se pela condição decorrente da pobreza e da privação (ausência de renda, precário ou inexistente acesso aos serviços públicos), da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Tem-se claro que não se trata, simples e exclusivamente, de uma condição de renda, na medida em que é possível estar vulnerável em muitas situações sem que sua renda familiar mensal *per capita* esteja abaixo dos parâmetros do PNAES. Mais do que isto, vulnerabilidades distintas podem se combinar, multiplicando seus efeitos.

Não obstante parta de uma percepção ampla das vulnerabilidades e busque sempre captá-las no público observado, neste relatório são recorrentes as análises relativas à variável de recorte "renda familiar mensal *per capita*". A razão para tal encontra-se no próprio PNAES. O Programa define o público alvo das políticas por ele financiadas através da chave de renda familiar mensal *per capita* de "até um e meio salários mínimos".

10 As faixas de ano de ingresso criadas foram: Ingressantes 2018, Ingressantes 2017; Ingressantes 2013-2016; Ingressantes até 2012. Faixa de ano de ingresso e Região de *campus* são variáveis de recorte cujos dados foram obtidos a partir de informações fornecidas pelas IFES.

11 Sobre desigualdades sociais e o ensino superior ver o trabalho Oliveira (2019).

Com efeito, para que o relatório cumpra os objetivos de jogar luz sobre as condições de vulnerabilidade e instrumentalize as políticas de assistência, optou-se por tratar das várias formas de perda de vínculos social, afetivo, relacionais e de pertencimento, enfatizando, todavia, a privação de renda.

Por fim, espera-se que os dados apresentados neste Relatório levantem importantes questões que possam ser aprofundadas em pesquisas futuras.

1.2.3 Sexo dos (as) graduandos (as)

A tendência de crescimento da participação do sexo feminino se confirma ao longo das pesquisas de perfil estudantil da IFES, enquanto que, na composição nacional da população, as proporções permaneceram estáveis ao longo dos anos, com ligeira superioridade deste sexo. Partindo de uma proporção praticamente idêntica à populacional na pesquisa de 1996, a participação de estudantes do sexo feminino cresceu, pesquisa após pesquisa, até alcançar em 2018 sua superioridade, em torno de 3 pontos percentuais (p.p.).

A superioridade de estudantes do sexo feminino nas IFES (3,5 p.p. acima da composição nacional) pode ser compreendida pois elas já são maioria absoluta também no ensino médio e estudantes do sexo masculino, egressos ou evadidos do ensino médio, têm, por sua vez, entrada "precoce" no mercado de trabalho.

Tabela 1-6: Sexo dos (as) estudantes das IFES – 1996 a 2018 (%)

Sexo	Pesquisa	1996[1]	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Feminino	IFES	51,4	53,0	53,5	52,4	54,6
	PNAD/IBGE	51,2	51,2	51,0	51,6	51,1
Masculino	IFES	48,6	47,0	46,5	47,5	45,1
	PNAD/IBGE	48,8	48,8	49,0	48,4	48,9
Sem declaração		-	-	-	0,2	0,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010.
V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1] FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

No que toca à distribuição do sexo dos estudantes das IFES nas regiões, houve um aumento da proporção feminina em 2018 em relação à pesquisa passada, com exceção da região Centro-Oeste onde essa proporção permaneceu estável. No Nordeste o crescimento foi da ordem de 2 p.p., no Sul em torno de 2,5 p.p. e no Sudeste atingiu 3 p.p. Em todas as regiões, estudantes do sexo feminino superam os do sexo masculino na composição do corpo discente das IFES (Tabela 1-7). Tomados os Estados, elas são maioria, exceto no Ceará e no Rio Grande do Norte. ►

Tabela 1-7: Graduandos (as) e população brasileira por sexo, segundo região geográfica de *campus* – 1996 a 2018 (em %)

		Pesquisa	1996[1]	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Centro-Oeste	Feminino	IFES	54,9	53,8	ND	53,3	53,4
		PNAD/Censo	50,6	50,7	50,4	50,5	51,0
	Masculino	IFES	45,1	46,2	ND	46,5	46,3
		PNAD/Censo	49,4	49,3	49,7	49,5	49,0
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,2	0,3
Nordeste	Feminino	IFES	51,0	51,4	ND	50,6	52,5
		PNAD/Censo	51,4	51,0	51,2	51,8	51,2
	Masculino	IFES	49,0	48,6	ND	49,3	47,2
		PNAD/Censo	48,6	49,0	48,8	48,2	48,8
	Sem declaração	-	-	-	0,1	-	0,3
Norte	Feminino	IFES	53,3	57,0	ND	51,8	55,1
		PNAD/Censo	50,8	50,8	49,5	49,9	49,8
	Masculino	IFES	46,7	43,0	ND	48,1	44,7
		PNAD/Censo	49,2	49,2	50,5	50,1	50,2
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,1	0,2
Sudeste	Feminino	IFES	52,3	53,4	ND	53,8	56,7
		PNAD/Censo	51,3	51,6	51,4	51,9	51,6
	Masculino	IFES	47,7	46,6	ND	46,0	43,0
		PNAD/Censo	48,7	48,4	48,6	48,1	48,4
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,2	0,3
Sul	Feminino	IFES	47,7	52,6	ND	52,6	55,2
		PNAD/Censo	51,0	51,1	50,9	51,5	51,0
	Masculino	IFES	52,3	47,4	ND	47,1	44,4
		PNAD/Censo	49,0	48,9	49,1	48,5	49,0
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,3	0,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010.
V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

1.2.4 Faixa etária dos (as) graduandos (as)

A idade média dos estudantes de graduação apresentou estabilidade em relação à pesquisa de 2014, que, por seu turno, mostrou uma elevação da média etária dos (as) discentes que se mantinha estável em cerca de 23 anos desde a primeira pesquisa até 2010, conforme Tabela 1-8.

Tabela 1-8: Média de idade dos (as) graduandos (as) segundo sexo - 1996 a 2018 (em %)

Sexo	1996[1]	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Feminino	23,0	-	-	24,2	24,0
Masculino	23,3	-	-	24,9	24,7
Sem declaração	-	-	-	25,5	24,9
Total	23,1	23,0	23,0	24,5	24,4

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997. 2004. 2011. 2016).

Na distribuição desses estudantes por faixas etárias da Tabela 1-9, pode-se notar que houve, entre 1996 e 2014, uma redução do grupo daqueles (as) com menos do que 20 anos, com aumento das faixas maiores ou

iguais a 25 anos. Em 2018, contudo, vemos uma retomada do grupo com menos do que 20 anos, que aumentou sua participação em 3,7%.

Tabela 1-9: Graduandos (as) segundo a faixa etária – 1996 a 2018 (%)

Faixa etária	1996[1]	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Menor que 20	21,4	23,8	16,8	14,9	18,6
De 20 a 24	53,8	53,8	57,7	51,9	49,3
De 25 a 29	14,6	12,5	16,4	18,4	17,3
Maior ou igual a 30	10,2	9,9	9,1	14,7	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0*	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

1.2.5 Cor ou Raça dos (as) graduandos (as)

As mudanças na composição de cor e raça dos estudantes das IFES foram bastante significativas nos últimos 15 anos.

A primeira pesquisa não investigou esse tema, o que nos impede de estender a análise àquele período. A partir dos dados de 2003 nota-se um crescimento da participação de pardos e pretos e uma diminuição dos brancos, que eram 59,4% dos estudantes e passaram a ser 43,3% em 2018 (Tabela 1-10). Tal mudança é, em parte, resultado da adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, que começaram a ser implantadas de modo pontual e autônomo a partir de 2005 e foram se espalhando ao longo dos anos por todo o sistema de educação superior federal, particularmente a partir da criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), de 2007, e da criação de um programa federal de ação afirmativa obrigatório por meio da Lei nº 12.711 de 2012. De 2003 a 2018 os pardos aumentaram sua participação entre estudantes em 11 p.p. e os pretos mais que dobraram.

Tabela 1-10: Graduandos (as) e população brasileira segundo Cor ou Raça – 1996 a 2018 (%)

Cor ou Raça	Pesquisa	1996[1]	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Amarela	IFES	-	4,5	3,1	2,3	2,1
	PNAD/IBGE	0,4	0,4	1,1	0,5	0,4
Branca	IFES	-	59,4	53,9	45,7	43,3
	PNAD/IBGE	55,2	52,0	47,7	45,5	38,6
Parda	IFES	-	28,3	32,1	37,8	39,2
	PNAD/IBGE	38,2	41,5	43,1	45,1	52,5
Preta	IFES	-	5,9	8,7	9,8	12,0*
	PNAD/IBGE	6,0	5,9	7,6	8,6	8,1
Indígena	IFES	-	2,0	0,9	0,6	0,9**
	PNAD/IBGE	0,2	0,2	0,4	0,4	0,4
Sem declaração	IFES	-	-	-	3,8	2,5
	PNAD/IBGE	-	-	-	-	-

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).
* Pretos, em 2018, corresponde a soma das categorias "Pretos – não quilombolas" e "Pretos quilombolas".
** Indígenas, em 2018, corresponde a soma das categorias "Indígenas Não Aldeados" e "Indígenas Aldeados".

É interessante notar que no mesmo período o perfil de cor ou raça da população também se transformou, com um aumento expressivo daqueles que se declaram pretos e pardos e diminuição dos brancos. Mesmo assim, o crescimento de pretos, pardos e indígenas entre estudantes das IFES foi superior ao seu crescimento na população brasileira. A tabela 1-11 mostra que houve crescimento ininterrupto, em números absolutos, de estudantes brancos (as), pretos (as) e pardos (as) no período 2003-2018. Entre estudantes amarelos (as) o ciclo é também de crescimento, registrando-se pequena queda entre 2003 e 2010. Entre indígenas, houve queda em 2010 e 2014, relativamente a 2003. Mas em 2018 a participação indígena supera o número identificado em 2003.

Tabela 1-11: Graduandos (as) segundo Cor ou Raça – 2003 a 2018

Cor ou Raça	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Amarela	21.122	20.079	21.977	25.643
Branca	278.811	353.871	429.149	520.008
Parda	132.834	210.498	354.688	470.227
Preta	27.693	57.218	92.240	143.599
Indígena	9.388	6.102	6.014	10.736
Outra	-	8.399	-	
Sem declaração	-	-	35.536	30.087
Total	469.848	656.167	939.604	1.200.300

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
[1]FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Houve expansão do sistema de educação superior pública no período, liderado pelas federais, mas isso não é necessariamente garantia de inclusão racial, pois tal expansão poderia ter se dado em moldes excludentes, ou mesmo conservando o status quo. Não foi ao que assistimos.

A partir de 2014, quando as cotas raciais nas federais já acumulavam quase 10 anos de existência e já surtia efeito a Lei nº 12.711 (Lei das Cotas) (BRASIL, 2012), em seu segundo ano de implantação, pretos e pardos somados ultrapassaram os brancos entre os graduandos. Em 2014 sua participação era somente 1,9 p.p. superior à de seus colegas brancos. Em 2018 essa diferença atingiu 7,9 p.p, marca bastante expressiva dado o histórico de exclusão desses grupos em espaços de prestígio social e poder, como as universidades públicas. ►

Tabela 1-12: Graduandos (as) segundo Cor ou Raça por região – 1996 a 2018 (%)

Região	Cor e Raça	Pesquisa	1996[1]	2003[1]	2010[1]	2014[1]	2018
Centro-Oeste	Amarela	IFES	-	5,3	4,5	3,0	2,6
		PNAD/Censo	0,6	0,4	1,5	0,5	0,6
	Branca	IFES	-	51,8	51,2	41,8	42,1
		PNAD/Censo	48,3	43,0	41,8	39,9	36,4
	Parda	IFES	-	35,1	33,9	39,7	40,5
		PNAD/Censo	46,6	51,8	49,1	51,2	54,3
	Preta	IFES	-	6,3	8,5	10,6	11,1
		PNAD/Censo	4,0	4,5	6,7	8,1	8,3
	Indígena	IFES	-	1,5	0,6	0,6	0,8
		PNAD/Censo	0,5	0,4	0,9	0,4	0,4
	Sem declaração	IFES	-	-	-	4,4	2,9
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	1,5	-	-
Nordeste	Amarela	IFES	-	6,3	4,1	3,0	2,4
		PNAD/Censo	0,1	0,2	1,2	0,1	0,2
	Branca	IFES	-	44,2	37,1	31,0	28,4
		PNAD/Censo	30,6	28,6	29,4	27,0	23,2
	Parda	IFES	-	38,1	43,5	49,3	50,3
		PNAD/Censo	62,9	64,6	59,4	61,9	67,3
	Preta	IFES	-	8,6	12,5	12,9	15,5
		PNAD/Censo	6,1	6,5	9,5	10,5	9,0
	Indígena	IFES	-	2,9	1,7	0,6	0,9
		PNAD/Censo	0,2	0,2	0,4	0,4	0,2
	Sem declaração	IFES	-	-	-	3,2	2,4
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	1,1	-	-
Norte	Amarela	IFES	-	5,3	4,3	2,4	2,2
		PNAD/Censo	0,4	0,3	1,1	0,2	0,3
	Branca	IFES	-	33,0	24,9	22,1	19,0
		PNAD/Censo	28,5	26,4	23,5	22,1	19,1
	Parda	IFES	-	51,6	55,0	60,7	61,4
		PNAD/Censo	67,2	69,2	66,9	69,3	72,9
	Preta	IFES	-	6,8	13,4	10,6	13,1
		PNAD/Censo	3,7	3,9	6,6	6,9	6,3
	Indígena	IFES	-	3,3	1,9	1,8	2,7
		PNAD/Censo	0,2	0,2	1,9	1,4	1,5
	Sem declaração	IFES	-	-	-	2,4	1,6
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	0,6	-	
Sudeste	Amarela	IFES	-	3,1	1,8	2,0	1,9
		PNAD/Censo	0,6	0,6	1,1	0,8	0,6
	Branca	IFES	-	70,1	64,9	53,5	50,8
		PNAD/Censo	65,4	62,0	55,2	53,0	46,3
	Parda	IFES	-	20,6	24,7	30,2	32,2
		PNAD/Censo	26,5	30,3	35,7	36,8	42,6
	Preta	IFES	-	4,7	6,5	9,2	11,7
		PNAD/Censo	7,4	6,9	7,9	9,2	10,4
	Indígena	IFES	-	1,5	0,3	0,4	0,4
		PNAD/Censo	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
	Sem declaração	IFES	-	-	-	4,8	2,9
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	1,8	-	
Sul	Amarela	IFES	-	2,5	1,8	1,5	1,7
		PNAD/Censo	0,4	0,4	0,7	0,6	0,4
	Branca	IFES	-	88,2	84,6	75,0	74,0
		PNAD/Censo	85,9	82,3	78,5	76,0	76,5
	Parda	IFES	-	6,4	9,0	14,6	15,5
		PNAD/Censo	10,5	13,5	16,5	18,9	19,2
	Preta	IFES	-	2,3	3,1	5,0	6,1
		PNAD/Censo	3,1	3,7	4,1	4,3	3,8
	Indígena	IFES	-	0,6	0,4	0,3	0,4
		PNAD/Censo	0,1	0,2	0,3	0,3	0,1
	Sem declaração	IFES	-	-	-	3,7	2,3
		PNAD/Censo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Outra	IFES	-	-	1,1	-	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996, 2003 e 2014) e Censo 2010. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

[1] FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Outra consequência da universalização dos critérios dos programas de ação afirmativa nas IFES aparece quando desagregamos os dados por estado e se calcula o Índice de Inclusão Racial (IIR) criado pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares sobre Ação Afirmativa – IESP/UERJ), que corresponde à proporção agregada de pretos, pardos e indígenas entre os estudantes, dividida pela proporção desses grupos na população de cada unidade da federação, como na Tabela 1-13.

Tabela 1-13: Graduandos (as) por cor ou raça, segundo as unidades da federação – 2018 (em %)

UF	Branca	Parda	Preta*	Indígena**	Amarela	%PPI Pop. Geral	IIR
AC	15,7	66,8	11,6	1,1	3,0	74,3	1,07
AL	27,0	53,2	12,4	0,8	3,3	67,2	0,99
AM	20,4	65,6	5,3	3,6	2,9	77,9	0,95
AP	21,9	59,2	14,5	1,5	1,6	75,0	1,00
BA	18,0	46,7	30,5	1,1	1,3	76,7	1,02
CE	29,2	56,4	9,1	1,0	2,2	66,8	0,99
DF	41,8	39,4	12,0	0,5	2,1	56,2	0,92
ES	47,5	37,0	11,2	0,5	1,3	57,2	0,85
GO	40,8	43,4	10,4	0,4	2,3	56,7	0,95
MA	21,8	53,7	18,6	1,2	2,3	76,7	0,95
MG	47,1	37,3	10,7	0,2	1,6	53,7	0,89
MS	47,1	38,5	7,1	2,4	3,1	51,5	0,93
MT	34,6	45,2	14,3	1,3	2,5	61,4	0,99
PA	17,7	62,4	14,8	1,5	2,1	77,3	1,01
PB	34,5	50,5	8,6	1,2	3,4	58,9	1,02
PE	35,5	45,7	11,6	1,4	2,7	62,4	0,94
PI	22,0	58,5	14,6	0,3	2,7	73,5	0,99
PR	74,1	17,6	3,6	0,2	2,7	28,5	0,74
RJ	49,1	31,4	14,9	0,4	1,3	51,8	0,90
RN	42,9	44,8	8,0	0,3	2,0	57,8	0,91
RO	25,7	54,6	11,7	4,2	1,9	63,3	1,11
RR	15,9	55,1	6,1	20,8	1,1	78,1	1,05
RS	78,8	11,4	6,6	0,4	0,5	16,4	1,11
SC	85,0	9,0	2,7	0,4	0,8	15,6	0,77
SE	18,8	60,4	16,2	0,5	2,6	70,5	1,09
SP	61,0	24,2	8,2	0,3	3,8	34,7	0,94
TO	16,2	54,9	23,7	2,0	2,3	73,2	1,10

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

* Preta corresponde à soma das categorias "Pretos – não quilombolas" e "Pretos quilombolas".

** Indígena corresponde à soma das categorias "Indígenas Não Aldeados" e "Indígenas Aldeados".

É notável o fato de que o Índice de Inclusão Racial flutue em torno de 1 na maioria das unidades da federação, ou seja, o perfil racial dos estudantes das IFES se aproxima bastante daquele da população.

Até o advento da Lei de Cotas, em 2012, as IFES públicas da região Sudeste tinham sido bastante resistentes à adoção de políticas de ação afirmativa. A legislação forçou as federais a adotar tais políticas. As consequências, após 6 anos de funcionamento dos critérios, são visíveis.

1.2.6 Renda mensal familiar bruta e renda mensal familiar *per capita* dos (as) graduandos (as)

A distribuição dos (as) discentes por faixas de renda, principal variável na delimitação das políticas de assistência estudantil das IFES, é muito provavelmente um dos dados mais esperados e importantes da V Pesquisa.

Renda mensal familiar bruta

De partida e considerando a renda mensal familiar bruta dos estudantes (por faixas em salários mínimos), é possível estabelecer algumas comparações com as duas últimas pesquisas anteriores, a despeito de aspectos metodológicos diferenciais na captação do dado sobre renda[12].

Inicialmente, identifica-se um aumento no percentual de estudantes sem renda de 0,5% em 2010 para 1,1% em 2014, seguido de queda, em 2018, quando alcança 0,7%. Eram quase 10 mil graduandos (as) em 2014 e, em 2018, são 8.570.

A maioria relativa dos (as) discentes concentra-se em 2010, 2014 e 2018 na faixa "Mais de 1 a 2 SM", respectivamente 18,1%, 23,4% e 23,5%.

Embora nacionalmente 23,5% dos (as) estudantes estejam concentrados (as) na faixa de renda mensal familiar bruta "Mais de 1 a 2 SM", este percentual varia segundo as regiões do país. Três a cada 10 estudantes das regiões Norte e Nordeste, 31,7% e 28,2% respectivamente, têm renda mensal familiar bruta na faixa de "Mais de 1 a 2 SM", enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a relação é de aproximadamente dois a cada 10 estudantes, 18,3%, 19,5% e 20,4% respectivamente.

O percentual de estudantes com renda mensal familiar bruta de "Até 3 SM" não se alterou de 2014 para 2018. São 50,9%, o que significa, em números absolutos, 473.215 estudantes em 2014 e 592.822, em 2018.

Regionalmente, nota-se diferenças significativas também nesta faixa de renda. A maioria absoluta dos (as) estudantes do Norte, 67,4%, e do Nordeste, 62,2%, tem renda mensal familiar bruta "Até 3 SM", enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste este percentual é de 39,9%, 42,1% e 42,9%. A maior diferença é de 27,5 p.p. entre as regiões Sul e Norte.

Já chamava a atenção que 25,3% dos (as) estudantes do Centro-Oeste tinha renda mensal familiar bruta "Acima de 10 SM", em 2010, caindo para 17,3% em 2014, mantendo-se próximo a este percentual (16,8%), em 2018. Mas as diferenças regionais continuam acentuadas, pois no Norte apenas 5,6% de discentes, e no Nordeste 7,6%, têm renda mensal familiar bruta "Acima de 10 SM". A renda média mensal familiar bruta em 2018 é de R$4.326,56. ►

12 Em 2014 a pergunta sobre renda foi por faixa de renda o que levou a coordenação da pesquisa a estimar a renda *per capita* e a faixa até 1 e meio salários mínimos. Na versão atual, as questões relativas a renda (renda do trabalho e renda mensal familiar bruta) foram abertas, de modo que pudéssemos comparar médias e agrupar a renda por faixas em Salários Mínimos. O detalhamento das questões do questionário encontra-se no item "Desenho metodológico da pesquisa", na parte final deste Relatório. Toma-se como referência o valor do salário mínimo praticado a partir de 01/01/2018 até 31/12/2018: R$954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais).

Tabela 1-14-1: Graduandos (as), por região geográfica, segundo Faixa de Renda Familiar Bruta

Faixa de Renda Bruta do Grupo Familiar - Série Histórica / Por região do País

Faixa de renda bruta mensal do grupo familiar		Região do *campus*															BRASIL		
		Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-Oeste					
		2010	2014	2018	2010	2014	2018	2010	2014	2018	2010	2014	2018	2010	2014	2018	2010	2014	2018
Sem renda	Freq.	559	1454	862	1233	2854	2328	724	2528	3128	169	2211	1443	312	922	809	2953	9989	8570
	% (L)	18,9	14,6	10,1	41,8	28,6	27,2	24,5	25,4	36,5	5,7	22,2	16,8	10,6	9,3	9,4	100,0	100,0	100,0
	% (C)	0,8	1,2	0,6	0,6	1,1	0,7	0,4	0,9	0,9	0,2	1,3	0,7	0,5	0,9	0,7	0,5	1,1	0,7
Até meio SM	Freq.	1175	2806	5292	1921	7243	11248	503	2007	3229	282	11727	1825	263	828	1155	4134	14661	22749
	% (L)	28,4	19,2	23,3	46,5	49,6	49,4	12,2	13,7	14,2	6,8	11,8	8,0	6,4	5,7	5,1	100,0	100,0	100,0
	% (C)	1,7	2,3	3,6	1,0	2,7	3,3	0,3	0,7	0,9	0,3	1,0	0,9	0,4	0,8	1,0	0,6	1,6	2,0
Mais de meio a 1 SM	Freq.	12721	19218	24725	20439	44862	52163	7526	17452	19615	3968	10963	9322	2,83	7,01	7032	47572	99505	112857
	% (L)	26,7	19,3	21,9	43,0	45,1	46,2	15,8	17,5	17,4	8,3	11,0	8,3	6,0	7,1	6,2	100,0	100,0	100,0
	% (C)	18,0	15,9	16,9	10,1	16,9	15,1	3,7	6,1	5,6	3,5	6,6	4,6	4,1	7,1	5,9	7,3	10,6	9,7
Mais de 1 a 2 SM	Freq.	20288	35964	46258	46539	75567	97243	27268	53977	68039	15152	36056	37359	9699	18936	24468	119029	220229	273367
	% (L)	17,0	16,2	16,9	39,1	34,3	35,6	22,9	24,5	24,9	12,7	16,4	13,7	8,2	8,6	9,0	100,0	100,0	100,0
	% (C)	28,7	29,5	31,7	23,0	28,5	28,2	13,6	18,8	19,5	13,4	21,6	18,4	14,0	19,0	20,4	18,1	23,4	23,5
Mais de 2 a 3 SM	Freq.	9889	16687	22180	30487	38960	53923	26987	42729	56151	15772	26760	32777	9990	13734	18818	93110	138870	183849
	% (L)	10,6	12,0	12,1	32,7	28,1	29,3	29,0	30,8	30,5	16,9	19,3	17,8	10,7	9,9	10,2	100,0	100,0	100,0
	% (C)	14,0	13,8	15,2	15,1	14,7	15,6	13,4	14,9	16,1	14,0	16,1	16,1	14,4	13,8	15,7	14,2	14,8	15,8
Mais de 3 a 4 SM	Freq.	6590	9817	13755	21491	21806	35792	20808	29268	46397	13359	17444	27598	5968	9280	14752	68241	87615	138294
	% (L)	9,7	11,2	10,0	31,5	23,1	25,9	30,5	33,4	33,6	19,6	19,9	20,0	8,7	10,6	10,7	100,0	100,0	100,0
	% (C)	9,3	8,1	9,4	10,6	7,2	10,4	10,3	10,2	13,3	11,9	10,5	13,6	8,6	9,3	12,3	10,4	9,3	11,9

Tabela 1-14-2: Graduandos (as), por região geográfica, segundo Faixa de Renda Familiar Bruta

Mais de 4 a 5 SM	Freq.	4269	9155	7627	13505	19182	20064	17025	29022	29080	9526	17263	17123	4576	8519	8591	48884	83141	82485
	% (L)	8,7	11,0	9,3	27,6	23,1	24,3	34,8	34,9	35,3	19,5	20,8	20,8	9,4	10,3	10,4	100,0	100,0	100,0
	% (C)	6,0	7,6	5,2	6,7	7,2	5,8	8,5	10,1	8,3	8,5	10,4	8,4	6,6	8,6	7,2	7,5	8,9	7,1
Mais de 5 a 6 SM	Freq.	2902	6796	8011	11524	13059	20201	16462	22490	30660	9369	12425	19159	4119	6814	10443	44357	61583	88474
	% (L)	6,5	11,0	9,1	26,0	21,2	22,8	37,1	36,5	34,7	21,1	20,2	21,7	9,3	11,1	11,8	100,0	100,0	100,0
	% (C)	4,1	5,6	5,5	5,7	4,9	5,9	8,2	7,8	8,8	8,3	7,5	9,4	6,0	6,9	8,7	6,8	6,6	7,6
Mais de 6 a 7 SM	Freq.	2102	4148	3601	7703	8726	9976	9821	16433	16608	6133	8701	9821	3088	5225	5105	28806	43234	45111
	% (L)	7,3	9,6	8,0	26,7	20,2	22,1	34,1	38,0	36,8	21,3	20,1	21,8	10,7	12,1	11,3	100,0	100,0	100,0
	% (C)	3,0	3,4	2,5	3,8	3,3	2,9	4,9	5,7	4,8	5,4	5,2	4,8	4,5	5,3	4,3	4,4	4,6	3,9
Mais de 7 a 8 SM	Freq.	2194	2334	2498	7581	5423	6916	9559	9839	11960	5738	5759	7034	4278	3479	3634	29331	26835	32042
	% (L)	7,5	8,7	7,8	25,9	20,2	21,6	32,6	36,7	37,3	19,6	21,5	22,0	14,6	13,0	11,3	100,0	100,0	100,0
	% (C)	3,1	1,9	1,7	3,8	2,1	2,0	4,8	3,4	3,4	5,1	3,5	3,5	6,2	3,5	3,0	4,5	2,9	2,8
Mais de 8 a 9 SM	Freq.	1387	2648	2307	4347	5229	6957	6641	9961	11537	2796	5314	7409	1675	3503	3574	16798	26655	31784
	% (L)	8,3	9,9	7,3	25,9	19,6	21,9	39,5	37,4	36,3	16,6	19,9	23,3	10,0	13,1	11,2	100,0	100,0	100,0
	% (C)	2,0	2,2	1,6	2,2	2,0	2,0	3,3	3,5	3,3	2,5	3,2	3,6	2,4	3,6	3,0	2,6	2,8	2,7
Mais de 9 a 10 SM	Freq.	2216	2571	824	10735	4970	2255	16904	11447	4182	8376	4762	2701	4908	4032	1386	43110	27782	11348
	% (L)	5,1	9,3	7,3	24,9	17,9	19,9	39,2	41,2	36,9	19,4	17,1	23,8	11,4	14,5	12,2	100,0	100,0	100,0
	% (C)	3,1	2,1	0,6	5,3	1,9	0,7	8,4	4,0	1,2	7,4	2,9	1,3	7,1	4,1	1,2	6,6	3,0	1,0
Mais de 10 SM	Freq.	4509	7861	8219	24658	17203	26115	40993	39933	49041	22097	17368	30040	17508	17209	20142	109711	99574	133557
	% (L)	4,1	7,9	6,2	22,5	17,3	19,6	37,4	40,1	36,7	20,1	17,4	22,5	16,0	17,3	15,1	100,0	100,0	100,0
	% (C)	6,4	6,5	5,6	12,2	6,5	7,6	20,4	13,9	14,0	19,6	10,4	14,8	25,3	17,3	16,8	16,7	10,6	11,5
Total	Freq.	70788	121187	146159	202169	266084	345181	201242	287087	349627	112738	166752	203611	69230	99494	119909	656167	939604	1164487
	% (L)	10,8	12,9	12,6	30,8	28,2	29,6	30,7	30,6	30,0	17,2	17,2	17,8	10,6	10,6	10,3	100,0	100,0	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018).

*FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

Renda mensal *per capita* familiar

Dividindo-se a renda mensal bruta do grupo familiar pelo número de membros da família, encontra-se a renda mensal *per capita* dos (as) discentes.

O MEC destina recursos para as IFES aplicarem em políticas de assistência estudantil. A aplicação deste recurso é regulada pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, que define como público alvo prioritário estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de "até um salário mínimo e meio", razão pela qual descobrir o percentual de estudantes nesta faixa de renda passa a ser decisivo como referência para ações e políticas das IFES.

Na IV Pesquisa o percentual de estudantes com renda familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM" não pode ser diretamente calculado, dado que o questionário utilizado apresentava apenas a faixa de renda "Mais de 1 e até 2 SM". Entretanto, por interpolação, obteve-se o percentual de estudantes com renda "Até 1 e meio SM" (R$1.086,00) que alcançou, em 2014, 66,2% do total de estudantes, cerca de 2/3 da população.

Na V Pesquisa, o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* "até 1 e meio SM" cresceu 4 p.p., alcançando 70,2% do universo pesquisado.

Do total dos estudantes, 26,6% vivem em famílias com renda familiar *per capita* de "até meio SM" e 26,9% com renda *per capita* "mais de meio a 1 SM". Neste sentido, mais da metade (53,5%) dos (as) graduandos (as) pertence a famílias com renda mensal *per capita* "até 1 SM". Na faixa de renda *per capita* "mais de 1 a 1 e meio SM" estão 16,6%. Inseridos na faixa "Mais de 1 e meio SM" encontram-se 26,9% deste público e 3,0% não responderam (Tabela 1-14).[13]

Em números absolutos 319.342 estudantes estão na faixa de renda *per capita* "Até meio SM".

No primeiro quartil encontram-se estudantes com renda familiar *per capita* até R$450,00, enquanto no último quartil se situam aqueles com renda familiar *per capita* acima de R$1.500,00.

Tabela 1-15: Graduandos (as), por Faixa de Renda Mensal Familiar *Per capita*

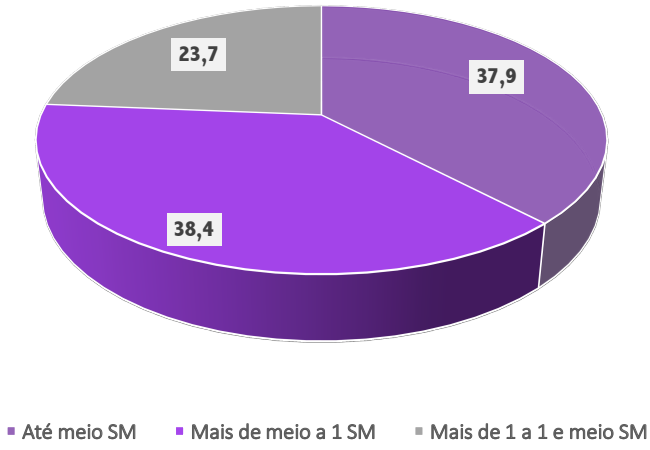
Faixa de renda mensal familiar *per capita*	%
Até meio SM	26,6
Mais de meio a 1 SM	26,9
Mais de 1 a 1 e meio SM	16,6
SUB-TOTAL ATÉ 1 E MEIO SM	70,2
Mais de 1 e meio a 3 SM	16,7
Mais de 3 a 5 SM	5,9
Mais de 5 a 7 SM	2,8
Mais de 7 a 10 SM	0,8
Mais de 10 a 20 SM	0,6
Mais de 20 SM	0,1
Não respondeu	3,0
TOTAL	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

13 Na V Pesquisa, as faixas de renda familiar *per capita* foram definidas a posteriori, a partir da informação nominal sobre a renda mensal familiar brutal. Neste sentido, ganhou-se maior exatidão na produção deste dado. Visando ainda eliminar vieses sempre existentes na coleta de dados sobre renda, tal como sobejamente aponta a bibliografia, definiu-se como "não respondentes" todos os valores de renda familiar bruta menores que R$100,00 (cem reais) e maiores que R$50.000,00 (cinquenta mil reais), de tal modo que a renda mensal *per capita* de até 1 e meio SM alcança 70,2% da população-alvo (incluídos os que não responderam) ou 72,3%, excluídos os que não responderam. Neste relatório, trabalhamos com os dados de renda incluindo os não respondentes.

Quando se considera apenas os (as) estudantes dentro da faixa de renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM", 37,9% tem renda *per capita* de "Até meio SM" e 76,3% de "Até 1 SM". Ou seja 3 a cada 4 estudantes que atendem ao perfil de renda definido pelo Decreto que dispõe sobre o PNAES têm renda *per capita* na faixa de "Até 1 SM", conforme Gráfico 1-4 .

Gráfico 1-4: Graduandos (as) com renda mensal familiar *per capita* até 1 e meio SM, segundo faixas de renda selecionadas - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O percentual de estudantes com renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM" cresceu em todas as regiões (Tabela 1-16). A região Nordeste - que continha, em 2014, o mais alto percentual de estudantes incluídos na faixa de renda *per capita* "Até 1 e meio SM" - teve um crescimento, em 2018, de 1,64 p.p.. Todavia, com crescimento de 5,73 p.p., o Norte ultrapassou o Nordeste de modo que, em 2018, aquela região contém o maior percentual de estudantes nesta faixa de renda: 81,9%.[14] Cresceu o percentual de discentes com renda inferior a 1 e meio SM também na região Sudeste (5,62 p.p.). No Sul, o aumento foi pouco significante, mas no Centro-Oeste foi revelador pois cresceu 7,53 p.p. Este aumento no Centro-Oeste tirou a região da condição de melhor renda, que agora é ocupada pelo Sul.

Este crescimento deveu-se ao aumento percentual de estudantes inseridos em famílias com renda mensal *per capita* "Mais de 1 a 1 e meio SM". Nota-se que caiu, em todas as regiões, o percentual de estudantes com renda mensal familiar *per capita* de "Até meio SM". E variou de região a região o percentual daqueles com renda *per capita* "Mais de meio a 1 SM". ►

14 A base material destas mudanças no perfil de renda regional pode estar associada à dinâmica econômica, marcada pela agudização da crise, menos cruel na região Nordeste que ficou, de acordo com a literatura, em parte blindada. O estudo de Araújo (2017) mostra que o PIB do Nordeste passou a acompanhar de perto o movimento cíclico da dinâmica econômica nacional e tendeu a apresentar taxa de incremento um pouco menor do que a média do país, nas fases de expansão, e taxa de retração menor nos momentos de crise. A autora mostra que o padrão de crescimento na região, ocorrido nos anos 2000, afetou positivamente o Nordeste em função da dinâmica econômica e do mercado de trabalho, além do aumento na renda resultante da adoção de políticas sociais. Afirma inclusive que houve redução da desigualdade intrarregional nos indicadores do mercado de trabalho, renda e demografia.

Tabela 1-16: Graduandos (as) com Renda Mensal Familiar *Per Capita* "Até 1 e meio SM", por região geográfica, segundo Faixa de Renda Mensal Familiar *Per Capita* – 2018 (em %)

Faixa Renda mensal *per capita*		Região do *campus*											
		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste			
		2014*	2018	2014*	2018	2014*	2018	2014*	2018	2014*	2018	2014*	2018
Até meio SM	%	45,9	44,8	45,8	38,3	22,3	17,8	21,8	13,6	22,8	18,6	32,0	26,6
Até 1 SM	%	66,5	70,2	67,3	64,9	44,8	45,6	45,7	40,4	43,1	45,9	53,9	53,5
Até 1 e meio SM	%	76,1	81,9	76,7	78,3	59,2	64,8	60,4	60,9	56,2	63,7	66,2	70,2

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
*FONAPRACE/ANDIFES (2016).

A renda média nominal familiar *per capita* dos (as) discentes é de R$1.328,08, muito próxima da renda nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente no Brasil, que, em 2018, é de R$1.373,00 (IBGE, 2018).

Regionalmente, todavia, há discrepâncias, conforme a Figura 1-3. As regiões Norte e Nordeste encontram-se abaixo da renda média nacional. Na região Norte a renda média *per capita* é R$884,28, menos de 1 SM, e no Nordeste de R$1.046,62. No Sudeste a renda média *per capita* é de R$1.510,89, no Sul é de R$1.632,42 e na região Centro-Oeste a renda média é de R$1.631,20. ►

Figura 1-3: Renda mensal familiar *per capita* de até 1 e meio SM, por região geográfica



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

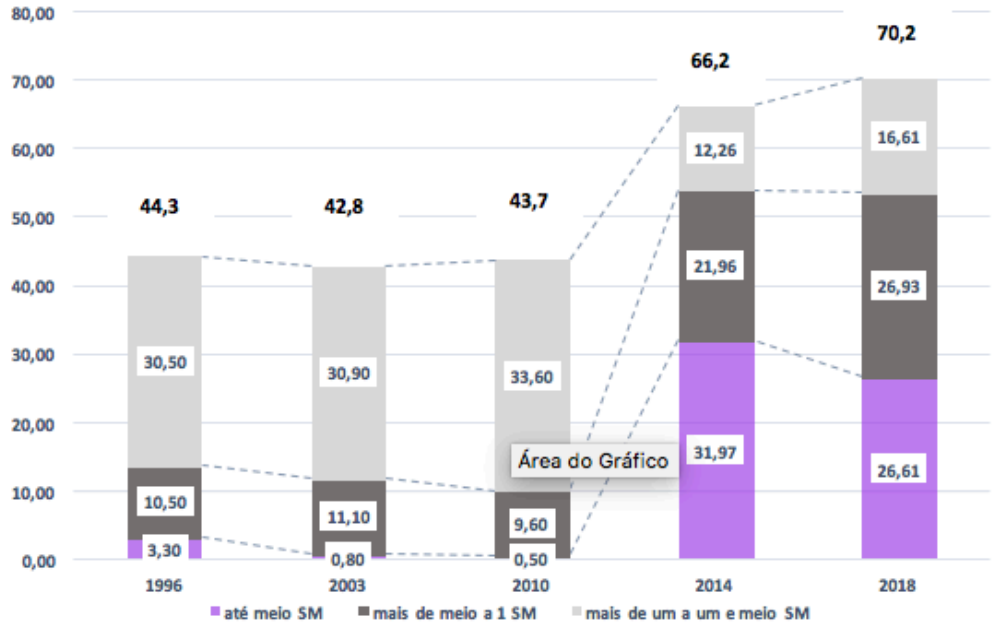
A V Pesquisa revela que 53,5% dos (as) graduandos das IFES estão na faixa de renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 SM" e 70,2% na faixa de renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM".

É importante notar que, em um país marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, o (a) estudante universitário (a) não faz parte da camada mais pobre da população, já que os setores mais pobres e miseráveis nem mesmo chegam a concluir o Ensino Médio, principal fator de exclusão ao Ensino Superior.

Não obstante, é revelador que o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal *per capita* "Até 1 e meio SM" tenha saltado de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica.

Verifica-se que o crescimento no percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* "até 1 e meio SM" foi maior nas subfaixas de renda "mais de meio a 1SM" (de 21,96% para 26,93%) e "mais de 1 a 1 e meio SM" (de 12,26% para 16,61%). Por sua vez, a faixa de renda "até meio SM" sofreu uma inflexão (de 31,97% para 26,61%), expressão da conjuntura econômica recente, marcada pela crise e pela implementação de políticas de austeridade fiscal (OLIVEIRA, 2019).

Gráfico 1-5: Percentual de (as) graduandos (as) das IFES, segundo faixas de renda mensal familiar *per capita* selecionadas, por ano de realização da Pesquisa de Perfil – 1996 – 2018 (em %)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018). FONAPRACE/ANDIFES (1997, 2004, 2011, 2016).

1.2.7 Estudantes ocupados (as)

Sensível à trajetória acadêmica dos (as) discentes trabalhadores (as), a equipe responsável pela V Pesquisa elegeu também a variável "estudantes ocupados (as)" como recorte.

Em 2014 o percentual de estudantes ocupados (as) era de 35,3%, 5,4 p.p a mais do que em 2018. Em 2018, do total de discentes, 29,9% estão ocupados (as). Por sua vez 40,6% estão desocupados (as) e 29,5% são inativos[15].

Estudantes ocupados (as) têm um perfil específico, quando isolados (as) da população-alvo das IFES. Estudantes ocupados do sexo masculino são majoritários (50,1%), pretos e pardos perfazem 50,4%, 7 a cada 10 estudantes ocupados (as) são solteiros (as) – diferentemente, 9 a cada 10 estudantes inativos (as) são solteiros (as). Estão concentrados (as) em cursos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, não coincidindo com as áreas de conhecimento predominantes entre inativos (as) e desocupados (as). Estes concentram-se mais nas áreas de Engenharias e Ciências da Saúde.

15 Optou-se por denominar o estudante que "trabalha" como "ocupado". Já o estudante que "não trabalha e está à procura de trabalho" é identificado como "desocupado", enquanto o estudante que "não trabalha e não está à procura de trabalho" é identificado como "inativo".

Outra especificidade dos (as) estudantes ocupados (as) é o fato de serem mais velhos (as) pois a maioria está na faixa etária de "25 anos e mais", em contraste com a faixa etária de "18 a 24 anos" na qual se situam quase ¾ dos (as) inativos (as) e desocupados (as).

Em relação ao vínculo com o trabalho, é importante ressaltar que 24,4% são estagiários (as), sendo os (as) demais ocupados (as) formais e informais. Do total de estudantes ocupados (as), 31,7% tem carteira assinada e 17,0% são funcionários (as) públicos (as). Têm vínculos precários (sem carteira assinada, sem carteira assinada ou com contrato ajudando familiares, com contrato temporário em uma empresa, organização social ou órgão estatal) 20,0% dos estudantes ocupados (as) e outro tipo de contrato 7,0%. Trabalham mais de 30 horas semanais 45,9% dos (as) estudantes ocupados (as), o que certamente afeta o tempo e as condições de estudo. Considerando a renda do trabalho, a maioria absoluta dos (as) estudantes ocupados (as) recebe "Até 1 e meio SM" (62,2%). Dentre estudantes ocupados (as) que recebem "Até 1 e meio SM", pouco mais de ¼ é o (a) principal mantenedor (a) do seu grupo familiar. Entre aqueles (as) que recebem "Mais de 1 e meio a 3 SM", 49,1% são os (as) mantenedores (as) de seu grupo familiar, enquanto entre os (as) que recebem "Mais de 3 SM", 73,1% são os (as) mantenedores (as) principais. Do total de ocupados (as), 37,8% são mantenedores (as) principais de seu grupo familiar.

Estudam no período noturno 48,4% dos (as) estudantes ocupados (as) e, destes, 26,0% frequentam cursos no turno Diurno e 25,6% no Integral. Dentre estudantes do Noturno, quase metade são trabalhadores (as). Estudantes ocupados que frequentam o turno Noturno vieram de escolas públicas de Ensino Médio no percentual de 72,1%, quando o percentual de nosso público-alvo oriundo da rede pública de Ensino Médio é 64,7%. Frequentam semanalmente o espaço das bibliotecas 44,1% dos (as) estudantes ocupados (as). Dentre eles, 27,7% não as frequentam e 28,2% o faz menos de uma vez por semana. Por sua vez, 78,8% dos (as) estudantes ocupados (as) estudam até 10 horas semanais fora da sala de aula, enquanto 21,2% estudam mais de 10 horas. Estudantes ocupados (as) se informam, em 51,9% dos casos, pela mídia eletrônica formal (Jornal, Revista, Portais de notícias etc.); 54,9% deles (as) afirmam que aumentou o número de obras literárias lidas depois que entraram na universidade; 45,2% indicam o aumento do número de filmes assistidos depois de seu ingresso na universidade; e, finalmente, 42,8% indicam o aumento de sua participação política.

A maioria relativa dos (as) estudantes ocupados (as) - 46,1% - usa transporte coletivo (Metrô, ônibus, van, embarcação, trem etc.) para se deslocar até a universidade, enquanto 34,1% usa transporte próprio (carro, moto etc.).

Sobre eventuais dificuldades que interferem em suas vidas e no contexto acadêmico, nota-se que questões materiais de natureza financeira, hábito de estudo, carga de trabalhos estudantis e tempo de deslocamento tendem a afetar estudantes ocupados (as), aindw∑a que, fundamentalmente, em pequena proporção. Por exemplo, afeta 18,4% dos (as) ocupados (as) o tempo de deslocamento até o local de estudo, 19,3% as dificuldades financeiras e 19,7% são afetados por carga excessiva de trabalhos estudantis. O que interfere mesmo na trajetória acadêmica destes estudantes é a jornada trabalhada.

> **Mais de 1/3 dos (as) estudantes ocupados (as) são afetados (as) pela carga horária excessiva de trabalho (34,0%), indicador de que é o trabalho – e não o estudo em si - o evento que mais interfere em suas vidas e no contexto acadêmico.**

Corrobora esta interpretação o dado captado sobre eventual abandono do curso.

Dentre estudantes ocupados (as), 54,3% pensaram em abandonar o curso, 1,5 p.p. acima da média. Dentre as razões para tal, 23,6% alegam dificuldades financeiras e 25,1% o nível de exigência (carga elevada de trabalhos acadêmicos). Todavia, mais da metade dos (as) ocupados (as) indica dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Dentre estudantes ocupados que fizeram trancamento de matrícula, 37,0% alegou motivo de trabalho, contra apenas 9,9% que alegou insatisfação com o curso. Finalmente, um dado interessante do perfil de estudantes ocupados (as) é sua perspectiva após formado (a). A cada 10 estudantes, apenas 1 faria um novo curso, enquanto 4 a cada 10 fariam pós-graduação.

Nas últimas décadas as instituições federais de ensino superior abriram suas portas, sob o imperativo das políticas educacionais como o REUNI, para estudantes ocupados (as). Este público representa hoje 29,9% da população-alvo. A bibliografia indica que a ampliação deste público específico depende da expansão das vagas em cursos noturnos, as quais, por sua vez, representam hoje, nas IFES, 29,3% do total de suas matrículas (INEP, 2014).

1.2.8 Natureza administrativa da escola de Ensino Médio dos (as) graduandos (as)

Há algum tempo, quase dois terços da população discente das IFES cursa o ensino médio em escolas públicas. Em 2014, o percentual de estudantes que havia cursado integralmente, ou na maior parte do tempo, escolas públicas de ensino médio era de 64,0%.

Em 2018, estudantes que cursaram ensino médio em escolas públicas são maioria absoluta (64,7%), praticamente o mesmo percentual encontrado na pesquisa de 2014. Estudaram em escolas particulares 35,3%.

Gráfico 1-6: Graduandos (as) segundo tipo de escola de Ensino Médio, por Unidade da Federação, 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A maioria dos graduandos cursou o ensino médio em escolas públicas, qualquer que seja a Unidade da Federação, exceto o Distrito Federal. O predomínio de estudantes oriundos do sistema público de ensino médio

também se verifica em todas as áreas do conhecimento do CNPq.

Outra revelação importante trazida pelo dado diz respeito ao fato de que as cotas têm reservado metade das vagas para este público, portanto uma parcela tem ingressado via ampla concorrência, prescindindo da reserva de vagas, sobretudo por sua insuficiência para atender ao público demandante potencial.

Finalmente, não se sustenta em dados a ideia segundo a qual a maioria dos (as) estudantes das IFES é proveniente das escolas particulares de Ensino Médio.

1.2.9 Região Geográfica de *campi* dos (as) graduandos (as)

A distribuição dos (as) graduandos (as) por região geográfica de *campi*, em 2018, revela que o Sudeste tem reduzido predomínio sobre o Nordeste, mas juntas estas regiões perfazem 59,6% do total de matrículas nas IFES.

O percentual de discentes por região é superior ao percentual populacional por região no Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Exceção é a região Sudeste onde, como se nota pela Tabela 1-17, o percentual populacional é superior ao de discentes.

Tabela 1-17: Graduandos (as) segundo a região geográfica de *campus* – 2018

Região	Freq.	%	População por região (%)*
Norte	151.182	12,6	8,7
Nordeste	355.041	29,6	27,2
Sudeste	360.160	30,0	42,1
Sul	209.887	17,5	14,3
Centro-Oeste	124.031	10,3	7,7
Nacional	1.200.300	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (2012)

1.2.10 Ano de ingresso dos (as) graduandos (as)

A variável ano de ingresso permite captar aspectos das trajetórias e dos percursos acadêmicos de discentes em alguns momentos do curso: na condição de ingressantes, veteranos e formandos.

Criou-se a variável "Faixa de ano de ingresso", a partir da informação sobre ano de ingresso, agrupado nos seguintes intervalos: ingressantes em 2018 (13,6%), ingressantes em 2017 (20,0%), ingressantes no período 2013-2016 (54,3%), bem como de ingressantes até 2012 (12,0%).

Os efeitos da implementação de novos mecanismos de recrutamento de discentes para as IFES, que levou à substituição total ou parcial dos tradicionais vestibulares pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU, bem como da adoção da política de cotas, são claramente verificados quando se analisa os "Meios de ingresso" e "Formas de ingresso" segundo "Faixa de ano de ingresso", por exemplo.

O percentual de discentes que ingressou por meio do ENEM/SISU em 2018 é mais do que o dobro, relativamente aos ingressantes até 2012. Relação inversa se observa quando a forma de ingresso é o "Vestibular".

À medida que dista do presente, maior é o percentual de discentes que entrou via processos seletivos

vestibulares. Na faixa de ano de ingresso “até 2012”, 57,4% ingressaram por Vestibular, enquanto na faixa “Ingressante 2018” este percentual é de 16,7%

O percentual de discentes que ingressou por meio de “Avaliação Seriada” é de 2,6%, média que é ultrapassada pelos estudantes que ingressaram até 2012. Não se altera significativamente, segundo a faixa de ano de ingresso, o percentual de estudantes que entraram nas IFES por meio de Convênio PEC – G (em média 0,2%), por Transferência (2,0%) ou “Sobrevaga” (0,3%), embora o percentual seja ligeiramente menor para os ingressantes até 2012.

Tabela 1-18: Graduandos (as) por ingresso, segundo faixa de ano de ingresso – 2018

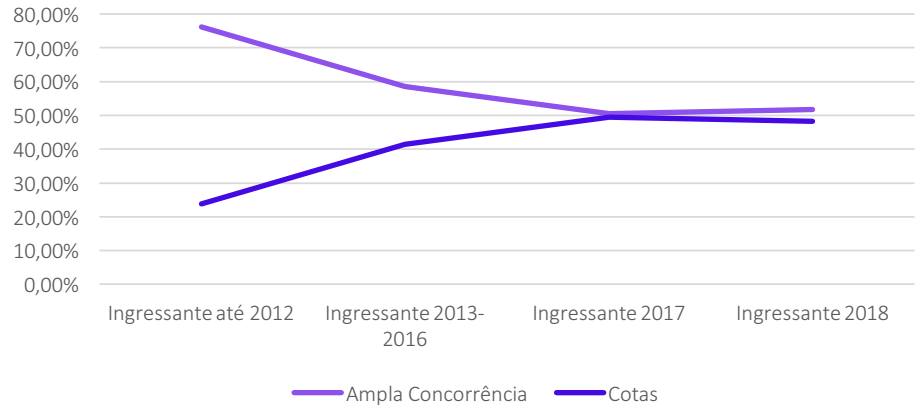
Ingresso		Ingressante até 2012	Ingressante 2013-2016	Ingressante 2017	Ingressante 2018	Total
Vestibular	Freq.	82.951	169.152	38.488	272.22	317.813
	% (L)	26,1	53,2	12,1	8,6	100,0
	% (C)	57,4	25,9	16,0	16,7	26,5
Avaliação Seriada	Freq.	4.998	16.888	5.608	3.659	31.153
	% (L)	16,0	54,2	18,0	11,7	100,0
	% (C)	3,5	2,6	2,3	2,2	2,6
ENEM/SISU	Freq.	51.895	441.285	186.250	125.866	805.296
	% (L)	6,4	54,8	23,1	15,6	100,0
	% (C)	35,9	67,7	77,4	77,2	67,1
Convênio (PEC G)	Freq.	499	1.618	416	251	2.784
	% (L)	17,9	58,1	14,9	9,0	100,0
	% (C)	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Transferência	Freq.	2.367	13.194	4.936	3.063	23.560
	% (L)	10,0	56,0	21,0	13,0	100,0
	% (C)	1,6	2,0	2,1	1,9	2,0
Portador de diploma	Freq.	1.678	8.425	4.044	2.290	16.437
	% (L)	10,2	51,3	24,6	13,9	100,0
	% (C)	1,2	1,3	1,7	1,4	1,4
Sobrevaga	Freq.	171	1.524	812	701	3.208
	% (L)	5,3	47,5	25,3	21,9	100,0
	% (C)	0,1	0,2	0,3	0,4	0,3
Não respondeu	Freq.	8	28	13	0	49
	% (L)	16,3	57,1	26,5	0,0	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	144.567	652.114	240.567	163.052	1.200.300
	% (L)	12,0	54,3	20,0	13,6	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O efeito da adoção das cotas é também claramente verificado quando se analisa a variável “Forma de ingresso”.

À medida que o ano de ingresso do estudante se aproxima do presente, tende a diminuir o percentual de ingressantes por ampla concorrência e, contrariamente, a aumentar o percentual de cotistas. Além disso, o efeito da política de cotas na “Faixa de ano de ingresso” é notório qualquer que seja a modalidade de cotas considerada.

Gráfico 1-7: Graduandos (as), por forma de ingresso, segundo faixa de ano de ingresso – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Resumindo as variáveis de recorte, temos o seguinte perfil discente das IFES brasileiras: 54,6% do universo pesquisado é composto por estudantes do sexo feminino, um crescimento de 3 p.p. relativamente a 2014. A média etária é de 24,43 anos, sendo que estudantes na faixa de "20 a 24 anos" permanecem maioria, embora tenha crescido quase 4 p.p. estudantes na faixa "Menos de 20 anos".

Aumentou o percentual de negros (pretos quilombolas, pretos não quilombolas e pardos) que, pela primeira vez no espectro temporal das pesquisas de perfil da ANDIFES/FONAPRACE, alcança a maioria absoluta do universo pesquisado. Ainda que o perfil de cor ou raça da população brasileira também tenha se alterado, de 2014 para 2018, o aumento de pretos, pardos e indígenas identificado pela V Pesquisa foi superior ao crescimento populacional.

Cresceu o percentual de estudantes com renda mensal familiar per capita "até 1 e meio SM" – de 66,2% em 2014 para 70,2% em 2018 -, um aumento de 4 p.p., ou seja, em 2018, 7 a cada 10 discentes estão incluídos neste perfil de renda coberto pelo PNAES.

A V Pesquisa pode ter captado as mudanças regionais econômicas – em particular na renda – ocorridas nos últimos quatro anos no país. É interessante verificar que a região Nordeste concentrava o maior percentual de estudantes com renda mensal familiar per capita de "Até 1 e meio SM" em 2014 mas foi ultrapassada pela Norte. Cresceu também o percentual de estudantes com renda mensal familiar per capita de "Até 1 e meio SM" no Sudeste e no Centro-Oeste de tal modo que a menor proporção destes estudantes se encontra no Sul do país.

Estudantes trabalhadores constituem 29,9%, dentre os quais 48,4% estudam no período noturno.

Do total de discentes das IFES, 64,7% estudaram integral ou a maior parte do tempo em escolas públicas de ensino médio, dado que coloca por terra a distorcida imagem da "trajetória invertida", segundo a qual estudantes das públicas federais vieram do ensino médio privado. A trajetória estudantil típica e dominante hoje nas IFES é de ingresso de estudantes que cursaram Ensino Médio público.

Finalmente em termos regionais, Sudeste e Nordeste quase empatam em densidade populacional do universo pesquisado. O Sudeste concentra 30,0% dos discentes, enquanto o Nordeste 29,5%.

A seguir apresenta-se a análise completa do perfil dos (as) graduandos (as) das IFES brasileiras, seguindo cinco eixos: Identificação do Perfil básico, Identificação do Perfil socioeconômico, Itinerários estudantis e perfil acadêmico, Itinerários estudantis e perfil cultural, Saúde e qualidade de vida.

02
IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL BÁSICO

Esta seção tem por objetivo apresentar as características socioeconômicas básicas dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (IFES) em 2018. [16]

A primeira distribuição dos (as) graduandos (as) em termos da região de localização da IFES em 2018 pode ser vista na Tabela 2-1.

Tabela 2-1: Graduandos (as), segundo a região de localização das IFES – 2018

Região	Freq.	%	População por região (%)*
Norte	151.181	12,6	8,7
Nordeste	355.041	29,6	27,2
Sudeste	360.160	30,0	42,1
Sul	209.887	17,5	14,3
Centro-Oeste	124.031	10,3	7,7
Nacional	1.200.300	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais (2012).

A alteração do quadro de distribuição de graduandos (as) pelas regiões do país em relação à pesquisa de 2014 é diminuta. O Sudeste continua sendo a região com maior contingente de estudantes de graduação, seguido pelo Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.

Comparada a distribuição de vagas em IFES pelas regiões do país com a distribuição populacional conclui-se que todas as regiões têm uma proporção maior de vagas do que sua participação na população nacional, com exceção da região Sudeste, que tem uma diferença negativa de 12 p.p. entre essas duas grandezas. Isso se deve, provavelmente, ao fato do estado de São Paulo, que é de longe o estado mais populoso da federação, ter um sistema público de ensino superior no qual ainda preponderam as IES estaduais, maiores e mais antigas que as federais naquele estado.

Na pesquisa de 2018 desagregou-se os dados para o nível dos *campi*. A razão entre o número de estudantes de graduação e número de *campi* em cada região, como mostra a Tabela 2-2, é bastante similar e não revela qualquer assimetria regional. ►

16 Em geral estas características são apresentadas por região de localização da IFES, com o intuito de ressaltar as heterogeneidades existentes em nosso país que se expressam inclusive no contexto universitário.

Tabela 2-2: Número de graduandos (as), de *campi* e a razão número de graduandos/número de *campi*, por região onde se localizam os *campi* – 2018

Região	No. de graduandos	No. de *campi*	Razão graduandos/*campi*
Norte	151.181	69	2.191,04
Nordeste	355.041	102	3.480,79
Sudeste	360.160	107	3.365,98
Sul	209.887	75	2.798,49
Centro-Oeste	124.031	42	2.953,11
Total	1.200.300	395	3.038,73

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A Tabela 2-3 mostra os (as) graduandos (as) distribuídos (as) em faixas etárias pelas regiões de localização da IFES. Assim como no levantamento de 2014, nota-se uma distribuição muito similar em todas as regiões, com preponderância da faixa etária "de 18 a 24 anos", seguida pela faixa etária "25 anos e mais". Os estudantes que têm "17 anos ou menos" são, como era de se esperar, minoria em todas as regiões. A presença de aproximadamente um terço dos (as) graduandos (as) na faixa superior de idade ("25 anos e mais") pode ser consequência de atrasos acumulados ao longo da vida escolar de um grande contingente de brasileiros ou de outros fatores, como o fato da expansão geográfica do ensino superior federal nos últimos anos ter atingido regiões onde não haviam oportunidades para a formação superior da população.

A Tabela 2-3 também mostra o número de graduandos (as) distribuídos em faixas do ano de ingresso na universidade, desagregando os dados para as regiões de localização das IFES. Novamente verifica-se alto grau de homogeneidade no perfil das IFES, sem grandes variações de região a região.

O dado mais digno de nota é a proporção de estudantes que ingressaram "Até 2012", com média nacional de 12,0% e desvio padrão de 1,4%, isto é, bastante baixo. Considerando que a duração dos cursos varia entre 4 e 6 anos, esses dados revelam que a proporção de estudantes em atraso é bastante modesta e que ela o é de maneira similar em todo território nacional. Isso pode ser tomado como evidência da eficiência do serviço prestado pelas IFES, que, salvo evidência contrária, consegue formar a imensa maioria de seus graduandos (as) no tempo regulamentar dos diferentes cursos.

O exame dos dados relativos à distribuição regional de graduandos (as) por declaração de sexo novamente revela homogeneidade. Como já mostrado em relação ao agregado nacional, estudantes do sexo feminino são maioria em todas as regiões, com média nacional de 54,6% e um desvio padrão de 1,3%. É importante insistir nessa característica das IFES, pois a alta desigualdade regional é um dos problemas históricos mais renitentes da sociedade brasileira. ►

Tabela 2-3: Graduandos (as), segundo a faixa etária e faixa de ano de ingresso, por região onde se localizam os *campi* – 2018

Região do *campus*		Faixa etária				Faixa de ano de ingresso				
		17 anos e menos	De 18 a 24 anos	25 anos e mais	Total	Até 2012	2013-2016	2017	2018	Total
Norte	Freq.	4.617	95.829	50.736	15.268	79.080	31.284	25.549	15.268	151.181
	% (L)	3,1	63,4	33,6	10,1	52,3	20,7	16,9	10,1	100,0
	% (C)	17,7	12,1	13,2	10,6	12,1	13	15,7	10,6	12,6
Nordeste	Freq.	7.538	217.188	130.217	47.315	196.665	70.479	40.582	47.315	355.041
	% (L)	2,1	61,2	36,7	13,3	55,4	19,9	11,4	13,3	100,0
	% (C)	28,9	27,5	33,9	32,7	30,2	29,3	24,9	32,7	29,6
Sudeste	Freq.	5.065	250.918	104.177	47.217	195.205	72.667	45.072	47.217	360.161
	% (L)	1,4	69,7	28,9	13,1	54,2	20,2	12,5	13,1	100,0
	% (C)	19,4	31,8	27,1	32,7	29,9	30,2	27,6	32,7	30,0
Sul	Freq.	5.953	138.915	65.014	22.381	112.129	40.969	34.407	22.381	209.886
	% (L)	2,8	66,2	31,0	10,7	53,4	19,5	16,4	10,7	100,0
	% (C)	22,8	17,6	16,9	15,5	17,2	17	21,1	15,5	17,5
Centro-Oeste	Freq.	2.918	86.799	34.314	12.388	69.035	25.166	17.442	12.388	124.031
	% (L)	2,4	70,0	27,7	10	55,7	20,3	14,1	10,0	100,0
	% (C)	11,2	11,0	8,9	10,3	10,7	10,5	10,6	8,6	10,3
Total	Freq.	26.091	789.649	384.458	1.200.198	163.052	240.565	652.114	144.569	1.200.300
	% (L)	2,2	65,8	32,0	100,0	13,6	20,0	54,3	12,0	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

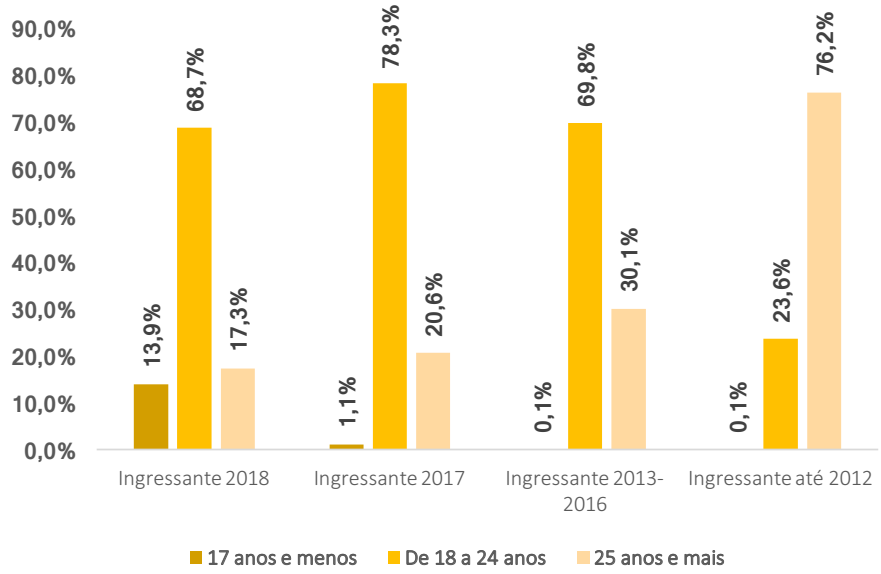
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O cruzamento entre a faixa etária dos (as) graduandos (as) e sua faixa de ano de ingresso revela, como era de se esperar, a preponderância de estudantes em idade escolar típica, ou seja, entre 18 e 24 anos, que dominam todas as faixas de ano de ingresso menos aquela relativa aos que ingressaram antes de 2012.

Dado importante, contudo, é a proporção de estudantes de 25 anos ou mais que continua a entrar nos anos 2017 e 2018 - 20,6% e 17,3% respectivamente. Ou seja, a universidade pública atende também estudantes que acumularam atraso ao longo de sua vida acadêmica ou mesmo que retornaram aos estudos depois de período de abandono.[17] ►

17 Estudos mais detalhados poderiam testar se a presença de estudantes mais velhos (as) está correlacionada à criação recente do *campus*, pois áreas não atendidas anteriormente pelo ensino superior público podem conter demanda reprimida pelo serviço.

Gráfico 2-1: Graduandos (as), segundo a faixa etária e faixa do ano de ingresso na IFES (em %) – 2018



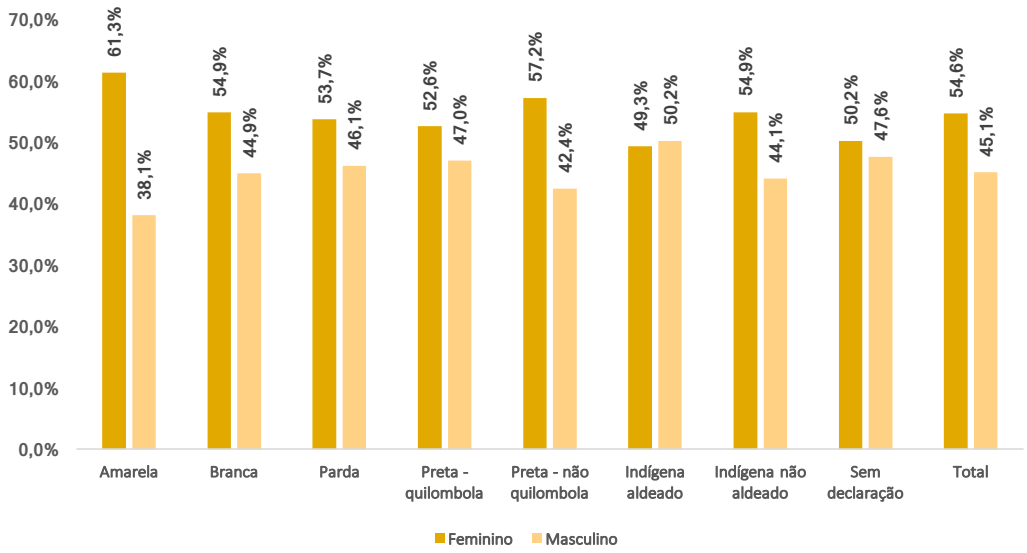
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Como apontado na Introdução, houve crescimento da participação do sexo feminino relativamente às pesquisas anteriores. Na V Pesquisa estudantes do sexo feminino representam 54,6%; já quem se declarou do sexo masculino representa 45,1% e ainda se observou 0,3% sem declaração.

O percentual relativo de estudantes de sexo feminino e amarelas (2,4%) é superior ao de amarelos (1,8%). O mesmo ocorre com brancas (43,5%) e brancos (43,2%). Pretas não quilombolas (11,6%) também são percentualmente superiores aos pretos não quilombolas (10,4%). Pretos quilombolas, indígenas aldeados e indígenas não aldeados, independentemente do sexo, são percentualmente idênticos. Discrepam, contudo, entre pessoas pardas. Estudantes pardas são percentualmente menos frequentes do que pardos, 38,5% contra 40,1%.

Com exceção dos indígenas aldeados, para todos os demais grupos de cor ou raça, há um percentual de mulheres maior do que de homens. Cabe destacar o predomínio de mulheres entre os discentes de cor amarela, com mais de 60% de mulheres (Gráfico 2-2). ►

Gráfico 2-2: Graduandos (as) segundo cor ou raça, por sexo – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Há uma inversão da predominância feminina quando consideramos um recorte por faixa de renda *per capita*, conforme a Tabela 2-4.

Enquanto na faixa de renda *per capita* "Até 1 e meio SM", mantem-se o predomínio feminino (56,5%), na faixa de renda *per capita* "Mais de 3 SM", há um predomínio masculino (53,4%). Essa relação ocorre para quase todas as categorias de cor ou raça. As exceções ocorrem entre estudantes declarados (as) amarelos (as) e indígenas não aldeados (as), pois nestes grupos estudantes do sexo feminino predominam em todas as faixas de renda, e entre os (as) declarados (as) indígenas aldeados (as), em que o predomínio de estudantes do sexo feminino está na faixa de renda *per capita* "Mais de 3 SM" (56,8%).

Quando é analisada a distribuição por cor ou raça, dentro das faixas de renda, percebe-se um predomínio de brancos (as) (66,6%) na faixa de renda *per capita* "Mais de 3 SM", enquanto que 36,5% são brancos (as) na faixa de renda *per capita* "Até 1 e meio SM". Esse predomínio de estudantes brancos (as) independe do sexo declarado. Isso se inverte quando consideramos estudantes pretos (as) e pardos (as), ou seja, há um predomínio de negros (as) na faixa de renda *per capita* "Até 1 e meio SM" (57,9%), enquanto 28,5% são negros (as) na faixa de renda *per capita* "Mais de 3 SM" (Tabela 2-4).

Do total de pessoas indígenas aldeadas, 91,4% estão incluídas na faixa de renda *per capita* "Até 1 e meio SM", com distribuição semelhante entre sexo feminino e masculino.

Em suma, a renda é um fator de desigualdade que se combina com sexo e raça. Entre os estudantes de renda mais alta há um predomínio de discentes do sexo masculino e brancos. ►

Tabela 2-4: Graduandos (as), por cor ou raça, segundo faixa de renda familiar *per capita* – 2018

			Amarela	Branca	Parda	Preta - quilombola	Preta - não quilombola	Indígena aldeado	Indígena não aldeado	Sem declaração	Total
Até 1 e meio SM	F	Freq.	11.547	176.966	203.872	5.028	63.469	2.107	2.778	10.397	476.164
		% (L)	2,4	37,2	42,8	1,1	13,3	0,4	0,6	2,2	100,0
		% (C)	64,3	57,5	55,2	53,2	58,0	49,3	54,6	54,0	56,5
	M	Freq.	6.302	129.876	164.627	4.402	45.454	2.153	2.251	8.492	363.557
		% (L)	1,7	35,7	45,3	1,2	12,5	0,6	0,6	2,3	100,0
		% (C)	35,1	42,2	44,6	46,5	41,6	50,4	44,3	44,1	43,2
	SD	Freq.	100	733	572	27	436	12	56	368	2.304
		% (L)	4,3	31,8	24,8	1,2	18,9	0,5	2,4	16,0	100,0
		% (C)	0,6	0,2	0,2	0,3	0,4	0,3	1,1	1,9	0,3
	T	Freq.	17.949	307.575	369.071	9.457	109.359	4.272	5.085	19.257	84.2025
		% (L)	2,1	36,5	43,8	1,1	13,0	0,5	0,6	2,3	100,0
		% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 1 e meio a 3 SM	F	Freq.	2.529	61.833	29.390	210	7.757	43	292	2.609	104.663
		% (L)	2,4	59,1	28,1	0,2	7,4	0,0	0,3	2,5	100,0
		% (C)	56,2	53,3	49,2	42,7	54,4	56,6	56,5	47,9	52,1
	M	Freq.	1.953	53.866	30.299	282	6.467	32	225	2.762	95.886
		% (L)	2,0	56,2	31,6	0,3	6,7	0,0	0,2	2,9	100,0
		% (C)	43,4	46,5	50,7	57,3	45,4	42,1	43,5	50,7	47,7
	SD	Freq.	21	263	59	0	23	1	0	81	448
		% (L)	4,7	58,7	13,2	0,0	5,1	0,2	0,0	18,1	100,0
		% (C)	0,5	0,2	0,1	0,0	0,2	1,3	0,0	1,5	0,2
	T	Freq.	4.503	115.962	59.748	492	14.247	76	517	5.452	200.997
		% (L)	2,2	57,7	29,7	0,2	7,1	0,0	0,3	2,7	100,0
		% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais de 3 SM	F	Freq.	1.232	38.694	11.958	53	2.856	22	138	1.394	56.347
		% (L)	2,2	68,7	21,2	0,1	5,1	0,0	0,2	2,5	100,0
		% (C)	50,7	47,9	42,0	24,2	48,8	59,5	56,8	41,6	46,4
	M	Freq.	1.194	41.950	16.467	166	2.985	15	105	1.890	64.772
		% (L)	1,8	64,8	25,4	0,3	4,6	0,0	0,2	2,9	100,0
		% (C)	49,1	51,9	57,8	75,8	51,0	40,5	43,2	56,5	53,4
	SD	Freq.	4	136	43	0	15	0	0	63	261
		% (L)	1,5	52,1	16,5	0,0	5,7	0,0	0,0	24,1	100,0
		% (C)	0,2	0,2	0,2	0,0	0,3	0,0	0,0	1,9	0,2
	T	Freq.	2.430	80.780	28.468	219	5.856	37	243	3.347	121.380
		% (L)	2,0	66,6	23,5	0,2	4,8	0,0	0,2	2,8	100,0
		% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não respondeu	F	Freq.	419	7.828	7.303	362	1.926	131	121	700	18.790
		% (L)	2,2	41,7	38,9	1,9	10,3	0,7	0,6	3,7	100,0
		% (C)	55,0	49,9	56,4	62,4	56,8	45,6	55,3	34,4	52,3
	M	Freq.	324	7.805	5.582	205	1.435	146	91	1.173	16.761
		% (L)	1,9	46,6	33,3	1,2	8,6	0,9	0,5	7,0	100,0
		% (C)	42,5	49,7	43,1	35,3	42,4	50,9	41,6	57,7	46,7
	SD	Freq.	19	59	55	13	27	10	7	159	349
		% (L)	5,4	16,9	15,8	3,7	7,7	2,9	2,0	45,6	100,0
		% (C)	2,5	0,4	0,4	2,2	0,8	3,5	3,2	7,8	1,0
	T	Freq.	762	15.692	12.940	580	3.388	287	219	2.032	35.900
		% (L)	2,1	43,7	36,0	1,6	9,4	0,8	0,6	5,7	100,0
		% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	F	Freq.	15.727	285.321	252.523	5653	76.008	2.303	3.329	15.100	655.964
		% (L)	2,4	43,5	38,5	0,9	11,6	0,4	0,5	2,3	100,0
		% (C)	61,3	54,9	53,7	52,6	57,2	49,3	54,9	50,2	54,6
	M	Freq.	9.773	233.497	216.975	5.055	56.341	2.346	2.672	14.317	540.976
		% (L)	1,8	43,2	40,1	0,9	10,4	0,4	0,5	2,6	100,0
		% (C)	38,1	44,9	46,1	47,0	42,4	50,2	44,1	47,6	45,1
	SD	Freq.	144	1.191	729	40	501	23	63	671	3.362
		% (L)	4,3	35,4	21,7	1,2	14,9	0,7	1,9	20,0	100,0
		% (C)	0,6	0,2	0,2	0,4	0,4	0,5	1,0	2,2	0,3
	T	Freq.	25.644	520.009	470.227	10.748	132.850	4.672	6.064	30.088	1200.300*
		% (L)	2,1	43,3	39,2	0,9	11,1	0,4	0,5	2,5	100,0
		% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de graduandos (as) seria 1.200.302.
F = Sexo Feminino
M = Sexo Masculino
SD = Sem declaração
T = Total

Há uma relação entre o sexo dos graduandos (as) e a área do conhecimento do seu curso. Estudantes do sexo masculino são sobrerepresentados nas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, enquanto estudantes do sexo feminino predominam nas Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Humanas, Ciências Sociais

Aplicadas e Linguística e Letras.

Isso aponta para uma maior proporção do sexo feminino em carreiras associadas ao cuidado – o que reproduz a divisão sexual do trabalho.

Tabela 2-5: Graduandos (as) por sexo, segundo a área de conhecimento do curso - 2018

Área do Conhecimento CNPq/ Sexo		Feminino	Masculino	Sem declaração	Total
Ciências Exatas e da Terra	Freq.	61.349	98.016	340	159.705
	% (L)	38,4	61,4	0,2	100,0
	% (C)	9,4	18,1	10,1	13,3
Ciências Biológicas	Freq.	32.707	16.444	172	49.323
	% (L)	66,3	33,3	0,4	100,0
	% (C)	5,0	3,0	5,1	4,1
Engenharias	Freq.	86.635	144.093	326	231.054
	% (L)	37,5	62,4	0,1	100,0
	% (C)	13,2	26,6	9,7	19,3
Ciências da Saúde	Freq.	105.632	50.620	209	156.461
	% (L)	67,5	32,4	0,1	100,0
	% (C)	16,1	9,4	6,2	13,0
Ciências Agrárias	Freq.	37.527	27.126	139	64.792
	% (L)	57,9	41,9	0,2	100,0
	% (C)	5,7	5,0	4,1	5,4
Ciências Sociais Aplicadas	Freq.	140.406	97.036	596	238.038
	% (L)	59,0	40,8	0,3	100,0
	% (C)	21,4	17,9	17,7	19,8
Ciências Humanas	Freq.	116.160	65.698	754	182.612
	% (L)	63,6	36,0	0,4	100,0
	% (C)	17,7	12,1	22,4	15,2
Linguística, Letras e Artes	Freq.	64.503	32.961	793	98.257
	% (L)	65,7	33,6	0,8	100,0
	% (C)	9,8	6,1	23,6	8,2
Multidisciplinar	Freq.	11.043	8.980	35	20.058
	% (L)	55,1	44,8	0,2	100,0
	% (C)	1,7	1,7	1,0	1,7
Total	Freq.	655.962	540.974	3.364	1.200.300
	% (L)	54,7	45,1	0,3	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A pergunta sobre gênero, com múltiplas respostas, é uma inovação do questionário da pesquisa de 2018. Os resultados do cruzamento entre gênero e outras variáveis revelam alguns aspectos interessantes da identidade do perfil dos graduandos (as) das IFES.

Como era de se esperar, a proporção de graduandos (as) trans é bem pequena, da ordem de 0,2% em todo país. Ainda assim, estamos falando de 3.379 pessoas. Aqueles (as) que se declaram cis são maioria, tanto mulheres como homens, mas vale a pena notar que, se agruparmos todos (as) os (as) respondentes que negam tal identidade, obtém-se uma proporção nacional de 11,6%, com um pico de 18,2% na região Norte. A diversidade de gênero na universidade pública, revelada nos dados acima, é condição potencial para o questionamento da

heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, em seus espaços.

Tabela 2-6: Graduandos (as) por gênero, segundo a região geográfica de *campus* - 2018

Região do *campus*/Gênero		Mulher Cisgênera	Homem Cisgênero	Mulher Transexual/ Transgênera	Homem Transexual/ Transgênero	Não-Binário	Outro	Prefiro não me classificar	Prefiro não responder	Total
Norte	Freq.	66.955	56.610	307	315	934	7.124	8.173	10.765	151.183
	% (L)	44,3	37,4	0,2	0,2	0,6	4,7	5,4	7,1	100,0
	% (C)	11,6	11,8	18,3	18,5	12,1	22,7	18,3	19,8	12,6
Nordeste	Freq.	159.442	145.357	489	526	2.264	11.506	15.301	20.156	355.041
	% (L)	44,9	40,9	0,1	0,1	0,6	3,2	4,3	5,7	100,0
	% (C)	27,6	30,2	29,2	30,9	29,3	36,6	34,2	37,0	29,6
Sudeste	Freq.	188.047	143.153	341	442	2.326	5.952	9.605	10.294	360.160
	% (L)	52,2	39,7	0,1	0,1	0,6	1,7	2,7	2,9	100,0
	% (C)	32,6	29,8	20,3	26,0	30,1	18,9	21,5	18,9	30,0
Sul	Freq.	105.033	85.064	361	287	1.448	3.836	6.904	6.953	209.886
	% (L)	50,0	40,5	0,2	0,1	0,7	1,8	3,3	3,3	100,0
	% (C)	18,2	17,7	21,5	16,9	18,7	12,2	15,4	12,8	17,5
Centro-Oeste	Freq.	57.983	50.949	178	133	763	3.025	4.712	6.289	124.032
	% (L)	46,7	41,1	0,1	0,1	0,6	2,4	3,8	5,1	100,0
	% (C)	10,0	10,6	10,6	7,8	9,9	9,6	10,5	11,5	10,3
Total	Freq.	577.460	481.133	1.676	1.703	7.735	31.443	44.695	54.457	1.200.300*
	% (L)	48,1	40,1	0,1	0,1	0,6	2,6	3,7	4,5	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de graduandos (as) seria 1.200.302.

O cruzamento entre áreas de conhecimento dos cursos e identidade gênero dos (as) graduandos (as) contém resultados que confirmam estereótipos (Tabela 2-7). Entre os detalhes dignos de nota, temos que os (as) estudantes das áreas de Engenharias e de Ciências da Saúde são os que têm as maiores proporções (92,4% e 90,3% respectivamente) de discentes que se declararam identidade cis e seus colegas das Ciências Humanas e da Linguística, Letras e Artes têm menores proporções (83,3% e 82,5% respectivamente). As outras áreas estão mais próximas da proporção nacional de 88,2% de mulheres e homens cisgênero. O fato dessas carreiras estarem associadas a empregos com maior remuneração relativa pode ser um sinal de que desigualdades socioeconômicas estão correlacionadas com diferenças de gênero.

Tabela 2-7: Graduandos (as) por gênero, segundo a área de conhecimento do curso - 2018

Área do Conhecimento CNPq/ Gênero		Mulher Cisgênera	Homem Cisgênero	Mulher Transexual/ Transgênera	Homem Transexual/ Transgênero	Não-Binário	Outro	Prefiro não me classificar	Prefiro não responder	Total
Ciências Exatas e da Terra	Freq.	53.703	87.549	264	216	944	3.624	5.721	7.682	159.703
	% (L)	33,6	54,8	0,2	0,1	0,6	2,3	3,6	4,8	100,0
	% (C)	9,3	18,2	15,8	12,7	12,2	11,5	12,8	14,1	13,3
Ciências Biológicas	Freq.	28.206	14.316	58	79	365	1.482	2.223	2.595	49.324
	% (L)	57,2	29,0	0,1	0,2	0,7	3,0	4,5	5,3	100,0
	% (C)	4,9	3,0	3,5	4,6	4,7	4,7	5,0	4,8	4,1
Engenharias	Freq.	79.891	133.582	157	208	955	3.388	5.077	7.796	231.054
	% (L)	34,6	57,8	0,1	0,1	0,4	1,5	2,2	3,4	100,0
	% (C)	13,8	27,8	9,4	12,2	12,4	10,8	11,4	14,3	19,3
Ciências da Saúde	Freq.	95.579	45.737	164	131	774	3.890	4.491	5.694	156.460
	% (L)	61,1	29,2	0,1	0,1	0,5	2,5	2,9	3,6	100,0
	% (C)	16,6	9,5	9,8	7,7	10,0	12,4	10,1	10,5	13,0
Ciências Agrárias	Freq.	33.006	23.416	107	110	323	1.904	2.519	3.408	64.793
	% (L)	50,9	36,1	0,2	0,2	0,5	2,9	3,9	5,3	100,0
	% (C)	5,7	4,9	6,4	6,5	4,2	6,1	5,6	6,3	5,4
Ciências Sociais Aplicadas	Freq.	126.455	86.752	285	314	1.418	5.547	7.889	9.378	238.038
	% (L)	53,1	36,4	0,1	0,1	0,6	2,3	3,3	3,9	100,0
	% (C)	21,9	18,0	17,0	18,5	18,3	17,6	17,7	17,2	19,8
Ciências Humanas	Freq.	96.997	55.138	391	346	1.562	6.936	10.196	11.046	182.612
	% (L)	53,1	30,2	0,2	0,2	0,9	3,8	5,6	6,1	100,0
	% (C)	16,8	11,5	23,3	20,3	20,2	22,1	22,8	20,3	15,2
Linguística, Letras e Artes	Freq.	54.169	26.912	212	237	1.268	3.942	5.704	5.814	98.258
	% (L)	55,1	27,4	0,2	0,2	1,3	4,0	5,8	5,9	100,0
	% (C)	9,4	5,6	12,7	13,9	16,4	12,5	12,8	10,7	8,2
Multidisciplinar	Freq.	9.454	7.731	38	61	126	729	874	1.045	20.058
	% (L)	47,1	38,5	0,2	0,3	0,6	3,6	4,4	5,2	100,0
	% (C)	1,6	1,6	2,3	3,6	1,6	2,3	2,0	1,9	1,7
Total	Freq.	577.460	481.133	1.676	1.702	7.735	31.442	44.694	54.458	1.200.300
	% (L)	48,1	40,1	0,1	0,1	0,6	2,6	3,7	4,5	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A distribuição de cor ou raça varia de acordo com a localização regional das IFES. Isso é produto da diversidade regional brasileira, que pode ser melhor observada ao desagregarmos algumas categorias. Substituímos a categoria "preto" do IBGE pelo par "preto não quilombola" e "preto quilombola", uma aproximação que pretende estimar a presença de quilombolas no meio universitário. A categoria indígena foi dividida em duas modalidades, aldeado e não aldeado, que pretende expressar em parte a condição de vida do indígena na universidade, uma vez que as políticas de ação afirmativa para esse grupo populacional estão presentes em todo o sistema federal de ensino superior.

É notável a maior presença relativa de pretos (as) quilombolas na região Norte, mais do que o dobro da proporção nacional e, em menor proporção, no Sul, menos da metade da proporção nacional (Tabela 2-8). É também na região Norte que se anota a maior proporção de indígenas, praticamente o triplo da proporção nacional, sejam eles aldeados (as) ou não aldeados (as).

Tabela 2-8: Graduandos (as) por cor ou raça, segundo região geográfica de *campus* - 2018

Região/Cor ou raça		Amarela	Branca	Parda	Preta - quilombola	Preta - não quilombola	Indígena aldeado	Indígena não aldeado	Sem declaração	Total
Norte	Freq.	3.389	28.708	92.833	3.276	16.474	2.240	1.778	2.483	151.181
	% (L)	2,2	19,0	61,4	2,2	10,9	1,5	1,2	1,6	100,0
	% (C)	13,2	5,5	19,7	30,5	12,4	48,0	29,3	8,3	12,6
Nordeste	Freq.	8.540	100.798	178.598	3.593	51.611	1.106	2.196	8.598	355.040
	% (L)	2,4	28,4	50,3	1,0	14,5	0,3	0,6	2,4	100,0
	% (C)	33,3	19,4	38,0	33,4	38,9	23,7	36,2	28,6	29,6
Sudeste	Freq.	6.989	183.057	116.062	2.156	39.944	310	1.136	10.504	360.158
	% (L)	1,9	50,8	32,2	0,6	11,1	0,1	0,3	2,9	100,0
	% (C)	27,3	35,2	24,7	20,1	30,1	6,6	18,7	34,9	30,0
Sul	Freq.	3.525	155.247	32.546	847	11.917	482	409	4.913	209.886
	% (L)	1,7	74,0	15,5	0,4	5,7	0,2	0,2	2,3	100,0
	% (C)	13,8	29,9	6,9	7,9	9,0	10,3	6,7	16,3	17,5
Centro-Oeste	Freq.	3.199	52.198	50.188	875	12.905	532	545	3.589	124.031
	% (L)	2,6	42,1	40,5	0,7	10,4	0,4	0,4	2,9	100,0
	% (C)	12,5	10,0	10,7	8,1	9,7	11,4	9,0	11,9	10,3
Total	Freq.	25.642	520.008	470.227	10.747	132.851	4.670	6.064	30.087	1.200.300
	% (L)	2,1	43,3	39,2	0,9	11,1	0,4	0,5	2,5	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de graduandos (as) seria 1.200.296.

A Tabela 2-9 mostra que Engenharias é a área em que brancos (as) são maioria e pretos (as) e pardos (as) minoritários, relativamente a todas as áreas do conhecimento. Ao mesmo tempo, brancos (as) têm o menor percentual (as) nas áreas de Linguística, Letras e Artes e de Ciências Humanas. ►

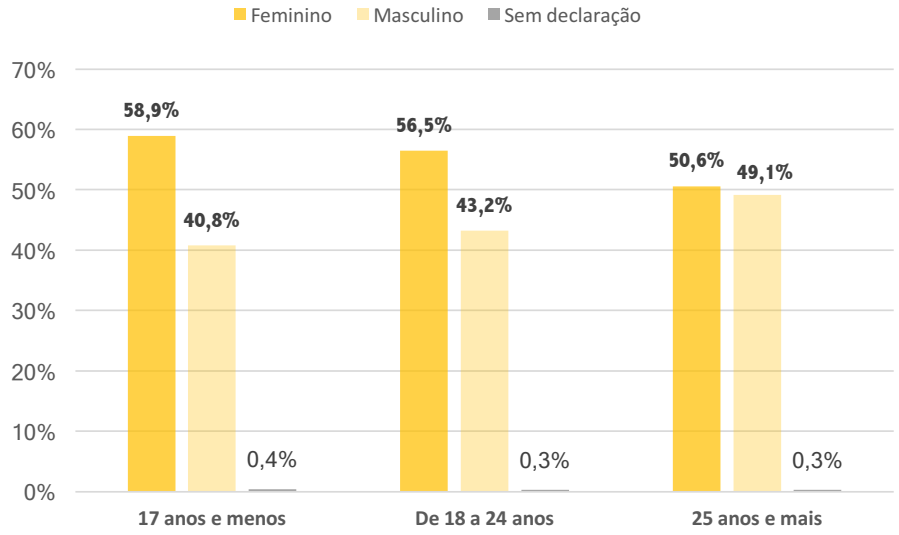
Tabela 2-9: Graduandos (as) por cor ou raça, segundo área de conhecimento - 2018

Área do Conhecimento CNPq/ Cor ou raça		Amarela	Branca	Parda	Preta - quilombola	Preta - não quilombola	Indígena aldeado	Indígena não aldeado	Sem declaração	Total
Ciências Exatas e da Terra	Freq.	3.923	68.787	65.843	1.436	14.755	406	546	4.007	159.703
	% (L)	2,5	43,1	41,2	0,9	9,2	0,3	0,3	2,5	100,0
	% (C)	15,3	13,2	14,0	13,4	11,1	8,7	9,0	13,3	13,3
Ciências Biológicas	Freq.	1.075	19.860	20.515	625	5.553	153	277	1.265	49.323
	% (L)	2,2	40,3	41,6	1,3	11,3	0,3	0,6	2,6	100,0
	% (C)	4,2	3,8	4,4	5,8	4,2	3,3	4,6	4,2	4,1
Engenharias	Freq.	5.666	116.878	83.634	1.425	16.767	282	724	5.677	231.053
	% (L)	2,5	50,6	36,2	0,6	7,3	0,1	0,3	2,5	100,0
	% (C)	22,1	22,5	17,8	13,3	12,6	6,0	11,9	18,9	19,2
Ciências da Saúde	Freq.	3.372	67.274	64.236	1.310	16.091	604	778	2.797	156.462
	% (L)	2,2	43,0	41,1	0,8	10,3	0,4	0,5	1,8	100,0
	% (C)	13,2	12,9	13,7	12,2	12,1	12,9	12,8	9,3	13,0
Ciências Agrárias	Freq.	1.489	29.078	25.780	606	5.746	274	399	1.419	64.791
	% (L)	2,3	44,9	39,8	0,9	8,9	0,4	0,6	2,2	100,0
	% (C)	5,8	5,6	5,5	5,6	4,3	5,9	6,6	4,7	5,4
Ciências Sociais Aplicadas	Freq.	4.789	103.492	92.367	1.816	28.126	612	1.156	5.680	238.038
	% (L)	2,0	43,5	38,8	0,8	11,8	0,3	0,5	2,4	100,0
	% (C)	18,7	19,9	19,6	16,9	21,2	13,1	19,1	18,9	19,8
Ciências Humanas	Freq.	3.181	68.990	70.874	2.263	29.321	1.506	1.283	5.195	182.613
	% (L)	1,7	37,8	38,8	1,2	16,1	0,8	0,7	2,8	100,0
	% (C)	12,4	13,3	15,1	21,1	22,1	32,2	21,2	17,3	15,2
Linguística, Letras e Artes	Freq.	1.775	37.358	39.365	1.018	14.244	297	716	3.484	98.257
	% (L)	1,8	38,0	40,1	1,0	14,5	0,3	0,7	3,5	100,0
	% (C)	6,9	7,2	8,4	9,5	10,7	6,4	11,8	11,6	8,2
Multidiscipli-nar	Freq.	372	8.291	7.613	248	2.249	537	186	562	20.058
	% (L)	1,9	41,3	38,0	1,2	11,2	2,7	0,9	2,8	100,0
	% (C)	1,5	1,6	1,6	2,3	1,7	11,5	3,1	1,9	1,7
Total	Freq.	25.642	520.008	470.227	10.747	132.852	4.671	6.065	30.086	1.200.300*

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de (graduandos) seria 1.200.098.

O Gráfico 2-3 traça o perfil etário de estudantes do sexo feminino e masculino nas IFES. Estudantes do sexo feminino, que como já mostramos tem maior presença proporcional no quadro discente das IFES no agregado (54,6% contra 45,1%), alargam ainda mais essa diferença para 18 p.p. na faixa de idade "17 anos ou menos", e para 14 p.p. na faixa de "18 a 24 anos", de longe a mais populosa. Já na faixa de maior idade, a proporção é quase idêntica, com apenas 2 p.p. de vantagem para quem se declara do sexo feminino. Pode-se perguntar porque o sexo masculino tem uma participação acima da média nessa última faixa etária. É possível pensar razões que expressam uma maior igualdade entre os sexos e razões que fazem exatamente o contrário. A menor proporção de mulheres na faixa etária "25 anos e mais" pode estar relacionada ao número de filhos.

Gráfico 2-3: Graduandos (as) por sexo, segundo faixa etária (em %) - 2018



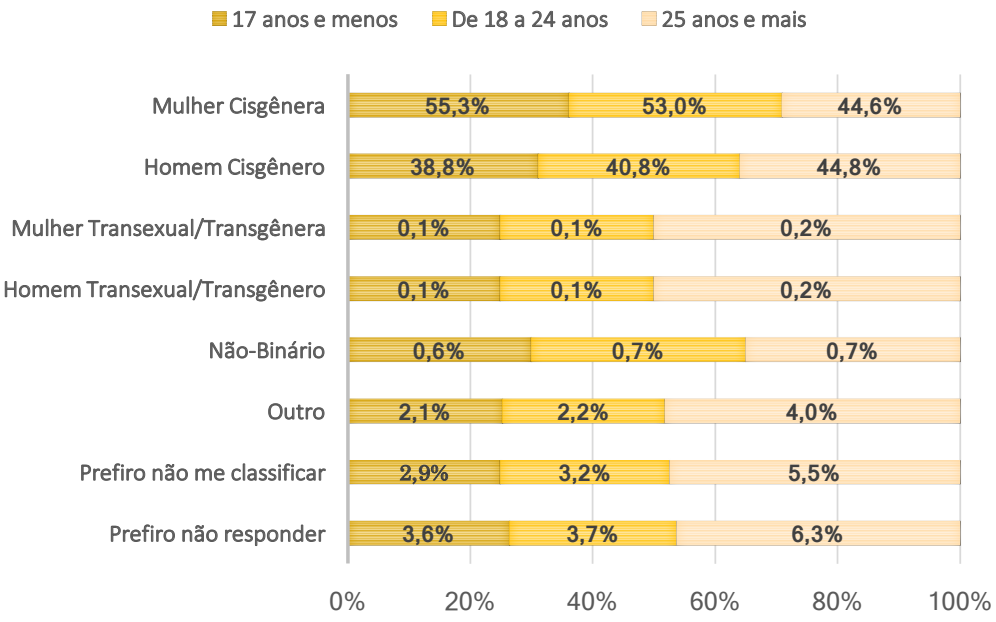
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A divergência entre as médias de idade dos (as) graduandos segundo o sexo é igual a 0,72 anos. A idade média na faixa etária "17 anos e menos" é de 16,86 anos, idêntica para ambos os sexos. Na faixa "de 18 a 24 anos" a idade média é de 20,99 ano, pouco variando entre os dois sexos. A idade média na faixa "Mais de 25 anos" é de 31,68 anos, com variação mínima entre sexos.

O Gráfico 2-4 cruza o gênero dos (as) graduandos (as) com sua faixa etária. A título de especulação, supondo que os estudantes mais novos sejam mais abertos a se identificarem com uma diversidade de gênero que os mais velhos, seria natural que a proporção daqueles que se identificam como não cis entre eles fosse maior, mas é exatamente o contrário que se verifica. Na faixa de 25 anos ou mais há 16,9% de respondentes não cis, enquanto que nas outras duas faixas essa proporção é de 10,0%. Tal resultado pode ser produto do grau de desconhecimento dos respondentes acerca do significado de expressões como cis e trans – isso explicaria em parte porque os mais jovens são mais desinformados sobre o assunto[18]. Somente uma pesquisa mais focada, entretanto, poderá lançar luz sobre essa questão. ►

18 Supondo que a terminologia relativa à identidade de gênero ainda seja pouco conhecida, foram inseridos balões explicativos com o significado de cada termo na questão.

Gráfico 2-4: Graduandos (as) por gênero, segundo faixa etária (em %) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Varia a declaração da orientação sexual dos (as) graduandos (as) por região. O Sudeste (76,5%) é a região em que, comparativamente, menos graduandos se declaram heterossexuais, enquanto o Nordeste (79,7%) aparece como a região com maior proporção nessa categoria. ►

.

Tabela 2-10: Graduandos (as) por orientação sexual, segundo região geográfica de *campus* - 2018

Região do *campus*/ Orientação sexual		Homossexual	Heterossexual	Bissexual	Pansexual	Assexual	Outro	Prefiro não me classificar	Prefiro não responder	Total
Norte	Freq.	10.198	119.928	9.101	773	406	1.488	4.644	4.645	151.183
	% (L)	6,8	79,3	6,0	0,5	0,3	1,0	3,1	3,1	100,0
	% (C)	11,0	12,8	9,8	7,3	10,7	28,2	13,6	19,9	12,6
Nordeste	Freq.	27.494	282.804	22.375	2.550	968	1.650	9.726	7.475	355.042
	% (L)	7,7	79,7	6,3	0,7	0,3	0,5	2,7	2,1	100,0
	% (C)	29,7	30,2	24,0	24,1	25,5	31,2	28,4	32,0	29,6
Sudeste	Freq.	29.292	275.662	33.811	3.863	1.285	872	10.440	4.935	360.160
	% (L)	8,1	76,5	9,4	1,1	0,4	0,2	2,9	1,4	100,0
	% (C)	31,6	29,4	36,3	36,5	33,9	16,5	30,5	21,1	30,0
Sul	Freq.	15.856	162.007	18.922	2.409	774	713	5.891	3.314	209.886
	% (L)	7,6	77,2	9,0	1,2	0,4	0,3	2,8	1,6	100,0
	% (C)	17,1	17,3	20,3	22,8	20,4	13,5	17,2	14,2	17,5
Centro-Oeste	Freq.	9.872	96.751	8.982	987	362	559	3.509	3.009	124.031
	% (L)	8,0	78,0	7,2	0,8	0,3	0,5	2,8	2,4	100,0
	% (C)	10,7	10,3	9,6	9,3	9,5	10,6	10,3	12,9	10,3
Total	Freq.	92.712	937.152	93.191	10.582	3.795	5.282	34.210	23.378	1.200.300*
	% (L)	7,7	78,1	7,8	0,9	0,3	0,4	2,9	2,0	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de graduandos (as) seria 1.200.302.

O cruzamento entre a orientação sexual dos estudantes e a área de conhecimento do curso em que estão matriculados revela que as Engenharias, que apareceram como área mais branca nas IFES, são também a área mais heterossexual (85,8%). Se tomarmos a resposta "heterossexual", a área de Letras, Linguística e Artes (65,0%) aparece com a menor proporção de respondentes. Consequentemente, essa área do conhecimento tem maior proporção de homossexuais e bissexuais. ►

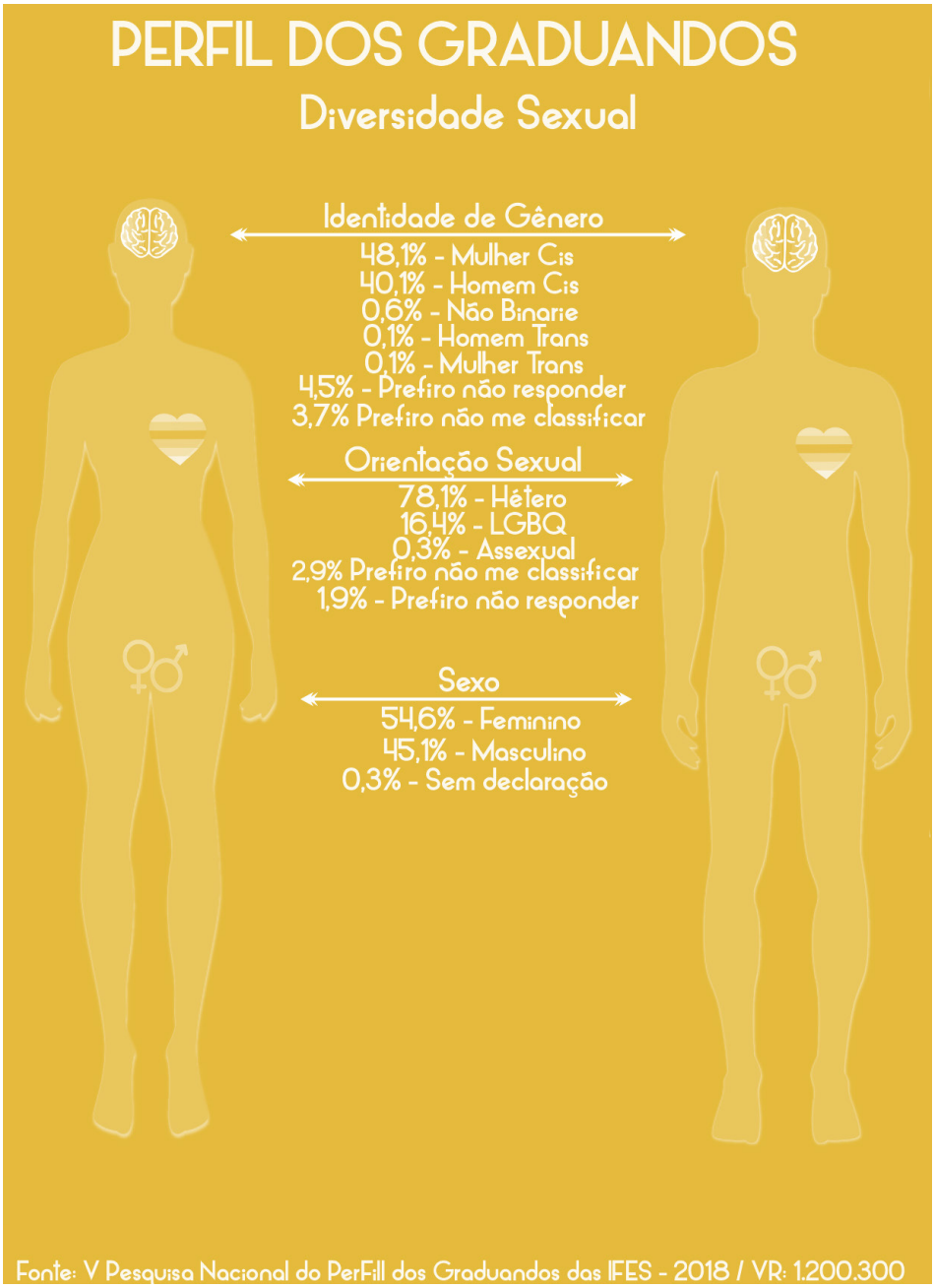
Tabela 2-11: Graduandos (as) por orientação sexual, segundo área de conhecimento do curso - 2018

Área do Conhecimento CNPq/ Orientação sexual		Homossexual	Heterossexual	Bissexual	Pansexual	Assexual	Outro	Prefiro não me classificar	Prefiro não responder	Total
Ciências Exatas e da Terra	Freq.	9.646	130.750	9.417	1.142	563	673	4.145	3.369	159.705
	% (L)	6,0	81,9	5,9	0,7	0,4	0,4	2,6	2,1	100,0
	% (C)	10,4	14,0	10,1	10,8	14,8	12,7	12,1	14,4	13,3
Ciências Biológicas	Freq.	4.827	34.920	5.546	646	203	247	1.807	1.129	49.325
	% (L)	9,8	70,8	11,2	1,3	0,4	0,5	3,7	2,3	100,0
	% (C)	5,2	3,7	6,0	6,1	5,4	4,7	5,3	4,8	4,1
Engenharias	Freq.	12.280	198.324	10.903	1.088	594	552	4.156	3.157	231.054
	% (L)	5,3	85,8	4,7	0,5	0,3	0,2	1,8	1,4	100,0
	% (C)	13,3	21,2	11,7	10,3	15,7	10,5	12,2	13,5	19,3
Ciências da Saúde	Freq.	11.884	127.188	10.704	864	273	402	3.105	2.040	156.460
	% (L)	7,6	81,3	6,8	0,6	0,2	0,3	2,0	1,3	100,0
	% (C)	12,8	13,6	11,5	8,2	7,2	7,6	9,1	8,7	13,0
Ciências Agrárias	Freq.	3.646	53.468	3.831	415	221	287	1.549	1.376	64.793
	% (L)	5,6	82,5	5,9	0,6	0,3	0,4	2,4	2,1	100,0
	% (C)	3,9	5,7	4,1	3,9	5,8	5,4	4,5	5,9	5,4
Ciências Sociais Aplicadas	Freq.	20.448	183.480	19.956	2.056	778	834	6.477	4.009	238.038
	% (L)	8,6	77,1	8,4	0,9	0,3	0,4	2,7	1,7	100,0
	% (C)	22,1	19,6	21,4	19,4	20,5	15,8	18,9	17,2	19,8
Ciências Humanas	Freq.	16.107	130.172	19.703	2.362	551	1.268	7.544	4.906	182.613
	% (L)	8,8	71,3	10,8	1,3	0,3	0,7	4,1	2,7	100,0
	% (C)	17,4	13,9	21,1	22,3	14,5	24,0	22,1	21,0	15,2
Linguística, Letras e Artes	Freq.	12.201	63.834	11.543	1.841	558	782	4.660	2.839	98.258
	% (L)	12,4	65,0	11,8	1,9	0,6	0,8	4,7	2,9	100,0
	% (C)	13,2	6,8	12,4	17,4	14,7	14,8	13,6	12,1	8,2
Multidisciplinar	Freq.	1.672	15.018	1.588	166	55	238	767	553	20.057
	% (L)	8,3	74,9	7,9	0,8	0,3	1,2	3,8	2,8	100,0
	% (C)	1,8	1,6	1,7	1,6	1,5	4,5	2,2	2,4	1,7
Total	Freq.	92.711	937.154	93.191	10.580	3.796	5.283	34.210	23.378	1.200.300*
	% (L)	7,7	78,1	7,8	0,9	0,3	0,4	2,9	2,0	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de (graduandos) seria 1.200.303.

Quando cruzamos a orientação sexual e o sexo declarado dos estudantes das IFES obtém-se alguns resultados interessantes.►

Figura 2-1: Diversidade Sexual dos (as) Graduandos (as) - 2018



Heterossexuais são, como esperado, a imensa maioria do contingente discente, atingindo uma média superior a 78,0%, e a proporção de estudantes do sexo feminino e do masculino que se declaram como tal é praticamente idêntica.

A proporção de estudantes identificados como homossexuais é quase três vezes a de estudantes do sexo feminino. Em contrapartida, a proporção de estudantes do sexo feminino que se declara bissexual é 2,5 vezes a proporção entre seus colegas do sexo masculino.

As razões por trás dessas variações só podem ser deslindadas por meio de pesquisas mais focadas, que combinem, de preferência, metodologias quantitativas e qualitativas.

Tabela 2-12: Graduandos (as) por orientação sexual, segundo sexo - 2018

Orientação sexual/Sexo	Feminino	Masculino	Sem declaração
Heterossexual	78,1	78,5	12,4
Homossexual	4,2	11,9	18,8
Bissexual	10,5	4,4	12,8
Prefiro não me classificar	3,4	2,2	18,2
Prefiro não responder	2,0	1,8	11,6
Pansexual	1,1	0,6	16,8
Outro	0,5	0,3	4,8
Assexual	0,4	0,2	4,6
Total	100,0*	100,0**	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,2%.
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

No cruzamento entre a cor ou raça do (a) graduando (a) e sua faixa de ingresso na IFES, nota-se uma tendência de decréscimo da participação de brancos (as) e amarelos (as) ao longo dos anos e aumento de pardos (as) e pretos (as), com a exceção do ano de 2018, ano em que há uma sutil reversão desta tendência, explicada pelo fato da V Pesquisa ter sido realizada no primeiro semestre de 2018, quando apenas uma parte das vagas por cotas havia sido preenchida. Pretos (as) quilombolas praticamente dobraram sua proporção e indígenas aldeados (as) tiveram um aumento de 81,5% ao longo do período de ingresso, ainda que a participação relativa e em ambos os grupos seja bastante baixa no contingente estudantil. ►

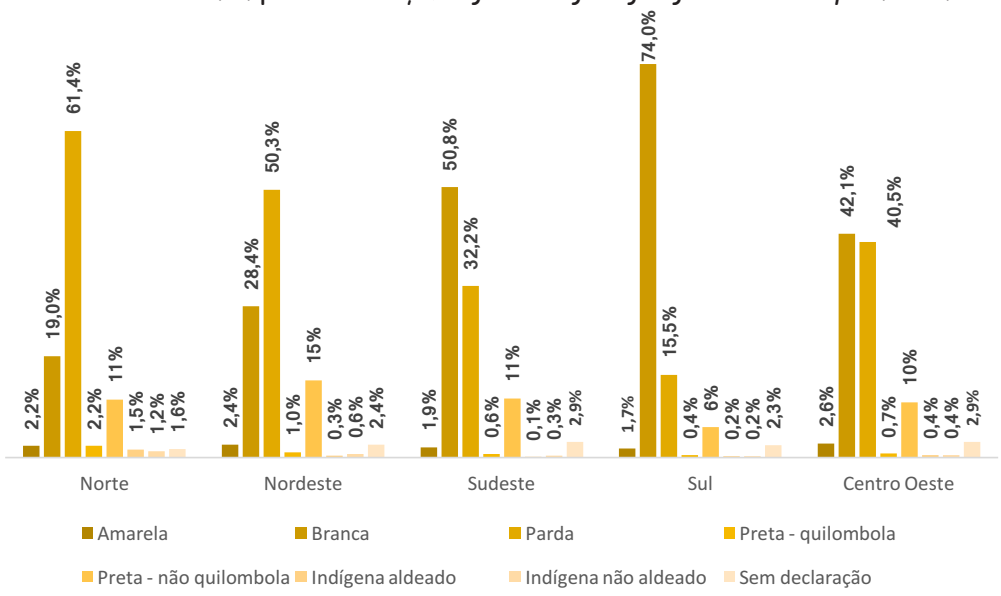
Tabela 2-13: Graduandos (as) por cor ou raça, segundo faixa de ano de ingresso – 2018

Cor ou raça/ Faixa de ano de ingresso		Ingressante até 2012	Ingressante 2013-2016	Ingressante 2017	Ingressante 2018	Total
Amarela	Freq.	3.880	14.031	4.760	2.971	25.642
	% (L)	15,1	54,7	18,6	11,6	100,0
	% (C)	2,7	2,2	2,0	1,8	2,1
Branca	Freq.	64.542	285.279	99.732	70.455	520.008
	% (L)	12,4	54,9	19,2	13,6	100,0
	% (C)	44,6	43,8	41,5	43,2	43,3
Parda	Freq.	51.924	253.322	98.665	66.316	470.227
	% (L)	11,0	53,9	21,0	14,1	100,0
	% (C)	35,9	38,9	41,0	40,7	39,2
Preta - quilombola	Freq.	906	5.449	2.481	1.911	10.747
	% (L)	8,4	50,7	23,1	17,8	100,0
	% (C)	0,6	0,8	1,0	1,2	0,9
Preta - não quilombola	Freq.	16.774	71.636	27.507	16.934	132.851
	% (L)	12,6	53,9	20,7	12,8	100,0
	% (C)	11,6	11,0	11,4	10,4	11,1
Indígena aldeado	Freq.	455	2.234	1.157	826	4.672
	% (L)	9,7	47,8	24,8	17,7	100,0
	% (C)	0,3	0,3	0,5	0,5	0,4
Indígena não aldeado	Freq.	891	3.203	1.275	696	6.065
	% (L)	14,7	52,8	21,0	11,5	100,0
	% (C)	0,6	0,5	0,5	0,4	0,5
Sem declaração	Freq.	5.197	16.959	4.989	2.942	30.087
	% (L)	17,3	56,4	16,6	9,8	100,0
	% (C)	3,6	2,6	2,1	1,8	2,5
Total	Freq.	144.569	652.113	240.566	163.051	1.200.300*
	% (L)	12,0	54,3	20,0	13,6	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de (graduandos) seria 1.200.299.

O Gráfico 2-5 contém a distribuição da cor ou raça dos (as) graduandos (as) pelas regiões. Pode-se notar que as regiões mais brancas, Sul e Sudeste, revelam a preponderância desse grupo entre discentes, enquanto nas regiões Norte e Nordeste os (as) pardos (as) são de longe o grupo mais numeroso. ►

Gráfico 2-5: Graduandos (as) por cor ou raça, segundo região geográfica de *campus* (em %) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A distribuição de deficiências na população estudantil por região revela relativa homogeneidade, isto é, o fator regional não parece interferir na prevalência das diferentes deficiências dos (as) discentes (Tabela 2 14). No âmbito nacional, o número de estudantes com algum tipo de deficiência saltou de 31.230 em 2014 para 55.847 em 2018, um crescimento de 78,8 p.p.

O percentual de estudantes com baixa visão ou visão subnormal era de 2,2% em 2014, passando a 2,8% em 2018. Registre-se que o percentual de estudantes com baixa visão ou visão subnormal no Sudeste é relativamente menor do que o percentual destes estudantes nessa mesma condição em outras regiões.

Em números absolutos quase triplicou o número de estudantes cegos (as) de 2014 para 2018. Eram 177 e hoje são 616, um aumento de 248%.

Já o número de deficientes auditivos (as) não sofreu grande alteração. Eram 4.448 e em 2018 são 4.737. Embora tenha havido crescimento em números absolutos, em termos percentuais houve um diminuto recuo de 0,1 p.p.

Quanto ao percentual de surdos (as), eram 0,03% e em 2018 são 0,1%. Em 2014, 238 estudantes eram surdos (as) e em 2018 são 1.165. Na V Pesquisa identificou-se a presença de 80 estudantes portadores (as) de surdocegueira – questão não existente na pesquisa anterior.

Deficientes físicos representavam 0,4% do total de estudantes em 2014 e chegaram a 0,6% em 2018 (N = 7.726). Portadores (as) de deficiência intelectual eram 1.013 discentes e são 2.368, em 2018, mais de 200% de crescimento, em números absolutos. Portadores (as) de transtorno global do aprendizado representavam 842 estudantes (0,1%) em 2014. Em 2018, são 1.444 estudantes. Na pesquisa de 2014 não havia a opção portadores (as) de deficiências "Múltiplas", deficiência que na pesquisa de 2018 acomete 332 estudantes. As deficiências "Altas habilidades/superdotação" e "Transtorno global do desenvolvimento" também não constavam na pesquisa anterior. Em 2018, correspondem a 0,2% e 0,1% respectivamente. ►

Figura 2-2: Estudantes com deficiências nas IFES – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O avanço no percentual de estudantes com deficiência deve ser creditado em boa medida à Lei 13.409/2016, que acrescentou pessoas com deficiência aos sistema de cotas, reservando, tal como acontece com PPIs, a mesma proporcionalidade apontada pelo Censo do IBGE em cada unidade da Federação.

Tabela 2-14: Graduandos (as) por região geográfica de *campus*, segundo tipo de deficiência - 2018

Tipo de deficiência		Região do *campus*					Total
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Não possuo deficiência	Freq.	143.348	337.949	347.237	199.327	118.377	1.146.238
	% (L)	12,5	29,5	30,3	17,4	10,3	100,0
	% (C)	94,7	95,1	96,3	94,8	95,3	95,4
Baixa Visão	Freq.	4.765	10.819	7.845	6.849	3.592	33.870
	% (L)	14,1	31,9	23,2	20,2	10,6	100,0
	% (C)	3,2	3,0	2,2	3,3	2,9	2,8
Cegueira	Freq.	158	202	140	52	64	616
	% (L)	25,7	32,8	22,7	8,4	10,4	100,0
	% (C)	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
Deficiência auditiva	Freq.	583	1.378	1.307	1.060	409	4.737
	% (L)	12,3	29,1	27,6	22,4	8,6	100,0
	% (C)	0,4	0,4	0,4	0,5	0,3	0,4
Surdez	Freq.	234	338	180	295	118	1.165
	% (L)	20,1	29,0	15,5	25,3	10,1	100,0
	% (C)	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Surdocegueira	Freq.	12	32	19	10	7	80
	% (L)	15,0	40,0	23,8	12,5	8,8	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Deficiência Física	Freq.	1.436	2.857	1.656	1.120	657	7.726
	% (L)	18,6	37,0	21,4	14,5	8,5	100,0
	% (C)	1,0	0,8	0,5	0,5	0,5	0,6
Intelectual	Freq.	353	729	670	355	261	2.368
	% (L)	14,9	30,8	28,3	15,0	11,0	100,0
	% (C)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Múltipla	Freq.	47	92	122	35	36	332
	% (L)	14,2	27,7	36,8	10,5	10,8	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transtorno global do desenvolvimento	Freq.	148	310	510	326	150	1.444
	% (L)	10,3	21,5	35,3	22,6	10,4	100,0
	% (C)	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Altas habilidades / superdotação	Freq.	292	842	951	883	541	3.509
	% (L)	8,3	24,0	27,1	25,2	15,4	100,0
	% (C)	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,3
Total	Freq.	151.376	355.548	360.637	210.312	124.212	1.202.085*
	% (L)	12,6	29,6	30,0	17,5	10,3	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
*A soma total ultrapassa a expansão amostral neste caso pois mais de um tipo de deficiência poderia ser indicado pelos (as) pesquisados (as).

A proporção nacional de solteiros (as) é de 85,5%. Pessoas casadas ou em relação estável são o segundo maior contingente, com 13,2%. Em relação à variação regional destaca-se a região Norte apresentando a menor taxa de solteiros (82,5%) e a maior taxa de casados ou em relação estável (16,1%), e a região Sudeste com a maior taxa de solteiros (89,4%) e a menor taxa de casados (as) ou em relação estável (9,5%). ►

Tabela 2-15: Graduandos (as) por estado civil, segundo região geográfica de *campus* – 2018

Região/estado civil		Solteiro(a)	Casado(a) ou vive uma relação estável	Separado(a)	Viúvo(a)	Não respondeu	Total
Norte	Freq.	124.714	24.395	1.910	155	8	151.182
	%(L)	82,5	16,1	1,3	0,1	0,0	100,0
	%(C)	12,2	15,4	12,6	11,8	34,8	12,6
Nordeste	Freq.	294.264	54.727	5.603	431	15	355.040
	%(L)	82,9	15,4	1,6	0,1	0,0	100,0
	%(C)	28,7	34,6	36,9	32,8	65,2	29,6
Sudeste	Freq.	321.927	34.198	3.707	328	0	360.160
	%(L)	89,4	9,5	1,0	0,1	0,0	100,0
	%(C)	31,4	21,6	24,4	25,0	0,0	30,0
Sul	Freq.	178.705	28.557	2.379	247	0	209.888
	%(L)	85,1	13,6	1,1	0,1	0,0	100,0
	%(C)	17,4	18,1	15,7	18,8	0,0	17,5
Centro-Oeste	Freq.	106.057	16.250	1.571	152	0	124.030
	%(L)	85,5	13,1	1,3	0,1	0,0	100,0
	%(C)	10,3	10,3	10,4	11,6	0,0	10,3
Total	Freq.	1.025.667	158.127	15.170	1.313	23	1.200.300
	%(L)	85,5	13,2	1,3	0,1	0,0	100,0
	%(C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A maternidade ou a paternidade constituem condição de 1 a cada 10 estudantes. Ainda que esteja longe de ser maioria dos (as) discentes das IFES, o conhecimento de suas características socioeconômicas é fundamental para gestores e particularmente para o desenho de políticas de Assistência Estudantil.

A rigor, 11,4% têm filhos (as), percentual muito próximo ao observado em 2014. Naquele ano, 88,2% dos (as) estudantes de graduação não tinha filhos (as), enquanto, 6,4% possuía 1 filho (a); 3,6%, 2; 1,4%, 3; e 0,5%, 4 ou mais filhos (as).

A V Pesquisa mostra que 6,4% tem 1 filho (a), 3,3% tem 2 filhos (as); 1,2% tem 3 filhos (as) e 0,5% tem 4 ou mais filhos (as), não havendo em termos percentuais significativa mudança em relação a esta variável de uma para outra pesquisa. Do total de discentes, 110.659 tinham ao menos 1 filho (a) em 2014. Em 2018, este número sobe para 136.824 estudantes.

Dentre pais e mães discentes, a maioria absoluta tem 1 filho (a) (56,4%); 28,9%tem 2 filhos (as), 10,4% tem 3 filhos (as) e 4,3% 4 filhos ou mais.

Dentre estudantes com 4 ou mais filhos, 53,4% são do sexo masculino. Dentre estudantes com 1 filho (a) quase 60% são do sexo feminino. À medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes deste sexo, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar, quando estudantes do sexo feminino têm mais de 1 filho (a).

A faixa etária “25 anos e mais” é majoritária, qualquer que seja o número de filhos (as). Sobretudo quando aumenta o número de filhos, cresce o percentual de pais e mães acima de 25 anos. Na faixa etária “17 anos e menos”, 1,4% tem filhos (as), percentual que sobe para 2,3 pontos dentre estudantes na faixa etária “De 18 a 24 anos” e para 30,6% na faixa etária “25 anos e mais”. Dentre estudantes que não tem filhos (as), 3/4 encontram-se na faixa etária “Menos de 25 anos” e 1/4 na faixa “Mais de 25 anos”.

Dentre solteiros (as) 96,1% não tem filhos (as), percentual que decai quando muda o estado civil dos (as)

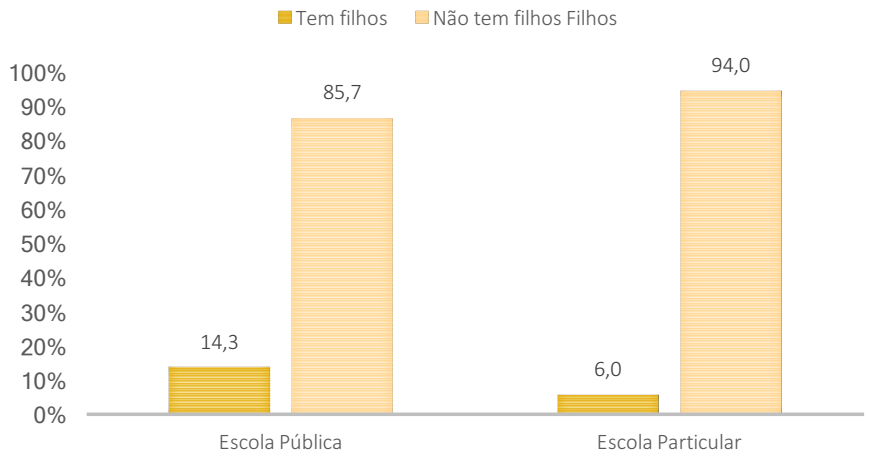
discentes. Dentre casados (as) ou que vivem uma relação estável, 53,7% não tem filhos (as). Também não tem filhos (as) 27,7% dos (as) separados (as) e 17,3% dos (as) viúvos (as).

Dentre pais e mães solteiros (as), 5,6% tem 1 filho (a). Dentre pais e mães casados (as), pouco mais da metade tem 1 filho (as). Dentre separados (as) o percentual é de 43,2% e viúvos (as) 28,4%.

A maioria absoluta de estudantes solteiros (as) com filhos (as) é do sexo feminino: 68,5%. Isso é em parte produto da maior proporção delas entre graduandos (as), mas provavelmente está também associado à maior incidência de pessoas do sexo feminino à frente de famílias monoparentais na população em geral.

A proporção de discentes com filhos é maior entre aqueles (as) que frequentaram ensino médio em escolas públicas (14,3%) do que entre aqueles (as) que advém do ensino médio particular (6,0%), como mostra o Gráfico 2-6.

Gráfico 2-6 :Graduandos (as) por maternidade/paternidade, segundo tipo de escola pública de ensino médio (em %) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Cor ou raça interfere no perfil de discentes com filhos (as). Chama a atenção o alto percentual de indígenas aldeados (as) com filhos (as), 46,2%, que é mais do dobro da proporção para os indígenas não aldeados (as), 20,2% e quase 6 vezes a proporção de estudantes brancos (as) com filhos (as) - 8,3% do total dessa categoria, a menor porcentagem entre todos os grupos. Estudantes pretos (as) quilombolas também apresentam proporção acima da proporção global, coincidentemente idêntica a dos (as) indígenas não aldeados (as), de 20,2%, quase o dobro da proporção de pretos (as) não quilombolas com filhos (as), que é de 12,9%. ►

Tabela 2-16: Graduandos (as) por maternidade/paternidade, segundo cor ou raça (em %) - 2018

Cor ou raça/Filhos	Tenho filho (a)	Não tenho filho (a)	Total
Amarela	11,1	89,0	100,0*
Branca	8,3	91,8	100,0*
Parda	13,9	86,1	100,0
Preta - quilombola	20,2	79,9	100,0*
Preta - não quilombola	12,9	87,1	100,0
Indígena aldeado	46,2	53,8	100,0
Indígena não aldeado	20,2	79,8	100,0
Sem declaração	10,8	89,3	100,0*
Total	11,4	88,6	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
Obs.: Excluídos discentes que não responderam se tem ou não filhos (as).
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Do total de estudantes com filhos (as), 85,3% moram com eles (as). Destes, 55,7% tem 1 filho (a), 29,8% 2 filhos (as) e 14,5% tem 3 filhos (as) ou mais. Dentre estudantes do sexo feminino que são mães, 92,7% tem algum filho (a) que mora com ela, enquanto dentre discentes do sexo masculino que são pais, este percentual é de 75,5%.

Tem filhos (as) de 0 a 5 anos 52,1% dos (as) graduandos (as) que são pais ou mães. São 71.303 estudantes nesta condição. Destes, 43,6% tem 1 filho de 0 a 5 anos, conforme a Tabela 2-17. Dentre estudantes que tem filhos (as) de 0 a 5 anos, 83,7% tem 1 filho (a).

Tabela 2-17: Graduandos (as) com filhos (as), segundo número de filhos (as) de 0 a 5 anos - 2018

Tem filhos	Freq.	%
Sim, 1 filho	59.679	43,6
Sim, 2 filho	8.196	6,0
Sim, 3 filho	1.179	0,9
Sim, 4 ou mais	2.247	1,6
Não tenho filho de até 5 anos	65.503	47,9
Total	136.804	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
Excluídos não respondentes.

Os dados da Tabela 2-18 revelam informações importantes acerca da população de pais e mães estudantes. A imensa maioria depende de familiares (65,5%) para poder estudar. A segunda categoria mais comum é a instituição de ensino privada, com 11,3% dos casos. Somente em 3º e 4º lugares é que vem outra instituição educacional pública, com 10,9% e universidade, 5,2%. Esses dados deveriam ocupar a formulação de políticas de assistência estudantil. Deixar os (as) filhos (as) com familiares não é em si um mal, mas arranjos familiares são frequentemente mais instáveis do que suporte institucional. A solução da instituição de ensino privada também não é boa, pois coloca mais uma obrigação financeira sobre o estudante, frequentemente já sobrecarregado (a) com as responsabilidades pecuniárias de criar a prole e de reservar tempo extra para os estudos. Por fim, a proporção de estudantes que contam com creches ou outros arranjos de apoio nas universidades é ainda diminuta 5,2%. Em suma, a situação é ainda bastante adversa para boa parte desses (as) estudantes.

Tabela 2-18: Com quem ficam os filhos menores de 5 anos dos (as) estudantes das IFES que possuem pelo menos uma criança nessa faixa etária

Com quem ficam filhos/Sexo	Feminino	Masculino	Sem declaração	Total
Familiares	60,7	71,8	29,5	65,5
Instituição de ensino privada	11,1	11,6	4,8	11,3
Outra instituição educacional pública	12,3	9,3	9,6	10,9
Traz para a universidade	7,9	1,7	29,5	5,2
Babá / Empregada Doméstica	4,9	3,8	5,4	4,4
Sozinho	2,0	1,2	15,7	1,7
Creche da própria universidade	1,1	0,6	5,4	0,9
Total	100,0	100,0	100,0*	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
*Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

A tabela acima também mostra que estudantes do sexo feminino dependem menos dos familiares para cuidarem de seus filhos (as) do que seus pares do sexo masculino, com mais de 11 p.p. de diferença nesse quesito. Elas também utilizam mais instituições educacionais públicas, com vantagem de 3 p.p. sobre seus colegas e trazem mais frequentemente seus filhos (as) para a universidade, em uma proporção de quase quatro vezes a dos estudantes que são pais. É preciso estudar com mais detalhe as condições dessa prática de trazer o filho para a universidade, pois ela pode variar desde o atendimento por creches até arranjos dos mais precários. Seriam as mães estudantes mais competentes em ter acesso a creches universitárias, assim como parecem ser, em grau menor, no acesso a outras instituições públicas, ou estariam elas em condições ainda mais precárias que seus pares do sexo masculino? Considerando os tradicionais papéis de sexo, pode-se supor que estudantes do sexo masculino encontrem mais facilmente familiares dispostos a assumir a responsabilidade do cuidado com seus filhos (incluindo as próprias mães, tias, avós e avôs), enquanto estudantes do sexo feminino seriam cultural e socialmente impelidas a assumir, elas próprias, tal responsabilidade.

Embora reduzido, intriga que 1,7% dos (as) estudantes afirmem que deixam seus filhos (as) menores de 5 anos sozinhos (as) – o que pode indicar um problema de interpretação da pergunta ou outra razão que merece ser melhor investigada. ►

Figura 2-3: Graduandos (as) com filhos (as)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Para finalizar a apresentação do Perfil Básico, indica-se o número de estudantes de graduação por unidade da federação brasileira. Nota-se que Minas Gerais tem o maior número de graduandos em IFES, o que coincide com a posição deste estado no número de *campi* de IFES, 51. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul vêm em seguida tanto no número de *campi* de IFES, 44 e 42, respectivamente, como no número de estudantes. O contraste mais agudo na região sudeste é São Paulo, que a despeito de ser de longe o estado mais populoso da federação, com mais de 45 milhões de habitantes, está apenas em nono lugar no ranking de número de graduandos (as) em federais (Tabela 2-19).

Tabela 2-19: Graduandos (as) por Unidade da Federação - 2018

UF	No.	%
Minas Gerais	160.601	13,4
Rio de Janeiro	131.872	11,0
Rio Grande do Sul	100.539	8,4
Paraná	71.642	6,0
Pará	68.842	5,7
Bahia	59.616	5,0
Pernambuco	50.229	4,2
Paraíba	47.845	4,0
São Paulo	42.269	3,5
Rio Grande do Norte	41.553	3,5
Santa Catarina	37.705	3,1
Distrito Federal	37.354	3,1
Ceará	36.987	3,1
Maranhão	33.579	2,8
Goiás	30.633	2,6
Amazonas	29.393	2,4
Alagoas	28.994	2,4
Mato Grosso	28.481	2,4
Sergipe	28.457	2,4
Piauí	27.782	2,3
Mato Grosso do Sul	27.564	2,3
Espírito Santo	25.418	2,1
Tocantins	15.156	1,3
Acre	11.376	0,9
Rondônia	10.305	0,9
Amapá	9.151	0,8
Roraima	6.959	0,6
Total	1.200.300	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Para termos uma melhor estimativa da cobertura do serviço de educação pública federal ao longo do território nacional, calculamos a taxa de estudantes no ensino superior federal a cada 1.000 habitantes, que corresponde simplesmente à razão entre o número de graduandos (as) sobre a população de cada estado, multiplicado por 1.000 (Tabela 2-20).

A primeira observação que chama atenção é o alto grau de variação do índice. O estado campeão tem

uma cobertura 14 vezes maior do que o último colocado, que é São Paulo, com uma taxa de menos do que 1 estudante no ensino superior federal a cada 1.000 habitantes. O fato desse estado ser o menos atendido pela educação superior federal tem a ver com a força histórica de suas universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp, Unesp). Essa defasagem era ainda maior anteriormente ao movimento de expansão das universidades federais. Outros estados populosos do Sudeste, como Rio de Janeiro e Minas Gerais têm taxas superiores à média nacional.

Tabela 2-20: Graduandos (as) e taxa de cobertura por Unidade da Federação - 2018

UF	No.	População	Taxa de estudantes no ensino superior federal a cada 1.000 habitantes
AC	11.376	869.265	13,09
DF	37.354	2.974.703	12,56
SE	28.457	2.278.308	12,49
RR	6.959	576.568	12,07
PB	47.845	3.996.496	11,97
RN	41.553	3.479.010	11,94
AP	9.151	829.494	11,03
MS	27.564	2.748.023	10,03
TO	15.156	1.555.229	9,75
RS	100.539	11.329.605	8,87
AL	28.994	3.322.820	8,73
PI	27.782	3.264.531	8,51
MT	28.481	3.441.998	8,27
PA	68.842	8.513.497	8,09
RJ	131.872	17.159.960	7,68
MG	160.601	21.040.662	7,63
AM	29.393	4.080.611	7,20
ES	25.418	3.972.388	6,40
PR	71.642	11.348.937	6,31
RO	10.305	1.757.589	5,86
Brasil	1.200.300	208.494.900	5,76
SC	37.705	7.075.494	5,33
PE	50.229	9.496.294	5,29
MA	33.579	7.035.055	4,77
GO	30.633	6.921.161	4,43
CE	36.987	9.075.649	4,08
BA	59.616	14.812.617	4,02
SP	42.269	45.538.936	0,93

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Há um sentido redistributivo claro no ranking das taxas, com estados periféricos e mais pobres alcançando valores superiores aos estados mais ricos.

03
IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO

Esta seção tem por objetivo apresentar as características socioeconômicas relacionadas às condições de moradia, trabalho, renda e origem familiar.

3.1 MORADIA

Os itens relacionados à Moradia abordam as seguintes dimensões da análise: local de residência, tipo da moradia, meio de transporte, tempo de deslocamento e distância no trajeto até a universidade[19].

Do total de estudantes das IFES, 77,2% reside no município onde cursa a graduação e 22,8% faz uso da migração pendular para estudar[20]. A frequência daqueles que não residem no município em que estudam, no entanto, não é equânime segundo diferentes clivagens analisadas.

No que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, a proporção dos (as) estudantes que não moram no município onde estudam é de: 23,4% entre os (as) amarelos (as); 20,5% entre brancos (as); 24,4% entre pardos (as); 27,5% entre pretos (as) quilombolas; 25,1% entre pretos (as) não-quilombolas; 32,9% entre (as) indígenas aldeados (as); e 24,8% entre indígenas não-aldeados (as). Ou seja, somente entre os (as) brancos (as) a frequência se encontra abaixo da média nacional, sendo notável a diferença destes em relação a pretos (as) quilombolas e a indígenas aldeados[21] (as) - estudantes que se encontram mais frequentemente nesta condição. Não há diferença no que diz respeito ao sexo, pois tanto entre estudantes do sexo masculino como do feminino se repete o mesmo percentual de 22,8% do total. Sendo assim, conclui-se que o fator racial tem um peso mais decisivo do que o de sexo para explicar esta variável.

Tabela 3-1: Graduandos (as), segundo cor ou raça, por residência no município onde estudam - 2018

Reside no município onde estuda/ Cor ou raça		Amarela	Branca	Parda	Preta - quilombola	Preta - não quilombola	Indígena aldeado	Indígena não aldeado	Sem declaração	Total
Sim	Freq.	19.631	413.508	355.488	7.807	99.542	3.135	4.563	23.289	926.963
	% (L)	2,1	44,6	38,3	0,8	10,7	0,3	0,5	2,5	100,0
	% (C)	76,6	79,5	75,6	72,6	74,9	67,1	75,2	77,4	77,2
Não	Freq.	6.011	106.500	114.739	2.940	33.310	1.537	1.502	6.798	273.337
	% (L)	2,2	39,0	42,0	1,1	12,2	0,6	0,5	2,5	100,
	% (C)	23,4	20,5	24,4	27,4	25,1	32,9	24,8	22,6	22,8
Total	Freq.	25.642	520.008	470.227	10.747	132.852	4.672	6.065	30.087	1.200.300
	% (L)	2,1	43,3	39,2	0,9	11,1	0,4	0,5	2,5	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

19 No item "Desenho metodológico da pesquisa", no final do Relatório, explica-se a eliminação das questões 43 (onde morava antes de ingressar na universidade), 44 (motivo para eventual mudança) e 46 (situação da moradia dos estudantes) devido a inconsistências identificadas no questionário.

20 Vale notar, inicialmente, que o percentual de não residentes na cidade onde se encontra a IFES é superior ao obtido na IV Pesquisa - 2014, quando alcançou 20,2%.

21 Vale lembrar que do total dos estudantes das IFES, 0,9% se autodeclaram pretos quilombolas; 0,4%, indígenas aldeados e 0,5%, indígenas não-aldeados. O baixo contingente populacional destes grupos, porém, não invalida a necessidade de um olhar especial para eles, tendo em vista que sob vários aspectos são exatamente os mais expostos a dificuldades socioeconômicas.

Já o trabalho é um aspecto que incide sobre o fato de não residir no município onde cursa a graduação. Entre os (as) ocupados (as), 23,9% se encontram nesta condição. Entre os (as) que estão desocupados (as) o percentual é de 24,7% - o que contrasta com os (as) inativos (as), cuja frequência é de somente 19,0%. Ou seja, o (a) estudante que está vinculado (a) ao mercado de trabalho – ocupado ou desocupado – é aquele (a) que tem maiores chances de não morar no mesmo município onde estuda.

A região é outro fator relevante na análise, já que não residem no município onde cursam a graduação 16,2% dos estudantes do Norte; 26,0% do Nordeste; 26,9% do Sudeste; 17,5% do Sul; e 18,3% do Centro-Oeste. Estas proporções podem ser explicadas parcialmente por questões demográficas. Sudeste e o Nordeste são, nesta ordem, justamente as regiões de maior população estudantil, embora o Sudeste seja seguido pelo Sul, e não pelo Nordeste, como regiões de maior densidade populacional. O número de *campi* também contribui para explicar esta questão, na medida em que novamente o Sudeste e o Nordeste são as regiões com maior número de *campi* universitários.

A faixa de renda *per capita* familiar é a que está mais relacionada com o fato de não residir no mesmo município onde se cursa a graduação. Entre os (as) estudantes inseridos na faixa de renda *per capita* familiar de "até 1 e meio SM" tem-se 24,8% de estudantes que não residem no município onde cursam a graduação; entre os (as) que percebem "mais de 1 e meio SM até 3SM", este percentual se reduz para 19,4%, e entre os (as) que recebem "mais de 3SM" é de 14,8%. Ou seja, são justamente aqueles (as) estudantes com menos recursos financeiros os (as) que estão mais expostos à migração pendular. BOX

Sabendo que o tipo de escola que o estudante cursou o Ensino Médio, se pública ou particular, possui estreita relação com a renda *per capita* familiar, identificamos também aqui uma relação com o local de moradia. Não reside no município onde cursa a graduação 25,0% dos (as) que frequentaram escola pública e 18,6% dos (as) que cursaram escola particular.

A faixa de ano de ingresso não parece ter relação com esta questão. A variação é pouco evidente também se consideramos a faixa etária, na medida em que se enquadram no perfil que estamos analisando 25,9% dos (as) estudantes de 17 anos ou menos; 22,4% dos que têm entre 18 e 24 anos; e 23,3% dos que têm 25 anos ou mais.

A forma de ingresso impacta, todavia, neste quesito, pois corresponde a 20,5% entre os (as) que entraram por ampla concorrência e 25,9% entre os (as) cotistas; ademais, chega a 27,3% entre os (as) estudantes oriundos de escola pública/PPI com renda *per capita* familiar "até 1 e meio SM". Novamente aqui a renda *per capita* familiar, a autodeclaração de cor ou raça e o tipo de escola que cursou o Ensino Médio se encontram imbricados.

A localização do *campus* também impacta nesta questão. Para quem estuda nos *campi* situados na capital, 20,0% não reside no município onde estuda; para aqueles (as) cujos *campi* se situam no interior, este número sobe para 25,6%. Entre discentes que estudam em *campus* sede, 20,7% não reside no município onde estuda; entre estudantes de *campus* avançado, este número sobe para 28,2%.

Os (as) estudantes do interior e de *campus* avançado são aqueles (as) que contam com a situação socioeconômica mais desfavorável, o que pode ser explicado pelo efeito da expansão das IFES nos últimos anos para regiões mais distantes dos grandes centros econômicos e culturais do país.

Considerando, finalmente, a faixa de IDHM dos municípios dos *campi*, temos os seguintes percentuais: 56,8% para muito baixo; 27,9% para baixo; 31,8% para médio; 19,1% para alto; e 28,4% para muito alto.[22]

O fato de residir no município onde cursa a graduação não é um indicador que possa, isoladamente, mensurar a qualidade de vida e acadêmica dos (as) estudantes, principalmente porque não revela a distância e o tempo de deslocamento diário, questões que serão abordadas adiante. Porém, a análise desta variável permite indicar que se trata de um distintivo social.

Tem maior probabilidade de contar com a vantagem de morar no mesmo município onde cursa a graduação discentes brancos (as), independente do sexo, da faixa etária e do ano de ingresso, que são inativos (as), das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, com faixa de renda *per capita* familiar superior a 3SM, que cursaram escola particular e ingressaram pela ampla concorrência, estudam em *campus* sede.

Ao contrário, aqueles (as) que estão mais expostos (as) à situação de migração pendular são os (as) estudantes que se enquadram no seguinte perfil: pretos (as), pardos (as) e indígenas (PPI), independente do sexo, da faixa etária e do ano de ingresso, que estão ocupados (as) ou desocupados (as), das regiões Nordeste e Sudeste, com faixa de renda *per capita* familiar inferior a 1,5 SM, que frequentou escola pública, ingressou pelo sistema de cotas, estuda em *campus* avançado, localizado no interior e em municípios cujo IDHM é muito baixo.

Passemos à análise da situação de moradia.

A Tabela 3-2 mostra a situação da moradia de estudantes das IFES. No total, 68,0% vive com algum familiar (pais/mães, outros familiares, companheiros/as ou cônjuges), percentual que sobe para 74,2% entre estudantes do sexo feminino, mas reduz para 66,3% entre os do sexo masculino. Na comparação com a IV Pesquisa – 2014, nota-se o aumento da proporção de estudantes que vive na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] e daqueles (as) que vivem em moradia coletiva; em contrapartida houve uma redução de quem vive em república. As demais situações de moradia praticamente se mantiveram entre uma pesquisa e outra. É possível levantar uma hipótese explicativa para a redução da proporção de estudantes que residem em moradias pertencentes à universidade: nos últimos anos o aumento da população estudantil não foi acompanhado, proporcionalmente, da construção de residências universitárias. ►

22 Este indicador não nos permite traçar uma correlação com a questão relativa ao local de residência na medida em que não possuímos acesso ao IDHM do município da residência. Porém, como tendência geral é possível afirmar que há uma maior tendência de não residir onde estuda aqueles estudantes de universidades localizadas em municípios de IDHM muito baixo.

Tabela 3-2: Graduandos (as), segundo a situação da moradia em 2014 e 2018 (em %)

Situação da moradia	2014*	2018
Na casa dos pais	46,8	49,0
Com companheiro/a ou cônjuge	12,6	12,7
Sozinho	11,2	11,3
Em república	13,7	9,9
Na casa de outros familiares	6,4	6,3
Em moradia coletiva	1,0	4,6
Em pensão/hotel/pensionato	2,6	2,2
Na casa de amigos	3,2	2,1
Em moradia pertencente à universidade	2,6	1,8
Total	100,0**	100,0***

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* FONAPRACE/ANDIFES. (2016).
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.
*** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

Vejamos como varia a situação de moradia segundo a autodeclaração de cor ou raça dos (as) estudantes, de acordo com a Tabela 3-3.

Brancos (as) são 49,6% dos (as) estudantes que moram em república e 50,2% dentre os que vivem sozinhos. Dentre os (as) que vivem com companheiro(a) ou cônjuge a maioria absoluta é negra (55,0%): 43,1% é parda, 1,0% é preto(a) quilombola e 10,9% preto(a) não quilombola. Estudantes negros (as) são maioria também entre os (as) que vivem em pensão/pensionato/hotel (53,8%), moradia pertencente à Universidade (60,0%), casa de outros familiares (58,2%) e moradia coletiva (53,5%).

Os grupos que parecem ter um comportamento diferenciado são os de indígenas aldeados (as) e pretos (as) quilombolas. A proporção de estudantes que reside na casa dos pais é menor dentre indígenas aldeados (21,2%). O mesmo ocorre em relação à república, em que a proporção de indígenas aldeados é de 3,7 p.p. Ao contrário, maior proporção de indígenas aldeados verifica-se entre estudantes que vivem com companheiro(a) ou cônjuge (22,1%)[23], sozinhos (13,4%) e na casa de amigos (6,8%).

Já entre pretos(as) quilombolas também há menos estudantes morando na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] e há mais moradores(as) de moradias coletivas e casa de outros familiares, sendo o grupo que mais faz uso deste tipo de moradia. ►

23 Uma hipótese que poderia ser testada, em futura pesquisa, é se há uma tendência maior deste grupo de se mudar de município para cursar a graduação.

Tabela 3-3: Situação de moradia de estudantes das IFES, segundo cor ou raça (em %)

Situação de moradia/ Cor ou raça		Amarela	Branca	Parda	Preta quilombola	Pretos não quilombola	Indígenas aldeados	Indígenas não aldeados	Sem declaração	Total
República	Freq.	2.487	59.210	40.721	985	12.134	171	483	3.237	119.428
	% (L)	2,1	49,6	34,1	0,8	10,2	0,1	0,4	2,7	100,0
	% (C)	9,7	11,4	8,7	9,2	9,1	3,7	8,0	10,8	9,9
Pensão/ pensionato/hotel	Freq.	651	10.294	10.956	457	2.670	314	210	567	26.119
	% (L)	2,5	39,4	41,9	1,7	10,2	1,2	0,8	2,2	100,0
	% (C)	2,5	2,0	2,3	4,3	2,0	6,7	3,5	1,9	2,2
Moradia pertencente à universidade	Freq.	332	7.387	8.679	370	4.131	277	167	610	21.953
	% (L)	1,5	33,6	39,5	1,7	18,8	1,3	0,8	2,8	100,0
	% (C)	1,3	1,4	1,8	3,4	3,1	5,9	2,8	2,0	1,8
Moradia coletiva	Freq.	1.164	21.916	21.209	1.181	6.809	580	398	1.381	54.638
	% (L)	2,1	40,1	38,8	2,2	12,5	1,1	0,7	2,5	100,0
	% (C)	4,5	4,2	4,5	11,0	5,1	12,4	6,6	4,6	4,6
Casa dos pais	Freq.	12.684	254.763	233.556	3.493	65.481	989	2.260	14.381	587.607
	% (L)	2,2	43,4	39,7	0,6	11,1	0,2	0,4	2,4	100,0
	% (C)	49,5	49,0	49,7	32,5	49,3	21,2	37,3	47,8	49,0
Casa de outros familiares	Freq.	1.738	27.574	34.173	1.111	9.075	403	517	1.624	76.215
	% (L)	2,3	36,2	44,8	1,5	11,9	0,5	0,7	2,1	100,0
	% (C)	6,8	5,3	7,3	10,3	6,8	8,6	8,5	5,4	6,3
Casa de amigos	Freq.	622	10.861	9.776	309	2.851	281	203	595	25.498
	% (L)	2,4	42,6	38,3	1,2	11,2	1,1	0,8	2,3	100,0
	% (C)	2,4	2,1	2,1	2,9	2,1	6,0	3,3	2,0	2,1
Sozinho	Freq.	2.861	68.374	45.312	1.351	13.089	625	708	3.781	136.101
	% (L)	2,1	50,2	33,3	1,0	9,6	0,5	0,5	2,8	100,0
	% (C)	11,2	13,1	9,6	12,6	9,9	13,4	11,7	12,6	11,3
Companheiro/a ou cônjuge	Freq.	3.105	59.609	65.819	1.492	16.612	1.032	1.117	3.912	152.698
	% (L)	2,0	39,0	43,1	1,0	10,9	0,7	0,7	2,6	100,0
	% (C)	12,1	11,5	14,0	13,9	12,5	22,1	18,4	13,0	12,7
Não respondeu	Freq.	0	19	28	0	0	0	0	0	47
	% (L)	0,0	40,4	59,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	25.644	520.007	470.229	10.749	132.852	4.672	6.063	30.088	1200.300*
	% (L)	2,1	43,3	39,2	0,9	11,1	0,4	0,5	2,5	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de (graduandos) seria 1.200.304.

Percebe-se também algumas discrepâncias segundo o sexo, como demonstra a Tabela 3-4. Há uma proporção maior de estudantes do sexo masculino que moram em república e de estudantes do sexo feminino que moram na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis], o que, em hipótese, tem relação com a construção simbólica de papéis sociais de sexo. Embora estejamos vivendo um processo de mudança comportamental a cada nova geração, sabe-se que existe uma tendência a um maior incentivo para que os homens ingressem no mercado de trabalho e possam sair de casa sem se casar, e para que as mulheres estudem e se casem antes de se afastarem do núcleo familiar. ►

Tabela 3-4: Situação de moradia dos estudantes das IFES segundo sexo (em %)

Situação de moradia/ Sexo	Feminino	Masculino
República	9,1	11,0
Pensão/pensionato/hotel	1,9	2,5
Moradia pertencente à universidade	1,7	2,0
Moradia coletiva	4,7	4,4
Casa dos pais	50,1	47,6
Casa de outros familiares	6,4	6,2
Casa de amigos	2,0	2,2
Sozinho	11,2	11,5
Companheiro/a ou cônjuge	12,9	12,5
Total	100,0	100,0*

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

De acordo com a Tabela 3-5, a situação de trabalho (ocupado, inativo e desocupado) também impacta na análise da situação de moradia.

Tabela 3-5: Situação de moradia dos estudantes das IFES, segundo a situação de trabalho - 2018 (em %)

Situação de moradia/ Situação de trabalho	Têm trabalho (ocupado)	Não trabalham e não estão à procura de trabalho (inativo)	Não trabalham e estão à procura de trabalho (desocupado)
República	5,6	14,0	10,2
Pensão/pensionato/hotel	1,0	3,1	2,3
Moradia pertencente à universidade	0,8	2,3	2,2
Moradia coletiva	2,4	5,9	5,2
Casa dos pais	46,6	47,	52,2
Casa de outros familiares	4,9	6,0	7,7
Casa de amigos	1,4	2,5	2,4
Sozinho	12,9	13,1	9,0
Companheiro/a ou cônjuge	24,5	6,1	8,9
Total	100,0*	100,0	100,0*

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

A rigor, estar ocupado (a) tem relação com o fato de viver com companheiro (a) ou cônjuge; ser inativo (a) aumenta a chance de viver em república ou sozinho (a); estar desocupado (a) aumenta a chance de viver na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] ou de outros (as) familiares.

Dos três perfis estudantis pode-se afirmar que, depois da moradia na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis], o ocupado é aquele que proporcionalmente mais mora com companheiro(a) cônjuge ou sozinho; o inativo é aquele que proporcionalmente mais mora em república ou sozinho; e o desocupado é aquele que proporcionalmente menos mora sozinho.

O fator regional também pesa no tipo de moradia, como fica demonstrado na Tabela 3-6.

Nota-se maior tendência de estudantes do Sudeste de viver em república e a menor tendência de viver na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] e de outros familiares. Por parte de estudantes do Sul, vê-se a maior tendência a viver sozinho (a) e a menor de viver na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis]. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é maior a tendência de viver na casa de [pais, mães ou responsáveis] e familiares. Também cabe destacar que as menores proporções de estudantes que moram em moradia pertencente à universidade estão nas regiões Norte e Centro-Oeste. Os fatores regionais aqui presentes são complexos, pois envolvem questões culturais e socioeconômicas. Para aprofundar esta dimensão teríamos que contar com mais informações territoriais, demográficas e urbanas dos municípios das IFES. De todo modo, registre-se, como hipótese, que significativa presença de república no Sudeste é a forma que os estudantes encontram para driblar os altos preços do aluguel nas grandes metrópoles desta região.

Tabela 3- 6: Situação de moradia dos (as) estudantes das IFES segundo a região do país (em %)

Situação de moradia/ Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
República	2,0	4,1	20,9	9,5	5,4
Pensão/pensionato/hotel	2,8	2,0	1,7	3,1	1,5
Moradia pertencente à universidade	0,4	2,0	2,4	2,3	0,9
Moradia coletiva	3,7	6,2	3,1	6,2	2,4
Casa dos pais	53,7	52,0	47,1	39,7	55,5
Casa de outros familiares	10,5	7,4	4,8	4,3	6,4
Casa de amigos	2,3	2,3	1,6	3,1	1,5
Sozinho	10,1	9,8	9,2	17,2	13,8
Companheiro/a ou cônjuge	14,5	14,3	9,3	14,7	12,8
Total	100,0	100,0*	100,0*	100,0*	100,0**

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,2%.

A Tabela 3-7 mostra a faixa de renda dos (as) discentes segundo a situação da moradia. Quanto menor a renda *per capita* familiar maiores as chances de se viver em república, pensão, moradia estudantil, moradia coletiva e casa de amigos (as); quanto maior a renda maiores as chances de se viver na casa dos pais, sozinho ou com companheiro/a ou cônjuge.

No que diz respeito à renda, a proporção de estudantes com renda "acima de 3 SM" é maior entre os(as) que vivem sozinhos (as), com companheiros (as) ou cônjuges, ou ainda na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis]. Do lado oposto, dentre os(as) que têm "até 1 e meio SM" estão discentes que residem em moradia pertencente à universidade, até pelo fato de se destinar aos estudantes de baixa renda. ►

Tabela 3-7: Graduandos (as) por faixa de renda familiar *per capita*, segundo a situação de moradia - 2018

Situação de moradia/ Renda familiar *per capita*		Até 1 e meio SM	Mais de 1 e meio a 3 SM	Mais de 3 SM	Não respondeu	Total
Em República	Freq.	88605	19166	8427	3231	119429
	% (L)	74,2	16,0	7,1	2,7	100,0
	% (C)	10,5	9,5	6,9	9,0	9,9
Em Pensão/Hotel/ Pensionato	Freq.	20471	3295	1272	1080	26118
	% (L)	78,4	12,6	4,9	4,1	100,0
	% (C)	2,4	1,6	1,0	3,0	2,2
Em moradia pertencente à Universidade	Freq.	20564	417	151	820	21952
	% (L)	93,7	1,9	0,7	3,7	100,0
	% (C)	2,4	0,2	0,1	2,3	1,8
Em moradia coletiva	Freq.	45024	5888	2192	1532	54636
	% (L)	82,4	10,8	4,0	2,8	100,0
	% (C)	5,3	2,9	1,8	4,3	4,6
Na casa dos pais	Freq.	405164	102696	63084	16662	587606
	% (L)	69,0	17,5	10,7	2,8	100,0
	% (C)	48,1	51,1	52,0	46,4	49,0
Na casa de outros familiares	Freq.	62116	8078	3590	2432	76216
	% (L)	81,5	10,6	4,7	3,2	100,0
	% (C)	7,4	4,0	3,0	6,8	6,3
Na casa de amigos	Freq.	19697	3376	1506	919	25498
	% (L)	77,2	13,2	5,9	3,6	100,0
	% (C)	2,3	1,7	1,2	2,6	2,1
Sozinho	Freq.	80264	28272	22062	5503	136101
	% (L)	59,0	20,8	16,2	4,0	100,0
	% (C)	9,5	14,1	18,2	15,3	11,3
Com companheiro (a) ou cônjuge	Freq.	100086	29805	19085	3721	152697
	% (L)	65,5	19,5	12,5	2,4	100,0
	% (C)	11,9	14,8	15,7	10,4	12,7
Não respondeu	Freq.	33	4	10	0	47
	% (L)	70,2	8,5	21,3	0,0	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Total	Freq.	842024	200997	121379	35900	1200300
	% (L)	70,2	16,7	10,1	3,0	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A Tabela 3-8 mostra como o tipo de escola em que cursou o Ensino Médio impacta nesta questão. Nota-se maior tendência de estudantes que frequentaram escola particular de seguir vivendo na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] ou morar sozinho, e uma tendência maior de estudantes oriundos (as) de escola pública de buscar os demais tipos de moradia, exceto República que é igualmente procurada por estudantes oriundos (as) do ensino médio e privado.

Observa-se que, quanto mais tempo está na graduação, maior a parcela dos (as) estudantes que abandonam a casa dos pais [pais, mães e responsáveis] ou de outros familiares, bem como outras formas transitórias como casa de amigos (as) e pensões, e maior a parcela dos que estabelecem família indo morar com companheiro/a ou cônjuge. Em relação aos que passam a utilizar dos equipamentos de moradia universitários, exceto entre os que ingressaram até 2012, cresce o percentual de estudantes nesta condição de moradia na medida em que aumenta o tempo de ingresso. Neste caso, informações sobre existência de moradia estudantil e

processos de solicitação deste benefício podem ser mais acessíveis internamente e à medida que os (as) graduandos (as) avançam no curso. Por sua vez, os (as) que ingressaram até 2012 utilizariam menos os equipamentos de moradia em função de se encontrarem no final do curso – próximos, portanto, ao período de formatura –, ou em situações especiais de conclusão e já inseridos no mercado de trabalho.

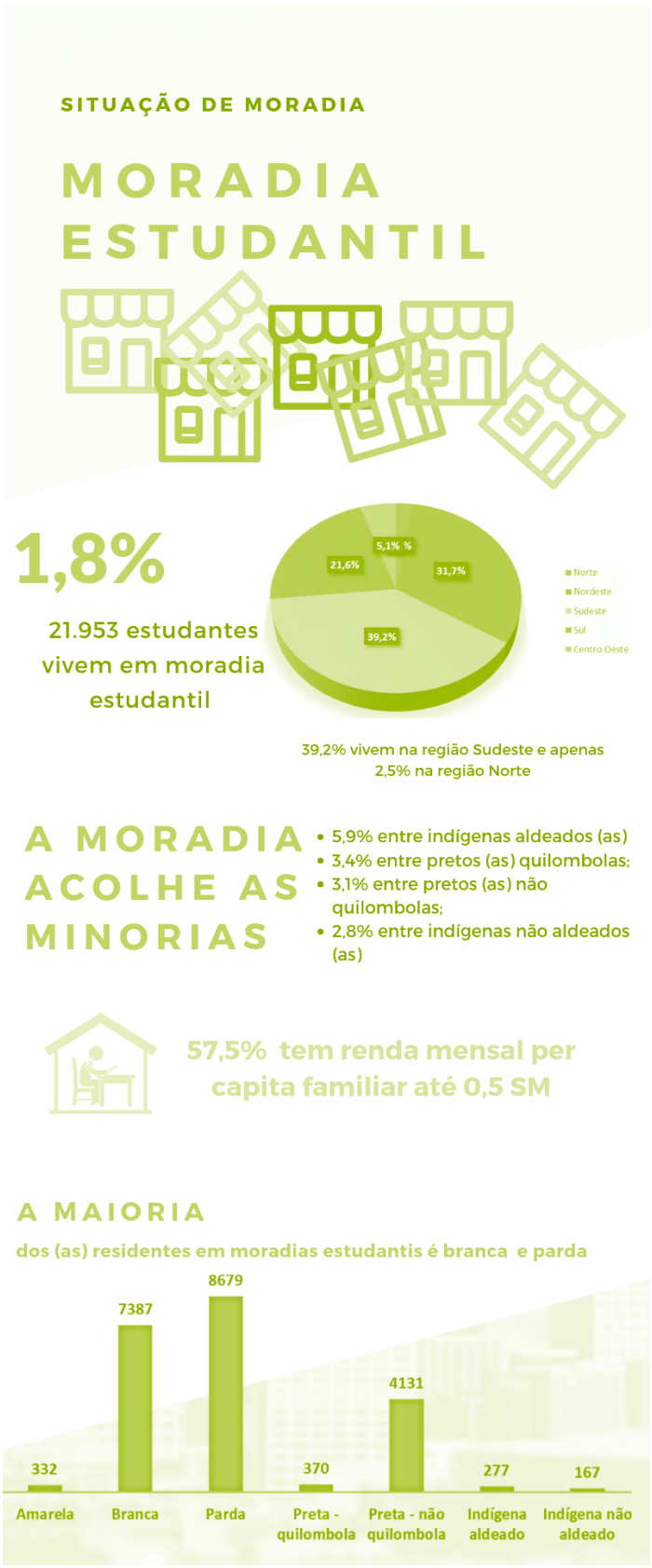
Tabela 3-8: Situação de moradia dos estudantes das IFES segundo o tipo de escola em que cursou o Ensino Médio e faixa de ano de ingresso – 2018 (em %)

	Tipo de escola de EM		Faixa de ano de ingresso			
Situação de moradia	Escola pública	Escola particular	Ingressante 2018	Ingressante 2017	Ingressante 2013-2016	Ingressante até 2012
República	9,9	10,0	7,7	10,1	10,8	8,7
Pensão/pensionato/ hotel	2,4	1,7	3,8	2,8	1,8	1,0
Moradia pertencente à universidade	2,6	0,5	1,2	1,7	2,1	1,5
Moradia coletiva	5,1	3,5	4,1	5,0	4,8	3,0
Casa dos pais	45,2	55,9	53,2	50,4	48,3	45,0
Casa de outros familiares	7,0	5,2	8,2	7,1	5,9	5,1
Casa de amigos	2,3	1,8	2,8	2,4	2,0	1,6
Sozinho	10,5	12,9	10,2	10,7	11,6	12,6
Companheiro/a ou cônjuge	15,0	8,5	8,8	9,8	12,8	21,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0*	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Tomando apenas estudantes que vivem em moradia estudantil, observa-se que tem maior probabilidade de residir em moradia pertencente à universidade estudantes pretos e indígenas; do sexo masculino; das regiões Nordeste, Sudeste e Sul; que ingressaram entre 2013-2016 por cotas; que estudaram em escola pública; que são inativos ou se encontram desocupados e que possuem renda *per capita* familiar de "até 1 e meio SM". ►

Figura 3-1: Perfil dos (as) graduandos (as) residentes em moradia estudantil - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A Tabela 3-9 mostra o meio de transporte utilizado por estudantes para se deslocarem até a universidade. Os meios motorizados são os mais frequentes, na medida em que somente 20,0% se desloca a pé ou de bicicleta até o *campus*. Em relação à *IV Pesquisa – 2014*, há poucas variações. Chama atenção o pequeno aumento do deslocamento a pé ou do uso da bicicleta e a pequena redução do uso do transporte coletivo[24].

Tabela 3-9: Graduandos (as), segundo o meio de transporte utilizado – 2014 e 2018 (em %)

Meio de transporte	2014*	2018
Transporte coletivo	53,8	51,4
Transporte próprio	20,1	20,3
A pé	15,4	16,1
Bicicleta	2,9	3,9
Carona	3,5	3,9
Transporte locado	3,6	3,8
Táxi	0,6	0,6
Total	100,0**	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* FONAPRACE/ANDIFES (2016).
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

A utilização de alguns meios de transporte varia de acordo com o sexo: a diferença é menor do que 2p.p. para quem vai a pé (15,5% entre estudantes do sexo feminino e 16,9% entre estudantes do sexo masculino), de transporte locado (4,0% e 3,5%); e de táxi (0,7% e 0,5%); mas é maior para quem utiliza transporte coletivo (56,2% entre elas e 45,6% entre eles); transporte próprio (16,5% e 25,0%); e bicicleta (2,7% e 5,3%).

As estudantes do sexo feminino usam mais transporte coletivo e os do sexo masculino compensam esta diferença utilizando com maior frequência transporte próprio e bicicleta, o que é coerente com a distribuição de papéis entre os sexos, em que a figura masculina é mais incentivada tanto ao uso do automóvel quanto à prática esportiva. Embora o transporte coletivo seja reconhecidamente um espaço de assédio sexual – ao ponto de nas grandes metrópoles existirem vagões em trens e metrô exclusivos para pessoas do sexo feminino – o deslocamento a pé ou de bicicleta as expõe a situações de igual violência e vulnerabilidade.

Também quando se considera a autodeclaração de cor ou raça, aparecem as discrepâncias. Deslocar-se a pé tem diferentes significados: pode tanto ser indicador de um bom nível de vida decorrente do privilégio de morar perto do *campus* universitário ou até mesmo indicador de falta de dinheiro para utilizar o transporte público, o que dificulta a análise deste quesito. De qualquer forma, o percentual de pedestres é mais alto entre pretos (as) quilombolas e indígenas aldeados (as). São 15,2% entre amarelos (as); 17,0% entre brancos (as); 14,9% entre pardos (as); 23,2% entre pretos quilombolas (as); 16,2% entre pretos (as) não quilombolas; 30,7% entre indígenas aldeados (as) e 16,7% entre indígenas não aldeados (as).

A mesma observação anterior valeria para a bicicleta, com menores diferenças quanto ao uso deste meio de transporte no que diz respeito à cor ou raça de estudantes: 3,5% entre amarelos (as); 4,0% entre brancos (as); 3,7% entre pardos (as); 4,3% entre pretos (as) quilombolas; 3,6% entre pretos (as) não quilombolas; 4,2%

24 Uma hipótese explicativa para esta questão, que poderia ser testada em outras pesquisas, é a de que nos últimos anos houve a implantação ou a ampliação de ciclovias em várias cidades brasileiras.

entre indígenas aldeados (as) e 5,6% entre indígenas não aldeados (as).

Já a utilização de transporte próprio é um claro demarcador de desigualdade socioeconômica e racial. Usam transporte próprio: 22,9% dos amarelos (as); 23,8% dos brancos (as); 18,8% dos pardos (as); 10,0% dos pretos (as) quilombolas; 12,3% dos pretos (as) não quilombolas; 9,0% dos indígenas aldeados (as) e 14,9% dos indígenas não aldeados (as). A diferença também é substancial segundo a forma de ingresso: entre os ingressantes por ampla concorrência é de 26,4% e, entre cotistas, de 11,8%. Também há discrepância segundo a inserção ocupacional: entre estudantes ocupados (a) é de 34,1%; entre inativos (as) é de 16,6%; e entre estudantes desocupados (as) é de 12,8%.

Há ainda diferenças regionais: o uso de transporte próprio é mais frequente no Norte (21,6%), Nordeste (21,5%) e Centro-Oeste (33,0%) do que no Sul (18,8%) e Sudeste (15,1%). É ainda mais notória segundo a faixa de renda *per capita*: 13,7% entre os (as) que têm renda familiar *per capita* "Até 1 e meio SM"; 31,4% entre os (as) que têm renda familiar *per capita* "Mais de 1 e meio até 3 SM"; e de 47,1% entre os (as) que têm renda familiar *per capita* "Mais de 3 SM".

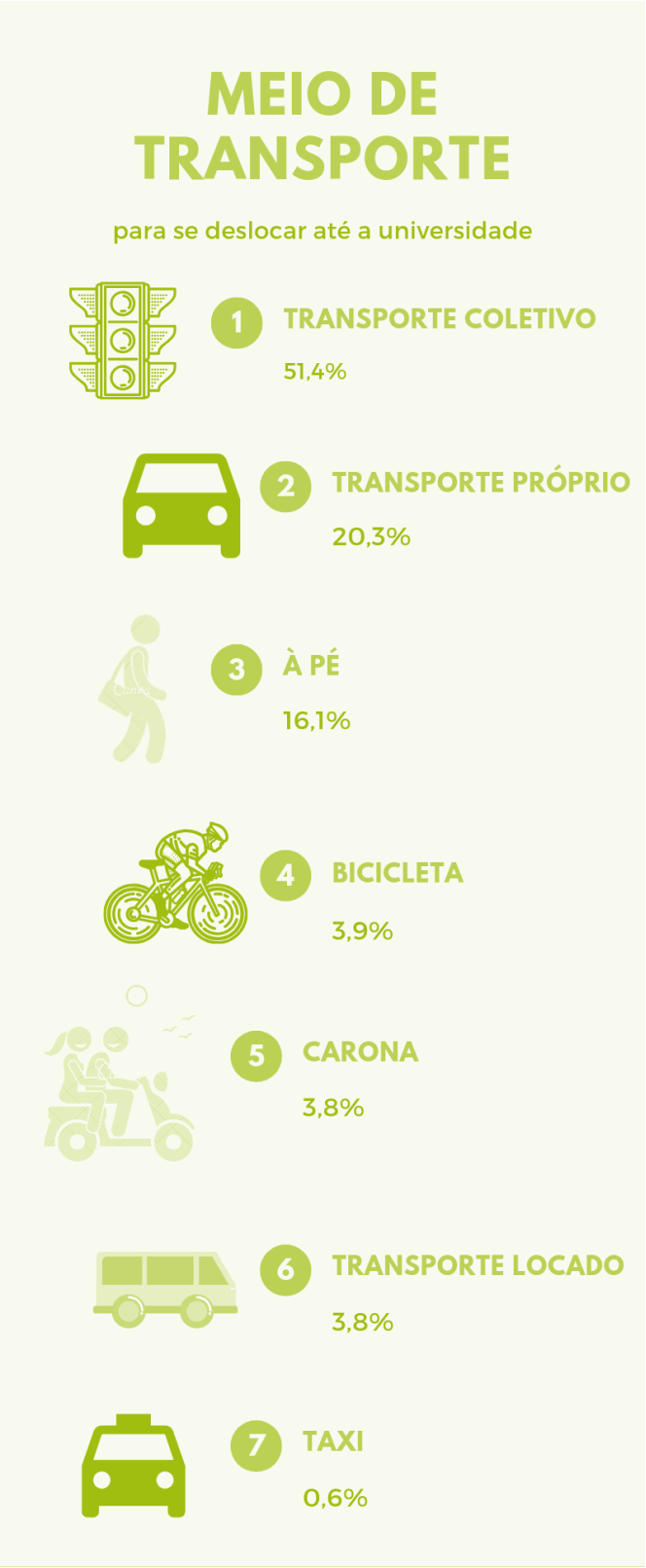
O tipo de escola que frequentou o Ensino Médio também guarda relação com esta questão: é de 16,0% para quem frequentou escola pública e de 28,2% para quem frequentou escola particular. Por fim, a faixa de ano de ingresso também impacta de modo significativo: para ingressantes em 2018 é de 13,0%; entre ingressantes de 2017 é de 14,8%; entre estudantes que ingressaram de 2013-2016 é de 21,8%; e até 2012, de 30,8%.

Em síntese, a utilização do transporte próprio é mais frequente entre estudantes do sexo masculino, do Norte/Nordeste/Centro-Oeste, não-negros, que ingressam por ampla concorrência, que trabalham, com maior faixa de renda *per capita*, que cursou o Ensino Médio em escola particular e que ingressou na universidade há mais tempo.

Este perfil indica que se trata de estudantes com melhor condição socioeconômica, mais velhos, que já percorreram uma parte do curso (Ingressantes até 2012) e estão inseridos no mercado de trabalho[25]. ►

25 Como veremos mais adiante, entre ingressantes de 2018, 18,0% trabalham, número que sobe para 23,0% entre os ingressantes de 2017, 31,3% entre os ingressantes de 2013-2016 e para 48,1% para os ingressantes até 2012.

Figura 3-2: Meio de Transporte utilizado pelos (as) graduandos (as)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Se o meio de transporte utilizado expressa a condição socioeconômica de estudantes, o tempo gasto no deslocamento possui relação com a qualidade de vida estudantil, até mesmo pelo impacto que têm sobre o

tempo disponível para os estudos.

Do total de estudantes das IFES, 23,0% gasta até 15 minutos até a universidade; 27,1% gasta mais de 15 até 30 minutos; 26,2% gasta mais de 30 minutos até 1 hora; 19% gasta mais de 1 até 2 horas; 4% gasta mais de 2 até 3 horas; e 0,7% gasta mais de 3 horas. Ou seja, aproximadamente metade dos (as) discentes (49,9%) leva mais de 30 minutos para chegar à universidade, totalizando pelo menos 1 hora no trajeto diário (considerando ida e volta).

Nota-se ainda que

> **23,7% gastam mais de 1 hora em cada trajeto, tempo que supera a média do deslocamento diário do (a) trabalhador (a) brasileiro (a) nas grandes metrópoles (38 minutos), e que coloca o Brasil como um dos países com maiores problemas em relação à questão do deslocamento urbano[26].**

No que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, encontram-se algumas discrepâncias, na medida em que a proporção de discentes que tardam mais de 1 hora no trajeto até a universidade corresponde a: 23,4% entre amarelos (as); 20,2% entre brancos (as); 25,5% de pardos (as); 25,0% de pretos (as) quilombolas; 30,6% de pretos (as) não-quilombolas; 20,0% entre indígenas aldeados (as); 26,3% entre indígenas não-aldeados (as). Também há diferença entre os sexos: é de 25,9% entre estudantes do sexo feminino e 21,0% entre aqueles do sexo masculino.

Com relação ao vínculo de trabalho, esta porcentagem é de 23,1% entre estudantes ocupados (as); 19,3% entre inativos (as); e sobe para 27,3% entre desocupados (as).

Entre estudantes ocupados e tem renda do trabalho "até 1 e meio SM", 25,7% tardam mais de 1 hora no trajeto até a universidade. Entre estudantes ocupados que têm renda do trabalho na faixa "mais de 1 e meio SM até 3SM" o percentual é de 22,4%; e entre quem trabalha e tem remuneração na faixa "mais de 3SM" o percentual é de 14,6%.

Há ainda uma diferença regional: 24,4% no Norte; 24,7% no Nordeste; 26,0% no Sudeste; 16,9% no Sul; 24,5% no Centro-Oeste.

É também maior o peso da renda familiar mensal *per capita*: 26,3% para quem tem renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM"; 19,2% para os (as) que estão na faixa renda familiar *per capita* "mais de 1 e meio SM até 3SM"; e 13,1% para quem tem renda familiar *per capita* na faixa "mais de 3SM".

Com relação ao tipo de escola, a diferença é de 25,5% para quem cursou o Ensino Médio em escola pública, mas de 20,2% para quem cursou escola particular.

É de 26,1% entre ingressantes de 2018; 24,3% entre ingressantes de 2017; 22,8% entre ingressantes de 2013 a 2016; e de 24,2% entre ingressantes até 2012. A localização do *campus* é outro fator decisivo: 32,0% entre os (as) estudantes da capital e de 15,1% do interior; em *campus* avançado é de 13,9%; em *campus* sede é de 27,5%. Segundo o IDHM da cidade do *campus* obtivemos as seguintes frequências: 16,7% entre os (as) estudantes que estudam em cidades cujo IDHM é muito baixo; 6,6% se é baixo; 13,6% se é médio; 24,4% se é alto; e 28,8%

26 Segundo estudo do IPEA (IPEA, 2013), no ano de 2009 o tempo médio de viagem nas áreas metropolitanas analisadas era de 38 minutos contra 23,3 minutos nas áreas não metropolitanas. Na comparação internacional apontada pelo estudo, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a média das regiões metropolitanas brasileiras aparecem atrás apenas de Xangai e à frente de diversas cidades do mundo, tais como Londres, Nova Iorque, Tóquio, etc.

se é muito alto. A faixa etária também tem um peso para explicar este perfil: é de 26,7% para estudantes de 17 anos ou menos; de 24,0% para quem tem entre 18 e 24 anos; e de 22,9% para quem tem 25 anos ou mais. Para ingressantes por ampla concorrência é de 20,4%; entre cotistas sobe para 28,2%.

A Tabela 3-10 permite observar a distância percorrida até a universidade. Enquanto 35,3% percorre até 5km, 39,6% se desloca por mais de 10 km.

Levando-se em conta que morar perto da universidade é um fator de privilegiamento e que os deslocamentos mais longos tendem a levar mais tempo e a contribuir para a redução da qualidade de vida estudantil e do tempo dedicado ao estudo, analisa-se a seguir o perfil daqueles que percorrem distâncias acima de 10km.

Tabela 3-10: Graduandos (as), segundo distância percorrida até a universidade (em %) - 2018

Distância	%
Menos de 1km	10,3
Mais de 1 a 5km	25,0
Mais de 5 a 10km	25,1
Mais de 10 a 50km	32,1
Mais de 50 a 100km	5,6
Mais de 100km	1,9
Total	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

No que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, nota-se algumas discrepâncias entre os que percorrem distâncias acima de 10km: 38,6% entre amarelos; 36,6% entre brancos (as); 41,6% entre pardos (as); 39,3% entre pretos (as) quilombolas; 44,5% entre pretos (as) não-quilombolas; 36,3% entre indígenas aldeados (as); 40,7% entre indígenas não-aldeados(as). A diferença entre sexos é: 40,9% entre discentes do sexo feminino e 38,0% do masculino.

A distância percorrida guarda relação com a faixa de renda familiar *per capita* e situação de trabalho. Percorrem distâncias acima de 10km, 41,0% dos (as) discentes que tem renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM"; 37,1% dos (as) discentes na faixa de renda familiar *per capita* "mais de 1 e meio SM até 3SM"; e 34,9% entre os (as) que tem renda familiar *per capita* "mais de 3SM"[27].

Percorrem distâncias acima de 10km: 43,6% dos (as) estudantes ocupados (as); 32,9% dos (as) inativos (as); e 41,4% dos (as) desocupados (as). Entre estudantes ocupados (as) com renda "até 1 e meio SM" é de 43,4%; mais de 1 e meio SM até 3SM, de 46,1%; e com mais de 3SM, de 42,5%.

Há algumas diferenças regionais. O percentual de discentes que percorre distâncias acima de 10km é de 39,3% no Norte; 41,0% no Nordeste; 38,0% no Sudeste; 35,4% no Sul; 47,3% no Centro-Oeste[28].

O tipo de escola que cursou o Ensino Médio também tem relação com o deslocamento acima de 10km: é de 41,4% para quem estudou em escola pública, mas de 36,4% para quem cursou escola particular. Para ingres-

27 Vale ressaltar ainda que 7,5% dos estudantes se deslocam mais de 50km. Porém, se entre os estudantes com renda familiar *per capita* de mais de 3SM apenas 2,7% se encontra nesta condição; entre os que recebem mais de 1,5 e até 3SM este percentual sobe para 4,3%; e entre os que têm renda "até 1 e meio SM", sobe ainda mais, para 8,9%.

28 A explicação para as especificidades da região Centro-Oeste merece um estudo mais aprofundado, pois embora se aproxime da região Norte em termos de território, população, densidade populacional e número de IFES, a proporção de estudantes que se deslocam por mais de 10km nestas regiões apresenta uma discrepância visível.

santes por ampla concorrência é de 37,5%; entre cotistas, sobe para 42,4%. A relação com o ano de ingresso não é tão nítida: 40,8% entre ingressantes de 2018; 39,4% entre ingressantes de 2017; 38,8% entre ingressantes de 2013 a 2016; e de 42,1% entre ingressantes até 2012. A localização do *campus* tem também relação com a questão: é de 48,1% na capital e de 31,0% no interior; é de 31,5% em *campus* avançado e 42,5% em *campus* sede. O cruzamento com o IDHM nos leva aos seguintes números: é de 36,8% entre estudantes de IFES localizadas em municípios cujo IDHM é muito baixo; 23,3% cujo IDHN é baixo; 34,6% é médio; 38,9% é alto; e 45,5% é muito alto. É de 40,2% para estudantes de 17 anos ou menos; de 38,5% para quem tem entre 18 e 24 anos; e de 41,9% para quem tem 25 anos ou mais.

O perfil daqueles (as) que estão mais expostos a grandes deslocamentos diários até a universidade: pardos (as), pretos (as) não quilombolas e indígenas não aldeados (as); do sexo feminino; com mais baixa remuneração; ocupados (as), com faixa de renda média, ou desocupados (as); mais frequentes no Centro-Oeste e menos frequentes no Sul; que cursaram escola pública e ingressaram por cota; que são mais velhos (as) e que estão no curso há mais tempo; que estudam em *campus* sede localizados em capitais com IDHM mais alto.

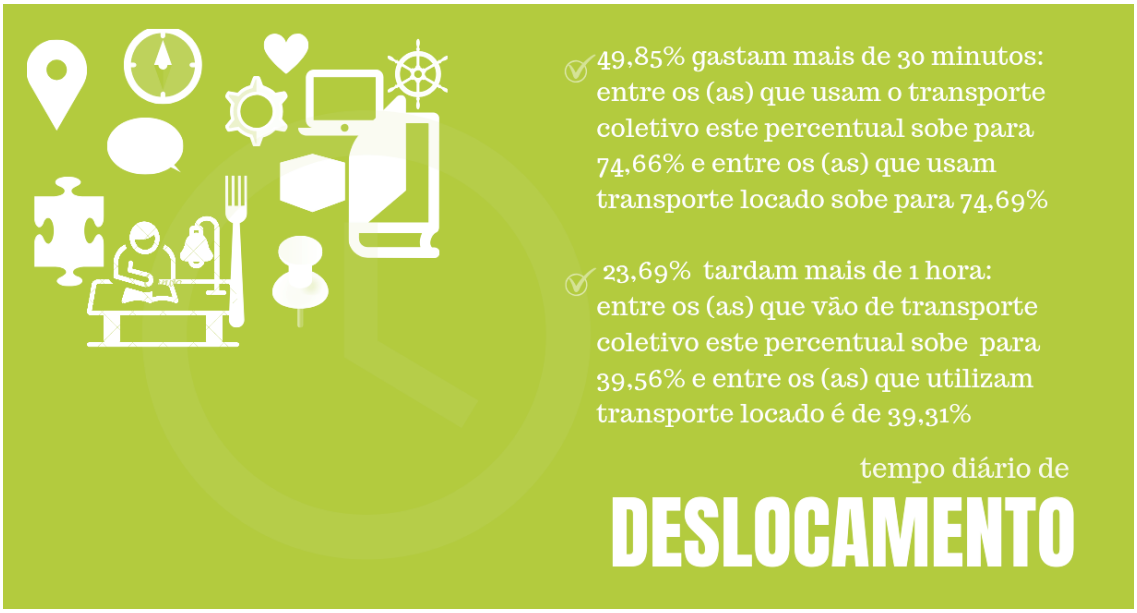
3.1.1 O caos urbano e a dificuldade do deslocamento

Um dos objetivos da implantação do REUNI foi promover a descentralização das IFES, especialmente a sua interiorização, permitindo maior capilaridade e cobertura geográfica do acesso ao Ensino Superior gratuito no Brasil.

Ainda assim, a persistência da centralização territorial da universidade pública no Brasil obriga muitos estudantes a trajetos intermunicipais e a enfrentar o trânsito engarrafado nas regiões metropolitanas.
Se por um lado as dimensões do território brasileiro e a concentração populacional em grandes metrópoles são fatores que explicam os grandes deslocamentos de uma parcela dos estudantes, por outro a ineficiência da rede de transporte contribui para a ampliação do tempo gasto no trajeto até a universidade. Nesse sentido, estudantes que vivem em cidades vizinhas ou regiões distantes do *campus*, tendencialmente inseridos no perfil socioeconômico mais vulnerável, são aqueles que mais sofrem com este problema, o que justifica e releva o caráter imperativo de políticas de assistência estudantil como o auxílio moradia e transporte.

Como os dados revelam, a distância e o tempo gasto se relacionam com o meio de transporte utilizado. Uma maneira de observar a precariedade e ineficiência do transporte público é que sua utilização aumenta o tempo médio de deslocamento. Ora, do total dos (as) estudantes: 49,9% demoram mais de 30 minutos, mas entre os (as) que usam o transporte coletivo este número sobe para 74,7% e entre os (as) que usam transporte locado, para 74,7%; da mesma forma, enquanto 23,7% do total dos (as) estudantes tardam mais de 1 hora, entre os (as) que vão de transporte coletivo e locado, este número sobe, respectivamente, para 39,6% e 39,3%.

Figura 3-3: Tempo de deslocamento

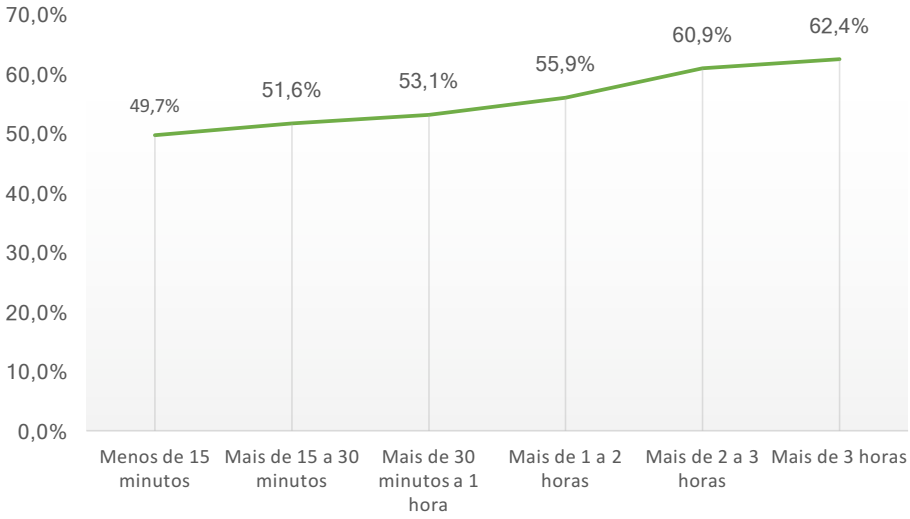


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A preocupação com a distância e o tempo de deslocamento de estudantes até a universidade deve receber relevo não só pelas considerações tecidas acima, mas porque também é possível afirmar que quanto maior a distância para o deslocamento, maior também é a frequência com que discentes pensam em abandonar seus cursos. Ora, os dados da V Pesquisa revelam que para estudantes que se deslocam "Menos de 1 km" 49,7% já pensou em abandonar o curso. Para os que se deslocam "Entre 1 e 5 km", 51,9% já pensaram em abandono. O deslocamento de "5 a 10 km" eleva este percentual para 52,5%; de "10 a 50 km" é de 53,9%, de "50 a 100 km" é de 55,9% e "mais de 100 km" permanece próximo à última faixa, com 55,8%. Veja-se, no Gráfico 3 1, como se comporta o pensamento sobre abandono do curso quando comparado ao tempo de deslocamento até à universidade.

A análise do deslocamento estudantil mostra ainda algumas questões julgadas centrais para o planejamento das políticas educacionais em consonância com a vida nas cidades brasileiras: 1) a precariedade da infraestrutura urbana e a ineficiência do transporte público, tendo em vista que diversas estatísticas mundiais colocam as metrópoles brasileiras no topo das que possuem maiores níveis de congestionamento e tempo médio de deslocamento para o trabalho (o que também se aplica ao estudo, como vimos); 2) a necessidade de intermediação do Ministério da Educação com os governos estaduais e municipais para a promoção de políticas de investimento em infraestrutura urbana e melhoria do transporte que facilitem o acesso aos *campi* universitários; 3) o investimento do Governo Federal em moradias estudantis que contribuam para fixar estudantes nas imediações da universidade, diminuindo a distância percorrida e o tempo de deslocamento, e incentivando a utilização de meios de transporte não motorizados que possibilitem a melhoria da qualidade de vida e o aumento do tempo de estudo como forma de aprimorar o rendimento acadêmico. ►

Gráfico 3-1: Graduandos (as) que já pensaram em abandonar o curso, segundo o tempo de deslocamento até à universidade (em %) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

3.1.2 O DÉFICIT DE MORADIA ESTUDANTIL

O conjunto dos dados nos permite afirmar ainda que há um déficit de moradia estudantil nas universidades brasileiras. Lembremos que 22,8% dos (as) estudantes não reside no município onde cursa a graduação, 23,7% dos (as) estudantes gastam mais de 1 hora e 39,6% percorre mais de 10km no trajeto até a universidade.

Vale dizer ainda que a ausência de moradia estudantil na maioria dos *campi*, bem como o processo de gentrificação nos bairros universitários, inclusive em regiões de implantação recente das IFES, contribuem para a não fixação dos estudantes nas imediações do *campus*, obrigando-os a longos deslocamentos, o que diminui o tempo para os estudos[29].

Um breve exercício para estimar o déficit de moradia estudantil nas universidades brasileiras revela o tamanho do desafio que reitorias das IFES têm pela frente.

Levando-se em conta o deslocamento de mais de 50km e a renda *per capita* familiar de "Até 1 e meio SM" como critérios para o acesso à moradia estudantil, conclui-se apenas com base nestes critérios que 6,4% de estudantes das IFES seriam potenciais residentes de moradias estudantis, porcentagem que é aproximadamente 3,5 vezes o percentual de estudantes que vivem atualmente em moradias da universidade (1,8%). Levando-se em conta ainda o total de estudantes com este perfil de renda que mora a menos de 50km, mas que se mudaram de municípios localizados a mais de 50km para cursar a universidade, e que já gastam parte de sua remuneração ou auxílio moradia com aluguel em repúblicas, pensionatos etc., este número é ainda maior. De qualquer forma, em posse apenas dessas informações parciais, pode-se afirmar que existe um grande déficit de moradia estudantil nas IFES, o que nos permite concluir que a política de investimento em construção de unidades habitacionais para os estudantes de mais baixa renda seria uma forma de contribuir para a permanência estudantil e a melhoria da qualidade da vida acadêmica nas universidades públicas brasileiras.

29 O termo gentrificação é uma tradução literal de *gentrificafion*. Tem o sentido de elitização, enobrecimento. A expressão de origem inglesa designa pessoas ricas, ligadas à nobreza. O termo surgiu nos anos de 1960, em Londres, quando vários gentriers migraram para um bairro que, até então, abrigava a classe trabalhadora. Este movimento disparou o preço imobiliário do lugar, acabando por "expulsar" os antigos moradores. Trata-se sociologicamente do fenômeno de expulsão de moradores residentes em bairros em função de interesses imobiliários que dão lugar a empreendimentos de mais alto padrão.

3.2 TRABALHO E RENDA

A situação de trabalho dos (as) estudantes das IFES em 2014 e 2018 encontra-se representada na Tabela 3-11. Enquanto 29,5% são inativos (as) e 29,9% ocupados (as), 40,6% estão desocupados (as) - um contingente de quase meio milhão de estudantes. Pode-se afirmar que 70,5% dos (as) estudantes fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA). Entre estes, é maior o percentual dos que estão desocupados (as) (57,6%) do que daqueles (as) que estão ocupados (as) (42,4%).

Em relação à IV Pesquisa – 2014 houve uma mudança significativa, quando os (as) estudantes ocupados (as), desocupados (as) e inativos (as) eram, respectivamente 35,4%, 30,3% e 34,3% (Tabela 3-11). Assim, embora a PEA estudantil das IFES tenha praticamente se mantido (em 2014 era de 69,7%), modificou-se a proporção entre ocupados (as) (50,8%) e desocupados (as) (49,3%)[30], o que é coerente com o contexto recente de crescimento do desemprego de jovens no país.

Tabela 3-11: Graduandos (as), segundo a situação de trabalho – 2018 e 2014 (em%)

Situação de trabalho	2014*	2018
Trabalha (ocupado)	35,4	29,9
Não trabalha e não está à procura de trabalho (inativo)	30,3	29,5
Não trabalha e está à procura de trabalho (desocupado)	34,3	40,6
Total	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* FONPRACE/ANDIFES (2016).

No que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, discentes ocupados (as) são 30,2% entre os amarelos (as); 30,9% entre brancos (as); 29,0% entre pardos (as); 22,8% entre pretos (as) quilombolas; 29,4% entre pretos (as) não-quilombolas; 22,4% entre indígenas aldeados (as); 25,9% entre indígenas não-aldeados (as). Inativos (as) correspondem a 28,0% entre amarelos (as); 33,8% entre brancos (as); 27,0% entre pardos (as); 26,5% entre pretos (as) quilombolas; 23,6% entre pretos (as) não-quilombolas; 30,1% entre indígenas aldeados (as); 23,1% entre indígenas não-aldeados (as).

O percentual de desocupados é de 41,8% entre amarelos (as); 35,4% entre brancos (as); 44,0% entre pardos (as); 50,7% entre pretos (as) quilombolas; 47,0% entre pretos (as) não-quilombolas; 47,5% entre indígenas aldeados (as); 51,1% entre indígenas não-aldeados (as).

A inserção no mercado de trabalho também possui diferenças com relação ao sexo. O percentual de ocupados (as) é de 27,1% entre estudantes do sexo feminino e de 33,2% entre estudantes do sexo masculino. Já o percentual de inativos (as) é de 30,1% entre estudantes do sexo feminino e 28,9% do masculino. Por fim, o percentual de quem está desocupado (a) é de 42,8% entre estudantes do sexo feminino e de 37,9% entre estudantes do masculino.

Vejamos a distribuição regional com relação à situação de trabalho. Os (as) que estão ocupados (as) correspondem a: 26,9% dos (as) estudantes no Norte; 29,0% no Nordeste; 28,1% no Sudeste; 34,6% no Sul; 33,0%

30 O intervalo que cobre as duas pesquisas coincide com o aumento do desemprego no país, sendo os jovens justamente uma das categorias mais afetadas.

no Centro-Oeste. Os (as) inativos (as) correspondem a 21,7% dos (as) estudantes no Norte; 26,8% no Nordeste; 33,8% no Sudeste; 32,7% no Sul; 29,4% no Centro-Oeste. E, finalmente, desocupados correspondem a 51,4% dos (as) estudantes no Norte; 44,2% no Nordeste; 38,1% no Sudeste; 32,7% no Sul; 37,6% no Centro-Oeste.

Com relação à renda mensal familiar *per capita*, verifica-se, pela Tabela 3 12, que estudantes ocupados (as) correspondem a 26,2% dos (as) que estão na faixa de renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM"; 38,7% dos (as) que estão na faixa "mais de 1 e meio SM até 3SM" e 42,1% na faixa "mais de 3SM". Entre quem é inativo (a), a distribuição é a seguinte: 27,5% entre os (as) que estão na faixa "até 1 e meio SM"; 33,1% na faixa de 1 e meio SM até 3SM; e 36,9% na faixa "mais de 3SM". Finalmente, quem está desocupado (a) corresponde a 46,3% dos estão na faixa "até 1 e meio SM"; 28,1% na faixa de renda *per capita* "mais de 1 e meio SM até 3SM" e 21,0% para quem está na faixa de renda familiar *per capita* "mais de 3SM".

Tabela 3-12: Graduandos (as), segunda faixa de renda mensal familiar *per capita*, por a situação de trabalho – 2018

		Até 1 e meio SM	Mais de 1 e meio a 3 SM	Mais de 3 SM	Não respondeu	Total
Sim, tenho um trabalho (ocupado)	Freq.	220.370	77.862	51.134	8.985	358.351
	% (L)	61,5	21,7	14,3	2,5	100
	% (C)	26,2	38,7	42,1	25	29,9
Não trabalho e não estou à procura de trabalho (inativo)	Freq.	231.514	66.627	44.785	11.657	354.583
	% (L)	65,3	18,8	12,6	3,3	100
	% (C)	27,5	33,1	36,9	32,5	29,5
Não trabalho e estou à procura de trabalho (desocupado)	Freq.	390.125	56.509	25.455	15.259	487.348
	% (L)	80,1	11,6	5,2	3,1	100
	% (C)	46,3	28,1	21	42,5	40,6
Total	Freq.	842.009	200.998	121.374	35.901	1.200.300*
	% (L)	70,2	16,7	10,1	3	100
	% (C)	100	100	100	100	100

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de (graduandos) seria 1.200.282.

Por sua vez, do total de estudantes inativos (os), 65,3% possui renda familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM"; entre estudantes ocupados (as), a proporção é de 61,5%; porém, entre desocupados (as), 80,1% dos (as) estudantes se enquadram nesta faixa de renda.

Tomamos agora a relação com o tipo de escola de Ensino Médio. Estudantes ocupados (as) são 30,3% dos (as) que frequentaram escola pública e 29,1% dos (as) que frequentaram escola particular. Já os estudantes inativos (as) correspondem a 26,6% dos (as) que cursaram escola pública e a 34,9% dos (as) que cursaram escola particular. E estudantes desocupados (as) correspondem a 43,1% dos (as) oriundos de escola pública e 36,0% de escola particular.

Estudantes ocupados (as) são 33,1% de quem ingressou por ampla concorrência e 25,4% de quem ingressou por cotas. Já estudantes inativos são 29,1% de quem ingressou por ampla concorrência e 30,1% de quem ingressou pelas cotas. Finalmente, os (as) desocupados (as) correspondem a 37,8% dos (as) ingressantes por ampla concorrência e 44,5% dos (as) cotistas.

O momento do curso guarda estreita relação com o ingresso na PEA. Estudantes ocupados (as) são 18,0% de quem ingressou em 2018; 23,0% de quem ingressou em 2017; 31,3% de quem ingressou de 2013 a 2016; e 48,1% de quem ingressou até 2012. De modo inverso, estudantes inativos (as) são 38,8% dos (as) ingressantes de 2018;

34,1% dos (as) ingressantes de 2017; 29,0% dos (as) ingressantes de 2013 a 2016; e 14,1% dos (as) ingressantes até 2012. Finalmente, os (as) desocupados (as) são 43,2% dos (as) ingressantes de 2018; 42,9% dos (as) ingressantes de 2017; 39,7% dos (as) ingressantes de 2013 a 2016; e 37,8% dos (as) ingressantes até 2012. Neste sentido, quanto mais recente o ingresso nas IFES e mais jovens, menor é o percentual de estudantes inseridos na PEA.

Assim como o ano de ingresso, a faixa etária impacta diretamente na situação de trabalho. As pessoas ocupadas são maioria (49,1%) entre discentes que têm "25 anos e mais". Correspondem a 21,2% entre quem têm "18 e 24 anos" e a 6,8% entre discentes com "17 anos e menos".

Estudantes inativos (as) são 52,8% de quem possui 17 anos ou menos, 35,8% entre os (as) inseridos na faixa "de 18 a 24 anos" e 15,1% na faixa etária "25 anos e mais". Finalmente, desocupados (as) são 40,4% dentre estudantes de 17 anos ou menos; 43,0% de quem têm entre 18 e 24 anos; e de 35,8% de quem têm 25 anos ou mais.

É possível também observar tendências segundo a localização do *campus*. Os (as) ocupados (as) são 33,5% dos (as) estudantes da capital e 26,1% do interior. Já os (as) inativos (as) correspondem a 26,9% dentre os (as) que estão nas capitais e 32,2% no interior. Finalmente, os (as) desocupados (as) são 39,5% na capital e 41,7% no interior.

A proporção de estudantes desocupados (as) praticamente se equipara nas capitais (49,2%) e em cidades do interior (50,8%). Ademais, embora a proporção de estudantes ocupados (as) seja maior nas capitais (56,7%) a proporção de inativos (as) é maior no interior (54,0%).

Os (as) ocupados (as) são 26,2% dos que estudam em *campus* avançado e 31,3% em *campus* sede. Inativos (as) são 29,3% em *campus* sede e 29,6% em *campus* avançado. Finalmente, desocupados (as) são 44,6% do *campus* avançado e 39,1% do *campus* sede.

A relação entre a situação de trabalho e o IDHM da cidade do *campus* é evidente. Quanto mais baixo o IDHM da cidade do *campus* maior o percentual de estudantes ocupados (as).

O percentual dos (as) ocupados é de 54,7% entre os que estudam em *campi* situados em municípios com IDHM "Muito baixo"; 24,4% com IDHM "Baixo"; 23,1% com IDHM "Médio"; 29,0% com IDHM "Alto"; e 36,7% "entre os que estudam em *campi* situados em municípios do IDHM "Muito alto". Já o percentual dos (as) que inativos é a seguinte: 5,3% estudam em *campi* situados em municípios com IDHM "Muito baixo"; 20,6% com IDHM "Baixo"; 26,9% com IDHM "Médio"; 30,3% com IDHM "Alto"; e 29,4% entre os que estudam em *campi* situados em municípios do IDHM "Muito alto". Finalmente, o percentual dos (as) desocupados assim se apresenta: 40,0% entre os (as) que estudam em municípios com IDHM "Muito baixo"; 55,1% com IDHM "Baixo"; 50,0% com IDHM "Médio"; 40,7% com IDHM "Alto"; e 33,9% entre os que estudam em *campi* situados em municípios com IDHM "Muito alto".

É possível também observar certas tendências segundo a área de conhecimento dos cursos dos (as) graduandos (as) das IFES.

Estudantes ocupados (as) são mais frequentes quando cursam a área de Ciências Sociais Aplicadas. Nota-se que eles (as) representam 30,5% de estudantes de Ciências Exatas e da Terra; 19,4% de Ciências Biológicas; 22,7% das Engenharias; 15,8% das Ciências da Saúde; 15,4% das Ciências Agrárias; 44,9% das Ciências Sociais Aplicadas; 34,3% das Ciências Humanas; 37,1% de Linguística, Letras e Artes; 34,7% dos cursos Multidisciplinares.

Já os (as) inativos (as) representam 27,5% de estudantes das Ciências Exatas e da Terra; 34,4% das Ciências Biológicas; 37% das Engenharias; 50,3% das Ciências da Saúde; 42,4% das Ciências Agrárias; 18,0% das Ciências Sociais Aplicadas; 21,0% das Ciências Humanas; 16,2% de Linguística, Letras e Artes; e 23,2% de cursos Multidisciplinares. Finalmente, desocupados (as) representam 41,9% de estudantes de Ciências Exatas e da Terra; 46,2% de Ciências Biológicas; 40,2% de Engenharias; 33,9% dos de Ciências da Saúde; 42,2% de Ciências Agrárias; 37,1% dos de Ciências Sociais Aplicadas; 44,8% de Ciências Humanas; 46,7% de Linguística, Letras e Artes; e 42,0% de cursos Multidisciplinares.

Finalmente, observa-se que a tendência para estudantes ocupados (as) é a da ocupação de mais baixa remuneração. Ora, a faixa de renda obtida pelo trabalho se distribui da seguinte maneira: 62,2% ganham "Até 1 e meio SM"; 21,4% 'Mais de 1 a 3 SM", e 16,3% percebem "Mais de 3 SM".

Sob diversas dimensões, o (a) estudante desocupado (a) é aquele (a) que se encontra na condição mais vulnerável.

A Tabela 3-13 mostra o vínculo de trabalho de estudantes ocupados (as). A maioria relativa possui carteira assinada (31,7%), 24,4% são estagiários (as) e 17,0% funcionários (as) públicos (as). Por sua vez, 13,0% não possui carteira assinada; 4,5% têm contrato temporário em empresa, organização social ou órgão estatal; 2,5% trabalham sem carteira ou contrato ajudando familiares; e 7,0% possui outro tipo de vínculo.

Com relação à IV Pesquisa – 2014, as mudanças mais significativas foram o aumento da proporção de estudantes ocupados com e sem carteira assinada e a diminuição daqueles que são funcionários públicos e que trabalham sem carteira assinada[31]

Tabela 3-13: Vínculo no trabalho dos (as) estudantes ocupados (as) (em %)

	2014* (%)	2018 (%)
Trabalho com carteira assinada	27,0	31,7
Estagiário	29,1	24,4
Funcionário público	20,5	17,0
Trabalho sem carteira assinada	8,7	13,0
Trabalho com contrato temporário em empresa, organização social ou órgão estatal	4,8	4,5
Trabalho sem carteira assinada ou contrato ajudando familiares	2,2	2,5
Outro	7,8	7,0
Total	100,0**	100,0**

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* FONPRACE/ANDIFES (2016).
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

31 Este aparente aumento de formalização dos estudantes ocupados pode ocultar o crescimento do desemprego no meio estudantil, já que o aumento de 4,7% da proporção de estudantes com carteira assinada entre os ocupados é compensada pelo aumento de 6,3% do total de estudantes desocupados (as).

A precariedade do vínculo de trabalho[32], tendo em vista a soma de quem trabalha sem carteira, sob contrato temporário ou em estágio, atinge 44,4%, muito próximo aos 44,8% da *IV Pesquisa - 2014*.
Excluindo-se os estagiários (a), o vínculo precário de trabalho alcança 20,0% dos (as) estudantes ocupados.

Relativamente à autodeclaração de cor ou raça, há discrepâncias. A frequência de estudantes ocupados (as) precários (as) é menor entre brancos (as) e pardos (as), 19,5% e 19,9% respectivamente. Ela representa 22,7% entre amarelos (as); 23,9% entre pretos (as) quilombolas; 20,1% entre pretos (as) não-quilombolas, 39,0% entre indígenas aldeados(as) e 26,5% entre indígenas não-aldeados(as).

Entre estudantes do sexo feminino é de 19,4%; entre aqueles do sexo masculino, de 20,5%. Há ainda uma variação regional. O percentual de estudantes ocupados (as) com vínculo precário é maior no Nordeste (21,2%) e menor no Sul (18,4%).

É nítida também a discrepância segundo a renda *per capita* familiar, de tal modo que, quanto menor essa renda, maior o percentual de estudantes ocupados (as) com vínculos precários. O volume de estudantes ocupados (as) precários (as) corresponde a 22,2% para os que possuem renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM"; 17,2% para a faixa de "mais de 1 e meio SM até 3SM"; e 14,6% para os (as) que tem renda familiar *per capita* na faixa "mais de 3SM".

Quando considerada a renda oriunda do trabalho do estudante, tem-se que entre os (as) ocupados com renda "até 1 e meio SM" a frequência de estudantes com vínculo precário é de 24,5%; entre os que recebem "mais de 1 e meio SM até 3SM", a frequência é de 15,3%; finalmente, entre os estudantes com renda do trabalho "acima de 3SM", o percentual de discentes com vínculo precário é de 7,0%.

Nota-se também uma diferença segundo o tipo de escola em que o (a) estudante frequentou o Ensino Médio: 19,1% para quem cursou escola pública e 21,5% para quem cursou escola particular. Para ingressantes por ampla concorrência o percentual é de 20,6%; entre estudantes cotistas é de 19,0%.

O momento do curso também está relacionado com a precariedade no vínculo: 24,5% entre ingressantes de 2018; 23,9% entre ingressantes de 2017; cai para 18,7% entre ingressantes de 2013 a 2016; e para 18,5% entre ingressantes até 2012.

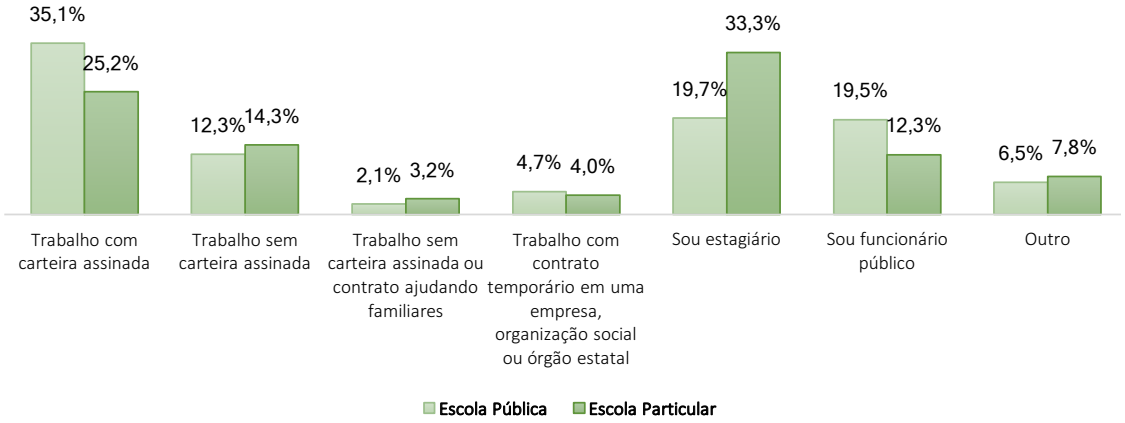
A proporção de estudantes trabalhadores (as) que realizam trabalho precário tem relação com a idade dos (as) estudantes: é de 36,4% para os (as) que têm "17 anos ou menos"; de 22,3% para os (as) que têm "entre 18 e 24 anos"; e de 17,9% para quem têm "25 anos e mais".

A localização do *campus* também tem relação com o trabalho caracterizado como precário: 18,9% estão situados na capital e 21,4% no interior. Da mesma forma, 22,0% dos (as) estudantes ocupados (as) com vínculo precário estudam nos *campi* avançados e 19,3% nos *campi* sede. O IDHM do município do *campus* também possui relação com o vínculo de trabalho precário: 49,0% se o IDHM é muito baixo; 32,4% se é baixo; 24,0% se é médio; 20,3% se é alto 20,3%; e 17,2% se é muito alto.

Os vínculos de trabalho menos precários (trabalho com carteira assinada e funcionário público) correspondem a 54,6% para quem cursou escola pública e 37,5% para quem cursou escola particular (Gráfico 3-2).

32 A precariedade é um conceito sociológico polissêmico, devendo ser contextualizado historicamente. No caso brasileiro, pensamos que uma boa aproximação a esta categoria é considerar como trabalho precário aquele cujo contrato tem duração determinada, ou seja, em que o trabalhador sabe de antemão que perderá o posto, somado ao trabalho sem carteira assinada, os quais estão expostos à ausência de proteção social e acesso a direitos trabalhistas.

Gráfico 3 -2: Graduandos (as) ocupados (as) por vínculo de trabalho, segundo tipo de escola frequentada no Ensino Médio - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

3.2.1 Renda no trabalho

A Tabela 3-14 mostra a faixa de renda no trabalho dos ocupados. Os (as) estudantes que trabalham recebem uma média de R$1.824,52, com desvio padrão de R$2.243,10. Entre eles (as), 62,2% recebem "até 1 e meio SM"; 21,4% recebem mais de 1,5 até 3SM e 16,3% recebem mais de 3SM. ►

Tabela 3-14 :Faixa de renda no trabalho dos (as) graduandos (as) ocupados (as) (em %) - 2018

Faixa de renda do trabalho	%
Até 1 e meio SM	62,2
Mais de 1 e meio a 3 SM	21,4
Mais de 3 SM	16,3
Total	100,0*

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

Como é o percentual daqueles (as) estudantes ocupados com renda do trabalho na faixa "até 1 e meio SM"?

No que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, encontramos algumas proporções: 63,1% entre amarelos (as); 61,2% entre brancos (as); 62,5% entre pardos (as); 71,7% entre pretos (as) quilombolas; 66,0% entre pretos (as) não-quilombolas; 62,4% entre indígenas aldeados (as); 64,3% entre indígenas não-aldeados (as). Segundo o sexo obtemos as seguintes proporções: 70,8% entre estudantes do sexo feminino e 53,7% entre aqueles do sexo masculino. Corresponde a 75,5% dos que têm renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM"; 43,1% dos que têm renda de mais de 1 e meio SM até 3SM; e 33,9% dos que recebem mais de 3SM.

A diferença regional é menor: 62,6% no Norte, 63,6% no Nordeste; 59,6% no Sudeste; 63,8% no Sul; 62,1% no Centro-Oeste.

O tipo de escola frequentada no Ensino Médio não apresenta variação significativa quando se analisa o percentual de estudantes ocupados que recebem "até 1 e meio SM": é de 62,6% para quem cursou escola pública

e de 61,5% para quem cursou escola particular.

A renda do trabalho, em contrapartida, varia conforme a forma de ingresso. Corresponde a 58,4% dos que ingressaram por ampla concorrência e 69,1% dos cotistas que recebem "até 1 e meio SM". O momento do curso também modifica este percentual, pois 65,4% dos (as) estudantes que ingressaram em 2018; 68,2% dos ingressantes em 2017; 65,2% dos estudantes que ingressaram em 2013-2016; e 47,6% do total de estudantes que ingressaram até 2012 recebem renda no trabalho "até 1 e meio SM".

Da mesma forma, a faixa etária tem relação com a remuneração do trabalho na faixa "até 1 e meio SM", pois 93,5% dos (as) estudantes que têm 17 anos ou menos recebem "até 1 e meio SM"; assim como 81,2% de discentes de 18 a 24 anos e 45,5% dos (as) que têm 25 anos ou mais.

Além disso, percebe-se algumas discrepâncias segundo a localização do *campus*, já que 64,0% daqueles que estudam no interior e 64,7% daqueles que estudam na capital recebem "até 1 e meio SM". A proporção de estudantes com renda "até 1 e meio SM" em *campus* avançado é de 65,9% e em *campus* sede de 61,1%.

No que tange ao IDHM do município do *campus*, 56,5% dos (as) estudantes que estudam em cidades com IDHM muito baixo recebem renda de "até 1 e meio SM"; 78,3% daqueles que estudam em cidades com IDHM baixo; 70,8% daqueles que estudam em cidade com IDHM médio; 61,9% daqueles que estudam em cidade com IDHM alto; e 59,2% daqueles que estudam em cidade muito alto.

Por fim, a área de conhecimento também permite observar variações no que diz respeito a proporções de estudantes que recebem renda "até 1 e meio SM", conformando 57,3% dos (as) estudantes de Ciências Exatas e da Terra; 75,4% dos (as) de Ciências Biológicas; 62,0% das Engenharias; 63,6% das Ciências da Saúde; 67,9% das Ciências Agrárias; 60,5% das Ciências Sociais Aplicadas; 64,4% das Ciências Humanas; 65,6% dos (as) de Linguística, Letras e Artes; 57,4% dos cursos Multidisciplinares.

É majoritário também no meio estudantil o emprego de jornada reduzida ou parcial, que, como se sabe, é uma forma de conciliar trabalho e estudo.

A Tabela 3-15 mostra que do total de estudantes das IFES que trabalham, 45,8% possuem esta carga horária semanal de mais de 30 horas, valor muito próximo dos 46,0% da IV Pesquisa – 2014. Ainda em comparação com a pesquisa anterior a mudança mais sensível foi o aumento da proporção dos (as) que trabalham menos de 15 horas (4,7%), compensada pela redução dos (as) que trabalham de 15 a 20 horas (3,6%).

Nos parece excessivo conciliar a graduação com um trabalho cuja jornada seja maior do que 30 horas, pois o tempo de aula em cursos de meio período geralmente é de 20 horas, sem contar o tempo de estudo necessário em casa ou na biblioteca.

Também é possível concluir que 24,3% dos (as) estudantes ocupados (as) trabalham mais de 40 horas. Sabemos que quanto mais longa a jornada, maior a dificuldade de conciliação com os estudos.

Tabela 3-15: Graduandos (as) ocupados (as), segundo jornada de trabalho - 2014 e 2018 (em %)

Jornada de trabalho	2014*	2018
Menos de 15 horas	11,6	16,3
Mais de 15 a 20 horas	19,4	15,8
Mais de 20 a 25 horas	9,0	7,8
Mais de 25 a 30 horas	14,0	14,3
Mais de 30 a 40 horas	22,0	21,5
Mais de 40 a 44 horas	16,8	17,7
Mais de 44 horas	7,1	6,6
Total	100,0*	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
*CEPES/UFU. Pesquisa Perfil do Graduando IFES - 2015.
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

No que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, encontramos algumas discrepâncias: trabalham mais de 30 horas 46,1% dos (as) estudantes ocupados (as) amarelos (as), 43,1% dos (as) brancos (as), 49,2% dos (as) pardos (as), 44,7% dos (as) pretos quilombolas, 46,7% dos (as) pretos (as) não-quilombolas, 33,3% dos (as) indígenas aldeados (as) e 40,6% dos (as) indígenas não-aldeados (as).

Em relação ao sexo, 39,3% das estudantes do sexo feminino trabalham mais de 30 horas semanais, enquanto entre estudantes do sexo masculino a proporção é de 52,4%. Há também uma diferença regional, pois trabalham mais de 30 horas 47,0% dos (as) estudantes situados no Norte; 49,6% no Nordeste; 44,3% no Sudeste; 42,3% no Sul; 45,4% no Centro-Oeste.

A carga horária de trabalho maior do que 30 horas semanais é frequente em 49,8% dos (as) estudantes que cursaram o Ensino Médio em escola pública, ao passo que é de 38,1% entre os (as) que cursaram o ensino médio em escola particular; da mesma forma é de 46,1% entre estudantes que ingressaram por ampla concorrência enquanto é de 45,5% daqueles (as) que ingressaram por cotas.

A renda familiar *per capita* mensal tem relação com a jornada de trabalho acima de 30 horas semanais: 43,1% dos estudantes possuem renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM", enquanto 49,5% tem renda familiar *per capita* na faixa "mais de 1 e meio a 3 SM" e 53,0% "acima de 3SM".

O mesmo se pode afirmar sobre a renda no trabalho. Estudantes ocupados com carga horária acima de 30 horas são 31,5% daqueles que recebem "até 1 e meio SM"; 64,8% entre os que recebem "mais de 1 e meio SM até 3SM"; percentual que sobe para 81,9% entre os (as) que possuem renda no trabalho "acima de 3SM".

O momento do curso tem relação com esta questão, na medida em que trabalham mais de 30 horas semanais: 52,1% dos estudantes que são "ingressantes de 2018"; 45,5% dos "ingressantes de 2017"; 42,0% dos "ingressantes entre 2013 a 2016"; ao passo que 54,9% são "ingressantes até 2012".

Quanto mais alta a faixa etária maior a proporção de estudantes trabalhadores carga horária de trabalho acima de 30 horas semanais. São 16,7% entre (as) estudantes de "17 anos ou menos", 30,9% de "18 e 24 anos" e 59,4% de "25 anos e mais".

Também acompanha esta questão a faixa etária, considerando que conformam este perfil: 16,7% dos (as) estudantes de 17 anos ou menos; percentual que cresce para 30,9% para quem têm entre 18 e 24 anos; e 59,4% para quem têm 25 anos ou mais.

A localização do *campus* também impacta na proporção de estudantes que trabalham mais de 30 horas semanais, considerando que correspondem a 43,3% entre aqueles que estão situados na capital e 49,2% daqueles do interior; 52,7% entre os (as) estudantes de *campus* avançado e 43,7% daqueles de *campus* sede; 50,0% dos(as) estudantes de municípios com IDHM muito baixo; 49,9% com IDHM baixo; 50,2% com IDHM médio; 47,5% com IDHM alto; e 40,2% com IDHM muito alto. Ademais, corresponde ainda a este perfil 53,3% dos (as) estudantes de Ciências Exatas e da Terra; 43,9% dos (as) de Ciências Biológicas; 43,9% das Engenharias; 39,0% das Ciências da Saúde; 35,6% das Ciências Agrárias; 48,6% das Ciências Sociais Aplicadas; 48,0% das Ciências Humanas; 39,7% dos (as) de Linguística, Letras e Artes; 55,7% dos cursos Multidisciplinares.

**

3.3 FAMÍLIA

Um aspecto fundamental no desenho do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES é a família, que será analisada no que diz respeito às dimensões: escolaridade da mãe, do pai ou de quem criou os estudantes como tal, renda *per capita* familiar, agrupadas em faixas, perfil do (a) principal mantenedor (a) do grupo familiar do (a) estudante, bem como sua escolaridade, e a situação da moradia das famílias no que diz respeito ao acesso a certos bens e serviços (água encanada, rua pavimentada, *internet*, computador, automóvel e motocicleta).

Tal como se pode observar na Tabela 3-16, a escolaridade da mãe ou da pessoa que criou como mãe se distribui da seguinte maneira: 33,9% não completou o Ensino Médio; e 30,8% completou o Ensino Superior. Estes números, para a escolaridade do pai ou da pessoa que criou como pai, são respectivamente 40,0% e 23,3%. Em 39,7% dos casos há pelo menos um dos familiares que cursou o Ensino Superior; e em somente 14,2% das famílias tanto o pai quanto a mãe, ou quem os criou como tal, possui o Ensino Superior completo.

Optou-se por manter os dados daqueles estudantes que declararam não ter mãe (0,5%) ou não ter pai (5,0%) no entendimento que essa informação é relevante. De imediato, chama a atenção a diferença entre as proporções de estudantes que declararam não ter mãe e não ter pai.

Em comparação com a IV Pesquisa há um pequeno aumento da proporção das figuras materna e paterna que concluíram o Ensino Superior, já que estes valores eram, respectivamente 28,7% e 22,2%, em contraste com os 30,8% e 23,3% atuais. De todo modo,

> **o dado que mais chama a atenção é de que a maioria absoluta dos (as) estudantes que chegam à universidade tem origem em famílias em que nem o pai, nem a mãe, ou quem os (as) criou como tal, tiveram acesso à universidade.**

Em 2014, cerca de 2/3 dos (as) discentes já tinham nível de escolaridade superior ao de suas mães e pais, um inegável impacto geracional proporcionado pela ampliação das oportunidades de acesso às IFES brasileiras, impacto que se confirma, agora e novamente, com os dados da V Pesquisa.

Focaremos a seguir na proporção de responsáveis que tiveram acesso ao ensino superior, principal divisor de águas do sistema educacional brasileiro.

Tabela 3-16: Nível de escolaridade da mãe, pai ou da pessoa responsável pela criação dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018

Escolaridade	Mãe ou quem criou como tal	Pai ou quem criou como tal
Não teve mãe/pai ou quem criou como tal	0,5	5,0
Sem instrução, não alfabetizada/o	2,4	3,0
Sem instrução, mas sabe ler e escrever	2,2	2,6
Ensino Fundamental 1 incompleto	11,2	12,5
Ensino Fundamental 1 completo	4,0	4,5
Ensino Fundamental 2 incompleto	5,0	7,0
Ensino Fundamental 2 completo	3,1	4,3
Ensino Médio incompleto	6,0	6,1
Ensino Médio completo	28,8	26,2
Ensino Superior incompleto	5,8	5,6
Ensino Superior completo	20,5	16,2
Especialização, mestrado ou doutorado	10,3	7,1
Total	100,0*	100,0**

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,8%.
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Em primeiro lugar, cabe observar que a escolaridade da mãe é maior do que a do pai (ou quem criou como tal nos dois casos). O grau de escolaridade, no entanto, varia muito segundo o grupo analisado.
No que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, possuem Ensino Superior completo: 32,2% das mães e 26,7% dos pais de estudantes amarelos (as) ; 40% das mães e 32,3% dos pais de brancos (as); 24,1% das mães e 16,3% dos pais de pardos (as), 13,3% das mães e 7,8% dos pais de pretos (as) quilombolas; 20,0% das mães e 12,7% dos pais de pretos (as) não-quilombolas, 11,3% das mães e 7,3% dos pais de indígenas aldeados (as), 21,6% das mães e 13,0% dos pais de indígenas não-aldeados (as).

Com relação ao sexo, enquadram-se neste perfil 30,1% das mães e 22,1% dos pais das estudantes do sexo feminino e 31,8% das mães e 24,6% dos pais dos estudantes do sexo masculino.

A análise do trabalho nos permite observar algumas tendências no percentual de mães e pais que possuem Ensino Superior completo. Entre os estudantes ocupados (as), 28,1% das mães e 22,2% dos pais possuem Ensino Superior completo. Entre estudantes inativos, 38,5% das mães e 29,7% dos pais possuem Ensino Superior completo. E, entre os estudantes desocupados (as), 27,3% das mães e 19,4% dos pais possuem Ensino Superior completo.

A questão é marcada por um recorte regional, posto que possuem Ensino Superior 23,5% das mães e 15,7% dos pais do Norte; 26,2% das mães e 17,9% dos pais do Nordeste; 34,0% das mães e 27,3% dos pais do Sudeste; 34,5% das mães e 27,6% dos pais do Sul; 37,2% das mães e 28,8% dos pais do Centro-Oeste.

Entre estudantes com renda mensal familiar *per capita* "até 1 e meio SM", o acesso de suas mães ao Ensino Superior ocorre em 20,6% dos casos e de seus pais em 13,3%. Entre os que recebem renda *per capita* de "mais de 1 e meio SM até 3SM", 51,4% das mães e 41,0% dos pais tem ensino superior. Mas entre (os) que recebem "mais de 3SM" o percentual de mães sobe para 66,4% e de pais para 60,8%. Ou seja, a proporção de mães com Ensino Superior entre estudantes pertencentes a famílias com renda *per capita* mais alta (mais de 3SM) é 3,2 vezes essa proporção entre estudantes pertencentes a famílias com renda *per capita* mais baixa (até 1 e meio SM). Quando considerada a escolaridade dos pais, esta razão é de 4,5 vezes.

Percebe-se ainda contrastes segundo o tipo de escola em que estudantes das IFES cursaram o Ensino Médio: 19,1% das mães e 12,0% dos pais de estudantes que frequentaram escola pública possuem Ensino Superior; entre estudantes que frequentaram escola particular este percentual sobe para 52,3% no caso das mães e 44,0% no caso dos pais.

De modo semelhante, a forma de ingresso guarda relação significativa com o acesso de mães e pais ao ensino superior: entre ingressantes por ampla concorrência 39,3% das mães e 31,4% dos pais possuem ensino superior; entre cotistas 19,0% das mães e 11,9% dos pais possuem ensino superior.

A localização do *campus* também tem relação com o nível de escolaridade de pais e mães dos (as) graduandos (as), pois 34,1% das mães e 27,6% dos pais de estudantes da capital e de 27,5% das mães e 19,0% dos pais do interior são titulados; em *campus* sede a proporção é de 33,5% das mães e 26,4% dos pais; em *campus* avançado é de 23,8% das mães e 15,1% dos pais.

Estes dados evidenciam o impacto que a interiorização tende a produzir em termos culturais e geracionais no curto e médio prazos.

Passemos à análise da remuneração das famílias dos estudantes. A renda média mensal bruta do grupo familiar é de R$ 4.326,57 (DP = R$4.982,30) e a média é de pessoas que vive da renda familiar é 3,6 (DP = 1,4).

Sendo assim, a renda *per capita* média do grupo familiar, como já mostramos, é de R$1.328,08 (DP = R$1.625,48), correspondendo a 1,39 salários mínimos (DP = 1,70 SM).

A Tabela 3-17 permite um detalhamento da renda dos (as) estudantes cuja renda mensal familiar *per capita* é menor do que "1 e meio SM". Com o olhar voltado para a série histórica, pode-se afirmar que se atingiu o maior patamar percentual de estudantes com o perfil de renda do público-alvo do PNAES, 70,2%, com elevação de 4 p.p. em relação à IV Pesquisa.

Na mesma há também o detalhamento do perfil dos estudantes cuja renda familiar é maior do que 3SM. Estes dados nos permitem concluir que entre os 10,2% dos (as) estudantes que possuem renda *per capita* familiar na faixa "mais de 3SM", a grande maioria (85,3%) possui renda de até 7SM.

Tabela 3-17: Graduandos (as) segundo faixa de renda *per capita* mensal familiar (em %) - 2018

Faixa de renda mensal familiar *per capita*	%
Até meio SM	26,6
Mais de meio a 1 SM	26,9
Mais de 1 a 1 e meio SM	16,6
Sub- total Até 1 e meio SM	70,2
Mais de 1 e meio a 3 SM	16,7
Mais de 3 a 5 SM	5,9
Mais de 5 a 7 SM	2,8
Mais de 7 a 10 SM	0,8
Mais de 10 a 20 SM	0,6
Mais de 20 SM	0,1
Não respondeu	3,0
Total	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Para aprofundar a análise, tomemos como parâmetro o valor da remuneração de um (a) deputado (a) federal, que possui um salário de R$ 33.763,00 + auxílio moradia de R$ 4.253,00, totalizando R$ 38.016,00. Sendo este valor correspondente a 39,8 SM, se levássemos em conta esta como a única renda de uma família com 3,6 pessoas (média dos estudantes das IFES), perceberíamos que a mesma estaria na faixa de renda familiar de 10 a 20SM. Isso significa que apenas 0,7% dos estudantes das IFES possuem uma renda familiar *per capita* similar ou superior à da família de um (a) deputado (a) federal.

Vejamos mais detidamente os mais de 800 mil estudantes cuja renda familiar *per capita* é de "Até 1 e meio SM", que são os (as) que têm maior probabilidade de enfrentar dificuldades socioeconômicas ao longo da graduação[33].

No que diz respeito à autodeclaração de cor ou raça, encontramos algumas discrepâncias pois se situam nesta faixa de renda *per capita* as famílias de: 72,1% dos (as) amarelos (as); 61,0% dos (as) brancos (as); 80,7% dos (as) pardos (as), 93,0% dos (as) pretos (as) quilombolas; 84,5% dos (as) pretos (as) não-quilombolas, 97,4% dos (as) indígenas aldeados (as), 87,0% dos (as) indígenas não-aldeados (as).

No que diz respeito ao sexo, há também uma diferença no percentual de estudantes com renda familiar *per capita* de "até 1 e meio SM": entre discentes do sexo feminino é de 74,7%; entre do sexo masculino, de 69,4%.

Da mesma maneira, entre os que têm trabalho, o percentual é de 63,1%; entre os que não têm trabalho e não estão à procura, é de 67,5%; e entre os que não têm trabalho e estão à procura é de 82,6%.

Para os (as) que trabalham com renda "Até 1 e meio SM" a proporção de estudantes que se enquadram neste perfil é de 76,5%; para quem ganha "Mais de 1 e meio a 3 SM" a proporção é de 54,5%; e para os (as) que recebem 'Mais de 3 SM" é de 22,8%. Estas duas informações mostram que a renda do estudante impacta na renda da família, pois o percentual de estudantes com renda familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM" é maior entre estudantes desocupados (as) e menor entre os que ganham mais.

Há também uma diferença regional, sendo o percentual dos (as) estudantes com renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM" igual a 84,7% no Norte; 80,6% no Nordeste; 66,8% no Sudeste; 62,7% no Sul; 65,9% no Centro-Oeste.

Entre os que frequentaram escola pública, a proporção é de 83,9%, mas entre os que cursaram escola particular o percentual apresenta queda significativa, alcançando 50,9% dos (as) estudantes.

Para ingressantes por ampla concorrência, a porcentagem respectiva é de 62,2%; entre cotistas, por sua vez, a proporção é de 86,3%. Ainda de acordo com a forma de ingresso, 75,3% dos estudantes que ingressaram em 2018 se enquadram no perfil de renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM"; 76,0% entre ingressantes de 2017; cai para 72,0% entre ingressantes de 2013 a 2016; e para 64,0% entre ingressantes até 2012. Segundo a faixa etária, obtivemos os valores de 72,9% para estudantes de 17 anos ou menos; de 73,0% para quem têm entre 18 e 24 anos; e de 70,8% para quem têm 25 anos ou mais.

A localização da universidade também altera o percentual de estudantes com renda *per capita* familiar "até 1 e meio SM": 67,1% na capital e 77,6% no interior; em *campus* avançado é de 82,5%; em *campus* sede é de 68,5%. Da mesma forma, o IDHM do município do *campus*: 94,7% onde é muito baixo; 95,6% se é baixo; 89,8% se

33 Vale relembrar que a faixa de "Até 1 e meio SM" familiar *per capita* é a referência utilizada pelo MEC para o acesso às seguintes políticas educacionais, sendo as duas primeiras de significativa relevância para as IFES: 1) os auxílios estudantis do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2010; 2) enquadramento no perfil de 50% dos cotistas oriundos de escolas públicas, segundo a Lei de Cotas de 2012; e 3) bolsa integral do Programa Universidade para todos (ProUni), instituído em 2005.

é médio; 74,1% se é alto; e 55% se é muito alto.

A distribuição deste percentual segundo a área de conhecimento se dá da seguinte forma: 75,9% dos (as) estudantes de Ciências Exatas e da Terra; 81,1% dos (as) de Ciências Biológicas; 65,5% das Engenharias; 71,9% das Ciências da Saúde; 78,5% das Ciências Agrárias; 66,5% das Ciências Sociais Aplicadas; 78,0% das Ciências Humanas; 77,4% dos (as) de Linguística, Letras e Artes; 76,4% dos cursos Multidisciplinares.

Há várias possibilidades de análise acerca da renda média *per capita* familiar. No entanto optou-se por manter aquilo que foi essencial nas últimas pesquisas. Neste sentido, seria muito relevante observar as médias segundo sexo e cor ou raça, pois sabe-se que os padrões sociais de renda no Brasil são sensíveis ao machismo e ao racismo, correlações que também se confirmam neste levantamento.

A Tabela 3-18 mostra que há uma clara desigualdade de renda quando se observam esses critérios. De forma geral, estudantes do sexo masculino possuem uma renda média mensal familiar *per capita* de R$233,38, superior à mesma renda das pessoas do sexo feminino, representando uma diferença de 16,0%. Para qualquer cor ou raça, os valores femininos sempre serão menores do que os masculinos, sendo que as menores diferenças relativas percentuais aparecem para indígenas e as maiores para pretos (as) quilombolas. ►

Tabela 3-18: Médias, diferenças e diferenças relativas percentual das rendas familiares *per capita* de acordo com sexo e cor ou raça dos (as) graduandos (as) - 2018

Cor ou raça / Sexo	Feminino (a)	Masculino (b)	Geral (c)	Diferença (b-a)	Diferença relativa percentual (%) [1-(a/b)]*100
Amarela	R$ 1.201,21	R$ 1.517,33	R$ 1.320,36	R$ 316,12	20,83
Branca	R$ 1.589,70	R$ 1.882,68	R$ 1.720,59	R$ 292,98	15,56
Parda	R$ 936,94	R$ 1.144,71	R$ 1.033,03	R$ 207,77	18,15
Preta- quilombola	R$ 527,76	R$ 733,51	R$ 625,85	R$ 205,75	28,05
Preta- não quilombola	R$ 866,73	R$ 976,83	R$ 912,94	R$ 110,10	11,27
Indígena aldeado	R$ 403,58	R$ 425,23	R$ 414,52	R$ 21,65	5,09
Indígena não aldeado	R$ 824,74	R$ 897,64	R$ 854,02	R$ 72,89	8,12
Sem declaração	R$ 1.344,39	R$ 1.649,57	R$ 1.489,77	R$ 305,18	18,50
Total	R$ 1.223,07	R$ 1.456,45	R$ 1.328,08	R$ 233,38	16,02

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O recorte racial revela, por sua vez, que estudantes brancos (as) possuem a maior média de renda média mensal familiar *per capita*, enquanto que a média de renda média mensal familiar *per capita* para a cor parda possui uma defasagem de 39,9%, para a preta não quilombola uma defasagem de 46,9%, para a preta quilombola uma defasagem de 63,9%, para indígena aldeado uma defasagem de 75,9% e para indígena não aldeado uma defasagem de 50,3%.

Observando outros aspectos, identifica-se também que a autonomia financeira é uma condição de 15,5% dos (as) estudantes. A ampla maioria depende da família para sua subsistência. Tal como se pode observar na Tabela 3-19, entre os principais mantenedores do grupo familiar, 39,9% são o pai/padrasto e 31,9% a mãe/madrasta, o que totaliza 71,8%.

Em relação à IV Pesquisa, houve diminuição da proporção de estudantes que são mantidos pelo pai/

padrasto ou mãe/madrasta, em contraste com o aumento da proporção daqueles que afirmam ser eles (as) mesmos (as) o principal mantenedor(a).

Tabela 3-19: Principal mantenedor (a) do grupo familiar dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018

Principal mantenedor	2014* (%)	2018 (%)
Pai/padrasto	43,7	39,9
Mãe/madrasta	30,2	31,9
Eu mesmo(a)	13,2	15,5
Cônjuge ou companheiro(a)	6,9	6,4
Avô/Avó	2,6	2,9
Irmão/Irmã	1,8	1,4
Filho(a)	0,1	0,2
Outra pessoa	1,6	1,8
Total	100,0**	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
*FONAPRACE/ANDIFE (2016).
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Vejamos como se comporta a proporção de estudantes que se declaram ser eles (as) mesmos (as) os (as) principais mantenedores (as) (15,5% do total) nos diferentes recortes. A porcentagem varia segundo a autodeclaração de cor ou raça: 14,4% dos amarelos (as); 13,1% dos (as) brancos (as); 16,5% dos (as) pardos (as), 23,3% dos (as) pretos (as) quilombolas; 18,7% dos (as) pretos (as) não-quilombolas, 40,4% dos (as) indígenas aldeados(as), 21,8% dos (as) indígenas não-aldeados(as). Correspondem ainda a 12,3% dos estudantes do sexo feminino e 19,2% masculino.

Em relação aos estudantes ocupados (as), 37,8% se autodeclaram os (as) principais mantenedores (as) do seu grupo familiar. São, todavia, somente 4,5% dos (as) inativos (as); e apenas 7,0% dos (as) desocupados (as).

A renda do trabalho influencia diretamente no fato de ser o (a) principal mantenedor (a), pois esta porcentagem corresponde a: 25,8% dos (as) que têm renda "até 1 e meio SM"; 49,1% dos (as) que ganham mais de 1 e meio SM até 3SM; e 73,1% dos (as) que ganham mais de 3SM.

Possui ainda uma variação regional: 18,0% no Norte; 16,6% no Nordeste; 12,5% no Sudeste; 16,3% no Sul; 16,3% no Centro-Oeste. A localização do *campus* também contribui para explicar a questão, uma vez que: a porcentagem de estudantes mantenedores (as) é de 16,4% na capital e 14,5% no interior; ademais, é de 15,8% em *campus* avançado e 15,4% em *campus* sede.

O percentual de estudantes que alegam ser eles mesmos os principais mantenedores (as) é de 18,7% dos que foram a escola pública; e somente 9,5% dos que frequentaram escola particular. Quanto à forma de ingresso, temos que 15,8% do total de estudantes que entraram por ampla concorrência são mantenedores (as), enquanto 15,1% dos cotistas são mantenedores (as). A situação de independência vai se modificando ao longo da vida acadêmica, pois o estudante mantenedor corresponde a 11,1% dos ingressantes de 2018; 12,4% dos ingressantes de 2017; 15,5% dos ingressantes de 2013-2016; e 25,3% dos ingressantes até 2012. O que está associado diretamente à faixa etária, já que se encontram neste perfil: 1,8% entre estudantes de 17 anos ou menos; 6,5% entre estudantes de 18 a 24 anos; 34,9% entre estudantes de 25 anos ou mais.

O perfil de mantenedor tem, finalmente, grande variação segundo a área de conhecimento: 16,4% dos (as) estudantes de Ciências Exatas e da Terra; 11,2% dos (as) de Ciências Biológicas; 8,8% das Engenharias; 8,9% das Ciências da Saúde; 10,2% das Ciências Agrárias; 20,2% das Ciências Sociais Aplicadas; 21,4% das Ciências Humanas; 21,9% dos (as) de Linguística, Letras e Artes; 21,8% dos cursos Multidisciplinares. Vejamos quem é o estudante que declara ser ele(a) mesmo(a) o mantenedor da família.

A Tabela 3-20 permite observar a escolaridade do (a) principal mantenedor (a) do grupo familiar dos estudantes. Em 25,8% dos casos o (a) principal mantenedor (a) não completou o Ensino Médio; e somente 34,6% tem Ensino Superior; sendo que 39,6% tem Ensino Médio completo, mas não concluiu o Ensino Superior. ►

Tabela 3-20: Escolaridade da mãe e do pai, ou de quem criaram como tal, dos estudantes das IFES (em %)

Escolaridade	%
Sem instrução, não alfabetizada/o	2,0
Sem instrução, mas sabe ler e escrever	1,8
Ensino Fundamental 1 incompleto	7,5
Ensino Fundamental 1 completo	2,7
Ensino Fundamental 2 incompleto	4,5
Ensino Fundamental 2 completo	2,8
Ensino Médio incompleto	4,6
Ensino Médio completo	24,3
Ensino Superior incompleto	15,4
Ensino Superior completo	22,4
Especialização, mestrado ou doutorado	12,2
Total	100,0*

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,2%.

Uma observação a ser feita é de que o acesso ao Ensino Superior do (a) principal mantenedor (a) do grupo familiar estudantil (34,6%) é praticamente o mesmo dos pais ou mães, levando à conclusão de que, quando pai ou mãe tem Ensino Superior, ele (a) passa a ser o principal mantenedor.

Com relação à situação da moradia da família, a Tabela 3-21 informa que a maioria possui ou está adquirindo moradia própria (71,7%).

Tabela 3-21: Situação de moradia da família dos estudantes das IFES (em %)

Situação de moradia	%
Própria e quitada	61,3
Alugada	17,0
Própria em financiamento	10,4
Cedida/emprestada	8,3
Pública/gratuita	0,4
Outra	2,5
Total	100,0*

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

Analisaremos a seguir a situação de moradia própria e quitada, condição que impacta positivamente na dimensão econômica das famílias ao impedir o comprometimento da renda com prestação ou aluguel e significar a consolidação de um patrimônio/imóvel.

A análise dessa questão revela diferenças com relação à autodeclaração de cor ou raça. A proporção de estudantes nessa situação é de: 62,8% dos (as) amarelos (as); 63,1% dos (as) brancos (as); 60,7% dos (as) pardos (as), 60,9% dos (as) pretos (as) quilombolas; 57,5% dos (as) pretos (as) não-quilombolas, 49,9% dos (as) indígenas aldeados (as), 52% dos (as) indígenas não-aldeados (as).

Correspondem ainda a 59,4% das famílias de estudantes do sexo feminino e 63,6% do sexo masculino. É de 57,6% dos (as) ocupados (as), 65,0% dos (as) inativos (as); e 61,2% dos (as) desocupados (as).

A renda mensal familiar *per capita* também impacta sobre esta questão, pois corresponde a 60,1% dos que têm renda "até 1 e meio SM"; 62,9% dos que ganham "mais de 1 e meio SM até 3SM"; e 66,4% dos que ganham "acima de 3SM". A faixa renda do trabalho também tem relação com moradia própria, pois temos os seguintes percentuais: 59,5% de quem ganha "até 1 e meio SM"; 56,0% de quem ganha "mais de 1 e meio SM até 3SM"; e 51,7% de quem ganha "acima de 3SM".

A proporção de estudantes com moradia própria e quitada por região geográfica de *campus* é: 65,8% no Norte; 63,4% no Nordeste; 60,2% no Sudeste; 60,3% no Sul; 54,5% no Centro-Oeste. No que tange aos estudantes provenientes de escola pública, 58,9% possuem moradia própria e quitada, enquanto dentre os que frequentaram escola particular este percentual é de 65,6%. A forma de entrada impacta diretamente nessa questão, pois: 63,0% dos (as) estudantes que possuem propriedade imobiliária consolidada ingressaram por ampla concorrência enquanto, por sua vez, 58,8% entraram por cotas. Quando considerado o ano de ingresso, esses percentuais são de 59,6% entre ingressantes de 2018; 60,1% entre ingressantes de 2017; 61,9% entre ingressantes de 2013-2016; e 62,0% entre ingressantes até 2012. A faixa etária também contribui para explicar este dado, na medida em que: 63,9% dos (as) estudantes de 17 anos ou menos, 63,9% dos (as) estudantes de 18 a 24 anos e 55,7% na faixa etária de 25 anos ou mais possuem moradia própria e quitada.

Há variação proporcional dentre estudantes com moradia consolidada e a área de conhecimento, resultando em: 62,1% dos (as) estudantes de Ciências Exatas e da Terra; 61,2% dos de Ciências Biológicas; 66,2% das Engenharias; 62,2% das Ciências da Saúde; 64,3% das Ciências Agrárias; 59,6% das Ciências Sociais Aplicadas; 57,3% das Ciências Humanas; 56,8% dos (as) de Linguística, Letras e Artes; 57,5% dos cursos Multidisciplinares.

A Tabela 3-22 permite observar as condições da moradia das famílias de estudantes das IFES. Dos bens e serviços pesquisados, apenas a motocicleta não está presente na maioria das famílias. Vejamos, no entanto, se o acesso a estes bens e serviços possui uma variação segundo as diferentes clivagens.

Tabela 3-22: Acesso a bens e serviços das famílias dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018

Bens e serviços	Sim	Não
Água encanada	96,4	3,6
Rua pavimentada	83,5	16,5
Internet	90,0	10,0
Computador	87,3	12,7
Automóvel	60,9	39,1
Motocicleta	22,5	77,5

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A autodeclaração de cor ou raça impacta nesta questão. Contrastemos o acesso de brancos (as), de um lado, com pretos (as) quilombolas e indígenas aldeados[34](as), de outro, em relação aos seguintes bens e serviços. *Água encanada*: 98,0% brancos (as), 87,2% dos (as) pretos (as) quilombolas e 84,1% dos (as) indígenas aldeados (as); *rua pavimentada*: 87,0% dos (as) brancos (as), 59,1% dos (as) pretos (as) quilombolas e 38,2% dos (as) indígenas aldeados (as); *internet*: 94,9% dos (as) brancos (as), 65,7% dos (as) pretos (as) quilombolas e 48,7% dos (as) indígenas aldeados (as); *computador*: 92,9% dos (as) brancos (as), 62,2% dos (as) pretos (as) quilombolas e 47,9% dos (as) indígenas aldeados (as); *automóvel*: 73,9% dos (as) brancos (as); 30,9% dos (as) pretos (as) quilombolas e 22,4% dos (as) indígenas aldeados (as); *motocicleta*: 20,3% dos (as) brancos (as); 25,4% dos (as) pretos (as) quilombolas e 28,2% dos (as) indígenas aldeados(as).

Com relação ao sexo, identifica-se diferenças maiores no caso da propriedade do automóvel (59,9% das famílias de estudantes do sexo feminino e 63,2% das famílias de estudantes do sexo masculino) e motocicleta (20,9% das famílias delas e 24,5% das famílias deles).

A situação de trabalho impacta diretamente na condição das moradias dos (as) estudantes.
No que diz respeito à água encanada, a pesquisa mostra que possui este bem 97,3% dos (as) estudantes que têm trabalho, 96,7% de quem é inativo (a) e 95,5% de quem está desocupado (as).

Morar em rua pavimentada corresponde à realidade de 86,3% dos (as) estudantes ocupados (as), de 84,6% de quem é inativo (a) e 80,7% de quem está desocupado.

Possui *internet*, 93,2% de quem está ocupado (a), 91,7% de quem é inativo (a) e 86,5% dos que estão desocupados (as). Possui computador: 91,1% de quem está ocupado (a), 89,2% de quem está inativo (a) e 83,2% de quem está desocupado.

A posse de automóvel corresponde à realidade de 65,2% dos (as) estudantes ocupados, de 67,5% de quem é inativo (a) e de 52,9% de quem está desocupado (a).
Finalmente, no que diz respeito à posse de motocicleta, trata-se de um bem correspondente à 24,4% dos (as) estudantes ocupados (as), 21,9% de quem é inativo (a) e 21,6% de quem está desocupado (a).

Também é grande a diferença regional, especialmente quando comparamos o Norte-Nordeste com o Centro-Sul do país. A distribuição regional dos (as) estudantes por condição de moradia é a seguinte: água encanada: 90% no Norte, 96,1% no Nordeste, 97,9% no Sudeste, 98,2% no Sul, 97,5% no Centro-Oeste; rua pavimentada: 75,3% no Norte, 78,5% no Nordeste, 91,6% no Sudeste, 80,3% no Sul, 89,9% no Centro-Oeste; *internet*:

34 Na análise desta questão constatamos que estes subgrupos são aqueles que têm, respectivamente, a melhor e a pior condição de moradia.

72,6% no Norte, 89,2% no Nordeste, 94,6% no Sudeste, 94,3% no Sul, 92,8% no Centro-Oeste; computador: 72,7% no Norte, 84,7% no Nordeste, 92,3% no Sudeste, 92,1% no Sul, 90% no Centro-Oeste; automóvel: 40,9% no Norte, 50,5% no Nordeste, 66,4% no Sudeste, 75,5% no Sul, 74,3% no Centro-Oeste; motocicleta: 29,8% no Norte, 26,5% no Nordeste, 16,5% no Sudeste, 19,3% no Sul, 25,4% no Centro-Oeste.

Da mesma forma, cruzando com a faixa de renda *per capita* obtemos as seguintes frequências: água encanada: 95,6% dos que tem renda familiar *per capita* "até 1 e meio SM", 98,8% daqueles com "mais de 1 e meio SM até 3SM", 99,1% daqueles com "mais de 3SM"; rua pavimentada: 79,9% daqueles com "até 1 e meio SM", 92,1% daqueles com "mais de 1 e meio SM até 3SM", 95,3% daqueles com "mais de 3SM"; *internet*: 86,9% daqueles com "até 1 e meio SM", 98,3% daqueles com "mais de 1 e meio SM até 3SM", 99,2% daqueles com "mais de 3SM"; computador: 83,5% daqueles com "até 1 e meio SM", 97,3% daqueles com "mais de 1 e meio SM até 3SM", 98,8% daqueles com "mais de 3SM"; automóvel: 50,7% daqueles com "até 1 e meio SM", 84,5% daqueles com "mais de 1 e meio SM até 3SM", 92,2% daqueles com "mais de 3SM"; motocicleta: 24,7% daqueles com "até 1 e meio SM", 18,6% daqueles com "mais de 1 e meio SM até 3SM" e 14,1% daqueles com "mais de 3SM".

Segundo o tipo de escola que estudou no Ensino Médio, a condição das moradias dos (as) estudantes é a seguinte: água encanada: 95,3% entre quem frequentou escola pública e 98,5% entre quem frequentou escola particular; rua pavimentada: 79,1% entre quem frequentou escola pública e 91,7% entre quem frequentou escola particular; *internet*: 86,1% entre quem frequentou escola pública e 97,2% entre quem frequentou escola particular; computador: 83,0% entre quem frequentou escola pública e 95,4% entre quem frequentou escola particular; automóvel: 50,4% entre quem frequentou escola pública e 80,2% entre quem frequentou escola particular; motocicleta: 25,7% entre quem frequentou escola pública e 16,7% entre quem frequentou escola particular.

O ano de ingresso impacta em relação a essas questões. Água encanada: 96,1% entre ingressantes de 2018, 96,0% entre ingressantes de 2017, 96,4% entre ingressantes de 2013-2016 e 97,5% entre ingressantes até 2012; rua pavimentada: 81,2% entre ingressantes de 2018, 81,6% entre ingressantes de 2017, 83,7% entre ingressantes de 2013-2016 e 88,4% entre ingressantes até 2012; *internet*: 89,5% entre ingressantes de 2018, 89,3% entre ingressantes de 2017, 90,0% entre ingressantes de 2013-2016 e 91,9% entre ingressantes até 2012; computador: 82,9% entre ingressantes de 2018, 85,1% entre ingressantes de 2017, 88,3% entre ingressantes de 2013-2016 e 91,5% entre ingressantes até 2012; automóvel: 59,2% entre ingressantes de 2018, 58,5% entre ingressantes de 2017, 61,4% entre ingressantes de 2013-2016 e 64,1% entre ingressantes até 2012; motocicleta: 22,8% entre ingressantes de 2018, 22,8% entre ingressantes de 2017, 22,8% entre ingressantes de 2013-2016 e 20,7% entre ingressantes até 2012.

A forma de ingresso é outra variável importante no que diz respeito à condição e qualidade das moradias dos (as) estudantes, constatando dos dados que: água encanada: 97,2% entre ingressantes por ampla concorrência e 95,3% entre ingressantes por cotas; rua pavimentada: 86,5% entre ingressantes por ampla concorrência e 79,4% entre ingressantes por cotas; *internet*: 92,7% entre ingressantes por ampla concorrência e 86,3% entre ingressantes por cotas; computador: 91,1% entre ingressantes por ampla concorrência e 82,1% entre ingressantes por cotas; automóvel: 70,0% entre ingressantes por ampla concorrência e 48,2% entre ingressantes por cotas; motocicleta: 21,7% entre ingressantes por ampla concorrência e 23,6% entre ingressantes por cotas.

Não há grandes diferenças quanto ao sexo no que diz respeito ao acesso à maioria dos bens e serviços

assinalados acima, exceto no caso do automóvel e da motocicleta, que, por uma questão de construção social, tendem a ser mais incentivados para o sexo masculino.

04
ITINERÁRIOS ESTUDANTIS E PERFIL ACADÊMICO

Esta seção tem por objetivo apresentar as variáveis relativas ao itinerário educacional dos (as) discentes, desde o Ensino Médio até o ingresso nas instituições federais de Ensino Superior. Ademais busca demarcar as principais características do perfil acadêmico dos estudantes.

4.1 ITINERÁRIOS ESTUDANTIS E PERFIL ACADÊMICO

Na análise dos itinerários e trajetórias, a escolarização é um aspecto marcante. A modalidade de Ensino Médio cursada, o tipo de escola frequentada, a frequência ou não a cursinhos constituem marcadores importantes dos itinerários trilhados pelos (as) graduandos (as) na etapa que antecede a entrada no ensino superior.

A esmagadora maioria da população das IFES cursou o Ensino Médio padrão (81,1%), seguida por 14,2% de estudantes do Ensino Médio integrado ou técnico, ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, instituída em 2008, por meio de Escolas Técnicas e Institutos Federais. É pequeno o contingente de egressos de EJA (2,3%) e Magistério (1,1%). Em 2014, o percentual de estudantes que havia cursado Ensino Médio padrão era de 84,6%, uma diferença de 3,5 p.p. Por sua vez, o contingente de estudantes do Médio integrado ou técnico era, em 2014, 10,3%, passando para 14,2%, em 2018, um acréscimo de 3,9 p.p. O notável crescimento do percentual de estudantes do Ensino Médio integrado ou técnico resulta, com muita probabilidade, do substantivo crescimento da rede de educação tecnológica, que comporta, entre os percursos formativos, o ensino médio integrado, bem como do bom desempenho dos estudantes dos Institutos Federais no ENEM[35].

Segundo reportagem do jornal Folha de S. Paulo estudantes dos Institutos Federais obtiveram média 564,93 no ENEM de 2016, 3,0% abaixo da rede privada cuja média foi 580,93. Considerando apenas as escolas de Ensino Médio públicas, destaca-se o melhor desempenho de estudantes dos IFs em 14 estados do Brasil (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

No que diz respeito ao tipo de escola de Ensino Médio frequentada, destaca-se, tal como identificado na IV Pesquisa (2014), a escola pública, total ou majoritariamente responsável pela formação de 64,7% dos (as) graduandos. A maior frequência é de estudantes formados somente em escolas públicas (60,4%), percentual praticamente idêntico ao de 2014 (60,2%). Estudantes que cursaram o Ensino Médio somente em escolares particulares representam 26,0%, ou seja pouco mais de ¼ do total, enquanto os que frequentaram a maior parte na rede privada são 4,1%.

Na atual versão da pesquisa, buscou-se identificar o percentual de estudantes que, embora frequentassem escolas particulares, o fizeram na condição de bolsistas, revelando que 5,2% estão nesta situação. A mudança na estratificação da questão veio a calhar pois ao que tudo indica o percentual 4,9 p.p. mais elevado de estudantes que frequentaram escolas particulares em 2014, relativamente a 2018, incluía, certamente, estudantes bolsistas, entre os (as) quais secundaristas em condição de vulnerabilidade. Ademais registre-se, embora seja pequeno, o crescimento de 0,7 p.p. de estudantes que cursaram total ou majoritariamente escolas públicas. ►

35 Os 188 Institutos Federais estão presentes em 78,0% das microrregiões do pais, são 644 *campi* e 498 mil estudantes do ensino médio.

Tabela 4-1: Escola de ensino médio cursada, conforme sexo dos (as) graduandos (as) - 2014 e 2018 (%)

		2014				2018			
		Sem declaração	Feminino	Masculino	Total	Sem declaração	Feminino	Masculino	Total
Somente em escola pública	Freq.	791	299549	264942	565282	2002	401010	322004	725016
	% (L)	0,1	53,0	46,9	100,0	0,3	55,3	44,4	100,0
	% (C)	53,0	60,9	59,4	60,2	59,5	61,1	59,5	60,4
Maior parte em escola pública	Freq.	84	17042	19174	36300	164	26177	25759	52100
	% (L)	0,2	46,9	52,8	100,0	0,3	50,2	49,4	100,0
	% (C)	5,6	3,5	4,3	3,9	4,9	4,0	4,8	4,3
Maior parte em escola particular	Freq.	124	21312	20750	42186	737	167798	143125	311660
	% (L)	0,3	50,5	49,2	100,0	0,2	53,8	45,9	100,0
	% (C)	8,3	4,3	4,7	4,5	21,9	25,6	26,5	26,0
Somente em escola particular	Freq.	494	154195	141148	295837	192	24810	24102	49104
	% (L)	0,2	52,1	47,7	100,0	0,4	50,5	49,1	100,0
	% (C)	33,1	31,3	31,6	31,5	5,7	3,8	4,5	4,1
Somente em escola particular com bolsa	Freq.					188	27759	19779	47726
	% (L)					0,4	58,2	41,4	100,0
	% (C)					5,6	4,2	3,7	4,0
Maior parte em escola particular com bolsa	Freq.					82	8364	6170	14616
	% (L)					0,6	57,2	42,2	100,0
	% (C)					2,4	1,3	1,1	1,2
Não respondeu	Freq.					0	44	34	78
	% (L)					0,0	56,4	43,6	100,0
	% (C)					0,0	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	1493	492098	446014	939605	3365	655962	540973	1200300
	% (L)	0,2	52,4	47,5	100,0	0,3	54,6	45,1	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O mito segundo o qual as IFES brasileiras são frequentadas por estudantes de escolas particulares cai definitivamente por terra com o resultado identificado em 2014 e consolidado em 2018.

A variável sexo tem reduzida interveniência. É um pouco maior o percentual de estudantes do sexo feminino que, total ou na maior parte do tempo, frequentou escolas públicas, precisamente 0,6 p.p superior ao percentual global. Estudantes do sexo feminino são 0,7 p.p menos frequentes em escolas particulares na condição de pagantes, mas 0,3 p.p. mais frequentes na condição de bolsistas.

Na faixa de renda mensal *per capita* familiar "Até meio SM", o percentual de estudantes que frequentaram somente escola pública é de 82,7%, enquanto que o percentual dos que tiveram uma trajetória escolar apenas na rede particular é de apenas 7,6%.

Do total dos (as) estudantes que frequentaram o Ensino Médio somente em escolas pública, 82,5% estão na faixa de vulnerabilidade definida pelo PNAES, de "Até 1 e meio SM", enquanto entre os que cursaram somente escolas particulares este percentual é de 43,5%, uma diferença de 39 p.p.

O consolidado de estudantes de escolas públicas de ensino médio revela que 81,5% pertencem a famílias com renda mensal *per capita* de "Até 1 e meio SM", enquanto é de 49,2 p.p. percentual entre aqueles que frequentaram escolas particulares, na condição de pagantes ou bolsistas. O percentual de estudantes com renda de "Mais de 1 e meio SM", entre os que estudaram somente em escola pública, é de 14,8%, enquanto que mais da metade dos (as) estudantes que frequentaram somente na rede privada tem renda *per capita* familiar

de “Mais de 1 e meio SM”. ►

Tabela 4-2: Tipo de escola de ensino médio cursada, segunda renda mensal *per capita* familiar - 2018 (%)

		Até meio SM	Mais de meio a 1 SM	Mais de 1 a 1 e meio SM	Mais de 1 e meio SM	Não respondeu	Total
Somente em escola pública	Freq.	264.184	225.288	108.400	107.346	19.797	725.015
	% (L)	36,4	31,1	15,0	14,8	2,7	100,0
	% (C)	82,7	69,7	54,4	33,3	55,	60,4
Maior parte em escola pública	Freq.	11.685	14.600	9.663	14.592	1.560	52.100
	% (L)	22,4	28,0	18,5	28,0	3,0	100,0*
	% (C)	3,7	4,5	4,8	4,5	4,3	4,3
Somente em escola particular	Freq.	24.295	53.024	58.387	164.587	11.368	311.661
	% (L)	7,8	17,0	18,7	52,8	3,6	100,0*
	% (C)	7,6	16,4	29,3	51,1	31,7	26,0
Maior parte em escola particular	Freq.	6.814	11.595	10.299	18.684	1.711	49.103
	% (L)	13,9	23,6	21,0	38,1	3,5	100,0**
	% (C)	2,1	3,6	5,2	5,8	4,8	4,1
Somente em escola particular com bolsa	Freq.	9.027	14.512	9.798	13.332	1.058	47.727
	% (L)	18,9	30,4	20,5	27,9	2,2	100,0*
	% (C)	2,8	4,5	4,9	4,1	2,9	4,0
Maior parte em escola particular com bolsa	Freq.	3.311	4.222	2.867	3.816	400	14.616
	% (L)	22,7	28,9	19,6	26,1	2,7	100,0
	% (C)	1,0	1,3	1,4	1,2	1,1	1,2
Não respondeu	Freq.	26	24	5	18	5	78
	% (L)	33,3	30,8	6,4	23,1	6,4	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	319.342	323.265	199.419	322.375	35.899	1.200.300
	% (L)	26,6	26,9	16,6	26,9	3,0	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

* * Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Entre os (as) estudantes que frequentaram escolas públicas de Ensino Médio, 25,2% ingressaram via Vestibular e 68,9% via ENEM/SISU, enquanto entre os (as) estudantes que frequentaram escolas particulares de Ensino Médio, 28,9% ingressaram via Vestibular e 63,8% via ENEM/SISU.

Regionalmente, as desigualdades do tipo de escola de Ensino Médio cursada revelam-se ainda mais sensíveis. O percentual de estudantes que cursaram escola pública é de 78,1% no Norte, 13,4 p.p. acima do percentual global. O menor percentual está na região Sudeste (60,7%). ►

Tabela 4-3: Tipo de escola de ensino médio cursada, conforme Região - 2018

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Somente em escola pública	Freq.	112149	208098	204381	130860	69528	725016
	% (L)	15,5	28,7	28,2	18,0	9,6	100,0
	% (C)	74,2	58,6	56,7	62,3	56,1	60,4
Maior parte em escola pública	Freq.	5946	14672	14524	10372	6585	52099
	% (L)	11,4	28,2	27,9	19,9	12,6	100,0
	% (C)	3,9	4,1	4,0	4,9	5,3	4,3
Somente em escola particular	Freq.	23468	100633	102256	50700	34604	311661
	% (L)	7,5	32,3	32,8	16,3	11,1	100,0
	% (C)	15,5	28,3	28,4	24,2	27,9	26,0
Maior parte em escola particular	Freq.	4614	14834	14905	8174	6577	49104
	% (L)	9,4	30,2	30,4	16,6	13,4	100,0
	% (C)	3,1	4,2	4,1	3,9	5,3	4,1
Somente em escola particular com bolsa	Freq.	3878	12771	18742	7421	4914	47726
	% (L)	8,1	26,8	39,3	15,5	10,3	100,0
	% (C)	2,6	3,6	5,2	3,5	4,0	4,0
Maior parte em escola particular com bolsa	Freq.	1119	3982	5348	2345	1823	14617
	% (L)	7,7	27,2	36,6	16,0	12,5	100,0
	% (C)	0,7	1,1	1,5	1,1	1,5	1,2
Não respondeu	Freq.	8	52	5	14	0	79
	% (L)	10,1	65,8	6,3	17,7	0,0	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	151182	355042	360161	209886	124031	1200302
	% (L)	12,6	29,6	30,0	17,5	10,3	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A maioria dos (as) graduandos não frequentou cursinho antes do ingresso na IFES. Eram 53,0% em 2014 e passaram, em 2018, a ser 55,1% dos (as) estudantes.

Os cursinhos particulares são, de longe, a opção mais recorrente dentre os (as) estudantes que frequentaram cursinho, embora o percentual dos (as) que fizeram cursinho particular tenha tido um recuo de 2,7 p.p. (eram 47,0% e são 44,9%). Cresceu tanto o percentual de estudantes que fizeram cursinho governamental gratuito, quanto não governamental gratuito. Cursinhos pagos caracterizam o itinerário de 33,4% dos (as) pesquisados (as).

Tabela 4-4: Tipo de cursinho frequentado - 2014 e 2018

	2014		2018	
	Freq.	%	Freq.	%
Cursinho não governamental gratuito	43.560	4,6	61.176	5,1
Cursinho governamental gratuito	58.358	6,2	77.398	6,4
Cursinho particular	339.378	36,1	400.866	33,4
Não	498.307	53,0	660.803	55,1
Total	939.603	100,0*	1.200.300	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

Entre estudantes do sexo feminino, o percentual daquelas que não fizeram cursinho corresponde a 52,7%.

O percentual de estudantes que não frequentam cursinho varia segundo a região geográfica. É maior

no Nordeste, Sudeste e Sul. Já o percentual dos que frequentaram cursinho particular é maior nas regiões Sul e Sudeste. Cursinhos gratuitos governamentais são mais frequentes entre estudantes do Nordeste e não governamental entre os do Sudeste (Tabela 4-5).

Tabela 4-5: Graduandos (as) que frequentaram cursinhos preparatórios por região geográfica de *campus* - 2018

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
Cursinho não governamental gratuito	Freq.	7030	15490	23531	10768	4358	61177
	% (L)	11,5	25,3	38,5	17,6	7,1	100,0
	% (C)	4,7	4,4	6,5	5,1	3,5	5,1
Cursinho governamental gratuito	Freq.	7843	33007	20690	8136	7722	77398
	% (L)	10,1	42,6	26,7	10,5	10,0	100,0**
	% (C)	5,2	9,3	5,7	3,9	6,2	6,4
Cursinho particular	Freq.	45843	102065	132446	83104	37408	400866
	% (L)	11,4	25,5	33,0	20,7	9,3	100,0**
	% (C)	30,3	28,7	36,8	39,6	30,2	33,4
Não	Freq.	90457	204435	183489	107878	74544	660803
	% (L)	13,7	30,9	27,8	16,3	11,3	100,0
	% (C)	59,8	57,6	50,9	51,4	60,1	55,1
Não respondeu	Freq.	8	45	4	0	0	57
	% (L)	14,0	78,9	7,0	0,0	0,0	100,0**
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	151181	355042	360160	209886	124032	1200300*
	% (L)	12,6	29,6	30,0	17,5	10,3	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de (graduandos) seria 1.200.301.
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.

4.2 VIDA ACADÊMICA

Também constituem aspectos importantes na trajetória trilhada pelos (as) graduandos o modo como se deu seu ingresso no ensino superior.

O ingresso dos (as) estudantes de graduação nas IFES mudou profundamente nos últimos anos. Esta mudança já tinha sido identificada na IV Pesquisa, pois os clássicos processos seletivos, como o vestibular ou a avaliação seriada, já não eram mais o meio principal de ingresso nas IFES. Em 2014 o ingresso via Sistema de Seleção Unificada - cuja nota é auferida por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, já era responsável pela inserção de praticamente a metade dos (as) graduandos (as) das IFES.

O ingresso via ENEM/SISU - sistema gerenciado pelo Ministério da Educação, "no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)" (BRASIL, s/d) - é amplamente praticado pelas IFES, embora haja variação entre elas. O ENEM/SISU responde, em 2018, pelo acesso de 67,1% dos (as) estudantes, seguido pelos Vestibulares (26,5%) (Tabela 4 6). Os demais tipos de ingresso – Avaliação Seriada, Convênio PEC G, Transferência, Portador de Diploma e Sobrevaga – juntos perfazem apenas 6,4% do total.

A maior proporção de estudantes do sexo feminino se mantém qualquer que seja o ingresso nas IFES, exceto quando ocorre por meio de Convênio PEC G. Neste caso, estudantes do sexo masculino são maioria. Estudantes do sexo feminino correspondem a 53,9% do total dos que ingressam por meio do Vestibular, a 54,7% dos que ingressam por meio do ENEM/SISU, a 59,3% dos que ingressam por Avaliação Seriada, a 58,6% por Por-

tadores de Diploma, a 53,8% por Sobrevaga e a 54,3% dos que ingressam por Transferência.

No caso da forma de ingresso por Convênio PEC G, estudantes do sexo masculino correspondem a 54,7% e do feminino a 44,1%. Em 2014, a cada 3 estudantes que ingressaram no ensino superior por meio do Convênio PEC G 2 eram do sexo masculino e 1 do feminino. A proporção reduziu e, em 2018, 5 a cada 10 estudantes do sexo masculino ingressam por Convênio PEC G.

Convênio PEC G é uma oportunidade de ingresso nas IFES brasileiras para estudantes, oriundos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil tem acordos bilaterais. O fato de implicar mobilidade internacional e de aplicar-se a estudantes de países em desenvolvimento, sobretudo africanos (as), é indicativo da maior presença do sexo masculino. Tradicionalmente nas IFES, mobilidade internacional, no duplo sentido, ou seja brasileiros que vão ou estrangeiros que vem, é uma oportunidade usufruída predominantemente por estudantes do sexo masculino. Aspectos econômicos e culturais têm peso na interpretação desde dado.

Tabela 4-6: Forma de ingresso no Ensino Superior, conforme sexo dos (as) graduandos (as) - 2018

		Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sem declaração	Total
Vestibular	Freq.	171.290	145.657	867	317.814
	% (L)	53,9	45,8	0,3	100,0
	% (C)	26,1	26,9	25,8	26,5
Avaliação Seriada (PAAS, PAES etc.)	Freq.	18.470	12.619	64	31.153
	% (L)	59,3	40,5	0,2	100,0
	% (C)	2,8	2,3	1,9	2,6
ENEM/SISU	Freq.	440.798	362.299	2.199	805.296
	% (L)	54,7	45,0	0,3	100,0
	% (C)	67,2	67,0	65,4	67,1
Convênio (PEC G)	Freq.	1.226	1.523	33	2.782
	% (L)	44,1	54,7	1,2	100,0
	% (C)	0,2	0,3	1,0	0,2
Transferência	Freq.	1.2791	10.664	106	23.561
	% (L)	54,3	45,3	0,4	100,0
	% (C)	1,9	2,0	3,2	2,0
Portador de diploma	Freq.	9.626	6.751	59	16.436
	% (L)	58,6	41,1	0,4	100,0*
	% (C)	1,5	1,2	1,8	1,4
Sobrevaga	Freq.	1.724	1.447	36	3.207
	% (L)	53,8	45,1	1,1	100,0
	% (C)	0,3	0,3	1,1	0,3
Não respondeu	Freq.	36	14	0	50
	% (L)	72,0	28,0	0,0	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	655.961	540.974	3.364	1.200.300*
	% (L)	54,6	45,1	0,3	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de (graduandos) seria 1.200.299.
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Entre estudantes que ingressam por Vestibular o percentual de brancos e negros é próximo, 47,8% e 45,8% respectivamente (Tabela 4-7). A maior diferença está na proporção de brancos e de negros dentre os que Ingressam via ENEM/SISU. Brancos são 41,4%, enquanto negros são 53,6%.

ENEM/SISU é o sistema mais importante de ingresso, como dissemos, e isso vale para estudantes amarelos (as), brancos (as), pardos (as), pretos (as) não quilombolas e indígenas não aldeados (as). Entre pretos (as)

quilombolas e, especialmente, indígenas aldeados (as) o Vestibular tem importância. Cerca de 1/3 dos quilombolas ingressam por Vestibular e 54,1% dos aldeados ingressam por meio deste processo seletivo. A existência de vestibulares específicos para indígenas em algumas IFES ajuda a compreender o percentual de aldeados que ingressam por meio deste processo seletivo.

A particularidade do ingresso de indígenas por meio do Vestibular tem relação com os processos seletivos das IFES do Norte, região onde se localiza a maioria das comunidades indígenas e reside o maior percentual de aldeados. Na região Norte, 38,6% dos (as) estudantes ingressam no Ensino Superior via Vestibular, quando a média nacional é de 26,5%.

Segundo dados da PNAD-C (IBGE, 2018), 53,4% da população indígena brasileira reside no Norte, com destaque para os estados de Roraima, Pará e Amazonas. Em Roraima 6,9% da população é indígena e a UFRR, que tem o menor percentual de ingresso via ENEM/SISU, concentra 30,1% do dotal de indígenas do Norte.

Tabela 4-7: Forma de ingresso no Ensino Superior, conforme cor ou raça dos (as) graduandos (as) - 2018

		Amarela	Branca	Parda	Preta - quilombola	Preta - não quilombola	Indígena aldeado	Indígena não aldeado	Sem declaração	Total
Vestibular	Freq.	7.123	151.944	110.267	3.508	31.768	2.529	1.889	8.787	317.815
	% (L)	2,2	47,8	34,7	1,1	10,0	0,8	0,6	2,8	100,0
	% (C)	27,8	29,2	23,4	32,6	23,9	54,1	31,1	29,2	26,5
Avaliação Seriada	Freq.	701	13.323	12.441	414	2.978	165	205	926	31.153
	% (L)	2,3	42,8	39,9	1,3	9,6	0,5	0,7	3,0	100,0
	% (C)	2,7	2,6	2,6	3,9	2,2	3,5	3,4	3,1	2,6
ENEM/SISU	Freq.	16.818	333.234	332.304	60.66	93.040	1.586	3.696	18.553	805.297
	% (L)	2,1	41,4	41,3	0,8	11,6	0,2	0,5	2,3	100,0
	% (C)	65,6	64,1	70,7	56,4	70,0	33,9	60,9	61,7	67,1
Convênio (PEC G)	Freq.	27	397	616	185	1.164	50	33	311	2.783
	% (L)	1,0	14,3	22,1	6,6	41,8	1,8	1,2	11,2	100,0
	% (C)	0,1	0,1	0,1	1,7	0,9	1,1	0,5	1,0	0,2
Transferência	Freq.	630	11.919	8.111	165	1.979	28	94	635	23.561
	% (L)	2,7	50,6	34,4	0,7	8,4	0,1	0,4	2,7	100,0
	% (C)	2,5	2,3	1,7	1,5	1,5	0,6	1,5	2,1	2,0
Portador de diploma	Freq.	299	8.164	5.661	51	1.505	27	84	647	16.438
	% (L)	1,8	49,7	34,4	0,3	9,2	0,2	0,5	3,9	100,0
	% (C)	1,2	1,6	1,2	0,5	1,1	0,6	1,4	2,2	1,4
Sobrevaga	Freq.	44	1.018	800	360	419	288	64	216	3.209
	% (L)	1,4	31,7	24,9	11,2	13,1	9,0	2,0	6,7	100,0
	% (C)	0,2	0,2	0,2	3,3	0,3	6,2	1,1	0,7	0,3
Não respondeu	Freq.	0	10	28	0	0	0	0	12	50
	% (L)	0,0	20,0	56,0	0,0	0,0	0,0	0,0	24,0	100,0
	% (C)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	Freq.	25.642	520.009	470.228	10.749	132.853	4.673	6.065	30.087	1.200.300
	% (L)	2,1	43,3	39,2	0,9	11,1	0,4	0,5	2,5	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0 *

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização da expansão amostral, a soma total de (graduandos) seria 1.200.306.

Como mostramos acima, 64,7% são oriundos (as) de escolas públicas e 35,3% de escolas particulares. Do total de ingressantes via Vestibular, 61,6% são egressos (as) de escolas públicas e 38,4% de escolas particulares, enquanto via ENEM/SISU o percentual de oriundos (as) de escola pública é de 66,4% e, da rede privada, 33,5%. A menor participação de estudantes de escolas públicas de Ensino Médio é observada entre discentes que ingressaram por transferência (54,8% do total).

Entre estudantes que ingressaram como Portadores (as) de Diploma, 62,2% estavam ocupados quando responderam o questionário da pesquisa, mais do que o dobro do percentual de estudantes inativos (as) (29,9%). Regionalmente há discrepâncias. Na região Sul o percentual de estudantes que ingressaram via Vestibulares é de 43,9% e no Norte de 38,6%, quando nacionalmente este percentual é de 26,5%. No Nordeste o percentual de estudantes que ingressa via ENEM/SISU é de 77,6%, 10,5 p.p. acima da porcentagem nacional. No Sul, por sua vez, o percentual que ingressa pelo ENEM/SISU é de 50,5%, cerca de 16p.p. abaixo da nacional. Nalgumas universidades federais do Sul do país, os tradicionais vestibulares têm peso decisivo, ainda que noutras esta forma de ingresso praticamente não ocorra.

As discrepâncias regionais estão relacionadas aos sistemas de seleção para ingresso, definidos pelas próprias IFES. As IFES têm autonomia de decisão sobre que sistemas de seleção adotar. Há universidades que oferecem a totalidade das vagas via ingresso pelo ENEM/SISU, outras o fazem apenas no primeiro semestre; outras ainda adotam percentuais diferentes de vagas via ENEM/SISU.

Em relação à forma de ingresso, se por ampla concorrência ou cotas, a V Pesquisa identificou que o percentual de estudantes que ingressou por ampla concorrência supera os (as) cotistas nacionalmente, mas caiu 5,9 p.p., relativamente à IV Pesquisa, certamente em função da Lei de Cotas. A pesquisa realizada em 2014 revela que 64,0% ingressaram pela modalidade sem reserva de vagas, enquanto a de 2018 mostra que o percentual é de 58,1%.

Ingressaram no Ensino Superior nas diversas modalidades por cotas 41,9% do total de graduandos (as), um acréscimo de 9,3 p.p. como detalha a Tabela 4-8.

Ingressaram nas diversas modalidades por cotas 42,5% do total de estudantes do sexo feminino, uma crescimento de 8,8 p.p. Por sua vez, ingressaram por ampla concorrência 57,5% do total de estudantes do sexo feminino, uma queda de 5,4 p.p. ►

Tabela 4-8: Graduandos (as) por sexo, segundo modalidade de ingresso nas IFES - 2018

		2014*				2018			
		Feminino	Masculino	Sem declaração	Total	Feminino	Masculino	Sem declaração	Total
Ampla Concorrência	Freq.	309565	290775	880	601220	377420	318174	1845	697439
	% (L)	51,5	48,4	0,2	100,0**	54,1	45,6	0,3	100,0
	% (C)	62,9	62,5	58,9	64,0	57,5	58,8	54,8	58,1
Cota	Freq.	165729	139624	493	305846	278542	222800	1519	502861
	% (L)	54,2	45,6	0,2	100,0	55,4	44,3	0,3	100,0
	% (C)	33,7	31,3	33,0	32,6	42,5	41,2	45,2	41,9
Não respondeu	Freq.	16804	15615	120	32539				
	% (L)	48,0	51,6	0,4	100,0				
	% (C)	3,4	3,5	8,0	3,5				
Total	Freq.	492098	446014	1493	939605	655962	540974	3364	1200300
	% (L)	52,4	47,5	0,2	100,0**	54,6	45,1	0,3	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
*FONAPRACE/ANDIFES (2016).
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

A idade não consiste em variável interveniente no padrão de ingresso no Ensino Superior. Já a variável de recorte – tipo de escola em que frequentou ensino médio – intervém, como esperado. O percentual de estudantes cotistas que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas é próximo de 100,0%. Por sua vez, o percentual de estudantes que entraram por ampla concorrência oriundos da rede pública de ensino médio é menor do que de oriundos da rede particular.

A Tabela 4-9 mostra o percentual de estudantes cotistas por modalidade de cota. Dentre cotistas, 32,4% ingressam por meio de cota "Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM", 22,7% por cota "Escola Pública/Renda até 1 e meio SM", 21,9% por cota "Escola Pública/Independente de Renda" e 21,2% por cota "Escola Pública/PPI/Independente de Renda". As vagas para portadores de deficiência agrupadas correspondem a 1,4% e 0,5% a "Outra cota".

Estudantes do sexo feminino são 55,4% do total de cotistas, mas são minoria dentre cotistas que ingressaram pelas quatro modalidades de cota de "Deficiência". ►

Tabela 4-9: Percentual de estudantes cotistas, segundo sexo, por modalidade de reserva de vaga – 2018

		Feminino	Masculino	Sem declaração	Total
Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM	% (L)	54,8	44,9	0,3	100,0
	% (C)	32,1	32,8	30,4	32,4
Escola Pública/Renda até 1 e meio SM	% (L)	58,1	41,5	0,4	100,0
	% (C)	23,8	21,3	27,3	22,7
Escola Pública/Independente de Renda	% (L)	55,7	44,0	0,3	100,0
	% (C)	22,0	21,8	22,1	21,9
Escola Pública/PPI/Independente de Renda	% (L)	53,7	46,1	0,2	100,0
	% (C)	20,5	22,0	15,4	21,2
Escola Pública/Independente de Renda/Deficiência	% (L)	44,9	54,8	0,3	100,0
	% (C)	0,5	0,8	0,6	0,7
Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM	% (L)	41,1	57,5	1,4	100,0
	% (C)	0,2	0,4	1,3	0,3
Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM	% (L)	48,7	51,3		100,0
	% (C)	0,2	0,2		0,2
Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência	% (L)	46,4	53,0	0,6	100,0
	% (C)	0,1	0,2	0,3	0,2
Outra Cota	% (L)	56,6	42,5	0,9	100,0
	% (C)	0,5	0,4	1,3	0,5
Não respondeu	% (L)	49,8	46,0	4,2	100,0
	% (C)	0,1	0,1	1,3	0,1
Total	% (L)	55,4	44,3	0,3	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0

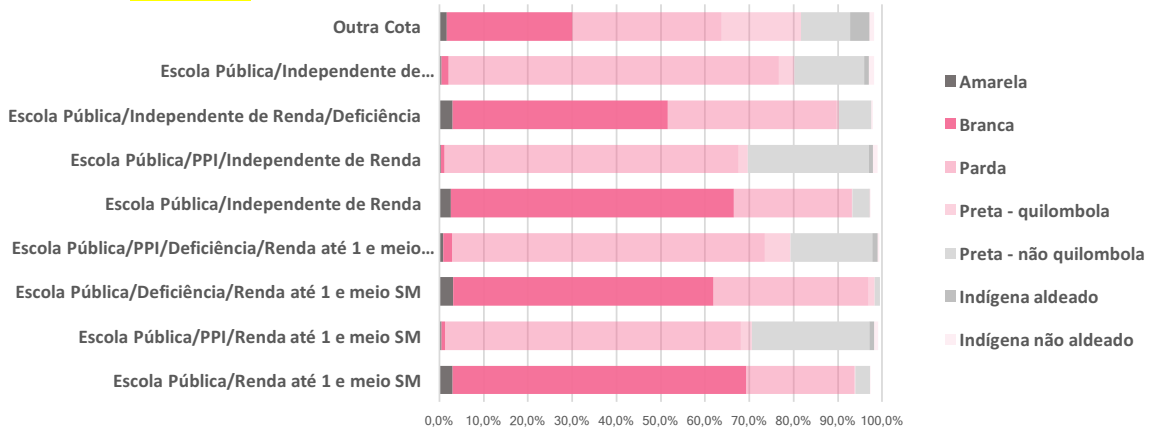
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A variável cor ou raça, como esperado, interfere nas modalidades de cota.[36]

Estudantes brancos (as) são maioria nas modalidades de cotas “Escola Pública/Renda até 1 e meio SM”, “Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM”, “Escola Pública/Independente de Renda” e “Escola Pública/Independente de Renda/Deficiência”. Por sua vez, estudantes pardos (as) são majoritários nas modalidades “Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM”, “Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM”, “Escola Pública/PPI/Independente de Renda” e “Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência”. ►

36 Algumas IFES ofertam cotas raciais ou socioeconômicas, além do percentual definido pela Lei de Cotas.

Gráfico 4-1: Percentual de estudantes cotistas, segundo cor ou raça, por modalidade de cota - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Nacionalmente, 60,4% de cotistas estão concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste (Tabela 4 10). Nestas duas regiões estão concentrados também os (as) cotistas (as) das seguintes modalidades: "Escola Pública/Renda até 1 e meio SM"; "Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM"; "Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM"; "Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM"; "Escola Pública/Independente de Renda" e "Escola Pública/PPI/Independente de Renda". Nas regiões Norte e Nordeste concentra-se a maioria dos (as) cotistas das seguintes modalidades: "Escola Pública/Independente de Renda/Deficiência"; "Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência" e "Outra Cota".

Chama a atenção, por sua vez, os baixos percentuais de estudantes da região Norte entre os ingressantes por cotas que não dependem das modalidades PPI e Deficiência (8,3% e 9,1%) e de estudantes da região Sul entre os ingressantes por cotas que dependem da modalidade PPI (2,7%, 5,3%, 7,5% e 9,8%).

Tabela 4-10: Estudantes das IFES segundo modalidade de reserva de vagas (cotas), por região geográfica de *campus* - 2018

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Escola Pública/Renda até 1 e meio SM	9,1	23,1	34,2	25,5	8,0	100,0
Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM	18,6	36,9	28,3	7,5	8,6	100,0
Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM	15,1	28,8	29,6	22,5	4,0	100,0
Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM	27,1	40,0	23,6	2,7	6,5	100,0
Escola Pública/Independente de Renda	8,3	21,3	33,2	28,4	8,9	100,0
Escola Pública/PPI/Independente de Renda	15,2	33,1	30,2	9,8	11,8	100,0
Escola Pública/Independente de Renda/Deficiência	26,4	33,3	16,3	18,9	5,1	100,0
Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência	23,8	44,1	19,7	5,3	7,1	100,0
Outra Cota	28,3	40,2	13,1	11,6	6,8	100,0
Não respondeu	12,7	32,1	25,0	12,9	17,2	100,0
Total	13,6	29,5	30,9	16,8	9,2	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Qualquer que seja a modalidade de cotas, a maioria dos cotistas tem renda *per capita* familiar de "Até 1 e meio SM" (Tabela 4-11).

Na faixa de renda *per capita* familiar de "Até 1 e meio SM" encontram-se 84,0 dos cotistas. O menor percentual de cotistas nesta faixa de renda familiar *per capita* (67%) foi encontrado entre estudantes que ingressaram na modalidade cota "Escola Pública/Independente de Renda".

A tabela abaixo demonstra também que 37% dos cotistas estão na faixa de renda *per capita* familiar de "Até meio SM". Todavia, quando tomadas as modalidades de cotas, notam-se significativas desigualdades, na medida em que, por exemplo, 63,5% dos (as) estudantes que ingressaram por cota de "Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM" e 53,7% por cota "Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM" têm renda *per capita* familiar de "Até meio SM". Tem renda *per capita* de "Até meio SM" 40,% dos (as) cotistas "Escola Pública/Renda até 1 e meio SM", 42,9% de "Outra cota" e 48,5% de "Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM".

Tabela 4-11: Graduandos (as) cotistas, por faixa de renda *per capita* familiar, segundo modalidades de cota – 2018 (em %)

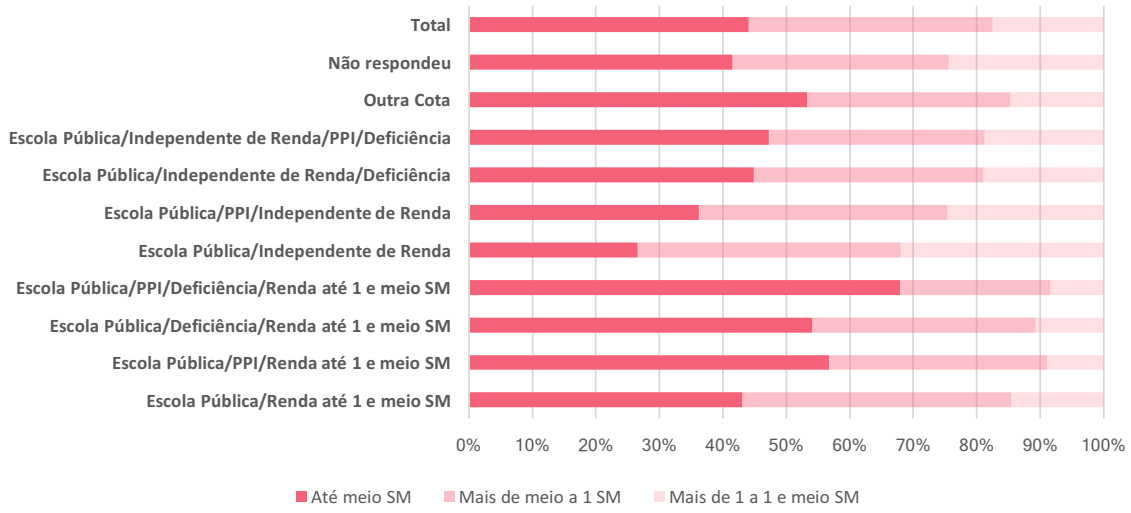
	Até meio SM	Mais de meio a 1 SM	Mais de 1 a 1 e meio SM	Mais de 1 e meio SM	Não respondeu	Total
Escola Pública/Renda até 1 e meio SM	40,3	39,5	13,7	4,1	2,4	100,0
Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM	53,7	32,4	8,5	2,7	2,7	100,0
Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM	48,5	31,5	9,7	2,0	8,3	100,0
Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM	63,5	22,1	7,8	1,6	5,0	100,0
Escola Pública/Independente de Renda	17,8	27,7	21,5	30,7	2,3	100,0
Escola Pública/PPI/Independente de Renda	27,4	29,5	18,6	21,9	2,7	100,0
Escola Pública/Independente de Renda/Deficiência	33,3	26,8	14,1	20,3	5,5	100,0
Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência	38,2	27,5	15,2	13,4	5,7	100,0
Outra Cota	42,9	25,9	11,8	15,6	3,7	100,0
Não respondeu	28,8	23,7	17,0	16,7	13,8	100,0
Total	37,0	32,3	14,7	13,4	2,6	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Tomemos o perfil apenas dos estudantes cotistas com renda *per capita* "Até 1 e meio SM". Como vimos, o percentual de cotistas incluídos (as) na faixa de renda *per capita* familiar de "Até 1 e meio SM", definida pelo PNAES, é de 84,0%. Todavia, dentro deste perfil, 44,0% tem renda *per capita* de "Até meio SM", 38,5% tem renda "Mais de meio a 1 SM" e 17,5% "Mais de 1 a 1 e meio SM". Ou seja, 82,5% dos (as) cotistas com renda *per capita* "Até 1 e meio SM" tem renda *per capita* "até 1 SM".

O contingente de cotistas com renda *per capita* familiar "Até 1 SM" é menor entre os (as) que ingressaram por "Escola Pública/Independente de Renda", correspondendo a 67,9%. Corresponde a 91,0% na modalidade "Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM" e 91,6% na modalidade de cota "Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM" (Gráfico 4-2).

Gráfico 4-2: Graduandos (as) cotistas com renda *per capita* "Até 1 e meio SM", por faixa de renda *per capita*, segundo modalidades de cota – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A distribuição da modalidade de cota praticamente não se altera conforme a área de conhecimento do curso dos (a) graduandos (as), conforme evidencia a Tabela 4-12. Todavia, há algumas desigualdades que merecem destaque.

Nacionalmente, o percentual de cotistas que ingressaram pela modalidade "Escola Pública/Renda até 1 e meio SM" é de 22,7%. No entanto na área das Ciências Agrárias este percentual é de 25,5%.

Ingressaram pela modalidade "Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM" 32,4% dos cotistas. A área das Engenharias contém o menor percentual de estudantes ingressantes nesta modalidade (28,4%) e nas Ciências Humanas o maior percentual (36,1%). Tomada a modalidade de cota "Escola Pública/Independente de Renda", identifica-se o inverso encontrado. O maior percentual é de estudantes das Engenharias (26,6%) e o menor das áreas Ciências Humanas e Multidisciplinar (19,1% em cada).

A porcentagem de estudantes que ingressaram pela modalidade "Escola Pública/PPI/Independente de Renda" é de 21,2%. O menor percentual de ingressantes via cota "Escola Pública/PPI/Independente de Renda" encontra-se nas Ciências Agrárias (18,3%). ►

Tabela 4-12: Graduandos (as) por grande área de conhecimento, segundo modalidade de cota – 2018

		Ciências Exatas e da Terra	Ciências Biológicas	Engenharias	Ciências da Saúde	Ciências Agrárias	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Humanas	Linguística, Letras e Artes	Multidisciplinar	Total
Escola Pública/Renda até 1 e meio SM	% (L)	13,8	4,3	18,8	13,5	6,0	19,2	14,8	7,8	1,8	100,0
	% (C)	23,4	23,0	23,4	22,3	25,5	21,8	22,0	22,1	23,6	22,7
Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM	% (L)	13,2	4,6	16,0	13,8	5,5	19,4	17,0	8,7	1,8	100,0
	% (C)	32,0	34,8	28,4	32,5	33,3	31,5	36,1	35,2	34,4	32,4
Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM	% (L)	8,8	3,1	9,6	18,9	3,6	25,5	18,8	9,0	2,7	100,0
	% (C)	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2
Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM	% (L)	10,2	4,1	14,1	18,1	2,7	28,0	10,6	10,6	1,7	100,0**
	% (C)	0,2	0,3	0,2	0,4	0,1	0,4	0,2	0,4	0,3	0,3
Escola Pública/Independente de Renda	% (L)	14,0	4,0	22,1	12,8	5,3	20,0	13,3	7,0	1,5	100,0
	% (C)	22,9	20,3	26,6	20,3	21,5	21,9	19,1	19,2	19,1	21,9
Escola Pública/PPI/Independente de Renda	% (L)	12,8	4,2	17,6	14,7	4,6	21,5	15,0	7,9	1,7	100,0
	% (C)	20,3	20,6	20,4	22,6	18,3	22,8	20,8	20,9	20,9	21,2
Escola Pública/Independente de Renda/Deficiência	% (L)	10,6	2,4	11,5	18,2	3,3	22,0	16,0	14,2	1,7	100,0*
	% (C)	0,5	0,4	0,4	0,9	0,4	0,7	0,7	1,2	0,7	0,7
Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência	% (L)	8,0	3,2	10,9	27,5	3,5	18,9	16,2	10,6	1,1	100,0*
	% (C)	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2
Outra Cota	% (L)	10,6	3,3	14,7	16,1	5,9	19,2	20,6	8,2	1,5	100,0**
	% (C)	0,4	0,3	0,4	0,5	0,5	0,4	0,6	0,5	0,4	0,5
Não respondeu	% (L)	14,6	1,6	19,3	13,5	4,3	17,7	15,0	10,8	3,4	100,0**
	% (C)	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
Total	% (L)	13,4	4,3	18,2	13,8	5,4	20,0	15,2	8,0	1,7	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

A Tabela 4-12 revela, por sua vez, que a maioria relativa dos (as) cotistas se concentra na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Um zoom sobre os cursos de cotistas da área de Ciências Sociais Aplicadas, segundo faixa de renda, mostra que cotistas do curso de Direito correspondem à maioria relativa nesta área do conhecimento, qualquer que seja o nível de renda. Ademais, quanto mais alto o nível de renda destes cotistas, maior a proporção de cotistas do curso de Direito. O percentual de cotistas do curso de Direito na faixa de renda "Até 1 e meio SM" é de 16,7%, na faixa de "Mais de 1 e meio a 3 SM" é de 23,8% e na faixa de renda "Mais de 3 SM" 33,9%.
Identificar o turno, se o curso dos (as) graduandos (as) corresponde à primeira opção e se trocariam, eventualmente, de curso, são os próximos tópicos da análise dos itinerários estudantis e perfil acadêmico.

No turno Integral encontra-se a maioria relativa dos (as) pesquisados. Frequentam cursos em tempo Integral 43,9% dos (as) estudantes. Além destes, 29,3% cursam o Noturno e 26,8% o Diurno. Na IV Pesquisa o percentual de graduandos (as) que estudavam em tempo Integral era de 41,9%, 2p.p. a menos. O percentual de estudantes matriculados no período Noturno não se altera, mas diminuiu no Diurno 1,8 p.p. relativamente a 2014.

Estudantes do sexo feminino são maioria quer se considere o período Diurno, Noturno e Integral, respectivamente 57,2%, 52,3% e 54,7%. Do total de estudantes do sexo masculino 30,8% cursam noturno. Entre elas,

este percentual é 1,8 p.p. menor.

Quanto à distribuição dos (as) estudantes por cor ou raça, nota-se pela Tabela 4-13 que nos turnos Diurno e Noturno predominam estudantes negros (as), 54,6% e 54,0% respectivamente. No turno Integral a maioria relativa é de brancos (as) (47,3%), embora o percentual de negros seja apenas 0,1 p.p. menor.

As maiores discrepâncias de percentuais quando cruzado turno do curso e cor ou raça dos (as) estudantes são melhor observáveis quando se considera o total de estudantes por cor ou raça. Brancos (as) e amarelos (as) tem percentuais de estudantes em cursos de turno Integral superiores ao percentual nacional. Do total de brancos (as) 48,0% estudam em cursos de turno Integral, 4,1 p.p. acima do percentual nacional. Negros (as) e indígenas têm percentuais, todavia, inferiores; pretos (as) quilombolas têm percentual 8,8 p.p. abaixo. Do total de pretos (as) não quilombolas, 32,7% estão no turno Noturno.

Neste sentido a distribuição de estudantes por turno revela que a universidade é ligeiramente mais branca em cursos de turno Integral e mais próxima do perfil racial da população brasileira em cursos de turno Diurno e Noturno.

O Noturno é o turno de quase metade dos estudantes trabalhadores (as) (48,4%). Entre estudantes do Noturno 49,4% são ocupados (as), 13,3% inativos (as) e 37,3% desocupados (as). No Diurno a maioria relativa (45,0%) é desocupada. O menor percentual de estudantes de curso de turno Integral é, indubitavelmente e como esperado, daqueles que estão ocupados (as), correspondendo a apenas 17,4% do total.

A distribuição regional evidencia também algumas discrepâncias. A maioria dos (as) estudantes do Diurno está no Nordeste. Estes são mais de um terço do total. A maioria dos (as) graduandos (as) do Noturno está concentrada nas regiões Nordeste (30,7%) e Sudeste (30,9%). A maioria daqueles que cursam o Integral está no Sudeste (37,2%).

Observando-se a distribuição dos turnos entre regiões, é relevante assinalar que a maioria absoluta dos (as) estudantes do Sudeste cursa turno Integral (54,4%). No Norte a maioria cursa Diurno e nas regiões Nordeste e Sul a maioria cursa o turno Integral.

Tabela 4-13: Graduandos (as) por cor ou raça, segundo Turno - 2018

		Amarela	Branca	Parda	Preta – quilombola	Preta - não quilombola	Indígena aldeado	Indígena não aldeado	Sem declaração	Total
Diurno	Freq.	6640	127458	132685	3629	39611	1608	1926	8381	321938
	% (L)	2,1	39,6	41,2	1,1	12,3	0,5	0,6	2,6	100,0
	% (C)	25,9	24,5	28,2	33,8	29,8	34,4	31,8	27,9	26,8
Noturno	Freq.	7342	143073	142578	3344	43428	1113	1579	8858	351315
	% (L)	2,1	40,7	40,6	1,0	12,4	0,3	0,4	2,5	100,0
	% (C)	28,6	27,5	30,3	31,1	32,7	23,8	26,0	29,4	29,3
Integral	Freq.	11661	249477	194964	3775	49812	1950	2560	12848	527047
	% (L)	2,2	47,3	37,0	0,7	9,5	0,4	0,5	2,4	100,0
	% (C)	45,5	48,0	41,5	35,1	37,5	41,7	42,2	42,7	43,9
Total	Freq.	25643	520008	470227	10748	132851	4671	6065	30087	1200300
	% (L)	2,1	43,3	39,2	0,9	11,1	0,4	0,5	2,5	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Chama atenção a faixa etária "25 anos e mais". Do total de estudantes desta faixa, a maioria estuda no Noturno. Estes (as) seriam assim mais velhos (as) do que os (as) do Integral e do Diurno. Os (as) estudantes mais jovens, inseridos (as) na faixa "17 anos e menos", cursam majoritariamente o Integral. A metade dos (as) estudantes na faixa "De 18 a 24 anos" cursa turno Integral. O percentual mais alto de estudantes mais velhos (as) em cursos de turno Noturno associa-se, entre outros fatores, ao trabalho.

O Noturno é frequentado largamente por estudantes oriundos de escolas públicas, de tal modo que 7 a cada 10 graduandos (as) do Noturno estudaram em escolas públicas. No Diurno e no Integral a proporção é de 6 a cada 10 estudantes que cursaram escolas públicas.

A renda *per capita* familiar também tem interferência no período cursado pelos (as) graduandos (as) pesquisados (as). A Tabela 4-14 mostra que, em todas as faixas de renda mensal *per capita* familiar, os (as) graduandos que estudam em período Integral são maioria relativa.

O percentual de estudantes do Noturno que tem renda mensal *per capita* "Até 1 e meio SM" é mais elevado do que do Integral. Mas na faixa "Mais de 1 e meio a 3 SM", nota-se que se inverte a relação, ou seja o percentual de estudantes do Integral é maior.

Tabela 4-14: Graduandos (as) por Turno, segundo faixa de renda mensal *per capita* familiar – 2018

		Diurno	Noturno	Integral	Total
Até 1 e meio SM	Freq.	226.985	252.789	362.251	842.025
	% (L)	27,0	30,0	43,0	100,0
	% (C)	70,5	72,0	68,7	70,2
Mais de 1 e meio a 3 SM	Freq.	50492	56706	93800	200998
	% (L)	25,1	28,2	46,7	100,0
	% (C)	15,7	16,1	17,8	16,7
Mais de 3 SM	Freq.	33.835	32.269	55.274	121.378
	% (L)	27,9	26,6	45,5	100,0
	% (C)	10,5	9,2	10,5	10,1
Não respondeu	Freq.	10.626	9.551	15.722	35.899
	% (L)	29,6	26,6	43,8	100,0
	% (C)	3,3	2,7	3,0	3,0
Total	Freq.	321.938	351.315	527.047	1.200.300
	% (L)	26,8	29,3	43,9	100,0
	% (C)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O curso matriculado corresponde à primeira opção de 82,9% do total dos (as) graduandos (as), sugerindo que há relação entre inscrição (demanda) e matrícula no curso desejado (oferta), embora relativamente à IV Pesquisa, de 2014, tenha havia uma queda de 3,0 p.p.. Na pesquisa de 2018, apenas 17,1% dos (as) graduandos não teriam ingressado em primeira opção.

O elevado percentual de graduandos (as) que ingressam em primeira opção – 8 a cada 10 - tem relação com o aumento da oferta de vagas oferecidas no ensino superior brasileiro - analisado na Introdução deste Relatório -, aumento propiciado pela política de expansão das IFES, por um lado, e, por outro, pelo peso crescente do ENEM/SISU no ingresso.

O percentual de estudantes do sexo masculino (85,2%) que ingressaram em primeira opção é superior ao do sexo feminino (81,1%). A variável cor ou raça parece não interferir no percentual de estudantes que ingressam em primeira opção. O percentual de primeira opção entre de brancos (84,1%) e entre indígenas aldeados (86,3%) é, respectivamente, 1,2p.p. e 3,4 p.p. maior do que o percentual global.

Em relação a área de conhecimento do curso, a maior diferença com relação ao percentual global de graduandos (as) que ingressam em primeira opção está na área Multidisciplinar. Nesta área o percentual de ingressantes em primeira opção é 7,4 p.p. menor do que o percentual global. No extremo oposto, a área de conhecimento com maior percentual relativo de ingressantes em primeira opção é das Engenharias (85,9%), seguida das Ciências Agrárias (84,3%).

A faixa de ano de ingresso também intervém no ingresso em primeira opção. O percentual de ingressantes em primeira opção é maior entre veteranos (as) relativamente aos calouros (as). Do total de ingressantes em 2018, 79,6% o fizeram em primeira opção. Veteranos ingressantes em 2017 são 81,1%, ingressantes no período 2013-2016 são 83,6% e ingressantes até 2012, 86,9%.

A renda mensal *per capita* familiar também consiste em variável interveniente. Quanto mais alta a renda mensal *per capita* familiar, maior o percentual de estudantes que ingressam em primeira opção, de tal modo que na faixa de renda mensal *per capita* familiar "Até 1 e meio SM" encontram-se 81,0% destes (as) graduandos (as), na faixa "Mais de 1 e meio SM" estão 84,5% e com renda "Mais de 1 e meio 3 SM", 87,3%.
Regionalmente, o curso matriculado corresponde à primeira opção de 82,5% dos graduandos da região Nordeste, 84,8% da região Sul, 83,4% da região Sudeste, 81% da região Norte e 81,9% da região Centro-Oeste.

Satisfação e permanência nos cursos frequentados pelos estudantes são questões complexas que envolvem muitas variáveis de natureza subjetiva e objetiva. A faixa etária do (a) estudante - às vezes muito jovem, com pouca maturidade para identificar ou compatibilizar gostos e oportunidades na universidade[37]; o capital cultural do (a) discente; a expectativa do próprio estudante e de seus familiares; o nível de exigência e as dificuldades encontradas para se adaptar à Universidade e ao próprio curso escolhido; as oportunidades no mercado de trabalho e sobretudo as condições materiais que se dispõe (se precisa trabalhar ou não; como pode se manter); enfim, tudo isso tem implicações sobre o percurso estudantil e o perfil acadêmico.

Ao ingressar na universidade, em geral, os (as) discentes estão entusiasmados (as) pela conquista – ENEM, vestibular, processos seletivos competitivos. Se os candidatos têm uma origem de classe média (média e alta), a entrada na universidade responde a expectativas familiares, de longa data, e do próprio círculo de amigos e colegas. Se os (as) candidatos (as) têm uma origem social popular (classes médias baixas, operária, camponesa, rural), a chegada à universidade pública – sobretudo porque têm acesso ao ensino superior público menos de 10% da população total – representa uma vitória pessoal e social. O entusiasmo com a aprovação na universidade, ainda que o curso não tenha sido de primeira opção, acaba sendo determinante, ao menos inicialmente, segundo Lassance (1997). Após o entusiasmo inicial, não é incomum a decepção com o curso, com os (as) docentes, com a instituição, bem como o enfrentamento de dificuldades materiais (altos custos com moradia, transporte, livros) diante da nova realidade, sobretudo quando se trata de um estudante carente ou trabalhador. Por sua vez, a bibliografia disponível mostra que, em geral, os (as) estudantes entram na universidade com

37 Alguns autores trabalham com o conceito de maturidade vocacional (MAGALHÃES; REDIVO, 1998).

alta expectativa e que é ao final do primeiro ano (ou semestre) que tende a ocorrer o abandono ou a mudança de curso.

Indagados sobre uma possível mudança de curso, 60,1% dos graduandos responderam que não trocariam de curso. Em contrapartida, 20,7% afirmaram que trocariam de curso e 19,3% não souberam opinar. A intenção de trocar de curso é praticamente idêntica entre graduandos (as) do sexo masculino (20,7%) do que do sexo feminino (20,6%). Não há também significativa variação no percentual de estudantes que trocariam ou não de curso conforme cor ou raça. O percentual dos que trocariam de curso é menor entre brancos (as) (19,1%) e maior entre pretos (as) quilombolas (25,5%), mas no primeiro caso 1,6 p.p abaixo do percentual global e no segundo distante 4,8 p.p. Estão mais determinados a não mudar de curso indígenas aldeados.

Regionalmente, é aproximado o percentual de estudantes que não trocariam de curso, qualquer que seja a região geográfica[38]. O menor percentual de estudantes que não trocariam de curso é de estudantes da região Nordeste (59,5%) e o maior é de estudantes da região Sul (60,9%).

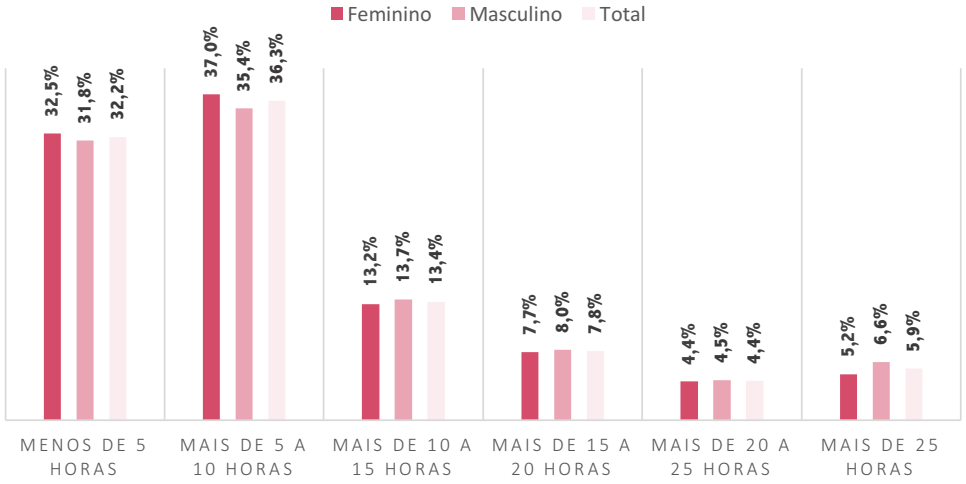
Em todas as faixas de ingresso predomina amplamente a opção pela continuidade nos cursos matriculados. Todavia na faixa de ingresso "Mais de 2013 a 2016", 62,5% não trocariam de curso. Considerando a faixa de ingresso mais antiga, "Até 2012", 60,8% não trocariam de curso. Entre Ingressantes 2018, o percentual de estudantes que não trocaria de curso é de 53,0% e de 57,4% dentre os (as) ingressantes 2017. A tendência a não trocar de curso é menor entre os graduandos que ingressam nas faixas mais recentes e, inversamente, maior entre veteranos.

A análise volta-se, a seguir, para a rotina acadêmica dos graduandos, além da cobertura de programas que garantem a permanência de grupos estudantis específicos nas IFES.

Quando perguntados (as) em relação ao tempo médio, em horas por semana, que dedicavam aos estudos fora da sala de aula, o maior grupo foi o dos (as) que declarou estudar entre mais de cinco horas até 10 horas (36,3%). A seguir, figuravam os (as) que estudavam menos de cinco horas por semana (32,2%), os (as) que estudavam entre mais de 10 horas até 15 horas (13,4%), mais de 25 horas (5,9%), e, finalmente, mais de 20 horas até 25 horas (4,4%), conforme o Gráfico 4-4. Somando-se os graduandos que estudam até 10 horas, tem-se 68,5%, percentual superior ao aferido na pesquisa Perfil de 2014 (61,9%). ►

38 Entre as razões para a troca de curso podem estar aquelas levantadas pela bibliografia: entrada na universidade sem "maturidade vocacional", não adaptação ao curso, novo contexto pessoal familiar, dificuldades materiais derivadas da condição socioeconômica de origem - mesmo com a existência de Programas de Assistência estudantil oferecidos pelas IFES. Os (as) estudantes pesquisados (as) não foram indagados (as) acerca das razões para trocar de curso. Foram, todavia, feitas perguntas sobre abandono e trancamento, cujas respostas, analisadas mais à frente, podem ajudar a entender também as razões para a troca de curso.

Gráfico 4-3: Graduandos (as) por sexo, segundo o tempo médio semanal em horas de estudo (em%) – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Foram notadas pequenas diferenças na distribuição por faixas do tempo médio semanal dedicado aos estudos segundo o sexo dos/as graduandos. Observa-se percentual um pouco maior de graduandas nas faixas iniciais – "menos de cinco" e "mais de 5 a 10 horas", que somadas alcançam 69,5% -; e de graduandos nas faixas que indicam maior número médio de horas de estudo (acima de 10 horas em todos os intervalos considerados).

A Tabela 4-15 mostra a distribuição por faixas do tempo médio semanal de estudos segundo a área de concentração dos cursos em que estão matriculados (as) os (as) pesquisados (as). Em todos os casos, os maiores percentuais estão registrados nos intervalos de tempo "menos de cinco horas" e "mais de cinco e menos de 10 horas".

Enquanto nas Engenharias 23,4% estudam menos de cinco horas semanais, nas Ciências Sociais Aplicadas este percentual é de 40,8%. Como já mostramos, nas Engenharias o percentual de estudantes ocupados (as) é de 22,7%, enquanto nas Ciências Sociais Aplicadas é de 44,9%. Ademais, dentre os estudantes ocupados (as) nas Ciências Sociais Aplicadas, 48,6% trabalham mais de 30 horas semanais.

Em relação ao percentual dos (as) que estudam mais de 20 horas semanais, as áreas de Engenharias, Ciências da Saúde e Ciências Exatas e da Terra também se destacam, com 14,0%, 15,6% e 10,6%, respectivamente. No mesmo diapasão, nestas áreas o percentual de estudantes ocupados (as) é de 14,7%, 6,9% e 13,6% respectivamente. ►

Tabela 4-15: Graduandos (as) segundo a área de conhecimento do curso em que estão matriculados e tempo médio semanal de estudos - 2018 (em %)

	Menos de 5 horas	Mais de 5 a 10 horas	Mais de 10 a 15 horas	Mais de 15 a 20 horas	Mais de 20 a 25 horas	Mais de 25 horas	Total
Ciências Exatas e da Terra	32,0	35,7	13,8	7,9	4,6	6,0	100,0
Ciências Biológicas	33,0	38,9	12,8	7,5	3,8	4,0	100,0
Engenharias	23,4	35,6	16,7	10,2	6,0	8,0	100,0*
Ciências da Saúde	23,9	35,5	15,5	9,6	6,1	9,5	100,0**
Ciências Agrárias	30,9	40,0	14,1	7,1	3,5	4,3	100,0*
Ciências Sociais Aplicadas	40,8	34,1	10,6	6,3	3,5	4,7	100,0
Ciências Humanas	35,9	38,2	12,1	6,7	3,5	3,7	100,0**
Linguística, Letras e Artes	37,7	37,8	11,3	6,2	3,1	4,0	100,0**
Multidisciplinar	39,1	36,8	11,5	6,1	2,8	3,7	100,0
Total	32,2	36,3	13,4	7,8	4,4	5,9	100,0

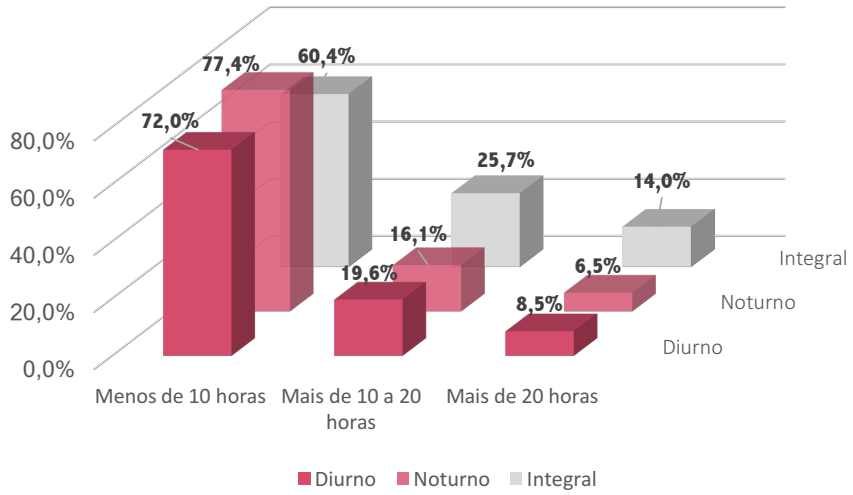
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Foram observadas algumas diferenças entre cotistas e não cotistas, no que diz respeito à distribuição por faixas do número médio de horas dedicados ao estudo (Gráfico 4-4). Os dados mostram que 67,3% dos estudantes que ingressaram por cotas estudam menos de 10 horas, entre os que ingressaram por ampla concorrência o mesmo percentual é de 69,4%. Estudam de 10 a menos de 20 horas 21,7% dos cotistas e 20,9% dos não cotistas. Por fim, 11,0% dos cotistas estudam mais do que 20 horas, 9,7% é o percentual de não cotistas que estudam mais de 20 horas.

Outras variáveis impactam no tempo médio de horas extraclasse dedicadas aos estudos, como o turno do curso. Dos graduandos que frequentam cursos nos períodos diurno e integral, espera-se que estudem em média mais horas do que aqueles que estudam à noite, pois estes últimos dispõem de menor tempo livre[39], o que de fato ocorre conforme pode ser visto no Gráfico 4-4. Considerando o percentual de estudantes que estudam menos de 10 horas semanais, temos que é de 60,3% entre estudantes que frequentam cursos em período integral, 72,0% dos que frequentam cursos diurnos e 77,4% dos que estão matriculados em cursos noturnos. Já o percentual dos (as) que afirmaram estudar de 10 a 20 horas semanais é de 25,7% dos (as) que frequentam aulas em cursos integrais, 19,6% em cursos diurnos e 16,1% no período noturno. Estudam mais de 20 horas: 13,9% dos (as) matriculados (as) em cursos integrais; 8,4% dos que frequentam cursos diurnos e 6,5% entre os matriculados em cursos noturnos. ►

39 Entre os estudantes que estudam no período noturno 49,4% são ocupados e 37,3% estão desocupados, ou seja à procura de emprego.

Gráfico 4-4: Graduandos (as) por turno, segundo a distribuição por faixas do número médio semanal de horas de estudos (em %) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A condição de atividade econômica também interfere no tempo disponível para os estudos. Entre os (as) estudantes ocupados, 78,8% dedicam menos de 10 horas aos estudos extraclasse, 15,4% destinam de 10 a 20 horas e 5,8% afirmaram estudar mais de 20 horas por semana. Por outro lado, 58% dos (as) estudantes inativos (as) economicamente, ou seja, aqueles (as) que apenas estudam, dedicam menos de 10 horas semanais aos estudos fora da sala de aula, 26,6% estudam entre 10 e 20 horas e 15,3% mais de 20 horas semanais.

A Tabela 4-16 mostra a distribuição por faixas do tempo médio de estudo segundo a região geográfica. Verifica-se que em todas as regiões o maior percentual de graduandos dedica até 10 horas semanais com os estudos fora da sala de aula, conforme os dados que seguem: Norte, 75,3%; Nordeste, 70,7%; Sudeste, 64,4%; Sul, 65,6%; Centro-Oeste, 70,3%. Na outra ponta, dos que dedicam mais de 20 semanais aos estudos, os percentuais estão assim distribuídos: Norte, 8,0%; Nordeste 9,4%; Sudeste, 11,7%; Sul, 11,2% e Centro-Oeste, 9,9%. Deste modo, constata-se que os graduandos das regiões Sudeste e Sul dedicam em média mais tempo com os estudos extraclasse. Ora novamente a dedicação de mais tempo aos estudos extraclasse guarda relação com o trabalho pois o percentual de estudantes-ocupados com jornadas de trabalho acima de 30 horas é menor, justamente nas regiões Sudeste e Sul, 44,3% e 42,3% respectivamente. ►

Tabela 4-16: Graduandos (as) por tempo médio semanal de estudos, segundo região geográfica de *campus* (em %) - 2018

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nacional
Menos de 5 horas	38,0	34,3	27,9	30,4	34,5	32,2
Mais de 5 a 10 horas	37,3	36,4	36,5	35,2	35,8	36,3
Mais de 10 a 15 horas	10,8	12,6	15,1	14,4	12,5	13,4
Mais de 15 a 20 horas	5,9	7,4	8,8	8,7	7,2	7,8
Mais de 20 a 25 horas	3,6	4,1	5,0	4,8	4,1	4,4
Mais de 25 horas	4,4	5,3	6,7	6,4	5,8	5,9
Total	100,0	100,0**	100,0	100,0*	100,0*	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

Em relação à frequência semanal com que utilizavam a biblioteca, a Tabela 4-17 sintetiza os resultados. Em primeiro lugar apareceu o grupo que respondeu utilizá-la de "duas ou três vezes por semana" (26,7%). Estes foram seguidos pelos que iam à biblioteca "menos de uma vez por semana" (23,2%) e os que simplesmente disseram "não usar a biblioteca" (21,6%). Em quarto lugar, figurou o grupo que respondeu usar a biblioteca uma vez por semana (18,3%), e, em último, os que usavam a biblioteca por "quatro ou mais vezes na semana" (10,3%). Deduz-se, a partir das respostas acima, que grande parte dos estudantes não frequenta ou frequenta muito pouco o espaço físico das bibliotecas, uma vez que 63,1% dos (as) pesquisados (as) assinalaram que não utilizam ou que as utilizam no máximo uma vez por semana.

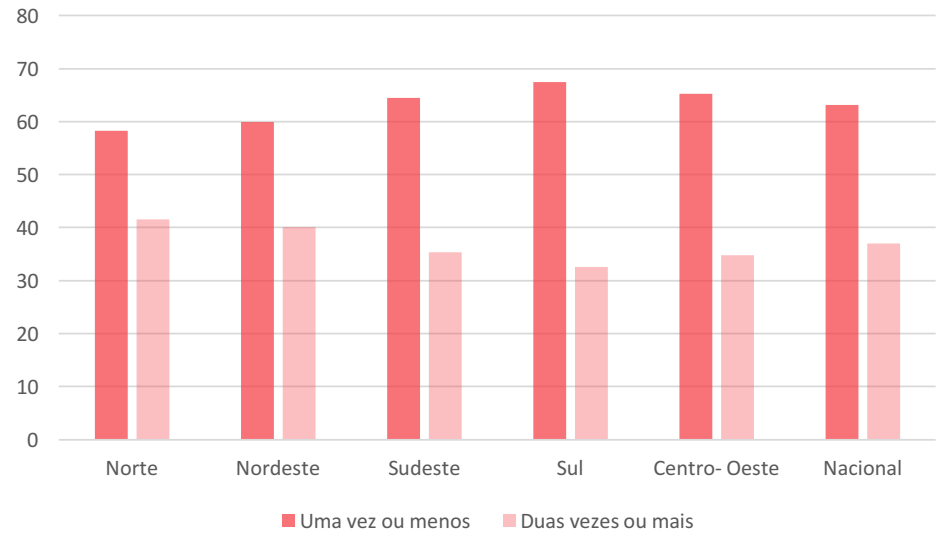
Tabela 4-17: Graduandos (as) por a frequência de uso da biblioteca, segundo a região geográfica de *campus* (em %) - 2018

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nacional
Não utilizo	20,7	19,6	22,1	22,5	25,1	21,6
Menos do que uma vez	18,6	21,8	24,4	26,4	23,3	23,2
Uma vez	19,0	18,5	18,0	18,5	16,8	18,3
Duas ou três vezes	30,0	29,2	25,5	23,8	24,4	26,7
Quatro ou mais vezes	11,6	10,9	9,9	8,8	10,4	10,3
Total	100,0*	100,0	100,0*	100,0	100,0	100,0**

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
* Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 99,9%.
** Em virtude do arredondamento necessário à padronização das casas decimais, a somatória dos percentuais seria 100,1%.

A Tabela 4-17 e o Gráfico 4-5 mostram também que a frequência de utilização do espaço físico da biblioteca difere segundo a região. É maior nas regiões Norte e Nordeste relativamente às demais regiões. Considerando a assiduidade, 41,6% dos (as) pesquisados (as) que estudam no Norte frequentam "duas vezes ou mais" por semana a biblioteca. No Nordeste o mesmo percentual é de 40,1%. O Sudeste e Centro-Oeste apresentam percentuais próximos: 35,4% e 34,8%, na mesma ordem. O Sul apresenta o menor percentual de uso regular da biblioteca: 32,6%.

Gráfico 4 -5: Graduandos (as) por frequência de uso do espaço físico da biblioteca, segundo região geográfica de *campus* (em %) – 2018

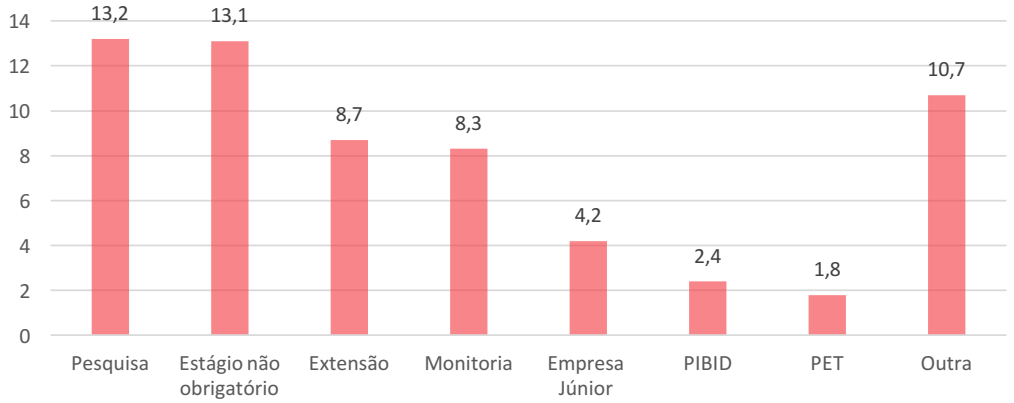


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

As questões seguintes buscaram revelar a presença de estudantes nos diversos programas ou atividades acadêmicas, entre os quais: empresas-júnior, monitorias em disciplinas, PIBID, estágios não obrigatórios extracurriculares, atividades de extensão, pesquisa e Programas de Educação Tutorial (PET). O Gráfico 4 6 traz uma síntese das respostas.

Observa-se uma incidência maior de estudantes participando em atividades de pesquisa (13,2%), de estágio não obrigatório (13,1%), de extensão (8,7%) e de monitorias em disciplinas (8,3%). E ainda 10,7% afirmaram participar de outros programas. Ao se agregar o total de estudantes que participa de pelo menos uma atividade ou programa acadêmico, tem-se que 45,1% dos (as) entrevistados (as) estão nesta condição, contra 54,9% que declararam não terem participação nos mesmos. Cabe ressaltar que há estudantes que participam de mais do que um programa (17,3%). Entre as estudantes do sexo feminino o percentual daquelas que participam de programas acadêmicos é de 46,7%; entre os graduandos do sexo masculino é de 43,2%. ►

Gráfico 4-6: Participação em atividades ou programas acadêmicos (em %) – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Quando o recorte utilizado observa a autodeclaração de cor ou raça, somente estudantes de cor branca estão sobrerepresentados (as) nas atividades ou nos programas acadêmicos, uma vez que são 43,3% da população discente das IFES, mas correspondem a 47,2% das vagas. Ou seja, para as oportunidades que a universidade reserva para uma formação qualificada, há uma ocupação mais do que proporcional do grupo racial dominante. Entre os (as) graduandos (as) que estudam no Sudeste, 50,2% participam de programas acadêmicos. No Sul este percentual é de 49,4%. Os estudantes de instituições do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte apresentam os menores percentuais de participação em programas ou atividades acadêmicas: 44,4%; 40,9% e 37,7%, respectivamente.

Por outro lado, tomando-se somente o contingente dos que participavam de atividades ou programas, tem-se que, para 53,4% destes, a participação era remunerada de alguma forma. Eram remunerados (as) 51,9% do sexo masculino e 54,6% das estudantes do sexo feminino que participavam de atividades ou programas acadêmicos.

Em quase todas as regiões, exceto no Centro-Oeste, mais da metade dos (as) estudantes que participavam de atividades ou programas acadêmicos recebiam remuneração: no Sul, 55,5%; Norte, 54,5%; Sudeste, 54,1%; Nordeste, 52,7% e Centro-Oeste, 48,3%.

Finalmente, questionados quanto à participação de programas de mobilidade estudantil, a grande maioria (96,3%) respondeu negativamente, contra 2,4% que participaram de programas de mobilidade internacional e 1,3% que fizeram parte de programas de mobilidade nacional. Regionalmente as diferenças são pequenas, no Centro-Oeste 97,1% dos estudantes não participaram de programas de mobilidade, no Nordeste este percentual é de 97,0%, no Norte é de 96,5%, no Sudeste é de 95,6% e Sul de 95,7%.

Ao se isolar o público participante dos programas de mobilidade (N=44.326), vê-se que a distribuição dos estudantes de acordo com a autodeclaração de cor ou raça muda entre os programas nacionais e internacionais.

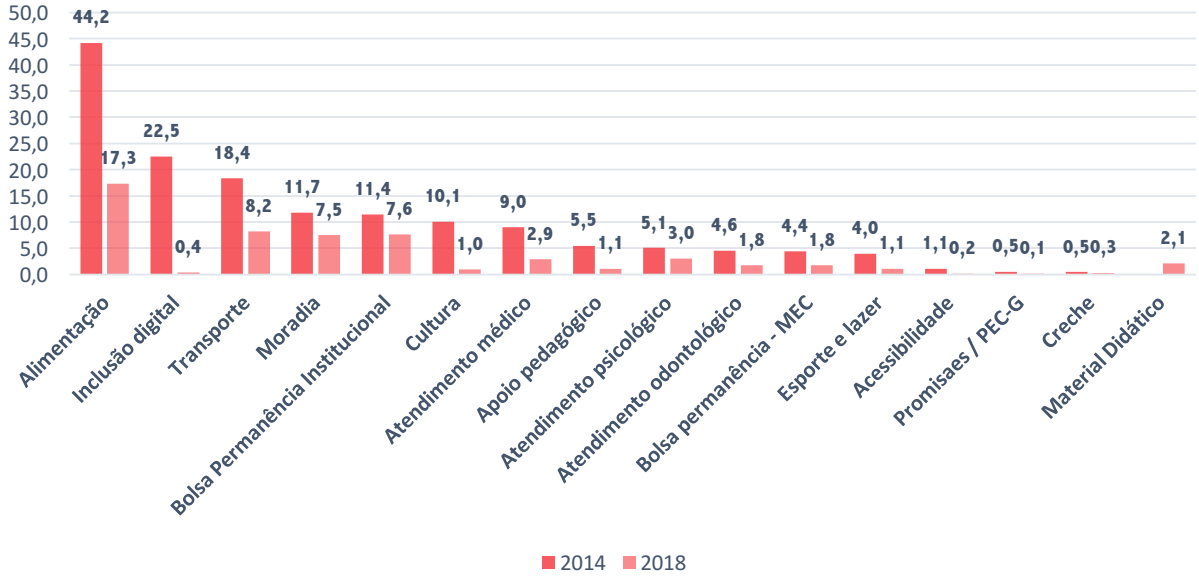
Para a mobilidade nacional todos os agrupamentos não brancos estão sobrerepresentados e o branco subrepresentado, pois este corresponde a 43,3% da população discente das IFES, mas participam numa proporção menor deste programa, alcançando 34,7%. A relação se inverte quando o foco recai sobre a mobilidade internacional, pois lá estudantes que se autodeclaram brancos (as) são 62,2%.

Ainda sobre a mobilidade, chama a atenção a diferença entre as médias da renda familiar *per capita* dos estudantes que participaram do programa internacional e do total dos estudantes, pois a renda do primeiro grupo é praticamente o dobro.

Observa-se, assim, que a participação dos estudantes em atividades ou programas acadêmicos, com ou sem remuneração, ou de mobilidade declinou entre 2014 e 2018. Em 2014 quase 60,0% dos estudantes afirmaram participar de atividades de natureza acadêmica (45,1% em 2018), entre os quais 65,8% eram remunerados (53,4% em 2018). Dos programas de mobilidade participaram, em 2018, 3,7% dos estudantes; em 2014 participaram 4,4%. Ao que parece, a oferta de programas acadêmicos e de mobilidade não acompanhou o ritmo de crescimento das matrículas nas instituições federais.

Uma vez questionados se haviam feito uso de alguma ação ou programa referente à assistência estudantil, 30,0% respondeu positivamente. O Gráfico 4-7 traz as respostas para algumas modalidades específicas componentes de programas assistenciais estudantis.

Gráfico 4-7: Graduandos (as) segundo a participação em ações e programas de assistência estudantil (em %) – 2014 e 2018



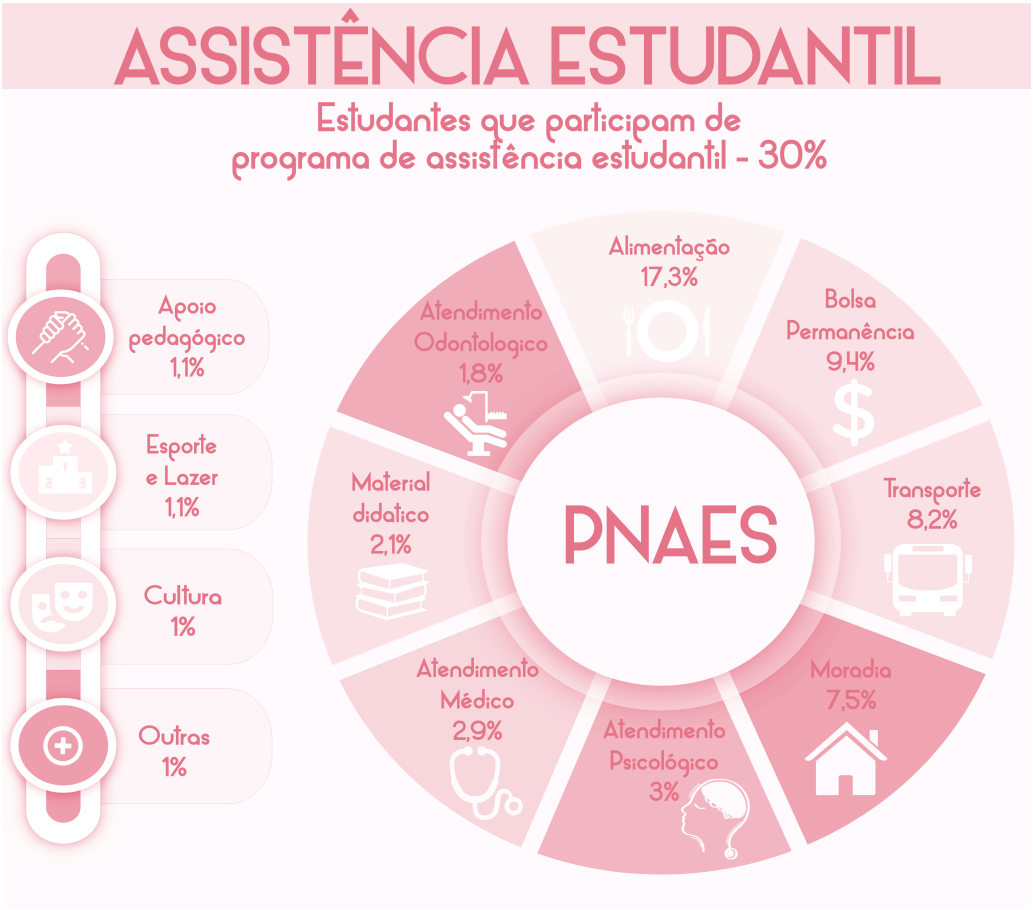
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
FONAPRACE/ANDIRES, 2016.
* Para o item material didático foi formulada pergunta na V Pesquisa, todavia este mesmo item não constou da IV.

No universo da assistência estudantil, os serviços, ações ou programas mais utilizados foram, por ordem decrescente: alimentação (acesso aos restaurantes universitários, com ou sem bolsa ou auxílio financeiro), com 17,3% de estudantes respondendo "sim"; transporte (via bolsa, isenções ou auxílios financeiros), com 8,2%; bolsa permanência da instituição, com 7,6%; e moradia (acesso à moradias estudantis, a bolsas ou auxílios financeiros), com 7,5% de respostas positivas.

Dignos de nota são também os acessos a atendimento psicológico (3,0%) e médico (2,9%), sempre via garantia de atendimento gratuito ou por meio de bolsas ou auxílio financeiro correspondente. O empréstimo de material didático (como calculadoras, instrumental odontológico, instrumentos musicais etc.) é usufruído por

2,1% dos estudantes. Serviços e ações de apoio pedagógico são usufruídos por 1,1%, esporte e lazer por 1,1%, Cultura 1,0% e Outras atividades por 1,0%, conforme a Figura 4-1.

Figura 4-1: Perfil dos (as) estudantes que participam da assistência estudantil - 2018



Relativamente à IV Pesquisa, todos os programas e ações no campo da assistência estudantil apresentaram queda da cobertura, isto é, em todos os programas os percentuais de estudantes atendidos em 2018 são inferiores aos aferidos em 2014.

Destaque para as ações de inclusão digital, que atendiam 22,5% dos estudantes em 2014 e praticamente desapareceram em 2018, com apenas 0,4% de graduandos (as) atendidos.

Vale mencionar que do total de estudantes que se declararam deficientes, apenas 2,9% foram assistidos por alguma ação específica da universidade, tais como acesso às tecnologias assistidas, apoio financeiro, tutoria, monitoria, intérprete, bolsas ou auxílio financeiro.

Entre 2014 e 2018 dois fatores caminharam na direção oposta e podem explicar a queda importante na cobertura das ações de assistência estudantil. Como se pode ver na Introdução, os recursos destinados ao PNAES foram crescentes até o orçamento de 2016. Para 2017 e 2018 foram observadas reduções nos valores nominais, 4,1% e 3,1% respectivamente. Mais do que isto, se levarmos em consideração que a extinção de alguns

programas governamentais como o INCLUIR[40] produziu sobrecarga às políticas de permanência e que a inflação nos anos de 2016 (que deveria ser reposta em 2017) foi de 6,3% e a de 2017 ficou em 3,0%, pode-se estimar uma redução real de R$ 197 milhões de reais. Este movimento de contração do financiamento foi acompanhado, pari passu, pela consolidação da democratização do acesso às IFES via sistema de cotas, tal como já foi apresentado neste relatório. Em síntese, com redução do financiamento seria natural que os indicadores de cobertura fossem severamente atingidos.

Considerando a participação em programas de assistência estudantil segundo o sexo, nota-se que a participação feminina é mais elevada do que a masculina: 32,1% contra 27,5% (Tabela 4-18). É assim em quase todos os programas e ações, exceto em programas de apoio à moradia, a prática de esporte e lazer[41], apoio à deficiência, inclusão digital[42] e Promisaes/PEC-G[43].

Tabela 4-18: Graduandos (as) por sexo, segundo a participação em ações e programas de assistência estudantil (em %) - 2018

Programa/ação	Feminino	Masculino
Alimentação	17,6	16,9
Moradia	7,1	7,9
Atendimento psicológico	3,6	2,3
Apoio pedagógico	1,2	0,9
Atendimento médico	3,6	2,1
Atendimento odontológico	2,0	1,5
Transporte	9,1	7,0
Creche	0,5	0,1
Esporte e lazer	1,1	1,1
Cultura	1,0	0,9
Deficiência	0,1	0,2
Inclusão digital	0,4	0,4
Promisaes/PEC-G	0,0	0,1
Bolsa permanência – instituição	8,3	6,8
Bolsa permanência – MEC	2,0	1,6
Material didático	2,4	1,7

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A Tabela 4-19 mostra o percentual de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil segundo as regiões geográficas dos *campi* em que estudam. Nota-se que a cobertura dos programas varia significativamente nas distintas regiões, sendo que no Norte e no Centro-Oeste o percentual de estudantes atendidos é quase sempre menor em relação às demais regiões. ►

40 O Programa INCLUIR se responsabilizava por financiar as políticas de acessibilidade nas IFES e seu orçamento se aproximava a 1,5% do orçamento do PNAES. Uma vez extinto, suas ações foram transferidas para a assistência estudantil, todavia sem orçamento.
41 Que consiste na concessão de bolsa, de auxílio financeiro para participação em atividades, na aquisição de materiais ou atividades de esporte e lazer oferecidas pela instituição.
42 Programas que viabilizem acesso a dispositivos como computadores, tablets ou cursos, bolsas ou auxílio financeiro.
43 Programa de bolsas para estudantes estrangeiros.

Tabela 4-19: Graduandos (as) por região geográfica de *campus*, segundo a participação em ações programas de assistência estudantil (em %) - 2018

Programas/ações	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nacional
Alimentação	9,3	14,4	18,4	26,0	17,3	17,3
Moradia	4,2	7,8	8,0	10,6	4,2	7,5
Atendimento psicológico	1,9	2,5	3,9	4,1	1,7	3,0
Apoio pedagógico	0,8	1,0	1,1	1,9	0,3	1,1
Atendimento médico	2,0	3,3	3,7	2,8	0,6	2,9
Atendimento odontológico	0,9	1,7	2,5	2,2	0,5	1,8
Transporte	6,0	5,3	10,2	12,1	6,5	8,2
Creche	0,6	0,4	0,2	0,4	0,1	0,3
Esporte e lazer	0,6	0,8	1,6	1,3	0,9	1,1
Cultura	0,5	0,6	1,4	1,5	0,6	1,0
Deficiência	0,3	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Inclusão digital	0,4	0,5	0,4	0,5	0,1	0,4
Promisaes/PEC-G	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Bolsa permanência – instituição	7,8	5,6	9,0	8,4	7,7	7,6
Bolsa permanência - MEC	3,5	1,8	1,4	1,4	1,9	1,8
Material didático	0,9	0,8	3,3	3,8	0,6	2,1

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O programa de alimentação alcança o maior percentual de estudantes em todas as regiões, com destaque para as instituições do Sul que atendem 26,0% dos pesquisados que estudam naquela região. De outro lado o Norte distingue-se por apresentar o menor percentual de estudantes atendidos: 9,3%. No transporte as duas regiões novamente se destacam. Enquanto no Sul 12,1% dos estudantes são atendidos, no Norte o percentual é 6,0%.

As bolsas de permanência institucionais ocupam o terceiro lugar entre os programas ou ações mais utilizados. Neste caso, saem de cena o Norte e o Sul e entram o Sudeste e o Nordeste, com 9,0% e 5,6%, na mesma ordem, de estudantes atendidos.

Sabe-se que as ações e programas de assistência estudantil são dirigidas aos (às) graduandos (as) oriundos (as) de famílias com baixo poder aquisitivo. Os dados da V Pesquisa de Perfil mostram que, de fato, a renda *per capita* familiar média dos estudantes que participam de algum programa assistencial na universidade equivale a pouco menos da metade da renda *per capita* familiar média dos que não são atendidos[44].

Dentre estudantes que possuem renda *per capita* familiar mensal de "até meio SM", 47,4% estão cobertos (as) por ações da assistência estudantil. Para aqueles (as) com renda de "mais de meio até 1 SM" o percentual de cobertura é de 36,8% e com renda de "mais de 1 até 1 e meio SM" é de 21,9%. Da mesma forma, a proteção social desenvolvida pela política de permanência estudantil atende 40,9% dos (as) cotistas[45].

A cobertura atinge 35,0% dos (as) estudantes com deficiência, 29,8% de quem tem um (a) filho (a), 35,7% de quem participa de programas atividades acadêmicas, 31,6% de quem tem dificuldades estudantis interferindo no desempenho acadêmico e 31,7% de quem tem dificuldades emocionais também agindo negativamente sobre o desempenho acadêmico.

Os dados confirmam que a assistência estudantil prioriza casos de maior vulnerabilidade, no entanto,

44 A renda *per capita* familiar média dos estudantes que participam de programas de assistência estudantil é R$ 777,19; e dos que não participam é R$ 1.564,90.

45 Sendo 54,6% dos (as) cotistas de renda, 50,9% dos (as) cotistas PPI e renda, 42,0% dos (as) cotistas de deficiência e renda, 38,1 dos (as) cotistas de deficiência, PPI e renda, 27,1% dos (as) cotistas PPI, 33,3% dos (as) cotistas de deficiência e 26,8% dos (as) cotistas de deficiência PPI.

ainda em proporção de cobertura insuficiente para o atendimento de uma quantidade razoável do público-alvo.

►

Figura 4-2: Perfil de cotistas - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (

05
ITINERÁRIOS ESTUDANTIS E CAPITAL CULTURAL

5.1 O ATIVISMO

A boa formação universitária em sua amplitude responde àquilo que seriam as finalidades do ensino superior, tal como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996). Ou seja, espera-se que o ensino superior seja bem sucedido quando seu corpo discente participa ativamente da criação cultural, do pensamento reflexivo, do desenvolvimento da sociedade brasileira, da divulgação da ciência e da produção de conhecimento sobre sua realidade local e mundial. Esta missão pode ser desenvolvida, entre outras, por meio da participação política da vida social, em movimentos sociais e associações.

Pode-se constatar que a proporção de estudantes que participam de movimentos e associações é pequena. Não parece se tratar de um retrato específico o padrão de ativismo universitário, afinal em estudo realizado com estudantes em 2013, com idade entre 15 e 29 anos, já era possível perceber que a adesão às formas de participação ora observadas não interessava a boa parte do corpo discente. As autoras se valeram da Pesquisa Agenda Juventude Brasil (Observatório Participativo da Juventude – Participatório), organizada pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), órgão da Secretaria Geral da Presidência da República, para atestar que

"Os jovens reconheciam a importância da institucionalidade partidária – afinal, 30% consideraram que os partidos são formas importantes de promover mudanças –, mas, ao mesmo tempo, 80% dos jovens nunca participou nem gostaria de participar de um partido político, e esta é a forma associativa mais rejeitada de uma lista de 15 possibilidades. As formas organizacionais genéricas, ou seja, não orientadas claramente para uma causa tais como "entidades e movimentos por alguma causa" ou "cooperativa", também não entusiasmam os jovens como possíveis espaços para sua atuação: 81% e 74%, respectivamente, respondeu que nunca participou nem gostaria de participar delas" (CORROCHANO; DOWBOR; JARDIM, 2018).

Não obstante tal constatação, a vida universitária tem sido importante espaço de estímulo à busca da autonomia e independência, bem como da afirmação de identidades (SPOSITO; TARÁBOLA, 2016), fatores considerados relevantes para o engajamento de discentes em ações organizadas e coletivas.

Quando perguntados (as) se participam de movimentos e organizações[46], 28,4% dos (as) estudantes das IFES responderam afirmativamente, enquanto, em 2014, este percentual era de 27,4%[47]. Note-se que o ativismo dos (as) estudantes das IFES não sofreu grande abalo mesmo a partir dos desdobramentos do impedimento presidencial em 2016 e do crescimento dos movimentos de direita no país.

De acordo com os dados da V Pesquisa, o chamado ativismo não parece ser sensível ao ano de ingresso, ao sexo, ao ingresso pelas cotas, à região em que o *campus* está instalado e à faixa etária. No entanto, outras variáveis parecem interferir no percentual de participação em movimentos e organizações. Destaca-se a cor ou raça[48], a origem escolar[49], a participação em programas acadêmicos (35,0%), a participação de programas de assistência estudantil (33,4%), a presença de mães com níveis educacionais mais elevados (destaque para pós-graduação com 35,9%), a área do conhecimento[50] e o IDHM muito baixo (42,1%) ou muito alto (30,9%). Por sua vez, também chama a atenção o fato de o ativismo ser mais frequente entre aqueles (as) discentes com

46 A questão 29 perguntava: "Você participa de quais dessas organizações?"

47 A comparação com a questão 29 do atual questionário só pode ser feita com a IV Pesquisa, pois as versões anteriores não indagavam acerca da participação em movimentos e organizações.

48 Como pretos quilombolas (44,0%), pretos não quilombolas (35,5%), indígenas aldeados (46,1%) e indígenas não aldeados (41,2%).

49 Estudantes originários (as) de escolas públicas são maioria na população alvo e entre ativistas, mas estão em número menor no segundo caso, o que mostra certa sub-representação. A sobrerepresentação ocorre para aqueles (as) que estudaram em escolas particulares durante todo ou parte do ensino médio.

50 Menor para Ciências Exatas e da Terra (20,1%) e maior para Ciências Humanas (35,4%) e Linguística, Letras e Artes (34,4%).

trajetória no ensino privado com bolsa, isto é, com condição de vulnerabilidade socioeconômica, mas vinculados às instituições privadas com subsídio. O ativismo universitário tende a ser mais frequente entre discentes pretos (as) e indígenas, que estudaram em escolas particulares de ensino médio, participantes de programas acadêmicos, de assistência estudantil, nas áreas de Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

Não se tem como novidade o fato da participação discente em atividades e programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, bem como sua cobertura por programas de assistência estudantil, serem associados a maiores índices de conclusão e menores índices de evasão, tal como se comprova pelo Censo da Educação Superior (INEP, 2017). Todavia, uma novidade importante aqui apresentada aponta que ambos os programas também estão associadas à maior participação política, permitindo adiantar a constatação de que uma formação mais ampla e qualificada parece estar ligada à aproximação entre os três elementos. Talvez a justaposição que aqui se faz entre participação política e qualidade da formação possa levar a entender porque estudantes envolvidos com movimentos e associações estão, em valores relativos, mais interessados em ingressar na pós-graduação (53,7% contra 45,5%) comparativamente aos não ativistas e menos interessados em ingressar no mercado de trabalho assim que terminarem o curso de graduação (51,5% contra 54,9%).

Note-se como a imagem cristalizada no senso comum, que aponta para ativistas como discentes que protelam sua conclusão de curso e perfazem trajetórias de baixo rendimento acadêmico, neste momento encontra-se em xeque.

Ainda mais quando se observa o volume de trancamentos em comparação com os não ativistas. Percebe-se que ativistas trancam menos matrícula quando a razão é trabalho (20,1% contra 23,0%), insatisfação com o curso (10,9% contra 11,3%), maternidade (3,4% contra 5,1%) e dificuldade de aprender (7,2% contra 8,3%), mas trancam mais quando a razão é saúde (19,5% contra 16,3%) ou impedimento financeiro (11,7% contra 9,7%).

Por pressuposto, a atividade militante exercita a participação e o posicionamento discente diante das mais diferentes situações vividas dentro e fora da universidade. Em uma sociedade diversa, com fortes marcas de desigualdade (OXFAM, 2017), há uma tendência de que o ativismo desague em situações conflituosas. Parte delas pode ocorrer dentro da sala de aula, com reações de docentes ao perfil ativista. A pesquisa parece confirmar esta suposição na medida em que dez pontos percentuais separam um ativista vítima de assédio moral docente (24,0%) de um não ativista vítima de assédio moral docente (14,0%). Vale também ponderar que estudantes ativistas podem ter uma percepção mais aguçada e senso crítico sobre a atitude dos professores.

Um traço preocupante do perfil do (a) ativista universitário (a) diz respeito às dificuldades emocionais e sociais operando sobre seu desempenho acadêmico (Tabela 5-1). Entre as variáveis ansiedade, medo ou pânico, ideação de morte, pensamento suicida, violência física, sexual e psicológica, problemas nos relacionamentos sociais, familiares e dificuldades financeiras, em todas elas discentes associados a movimentos apresentam quadros mais agravados. Tudo isso pode indicar que as tensões e situações típicas da vida militante pode produzir contato maior com estressores, violências e conflitos cujos impactos podem ser sentidos do desempenho acadêmico. ►

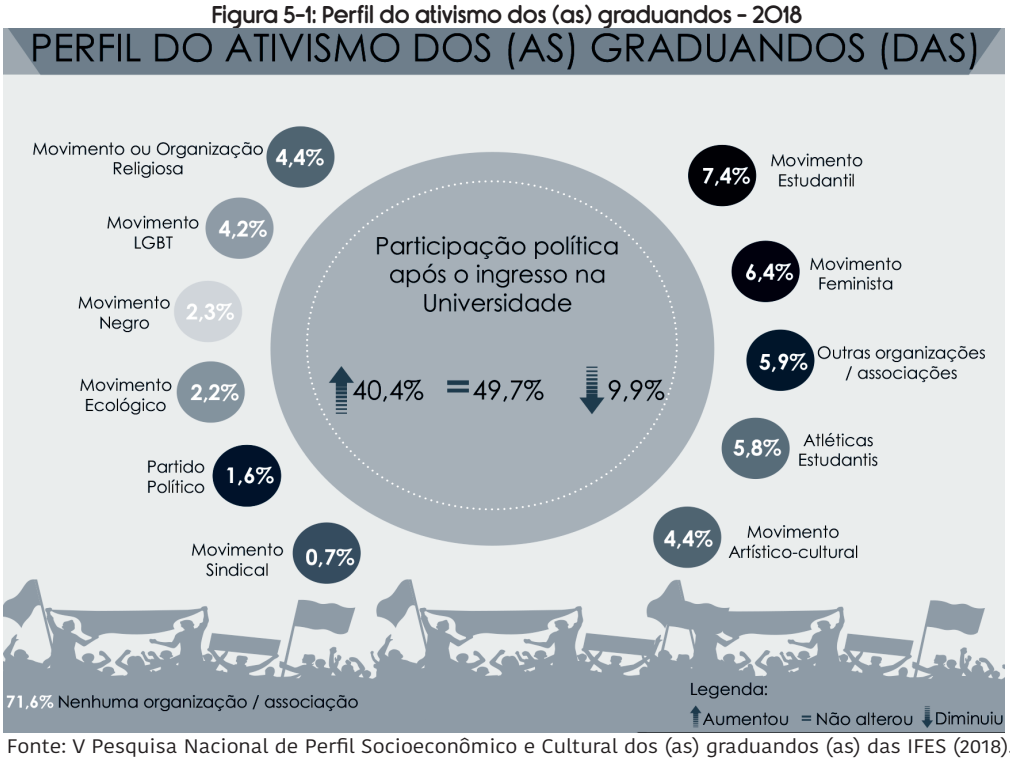
Tabela 5-1: Graduandos (as) e estudantes ativistas segundo dificuldades emocionais - 2018 (em %)

Dificuldades emocionais	Todos os (as) estudantes	Ativistas
Ansiedade	63,6	69,0
Tristeza persistente	22,9	28,0
Timidez excessiva	16,2	14,7
Medo/pânico	13,5	16,9
Insônia/alterações no sono	32,7	40,0
Desamparo/desespero	28,2	35,0
Desatenção/desorientação/confusão mental	22,1	28,0
Problemas alimentares	12,3	16,7
Desânimo/desmotivação	45,6	51,9
Solidão	23,5	29,5
Ideia de morte	10,8	14,5
Pensamento suicida	8,5	11,7

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Ao observar o perfil de estudantes engajados (as), também foi possível fazer a discriminação por tipo de engajamento. Como era possível assinalar mais do que uma opção no questionário, conclui-se que os (as) militantes se desdobram em mais do que uma frente de atuação pois a soma dos percentuais de estudantes atuantes em cada movimento ou organização é 45,3%, enquanto o percentual de estudantes que participam de ao menos uma atividade é 28,4%. Hierarquizando as preferências por ordem decrescente ter-se-ia a participação no Movimento estudantil (7,4%), no Movimento feminista (6,4%), em Associações Atléticas (5,8%), no Movimento artístico-cultural e em Organização religiosa (4,4%), no Movimento LGBTT (4,2%), no Movimento negro (2,3%), no Movimento ecológico (2,2%), nos Partidos políticos (1,6%) e no Movimento sindical (0,7%) Há ainda discentes que responderam participar de Outras organizações (5,9%) (Figura 5-1).

Figura 5-1: Perfil do ativismo dos (as) graduandos - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A pesquisa conseguiu captar a presença importante dos movimentos identitários (gênero, LGBTT e negro) que se desdobram em um sem número de coletivos, cuja organização menos tradicional tem se espraiado pela militância estudantil. Também captou com significância a presença de participação em associações atléticas que, via de regra, apresentam uma capacidade organizativa direcionada para a articulação de atletas e eventos, dispensando poucos esforços para o ativismo de conteúdo contestador ou crítico.

Ainda que reduzida a patamares inferiores a 7,5%, de forma comparada, o movimento estudantil é, dentre as alternativas sugeridas, aquela que agrega a maioria relativa dos engajamentos. Para além do simples volume, ele merece destaque especial pela sua natureza, afinal

> **"O movimento estudantil é e foi um espaço de atuação que permite à juventude uma percepção de que os problemas brasileiros podem ser discutidos e enfrentados, e não simplesmente sofridos ou ignorados" (PAULA, 2003).**

De todos os movimentos e associações, este está diretamente ligado às questões da educação superior. Tomando a série histórica das pesquisas anteriores, a participação estudantil oscilou para o volume de militância, apresentando decrescimento até 2010 (11,1%, 7,0%, e 5,8% respectivamente), retomada do crescimento em 2014 (9,6%) e nova queda em 2018 (7,4%). Mesmo representando um momento de menor expressão em relação a outros, é possível dizer que hoje se tem um patamar intermediário de engajamento no movimento estudantil desde a primeira pesquisa realizada em 1996.

Curiosamente é possível observar a variação negativa na série histórica também do movimento ecológico. De 1996 até os dias de hoje, registra-se uma tendência de decréscimo do ativismo ambientalista nas IFES. Na primeira pesquisa, havia 7,3%, caindo em 2003 para 7,1%, com nova queda em 2010 para 4,5%, para, enfim, chegar ao seu menor patamar em 2014 quando atingiu 2,1%, praticamente replicado na atual versão com 2,2%.

Para os demais movimentos, a ausência de parâmetro histórico impede o cotejamento.

5.2 AS FONTES DE INFORMAÇÃO

Para quaisquer Instituições Federais de Ensino Superior deve interessar conhecer qual é a principal fonte de informação de seu público discente. Uma vez conhecida, pode-se optar por meios mais eficazes sem dispersar esforços e recursos para garantir acesso à informação e comunicação institucional eficaz. Por se tratar de uma geração jovem predominantemente na faixa-etária entre 18 a 24 anos, supõe-se que os meios eletrônicos sejam preferidos. E é acertada tal suposição. Em pesquisa publicada pela CEPAL em 2018 pode-se perceber a força das mídias eletrônicas como fonte de informação. Diferentemente da pesquisa que resultou neste Relatório, aquela da CEPAL utilizou questionários em que entrevistados (as) poderiam marcar mais de uma alternativa e cobriram vários países da América Latina buscando conhecer o perfil do uso da rede mundial de computadores para pessoas em duas faixas etárias, até trinta anos e mais do que trinta. Um dos resultados a que chegou aponta que

> "(...) não se pode negar que as redes sociais são como um canal através do qual os jovens se informam sobre, entre outras coisas, os assuntos políticos. (...), depois da televisão, as redes sociais estão em segundo lugar entre os meios que os jovens latino-americanos usam para se informar, diferentemente dos mais adultos, para os quais a rádio está em segundo lugar, também depois da televisão" (MURDEN; CADENASSO, 2018).

Entretanto, aquilo que a V Pesquisa captou parece ainda mais intenso, afinal quase 87,0% se informa por meio de mídias eletrônicas, sejam jornais, revistas ou portais de notícias (46,7%), mídias alternativas como blogs, canais de youtubers (14,1%) ou redes sociais como o Twitter ou o Facebook (26,1%). Resta muito pouca audiência para a Televisão (5,6%), a mídia impressa (1,5%) ou para o rádio (0,8%). Por fim, 5,1% dos (as) estudantes se utilizam "outras fontes" de informação.

Como era de se esperar, na seriação histórica a audiência das mídias eletrônicas é tendencialmente crescente. Ainda que não se tenha disponibilizado essa alternativa de resposta em 1996, a partir de 2003, quando representavam 24,3% do total, poderemos registrar seu crescimento consistente e inapelável pelos anos de 2010 (70,4%) e 2014 (90,4%). Este, aliás, foi o maior percentual alcançado até o momento, superando até mesmo os valores da V Pesquisa. Nesta última, ao que tudo indica, a opção "outras fontes" retirou parte do percentual que alimentava o volume das mídias eletrônicas, ocasionando uma suave redução em seu percentual. Para as demais mídias tradicionais, o enxugamento foi intenso, seja para o rádio (sem a pergunta para o ano de 1996, mas os seguintes valores para os respectivos anos: 2,7%, 1,1%, 0,53% e 0,8%), para a mídia impressa (43,8%, 16,9%, 3,8%, 1,9% e 1,5%) e para a Televisão (55,1%, 56,1%, 22,1%. 5,7% e 5,6%).

Para quem se declara do sexo feminino, a audiência à TV (61,3%) e o uso das redes sociais (62,7%) é mais do que proporcional à sua participação na população. Já para quem indica o sexo masculino o destaque fica para a mídia eletrônica formal (49,6%), a mídia alternativa (51,0%) e o rádio (54,6%).

A distribuição dos (as) estudantes segundo cor ou raça pelas fontes de informação respondeu de forma muito semelhante à distribuição demográfica na população, com algumas exceções (Tabela 5-2). Ressalva deve ser feita à audiência televisiva em que os pardos (as) (45,7%), pretos quilombolas (1,4) e indígenas aldeados (as) (1,5%) estão acima do respectivo percentual global, enquanto brancos (36,4%) estão abaixo.

A respeito de indígenas aldeados (as) e de pretos (as) quilombolas, destaque deve ser dado ao fato de não termos encontrado grande diferença de seu recurso às fontes eletrônicas que exigem acesso à rede mundial de computadores. Esta preocupação estava em nosso horizonte desde o início da coleta dos dados, uma vez que o processo de preenchimento do questionário foi totalmente eletrônico, o que poderia trazer dificuldades para as populações que vivem em aldeadas ou em remanescentes de quilombos[51]. Não obstante tais dificuldades ocorram nas aldeias e quilombos, estes estudantes podem ter acesso à *internet* no período em que estão nas IFES.

Tabela 5-2: Graduandos (as) por principal fonte de informação, segundo cor ou raça - 2018 (em%)

	Mídia Eletrônica Formal	Mídia Eletrônica Alternativa	Redes Sociais	Mídia impressa	Rádio	Televisão	Outros	Total
Amarela	2,1	2,2	2,2	2,4	1,8	2,0	2,4	2,1
Branca	43,7	42,7	45,9	39,7	45,6	36,4	36,8	43,3
Parda	39,1	39,3	37,6	40,5	33,0	45,7	40,9	39,2
Preta - quilombola	0,8	0,9	0,8	1,5	1,3	1,4	1,4	0,9
Preta - não quilombola	11,2	11,4	10,6	12,3	11,4	11,3	10,7	11,1
Indígena aldeado	0,3	0,3	0,4	0,8	1,5	0,9	0,7	0,4
Indígena não aldeado	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,6	0,7	0,5
Sem declaração	2,3	2,7	2,0	2,3	4,7	1,8	6,4	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Por seu turno, o critério de renda não parece ser relevante para definir o uso das fontes de informação. O que se observa na Tabela 5-3 é que quanto mais alta a faixa de renda familiar *per capita* maior o percentual de estudantes que se utilizam das mídias eletrônicas formais, o mesmo valendo para o rádio.

Tabela 5-3: Percentual de graduandos (as) segundo uso de fontes de informação, por faixa de renda familiar *per capita* - 2018

	Mídia Eletrônica Formal	Mídia Eletrônica Alternativa	Redes Sociais	Mídia impressa	Rádio	Televisão	Outros	Total
Até 1 e meio SM	45,9%	14,3%	26,1%	1,6%	0,7%	6,0%	5,4%	100,0 %
Mais de 1 e meio a 3 SM	48,5%	13,6%	26,8%	1,3%	0,9%	4,8%	4,2%	100,0 %
Mais de 3 SM	50,5%	13,3%	25,5%	1,4%	1,2%	4,4%	3,7%	100,0 %
Total	46,7%	14,1%	26,1%	1,5%	0,8%	5,6%	5,1%	100,0 %

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Todavia, a variável faixa etária apresenta os sinais de associações mais relevantes. Discentes entre 18 e 24 anos são bem mais numerosos do que sua população (65,8%) para o uso de blogs (72,6%), Twitter e Facebook (76,1%), todavia bem menos numerosos para a mídia eletrônica formal (60,6%), em que pese o fato de ser

51 De todo modo é importante ressaltar que dobrou o número de indígenas aldeados da IV para a V Pesquisa. Eram 2.329, em 2014, chegando a 4.672 em 2018. Em relação a pretos quilombolas, o número era de 4.231, em 2014, passando a 10.747 em 2018. O contingente estudantil de pretos quilombolas cresceu cerca de uma vez e meia, ou seja 154%.Ver dados na Introdução.

eletrônica, a mídia impressa (56,6%) e radiofônica (45,8%). Já a faixa etária acima dos 24 anos (32,0%) apresenta contornos invertidos, sendo mais intensivo para as mídias eletrônicas formais (37,6%), impressa (41,4%), radiofônica (53,1%), e menos intensivo para a mídia eletrônica alternativa (24,5%) e para as redes sociais (21,4%).

Alguns marcadores de vulnerabilidade podem estar associados a algumas fontes de informação. É o que aponta, por exemplo, a distribuição dessas mídias sobre a variável IDHM em municípios onde estão localizados os *campi* com valores médios e baixos (são 1,7% e 12,2%, respectivamente, os percentuais de estudantes nos municípios de baixo e médio IDHM, mas eles representam 3,9% e 17,2% entre aqueles que são audiência televisiva).

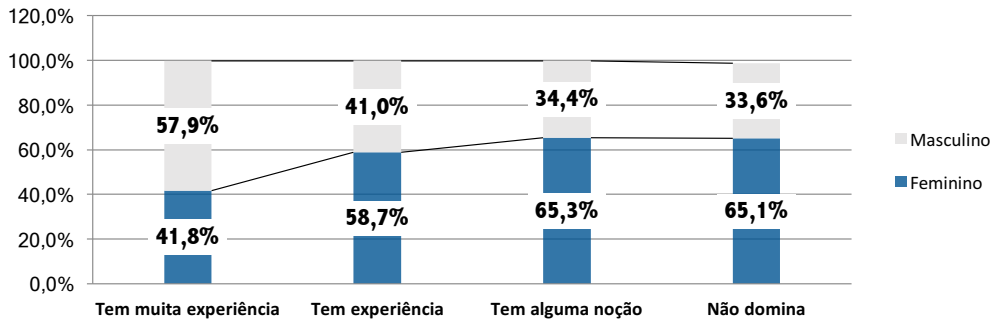
Por fim, dada a expansão do uso dos celulares e como já havia sido confirmado pela pesquisa TIC Domicílios de 2017, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2017), a maioria dos jovens de níveis de renda mais baixos acessa a rede mundial de computadores por aparelhos celulares. A V Pesquisa captou indicativos de confirmação das constatações do CETIC, pois, mesmo não tendo nenhum computador em casa (12,7% do total dos (as) pesquisados), 55,7% dos (as) estudantes que não tem computador em casa fazem uso das mídias eletrônicas como fonte de informação.

5.3 DOMÍNIO DO COMPUTADOR

O domínio sobre o manejo dos computadores é volumoso. Aproximadamente 80,0% dos (as) discentes indicam ter experiência ou muita experiência com as máquinas. Somente 19,3% diz ter alguma noção e 1,3% nenhuma noção. Em relação as pesquisas anteriores, houve um pequeno refluxo neste índice se comparado com 2014, pois lá se registrou que estudantes experientes ou muito experientes somavam 83,5%. Mas ambas versões da pesquisa superam o patamar encontrado em 2010, quando o índice alcançou 78,0%.

A variável sexo mostrou-se importante para avaliarmos o domínio sobre computadores, fundamentalmente por indicar uma desigualdade. Como se sabe, autodeclaradas do sexo feminino são 54,6% da população discente das IFES. No entanto, o Gráfico 5 1 demonstra que há uma tendência de que elas sejam desproporcionalmente mais numerosas quanto menor for o domínio das máquinas (65,3% e 65,1%, respectivamente).

Gráfico 5-1: Domínio de uso de computadores por sexo dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018

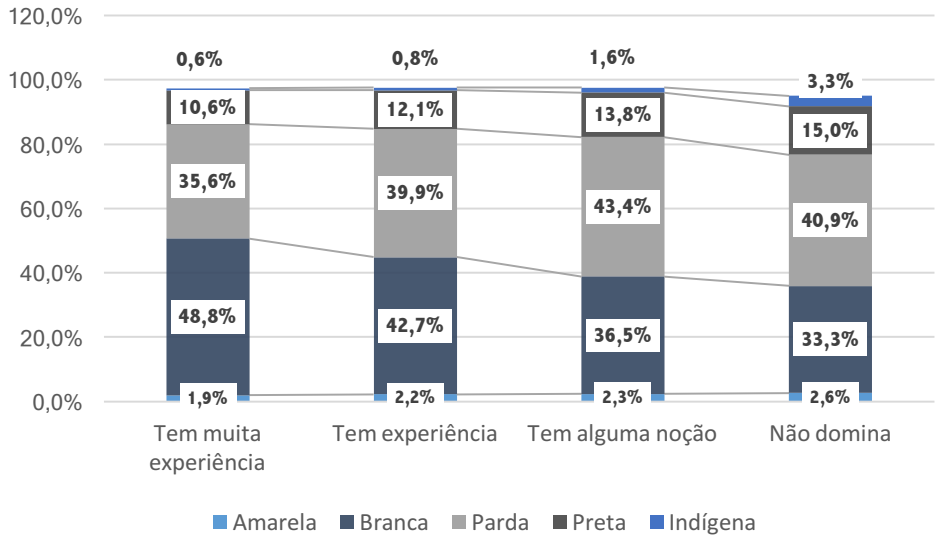


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O mesmo se pode dizer para a questão racial (Gráfico 5-2). Quanto maior for o domínio sobre o computador, maior a tendência de que pessoas autodeclaradas brancas sejam sobrerepresentadas, sendo o contrário também válido. Brancos (as) são 43,3% da população discente, mas 48,8% entre aqueles (as) que mais domínio

possuem. Pretos (as) são 12,0% da população, mas são 10,6% dos (as) que têm muita experiência e são 15% dos (as) que não dominam. Entre indígenas a desigualdade se replica, uma vez que são 0,9% da população e 3,3% entre discentes que não possuem experiência com uso de computadores.

Gráfico 5-2: Domínio de uso de computadores por cor ou raça dos (as) graduandos (as) (em %) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

O domínio e a experiência com computadores têm apontado até aqui a condição de variável sensível aos marcadores sociais de desigualdade. Para as desigualdades regionais, o indicador de qualidade de interação com computadores demonstra que as regiões Sudeste e Sul apresentam valores de participação na distribuição demográfica de nossa população relativos a 30,0% e 17,5%, respectivamente. Contudo, o percentual de discentes com muita experiência supera tais proporções alcançando para cada caso os patamares de 33,9% e 19,4% de discentes. Algumas localidades, tradicionalmente vitimadas pelas desigualdades regionais, apresentam, não obstante, percentuais próximos, como o Nordeste que possui 29,6% da população discente, mas 30,6% da população com nenhum domínio dos computadores. Todavia,12,6% dos (as) pesquisados estão na região Norte, mas o percentual de estudantes que não tem qualquer conhecimento em informática nesta região é de 20,9%.

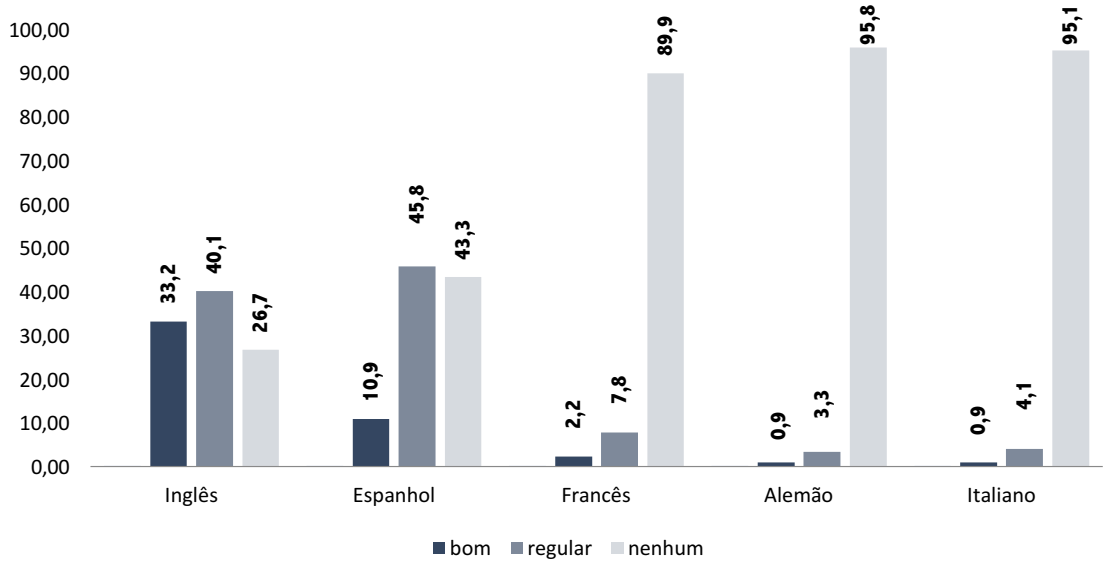
5.4 Domínio de línguas estrangeiras

No interior do ensino superior, o acesso às mais diversas línguas estrangeiras cumpre um papel estratégico seja para a instituição, seja para discentes. Para as IFES, ter estudantes com acesso e domínio de outros idiomas compõe uma condição importante do processo de internacionalização (AMORIM; FINARDI, 2017) que, por sua vez, tem sido um objetivo buscado para melhorar a qualidade, orientado e estimulado, sobretudo, pelos critérios utilizados pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e por organismos multilaterais (BRASIL; UNESCO, 2003). De acordo com José Vieira de Sousa, a preocupação com a internacionalização se justifica pelo fato de

> "a educação superior se constituir em um dos setores de grande importância no processo de adequação do projeto político nacional à nova ordem mundial e ao desenvolvimento do país, em seus mais variados setores e dimensões" (VIEIRA DE SOUSA, 2017).

Ao observar o perfil discente, extraído dos dados da V Pesquisa, a língua inglesa constitui aquela que discentes possuem maior domínio (bom para 33,2% e regular para 40,1%). São, em contrapartida, 26,7% de estudantes das IFES sem nenhum domínio desta língua. Na sequência, observam-se em ordem decrescente os domínios do espanhol (10,9% para bom e 45,8% para regular), do francês (2,2% para bom e 7,8% para regular), do italiano (0,9% para bom e 4,1% para regular) e alemão (0,9% para bom e 3,3% para regular), conforme aponta Gráfico 5-3.

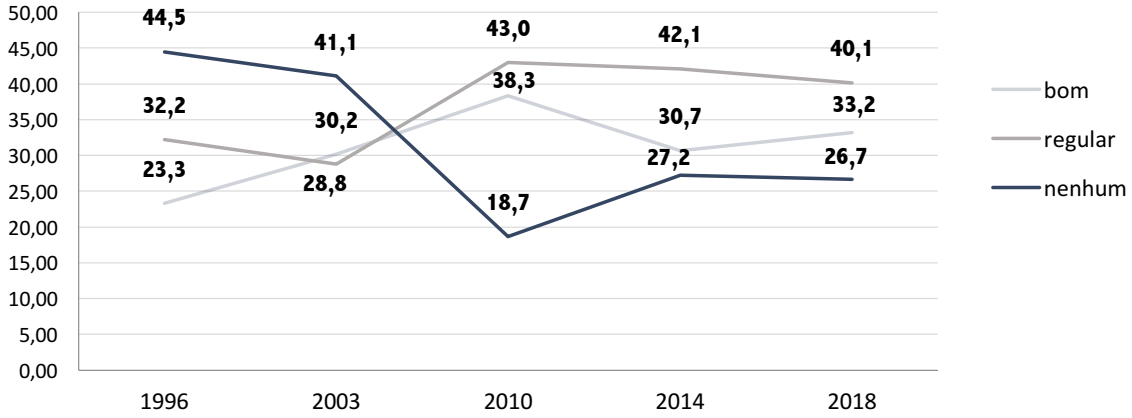
Gráfico 5-3: Domínio de línguas estrangeiras, segundo idiomas - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Esta variável que agora está em análise esteve presente em todas as versões da Pesquisa Nacional, com a distinção para as duas primeiras que desmembravam a resposta "nenhum domínio" sobre a língua estrangeira em duas, "fraco domínio" e "nenhum domínio". A partir da III Pesquisa, ambas foram fundidas. Para tornar a comparação na seriação histórica mais coerente, será utilizada a somatória das respostas. Deste modo, pode-se perceber, no Gráfico 5-4, que o grau de domínio sobre o idioma inglês apresentou movimentações distintas para cada perfil de 1996 até 2018. ►

Gráfico 5-4: Discentes das IFES, por domínio da língua inglesa – 1996 – 2018 (em %)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Observando isoladamente a manifestação de quem indicou não ter nenhum domínio sobre a língua inglesa, percebe-se a tendência de declínio, partindo do patamar de 44,5% em 1996 e chegando a 26,7% em 2018. Nota-se a tendência de incremento do bom domínio, que parte de 23,3% do público discente em 1996 para 33,2% em 2018. Isto posto, pode-se inicialmente concluir que as IFES têm assistido à ampliação do acesso de discentes ao idioma inglês, aumentando as condições de sua internacionalização.

Não obstante o crescimento dos índices acima, o acesso ao idioma não distribuído igualmente na comunidade de estudantes reproduziu desigualdades sociais e regionais. Uma vez que o processo de internacionalização das universidades federais corresponde, como se viu, a uma necessidade de responder a processos avaliativos e, muito mais importante, às necessidade de melhoria da qualidade da educação superior, deve-se ter claro que quaisquer grupos sociais alijados do acesso à língua estrangeira, principalmente o inglês, será privado consequentemente de oportunidades importantes na formação universitária.

Viu-se que os marcadores sociais de desigualdade tem impacto no domínio da língua estrangeira, em especial o inglês. Será usado como referência este idioma em detrimento dos demais em virtude de sua maior representatividade nos dados encontrados. Aquelas variáveis que se está chamando de marcadores sociais de desigualdade são sexo, cor ou raça, região em que se encontra o *campus*, faixa etária, origem escolar, renda familiar *per capita* e IDHM do Município em que se encontra o *campus*. Cada uma delas será analisada separadamente, todavia a Tabela 5 4 as reuniu para ampliar o didatismo da argumentação. ►

Tabela 5-4: Distribuição das variáveis selecionadas entre os graduandos (as) com bom domínio da língua inglesa (em %) - 2018

	Bom domínio (a)	População-alvo (b)	Diferença (a-b)	Diferença Relativa percentual (%) [(1-b/a)]*100
Sexo masculino	49,5	45,1	4,4	8,9
Sexo feminino	50,1	54,6	-4,5	-9,0
Cor ou raça "branca"	58,2	43,3	14,9	25,6
Cor ou raça "preta"	7,7	12,0	-4,3	-55,8
Região sudeste	39,0	30,0	9,0	23,1
Região nordeste	21,8	29,6	-7,8	-35,8
Idade entre 18 e 24 anos	73,3	65,8	7,5	10,2
Idade mais de 24 anos	24,3	32,0	-7,7	-31,7
Origem em Escola particular	57,3	35,3	22,0	38,4
Origem em Escola Pública	42,7	64,7	-22,0	-51,5
Renda de até 1,5 S.M.	52,2	72,3	-20,1	-38,5
Renda de mais de 3 S.M.	21,3	10,4	10,9	51,2
Município com IDHM muito alto	33,3	21,4	11,9	35,7
Município com IDHM baixo	0,3	1,7	-1,4	-466,7

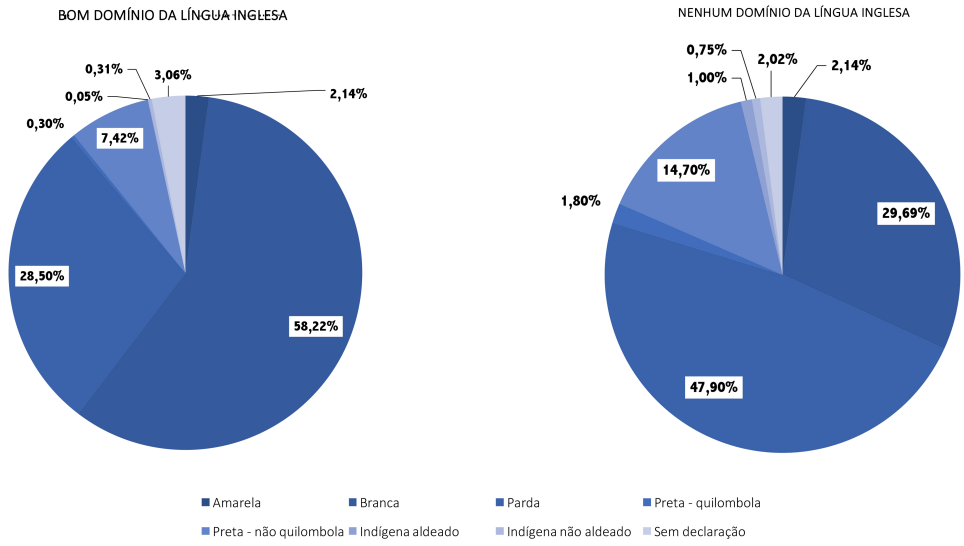
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A desigualdade sexual dentro das IFES tem sido recorrentemente presente nas páginas deste relatório e o será mais uma vez. Leva-se para dentro do ambiente universitário o padrão de exclusão ou vulnerabilidade existente na sociedade de um modo geral. Aqui ele aparece de várias formas, inclusive no que diz respeito ao acesso a oportunidades.

No que tange ao domínio do idioma inglês, as pessoas do sexo feminino aparecem em desproporção em relação à sua população analisada. Enquanto representam 54,6% do público estudantil, são 62,7% daquele público específico que não tem nenhum domínio do inglês. Já as pessoas do sexo masculino, que preenchem 45,1% da população, não superam 37,0% daquelas que não dominam o inglês. Quando se analisa estudantes que dominam bem o idioma em questão, vê-se que a diferença relativa entre a representação geral do sexo feminino na população e entre quem domina o inglês é de 9,0%. Isto é, pessoas do sexo feminino estão quase 9,0% subrepresentados neste agrupamento (ver Tabela 5-4).

Fazendo o mesmo raciocínio para a variável cor ou raça, vê-se o fenômeno se repetir, qual seja um marcador histórico de desigualdade ser preponderante no acesso a um bem determinante na boa formação universitária. A população branca nas IFES soma 43,1% do total, mas 58,2% entre estudantes de bom domínio (configurando uma sobrerepresentação relativa de 25,6%) e 29,7% entre aqueles (as) com nenhum domínio da língua inglesa. Já estudantes pardos são 39,2% da população discente, entretanto são 28,5% entre o grupo de bom domínio e 47,9% entre os (as) de nenhum domínio. Pretos (as), por seu turno, perfazem 12,0% do total, todavia são 7,7% entre aqueles (as) com bom domínio (compreendendo um déficit de representação relativa de 55,8%) e 16,5% entre os (as) que não tem nenhum. Indígenas são 0,9% da população da pesquisa, mas representam 0,4% entre pessoas de bom domínio e 1,7% entre as que não dominam o idioma. ►

Gráfico 5-5: Graduandos (as) com bom ou nenhum domínio da língua inglesa, segundo cor ou raça (em %) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

No que tange às desigualdades regionais, observa-se que 36% dos (as) graduandos (as) das IFES que não possuem nenhum domínio da língua inglesa estão no Nordeste, 21,0% no Sudeste, 19,0% no Norte, 14,0% no Sul e 10,0% no Centro-Oeste, destoando da proporção de discentes na região que seria respectivamente 29,6%, 30,0%, 12,6%, 17,5% e 10,3%. A desproporção entre as distribuições atesta que o acesso a uma formação estratégica privilegia as regiões mais ricas do país, indicando a reprodução da desigualdade.

Para a variável faixa etária, é válida a lógica invertida de que quanto menor a idade (estudantes de 18 a 24 anos são 65,8% da população discente das IFES), maior o domínio da língua inglesa (mas são 73,3% daqueles (as) que possuem bom domínio do idioma).

> **O bom domínio da língua inglesa mostra-se associado e proporcional à renda mensal familiar *per capita*, ou seja, quanto maior a renda auferida pela família do (a) estudante, maior é o domínio manifesto do idioma.**

Assim, discentes com renda de até um salário mínimo e meio (corte de renda estabelecido pelo PNAES para indicar o acesso ao programa) são 72,3% da população estudantil das IFES, mas representam 52,2% dentre aqueles (as) que possuem bom domínio. Nota-se a desproporção na representação também quando a renda percebida se eleva. Enquanto discentes oriundos de famílias com renda mensal *per capita* "mais de 3 SM) são 10,4% do corpo discente, são 21,3% entre os que manifestam maior domínio do idioma.

Depois de transitar sobre os marcadores sociais de desigualdade, restaria ainda a dúvida se a condição de desproporção ao acesso foi adquirida antes do ingresso na universidade ou depois dele. Ora, caso se isole estudantes ingressantes em 2018 poder-se-á inferir se padrões de acesso desiguais são resultado daquilo que Bourdieu e Passaron entendem por herança (BOURDIEU; PASSERON, 2018). Dos discentes ingressantes em 2018, 30,8% possuem bom domínio, 40,2% um domínio regular e 29% nenhum domínio. Estes valores estão muito próximos à distribuição na população das IFES, indicando que aquele padrão herdado no ingresso se mantém de forma generalizada pelo corpo discente, ou, dito de outra forma, a vida acadêmica não tem sido muito determinante na alteração da distribuição pretérita de acesso à língua estrangeira.

Adaptado à realidade que se submete à análise, o segundo idioma seria um elemento do passado social transformado em passivo escolar. Em outras palavras, uma vez que a universidade exalta e condiciona o acesso a um conjunto de oportunidades acadêmicas fundamentais a uma formação de excelência ao domínio de língua estrangeira, o próprio funcionamento regular da instituição reproduzirá as desigualdades herdadas do passado social do (a) discente. Quebrar o círculo da reprodução exigiria das IFES políticas públicas de assistência estudantil.

Daquilo que se apreende pelos dados manifestos neste relatório pode-se tomar como síntese acerca do domínio do idioma que há um crescimento importante do acesso à língua estrangeira, principalmente ao inglês, entretanto tal acesso não se dá de forma democrática e deve continuar a reproduzir as desigualdades sociais e regionais vigentes no país.

5.5 INCREMENTO CULTURAL

Somente a partir da V Pesquisa é que foram introduzidas perguntas sobre o incremento cultural resultante do ingresso na vida universitária representado pela frequência com que se lê obras literárias, assiste filmes, peças teatrais e shows e se participa da vida política. Partiu-se do desejo de mensurar a parte da transformação cultural advinda da imersão em um novo universo, sobretudo para aquelas pessoas cuja origem social normalmente as privam.

Acerca da leitura, deu-se ênfase às chamadas obras literárias, sem considerar a leitura habitual e científica vinculada à condição de discente. Acerca desta temática, já é sabido, a partir de alguns estudos, que ainda há muita dificuldade, mesmo em ambiente universitário, em tornar a leitura um hábito (TOURINHO, 2012).

O Instituto Pró-Livro e o IBOPE Inteligência têm produzido pesquisas sobre o perfil do (a) leitor (a) no Brasil (AMORIM, 2011) e seus achados podem ajudar a pensar o objeto deste relatório. Diz o Instituto que na faixa etária de 18 a 24 anos se percebe o aumento do número de leitores (pessoas que nos últimos três meses leram parte ou no mínimo um livro), sendo que o volume de leitores é maior para o sexo feminino, o maior nível de renda, a residência nas regiões Nordeste e Sudeste e a influência materna. No mesmo diapasão, seria útil conhecer o mesmo perfil do público expectador de peças teatrais, filmes e shows. Entretanto o levantamento bibliográfico feito não logrou muito sucesso.

Mas sobre a participação política algo foi encontrado. A novidade da vida universitária implica, dentre outras coisas, o convívio com organizações de representação políticas legitimadas e legalizadas como diretórios e centros acadêmicos (CARVALHO et al., 2011). Presume-se que o contato com tais organizações e suas manifestações inaugure um novo patamar de convívio com o contraditório, com instâncias de deliberação, com o ativismo etc., num nível mais articulado capaz de induzir a participação.

Por esta razão, poder-se-á afirmar que pesquisas têm indicado que a vida universitária, em potência, deve alimentar a prática da leitura e a participação política. Tomando esta ideia por certa, parte-se da hipótese de que o movimento possa ser mais intenso para quem encontra-se em vulnerabilidade.

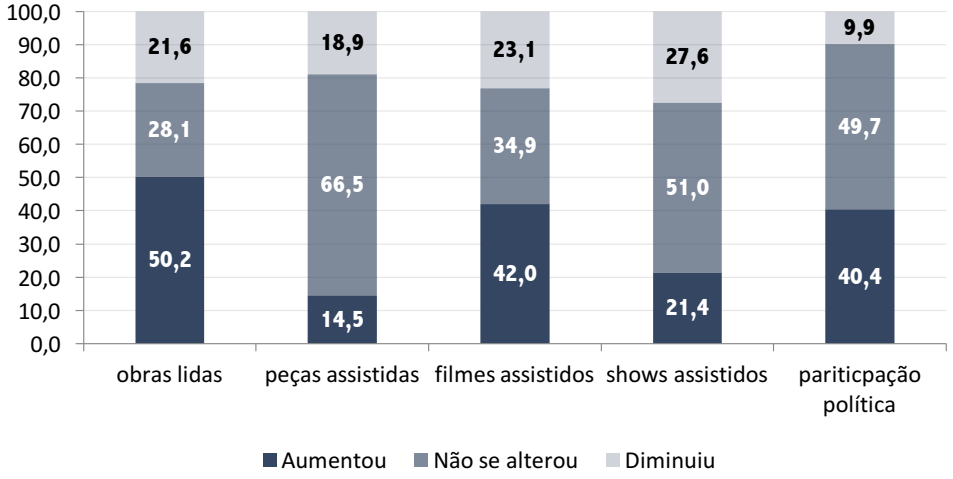
O gráfico abaixo expressa a percepção do corpo discente sobre a intensidade de seu convívio com obras literárias, filmes, shows e participação política depois do ingresso na universidade.

Na totalidade, os dados confirmam que a vida universitária produziu alguns efeitos notáveis, conside-

rando-se alguns hábitos culturais. No que diz respeito à leitura mais da metade do público percebeu aumento no número de obras literárias lidas. Para filmes a ampliação foi sentida para 42,0% e para a participação política para 40,4%. Trata-se de indicadores de que a vida acadêmica nas IFES produz um incremento político cultural.

Para as peças teatrais e os shows assistidos, 14,5% e 21,4%, respectivamente, acusaram alteração positiva. Mas é impactante a informação de que, para os últimos casos, 66,5% e 51,0%, respectivamente, dos (as) estudantes informaram não ter havido qualquer alteração na sua assistência. Não obstante, deve-se considerar que Há ainda aqueles (as) discentes que apontam a diminuição da frequência, todavia os valores são sensivelmente menores, sobretudo para a participação política.

Gráfico 5-6: Percentual de discentes que percebem a frequência de livros lidos, filmes e shows assistidos e de participação política - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Quando se recorta a base de dados a partir de alguns marcadores sociais, percebem-se cenários relevantes[52].

Como se viu no Gráfico 5-6, 50,2% dos (as) estudantes apontaram o aumento da leitura de obras literárias depois do ingresso na universidade. Entre cotistas, este percentual é de 52,0%. Para o sexo, vê-se a indiferença para o aumento entre masculino (50,6%) e feminino (49,9%), porém para a alternativa "não se alterou" tem-se um peso maior para o sexo masculino (32,7%), enquanto para a alternativa "diminuiu" o sexo feminino se destaca com 25,7%. Assim se poderia afirmar que o aumento da carga de leitura foi percentualmente semelhante para os sexos, mas para a redução da leitura foi mais intenso para o sexo feminino.

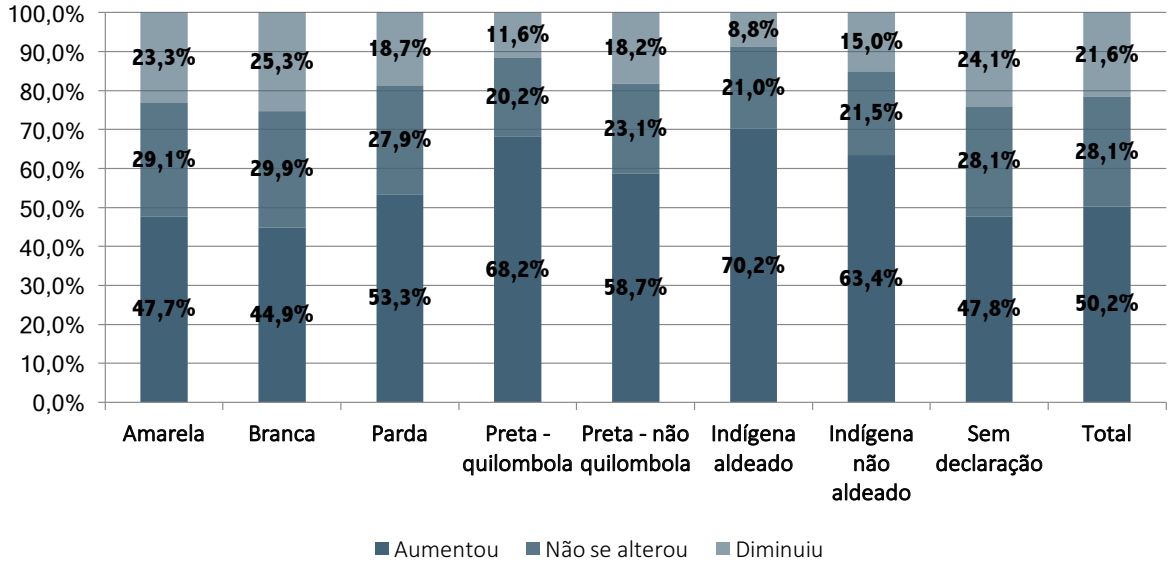
Para o caso da variável cor ou raça as discrepâncias foram mais acentuadas, como se pode comprovar pelo Gráfico 5-7.

Tomando por referência a média representada pela última coluna, correspondendo aos totais, percebe-se que pretos (as), indígenas e pardos (as) apresentaram impacto mais significativo para o volume de leitura após ingresso no ensino superior, com destaque para indígenas aldeados (70,2%) e pretos (as) quilombolas (68,2%). Longe de querer representar uma face do processo de aculturação, deve-se ter claro que a opção pela

52 Para o incremento de leitura, foram usados os cruzamentos com as variáveis sexo, cor, IDHM, *campus*, região do *campus*, área do conhecimento, faixa etária, origem escolar, renda e tipo de ingresso (cotas ou ampla concorrência)

vida universitária implica para estes grupos uma chance de acesso a um conjunto de bens e serviços promotores de inclusão e mobilidades sociais e este relatório interpreta desta forma os valores trazidos à tona.

Gráfico 5-7: Percepção de graduandos (as) sobre a frequência de livros lidos depois do ingresso na universidade por cor ou raça - 2018

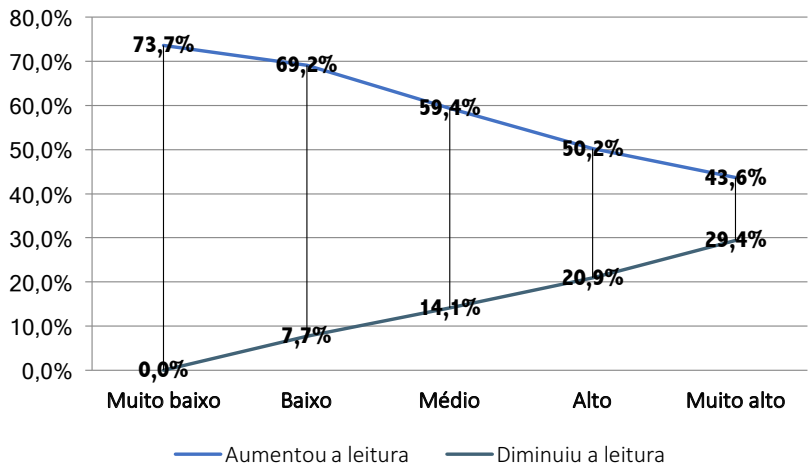


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Algo semelhante pode ser dito ao se dar destaque ao incremento de leitura à luz da variável IDHM. Com duas curvas espelhadas, o Gráfico 5-8 apresenta a descrição de que quanto menor o IDHM do município em que se localiza o *campus* da instituição, maior é o impacto do ingresso na universidade sobre incremento de leitura do (a) discente.

O contrário também procede: quanto maior o IDHM, menor é o impacto no volume de leitura do estudante que adentra o ambiente universitário. ►

Gráfico 5-8: Percepção de graduandos (as) sobre a frequência de livros lidos depois do ingresso na universidade por cor ou raça - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Ora, presume-se que municípios com IDHM mais altos devem portar equipamentos sociais e redes de proteção social mais numerosos e estruturados. Neste sentido, o acesso à leitura e a frequência de sua realização seriam maiores. Por sua vez, municípios com IDHM mais baixos devem encontrar maior dificuldade para garantir o mesmo acesso, permitindo às IFES desempenharem este papel. O Gráfico 5 8 mostra que o percentual de estudantes que acusaram aumento de leitura foi mais frequente em municípios com IDHM "muito baixo", o que nos permite associar este incremento justamente com a presença das IFES.

Estas instituições federais de ensino superior, como já se viu, sofreram um grande processo de expansão recente, não só na sua quantidade de discentes, mas também no número de *campi* associados a cada uma delas. Como compreende Cepêda e Marques (2012), este processo também representou uma interiorização (na contramão do foco metropolitano), compreendendo várias cidades em que a educação federal superior não alcançava. Quando observado o recorte *campus* sede e *campus* avançado, estudantes do último sinalizam um incremento em leitura superior aos do primeiro (53,6% contra 48,9%). O critério regional também merece destaque. As regiões Norte e Nordeste apresentaram os melhores índices de ampliação da leitura, 63,3% e 54,0%, respectivamente, em relação às demais que se igualaram (Centro-Oeste) ou ficaram abaixo da média (Sul e Sudeste).

Para além dos cruzamentos feitos até o instante para a variável em análise, a forma de ingresso (ampla concorrência ou cotas) trouxe mais um enfoque relevante. Isabele Lemos, em pesquisa com estudantes cotistas da UFPA, extraiu de entrevistas que

> "O ambiente acadêmico proporciona a esses estudantes uma ampliação das suas perspectivas de vida não só profissionais, mas também culturais e de desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, as cotas raciais funcionam como um instrumento de acesso a bens simbólicos e materiais necessários a uma trajetória social de sucesso" (LEMOS, 2017, p. 21).

O acesso a bens simbólicos e materiais proporcionados pela vida universitária teria sido importante, de acordo com a autora, para ampliar as perspectivas culturais. A conclusão de Isabele Lemos guarda alguma

sintonia com aquilo que estudantes indicaram no preenchimento de seus questionários da V Pesquisa acerca do aumento da leitura de obras literárias, apesar da diferença apontada. Dentre cotistas, 52% sentiram variação positiva na leitura, contra 49,0% dos ingressantes pela ampla concorrência.

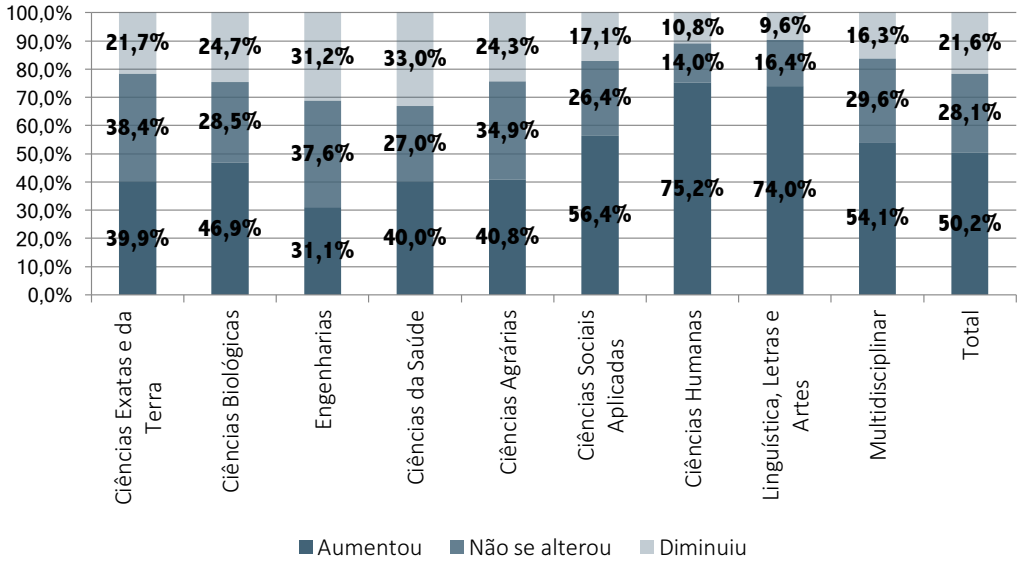
Este cenário se altera quando se matiza a cota nas suas várias combinações possíveis. Atualmente, a lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) traz em seu conteúdo a reserva de metade das vagas das universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas e, dentro desta fração, outra metade para quem aufere renda familiar *per capita* de "até 1 e meio SM". Seja com este perfil de renda, ou acima dele, ainda reservam vagas para autodeclarados (as) pretos (as), pardos (as), indígenas (PPI) e pessoas com deficiência.

Respeitando a matização, tem-se que os índices mais elevados de incremento de leitura de obras literárias estão justamente para cotistas que combinam mais de uma vulnerabilidade.

Isto é, observando cotistas ingressantes exclusivamente por terem trajetória nas escolas públicas (45,4%), encontram-se os menores percentuais para incremento de leitura. Mas, combinada esta condição com a renda (50,8%), com a autodeclaração PPI (51,9%) ou deficiência (56,6%), os valores sobem. Da mesma forma registram-se elevações quando se combinam três ou mais camadas de vulnerabilidade, como é o caso da modalidade "Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM" (57,0%), "Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência" (57,9%), "Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM" (59,5%) e "Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM" (60,7%).

Também é possível afirmar que o impacto do ingresso na vida universitária para as diferentes áreas do conhecimento não é homogêneo. Como se pode observar no Gráfico 5-9, o impacto para as áreas de Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes é muito mais expressivo do que nas demais, com destaque negativo para a área de Engenharias (31,1%), que se encontra num patamar menor do que a metade do percentual das duas primeiras. É inegável que estas possuem uma relação direta ou mais próxima (vinculada ao ofício e ao objeto com o qual trabalha) com as obras literárias. Não obstante a constatação, a formação universitária, seja em qual área for, transcende o fornecimento de habilidades profissionais. ►

Gráfico 5-9: Percepção de discentes sobre a frequência de livros lidos depois do ingresso na universidade por grande área do conhecimento - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A formação em sentido amplo deve contemplar estímulos à leitura. Não por acaso, as finalidades do ensino superior, elencadas pela Lei de Diretrizes e bases da Educação - LDB, estão expressas em:

> "I - estimular a **criação cultural** e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da **criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais**, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - **suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional** e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, **visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural** e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares" (BRASIL, 1996, grifos nossos).

Apesar do entendimento mais acertado de que todas as oito finalidades do ensino superior estejam relacionadas com a leitura de obras literárias, os grifos servem para reforçar algumas mais do que as outras. Por conseguinte, o enfrentamento dos índices mais modestos de incremento de leitura após o ingresso nas IFES deve ser visto como um objetivo importante para a consecução dos fins a que serve este nível de ensino.

Os índices também têm mostrado que a vida universitária estimula mais o incremento de leitura para estudantes com 25 anos ou mais (57,9%). Recortando a origem escolar, a universidade também foi mais impactante na

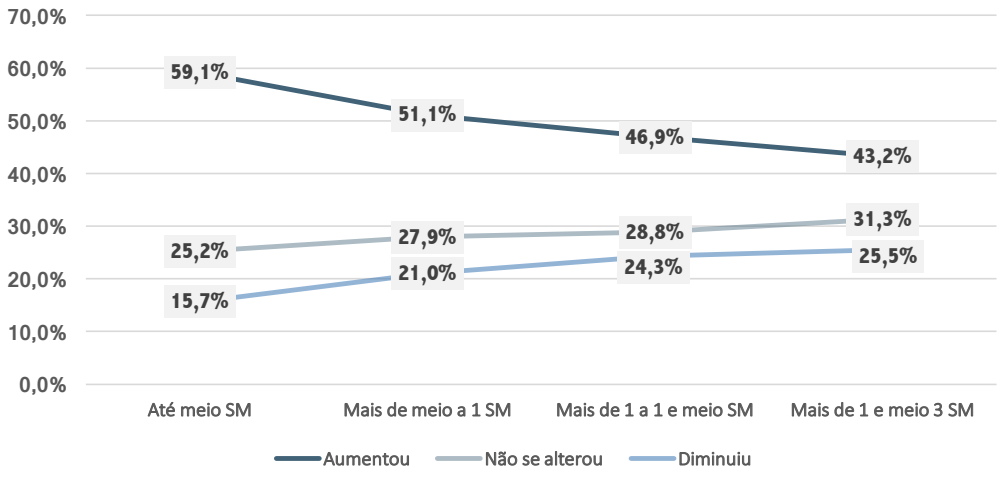
leitura de obras literárias daqueles (as) estudantes que tiveram toda (54,0%) ou quase toda (56,1%) sua trajetória escolar em instituições públicas de Ensino Médio, do que para aqueles (as) que tiveram quase toda (49,6%) ou toda (42,0%) a trajetória em instituições privadas.

No que tange o nível de renda, tem-se utilizado o parâmetro de três faixas de observação que compreendem até um salário mínimo e meio (valendo-se do valor estabelecido pelo Decreto 7.234/2010 como limite abaixo do qual se tem um dos perfís do público alvo da política de assistência estudantil), de um salário mínimo e meio até três, e maior do que três. Os dados mostram que a primeira faixa é mais sensível ao ingresso na universidade e reagiu incrementando a leitura de obras literárias pelo menos para 53,1% deste perfil, seguida das duas demais faixas em 43,4% e 41,4%.

Porém, estes percentuais ficam mais acentuados quando se buscam novas escalas dentro da primeira faixa. Como se sabe, é prática corrente dentro dos órgãos de promoção de política de permanência o uso dos intervalos "até meio SM", de "meio a 1 SM" e de "1 a 1 e meio SM" como parâmetro de refino da mensuração das demandas. Assim a política pode atuar sobre vulnerabilidades mais intensas. Isto posto, valeria a pena buscar estas escalas para perceber se dentro deste público existem diferenças na recepção da vida universitária.

Com efeito, o achado demonstra que dentre as três subfaixas de renda familiar *per capita*, a faixa "até meio SM" apontou que 59,1% de seu público passou a ler mais obras literárias quando ingressou na universidade, contra 51,1% da subfaixa "mais de meio a 1 SM" e 46,9% da faixa "Mais de 1 a 1 e meio SM", como se pode conferir no Gráfico 5-10.

Gráfico 5-10: Percepção de discentes sobre a frequência de livros lidos depois do ingresso na IFES por faixa de renda familiar *per capita* - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Finalmente, optou-se por dialogar com mais um aspecto da pesquisa do Instituto Pró-Livro já citada anteriormente. Como se viu, dentre vários fatores que estimulam a leitura, foi mencionada a influência das mães. Nosso banco de dados não nos permite concluir qual o peso delas sobre a frequência com que se lê, mas é possível relacionar os níveis de escolaridade das mães à frequência de leitura pós-ingresso na universidade[53].

53 Os percentuais de aumento na frequência de leitura dentro dos níveis de instrução captados são: "Sem instrução, não alfabetizada", 67,6%; "Sem instrução, mas sabe ler e escrever", 64,7%; "Ensino fundamental 1 incompleto", 60,3%; "Ensino fundamental 1 completo", 56,9%; "Ensino fundamental 2 incompleto", 54,6%; "Ensino fundamental 2 completo", 53,2%; "Ensino Médio incompleto", 53,0%; "Ensino Médio completo", 50,1%; "Ensino Superior incompleto", 47,3%; "Ensino Superior completo", 43,1% e "Especialização, Mestrado ou Doutorado", 40,9%.

Segundo a V Pesquisa, quanto maior o nível de instrução da mãe, menor é o impacto do ingresso na universidade sobre o incremento de leitura, ou, dito de outra forma, a associação entre baixo nível de instrução da mãe e maior impacto sobre o incremento à leitura é direta e corresponde a um importante sinal de que as IFES oferecem estímulo à leitura aos (às) estudantes inseridos nos setores populares.

A título de síntese preliminar, é nítida a associação direta de vários indicadores de vulnerabilidade social e o incremento de leitura de obras literárias após o ingresso nas IFES. Seguramente tal influência se manifesta também, porém não de forma tão aguda, para estudantes brancos (as), ingressantes por ampla concorrência, com renda superior a um salário mínimo e meio, morando em municípios de IDHM superior, com mães de nível de instrução elevado, oriundos de escolas particulares e das regiões sul e sudeste. O que pode comprovar o importante papel inclusivo proporcionado pelo ensino superior federal brasileiro.

É nítida a associação direta de vários indicadores de vulnerabilidade social e o incremento de leitura de obras literárias após o ingresso nas IFES.

Pode-se apontar que, tomando o percentual global de incremento de audiência a peças de teatro (14,5%), as variáveis com maiores mudanças foram a área do conhecimento (com destaque para as Ciências Humanas – 21,9% - e a Linguística, Letras e Artes – 31,9%) e a faixa etária superior a 24 anos (18,2%). Para filmes, o percentual de estudantes que acusaram incremento foi de 42,0%; o destaque para alteração do percentual são os perfis de cor ou raça (particularmente para pretos quilombolas – 49,9% - e indígenas alteados - 47,7%), de municípios de IDHM muito baixo (89,5%) ou baixo (52,7%), de região (Norte com 46,3% e nordeste com 45,5%) e de área do conhecimento (para Ciências Humanas tem-se 50,5% e para Linguística, Letras e Artes, 52,3%).

Para shows se percebe um movimento contrário daquele registrado até agora, isto é, o incremento de audiência foi menos expressivo para vários indicadores de vulnerabilidade. Comprovando o argumento, parte-se do patamar de 21,4% para a percepção de crescimento na audiência entre todos (as) estudantes e se vê valores menores para pardos (as) com 18,8%, pretos quilombolas com 19,4% e indígenas aldeados com 13,9%, IDHM muito baixo (16,8%) e baixo (16,5%), *campus* fora de sede (17,1%), região norte (15,9%), estudantes com toda ou quase toda trajetória em escolas públicas (18,3%), menos de um salário mínimo e meio (19,1%) e cotistas (18,0%).

Para a ampliação da participação política, a lógica estabelecida difere das demais. Primeiramente, quase todos os indicadores não alteram de maneira importante o percentual global, como foi o caso do teatro. Mas para aqueles discrepantes, o padrão apresentou sinais contraditórios. Tomando-se por referência que o percentual de percepção de variação positiva na participação política foi de 40,4%, merece destaque as variáveis cor ou raça - com pretos quilombolas (46,2%), não quilombolas (49,2%), indígenas aldeados (46,0%) e não aldeados (51,3%) -, região do *campus* – Sudeste (44,1%).

5.6 AS DIFICULDADES PARA ESTUDAR

À V Pesquisa também interessou saber as dificuldades que interferem significativamente na vida ou no contexto acadêmico de cada estudante. Trata-se de variáveis importantes para a vida social em geral e es-

tudantil em particular. O objetivo da pergunta guardava relação direta com as dificuldades para estudar, para manter-se, para aproveitar oportunidades acadêmicas e garantir bom desempenho. Este último termo poderia ser usado como síntese, caso houvesse uma compreensão ampliada sobre o que se entende por desempenho acadêmico. Não obstante não seja esta a concepção dominante, como se verá a seguir, neste relatório e em razão dos argumentos apresentados adiante, o desempenho será tomado em seu latu sensu.

As universidades fazem uso cotidiano do desempenho acadêmico de seus (suas) estudantes para uma gama ampla de razões, dentre elas para distribuir o acesso às oportunidades acadêmicas, possibilitar avanço entre períodos da grade curricular e para se auto avaliar. De forma geral, aquilo que se chama de desempenho acadêmico, resume-se às notas logradas em cada disciplina transformada em coeficientes de rendimento. A métrica de cada coeficiente varia entre as instituições, mas seu desenho geral gera um indicador sensível à nota e à frequência nas aulas.

Seguramente se está diante de uma redução da avaliação do desempenho a um ou dois aspectos relevantes, negligenciando outros igualmente determinantes. Se se levar em consideração aquilo que prescreve a LDB para as finalidades do ensino superior, seria coerente combinar variáveis capazes de mensurar a criação e difusão culturais, o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento reflexivo e suas divulgações, o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, a socialização recíproca do conhecimento científico e tradicional com a comunidade, entre outras. Esta redução parece deixar claro que as notas em disciplinas não são capazes de avaliar o desempenho acadêmico na dimensão sugerida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Alessandra Brandão, em revisão bibliográfica para sua tese de doutorado, aponta a presença de outras abordagens que ampliam o leque de variáveis para além das notas, passando também pelo relato verbal do (a) próprio (a) estudante acerca de seu desempenho, se se encontra cursando o período esperado e a conclusão em disciplinas (BRANDÃO, 2016). Ainda assim, pode-se constatar a insuficiência daquilo que se incrementa, pois as dimensões da produção de conhecimento e interação com a comunidade, a título de exemplo, não parecem estar contempladas nas novidades avaliativas. Por esta razão, quando a V Pesquisa pergunta ao corpo discente das IFES quais dificuldades impactam em seu desempenho acadêmico, seguramente a resposta levou em consideração o senso comum e o senso científico consolidado na síntese de Brandão.

Além de indicar como definir o fenômeno, a mesma tese apresenta um painel muito útil sobre os resultados de pesquisas relativas aos fatores associados ao desempenho acadêmico.

De forma geral, a autora percebeu uma confluência para associar pior desempenho ao sexo masculino, a menor idade, renda mais baixa, ao uso de álcool, à ansiedade, à depressão, à ideação suicida, às relações pessoais empobrecidas e ao uso de drogas ilícitas. Atuando na contramão dos redutores de desempenhos estariam as condições contrárias às apontadas acima e também a participação em atividades extracurriculares.

Outros estudos tem apontado também que apesar de não ter encontrado correlação entre o resultado dos estudantes no vestibular e seu desempenho no curso, são relevantes o background socioeconômico do (a) es tudante (seu histórico e suas condições sociais), o nível do curso, condições socioeconômicas mais favorecidas (gerando até 1,7 vezes maiores chances de obter resultados altos), o fato de a Instituição de Ensino Superior estar localizada em municípios mais ricos, a cor ou raça declarada pelo estudante (brancos com índices me-

lhores), a quantidade de bens da família e o tipo de estabelecimento de ensino básico cursado (ARGÔLO, 2017). Ainda foram encontrados estudos correlacionando o baixo desempenho ao perfil de estudantes casados e que trabalham, além de parecer também dependente do tipo de ocupação dos pais (OLIVEIRA, 2011)

Há, igualmente, estudos dirigidos para a percepção de bem-estar físico e psicológico, autoconfiança e a percepção pessoal de competências cognitivas e suas relações positivas com o rendimento acadêmico (CUNHA; MADRUGA CARRILHO, 2005). Por fim, também parece estar consolidado na bibliografia que o menor desempenho é mais frequente entre os que trabalham eventualmente, com renda familiar de até três salários mínimos, de pais e mães com nenhuma escolaridade, que cursaram metade do ensino médio em escola pública e metade em escola privada, que receberam bolsa de estudos ou financiamento e não ingressaram no ensino superior por políticas afirmativas (ROCHA; LELES; QUEIROZ, 2018).

Para dar conta de uma realidade tão diversa em fatores associados, o questionário da V Pesquisa trouxe 21 possibilidades de respostas, sendo a resposta negativa a única excludente, isto é, uma vez marcada impediria assinalar qualquer outra[54].

Os resultados encontrados dão conta de que 86,1% dos (as) discentes apresentam alguma dificuldade para estudar. Trata-se de uma fração muito expressiva, reservando somente a 13,9% a condição de não conviver com dificuldades comprometedoras dos resultados na vida universitária[55]. O que distingue quem reclama ou não de tais dificuldades?

Não é fácil compor este perfil, pois a diversidade de tipos de dificuldade faz com que os marcadores sociais se diluam. Por esta razão, o levantamento das frequências mostrou que poucas variáveis conseguem distinguir perfis claros daquelas pessoas que apresentam menos dificuldades, tais como as de sexo masculino, sem deficiência, com pouca distância da moradia em relação à universidade e o não ingressando pelas cotas de renda.

As construções de perfis se tornam mais nítidas se isolarmos cada dificuldade e é isto que se fará doravante (Gráfico 5-11).

As cinco dificuldades que mais afetam o desempenho acadêmico na V Pesquisa, por ordem decrescente, seriam a falta de disciplina de estudo (28,4%), as dificuldades financeiras (24,7%), a carga excessiva de trabalhos estudantis (23,7%), empatada com os problemas emocionais (23,7%) e o tempo de deslocamento para a universidade (18,9%). ►

54 As alternativas concomitantemente marcáveis seriam de seis naturezas: 1. Relacionamentos: dificuldades de adaptação, em relacionamentos familiares, sociais ou amorosos; 2. Violências: Física, sexual e psicológica (ou assédio moral); 3. Intolerância: conflitos de valores ou religiosos e discriminação e preconceitos; 4. Vulnerabilidades sociais: falta de acesso a materiais didáticos fundamentais, trabalho, tempo de deslocamento para a universidade, maternidade e dificuldades financeiras; 5. Problemas pedagógicos: dificuldade de aprendizagem, falta de disciplina de estudo, carga excessiva de trabalho acadêmico e relação com professor; e 6. Saúde física e mental: problemas de saúde física e problemas de ordem emocional.

55 Em relação às demais versões da pesquisa, sabe-se que somente a IV Pesquisa apresentou um consolidado deste tipo, sendo que a II e a III apresentaram as dificuldades fracionadas em motivadores individuais e a I não fez uso destas variáveis. Assim, a única referência histórica de que se dispõe está na pesquisa de 2014 na qual se verificou que 86,1% reclamava das dificuldades, o mesmo valor encontrado na versão de 2018.

Gráfico 5-11: Dificuldades estudantis que impactam no desempenho acadêmico (em %) - 2018

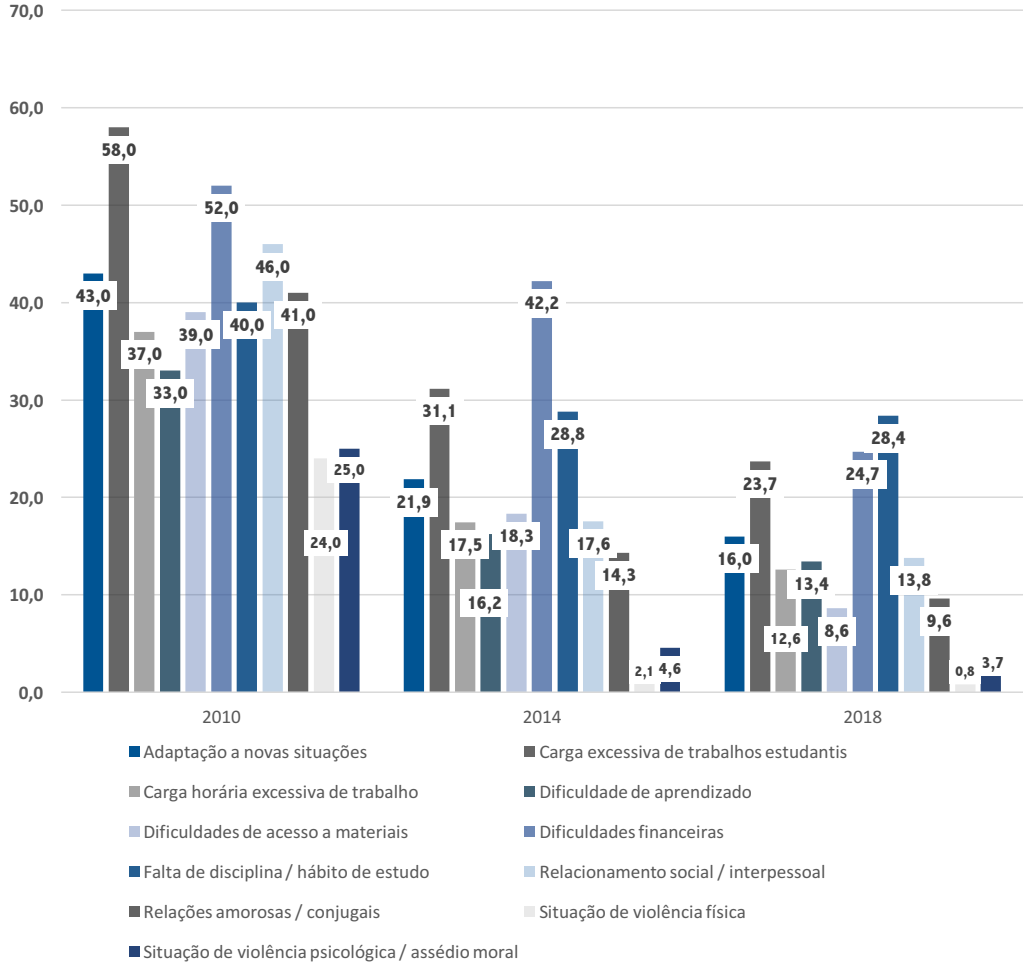


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Para enfrentar muitas destas dificuldades, as IFES dispõem de algum mecanismo de intervenção, normalmente sustentado por decreto presidencial e distribuído entre as dez áreas de atuação do PNAES (alimentação, moradia, transporte, saúde, cultura, esporte, acessibilidade, creche, inclusão digital e apoio pedagógico). Provavelmente, várias IFES devem colocá-los em movimento, sem que o volume e a intensidade da oferta destes mecanismos sejam suficientes para cobrir a demanda. Ainda assim faz sentido supor alguma presença das ações de assistência estudantil - uma vez que a comparação histórica das três últimas pesquisas mostra uma redução de todos os índices mensurados e, dificilmente, tais índices teriam refluxo sem intervenções e políticas públicas. Reforça-se a hipótese quando se leva em consideração no intervalo temporal comparado o crescimento robusto dos recursos do PNAES, saltando de mais de R$ 125 milhões em 2008 para mais de R$ 1 bilhão em 2016 (SILVA; COSTA, 2018). A rigor, há dificuldades, como as relativas ao deslocamento, que podendo ser enfrentadas com algumas ações da alçada das reitorias, extrapolam em muito o poder que cada uma delas de fato possui.

Das vinte variáveis mensuradas em 2018, somente onze podem ser usadas por coincidirem também nas pesquisas de 2014 e 2010. É preciso que se registre que na pesquisa de 2003 elas também foram usadas, todavia a forma com que a pergunta foi apresentada exigia que o (a) respondente indicasse o grau (variando de 0 a 10) de impacto da dificuldade. O relatório a que se teve acesso disponibiliza a média das intensidades e não o quantitativo de discentes afetados. Assim sendo, temos sua intensidade registrada, mas não o volume de estudantes. ►

Gráfico 5-12: Dificuldades estudantis que impactam no desempenho acadêmico em percentuais, série histórica - 2010; 2014 e 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Ora, como se pode perceber, os índices apresentam tendência de queda nos últimos anos, ainda assim devem ser vistos como problemas públicos a serem enfrentados por políticas públicas (SECCHI, 2016). Separadamente, tem-se que tais dificuldades apresentam perfis exclusivos de marcadores sociais. Cada combinação poderá jogar luz sobre a natureza e origem do problema, bom como sua possível solução.

5.6.1 Sobre os relacionamentos

Deste modo, parte-se incialmente da variável "adaptação a novas situações (Cidade, moradia, distância da família, entre outras)".

Como visto, em 2018, o número de discentes que indicou esta dificuldade como preponderante no desempenho acadêmico foi 16,0%. Não se percebe grande diferença quando se utiliza dos marcadores sexo e cor ou raça, com exceção dos achados para indígenas não aldeados (22,0%), preto (a) quilombola (25,5%) e indígena aldeado (37,4%), demonstrando que estudantes que possuem um vínculo mais tradicional deve encontrar maior dificuldade de se estabelecer na nova realidade. Assim, ações afirmativas no campo do acolhimento podem ser pensadas para este público. Também foram vistas discrepâncias nos valores para estudantes com deficiência (18,6%), cotistas (19,1%), em turno integral (19,3%), cobertos pela assistência estudantil (22,1%), de *campus* em

municípios de IDHM muito baixo (34,7%), baixo (20,1%) ou médio (18%), em *campus* não sede (18,3%), nas áreas de ciências agrárias (20,0%) e ciências da saúde (19,4%), na faixa etária de 18 a 24 nos (23,3% para mais novos e 22,9% para mais velhos) e com renda mais baixa. Sobre este marcador social, pode-se afirmar que as dificuldades de adaptação são maiores quanto menor for a renda familiar *per capita*, sendo determinante para 19,3% daqueles (as) que estão na faixa "até meio SM" e para 10,8% daqueles (as) que estão na faixa "Mais de 3 SM". O quesito "relacionamento familiar" impacta no desempenho acadêmico. Constata-se que ele foi reclamado por 15,2% do público pesquisado. Acima deste patamar estão estudantes do sexo feminino (17,2%), indígenas não aldeados (as) (17,3%)[56], pessoas com deficiência (17,5%), participantes de atividades extracurriculares (18,3%) e programas de assistência estudantil (19,0%) e que estudam em compus situados em municípios de IDHM muito alto (18,4%)[57].

Entre estudantes inseridos na faixa etária "18 anos e menos" (11,2%) ou na faixa etária "25 anos ou mais" (12,8%) os índices são menores do que o percentual global.

Por seu turno, para o "relacionamento social ou interpessoal" (13,9%) os resultados são bastante próximos daqueles percebidos para os problemas de relacionamento familiar.

Outro comportamento curioso pode ser extraído dos cruzamentos utilizados para a variável "relações amorosas ou conjugais" (9,6%). Percebe-se em geral pequena variação para marcadores sociais. É o caso de sexo, cor ou raça (em que pese o fato de novamente indígenas aldeados e pretos quilombolas estarem muito abaixo do percentual global de problemas de relacionamento), deficiência, ingresso por cotas, turno, grande área do conhecimento, *campus* sede e turno. Alguma oscilação mais expressiva foi encontrada para estudantes participantes de atividade extracurriculares (12,5%) e de assistência estudantil (11,5%), de municípios de IDHM muito alto (12,7%), das regiões sul e sudeste (ambas com 11,4%), nas faixas etárias abaixo ou acima da faixa de "18 e 24 anos" (índices baixos como 6,0% e 8,2% respectivamente), oriundos de escolas privadas (12,0%) e com renda acima do limite do PNAES (11,7%).

Outro indicador para a definição do desenvolvimento de um bom período acadêmico é a relação entre docente e discente. Esta relação vem sendo monitorada e revela detalhes que 12,5% dos (as) estudantes a indicam como responsável pela dificuldade em estudar. Há neste grupo perfis cujo volume de pessoas é ainda maior. Este é o caso de pessoas autodeclaradas brancas (14,2%), em cursos de turno integral (15,7%), que desenvolvem atividades extracurriculares (16,4%), cobertas pelas políticas de permanência (15,3%), em municípios de IDHM muito alto (16,5%), cujo *campus* seja sede da IFES (13,5%), na região sudeste (16,0%), principalmente nos cursos de engenharias (19,3%), com mais de 24 anos (26,1%), com origem em escolas particulares (15%) e renda familiar *per capita* superior ao estabelecido no PNAES como prioridade para políticas de assistência estudantil (14,8%)[58].

5.6.2 Sobre as violências

Na V Pesquisa há três variantes de violência, a física, a sexual e a psicológica. Para se ter uma baliza

56 Não se deve negligenciar o fato de que pretos (as) quilombolas (10,1%) e indígenas aldeados (as) (6,5%) apresentam índices muito abaixo do percentual global, talvez refletindo padrões diferenciados de vínculo parental e conflitos deles derivados.
57 Novamente vale o destaque para os índices muito baixos, desta vez apresentados por IDHM muito baixos (5,3%) e baixos (9,0%).
58 Para variáveis como sexo, tipo de ingresso (cotas ou ampla concorrência) e deficiência não foram encontradas discrepâncias significativas entre os grupos.

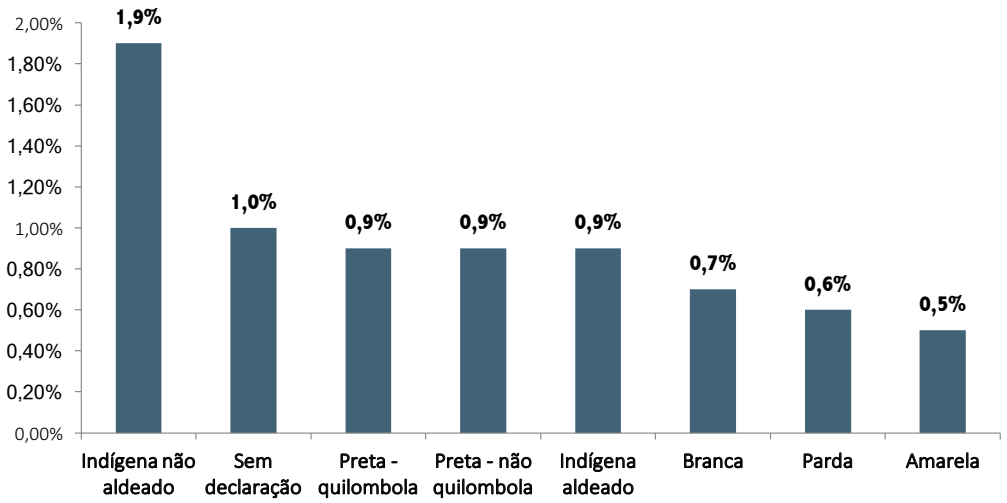
para abordar os dados, tomar-se-á como referência aquilo que Yves Michaud define como violência. Assevera o autor que

> "Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais" (MICHAUD, 1989).

Sobre a sua forma física, encontrou-se 0,8% do público reclamando de sua influência sobre o desempenho acadêmico. Índices maiores do que este foram encontrados para estudantes pretos e quilombola (1,2%), para indígenas não aldeados (1,3%), para pessoas com deficiência (1,4%) e para discentes com cobertura pela assistência estudantil (1,1%). Já os menores apareceram para municípios de IDHM médio (0,5%), *campus* fora de sede (0,5%), a grande área do conhecimento da Linguística, Letras e Artes e pessoas com menos do que 18 anos (0,4%)[59].

A violência sexual foi considerada determinante de sua dificuldade de estudar por 0,7% das pessoas. Pessoas do sexo feminino reclamantes são 1,0%, enquanto as de sexo masculino restringem-se a 0,3%. O indicador racial também se mostrou importante, na medida em que dispõe a cor ou raça "branca" como aquela que mais se aproxima do percentual global e abaixo do qual se encontram as cores ou raças parda e amarela, e acima do qual estão indígenas aldeados (as), preto (a) não quilombola e quilombola e indígena não aldeado, este último em patamar superior às demais (Gráfico 5-13).

Gráfico 5-13: Percentual de graduandos (as) que acusam o impacto da violência sexual sobre seu rendimento acadêmico, segundo cor ou raça - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Além do perfil racial, há outros que apontaram como vítimas preferenciais da violência sexual como fator redutor de desempenho. Este foi o caso da deficiência (1,3%), de participantes de atividades extracurricu-

59 As demais variáveis, como "sexo", "ingresso pelas cotas", "turno", "IDHM da cidade do *campus*", " região geográfica de *campi*", "área de conhecimento", "origem escolar" e "faixa de renda *per capita*" não apresentaram grandes divergências em relação ao padrão do público pesquisado.

lares (0,9%) e de programas de assistência estudantil (1,0%), de municípios de IDHM muito alto (0,9%), da região sudeste (0,9%) e das grandes áreas do conhecimento de Ciências Humanas (1,0%) e Linguística, Letras e Artes (1,1%)[60].

Fechando a análise das variantes de violência, tem-se agora a violência psicológica (ou o assédio moral) que representou 3,7% do público sensível a um conjunto de dificuldades estudantis. Para este público novamente está acima dos percentuais globais a representação das pessoas de sexo feminino (4,6%) e abaixo as de sexo masculino (2,6%). No quesito cor ou raça, indígenas não aldeados (as) encabeçam a lista com 6,1% e pretos (as) não quilombola vêm na sequência com 4,7%. O índice de pessoas com deficiência também é elevado se comparado ao percentual global, pois alcança 5,9%. As demais variáveis oscilam próximas desta proporção, e ainda apontam uma maior proporção para estudantes de turno integral (4,3%), que participam de atividades extracurriculares (5,1%) e programas de assistência estudantil (5,7%), municípios de IDHM mais alto (5,0%), de *campus* sede (4,2%), das regiões sul (4,3%) e sudeste (4,6%) e das grandes áreas Linguística, Letras e Artes (5,1%) e Ciências Humanas (4,6%). Todavia, não tem grande significância para ingresso pelas cotas, origem escolar e renda *per capita* do grupo familiar.

O perfil de estudante que reconhece a importância da violência em seu desempenho acadêmico tem relação com sexo, cor ou raça, bem como com outros típicos indicadores de condições sociais e urbanas que facilitam o reconhecimento do fenômeno da violência e sua denúncia.

5.6.3 Sobre as intolerâncias

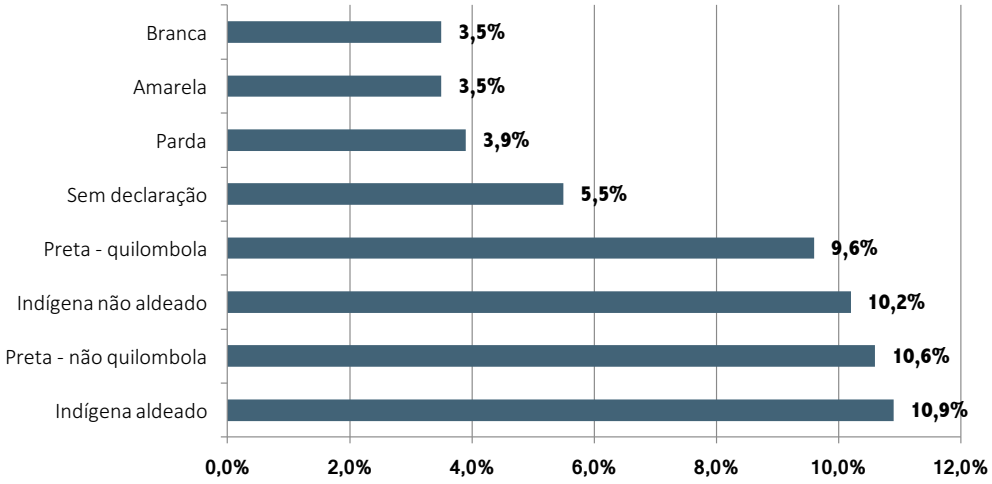
Foram agregados no grupo das intolerâncias as discriminações e os preconceitos, além dos conflitos de valores e religiosos. Sobre estes últimos (conflitos de valores ou conflitos religiosos), 3,0% do público manifestou que esta variável tem trazido dano para o rendimento acadêmico e boa parte das variáveis de recorte ou vulnerabilidade usadas com mais frequência nesta pesquisa para realizar as análises mostrou-se razoavelmente indiferente. Assim o foi para sexo, ingresso por cotas, turno, IDHM, se *campus* sede, região em que se encontra o *campus*, faixa etária, origem escolar e renda *per capita*. As maiores discrepâncias foram encontradas para indígenas não aldeados (4,6%), pessoas com deficiência (4,6%), participantes de atividades extracurriculares (3,7%) e para as grandes áreas Linguística, Letras e Artes (3,9%) e Ciências Humanas (4,1%).

O mesmo não aconteceu para a mensuração da variável preconceito e a discriminação de estudantes e seus desdobramentos sobre sua dificuldade de estudar. Desta vez, muitas variáveis parecem alterar o padrão populacional, deixando mais claros os marcadores sociais sobre os quais a variável pesa. Deixando para trás o sexo, pois ele mostrou-se irrelevante para esta análise, a cor ou raça emerge com força dentre as demais.

Partindo de um percentual de 4,6% como o referencial de todo o público participante da pesquisa que apontou esta variável como predominante sobre a qualidade de seus estudos, pode-se perceber que pessoas de cor ou raça branca, amarela e parda encontram-se abaixo do percentual global e têm percentuais muito próximos. Todavia, pessoas pretas e indígenas, e suas variações quilombolas e aldeadas ou não, encontram-se num patamar que é, ao menos, o dobro do público geral (Gráfico 5-14). ►

60 As variáveis “Ingresso pelas cotas”, “turno”, “idade”, “origem escolar” e “renda *per capita*” não mostraram relevantes significâncias.

Gráfico 5-14: Percentual de discentes que acusam o impacto da discriminação e preconceito sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Acompanham os (as) pretos (as) e indígenas na condição de vitimados (as) em seu desempenho por razão de intolerância também estudantes com deficiência (8,2%), ingressantes por cotas (5,7%), participantes de programas acadêmicos extracurriculares (5,8%) e de assistência estudantil (7,5%), munícipes de cidades de IDHM muito alto (5,8%), das áreas de Ciências Humanas (6,2%) e Linguística, Letras e Artes (6,7%) e de "até meio SM" *per capita* (5,5%).

Outros marcadores podem definir uma condição mais livre das ações discriminatórias e preconceituosas, são eles a localização do *campus* na região Norte ou fora de sede, bem como a faixa etária abaixo dos 18 anos e a origem escolar em instituições privadas.

5.6.4 Sobre as vulnerabilidades sociais

Conjugadas sob o guarda-chuva das vulnerabilidades sociais, as variáveis falta de acesso a materiais didáticos fundamentais, trabalho, tempo de deslocamento para a universidade, maternidade e dificuldades financeiras têm um importante peso sobre o desempenho acadêmico universitário[61]. Algumas figuram entre aquelas mais responsabilizadas pelas dificuldades nos estudos.

A princípio poder-se-ia questionar porque o trabalho e a maternidade ou paternidade figuram entre as variáveis, uma vez que não seriam, necessariamente, marcadores sociais de vulnerabilidade. A razão reside no fato de que estudantes em condições socioeconômicas mais abastadas seguramente teriam o trabalho como uma escolha (não um imperativo) e a maternidade ou paternidade em exercício cujos suportes minimizariam impactos sobre os estudos. Isto significa que, somente estudantes vulneráveis socialmente tomariam estas duas variáveis como preditores de dificuldades.

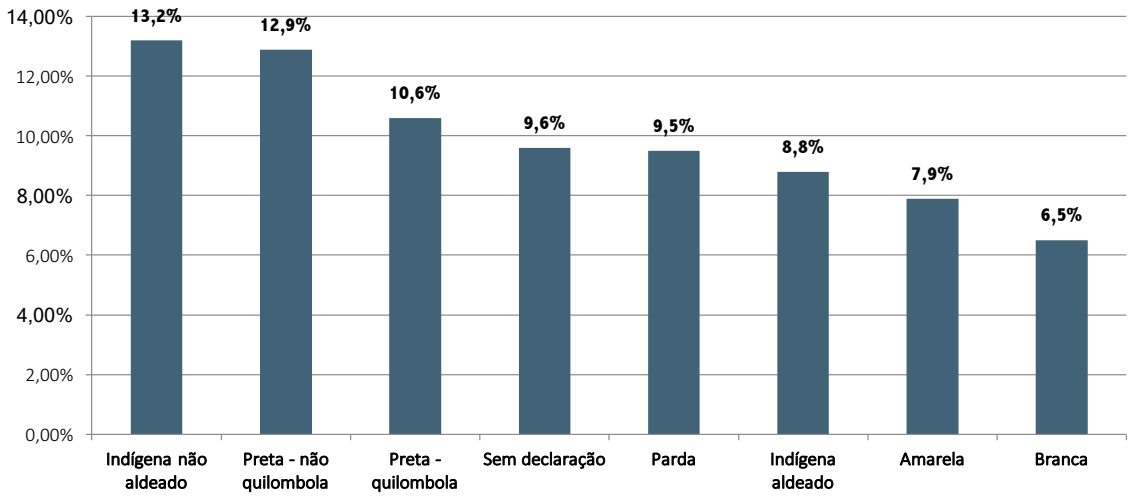
De forma ampla, 8,6% de discentes acusaram dificuldade de acesso a materiais em seu desempenho acadêmico. Sabe-se que, muito embora pública e gratuita, a educação nas IFES redunda em gastos por parte do corpo discente. Para além daqueles diretamente ligados à sobrevivência e dignidade fundamentais e so-

61 Na Introdução do Relatório define-se "estudante vulnerável".

bre os quais a vida estudantil gera demandas, como a alimentação, a moradia e o transporte, há cursos em que os materiais essenciais para o desenvolvimento das disciplinas (réguas, calculadoras, tintas equipamento odontológicos etc.) são determinantes da permanência ou não do (a) estudante. Os cursos com os mais altos percentuais de estudantes que acusam dificuldades de acesso a materiais são: Luteria (42,6%), Interpretação (32,0%), Ciências Socioambientais (29,5%), Engenharia e Exploração e Produção de Petróleo (22,8%), Cinema e Audiovisual (22,6%) e Engenharia Nuclear (22,4%).

Percebe-se que são mais atingidos (as) por esta dificuldade discentes do sexo feminino (9,3%) do que masculino (7,7%). No Gráfico 5-15, estudantes não brancos (as) são mais atingidos (as) do que os (as) brancos (as).

Gráfico 5-15: Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade de acesso a materiais sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

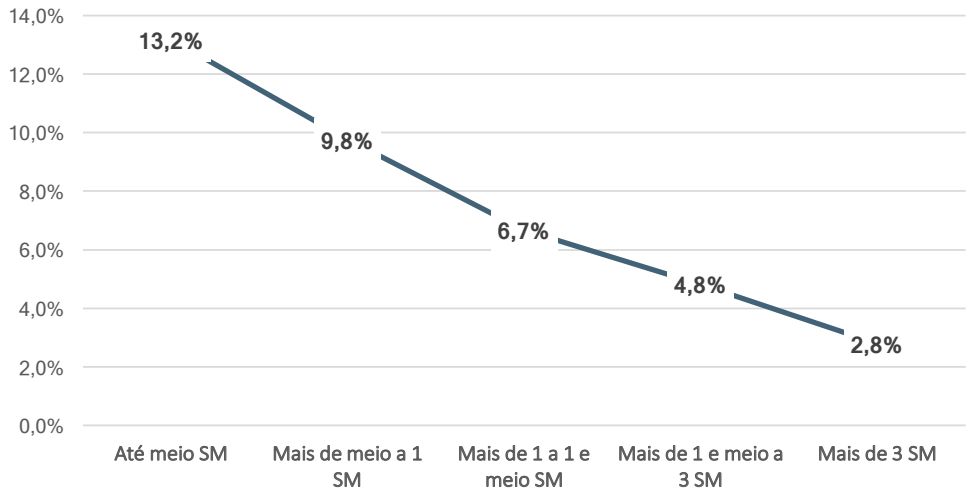
Também encontra-se acima do percentual global: pessoas com deficiência (11,7%), cotistas (11,4%), estudantes que participam de atividades extracurriculares (9,9%), estudantes assistidos (as) por políticas de permanência (13,1%), municípios de baixo e médio IDHM (12,2% e 13,5%), na região Norte do país (12,1%) e preferencialmente nas áreas de Ciências Humanas (10,8%) e Linguística, Letras e Artes (11,4%), com trajetória em escolas públicas (10,1%). Destaca-se entre os grupos com percentuais abaixo do global: não cotistas (6,6%), não assistidos (as) pelas políticas de permanência (6,7%) e de origem nas escolas particulares (5,8%).

Especificamente sobre a renda *per capita*, a curva construída a partir dos dados da V Pesquisa demonstra que quanto maior a renda, menor a dificuldade de acesso aos materiais, e por conseguinte, maior o acesso às disciplinas e às ferramentas de aprendizagem (Gráfico 5-16). É nítido que a gratuidade da educação não é suficiente para garantir condições de igualdade, equidade e justiça.

De acordo com o Gráfico 5-16, 13,2% dos (as) estudantes com renda *per capita* na faixa de renda familiar *per capita* "até meio SM" indicam as dificuldades de acesso a materiais didáticos como determinante no desempenho acadêmico, enquanto 2,8% dos (as) discentes na faixa de renda familiar *per capita* "mais de 3 SM"

acusam a mesma dificuldade. Seguramente a distância entre estes grupos seria maior se não houvesse nas IFES programas de concessão ou empréstimo de materiais didáticos. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018 (ano base 2017), dos mais de 241 mil estudantes que recebem algum tipo de bolsa de assistência estudantil (alimentação, transporte, moradia, permanência etc.), 8,4% tem acesso ao programa de garantia de material didático (INEP, 2018b).

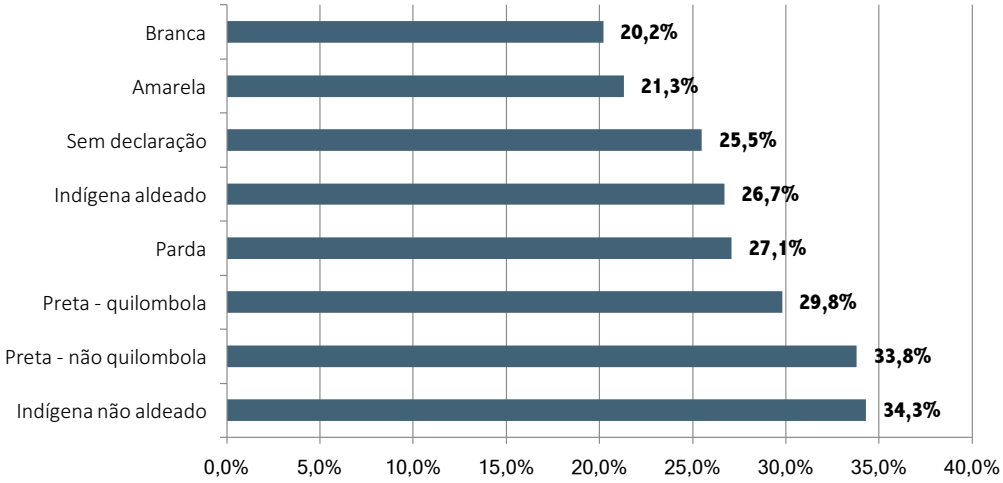
Gráfico 5-16: Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade de acesso a materiais sobre seu rendimento acadêmico por renda *per capita* - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Acerca propriamente das dificuldades financeiras, pode-se captar uma realidade parecida com aquela vislumbrada quanto ao acesso aos materiais didáticos. Do total de discentes, 24,7% relatam essa dificuldade. Inicialmente, deve-se afirmar que a dificuldade financeira é mais prevalente para pessoas do sexo feminino (25,3%) do que para as do sexo masculino (24,0%). Para o critério de cor ou raça, as diferenças são bem mais agudas. Enquanto 20,2% de brancos (as) sentem a dificuldade financeira interferindo em seus estudos, pretos (as) quilombolas a sentem para 29,8% dos casos, pretos (as) não quilombolas para 33,8% e indígenas não aldeados (as) para 34,3% (ver gráfico 5-17). ►

Gráfico 5-17: Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade financeira sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça – 2018 (em %)

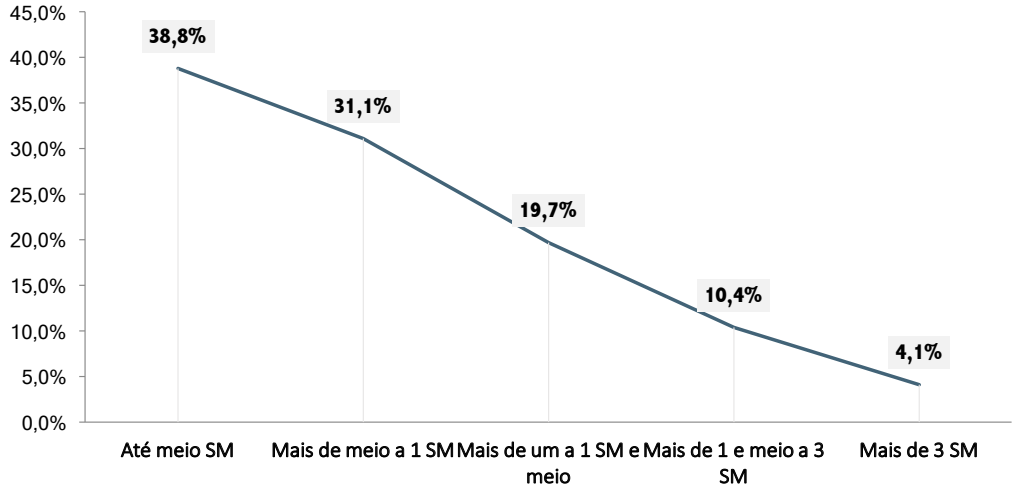


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Tais dificuldades também afetam de forma diferente: discentes com deficiência (29,3%) do que sem deficiência (24,5%); ingressantes pelas cotas (32,2%) do que por ampla concorrência (19,4%),; participantes de atividades extracurriculares (26,7%) do que não participantes (23,1%); assistidos (as) (38,6%) do que não assistidos (18,8%) por programas de permanência; em *campi* localizados em municípios cujos IDHM sejam muito baixos (37,9%), baixos (28,3%) e médios (26,7%) do que os demais municípios (estes estando próximos do percentual global) ; na região Norte (28,2%) mais do que as outras(estas próximas do percentual global); mais para as áreas de Linguística, Letras e Artes (30,6%) e Ciências Humanas (29,2%) do que para as Engenharias (20,9%) e, por fim, mais para quem teve trajetória na escola pública (29,9%) do que na particular (15,3%).

Em razão do conteúdo particular da variável, será importante dedicar um espaço especial para as dificuldades financeiras em cruzamento com os níveis de renda *per capita*. O Gráfico 5 18 é categórico ao apontar a distância abissal entre estudantes inseridos (as) na faixa de renda familiar *per capita* "até meio SM" (38,8%) e aqueles (as) com na faixa de renda *per capita* "mais de 3 SM" (4,1%). ►

Gráfico 5-18: Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade financeira sobre seu rendimento acadêmico por renda *per capita* – 2018 (em %)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Entretanto, há outras formas de olhar os mesmos números. Dos aproximadamente 70,0% dos (as) estudantes que se encontram dentro do perfil de renda *per capita* do PNAES, cerca de 31,0% indicam as dificuldades financeiras como preponderantes sobre o rendimento acadêmico. Por que os (as) demais estudantes inseridos na faixa de renda de "até 1 e meio SM" não fizeram a mesma indicação? Há duas hipóteses que podem motivar outros estudos e que aqui serão adiantadas. Uma delas pode levar a uma resposta que encontre nos apoios familiares mais diversos fontes de suporte que dirimam os efeitos da dificuldade financeira. Outra resposta pode ser encontrada na ação da própria assistência estudantil. Os programas de permanência desenvolvidos com ou sem o financiamento do PNAES são fundamentais para a manutenção do vínculo e a conclusão. Os dados mais recentes do último Censo da Educação Superior (INEP, 2018b), ainda que subestimem o alcance da política de assistência estudantil[62], são importantes para a confirmação de que estudantes cobertos por programas de permanência estão cursando mais (77,6% contra 68,6%), trancando menos suas matrículas (5,3% contra 9,2%), evadindo ou desvinculando menos de seus cursos (5,7% contra 11,7%) e formando na mesma proporção (9,7% contra 9,6%).

De posse destas reflexões, passa-se agora para a análise acerca do trabalho, ou mais especificamente da presença da carga horária excessiva de trabalho como empecilho para o desenvolvimento dos estudos.

Obviamente, estes dados dizem respeito somente a discentes que se encontram na condição de trabalhadores (as) com ou sem remuneração e cuja jornada compete com as atividades acadêmicas. O percentual de estudantes que relatam esta dificuldade é de 12,6%, com leve superioridade para pessoas do sexo masculino (13,6%), autodeclarados (as) brancos (as) (13,3%) – com destaque para o volume bem menor para pretas quilombolas (8,5% e indígenas aldeadas (2,5%) -, ingressantes por ampla concorrência (13,6%), que não participa de atividades extracurriculares (13,4%), sem cobertura da assistência estudantil (13,8%), em municípios com IDHM

62 O levantamento que o MEC faz junto às IFES refere-se exclusivamente ao chamado "apoio social" referente às bolsas de alimentação, moradia, transporte, permanência, trabalho e material didático, deixando de fora as ações de creche, inclusão digital, esporte, cultura, acompanhamento pedagógico, acessibilidade e saúde.

muito alto (16,6%) e estudando no *campus* sede (13,5%) ou nas regiões Sul e Sudeste (14,5% e 13,5%, respectivamente). Os maiores percentuais foram encontrados entre estudantes dos cursos noturnos (21,2%), das Ciências Sociais Aplicadas (18,0%), com mais de 24 anos (20,6%) e fora do perfil de renda do PNAES (17,5%). Por seu turno, a jornada de trabalho excessiva não se mostrou relevante para diferenciar discente pela deficiência ou origem escolar.

Outro componente daquilo que se está chamando de vulnerabilidades sociais é o tempo de deslocamento para a universidade. Ele foi inserido como questão objetivando extrair a impressão de que o período gasto no deslocamento pode trazer um conjunto de dificuldades para a permanência, o acompanhamento das disciplinas e a fruição de oportunidades acadêmicas. É provável que seus valores sejam mais elevados para grandes centros urbanos cujo tamanho exija redes de transporte de grandes dimensões. De certa forma foi o que se viu a partir dos dados. Inicialmente, importa tomar como referência o percentual global de estudantes que acusam o tempo de deslocamento como promotor de dificuldade de estudar no patamar de 18,9%.

O peso do deslocamento parece ser maior entre discentes do sexo feminino (20,5%) do que do masculino (16,9%), de cor ou raça preta não quilombola (21,7%), cotistas (21,4%), participantes de programas de assistência estudantil (21,7%), de municípios com IDHM muito alto (24,6%), de *campus* sede (21,3%), do Sudeste (21,9%) e para renda familiar *per capita* "Mais de meio e 1 SM" (21,3%). Ainda que outras rendas próximas, mais baixas ou mais altas, estivessem dentro do perfil do PNAES, os percentuais de discentes que relataram essa dificuldade se encontravam muito próximas da referência geral (18,9%), reduzindo o peso da renda como uma variável tão determinante como noutros cruzamentos. Vale ainda destacar que não houve grande discrepância entre perfis de grupos quando os critérios eram a deficiência, o turno, a atividade extracurricular, a área do conhecimento e a origem escolar.

Por fim, mas ainda dentro das vulnerabilidades sociais, deve-se considerar aqueles (as) estudantes que assinalaram a maternidade ou a paternidade com o variável que dificulta a vida estudantil. Foram 2,8% dos (as) discentes nesta condição. Sendo de 3,8% entre estudantes do sexo feminino e 1,7% entre estudantes do sexo masculino. Outra maneira de olhar essa comparação é notar que entre estudantes com essa dificuldade elas são 72,3% e eles 27,3%. Racialmente, os grupos estão muito próximos do percentual global e estudantes brancos (as) (2,4%) num patamar menor do que os (as) demais. Também são mais sensíveis a esta variável os (as) estudantes de cursos noturnos (3,6%), assistidos (as) por políticas de permanência (3,6%), com *campi* na região Norte (3,4%), da área das Ciências Humanas (4,2%), para faixa etária superior a 24 anos (5,5%) e na faixa de renda *per capita* de até meio salário mínimo (4,0%), sendo indiferente para pessoas com deficiência, ingressantes por cotas, participantes de atividades extracurriculares, para quaisquer IDHM, se *campus* avançado ou sede e a origem escolar.

5.6.5 Sobre os problemas pedagógicos

Para abordar um conjunto de problemas de natureza pedagógica, foram reunidas as variáveis dificuldade de aprendizagem, falta de disciplina de estudo, carga excessiva de trabalho acadêmico e relação com professor.

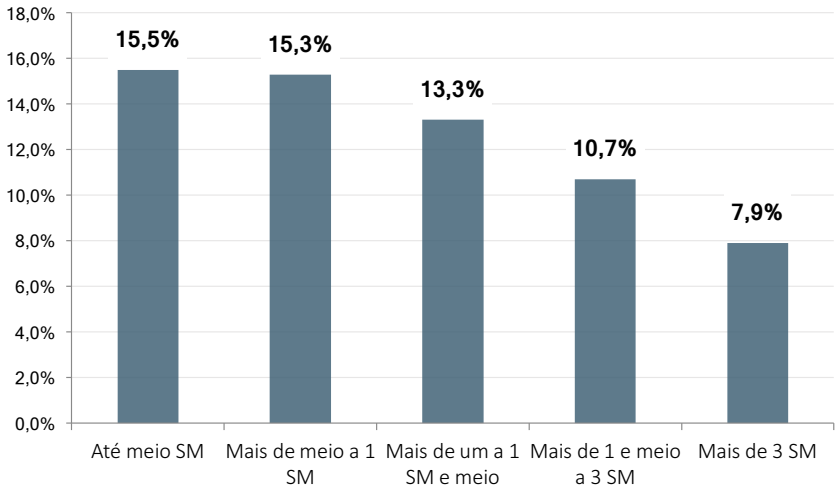
Acerca das primeiras, pode-se dizer que as dificuldades de aprendizagem atrapalham o desempenho de

13,4% de discentes.[63] Na pesquisa não houve o detalhamento da natureza da dificuldade, assim o tratamento possível comportará uma abordagem mais genérica, deixando o estímulo para estudos mais profundos de investigação.

Mais estudantes do sexo feminino, de acordo com os dados, declaram ter dificuldade de aprendizagem (15,2%) do que aquelas do sexo masculino (11,2%). Estes percentuais estão em rota de colisão com as conclusões da bibliografia especializada em dificuldade de aprendizagem. Em trabalho de revisão de textos em periódicos entre os anos de 2013 e 2018 acerca do fenômeno em crianças, concluíram que há convergência para o diagnóstico de baixo desempenho escolar e a maior dificuldade de aprendizagem dos meninos, normalmente associado ao comportamento externalizante e à baixa autoeficácia, assim como a presença de um especial contexto social e familiar que estimula mais as meninas a serem disciplinadas e responsáveis, condições essenciais para o processo de aprendizagem (RODRIGUES; RODRIGUES; MELO, 2018).

Quem se declara de cor ou raça preta também indica dificuldade na casa dos 15%, enquanto as autodeclaradas brancas ficam no patamar dos 12%. Destoa mais o percentual de estudantes com dificuldade entre aqueles com deficiência (19,3%), levando as demais disparidades para níveis de menor diferença entre o pico e o teto. Este é o caso de ingressantes por cotas (16,5%) e por ampla concorrência (11,2%); estudantes de turno noturno (11,3%) e integral (15,3%); assistidos (as) por políticas de permanência (18,7%) e não assistidos (as) (11,1%); *campus* em municípios de IDHM muito baixo e baixo (5,3% e 10,4%, respectivamente); originários (as) de escolas públicas (14,9%) e particulares (10,6%) e, por fim, com renda *per capita* distintas. Para este último quesito, pode-se dizer que quanto menor a renda, maior o percentual de discentes que indicam dificuldades de aprendizagem (Gráfico 5-19).

Gráfico 5-19: Percentual de discentes que acusam o impacto da dificuldade de aprendizagem sobre seu rendimento acadêmico por renda *per capita* - 2018



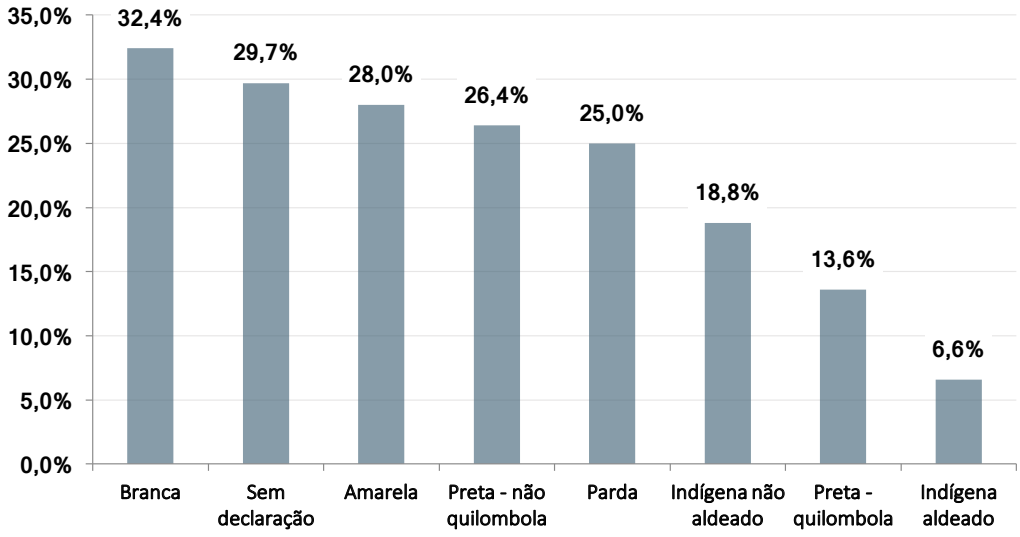
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

63 Importa adiantar que aqui não se entende por dificuldade de aprendizagem as chamadas "desordens" nas quais são inseridas a dislexia, dislalia, discalculia, disgrafia, entre outras.

Para variáveis como região, tipo de *campus* (sede ou fora de sede) e se participa de atividade extracurricular, os dados não mostraram a mesma magnitude de discrepâncias.

Curiosamente, os problemas pedagógicos não apresentam a mesma lógica de perfil. Até o instante, mas com alguma variação, tem-se apontado que os tradicionais marcadores sociais que indicam vulnerabilidades e desigualdades penalizam regularmente os mesmos grupos ou públicos. Para a variável falta de disciplina ou hábito de estudo a lógica é invertida. Para que nunca se perca o referencial, 28,4% dos (as) estudantes das IFES apontam esta dificuldade como determinante para o insucesso nos estudos. Dentre os grupos que se encontram acima desta baliza estão as pessoas do sexo masculino (29,3%) mais do que as do sexo feminino (27,6%), auto declarados (as) de cor ou raça branca (32,4%) (Gráfico 5-20), ingressantes por ampla concorrência (29,3%) mais do que cotistas (27,0%), dos cursos integrais (31,2%) mais do que noturno (24,8%), participante de atividade extracurricular (31,3%), IDHM muito alto (36,1%), de cursos no *campus* sede (30,5%), da região Sudeste (33,3%), dos cursos de Engenharias (33,7%), com origem em escolas particulares (34,6%) e com renda *per capita* acima do teto de renda do PNAES (36,3%), reservando para a variável participação em programas de assistência estudantil a indiferença.

Gráfico 5-20: Percentual de discentes que acusam o impacto da falta de disciplina ou hábito de estudos sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça – 2018 (em %)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Todavia, é preciso lembrar que a própria dinâmica acadêmica pode gerar dificuldades para a realização dos estudos. Um dos casos possíveis diz respeito à carga excessiva de trabalhos estudantis, entre eles as aulas, os trabalhos, as provas, atividades de pesquisa e de extensão. Ela é sentida como determinante para 23,7% dos (as) estudantes das IFES, sendo mais frequente em discentes do sexo feminino (27,5%) do que do masculino (19,0%), brancos (as) (26,5%) do que para as demais, para cursos integrais (31,0%) do que para noturnos (15,7%), para participantes de atividades extracurriculares (32,3%) do que para não participantes (16,6%), cobertas pela assistência estudantil (28,2%) do que não cobertas (21,7%), em *campus* localizados em municípios de IDHM muito alto (31,2%), na sede (25,5%) e nas regiões Sul (27,4%) e Sudeste (28,4%), principalmente na área das Ciências

da Saúde (36,1%), com estudantes originários de escolas particulares (26,95) mais do que das públicas (21,9%) e com renda *per capita* acima do limite estabelecido pelo PNAES (26,6%), sendo indiferente para o tipo de ingresso, se por cotas ou ampla concorrência.

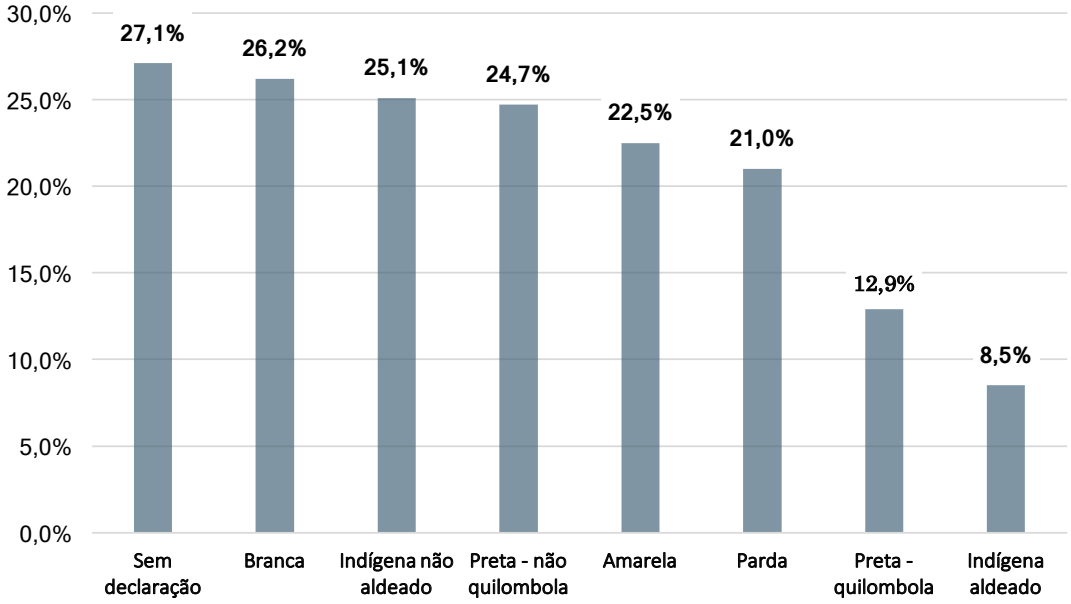
5.6.6 Sobre a saúde física e mental

Há na V Pesquisa algumas questões sobre a saúde física e mental do (a) estudante e, nesta sobre dificuldades de estudar há também outras duas: uma que envolve a saúde em geral, normalmente interpretada como a saúde física e outra sobre os problemas de ordem emocional que se pode também denominar de saúde mental.

Acerca daquilo que se chamou de saúde em geral, 5,9% dos (as) estudantes acusaram este como um problema para o desenvolvimento adequado dos estudos. O peso dele sobre os grupos sociais é diferente, penalizando com maior frequência discentes do sexo feminino (7,4%), indígenas não aldeados (as) (7,2%) – apesar de pouca diferenciação entre as demais cores / raças -, com deficiência (12,9%), que participam em programas extracurriculares (7,0%) e cobertos por políticas de permanência (8,3%). A variável realmente destoante, foi a deficiência. Outras variáveis apresentaram resultados indiferentes para a saúde como determinante das dificuldades estudantis, dentre elas as cotas, o turno, o *campus* sede, a região, a área de conhecimento e a origem escolar. Por outro lado, há quesitos que, ao contrário dos anteriores, indicam menor possibilidade de prejuízo acadêmico, como foi o caso do IDHM baixo, faixa etária menor do que 18 anos e renda *per capita* maior do que o limite de renda do PNAES.

Já os problemas emocionais ou no campo da saúde mental apresentam um percentual bem maior de estudantes que os associam com as dificuldades para estudar. Eles atingiram 23,7% do público pesquisado e os perfis apresentam polarizações mais nítidas e perceptíveis. Parte-se das pessoas do sexo feminino para se constatar que são vítimas muito mais recorrentes (28,6%) do que as de sexo masculino (17,7%). Racialmente, os problemas emocionais são mais numerosos para pessoas brancas (26,2%), indígenas aldeadas (25,1%) e pretas não quilombolas (24,7%), sendo que as demais não suplantaram o percentual global do público (Gráfico 5-21). ►

Gráfico 5-21: Percentual de discentes que acusam o impacto das dificuldades emocionais sobre seu rendimento acadêmico por cor ou raça - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Também são mais expressivos entre estudantes com deficiência (27,7%), matriculados em cursos integrais (27,1%), que participam de atividades extracurriculares (28,3%), cobertos (as) por políticas de permanência (30,1%), em municípios de IDHM muito alto (30,4%), nos *campi* sede (25,5%), na região Sudeste (28,7%) e Sul (27,1%), predominantemente nas áreas de Ciências Biológicas (28,5%) e originários de escolas particulares (26,6%). Por outro lado, não parecem relevantes outras variáveis que sempre tiveram muito peso para definição de perfis, ilustrado pelos casos das formas de ingresso (por cotas ou ampla concorrência) e da renda *per capita*.

5.7 ASSÉDIO MORAL

A categoria "assédio moral" foi trazida para a V Pesquisa sem que houvesse muita experiência nas versões anteriores. No limite supunha-se que a pergunta sobre dificuldades de relacionamento com docentes pudesse abarcar, dentre outras coisas, o próprio assédio. Na versão de 2003 ela apareceu somente para captar a intensidade do assédio, mais do que o quantitativo de assediados (as). Opaca como estava, a questão impedia a leitura sobre uma forma de violência entre docentes e discentes, razão pela qual se decidiu pela incorporação da temática com maior clareza.

Quando levado (a) ao questionário, o (a) estudante encontrava um balão explicativo que enunciava o conteúdo do assédio moral como sendo "uma situação de constrangimento, menosprezo ou humilhação a que o (a) estudante foi submetido (a) por docente". As definições utilizadas pela bibliografia especializada guardam alguma proximidade com aquela usada na pesquisa.

Ao que tudo indica, a expressão foi cunhada pela primeira vez em obra de Hirigoyen (2002) com o objetivo de descrever as atitudes de violência no ambiente de trabalho para diminuir uma pessoa em condição hierárquica inferior com regularidade. Análises no campo psicossocial tem registrado desdobramentos negativos na saúde das pessoas vitimadas, tais como reações psicopatológicas (como ansiedade, apatia, depressão, insegurança, insônia, etc.), reações psicossomáticas (como hipertensão arterial, dispneia, crise de asma, palpi-

tações cardíacas, taquicardia, perda de cabelo, dores generalizadas no corpo, problemas cardíacos, enxaquecas, disfunções sexuais, etc.) e também reações do comportamento (como isolamento social, o aumento de consumo de drogas como fumo, álcool, remédios ou outras, atitudes agressivas, disfunções alimentares, etc.) (CARAN, 2007, p. 69).

Não obstante registre origem e prevalência no ambiente laboral, as pesquisas sobre educação produziram adaptações para que também se pudesse caracterizá-lo para a sala de aula, preservando os três aspectos fundamentais: a diminuição da pessoa, a hierarquia e a regularidade. A ampliação do escopo do assédio também para o ambiente escolar, inaugurando a denominação docenting para descrever o fenômeno, é recente e ainda não consolidou um grande volume bibliográfico.

Uma das obras no campo foi aquela escrita por Coleta e Miranda (2003), na qual se apresentou as conclusões de pesquisa em Instituições de Ensino Superior de Minas Gerais, tanto públicas quanto privadas, com 1.132 estudantes. O resultado da aplicação dos questionários possibilitou a constatação de, pelo menos, doze formas de assédio moral atribuídos por discentes a docentes:

> "1) Agressão física: Ameaçar ou agredir fisicamente o aluno; atirar objetos no aluno para despertar sua atenção; recolher, de forma agressiva, cola do aluno, inclusive agredindo-o fisicamente. 2) Agressão verbal aos alunos: Tratar os alunos com termos pejorativos, palavras de baixo calão. 3) Ameaças aos alunos: Ameaçar aumentar o nível de dificuldade das provas, dar faltas aos alunos, reprovar a turma, retirar da sala de aula certos alunos, expulsar aluno da instituição. 4) Acusação agressiva e sem provas: Alegar, de forma agressiva e sem provas, que os alunos copiaram trabalhos ou estão colando; revistar, de forma agressiva, os materiais dos alunos por suspeitar que estejam colando. 5) Assédio sexual: Assediar sexualmente o aluno, convidando-o para manter relações sexuais, fazendo-lhe sinais e carícias, propondo-lhe permuta de notas por favores sexuais, tentando agarrá-lo nas dependências da instituição. 6) Comentários depreciativos, preconceituosos ou indecorosos: Fazer comentários pejorativos e preconceituosos sobre a orientação sexual dos alunos, sobre a escolha de sua profissão, sobre determinado credo religioso, sobre habilidades dos alunos, sobre o nome de aluno, sobre a cidade de alunos. 7) Tratamento discriminatório e excludente: Dar tratamento diferenciado a alunos devido a sua aparência física, condição financeira, que vivem na cidade em que a instituição está situada; com idade mais avançada, com facilidade de aprendizagem; receber trabalhos de alguns alunos fora da data marcada; classificar os alunos de acordo com a posição ocupada em sala de aula. 8) Rebaixamento da capacidade cognitiva dos alunos: Comparar os alunos, de forma irônica, com alunos de outras instituições ou outros grupos de ensino; Enaltecer seus próprios conhecimentos, ridicularizando os erros dos alunos em provas, perguntas e trabalhos; Ler, em voz alta, as notas, enfatizando, com comentários depreciativos, os alunos que obtiveram baixo rendimento; Impedir que os alunos opinem por considerar que eles não possuem capacidade para tal; Insultar aluno que não conseguiu realizar atividades ou que faz perguntas sobre a mesma; Fazer comentários em público sobre as dificuldades, desempenho ou erros dos alunos. 9) Desinteresse e omissão: Ser omisso, demonstrar desinteresse, não repassando aos alunos as devidas orientações para a realização de trabalhos práticos, ao ministrar o conteúdo; pela apresentação dos trabalhos dos alunos. 10) Uso inadequado de instrumentos pedagógicos, prejudicando os alunos: Administrar exercícios, valendo nota, sem explicar a matéria contida nos mesmos; Aplicar prova, que demanda mais tempo para ser resolvida do que o disponível; Aumentar o nível de dificuldade das provas, como forma de punir os alunos; Punir, através de prova com maior nível de dificuldade, aluno que não se sujeitou ao assédio sexual do professor; Realizar atividades valendo nota em dias que alunos, por motivo justo, não puderam estar presentes; Avaliar trabalho somente pela aparência / estética. 11) Recusa em realizar seu trabalho: Negar-se a esclarecer as dúvidas ou ouvir os comentários dos alunos, demonstrando desinteresse, alegando que

> a dúvida é desnecessária, que o aluno consultou material inadequado, que já havia explicado a questão anteriormente. 12) Abandono do trabalho em sala de aula: Reclamar da conversa em sala de aula, retirando-se e negando-se a ministrar as aulas no restante do período; pela ausência da maioria dos alunos" (COLETA; MIRANDA, 2003, p. 6).

Das formas catalogadas, merecem destaque em volume decrescente o rebaixamento da capacidade cognitiva (28,3%), a agressão física (22,2%), os comentários depreciativos, indecorosos ou preconceituosos (12,0%), a recusa em realizar seu trabalho (9,0%) e o uso inadequado de instrumentos pedagógicos (8,3%).
Em outro estudo, Muniz, Machado e Vieira (2018) descobrem em pesquisa realizada com estudantes da UFPE que 40,3% dos discentes disseram ter sido vítimas desta violência, sendo 39,5% de todo o público feminino e 41,7% de todo o público masculino. A pesquisa não foi além deste perfil social, interessando-se mais pela descrição das condições, perfil do (a) agressor (a) e repercussões psicológicas sobre o (a) agredido (a). A incipiência do campo científico em questão não permite produzir voos mais audaciosos, capazes de perceber mais detalhes sobre a natureza e os determinantes sociais e históricos. Esta condição também afetará a leitura sobre o objeto deste relatório e, sem espaço para teorização de fôlego, optou-se pela descrição de possíveis marcadores sociais comumente percebidos como determinantes da exclusão e preconceito e que possam se comportar como facilitadores da agressão.

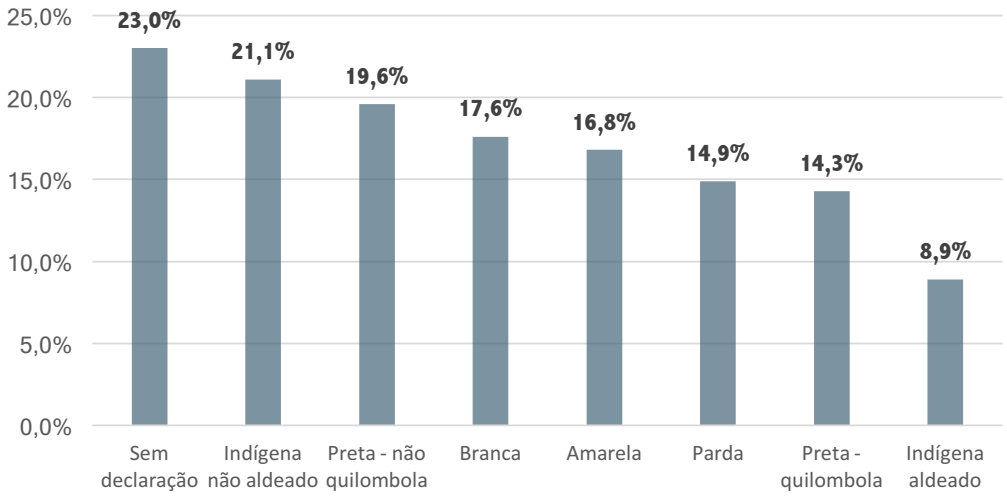
A V Pesquisa, por sua vez, inquiriu sobre a presença do assédio por docentes e o registro formal da reclamação. Diferentemente dos resultados supracitados para UFPE, nacionalmente apenas 16,8% dos (as) discentes se dizem vítimas de assédio moral. É possível perceber neste público alguns perfis cuja agressão é mais regular. Um primeiro perfil muito claro envolve o sexo, o gênero e a sexualidade. Viu-se que 62,8% das vítimas são do sexo feminino e 36,6% do sexo masculino. Além disto, quanto mais o gênero declarado se afasta do padrão dominante, maior o volume de assédio. Recortando o público por gênero, pode-se perceber o percentual de indicações de assédio, numa sequência decrescente, para estudantes não-binários (as) (26,8%), mulheres transexual e transgênera (21,5%), homens transexual e transgênero (20,2%), mulheres cisgênera (19,8%) e homem cisgênero (13,7%). O mesmo fenômeno se capta para a orientação sexual, pois a lógica aparentemente dominante revela uma preferência pela vitimação para as pessoas que mais distantes se colocam em relação à heteronormatividade. A comprovação pode ser alcançada na ordem decrescente de percentis de vitimação dentro do público que se autodeclara pansexual (30,2%), bissexual (27,2%), assexual (23,7%), homossexual (23,5%) e heterossexual (14,9%).

Também o público com deficiência (21,1%) reclama a violência em maior volume do que o público sem deficiência (16,6%). O mesmo ocorre para quem está coberto por programas de Assistência Estudantil (20,1%), contra aquelas pessoas que estão fora da cobertura (15,4%), ou com as faixas etárias na qual se pode afirmar que quanto maior a idade, maior a associação com assédio moral, pois estudantes como na faixa etária "17 anos em menos" acusam a violência em 4,8% do público, já aquelas entre estudantes na faixa "18 e 24 anos" manifestam em 16,1% e estudantes com "25 anos e mais" são 19,1%.

Curiosamente, poder-se-ia imaginar que esta lógica da manifestação do assédio associado a outros marcadores sociais de vulnerabilidade se repetiria. Mas não é isso que se pode perceber. Há situações em que a lógica é invertida e noutras ela é dúbia. Os marcadores de cor ou raça colocam perfis tipicamente vulneráveis tanto entre os mais assediados, quanto entre os menos assediados. Não obstante a confusão apriorística e

ignorando aquela parcela que não quis se declarar racialmente, deve-se ter como claro que indígenas não aldeados e pretos (as) não quilombolas são os públicos preferenciais da violência docente (Gráfico 5-22).

Gráfico 5-22: Percentual de discentes vítimas de assédio moral por parte de docentes, segundo cor ou raça - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Os casos de lógica invertida parecem querer apontar que o assédio moral de docentes pode estar vinculado a um perfil de vítima normalmente menos vulnerável, com condições sociais e acessos a bens e serviços diferenciados. Ademais é plausível supor que estes perfis tem mais facilidade de reconhecer o assédio e a não considerar normal situações de humilhação da parte de docentes.

Note-se, para iniciar a sequência de percentuais que respondem a esta caracterização, o caso da renda familiar *per capita*. De modo geral, quanto maior a renda, maior o índice de assédio, já que entre estudantes inseridos (as) na faixa de renda familiar *per capita* "até meio SM", "mais de meio a 1 SM", "mais de 1 a 1 e meio SM" e aqueles na faixa de renda acima do limite estabelecido pelo PNAES, o percentual de assediados seria 14,5%, 17%, 17,8% e 18,4% respectivamente.

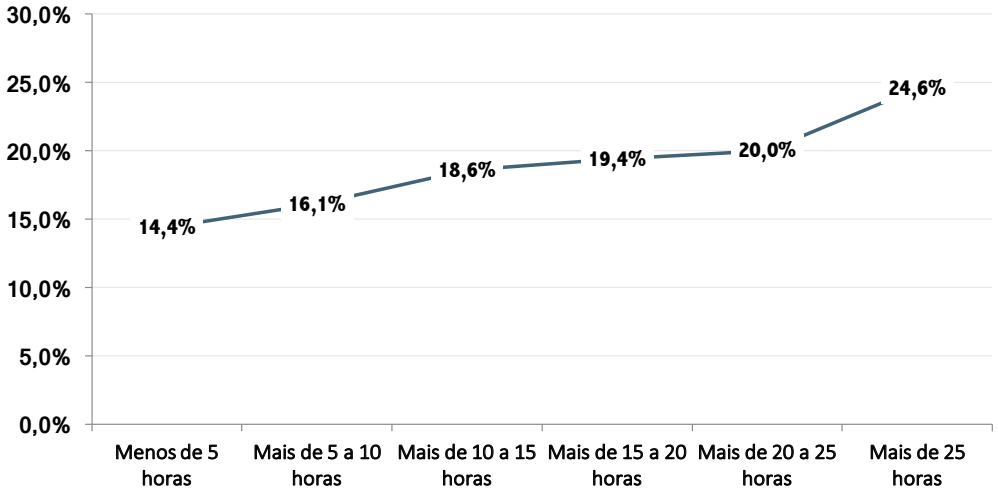
Também entre aqueles (as) que estudam no *campus* sede (18,3%) o índice é maior do que entre aqueles (as) que estudam fora de sede (13,1%). O mesmo ocorre para *campus* em municípios de muito alto IDHM (19,9%) e baixo IDHM (9,1%), nas regiões Sudeste (18,8%) e Sul (18,1%), por um lado e Centro-Oeste (16,2%), Nordeste (15,5%) e Norte (14,1%), por outro.

Pensando ainda a lógica da vulnerabilidade invertida, emerge sinais de que uma formação com mais oportunidades também está vinculada a percentuais mais elevados de assédio moral contra discentes. A título de ilustração, estudantes que participam de atividades acadêmicas (22,2%), manifestam índices maiores do que aqueles (as) que não participam (12,4%). Também parece ser o caso de quem ingressou via ampla concorrência (17,6%) e não pelas cotas (15,8%); ou que teve sua trajetória em maior parte (22,8%) ou somente (21,9%) em escola particular com bolsa, maior parte (19,6%) ou somente (18,5%) em escola particular e maior parte (17,8%) e somente (15,4%) em escola pública.

No mesmo diapasão, o percentual de estudantes assediados é igualmente crescente na proporção em

que se eleva o tempo dos (as) mesmos (as) dedicado aos estudos fora do horário de aula (Gráfico 5-23), o grau de domínio de língua estrangeira ou a escolaridade da mãe.

Gráfico 5-23: Percentual de discentes vítimas de assédio moral por parte de docentes, segundo faixa de tempo de horas de estudos fora da sala de aula - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Por fim, acerca do perfil do curso em que o assédio mais se manifesta, pode-se dizer que é mais comum entre cursos de Bacharelado (17,5%) do que Licenciatura (15,1%) e em turno preferencialmente integral (19,5%), e na sequência, diurno (15,7%) e noturno (13,9%).

Sobre as grandes áreas do conhecimento, a ordem decrescente apontaria as Ciências da Saúde (20,2%), as Engenharias (18,1%), seguidas pelas Ciências Agrárias (18,1%), as Ciências Biológicas (17,7%), a Linguística, Letras e Artes (17,5%), as Ciências Humanas (16,3%), as Ciências Sociais Aplicadas (15,8%), as Ciências Exatas e da Terra (13,2%) e, por fim, a área Multidisciplinar (13,0%). Dentro das áreas, destacam-se com os maiores índices de assédio os cursos de Engenharia Industrial (40,6%) e Engenharia Geológica (38,7%), todavia, uma vez que a grande área da saúde tem as maiores os maiores percentuais, os destaques ficariam para Odontologia (26,5%) e a Medicina (24,2%).

Em síntese, a prática de assédio moral de docentes contra estudantes possui uma lógica que parcialmente responde aos marcadores tradicionais de vulnerabilidade (sexo, gênero, sexualidade, deficiência e cobertura da assistência estudantil). Entretanto e ao mesmo tempo, também se relaciona aos marcadores que denotam acesso a algumas condições sociais garantidoras de bens e serviços especiais (maior renda, IDHM mais alto, região mais abastadas, domínio da língua, participação em atividades acadêmicas, escolaridade da mãe mais elevada e número maior de horas de estudo).

Agora que se conhece o perfil da vítima do assédio de docentes, pode-se buscar saber como reagiu. Da totalidade dos (as) que se sentiram atingidos (as) pela ação violenta, somente 8,3% formalizou a reclamação. Aquelas que não formalizaram a reclamação justificam sua inação no medo (20,0%), na ausência de expectativa de solução (54,5%) ou por desconhecimento dos canais de formalização (17,1%). Todas as justificativas imputam responsabilidades sobre as instituições federais de ensino superior. O medo seguramente originário da suspei-

ta de retaliação denota a fragilidade institucional para lidar com os direitos. A ausência de expectativa de solução aponta para uma tradição de impunidade e falta de efetividade dos mecanismos de controle. E, finalmente, o desconhecimento dos mecanismos indica deficiência na comunicação institucional.

As variáveis de recorte não apresentaram grandes distorções diante do percentual de ocorrências da população em geral. No entanto, pode-se destacar que o medo da retaliação que atinge um quinto da população atingida pelo assédio, chega a 25,5% para indígenas não aldeados e 40,0% para aldeados. O mesmo medo aparece no público vitimado na proporção inversa dos IDHM e da renda familiar *per capita*, ou seja, quanto maior o Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios e a renda dos estudantes, menor é a taxa de medo como justificativa da inação após assédio.

5.8 EVASÃO E TRANCAMENTOS

De forma geral, há uma enorme preocupação das Instituições Federais de Ensino Superior e também do Ministério da Educação com o contingente de estudantes que perdem o vínculo (evasão) ou protelam a conclusão (retenção).

De acordo com o Censo da Educação Superior lançado em 2018, com ano de referência 2017, as IFES possuem 70,1% de seus estudantes com a situação "cursando", 8,6% com "matrícula trancada", 10,7% desvinculado do curso, 1,0% transferido para um curso da mesma instituição e 9,6% formado (INEP, 2018b). Destas frações, o que se deveria chamar de público evadido?

A bibliografia especializada é quase consensual em definir a evasão como sendo, simplesmente, a perda de vínculo, a saída da instituição, o abandono do curso, o desligamento - do curso, instituição ou sistema-, sejam eles atos voluntários ou não (ADACHI, 2009; BAGGI; LOPES, 2011; COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO, 1996; GAIOSO, 2005; JUNIOR, 2015; POLYDORO, 2000; SILVA FILHO et al., 2007).

O dissenso emerge na advertência de que a perda de vínculo deveria ser matizada, para que se pudesse separar a fração que representa um problema público de fato daquela parte resultante de processos alheios à instituição de ensino. Nesta perspectiva se colocam poucas obras (BUENO, 1993; RISTOFF, 1999; VELLOSO; CARDOSO, 2008).

Diante da dificuldade de caracterizar o fenômeno em sua generalidade, uma vez que a maioria dos trabalhos científicos optou por estudos de caso, Morosini (2011) realizou um levantamento da causalidade da evasão em periódicos, destacando: a) os aspectos financeiros relacionados à vida pessoal ou familiar do estudante; b) os aspectos relacionados à escolha do curso, expectativas pregressas ao ingresso, nível de satisfação com o curso e com a universidade; c) os aspectos interpessoais – dificuldades de relacionamento com colegas e docentes; d) os aspectos relacionados com o desempenho nas disciplinas e tarefas acadêmicas – índices de aprovação, reprovação e repetência; e) os aspectos sociais, como o baixo prestígio social do curso, da profissão e da universidade elegida; f) a incompatibilidade entre os horários de estudos com as demais atividades, como, por exemplo, o trabalho; g) os aspectos familiares como, por exemplo, responsabilidades com filhos e dependentes, apoio familiar quanto aos estudos, etc.; h) o baixo nível de motivação e compromisso com o curso.

Apesar de um esforço teórico de revisão e síntese importante, deve-se supor que a lista de motivações pode ser mais extensa. Para exemplificar, o Relatório Final da Comissão Especial criada pelo MEC em 1996 para

diagnosticar o fenômeno (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO, 1996) aponta mais de 40 causas em três grandes grupos, quais sejam: a) fatores referentes a características individuais do estudante[64]; b) Fatores internos às instituições[65]; e c) fatores externos às instituições[66].

Curiosamente, nenhuma das outras quatro pesquisas nacionais de perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES trouxe a pergunta sobre a intenção, desejo ou pensamento de abandono do curso. No limite, desejou-se saber, nas versões anteriores, sobre os trancamentos e suas razões. Diante do ineditismo, da importância de se mensurar o fenômeno, do diálogo possível com a bibliografia e da diversidade de possíveis causas para a evasão, a V Pesquisa optou por inquirir em seu questionário se o (a) discente já pensou[67] em abandonar o curso e disponibilizou razões que permitissem razoavelmente dialogar com a bibliografi[68] .

Os resultados indicam que mais da metade (52,8%) dos (as) discentes das IFES já pensou em abandonar seu curso. E quando inquiridos sobre as razões, e o questionário permitia que fosse marcada mais do que uma alternativa, 32,8% apontam as dificuldades financeiras, 29,7% o nível de exigência acadêmico, 23,6% as dificuldades para conciliar os estudos e o trabalho, 21,2% os problemas de saúde, 19,5% as dificuldades do próprio campo profissional, 19,1% os relacionamentos no curso, 18,8% a incompatibilidade com o curso escolhido, 18,4% a insatisfação com a qualidade do curso, 15,9% os problemas familiares e 4,7% assédio, *bullying*, perseguição, discriminação ou preconceito (Gráfico 5-24). ►

64 Aspectos relacionados à escolha do curso, expectativas pregressas ao ingresso, nível de satisfação com o curso e com a universidade; Aspectos interpessoais – dificuldades de relacionamento com colegas e docentes; aspectos relacionados com o desempenho nas disciplinas e tarefas acadêmicas – índices de aprovação, reprovação e repetência; aspectos sociais, como o baixo prestígio social do curso, da profissão e da universidade elegida; Incompatibilidade entre os horários de estudos com as demais atividades, como, por exemplo, o trabalho; Aspectos familiares como, por exemplo, responsabilidades com filhos e dependentes, apoio familiar quanto aos estudos, etc.; baixo nível de motivação e compromisso com o curso.

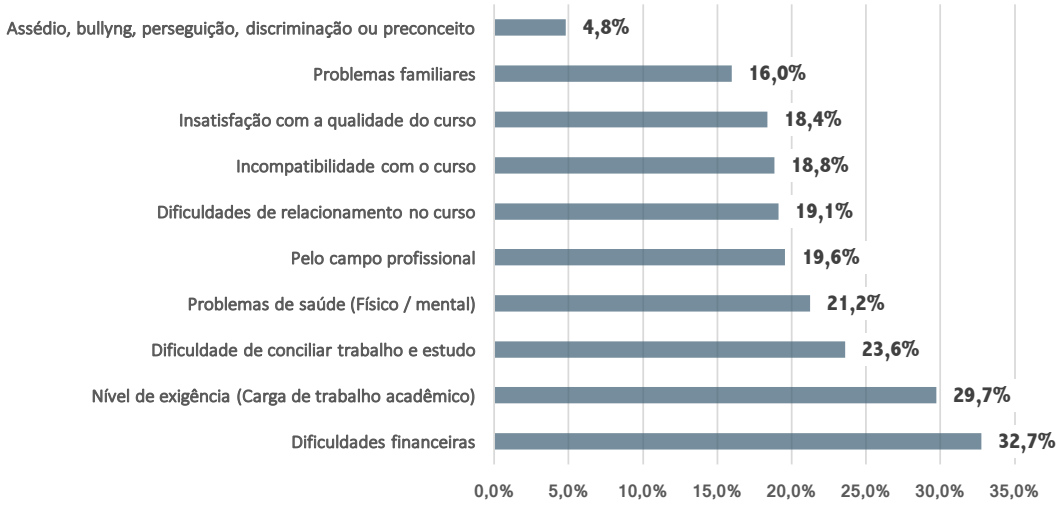
65 Peculiares a questões acadêmicas; currículos desatualizados, alongados; rígida cadeia de pré-requisitos, além da falta de clareza sobre o próprio projeto pedagógico do curso; relacionados a questões didático-pedagógicas: por exemplo, critérios impróprios de avaliação do desempenho discente; relacionados à falta de formação pedagógica ou ao desinteresse do docente; vinculados à ausência ou ao pequeno número de programas institucionais para o estudante, como Iniciação Científica, Monitoria, programas PET (Programa Especial de Treinamento), etc.; decorrentes da cultura institucional de desvalorização da docência na graduação; decorrentes de insuficiente estrutura de apoio ao ensino de graduação: laboratórios de ensino, equipamentos de informática, etc.; inexistência de um sistema público nacional que viabilize a racionalização da utilização das vagas, afastando a possibilidade da matrícula em duas universidades.

66 Relativos ao mercado de trabalho; relacionados ao reconhecimento social da carreira escolhida; afetos à qualidade da escola de primeiro e no segundo grau; vinculados a conjunturas econômicas específicas; relacionados à desvalorização da profissão, por exemplo, o "caso" das Licenciaturas; vinculados a dificuldades financeiras do estudante; relacionados às dificuldades de atualizar-se a universidade frente aos avanços tecnológicos, econômicos e sociais da contemporaneidade; relacionados a ausência de políticas governamentais consistentes e continuadas, voltadas ao ensino de graduação.

67 Note-se que não se está mensurando o número de evadidos, mas o número de estudantes que cogitou a evasão.

68 Dentre estas, estavam disponíveis para a seleção dez motivadores: 1) a dificuldade de conciliar trabalho e estudo; b) o campo profissional; 3) as dificuldades financeiras; 4) as dificuldades de relacionamento no curso; 5) o nível de exigência ou carga de trabalho acadêmico; 6) os problemas de saúde (físicos ou mentais), 7) os problemas familiares; 8) a incompatibilidade com o curso; 9) a insatisfação com a qualidade do curso; e 10) o assédio, bullyng, perseguição, discriminação e preconceito.

Gráfico 5-24: Percentual de discentes que pensaram em abandonar o curso, segundo motivo para abandonar o curso - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Capitania a lista de razões o fator socioeconômico vinculado à renda. Por um lado, ele parece apontar que as políticas de permanência continuam centrais para a permanência estudantil, não só porque esta razão é a mais proeminente e reclama diretamente a ação pública, mas porque ela é menor do que a metade do contingente que se encontra no perfil de renda de cobertura do PNAES (70,2%). Poder-se-ia inferir compreensível que um contingente próximo aos 70,0% aventasse a possibilidade de abandonar o curso por razões de ordem financeira. Mas o volume que o faz é bem mais baixo, alimentando a intuição de que as políticas de permanência podem estar cumprindo seu papel ao ponto de inibir, até mesmo, a cogitação do desligamento. Mesmo assim, podemos observar que a assistência ainda é insuficiente para parte de quem a recebe, pois 27,4% daqueles (as) discentes cobertos (as) pela assistência estudantil relatam a dificuldade financeira como uma das causas para pensar em abandono.

Há outras duas variáveis que podem estar diretamente relacionadas à organização e o funcionamento dos cursos de graduação, isto é, o nível de exigência, a incompatibilidade com os horários de trabalho e a insatisfação com a qualidade. Outros estudos em profundidade seriam necessários mensurar os pormenores do significado destes apontamentos, todavia todos nos remetem à reflexão sobre as possibilidades de redução dos índices de desligamento a partir da ação no espaço mais próximo, aquele ligados ao curso.

Há outras variáveis que podem, ainda, manter vínculo com a instituição mas numa dimensão mais ampla, como seria o caso da intervenção da gestão superior das IFES. As dificuldades de relacionamento no curso podem requerer ações de mediação institucionais, tanto quanto parte daquelas requeridas antes mesmo do ingresso quando a instituição apresenta à sociedade seus curso, objetivando torna-los mais conhecidos e a escolha por eles mais consciente. Entretanto, também é possível que parte das indicações por estas variáveis não apresentem soluções no raio de ação institucional. Portanto e novamente, outros estudos seriam necessários para uma resposta mais adequada.

Mesmo que não se possa dizer muito, ao menos parece certo que a desistência em virtude do campo profissional ou de problemas familiares não comportam solução no âmbito das IFES. As remissões aqui feitas, em que pesem as suas fragilidades, jogam mais água para o moinho dos questionamentos da fração minoritária

da bibliografia especializada, ou seja, nem todo desligamento é um problema. Sobretudo, nem todo desligamento é um problema da própria universidade.

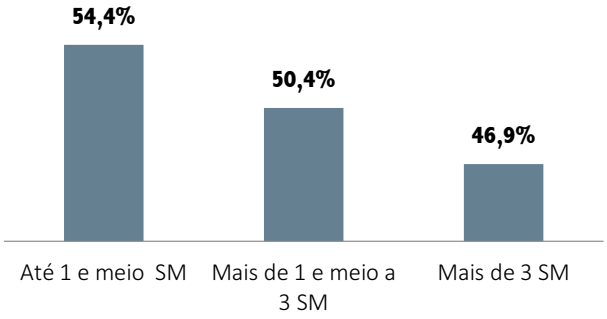
De volta aos dados em análise e em busca de um perfil mais refinado para estudantes que pensaram em abandonar seus cursos, foram feitos cruzamentos com as variáveis de recorte e com outras que poderiam jogar luz sobre a questão. De partida pode-se afirmar que a distribuição de discentes que pensaram em abandonar o curso (52,8%) não mostrou muita alteração quando o escopo era a participação em atividades acadêmicas (PET, Iniciação Científica, Extensão, PIBID, Monitoria, etc.), o *campus* fora de sede, a região do país, o tipo de escola de origem (pública ou participar), o grau (bacharelado ou licenciatura) e o turno (noturno, diurno ou integral). Portanto, pode-se concluir que tais variáveis não estão relacionadas ao desejo de abandonar o curso.

Por sua vez, a relação pode encontrada com outras variáveis. Inicialmente, chama atenção o fato de que estudantes do sexo feminino (55,9%), amarelos (55,9%), pretos quilombolas (54,1%), pretos não quilombolas (57,7%) e indígenas não aldeados (55,7%), cobertos pela assistência estudantil (56,8%), das áreas de Ciências Exatas e da Terra (55,6%), Ciências Biológicas (55,6%) e engenharias (54,5%), na faixa etária superior aos 24 anos (56,1%) apresentam uma frequência maior do que a distribuição geral (52,8%). Também merece destaque, pela razão contrária, a representação inferior de estudantes oriundos de municípios com IDHM baixo (49,4%), com mães de escolarização elevada (50,7%) e na faixa etária inferior a 18 anos (29,2%). Os dados demonstram que, com exceção dos estudantes mais jovens, as oscilações para cima ou para baio não são muito expressivas. Levando-se em conta que os estudantes mais jovens são aqueles que acabaram de ingressar na universidade, é muito alto esse número, indicando que praticamente um terço dos estudantes ingressam na universidade já com pensamento de abandonar o curso.

Entretanto, noutros recortes as disparidades podem contribuir para uma leitura mais aproximada daquilo que é mais significante na associação com o pensamento de abandono. Este é o caso do tipo de ingresso. Quando se observa o que dizem cotistas e não cotistas, chega-se à constatação de que a proporção de quem cogita seu desligamento do curso é semelhante nos dois grupos. Porém, dentre cotistas, há disparidades nas diferentes cotas. Das várias modalidades existentes (Renda, cor ou raça e deficiência) e suas combinações, aquelas garantidas para pessoas com deficiência apresentam as menores frequências, seja somente a deficiência (43,6%), ou ela combinada com renda (38,7%), com renda e cor ou raça (40,2%) e somente com cor ou raça (31,4%). Então, estudantes cotistas nas diferentes modalidades vinculadas à deficiência estão entre aqueles (as) que menos pensam em sair do curso.

Igualmente é possível afirmar que, quanto maior é o nível de renda (familiar mensal *per capita*), menor é a propensão em cogitar o abandono. Com efeito, o público alvo de renda das políticas de assistência estudantil (estudantes com renda *per capita* de "até 1,5 SM") apresentam o maior percentual de pensamento de abandono do curso (Gráfico 5 25). Isto não implica nada sobre a desistência efetiva, tal como se viu, sobretudo porque os dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2018b) comprovam que a cobertura das políticas de permanência está associada a menor evasão. ►

Gráfico 5-25: Percentual de discentes que pensaram em abandonar o curso por faixa de renda familiar mensal *per capita* - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A relação com o trabalho também apresenta enfoques destoantes. De acordo com os dados extraídos e por ordem decrescente, estudantes desocupados (as) são aqueles com maior percentual de pensamento de desligamento (57,4%), seguidos por estudantes ocupados (as) (54,3%) e estudantes inativos (as) (44,9%).
Há, por fim, uma relação também com o curso em que se encontra matriculado (a) e a questão da ideia de desligamento. Deixando de lado cursos com um público muito reduzido e que poderiam fazer variar artificialmente as médias, é possível encontrar cursos de graduação cuja ideia de desligamento seja bem menor do que a média geral constatada (52,8%), como são os casos de Medicina (36,1%), Direito (44,3%) e Odontologia (46,1%).

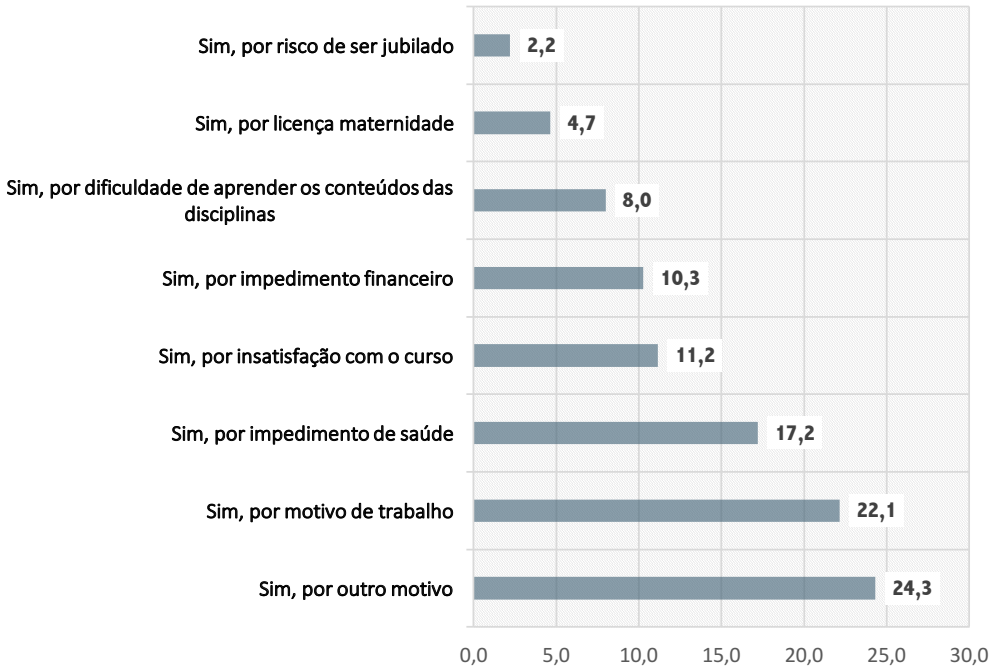
Não obstante se tenha perguntado nesta versão da pesquisa sobre a ideia, o pensamento ou o desejo de abandonar o curso, também foi perguntado sobre uma ação prática, sobre o trancamento geral de matrícula, que, nalguns casos, guarda relação com a reflexão acima suscitada[69]. Por seu turno, esta questão, diferentemente da anterior, esteve presente nas edições de 2010 e 2014. Na edição atual, uma maioria muito expressiva, que corresponde a 85,7%, afirmou que não procedeu ao trancamento geral de matrícula para interromper o curso. Este índice robusto, se choca com aquele que recentemente foi abordado e que dizia respeito ao pensamento de abandono. Em que pese o fato de não se tratar de questões de mesma natureza (o trancamento e o pensamento no abandono), há uma ligação entre ambas na medida em que o trancamento pode significar um primeiro passo, um primeiro sinal de um desligamento de fato.

Assim, é importante registrar que, muito embora mais da metade dos (as) discentes tenha cogitado deixar seu curso, o trancamento efetivo somente ocorreu para 14,3%. Ao tempo que se pode concluir que este número é pequeno, historicamente ele se apresenta como o maior da série histórica, uma vez que na pesquisa de 2014 foi apontado o patamar de 9, 9% e em 2010 havia alcançado 12,4%.

No que tange à causação dos trancamentos, a resposta mais frente foi "outro motivo" (24,3%), que, além de inconclusiva, e justamente por este motivo, exigirá da próxima pesquisa a criação de uma alternativa que responda mais adequadamente às motivações procuradas. As demais alternativas, sempre bem definidas, indicam que 22,1% valeu-se do argumento do trabalho, 17,2% da saúde, 11,2% da insatisfação com o curso, 10,3% do impedimento financeiro, 8,0% da dificuldade de aprender, 4,7% da maternidade e 2,2% por risco de jubilamento (Gráfico 5-26). ►

69 De acordo com Polydoro (2000), o trancamento de matrícula é uma das modalidades de evasão.

Gráfico 5-26: Percentual de discentes que fizeram trancamentos gerais de matrícula, segundo motivo de trancamento - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Pode-se se tomar como parâmetro a pesquisa de Soely Polydoro sobre trancamentos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em seu levantamento, a razão financeira sempre ocupou o maior percentual no quadro de motivações, sendo acompanhada das razões relacionadas ao trabalho e à integração acadêmica, tais como desempenho acadêmico, participação em eventos e interação com colegas e docentes (POLYDORO, 2000).

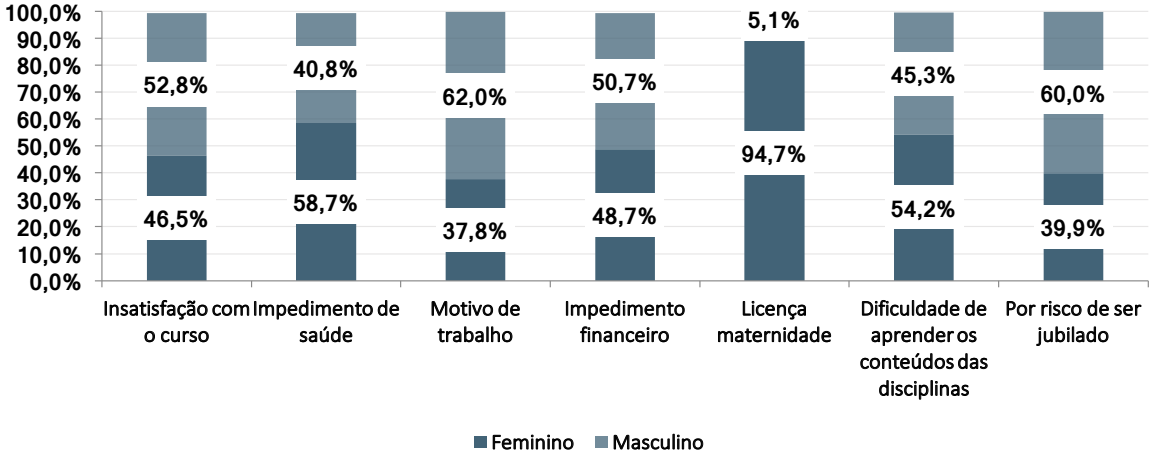
As diferenças de tempo e de natureza institucional devem ser levadas em consideração para o cotejamento dos resultados. No entanto, valeria também fazê-lo com os resultados da III e IV Pesquisas para extração da seriação histórica. A III Pesquisa Nacional faz a apresentação dos dados sobre trancamento estratificando por nível socioeconômico e não se tem acesso à base de dados para extrair um cruzamento comparável com o que se utiliza aqui. Por este motivo, fica-se restrito ao cotejamento exclusivo com a IV Pesquisa. Dito isto, de 2014 para 2018 pode-se afirmar que caiu em 7 p.p. os (as) estudantes que optaram por "outro motivo" para justificar seu trancamento e esta redução alimentou os percentuais das demais alternativas, com exceção daquele vinculado ao trabalho que também apresentou queda em relação ao levantamento anterior, saindo de 24,1% para os atuais 22,1%. O impedimento de saúde variou de 12,4% para 17,2%, a insatisfação com o curso sofreu um incremento mínimo de 10,5% para 11,2%, o impedimento financeiro variou um pouco mais saindo de 8,4% para 10,3% e, por fim, a licença maternidade e o risco de jubilamento saíram de 4,4% e 1,9% para 4,7% e 2,2%, respectivamente.

O crescimento dos índices pode apontar para o recrudescimento das condições de permanência nos últimos quatro anos, indicando a necessidade de estudos que precisem o diagnóstico e de políticas públicas que façam o seu enfrentamento.

Avançando sobre o perfil dos trancamentos, os dados da V Pesquisa demonstram que há recortes muito claros quando observamos o público que tranca sua matrícula e as razões para tanto.

Do ponto de vista da declaração de sexo, as pessoas do sexo feminino, que correspondem a 54,6% do público discente das IFES, têm os maiores percentuais entre os motivos de trancamento de matrícula para impedimento de saúde, dificuldade de aprendizagem e licença maternidade. Esta última, como revela o Gráfico 5 27, abate-se quase exclusivamente um sexo, produzindo uma vulnerabilidade específica. Enquanto as pessoas do sexo masculino destacam-se para a insatisfação com o curso, o trabalho, o impedimento financeiro e o risco de ser jubilado.

Gráfico 5-27: Percentual de discentes do sexo feminino e do masculino das IFES para cada motivo de trancamento – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A composição das motivações de trancamento também difere de acordo com a variável cor ou raça. Para pessoas autodeclaradas brancas (43,3% do total), a razão em que eles (as) figuram acima de sua representatividade na população é a insatisfação com o curso (45,1%). Já as causas em que os (as) discentes autodeclarados brancos (as) aparecem com percentuais menos expressivas são: impedimento financeiro (30,4%), dificuldade de aprender conteúdos (36,2%) e licença maternidade (35,6%).

A distribuição dos motivadores pode sugerir que pessoas brancas, contempladas por uma origem social menos excludente, trancam seus cursos mais por não gostar dele do que por serem impedidos (as) de cursá-los.

No que diz respeito ao percentual de estudantes pardos (as) (39,2%) e pretos (as) não quilombolas (11,1% do total), as razões em que o percentual é mais representativo do que a população geral de estudantes são, por ordem decrescente, o impedimento financeiro (44,0% e 17,4%), a licença maternidade (43,7% e 12,6%), a dificuldade de aprender conteúdos (43,7% e 12,8%) e o trabalho (42,4% e 12,4%), sendo que são subrepresentados entre aqueles que citaram como causa para o trancamento a insatisfação com o curso.

A mesma lógica para origem escolar se reproduz. Estudantes com trajetória somente em escola pública são 60,4% do total, entretanto são: 75,0% daqueles que trancam suas matrículas e acusam como causa o impedimento financeiro e 69,5% entre aqueles que indicam licença maternidade como motivo. Por sua vez, discentes

com trajetória somente na particular são 26,0% do total mas representam 33,0% daqueles que indicam o trancamento motivado por insatisfação com o curso. Representam também uma proporção bem mais baixa entre aqueles que apontam como causa o impedimento financeiro (10,2%). Cotistas são 41,9% do total de discentes, mas são 30,7% daqueles que trancaram por insatisfação com o curso e aparecem com representação bem superior à proporção global entre os que pontuam o impedimento financeiro (49,6%) e a dificuldade de aprender conteúdos (46,1%) como razões para o trancamento.

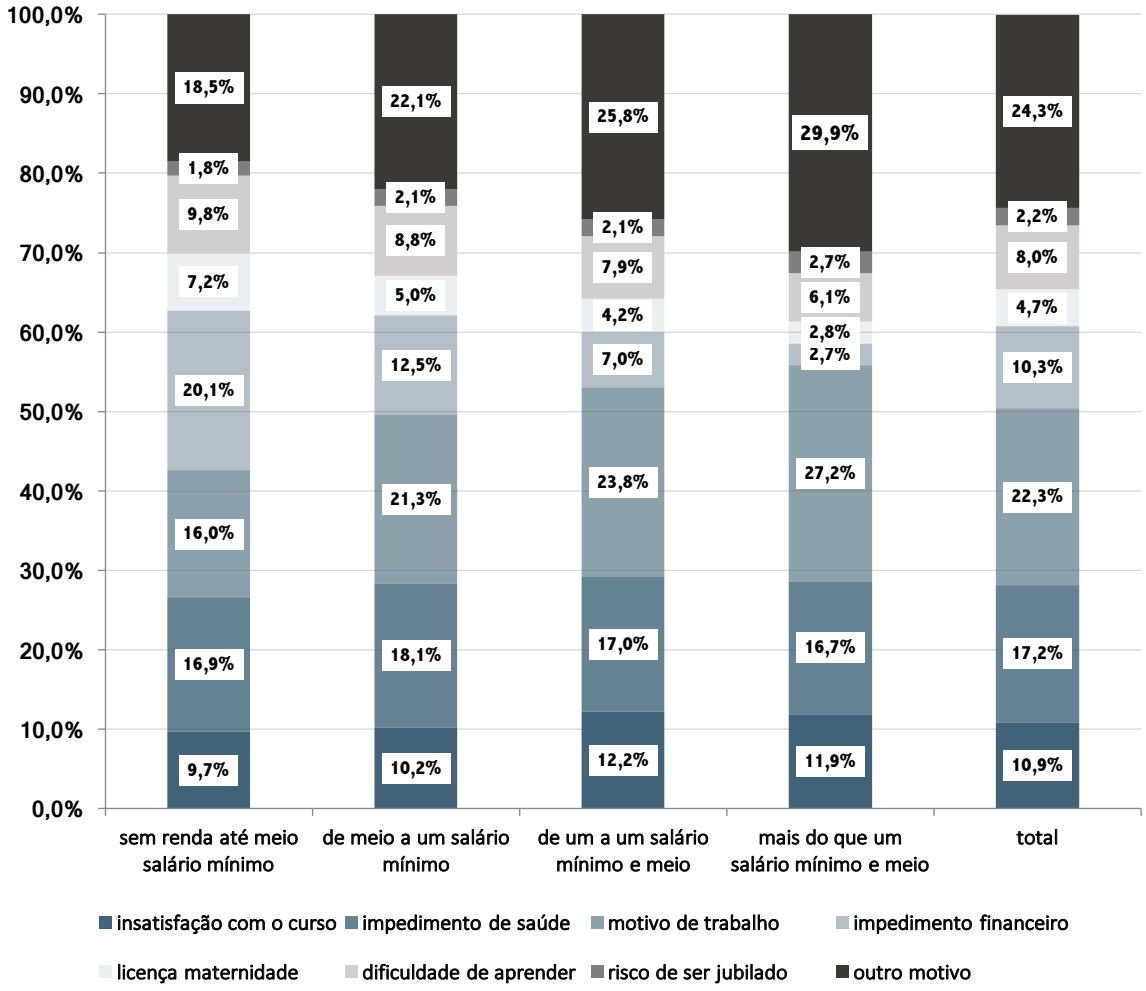
Ainda no rastro dos marcadores sociais de vulnerabilidade, o perfil de motivação de trancamento dos estudantes cobertos pelas políticas de permanência nas IFES (30,0% do total) indica que são 21,0% dos que trancam por insatisfação com o curso, 17,5% daqueles que apontam como causa o trabalho e 38,5% dos motivados por impedimento financeiro. Deste modo, dentre várias outras constatações, percebe-se que a questão financeira é aquela mais determinante nos trancamentos deste público. Ainda que se conclua nesta direção, não se pode olvidar que estudantes não cobertos (70,0% do total) são 61,5% entre os que acusam a mesma motivação para trancamento. Ou seja, este público, mesmo menor do que sua proporção na população, também é vitimado pela dimensão financeira.

O olhar sobre a região em que o *campus* está inserido, permite que observemos o comportamento dos trancamentos associados ao IDHM de cada município. Aqueles que possuem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal muito alto estão super-representados para a motivação "risco de ser jubilado", enquanto aqueles cujo IDHM é muito baixo, destacam-se o impedimento financeiro e a licença maternidade. A região Sudeste aparece em maior proporção do que a global quando os maiores motivadores são impedimento de saúde e trabalho. A região Norte destaca-se por expressar uma maior representação em relação à distribuição geral quando as razões financeiras e vinculadas ao trabalho são a causa de trancamento. As regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste, aparecem sobrerepresentadas quando a questão financeira e os impedimentos de saúde são relatados como motivo para o trancamento.

Fora do escopo regional e deslocando o olhar para as áreas do conhecimento, nota-se que as Engenharias e as Ciências da Saúde têm são subrepresentados quando a motivação financeira e de trabalho são as causas do trancamento, enquanto as Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes são sobrerepresentadas nestes mesmos motivadores. Todavia, as Ciências Exatas e da Terra, bem como as Engenharias, aparecem em maior proporção do que na população global quando os motivadores ligados à dificuldade em aprender novos conteúdos e o jubilamento são citados.

Por fim, observando os níveis de renda familiar *per capita*, sobretudo fatiando a faixa que compreende o público alvo do PNAES, tem-se uma distribuição tal como disposta no Gráfico 5-28. ►

Gráfico 5-28: Percentual de discentes das IFES que fizeram trancamentos gerais de matrícula, por motivo de trancamento, segundo faixa de renda - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Fica demonstrado que quanto menor o nível de renda, mais as justificativas de trancamento por razões de impedimento financeiro, dificuldade de aprender novos conteúdos e licença maternidade são preponderantes, assim como se mostra invertida a lógica para o motivo trabalho, pois estudantes que se encontram fora do perfil do PNAES trancam suas matrículas justificando pela necessidade de trabalho em 27,2% dos casos, contra 16,0% para os estudantes sem renda até meio salário mínimo.

Quanto menor o nível de renda, mais as justificativas de trancamento por razões de impedimento financeiro, dificuldade de aprender novos conteúdos e licença maternidade são preponderantes.

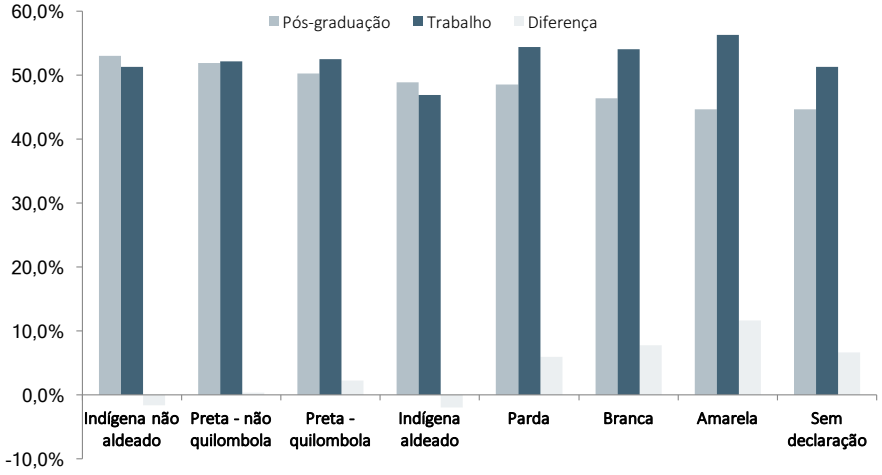
5.9 PERSPECTIVAS DE FUTURO

Vislumbrando a vida após a conclusão de curso[70], poucos (as) discentes das IFES ainda possuem dúvida sobre o que fazer (11,7%). Entre as decisões tomadas aparecem outra graduação (11,6%), o ingresso na pós-graduação (47,8%), ou ainda a inserção no mercado de trabalho (54,0%) como a opção preferida. A tentativa de analisar estes índices à luz de uma pequena revisão bibliográfica foi frustrada ao se perceber que boa parte das obras, artigos e trabalhos em eventos tem sua atenção voltada para o perfil do egresso e não para as expectativas ao regressar.

Sem se afastar da lista de variáveis de recorte, pode-se partir novamente da variável sexo para observar as expectativas quanto ao futuro fora da universidade. O percentual de pessoas que pretende ingressar na pós-graduação depois de se formar entre discentes do sexo feminino (49,3%) é maior do que entre discentes do sexo masculino (46,1%), assim como para estes o interesse pelo ingresso no mercado de trabalho é mais proeminente (56,0%) do que para aquelas (52,3%). Quando o recorte é cor ou raça, autodeclarados (as) amarelos são os que mais desejam trabalho (56,3%), ficando brancos (as) e pardos (as) muito próximos (as) do percentual de discentes que têm esse desejo na população geral, e pretos e indígenas abaixo dele.

Enquanto para o desejo de frequentar um programa de pós-graduação, amarelos (as) e brancos (as) são os (as) que menos o manifestam (44,7% e 46,4%), as demais raças superam o percentual na população global em sequência crescente para pardos (48,5%), indígenas aldeados (48,9%), pretos quilombolas (50,3%), pretos (as) não quilombolas (51,9%) e indígenas não aldeados (53,0%). A dúvida e a indecisão aparecem mais para brancos (as) e amarelos (as). Com Gráfico 5 29 é possível perceber que somente para indígenas o desejo de ingressar na pós é maior do que o desejo de ingressar no mercado de trabalho. Para pretos (as) não quilombolas há quase igualdade entre os valores. Para as demais, as diferenças são mais evidentes a favor do mercado de trabalho.

Gráfico 5-29: Discentes das IFES, por expectativa após a conclusão do curso, segundo cor ou raça, - 2018 (em %)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

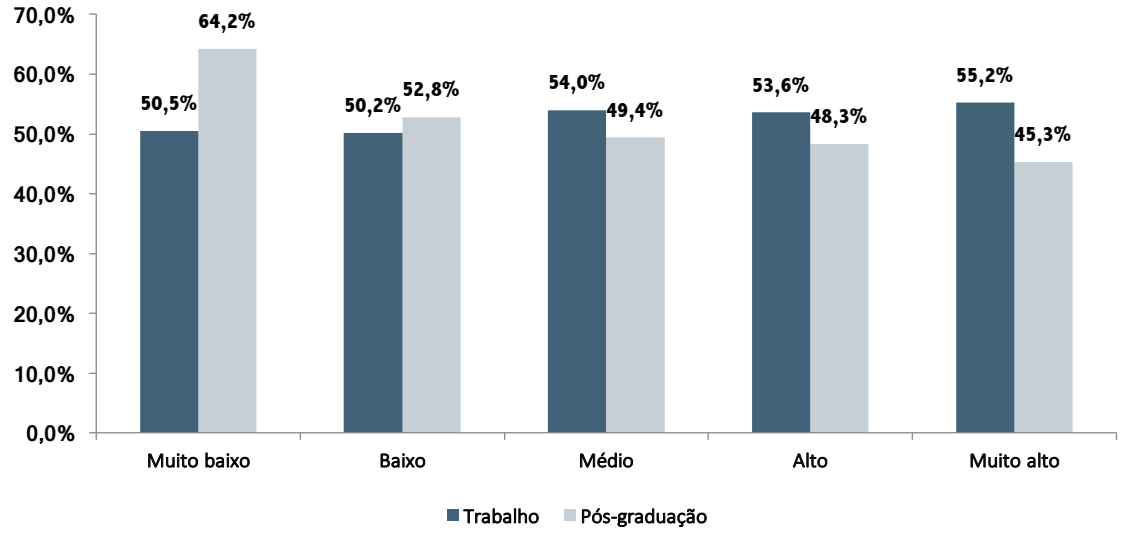
70 Para extrair as expectativas de discentes assim que vier a formatura, a V Pesquisa trouxe a pergunta abrindo como alternativas o trabalho, outra graduação, a pós-graduação ou a dúvida sobre o que fazer. Como algumas alternativas não são, necessariamente, excludentes, houve a possibilidade de se marcar mais do que uma. Este formato e os itens a serem marcados diferem em parte do padrão estabelecido nas pesquisas pretéritas, em 2003, 2010 e 2014, na qual se poderia marcar uma única alternativa. Também é diferente a separação da antiga alternativa de "continuar estudando" em duas, a saber: "ingressar na pós-graduação" ou "fazer nova graduação". A decisão por romper com este padrão está justamente no fato de que era necessário medir a expectativa de ingresso na pós-graduação, garantindo que o (a) estudante pudesse assinalar concomitantemente as demais alternativas. Por esta razão, a seriação histórica se perdeu razoavelmente.

No tocante à renda familiar *per capita*, em todas as faixas de renda, a expectativa de ingressar no mercado de trabalho é maior do que a de ingressar na pós-graduação. Isolando as duas expectativas, pode-se dizer que estudantes com o perfil de renda dentro do limite do PNAES reproduzem os mesmos percentuais da população para a inserção no trabalho (54,7%, 54,9% e 54,5% para as três subfaixas de renda da menor para a maior) e aquele público que possui renda superior ao limite do programa encontra-se abaixo destes valores (52,2%). Por sua vez, a continuidade dos estudos no nível superior é maior do que percentuais da população para aqueles (as) inseridos na faixa "Até meio SM" (50,9%) e "Mais de meio a 1 SM" (48,8%), assim como menores do que percentuais populacional para aqueles (as) inseridos na faixa "Mais de 1 a 1 e meio SM" (46,6%) e acima dos limites do PNAES (45,1%).

Para a trajetória escolar anterior ao ingresso na universidade, viu-se que estudantes com origem em escolas particulares tem uma pretensão menor em buscar a pós-graduação do que os (as) demais. No entanto, a forma de ingresso e a condição de pessoa coberta por políticas de permanência revelam algo importante. Cotistas manifestam (em relação a não cotistas), ao mesmo tempo, percentuais maiores para expectativa de ingresso no mercado de trabalho (55,3% versus 53,0%) e na pós-graduação (49,4% versus 46,7%). O mesmo ocorre com estudantes sob a proteção social, pois revelam que 57,0% esperam a inserção no mercado e 50,7% na pós-graduação. Quando não há a cobertura, as manifestações caem para 52,6% e 46,6% respectivamente.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano do município onde está localizado o *campus* faz emergir outra dinâmica para as expectativas. Pode-se dizer que quanto mais baixo for o IDHM, menores serão as expectativas de ingresso no mercado de trabalho e maiores aquelas para os programas de pós-graduação. Em tendência, o inverso também pode ser dito, ou seja, quanto maiores forem os IDHM, mais expressivo o desejo pelo trabalho em relação à pós-graduação (Gráfico 5-30).

Gráfico 5-30: Expectativa de graduandos (as) das IFES após a conclusão do curso por IDHM da cidade onde os *campi* estão localizados - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

A contraposição de dinâmicas entre as duas expectativas parece atravessar a maioria das variáveis. O recorte regional também confirma esta percepção na medida em que Centro-Oeste e Sudeste se destacam pela opção pelo trabalho e apresentam os menores valores para a pós-graduação. Enquanto o Norte e o Nordeste são os primeiros em volume de estudantes com preferência pela pós, mas não se encontram tão bem colocados para o trabalho, como se pode comprovar pela Tabela 5-6.

Tabela 5-6: Expectativa de graduandos (as) das IFES após a conclusão do curso por região geográfica onde o *campus* está localizado – 2018 (em %)

O que você pretende fazer logo após se formar?	Trabalho	Pós-graduação
Norte	51,8	51,7
Nordeste	53,3	49,4
Sudeste	55,8	46,0
Sul	52,9	47,7
Centro-Oeste	55,2	44,0

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Outras variáveis relativas à vulnerabilidade que sempre evidenciam pistas importantes, para esta pergunta não se comportaram alinhadas com as demais. Este é o caso dos níveis de instrução formal da mãe e da condição do *campus* como sede ou fora de sede. Pode-se constatar que quanto maior o nível de instrução formal da mãe, com raras exceções, maior será o interesse pelo ingresso na pós-graduação, sem que em nenhuma das faixas este interesse supere aquele sobre a atividade laboral. Porém, para o ingresso no trabalho, as expectativas não variam muito de acordo com o nível de instrução. Já para a condição do *campus*, ser a sede ou estar fora dela é irrelevante para as expectativas.

De início pode-se antecipar uma constatação acerca dos resultados até aqui observados sobre expectativas quanto ao futuro. Quase todos os marcadores de vulnerabilidade ou desigualdade apontam que existe uma relação entre maior vulnerabilidade e preferência pela pós-graduação e menor vulnerabilidade e preferência pelo trabalho. Isto se mostrou verdadeiro para sexo, cor ou raça, renda *per capita*, IDHM e região. Por outro lado, os marcadores cotas e cobertura pela assistência estudantil estão associados a elevados percentuais para as duas expectativas, diminuindo consideravelmente a dúvida sobre o que fazer após a conclusão do curso.

A sensibilidade das expectativas de futuro quanto às vulnerabilidades está comprovada acima, entretanto elas também são sensíveis às características dos cursos e oportunidades acadêmicas. Sobre as primeiras, constata-se que estudantes de cursos noturnos apresentam uma preferência pelo ingresso na pós superior ao ingresso no trabalho (49,4% versus 48,8%), algo que não se replica para cursos diurnos (48,1% versus 53,1%) e para integrais (46,6% versus 57,9%). São os cursos integrais aqueles possuem estudantes menos interessados na pós e mais no trabalho.

Quando observadas as grandes áreas do conhecimento, revelam-se que para Ciências Biológicas (40,0% versus 62,4%), Ciências Humanas (44,6% versus 55,3%), Linguística, Letras e Artes (45,0% versus 52,6%)

e Multidisciplinares (44,9% versus 52,3%) a preferência pela pós-graduação após o final do curso supera a preferência pela inserção no mercado de trabalho. A lógica da preferência é invertida para os cursos das áreas de Engenharia (66,2% versus 38,8%), Ciências Sociais Aplicadas (55,4% versus 42,9%), Ciências Agrárias (57,1% versus 45,3%) e Ciências da Saúde (57,3% versus 49,1%). E em posição de eminente empate estão as Ciências Exatas e da Terra (51,3% versus 51,5%).

Por fim, no que diz respeito às oportunidades acadêmicas oferecidas a discentes, foram destacadas duas que poderiam influenciar as expectativas quanto ao futuro: as atividades ou programas acadêmicos e os programas de mobilidade nacional e internacional. Estudantes que estão em programas e atividades acadêmicas, a exemplo do que ocorreu para a cobertura da assistência estudantil, tem maiores expectativas tanto em relação ao trabalho quanto à pós-graduação. Entretanto, em relação aos percentuais populacionais (54,0% e 47,8%), a diferença para o trabalho é de 1p.p., já para a pós-graduação é de 4,7p.p. (55,0% e 52,5%). Em compensação, aqueles (as) estudantes que não participaram dos mesmos programas acadêmicos estão muito próximos do comportamento populacional sobre a expectativa de ingresso no trabalho (53,1%), mas mais distantes do interesse sobre a pós-graduação (44,0%), demonstrando que tais programas estão razoavelmente associados à continuidade dos estudos.

Algo diverso ocorre com os programas de mobilidade. Inicialmente, o fato de não participar deles deixa a expectativa discente muito próxima do percentual global tanto para o trabalho (53,8%), quanto para a pós-graduação (47,9%). Todavia, para quem participa, as expectativas são sensivelmente alteradas. Entre os (as) discentes que participam de programas de mobilidade nacional o desejo de ingresso no trabalho é menor do que na população (52,7%), mas para a pós-graduação é superior (52,4%), quase se igualando ao do trabalho. Já o programa de mobilidade internacional está mais associado ao desejo de trabalhar (62,0%) do que de ingresso na pós-graduação (43,0%)

Portanto, além das condições de vulnerabilidade e desigualdade, as características do curso quanto ao turno e à grande área, bem como a participação em alguns programas acadêmicos, estão relacionadas ao desejo de dedicar-se ao trabalho ou à continuidade dos estudos num nível superior.

06
SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Esta seção tem como objetivo analisar quais são os hábitos estudantis no que diz respeito à saúde, desde a alimentação aos cuidados médicos, bem como as dificuldades emocionais e situações vividas que afetam sua qualidade de vida.

Sabe-se que o comportamento alimentar é algo complexo, pois envolve determinantes externos (como a renda) e internos (gostos, por exemplo) aos indivíduos. Uma dieta rica em alimentos nutritivos, balanceada e bem distribuída ao longo do dia costuma estar a associada à prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como as cardiovasculares, as neoplasias, doenças respiratórias e diabetes. Em geral, as pesquisas sobre o tema buscam aferir o consumo regular de itens alimentares considerados saudáveis, como a ingestão de frutas e hortaliças, bem como a manutenção de hábitos alimentares prejudiciais à saúde, como o consumo excessivo de açúcar e alimentos ultraprocessados (SICHIERI et al., 2000), o que demanda inquéritos específicos[71]. Além da qualidade da alimentação, é importante conhecer a frequência em que as refeições são realizadas. Os (as) profissionais de saúde costumam recomendar a realização de três ou mais refeições diárias. Um número menor de refeições traria impactos negativos ao metabolismo.

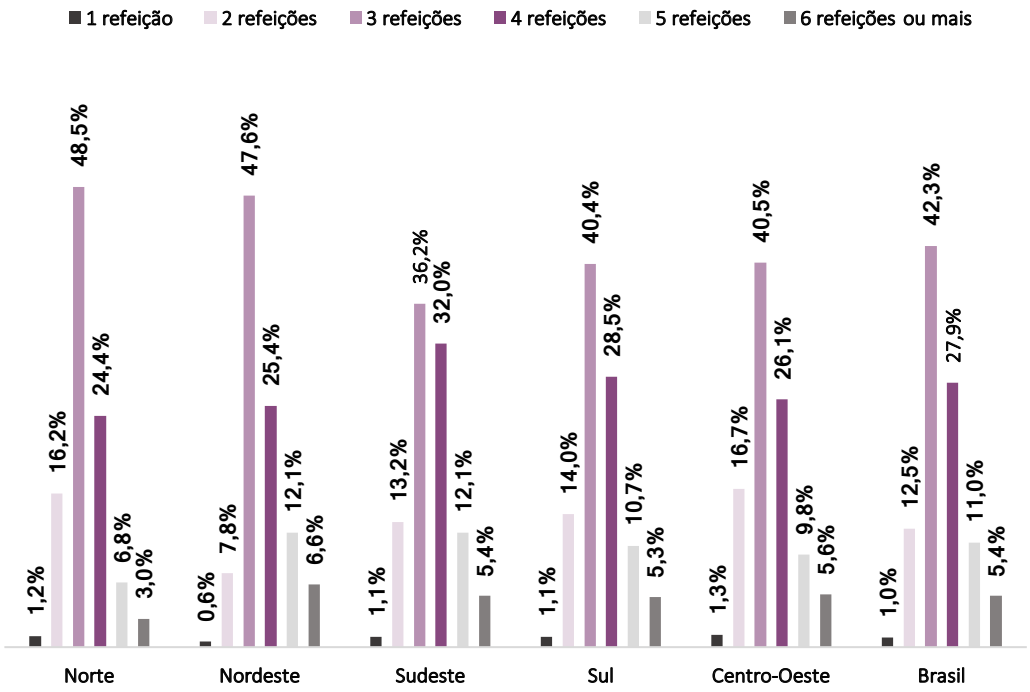
Este bloco do relatório apresenta informações sobre saúde e qualidade de vida dos estudantes de graduação das universidades federais e dos Cefets. Foram elaboradas questões que permitem conhecer, de modo panorâmico, hábitos alimentares, de prática de atividades físicas, de atendimento a problemas de saúde, de uso de substâncias psicoativas e dificuldades emocionais.

Questionados (as) em relação ao número de refeições feitas, observa-se que em média os (as) estudantes se alimentam 3,5 vezes ao longo do dia, sendo 3,6 a média do sexo feminino e 3,4 do masculino. O Gráfico 6-1 mostra o número de refeições consumidas diariamente pelos (as) estudantes. O maior percentual, 42,3%, disseram fazer 3 refeições por dia. Em segundo lugar, figura o grupo de universitários que fazem 4 refeições por dia, com 27,9% do total. Somando-se os contingentes de entrevistados que disseram fazer 5, 6 ou mais refeições, chega-se a 16,4% do total.

Na outra ponta situam-se estudantes que fazem menos de 3 refeições por dia. Fazem apenas duas refeições diárias, 12,5% do total, o que coloca este público como o terceiro maior subgrupo. Registra-se que este percentual é mais elevado do que o revelado na pesquisa IV Perfil de 2014, a qual registrou 6,9% de estudantes que se alimentavam duas vezes ao dia (FONAPRACE/ANDIFES, 2016). Por último, 1,0% respondeu fazer apenas uma refeição diária, em 2014 eram 0,4% dos estudantes. ►

71 Ver, por exemplo, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) do IBGE (IBGE, 2014); Vigitel – Brasil: de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico(BRASIL/MS, 2017)

Gráfico 6-1: Número de refeições realizadas habitualmente por dia, segundo a região geográfica da instituição de ensino - 2018 (%)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

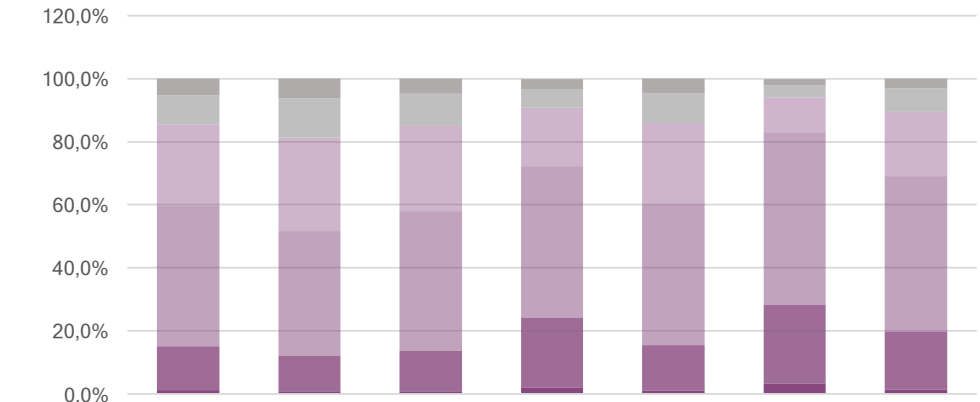
A distribuição percentual do número de refeições segundo as regiões geográficas, nas quais estão localizadas as instituições de ensino, é semelhante à exibida para o país (Gráfico 6-1). Nota-se que a maioria dos (as) estudantes faz três refeições diárias em todas as regiões, sendo que estes percentuais são mais elevados no Norte (48,5%) e no Nordeste (47,6%). Em seguida estão os (as) estudantes que se alimentam quatro vezes por dia, com o Sudeste (32,0%) e o Sul (28,5%) apresentando os maiores percentuais. Entre quem faz cinco ou mais refeições diárias o menor percentual foi registrado na região Norte (9,8%), sendo inferior ao percentual nacional.

Os mesmos dados revelam que a região Nordeste apresenta os menores percentuais de estudantes que se alimentam até duas vezes por dia, 8,4% contra 13,5% do percentual nacional. Já o Centro-Oeste e o Norte exibem os maiores percentuais de estudantes que se alimentam até duas vezes: 18,0% e 17,4%, respectivamente[72]. Como mencionado anteriormente, este subgrupo é maior na V Pesquisa, o que pode ser observado em todas as regiões, mas no Nordeste este crescimento foi menor (era 5,6% em 2014).

O Gráfico 6-2 mostra o número de refeições realizadas segundo a cor ou raça dos estudantes. Verifica-se que entre estudantes pretos (as) quilombolas e indígenas aldeados (as) estão os maiores percentuais de estudantes que realizam de uma a duas refeições diárias (24,2% e 28,3%, respectivamente), o que se reflete na média de refeições realizadas pelos dois grupos (de 3,14 e de 2,93, na mesma ordem). ►

72 O Norte tomou o lugar que o Sul ocupava na IV Pesquisa Perfil de 2014 (FONAPRACE/ANDIFES, 2016). Os percentuais de estudantes que faziam até duas refeições eram os que seguem: 8,6% no Norte; 5,6% no Nordeste; 6,6% no Sudeste; 9,4% no Sul e 9,4% no Centro-Oeste.

Gráfico 6-2: Número de refeições realizadas habitualmente por dia, segundo a cor ou raça dos (as) estudantes, 2018 (em %)



	Amarela	Branca	Parda	Preta - quilombola	Preta - não quilombola	Indígena aldeado	Indígena não aldeado
6 ou mais	5,4%	6,3%	4,9%	3,3%	4,6%	2,1%	3,2%
5 refeições	9,2%	12,4%	10,2%	5,8%	9,4%	3,7%	7,4%
4 refeições	25,8%	29,8%	27,1%	18,5%	25,8%	11,1%	20,5%
3 refeições	44,4%	39,4%	44,3%	48,1%	44,8%	54,7%	49,2%
2 refeições	14,0%	11,3%	12,7%	22,2%	14,4%	25,0%	18,5%
1 refeição	1,2%	0,9%	0,9%	2,0%	1,0%	3,3%	1,3%

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Perguntados (as) onde faziam suas principais refeições diárias, a maior parte dos (as) entrevistados (as), 57,0%, disse comer em casa. Outros 30,2% declararam fazer suas refeições no restaurante universitário (RU), o equivalente a mais de 363 mil estudantes – subdividindo-se em 15,5%, que fazem uma única refeição diária; 12,5% que fazem duas refeições diárias; e 2,2% que fazem três refeições diárias[73].

Vale ressaltar que este percentual é um pouco menor do que o aferido na pesquisa Perfil de 2014, segundo a qual 32,2% dos estudantes se alimentavam nos RUs. Entretanto, o número de usuários dos restaurantes mostrou um crescimento de 20%, não obstante tenha se mostrado inferior ao crescimento do total de estudantes nas instituições investigadas, que foi de 27,7%[74].

É interessante fazer o cruzamento das variáveis "número de refeições por dia" e "onde faz suas refeições". Abordando-se o contingente que faz suas refeições em casa – 57,0% do total – tem-se que entre os (as) que fazem apenas "uma refeição" diária este percentual cai para 49,7%, enquanto entre os que fazem "quatro" refeições diárias o percentual é de 60,5% – entre os que declararam fazer "seis ou mais" refeições diárias, o percentual é de 68,1%.

Por outro lado, analisando-se somente os (as) que declararam fazer suas refeições em restaurantes universitários – e, particularmente o grupo que assinalou a opção, "no restaurante universitário, fazendo uma refeição por dia" –, nota-se que apenas 8,9% do total corresponde aos que fazem seis refeições diárias,

73 Só para ilustrar, a maior parte (54,2%) dos Restaurantes Próprios das universidades oferece apenas duas refeições diárias, 35,4% três refeições e apenas 10,4% servem quatro refeições; segundo informações obtidas em 48 instituições federais (ANDIFES, 2016). Certamente estes dados influenciam no número de refeições consumidas nos RUs.

74 Considerando a base de dados desta pesquisa em sua edição atual e anterior (FONAPRACE/ANDIFES, 2016)(FONAPRACE/ANDIFES, 2016). Cumpre sublinhar que há diferenças, entre as duas bases, no número de instituições de ensino superior participantes. Em 2014, na IV Pesquisa, participaram do inquérito 62 instituições federais associadas à Andifes. A V Pesquisa inquiriu estudantes de 65 instituições federais.

enquanto 29,9% correspondia aos que faziam uma única refeição diária.

Considerando, então, que estudantes que fazem mais refeições diárias possuem maior poder aquisitivo (pessoal ou familiar) para tanto, e que estudantes que fazem uma (ou duas) refeição diária pertencem a um estrato socioeconômico mais baixo[75], os dados sugerem que este último grupo depende sobremaneira da existência de restaurantes universitários disponíveis, que normalmente oferecem refeições a preços subsidiados etc.

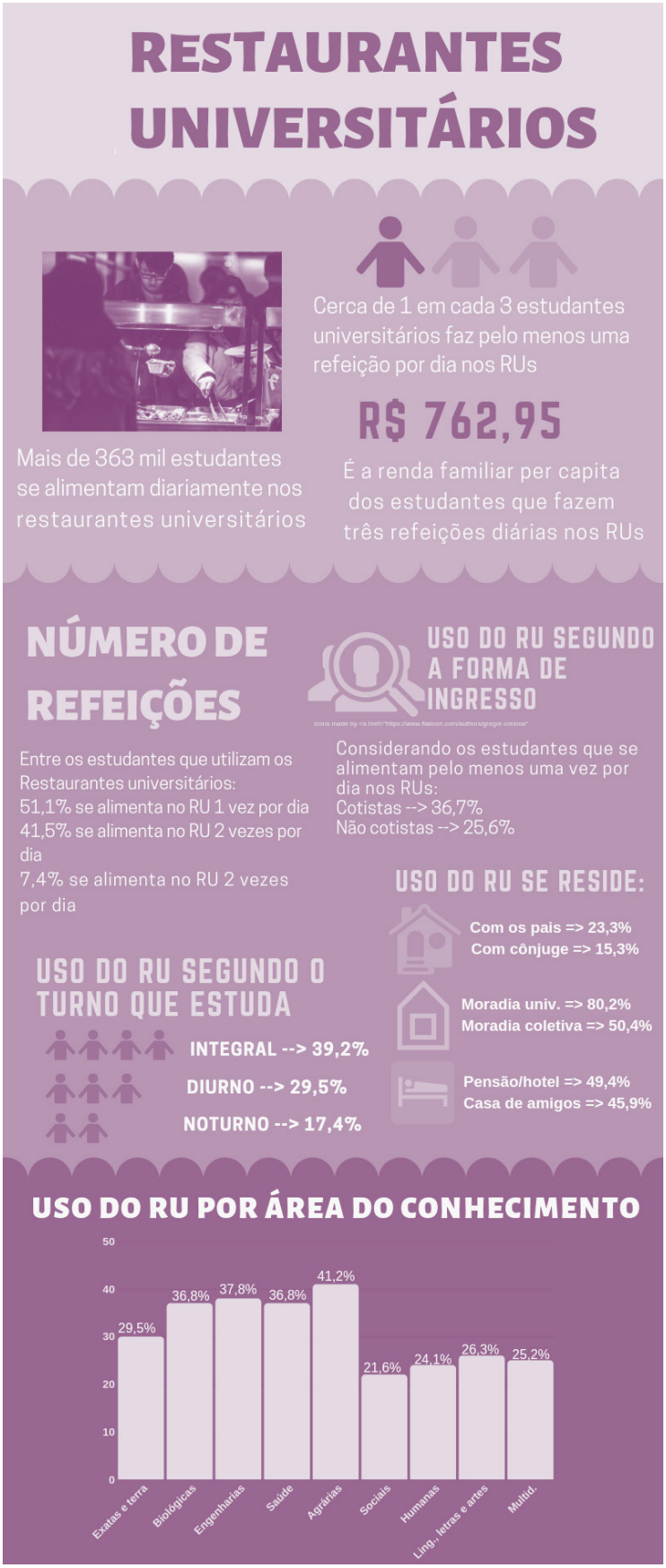
De fato, os percentuais de estudantes que declararam fazer suas refeições em restaurantes universitários são sempre mais altos entre os que fazem até três refeições diárias, diminuindo significativamente nas faixas de estudantes que fazem 4 ou mais refeições diárias (ver Figura 6-1).

Ainda sobre os RUs, percebe-se que um maior percentual de seu uso entre os (as) estudantes cotistas (36,7%), os (as) que estudam em turno integral (39,2%), em cursos da área de ciências agrárias (41,2%) e os (as) que residem em moradias estudantis (80,2%) do que na população geral.

Por fim, constata-se que estudantes das regiões Sul e Centro-Oeste são aqueles (as) que mais utilizam os serviços de alimentação das universidades: 40,2% e 33,0%, nessa ordem, se alimentam pelo menos uma vez por dia nos RUs. Os percentuais nas demais regiões são: 26,5% no Norte, 23,6% no Nordeste e 31,5% no Sudeste. ►

75 A média de renda familiar *per capita* do grupo de estudantes que realiza apenas uma refeição diária é de R$ 1.034,50 (DV = R$ 1.486,52) e a que realiza seis refeições é de R$ 1.952,95 (DV = R$ 2.146,85).

Figura 6-1: Os Restaurantes Universitários e a segurança alimentar dos (as) estudantes (2008)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Além da alimentação, a prática regular de atividade física é considerada como fator de proteção à saúde das pessoas. A pesquisa buscou, assim, investigar entre discentes a prática de exercícios físicos através de duas perguntas: a frequência de atividades físicas mensuradas em dias[76] e o local de realização dos exercícios[77].

Declararam não fazer qualquer tipo de atividade física 39,9% dos entrevistados, podendo ser considerados (as), de modo estrito, como fisicamente inativos (as)[78]. Na IV Pesquisa, com dados de 2014, o mesmo percentual era de 29,2% (FONAPRACE/ANDIFES, 2016). A seguir 34,3% afirmou fazer atividades físicas "pelo menos três vezes por semana", 13,8% dos estudantes pesquisados disseram fazer atividade física "uma vez por semana", enquanto 12% declararam ser sua frequência de "menos de uma vez" semanalmente. Em resumo: 39,9% dos (as) estudantes não praticam atividades físicas; 48,1% fazem exercícios físicos regularmente – no mínimo uma vez por semana -; e 12,0% apenas ocasionalmente.

Em 2014 os dados eram os seguintes: 29,2% não praticavam, 39,0% faziam atividades físicas regulares e para 31,7% a frequência de exercícios era esporádica. Repara-se que entre as duas pesquisas o percentual de estudantes que se exercitam regularmente ou nunca se exercitavam cresceu, caindo o percentual dos que faziam exercícios físicos apenas eventualmente (FONAPRACE/ANDIFES, 2016).

Os (as) estudantes que frequentam instituições das regiões Sul (51,6%) e Centro-Oeste (51,0%) são os que apresentam os maiores percentuais de exercícios regulares, seguidos pelo Sudeste (48,3%), Nordeste (46,2%) e Norte (44,8%). Entre os estudantes do Norte e do Nordeste 43,0% não praticam atividades físicas, 39,6% do Sudeste, 36,4% do Centro-Oeste e 34,2% do Sul.

Cruzando-se esta variável com a variável de sexo, constatou-se que estudantes do sexo masculino fazem atividade física em frequência superior às estudantes do sexo feminino. A proporção de estudantes do sexo feminino que faz atividade física ao menos uma vez por semana é de 40,3%, enquanto de estudantes do sexo masculino é de 57,5%.

Constatou-se, também, uma relação entre a renda familiar *per capita* e a prática de exercícios físicos. Entre os (as) que se exercitavam ao menos três vezes por semana, a média de renda familiar *per capita* é de R$ 1.599,52 (DV = R$ 1.931,75); entre os que não se exercitam, de R$ 1.092,63 (DV = R$1.284,26). É provável que fatores como o custo e a possibilidade de dispor de tempo livre afastem os estudantes do exercício físico regular.

Perguntados (as) "se a universidade provê as condições para a realização de alguma das suas atividades físicas"[79], e restringindo-se a resposta àqueles que declararam praticar atividade física, teve-se que 39,7% responderam "não, pois prefiro não praticar na universidade"; 20,6% responderam "sim, pois a universidade oferece boas condições"; 13,0% disseram "sim, porém a universidade não oferece boas condições". Por último,

76 Adverte-se que foi identificado um problema nas alternativas de respostas à questão "Com que frequência você pratica atividade física?". As alternativas apresentadas foram: "Diariamente", "Pelo menos três vezes por semana", "Uma vez por semana", "Menos de uma vez por semana" e "Não pratico atividade física". Notou-se a ausência de alternativa para estudantes que praticam atividades físicas duas vezes por semana e, visando dar coerência às respostas, agrupou-se "Pelo menos três vezes por semana" e "Diariamente".

77 A PNS (IBGE, 2014), por exemplo, afere o tempo dispendido na prática de exercícios físicos em horas e considera que o tempo recomendado à realização de atividades deve variar de 75 a 150 horas semanais (segundo a intensidade do exercício praticado). A PNS classifica, ainda, quatro domínios para a realização de atividades físicas: o lazer (tempo livre), trabalho, deslocamento e no âmbito das atividades domésticas. Em termos de comparação, analisamos neste relatório algo próximo ao domínio do lazer.

78 Geralmente esse conceito abarca, além da prática de exercícios físicos regulares, outras atividades que demandam movimentação física, como os deslocamentos para o trabalho ou escola, a realização de afazeres domésticos e a realização de trabalhos que envolvem esforços físicos.

79 As alternativas de resposta à pergunta "A Universidade provê as condições para a realização de alguma das suas atividades físicas?" são: Sim, pois a universidade oferece boas condições; Sim, porém a universidade não oferece boas condições; Não, pois a universidade não oferece boas condições; Não, pois prefiro não praticar na universidade.

26,6% disseram “não, pois a universidade não oferece boas condições”.

A distribuição, entre as regiões geográficas de *campus*, dos (as) estudantes que não realizam atividades físicas por deficiência na oferta de condições para a prática de exercícios físicos nas universidades (ou seja, que afirmaram “não, pois a universidade não oferece boas condições”) é a seguinte: na região Norte, são 20,1%, no Nordeste são 16,6%, no Sul estes estudantes são 18,4%, no Sudeste são 13,2% e no Centro-Oeste 13,4%. Entre aqueles que realizam atividades físicas nas universidades, embora as condições para a prática de exercícios físicos não sejam boas (afirmaram “sim, porém a universidade não oferece boas condições), a distribuição regional é a seguinte: na região Norte a proporção destes estudantes é de 6,8%, no Nordeste de 7,2%, no Sudeste de 8,8%, no Sul de 7,3% e no Centro-Oeste é de 8,8%.

Outro aspecto importante do cuidado com a saúde é a busca por atendimento médico, incluindo assistência preventiva. Primeiramente, perguntou-se se, em caso de necessidade de atendimento médico, a quem ou a que equipamentos os estudantes recorriam. A maioria, 53,6%, respondeu que recorria à rede pública de saúde. A seguir, 35,6% responderam buscar a rede particular mediante planos de saúde; 4,1% buscavam a rede particular sem planos de saúde; 2,7% recorria a serviços de saúde oferecidos pela própria universidade; 1,2% procuravam ajuda informal a amigos ou familiares. E 2,9% disseram não recorrer a nenhuma das opções acima[80]. Não foram evidentes as diferenças entre os sexos. Já as diferenças entre as categorias de cor ou raça foram mais evidentes.

Entre os (as) que se declararam brancos (as) encontra-se o maior percentual dos (as) que buscam atendimento na rede privada de saúde em caso de necessidade: 50,8% (4,7% sem plano de saúde e 46,1% com plano de saúde). Entre os (as) autodeclarados (as) indígenas-aldeados (as) alcança-se o menor percentual: 4,0% (2,1% sem plano de saúde 3 1,9% com plano de saúde((Tabela 6 1). Em situação semelhante estão os (as) que se declararam pretos (as) quilombolas, com 13,3% buscado atendimento médico na rede privada (3,0% sem plano de saúde e 10,3% com plano de saúde).

Tabela 6-1: Procura por atendimento de saúde segundo cor ou raça do (a) estudante, 2018 (%)

	Rede Pública*	Rede Particular (sem Plano de Saúde)	Rede Particular (com Plano de Saúde)	Amigos/ familiares	Nenhum
Amarela	53,8	4,8	36,4	1,0	3,9
Branca	45,6	4,7	46,1	1,2	2,4
Parda	64,1	3,7	28,0	1,1	3,1
Preta – quilombola	81,2	3,0	10,3	1,1	4,4
Preta - não quilombola	68,3	3,1	24,5	1,2	3,1
Indígena aldeado	90,0	2,1	1,9	1,3	4,7
Indígena não aldeado	75,4	2,5	16,4	2,2	3,5

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
(*) Inclui os serviços médicos ofertados pela própria instituição.

80 Os dados de 2014 são semelhantes, apresentando pequenas variações, a maior busca de atendimento ocorria na rede pública (51,7%), seguido pela rede privada com uso de convênios (36,8%), a rede privada sem convênio (5,1%), serviços de saúde das universidades (3,2%), ajuda de amigos e/ou familiares (1,7%). Não buscavam nenhum atendimento 1,5% dos estudantes.

Regionalmente também as diferenças saltam aos olhos. Entre os (as) que estudam em instituições da região Norte 69,7% buscam atendimento na rede pública de saúde, incluindo os serviços ofertados na própria instituição, o mesmo percentual é de 61,0% entre os (as) estudantes de instituições nordestinas, 51,3% no Centro-Oeste, 52,5% no Sul e 49,9% no Sudeste.

No domínio da rede particular de saúde, especificamente entre estudantes que a usam a rede com plano, ficam também evidentes as desigualdades regionais. Enquanto 43,1% dos (as) estudantes do Sudeste buscam atendimento médico na rede privada mediante o uso de convênios, no Norte apenas 21,6% utilizam este recurso. Nas demais regiões os dados são os que seguem: Nordeste (30,3%); Sul (38,8%); Centro-Oeste (40,2%).

Em relação à frequência de busca por atendimento médico, 51,3% disseram procurar raramente por tais serviços; 25,5% utilizavam tais serviços periodicamente, para exames de rotina; e 23,2% usavam tais serviços periodicamente para tratamentos de saúde específicos.

Entre discentes do sexo feminino a frequência de procura por atendimento médico é maior, seja para exames de rotina (29,9%), seja para tratamento específicos (24,8%), corroborando vários estudos que apontam maior interesse feminino na busca de assistência à saúde (LEVORATO ET. AL.; 2014; PINHEIRO ET. AL., 2002). Ainda assim, 45,3% das estudantes do sexo feminino afirmaram buscar raramente atendimento médico. Entre estudantes do sexo masculino, a busca de serviços médicos para realização de exames de rotina mobiliza 20,2% e para tratamentos específicos foi referida por 21,3%. Dentre eles, 58,6% declararam buscar raramente os serviços médicos.

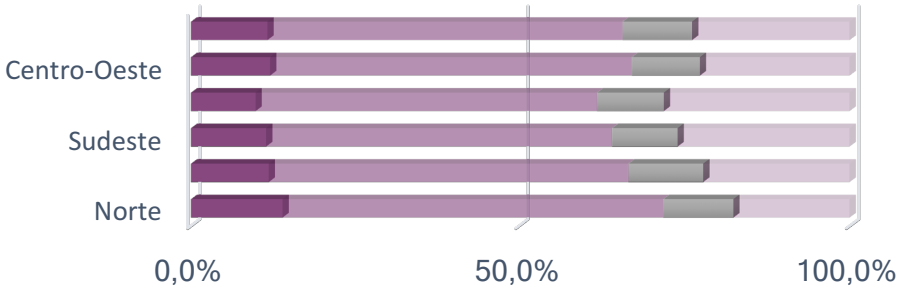
Relativamente ao atendimento odontológico, 54,1% dos (as) entrevistados (as) disseram ir ao (à) dentista quando se manifestava algum problema; 23,6% declararam ir periodicamente ao (à) dentista, para fins de prevenção; 10,6% recorriam a atendimento odontológico para tratamento específico; e, finalmente, 11,7% disseram não ir jamais ao dentista (Gráfico 6-4).

Em relação à pesquisa de 2014, é maior o percentual dos (as) estudantes que não busca qualquer atendimento ou tratamento dentário. Em 2014 o percentual de estudantes que nunca iam ao dentista era de 5,3%, enquanto em 2018 é de 11,7%. Aumentou um pouco o percentual de discentes que disseram ir ao (à) dentista quando se manifesta algum problema (1,1 p.p.) mas caiu o percentual dos (as) que declararam ir periodicamente, para fins de prevenção (0,5 p.p.) bem como dos que recorrem a atendimento odontológico para tratamento específico ou especializado (7,1 p.p.).

Percebe-se que o maior ou menor cuidado profissional depende do nível de renda do estudante. As consultas periódicas foram relatadas por estudantes cuja média de renda familiar *per capita* era de R$ 1.957,38 (DV = R$ 2.128,70); já os universitários que não frequentam o dentista possuíam média de renda familiar *per capita* de R$ 880,23 (DV = R$ 1.101, 73).

A busca por atendimento odontológico varia entre os (as) estudantes, segundo a região onde estudam (Gráfico 6-3), o Norte se destaca com os maiores percentuais de estudantes que nunca procuram atendimento (14,0%) e com os menores percentuais dos que buscam atendimento preventivo (17,3%). De outro lado, na região Sul são observados os menores percentuais de entrevistados que nunca buscam atendimento (9,9%) e os maiores que buscam atendimento periódico (27,9%).►

Gráfico 6-3: Graduandos (as) segundo a frequência que buscam atendimento odontológico, 2018 (%)



	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Nunca vai ao dentista	14,0%	11,9%	11,5%	9,9%	12,1%	11,7%
Vai ao dentista quando apresenta algum problema	58,0%	54,8%	52,7%	52,0%	55,1%	54,1%
Vai ao dentista frequentemente para tratamento especializado	10,7%	11,4%	10,0%	10,2%	10,4%	10,6%
Vai ao dentista periodicamente para prevenção	17,3%	21,9%	25,9%	27,9%	22,4%	23,6%

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Tomando todas as dimensões até aqui analisadas, observa-se que o percentual de estudantes que se alimenta adequadamente (três ou mais refeições diárias), que se exercita regularmente (pelo menos três vezes por semana) e que busca atendimento médico e odontológico especializado ou preventivo é de apenas 8,9%. Considerando-se os desdobramentos da insuficiência de cada uma destas dimensões vitais na composição da cidadania ou das condições do bom desenvolvimento acadêmico, este percentual deve ocupar a atenção de gestores das IFES.

Sobre a saúde psicológica, tem-se que 67,6% dos (as) entrevistados (as) nunca procurou atendimento psicológico, 73,6% dos estudantes do sexo masculino e 62,8% do feminino, 61,0% no Sul, 61,3% no Sudeste, 68,2% no Centro-Oeste, 72,6% no Nordeste e 79,7% no Norte. Por outro lado, 13,7% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9,0% disseram procurar atendimento no último ano, e 9,7% declararam estar fazendo acompanhamento psicológico. Na pesquisa de 2014, 69,5% dos graduandos (as) responderam que nunca procuraram atendimento psicológico.

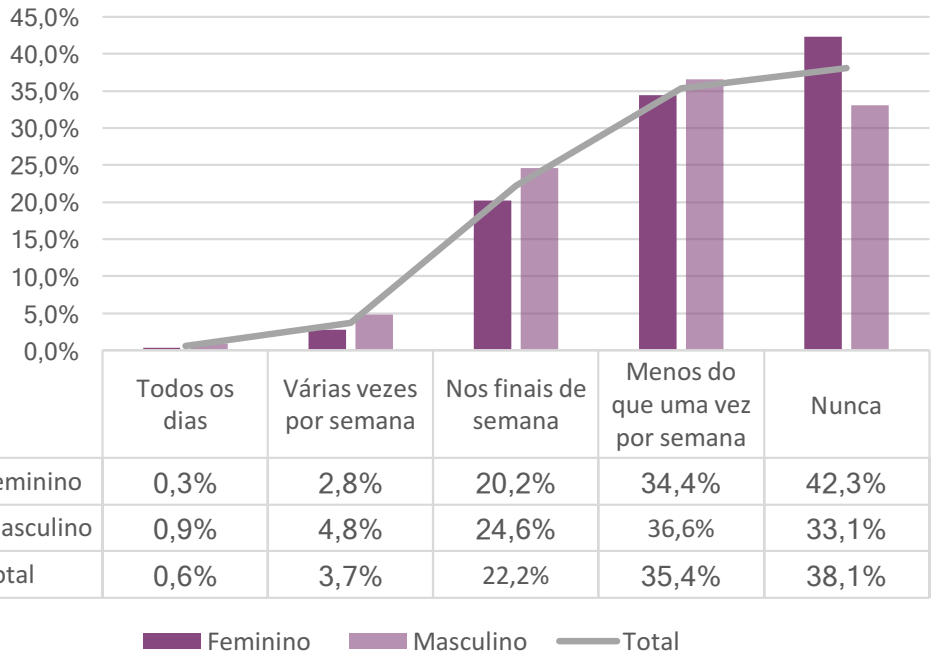
Em adição à questão anterior, quando perguntados se já haviam tomado medicação psiquiátrica, 83,7% declararam nunca ter tomado; 9,8% disseram já ter tomado, mas não mais; e 6,5% estavam tomando no momento da realização da pesquisa. Entre os (as) graduandos (as) que estavam ou estiveram em tratamento psicológico 39,9% fazem/fizeram uso de medicação psiquiátrica. Na outra ponta, ainda que reduzida, mas de forma preocupante, entre estudantes que nunca procuraram acompanhamento psicológico, 1,1% está tomando medicação psiquiátrica e 3,8% já fez uso, mas hoje não o faz.

Igualmente relacionadas ao tema da saúde estão as questões seguintes, em que se inquiriu o entrevistado sobre hábitos de consumo de substâncias psicoativas lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas.

Perguntados com que frequência consumiam bebidas alcoólicas, 38,1% dos entrevistados disseram

nunca tomar álcool; 35,4% disseram tomar álcool menos de uma vez por semana; 22,2% responderam que consumiam álcool nos finais de semana; 3,7% disseram tomar álcool várias vezes por semana, e 0,6% disseram consumir diariamente (Gráfico 6-4).

Gráfico 6-4: Frequência do consumo de bebidas alcoólicas, total e de acordo com o sexo do (a) graduando (a) - 2018 (em %)



	Todos os dias	Várias vezes por semana	Nos finais de semana	Menos do que uma vez por semana	Nunca
Feminino	0,3%	2,8%	20,2%	34,4%	42,3%
Masculino	0,9%	4,8%	24,6%	36,6%	33,1%
Total	0,6%	3,7%	22,2%	35,4%	38,1%

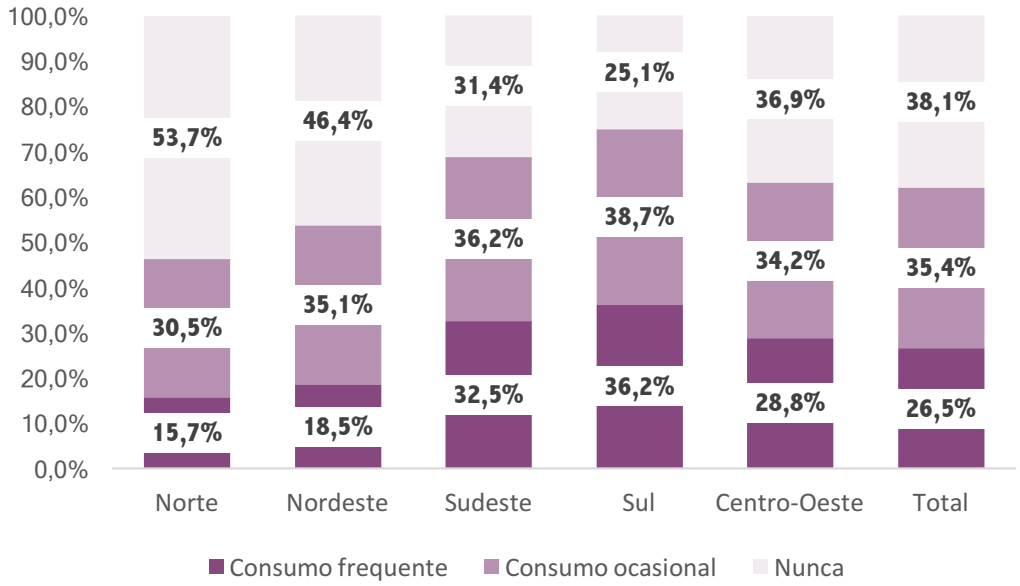
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Na IV Pesquisa, os (as) pesquisados (as) informaram maior percentual de consumo ocasional, 44,4%, do que o consumo frequente, 19,6%. Por sua vez, 36,0% dos (as) estudantes não consumiam álcool.

O consumo excessivo de álcool é considerado um fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis, além de estar relacionado a acidentes de trânsito e violências diversas. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS (IBGE 2014), 24,0% da população com mais de 18 anos no Brasil consumia bebidas alcoólicas pelo menos uma vez por semana. A V Pesquisa indica um percentual um pouco mais elevado, 26,5%. Se considerarmos o uso frequente e o eventual (ou seja, agrupando-se as alternativas "nos finais de semana", "várias vezes por semana", "diariamente" e "menos do que uma vez por semana"), o álcool está presente na vida de seis em cada dez estudantes, sendo provavelmente a substância mais popular que circula entre eles. Salienta-se que o consumo entre os estudantes do sexo masculino é mais elevado, 30,3% fazem uso da substância pelo menos uma vez na semana ou seja, agrupando-se as alternativas "nos finais de semana", "várias vezes por semana" e "diariamente"). Entre discente do sexo feminino o mesmo percentual é de 23,3%.

Ainda sobre o consumo de álcool, percebem-se importantes diferenças regionais. As instituições do Sul (36,2%), em seguida as do Sudeste (32,5%) apresentam os maiores percentuais de estudantes que afirmaram consumir álcool pelo menos uma vez por semana. De outro lado, as instituições do Norte (53,7%) e do Nordeste (46,4%) apresentam os maiores percentuais de estudantes que não consomem álcool (Gráfico 6-5).►

Gráfico 6-5: Frequência do consumo de bebidas alcoólicas, por região onde estudam, 2018 (em%)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Feita a mesma questão relativamente ao consumo de tabaco e derivados, 87,4% dos entrevistados respondeu que não fumava; 5,3% disseram fumar menos de uma vez por semana; 2,0% fumavam nos finais de semana; 2,0% fumavam várias vezes por semana, e 3,2% fumavam diariamente. Em outras palavras, 12,5%[81] dos estudantes entrevistados eram usuários, percentual inferior à prevalência de uso da população brasileira adulta indicado pela PNS que era de 15,0%.

O consumo é menor entre discentes do sexo feminino, pois em 90,3% dos (as) respondentes indicaram não consumirem tabaco. Não consumidores de tabaco correspondem a 84,2% de estudantes do sexo masculino. Nota-se, também, que o uso habitual da substância cresce com a idade. Enquanto 2,7% dos jovens até 24 anos indicaram uso diário, o mesmo percentual chega a 7,0% entre os estudantes com 60 anos ou mais.

Os (as) estudantes (as) das regiões Sul (9,6%), Sudeste (9,6%) e Centro-Oeste (9,5%) apresentam os maiores percentuais de uso regular de tabaco, ou seja, pelo menos uma vez na semana. O mesmo percentual entre estudantes de instituições do Norte e Nordeste é de 3,8% e 4,3%, na mesma ordem.

Cabe mencionar que da mesma forma que o álcool, o tabaco contribui para o desenvolvimento de diversas doenças crônicas, com destaque para as doenças pulmonares e respiratórias.

Por fim, questionando-se sobre consumo de drogas ilícitas, 89,2% responderam que nunca usaram, 6,3% consumiam menos de uma vez por semana, 1,8% consumiam nos finais de semana, 1,5% usavam várias vezes por semana e 1,2% disseram usar drogas ilícitas diariamente. Destarte, 4,5% dos estudantes faziam o uso regular, de pelo menos uma vez na semana. Em 2014 os percentuais eram: 92,1% não usavam; 6,1% faziam uso ocasionalmente; 0,6% nos finais de semana; 0,6% várias vezes por semana; e 0,5% diariamente (FONAPRACE/ANDIFES, 2016).

Verifica-se, mais uma vez no que tange ao consumo de substâncias psicoativas, que o consumo regular de drogas ilícitas (agrupando-se as alternativas “todos os dias”, “várias vezes por semana”, “nos finais de

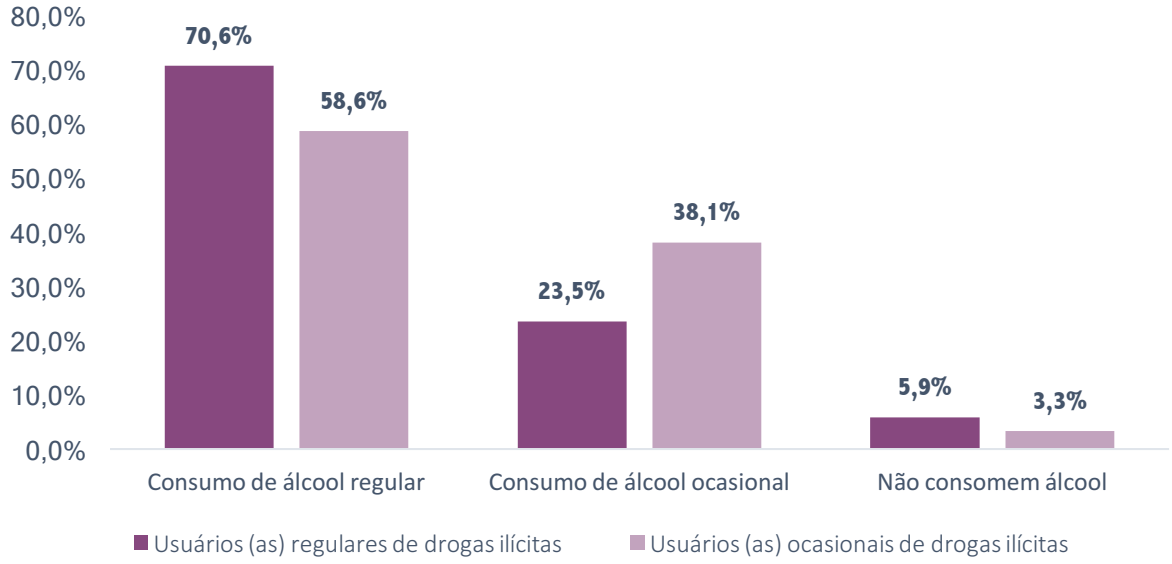
81 Em 2014 o mesmo percentual era de 11,3% (FONAPRACE/ANDIFES, 2016).

semana") é maior entre os estudantes das instituições localizadas no Sul (6,1%), no Sudeste (5,7%) e no Centro-Oeste (5,0%); e menor no Norte (1,9%) e no Nordeste (3,2%).

Os (as) consumidores (as) de drogas ilícitas, por sua vez, igualmente são usuários de álcool e de tabaco.

Os estudantes que relataram consumir drogas ilícitas regularmente geralmente também fazem uso de álcool, sendo este consumo regular para 70,6% e ocasional para 23,5% (Gráfico 6-6). Os dados mostram também que apenas 3,3% entre os estudantes que afirmaram fazer uso ocasional de drogas ilícitas não relataram o consumo de álcool.

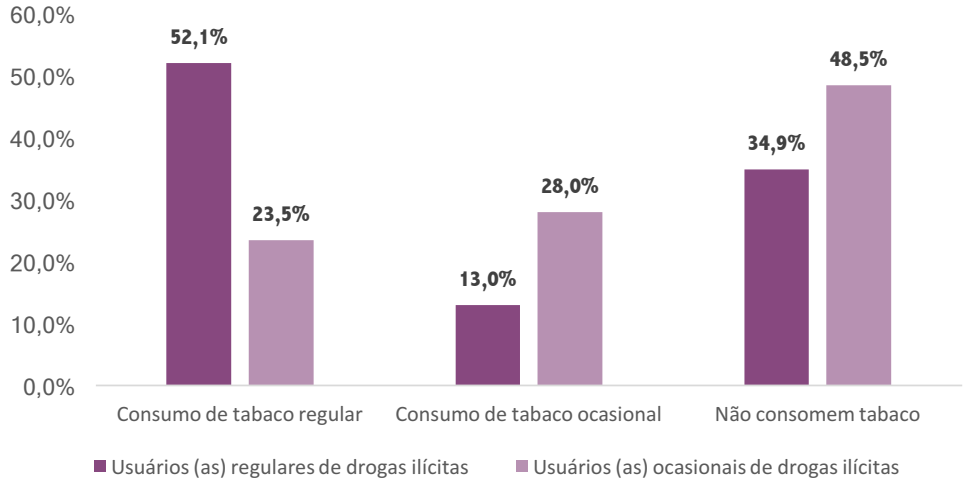
Gráfico 6-6: Graduandos (as) usuários (as) regulares e ocasionais de drogas ilícitas segundo o consumo de bebidas alcoólicas, 2018 (%)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, 2018.
Obs.: Usuários regulares = uso diário, várias vezes na semana e finais de semana.
Usuários ocasionais/eventuais = uso menor que uma vez na semana.

O Gráfico 6-7 mostra que o tabaco é uma substância apreciada entre os (as) estudantes que fazem uso de drogas ilícitas. Pouco mais da metade (52,1%) dos usuários regulares de drogas ilícitas, do mesmo modo, são fumantes regulares; enquanto 13,0% fumam ocasionalmente. No caso de estudantes que fazem uso ocasional de drogas ilícitas, o percentual de fumantes regulares e ocasionais é menor: 23,5% e 28,0%, respectivamente. Ainda assim, são percentuais muito superiores ao percentual global dos estudantes e da população em geral. ►

Gráfico 6-7: Graduandos (as) usuários (as) regulares de drogas ilícitas segundo o uso de tabaco, 2018 (%)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, 2018.
Obs.: Usuários regulares = uso diário, várias vezes na semana e finais de semana.
Usuários ocasionais/eventuais = uso menor que uma vez na semana.

Ainda sobre as drogas ilícitas, observou-se que a média de renda familiar *per capita* de estudantes que fazem uso de substâncias ilícitas (R$ 1.784,53 com DV = R$ 2.100,04) é superior à dos (as) estudantes que não são usuários (R$ 1.272,10 com DV = R$ 1.559,83). A média de renda familiar *per capita* dos não usuários equivale a 67,0% da renda dos estudantes que usam drogas ilícitas nos finais de semana, por exemplo[82].

Sabe-se que a rotina de estudos na universidade contribui para amplificar os problemas relativos à saúde mental, exigindo dos estudantes posturas flexíveis e resilientes no ambiente acadêmico. Várias investigações têm mostrado que a ocorrência de sintomas que remetem ao sofrimento psíquico é alta entre os (as) universitários (as) (AGUIAR ET. ALL, 2009; AMARAL ET. AL., 2008).

Nesse sentido, entre os inúmeros obstáculos enfrentados, interessava conhecer as dificuldades emocionais que interferiam na vida acadêmica de estudantes nos 12 meses anteriores à pesquisa.

Perguntado sobre questões relativas ao estado mental ou psicológico, foram feitas perguntas sobre: ansiedade; tristeza persistente; timidez excessiva; medo ou pânico; insônia ou perturbações no sono; sensação de desamparo; sensação de desatenção, desorientação e confusão mental; problemas alimentares; desânimo ou falta de vontade; sentimento de solidão; ideia de morte; pensamentos suicidas; e dificuldades emocionais em geral.

A Tabela 6-2 apresenta uma síntese das respostas dos (as) entrevistados (as). Entre os problemas desta natureza investigados, os que revelaram maior incidência de respostas positivas foram ansiedade, desânimo ou desmotivação, insônia ou alterações no sono, sensação de desamparo ou desespero, solidão e tristeza persistente. Ao todo 83,5% dos (as) graduandos (as) entrevistados (as) responderam que vivenciam alguma dificuldade emocional que interfere na sua vida acadêmica. O mesmo percentual era de 79,8% em 2014 (FONAPRACE/ANDIFES, 2016).►

82 Corresponde ainda a 70,0% da renda dos que fazem uso diariamente e 77,3% dos que usam várias vezes na semana.

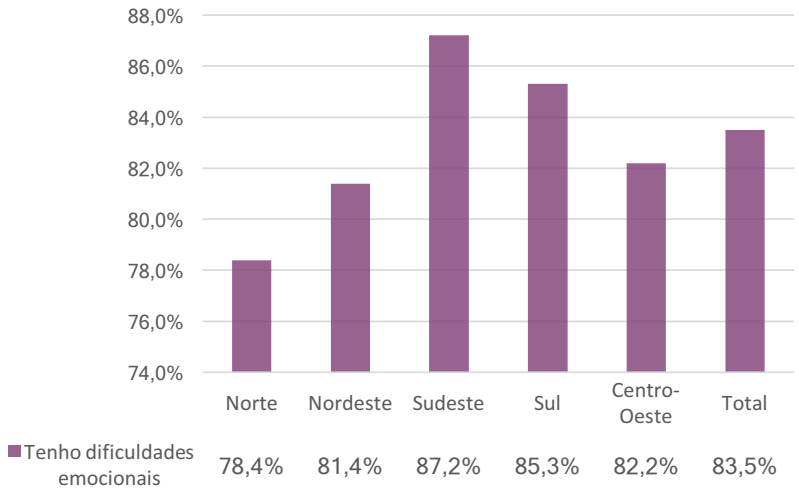
Tabela 6-2: Dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica nos últimos doze meses, 2018 (%)

Problemas ou sensações de:	Não	Sim
Ansiedade	36,4	63,6
Tristeza persistente	77,1	22,9
Timidez excessiva	83,8	16,2
Medo/pânico	86,5	13,5
Insônia/alterações no sono	67,3	32,7
Desamparo/desespero	71,8	28,2
Desatenção/desorientação/confusão mental	77,9	22,1
Problemas alimentares	87,7	12,3
Desânimo/desmotivação	54,4	45,6
Solidão	76,5	23,5
Ideia de morte	89,2	10,8
Pensamento suicida	91,5	8,5
Dificuldades emocionais	16,5	83,5

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, 2018.

O Gráfico 6-8 mostra que o maior percentual de estudantes com relato de dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica, 87,2%, é da região Sudeste; 85,3% é da região Sul; 82,2% é do Centro-Oeste; 81,4% é do Nordeste; e, por fim, 78,4% é do Norte.

Gráfico 6-8: Percentual de graduandos (as) com relato de dificuldades emocionais que interferem na vida acadêmica, por região geográfica de *campus* - 2018 (%)



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, 2018.

Muitos (as) estudantes enfrentam várias dificuldades emocionais simultaneamente. Em média, 3 dificuldades foram citadas pelos pesquisados, sendo 3,4 das estudantes do sexo feminino e 2,5 do masculino. Entre os (as) estudantes que reportaram dificuldades emocionais 11,1% encontram-se em tratamento psicológico; 63,7% nunca procuraram atendimento psicológico; 7,5% tomam medicação psiquiátrica.

A Figura 6-2 destaca as dificuldades emocionais mais representativas e aquelas revestidas de maior gravidade, quais sejam, a ideia de morte (10,8%) e o pensamento suicida (8,5%).

Deve-se tomar como ponto de partida a diferenciação entre o que os dados desta pesquisa mostram e o que dizem outras pesquisas. Aqui se mensura o pensamento suicida, ou seja o fato de se cogitar a ação e não sua realização. Portanto o que se quantifica neste relatório é a potência e não o ato, diferentemente da maior parte da bibliografia ou dos dados que remetem ao auto sacrifício propriamente dito.

O suicídio é considerado a segunda causa de morte entre o público universitário (SANTOS et al., 2017) e, ao que parece, segue em franca ascensão no mundo inteiro. Os números do Ministério da Saúde tem apontado que a taxa de suicídios no Brasil é de 5,8 a cada 100 mil habitantes, considerada baixa se comparada a outros países. Também aqui o número absoluto de casos tem crescido. As faixas etárias em que há maior frequência são aquelas acima de 19 anos, pois até esta idade são 1,7 casos a cada 100 mil habitantes. Quando o recorte é a cor ou raça, as taxas a cada 100 mil habitantes são de 5,9 para brancos (as), 4,7 para negros (as), 2,4 para amarelos (as) e 15,2 para indígenas. Também há distinção sexual das mesmas taxas, com predomínio entre discentes do sexo masculino (9,2 a cada 100 mil habitantes) em relação ao feminino (2,4 a cada 100 mil habitantes) (BRASIL/MS, 2018).

Nas IFES o pensamento suicida é mais comum entre pessoas do sexo feminino (60,3%) do que entre as do sexo masculino (38,6%). Outras pesquisas em profundidade seriam necessárias para desvendar as razões da disparidade, todavia ela por si já indica a necessidade de uma ação específica. Também é merecedor de destaque a constatação de que para as sexualidades distintas da heteronormatividade, os índices de pensamento suicida são muito superiores. Para a heterossexualidade o pensamento suicida aparece em 5,9% dos casos, para a homossexualidade sobe para 14,9%, para bissexualidade é de 22,7%, para a pansexualidade chega a 33,4% e para a assexualidade é de 31,5%. Conclui-se que a sexualidade é um marcador social importante para políticas de prevenção ao suicídio.

Tomando-se agora o critério cor ou raça, o percentual de pensamento suicida para amarelo (as) é de 8,7%, 8,9% para brancos (as), 7,6% para pardos (as), 9,9% para pretos (as) não quilombola, 5,7% para pretos (as) quilombola, 3,4% para indígenas aldeados (as) e 12,0% para indígenas não aldeados (as). Ora, a exemplo do que o Ministério da Saúde aponta, indígenas possuem maior prevalência para o pensamento de morte, entretanto somente para o caso de não estarem aldeados (as), o que pode indicar que o processo de aculturação tem relação com a ideação destes (as) estudantes. Ademais, são prevalentes os pensamentos de morte entre estudantes de Humanas (11,1%), da região Sudeste (9,8%), em municípios de IDHM muito alto (10,9%) ou muito baixo (10,5%), entre 18 e 24 anos (9,7%) e com origem em escola particular (9,1%).►

Figura 6-2: Dificuldades emocionais dos (as) graduandos - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES(2018).

Observando em perspectiva histórica, as dificuldades emocionais apresentaram queda entre a III e a IV Pesquisas, mas retomaram o crescimento na V Pesquisa, tal como comprova a Tabela 6-3.

Tabela 6-3: Dificuldades emocionais de estudantes das IFES nos anos 2010, 2014 e 2018.

Problemas ou sensações de:	2010*	2014*	2018
Ansiedade	70,0	58,4	63,6
Tristeza persistente	-	19,3	22,9
Timidez excessiva	25,0	15,5	16,2
Medo/pânico	14,0	10,6	13,5
Insônia/alterações no sono	44,0	32,6	32,7
Desamparo/desespero	36,0	22,6	28,2
Desatenção/desorientação/confusão mental	31,0	19,3	22,1
Problemas alimentares	12,0	12,6	12,3
Desânimo/desmotivação	-	44,7	45,6
Solidão	-	21,3	23,5
Ideia de morte	-	6,4	10,8
Pensamento suicida	-	4,1	8,5

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).
(*) ANDIFES/FONAPRACE (2011, 2016)

As primeiras duas versões da pesquisa não traziam questões a este respeito, razão pela qual não foram consideradas para a comparação. Também deve-se ter claro que aquela realizada em 2010 não trazia itens acerca da tristeza persistente, desânimo, solidão, ideia de morte e pensamento suicida. Para além do incremento já anunciado acima, há um aspecto importante a ser destacado. Os aumentos do percentual de 2014 em relação ao de 2018 foram menores do que 30,0%, exceção feita a duas dificuldades emocionais, a ideação de morte e o pensamento suicida.

Ideação de morte e pensamento suicida cresceram, da IV para a V Pesquisa, na ordem de 68,8% e 107,0% respectivamente - o que, não sem outra razão, vem merecendo ações e campanhas por parte das IFES, a exemplo do "Setembro amarelo".

07
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

O que mudou em relação ao Perfil Básico?

A tendência de crescimento da participação discente do sexo feminino continua ascendente, alcançando 54,6% da população-alvo, um aumento 3,2% em 2018, relativamente a 1996. Em todas as regiões geográficas, discentes do sexo feminino superam os do sexo masculino na composição do corpo discente das IFES. O exame dos dados relativos à distribuição regional de graduandos por declaração de sexo novamente revela homogeneidade. É importante insistir nessa característica das IFES, pois a alta desigualdade regional é um dos problemas históricos mais renitentes da sociedade brasileira.

Há uma relação entre o sexo dos graduandos e sua distribuição pelas áreas do conhecimento. Estudantes do sexo masculino aparecem na proporção de 2 para 1 nas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, enquanto o inverso se verifica nas Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Linguística e Letras.

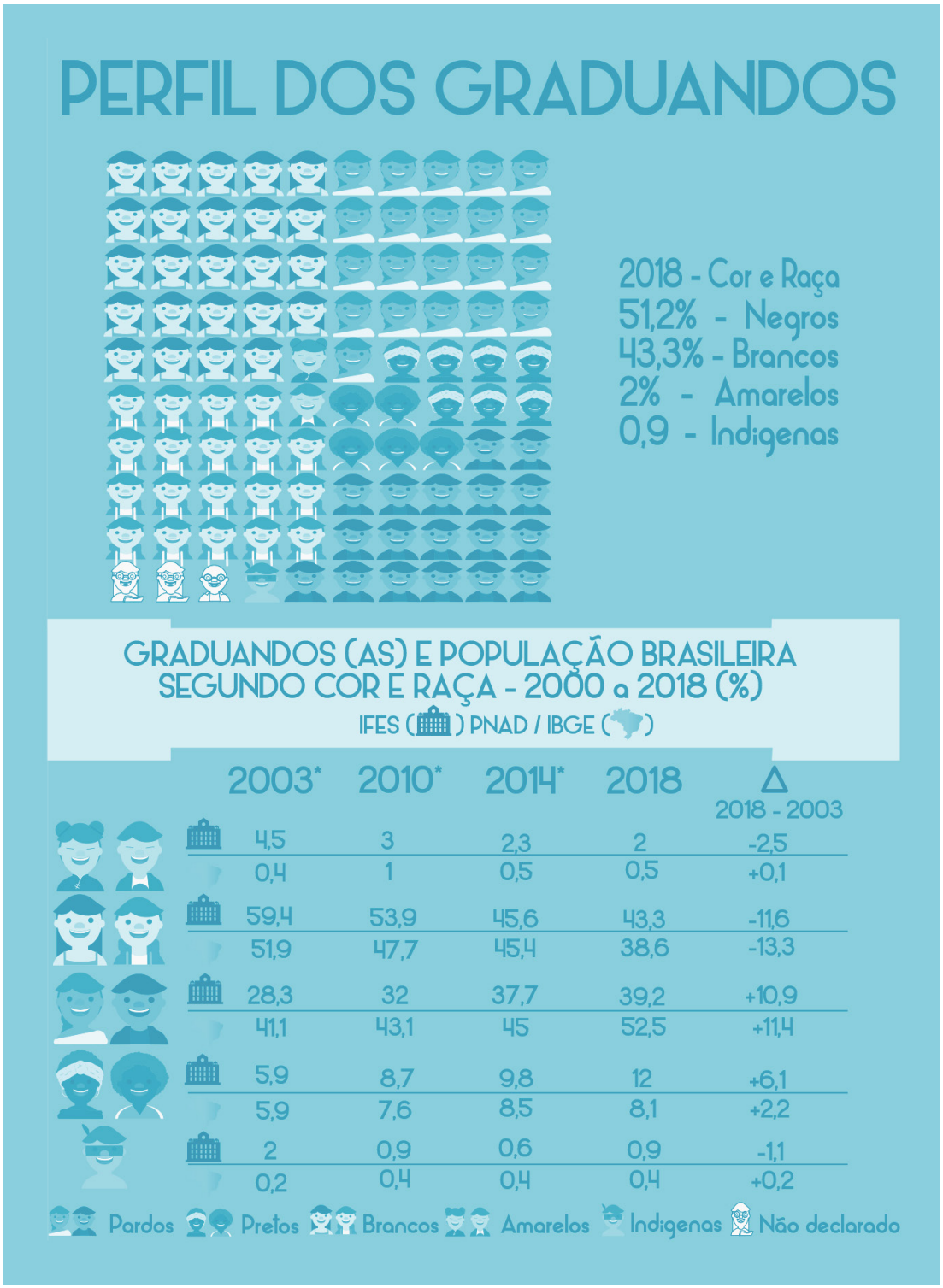
A superioridade numérica do sexo feminino nas IFES brasileiras, em todas as regiões e 3,5 p.p. acima da composição feminina da população brasileira, é expressão de um fenômeno que se verifica no próprio percurso educacional e muito antes delas entrarem no ensino superior, posto que já são maioria no ensino médio. Ademais, pessoas do sexo feminino buscam o ensino superior como forma de reduzir as desigualdades sociais, almejando carreiras e remuneração que lhes garantam minimamente conciliar, por exemplo, maternidade e trabalho, em determinado momento profissional, e usufruir de benefícios e direitos trabalhistas. Baseando-nos em uma abordagem relacional da divisão sexual, há que se ponderar que a subrepresentação de estudantes do sexo masculino no ensino médio e no superior também tem relação com a entrada "precoce" no mercado de trabalho, que cultural e socialmente é deles mais exigida.

A idade média dos (as) discentes é de 24,43 anos. Registra-se pequena queda relativamente a 2014, quando alcançou a maior média de toda a série histórica com 24,54 anos.

A primeira grande descoberta da V Pesquisa diz respeito ao perfil racial estudantil nas IFES brasileiras. Aumentou o percentual de negros (as) [pretos (as) quilombolas, pretos (as) não quilombolas e pardos (as)] que, pela primeira vez no espectro temporal das pesquisas de perfil da ANDIFES, alcança a maioria absoluta do universo pesquisado: 51,2%.

Outro dado impactante é o número de indígenas aldeados e pretos quilombolas. Dobrou o número de indígenas aldeados. Eram 2.329, em 2014, chegando a 4.672 em 2018. Em relação a pretos quilombolas, eram 4.231 e hoje são 10.747. O contingente estudantil de pretos quilombolas cresceu cerca de uma vez e meia, ou seja 154%. Ainda que o perfil de cor ou raça da população brasileira também tenha se alterado, no período 2014-18, o aumento de pretos, pardos e indígenas identificado pela V Pesquisa foi superior ao crescimento populacional.►

Figura 7-1: Cor ou raça dos (as) graduandos (as) - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES(2018).

As perguntas sobre gênero e orientação sexual foram inovações do questionário da V Pesquisa. Como previsto, a proporção de graduandos (as) que se declararam trans, na questão sobre gênero, é pequena, da ordem de 0,2% em todo país. Aqueles que se declaram cis são maioria, tanto entre mulheres como homens, mas se agruparmos todos os respondentes que negam tal identidade, obtemos uma proporção nacional de 11,6%, com um pico de 18,2% na região Norte. Tais números nos levam a pensar que a universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, tende a ser cada vez mais questionada. No que diz respeito à orientação sexual, pouco mais de 1/5 dos (as) discentes não se classifica como heterossexual.

O percentual de estudantes que têm filhos continua muito próximo daquele identificado pela IV Pesquisa. São 11,4%, de tal modo que cerca de 1 a cada 10 discentes tem filhos. Dentre estudantes com 4 ou mais filhos, a maioria absoluta (53,4%) é do sexo masculino. Dentre estudantes com 1 filho quase 60% são do sexo feminino. À medida que cresce o número de filhos (as) diminui o percentual de estudantes do sexo feminino, o que indica que maternidade e vida acadêmica são mais difíceis de conciliar, quando estudantes elas têm mais de 1 filho (a). Estado civil tem peso sobre a condição de paternidade e maternidade de discentes, pois têm filhos (as) 82,7% dos (as) viúvos (as), 72,3% dentre os (as) que são separados (as), 53,7% dos (as) casados (as) e apenas 3,9% dos (as) solteiros (as). A maioria absoluta de estudantes solteiros (as) com filhos (as) é, notadamente, do sexo feminino: 68,5%.

Outra descoberta da V Pesquisa é o crescimento do percentual de estudantes inseridos (as) na faixa de renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM", balizada pelos critérios de cobertura do PNAES.

De forma robusta, a V Pesquisa revela que 70,2% do total de discentes das IFES têm renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM", 4 p.p. acima do perfil identificado em 2014.

Regionalmente há discrepâncias, mas em todas elas o percentual de estudantes inseridos nesta faixa de renda está acima de 60% da população-alvo. O Nordeste era, em 2014, a região com o maior percentual de estudantes na faixa de renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM", tendo sido superado, em 2018, pelo Norte. Por seu turno, o Centro-Oeste, que em 2014 concentrava o menor percentual, foi ultrapassado pelo Sul. A renda mensal *per capita* média do grupo familiar da população-alvo é de R$1.328,08.

A Figura 2-2 sintetiza o perfil básico dos (as) graduandos das 63 universidades federais e dos Cefets MG e RJ por região geográfica.►

Figura 7-2-1: Perfil básico dos (as) graduandos (as) por região geográfica dos *campi* das IFES - 2018

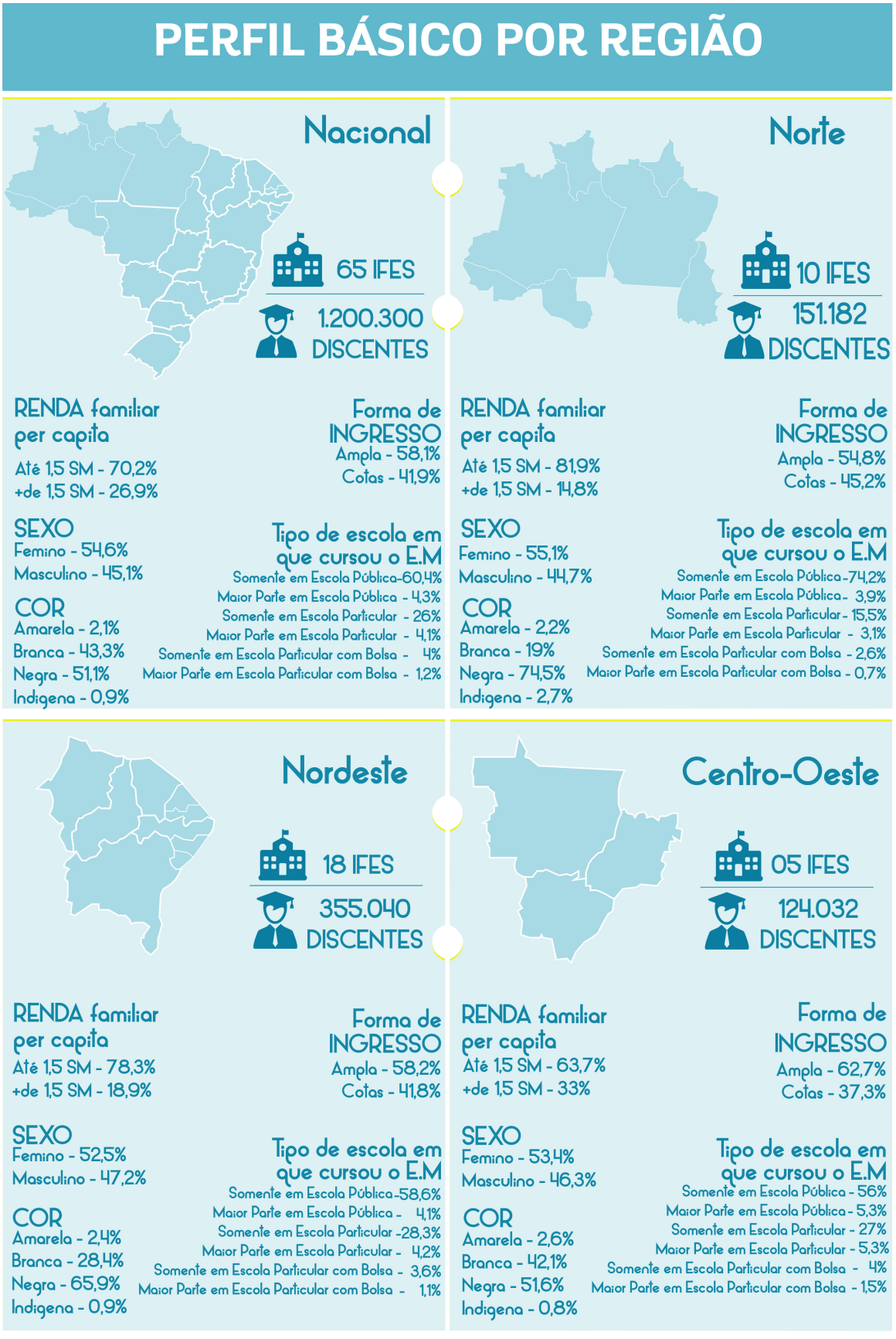
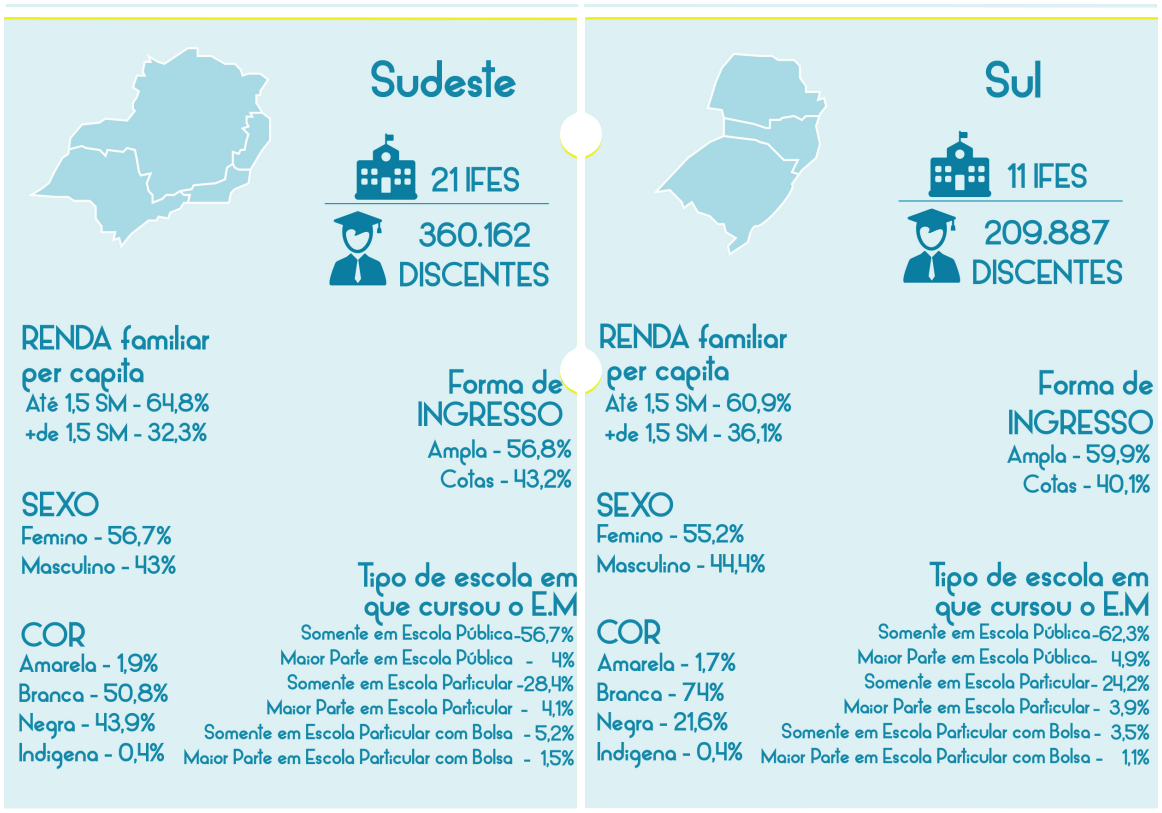


Figura 7-2-2: Perfil básico dos (as) graduandos (as) por região geográfica dos *campi* das IFES - 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES(2018).

Como moram e se deslocam? Em que situação trabalha quem estuda? E qual a renda dos (as) graduandos das IFES, em 2018?

Pouco mais de ¾ dos (as) graduandos (as) residem no município onde cursam a graduação (77,2%), enquanto 22,8% fazem uso da migração pendular para estudar. O perfil dos (as) discentes que vão e voltam diariamente é engrossado por pretos (as) quilombolas e a indígenas aldeados, enquanto na outra ponta, entre os que mais residem nos municípios onde estudam, se encontram estudantes trabalhadores.

Residir no município onde cursa a graduação não é o único indicador de qualidade de vida dos (as) estudantes, principalmente porque não revela a distância e o tempo de deslocamento diário. Porém, a análise desta variável permite indicar que se trata de um distintivo social.

Estudantes que residem e estudam no mesmo município são, majoritariamente, do sexo feminino (54,7%). Os dados mostram também que 44,6% são brancos (as), 49,9% negros (as) e 68,3% pertencem a famílias com renda mensal familiar *per capita* "até 1 e meio SM". O percentual que estudou em escolas públicas é de 62,9%. A maioria relativa está desocupada (39,6%), reside em capitais e estuda em *campus* sede nas regiões Nordeste e Sudeste.

Estudantes expostos (as) à situação de migração pendular são majoritariamente do sexo feminino (54,6%); 55,2% são negros (as) e 39% brancos (as) e 76,3% pertencem a famílias com renda mensal familiar *per capita* "até 1 e meio SM". O percentual de estudantes que frequentaram escola pública é de 71,1p.p. A maioria ingressou por ampla concorrência (52,4%), mas o percentual de cotistas é de 47,6 p.p.

A maioria dos (as) estudantes que residem e estudam no mesmo município leva menos de 30 minutos no deslocamento diário até o *campus* (58,3%), mas 25,4% gasta mais de 30 minutos a 1 hora e 16,3% mais de 1 hora diária de deslocamento. Aqueles que não residem no município onde estudam despendem, como esperado, mais tempo no deslocamento diário até o *campus*: 22,4% gasta menos de 20 minutos, 28,9% mais de 30 minutos a 1 hora e 48,7% mais de 1 hora.

Relativamente à IV Pesquisa, houve aumento na proporção de estudantes que vivem na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] e a redução de quem vive em "república". Também é notória a diminuição da porcentagem daqueles (as) que vivem em moradia coletiva, na casa de amigos e em moradias pertencentes à universidade. Ora, apesar da construção de residências universitárias em algumas IFES nos últimos anos, o aumento da população estudantil pode ter sido proporcionalmente maior do que de vagas nas moradias estudantis criadas ou ampliadas. As demais situações de moradia pouco se alteraram entre uma pesquisa e outra. Há uma leve tendência de estudantes do sexo masculino morarem em "república" e do sexo feminino na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis], o que, em hipótese, tem relação com a construção simbólica de papéis de gênero.

Todavia, é notável a maior tendência de estudantes do Sudeste de viver em "república"; a menor tendência de viver na casa dos pais [pais, mães ou responsáveis] e de outros familiares e a maior tendência a viver sozinho (a), em "república", pensão e casa de amigos (as) por parte de estudantes do Sul; e a maior tendência de viver na casa de pais/mães e familiares por parte dos estudantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os fatores regionais aqui presentes são complexos, pois envolvem questões culturais e socioeconômicas

que escapam à nossa análise. Entrementes, a maior frequência de "república" no Sudeste pode ser a forma que os estudantes encontram de driblar os altos preços do aluguel nas grandes metrópoles desta região.

Foi identificada pela V Pesquisa uma relação entre tipo de moradia e faixa de ano de ingresso. À medida que avança na graduação, uma parcela de estudantes abandona a casa dos pais [pais, mães e responsáveis] ou de outros familiares, bem como outras formas transitórias como casa de amigos (as) e pensões, e cresce a parcela dos que estabelecem família indo morar com companheiro/a ou cônjuge.

À medida que aumenta o tempo de ingresso, cresce o percentual de estudantes que passam a utilizar dos equipamentos de moradia universitários, exceto entre os que ingressaram até 2012. Entre ingressantes 2018, 1,2% vivem em moradia pertencente à universidade, entre ingressantes 2017, são 1,7%. Entre ingressantes 2013-2016 são 2,1%, percentual que cai para 1,5p.p. entre ingressantes até 2012. Neste caso, informações sobre existência de moradia estudantil e processos de solicitação deste benefício podem ser mais acessíveis internamente e à medida que os (as) graduandos (as) avançam no curso. Por sua vez, os (as) que ingressaram até 2012 utilizariam menos os equipamentos de moradia em função de se encontrarem no final do curso – próximos, portanto, ao período de formatura –, ou em situações especiais de conclusão e já inseridos no mercado de trabalho.

Captado pela V Pesquisa, a maior proporção de residentes em moradias universitárias está entre estudantes pretos (as) e indígenas, do sexo masculino, das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, que ingressaram entre 2013-2016 por cotas, que estudaram em escola púbica, que são inativos ou se encontram desocupados e que possuem renda familiar *per capita* de "até 1 e meio SM".

Discentes do sexo feminino usam mais transporte coletivo e do sexo masculino compensam esta diferença utilizando com maior frequência transporte próprio e bicicleta. Como se sabe, culturalmente, a figura masculina é mais incentivada tanto ao uso do automóvel quanto à prática esportiva. Por sua vez, embora o transporte coletivo seja reconhecidamente um espaço de assédio sexual – ao ponto de nas grandes metrópoles existirem vagões em trens e metrô exclusivos para o sexo feminino –, o deslocamento a pé ou de bicicleta expõe este sexo a situações de igual violência e vulnerabilidade. O percentual de pedestres é mais alto entre pretos (as) quilombolas e indígenas aldeados (as). Já o percentual de discentes que usam transporte próprio é mais elevado entre amarelos e brancos que perfazem 46,7% do total.

Se o meio de transporte utilizado expressa a condição socioeconômica de estudantes, o tempo gasto no deslocamento tem relação com a qualidade de vida estudantil, até mesmo pelo impacto que têm sobre o tempo disponível para os estudos. Aproximadamente metade dos (as) discentes (49,9%) leva mais de 30 minutos para chegar à universidade, totalizando pelo menos 1 hora no trajeto diário, enquanto pouco menos de gasta mais de 1 hora em cada trajeto, totalizando nada mais nada menos do que 2 horas no trajeto diário. Duas horas no trajeto diário! Este tempo supera a média do deslocamento diário do (a) trabalhador (a) brasileiro (a) nas grandes metrópoles, média que coloca o Brasil como um dos países com maiores problemas em relação à questão do deslocamento urbano. Segundo estudo do IPEA (2013), no ano de 2009 o tempo médio de viagem nas áreas metropolitanas analisadas era de 38 minutos contra 23,3 minutos nas áreas não metropolitanas. Na comparação internacional apontada pelo estudo, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a média das regiões metropolitanas brasileiras, aparecem atrás apenas de Xangai e à frente de diversas cidades do mundo, tais como

Londres, Nova Iorque e Tóquio. Muito embora as universidades federais e os Cefets estejam majoritariamente concentrados em cidades do interior, é nas capitais que se concentra a maioria absoluta dos (as) pesquisados (as).

Um dos objetivos da implantação do REUNI foi promover a descentralização das IFES, especialmente a sua interiorização, permitindo maior capilaridade e cobertura geográfica do acesso ao Ensino Superior federal gratuito no Brasil. Ainda assim, a persistência da centralização territorial da universidade pública no Brasil obriga muitos estudantes a trajetos intermunicipais e a enfrentar o trânsito engarrafado nas regiões metropolitanas. Se, por um lado, as dimensões do território brasileiro e a concentração populacional em grandes metrópoles são fatores que explicam os grandes deslocamentos de uma parcela dos estudantes, por outro, a ineficiência da rede de transporte contribui para a ampliação do tempo gasto no trajeto até à universidade. Nesse sentido, estudantes que vivem em cidades vizinhas ou regiões distantes do *campus*, tendencialmente inseridos no perfil socioeconômico mais desfavorecido, são aqueles que mais sofrem com este problema, o que justifica e releva o caráter imperativo de políticas de assistência estudantil como o auxílio à moradia e ao transporte.

Existe uma relação entre distância percorrida e desejo de abandonar o curso, mas é uma fraca. À medida que aumenta a distância para o deslocamento, cresce a frequência com que discentes pensam em abandonar seus cursos. Os dados da V Pesquisa mostram que, entre estudantes que se deslocam "Menos de 1 km", a metade já pensou em abandonar o curso. Entre discentes que precisam se deslocar "Entre 1 e 5 km", 51,9% já pensaram em abandono. O deslocamento de "5 a 10 km" eleva este percentual para 52,5%; de "10 a 50 km" é de 53,9%, de "50 a 100 km" é de 55,9% e mais de 100 km permanece próximo à última faixa, com 55,8%.

A análise do deslocamento estudantil mostra ainda algumas questões julgadas centrais para o planejamento das políticas educacionais em consonância com a vida nas cidades brasileiras, sobretudo nas metrópoles:

1) a precariedade da infraestrutura urbana e a ineficiência do transporte público, tendo em vista que diversas estatísticas mundiais colocam as metrópoles brasileiras no topo das que possuem maiores níveis de congestionamento e tempo médio de deslocamento para o trabalho (o que também se aplica ao estudo, como vimos);

2) a necessidade de intermediação do Ministério da Educação com os governos estaduais e municipais para a promoção de políticas de investimento em infraestrutura urbana, melhoria e gratuidade do transporte que facilitem o acesso aos *campi* universitários;

3) o investimento do Governo Federal em moradias estudantis que contribuam para fixar estudantes nas imediações da universidade, diminuindo a distância percorrida e o tempo de deslocamento, incentivando a utilização de meios de transporte não motorizados que possibilitem a melhoria da qualidade de vida e o aumento do tempo de estudo como forma de aprimorar o rendimento acadêmico.

A V Pesquisa revela claramente que há um déficit de moradia estudantil nas universidades brasileiras, pois 22,8% dos (as) estudantes não residem no município onde cursam a graduação, 23,69% gastam mais de 1 hora e 39,6% percorrem mais de 10km no trajeto até a universidade. Ademais a ausência de moradia estudantil na maioria dos *campi*, bem como o processo de gentrificação nos bairros universitários, inclusive em regiões de implantação recente das IFES, contribui para a não fixação dos estudantes nas imediações do *campus*, obrigando-os a longos deslocamentos, o que diminui o tempo para os estudos.

Um breve exercício para estimar o déficit de moradia estudantil nas universidades brasileiras revela o tamanho do desafio que reitorias das IFES têm pela frente. Levando-se em conta o deslocamento de mais de 50km e a renda familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM" como critérios para o acesso à moradia estudantil, conclui-se, apenas com base nestes critérios, que 6,4% de estudantes das IFES seriam potenciais residentes de moradias estudantis, porcentagem que é aproximadamente 3,5 vezes maior do que o total de estudantes que vivem atualmente em moradias da universidade (1,8%). Levando-se em conta ainda o total de estudantes com este perfil de renda que mora a menos de 50km, mas que se mudaram de municípios mais distantes para cursar a universidade, e que já gastam parte de sua remuneração ou auxílio moradia com aluguel em "repúblicas", pensionatos etc., este número é ainda maior.

De qualquer forma, em posse apenas dessas informações parciais, pode-se afirmar que existe um grande déficit de moradia estudantil nas IFES, o que nos permite concluir que a política de investimento em construção de unidades habitacionais para os estudantes de mais baixa renda seria uma forma de contribuir para a permanência estudantil e a melhoria da qualidade da vida acadêmica nas universidades públicas brasileiras.

O percentual de estudantes ocupados (que trabalham) caiu 5,5 pontos percentuais da IV para a V Pesquisa. Em 2018, 29,9% são ocupados, 27,1% corresponde ao total de estudantes do sexo feminino e 33,2% do sexo masculino. As regiões Sul e Centro-Oeste concentram os maiores percentuais de estudantes ocupados (as), juntas perfazem 67,6%. A maioria relativa (31,7%) possui carteira assinada, 24,4% são estagiários (as) e 17% funcionários (as) públicos (as). Por sua vez, 13% não possui carteira assinada; 4,5% têm contrato temporário em empresa, organização social ou órgão estatal; 2,5% sem carteira ou contrato ajudando familiares; e 7% possui outro tipo de vínculo.

Relativamente à IV Pesquisa, as mudanças mais significativas foram o aumento da proporção de estudantes ocupados com carteira assinada e a diminuição daqueles que são funcionários públicos e que trabalham sem carteira assinada. Somando-se, todavia, quem trabalha sem carteira, sob um contrato temporário ou de estágio, identificam-se que 44,4%, têm trabalho precário, percentual próximo ao captado em 2014.

A V Pesquisa revela que 75,7% dos (as) estudantes ocupados (as) trabalham até 40 horas e 24,3% trabalham mais de 40 horas. Na graduação, o tempo de aula em cursos de meio período geralmente é de 20 horas semanais, sem contar o tempo de estudo necessário extraclasse. Compatibilizar trabalho e estudo é, então, um malabarismo, pois exige esforços sociais (pessoais, familiares) de monta.

Dentre estudantes que fizeram trancamento de matrícula o maior percentual é justamente o de ocupados (21,6%). Mas, dentre estes, não são razões de natureza pedagógica/acadêmica, ou de insatisfação com o curso, de saúde, ou ainda financeira que mais "pegam" os (as) ocupados. Este é um dado muito importante. Mais de 1/3 dos (as) ocupados (as) são afetados (as) pela carga horária excessiva no trabalho (34%), indicador de que é o trabalho – e não o estudo em si – o evento que mais interfere em suas vidas e no contexto acadêmico. Corrobora esta interpretação o dado captado sobre eventual abandono do curso.

Outro dado de grande importância social, identificado pela V Pesquisa, é o impacto geracional e na trajetória familiar do acesso dos (as) graduandos nas IFES brasileiras.

Em 2014, 53,5% (as) discentes já tinham nível de escolaridade superior ao de suas mães e pais, um

inegável impacto geracional proporcionado pela ampliação das oportunidades de acesso às IFES brasileiras, impacto que se confirma, agora e novamente, com os dados da V Pesquisa. Em 2018, 50,8% dos (as) estudantes tem origem em famílias em que nem o pai, nem a mãe, ou quem os (as) criou como tal, tiveram acesso à universidade. A cada 10 estudantes 5 estão fazendo história relativamente aos pais e mães. Em nossa compreensão, não é pequeno o significado social e simbólico no seio familiar do ingresso pioneiro de filhos e filhas nas instituições federais de ensino superior com potencial de, inclusive, imantar, num ciclo mais amplo de relações sociais e familiares, o desejo de construir mesma trajetória e almejar semelhantes objetivos.

A análise da escolaridade dos familiares demonstra que os (as) estudantes das IFES estão longe de constituírem a elite do país em termos de acesso ao sistema educacional.

A renda é uma variável decisiva e determinante do perfil discente.

Já destacamos nos parágrafos anteriores o perfil de renda dos (as) graduandos (as). Ao agruparmos a renda em por faixas de renda mensal *per capita*, obtivemos os valores seguintes: 70,2% dos (as) estudantes recebem "Até 1 e meio SM"; 17,3% têm renda mensal familiar *per capita* "Mais de 1 a 3 SM"; e 10,4% "Mais de 3 SM".

Dentre estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM", mais de situa-se na faixa "Até 1 SM" e cerca de na faixa "Até meio SM". Com o olhar voltado para a série histórica, atingiu-se em 2018 o maior patamar, em termos percentuais, de estudantes com o perfil de renda *per capita* do PNAES.

Há uma clara desigualdade de renda quando se observam os critérios de sexo e cor ou raça. De forma geral, estudantes do sexo masculino possuem uma média de renda mensal familiar *per capita* de R$233,38, superior à mesma renda das pessoas do sexo feminino, representando uma diferença de 16,0%. Para qualquer cor ou raça, os valores femininos sempre são menores do que os masculinos, sendo que as menores diferenças relativas percentuais aparecem para indígenas e as maiores para pretos (as) quilombolas.

O recorte cor ou raça revela, por sua vez, que estudantes brancos (as) possuem as maiores rendas médias mensais familiares *per capita*, superando a cifra de R$ 1.720,00, enquanto para a cor ou raça parda o valor é de R$ 1.033,00 (com defasagem aproximada de 40%), para a preta não quilombola é de R$ 912,00 (aproximadamente 47% de defasagem), para a preta quilombola é de R$ 625 (aproximadamente 64% de defasagem), para indígena não aldeado é de R$ 854,00 (aproximadamente 50% de defasagem), para indígena aldeado é de R$ 414,00 (aproximadamente 76% de defasagem).

É relevante o indicador do grau de autonomia financeira dos estudantes. Apenas 15,5% são independentes financeiramente. A maioria depende da família para sua subsistência. Entre os principais mantenedores do grupo familiar, 39,9% são o pai/padrasto e 31,9% a mãe/madrasta, 6,4% o cônjuge ou companheiro/a; 2,9% o avô ou a avó; 1,4% o irmão ou a irmã; 0,2% o filho ou a filha, além de 1,8% outra pessoa. Estudantes que não podem contar com ajuda dos pais e mães ou que estão incluídos na faixa de renda familiar *per capita* "Até 1 e meio SM" não podem prescindir das políticas de fomento ao ensino, à pesquisa, à extensão e à assistência estudantil, sob pena de serem alijados de forma implacável.

Quais são os itinerários estudantis típicos? Alguns itinerários surpreendem.

A V Pesquisa evidencia que a escola pública de Ensino Médio é responsável pela formação de 64,7% da população-alvo. A maior frequência é de estudantes formados somente em escolas públicas (60,4%), percentual praticamente idêntico ao registrado em 2014 (60,2%). Estudantes que cursaram o Ensino Médio somente em escolares particulares representam 26%, ou seja pouco mais de do total, enquanto os que frequentaram a maior parte na rede privada são 4,1%.

Na atual versão da pesquisa, buscou-se aperfeiçoar os tipos de vínculo com escolas particulares de Ensino Médio. Procurou-se conhecer o percentual de estudantes que, embora frequentassem escolas particulares, o tenham feito na condição de bolsistas, relevando que 2,3% estão nesta situação. A mudança na estratificação da questão veio a calhar, pois ao que tudo indica o percentual 4,9 p.p. mais elevado de estudantes que frequentaram escolas particulares em 2014, relativamente a 2018, incluía, certamente, estudantes bolsistas, entre os (as) quais secundaristas em condição de vulnerabilidade.

Frequentavam exclusivamente escolas públicas de Ensino Médio 37,5% dos (as) graduandos pesquisados em 2010, percentual que sobe para 60,2% em 2014 e para 60,4% em 2018.

Portanto, não se fundamenta em dados a percepção segundo a qual as universidades federais são compostas hoje por estudantes que frequentaram escolas particulares de Ensino Médio.

Qualquer que seja a região geográfica de *campus* ou a área de conhecimento do curso, o percentual de estudantes oriundos de escolas públicas de Ensino Médio é superior ao de escolas particulares, muito embora existam algumas discrepâncias. Elas são mais acentuadas no Sudeste onde a diferença entre estudantes de escola pública e escola particular é menor nas Engenharias e Ciências da Saúde. O mesmo ocorre na região Sul. No Centro-Oeste identifica-se a menor diferença (de apenas 1 p.p.) entre o tipo de escola de Ensino Médio frequentado. Nas Engenharias, nesta região, o percentual de estudantes de escolas públicas é de 50,8%.

O ENEM/SISU responde, em 2018, pelo acesso de 67,1% dos (as) estudantes, seguido pelos Vestibulares (26,5%). Houve um aumento de 18,1 p.p. em relação a 2014.

ENEM/SISU é o sistema mais importante de ingresso, como dissemos, e isso vale para estudantes amarelos (as), brancos (as), pardos (as), pretos (as) não quilombolas e indígenas não aldeados (as). Entre pretos (as) quilombolas e, especialmente, indígenas aldeados (as) o Vestibular tem importância. Cerca de 1/3 dos quilombolas ingressam por Vestibular e 54,1% dos aldeados ingressam por meio deste processo seletivo. A existência de vestibulares específicos para indígenas em algumas IFES ajuda a compreender o percentual de aldeados que ingressam por meio deste processo seletivo.

Na região Sul o percentual de estudantes que ingressaram via Vestibulares é de 43,9% e no Norte de 38,6%, quando nacionalmente este percentual é de 26,5%. No Nordeste o percentual de estudantes que ingressa via ENEM/SISU é de 77,6%, 10,5 p.p. acima da média nacional. No Sul, por sua vez, o percentual que ingressa pelo ENEM/SISU é de 50,5%, cerca de 17 p.p. abaixo da nacional. Nalgumas universidades federais do Sul do país, os tradicionais vestibulares têm peso decisivo, ainda que em outras esta forma de ingresso praticamente não ocorra.

A V Pesquisa capta a evolução dos cotistas na população-alvo. Apesar da Lei de cotas estabelecer o

percentual de 50% de cotistas por IFES, nacionalmente ainda estamos aquém da meta. Há duas razões para isso, uma delas é que o ingresso por ampla concorrência ainda supera o percentual de ingresso por cotas. Aqueles são 58,1%, enquanto as modalidades de cotas agrupadas correspondem a 41,9% do total dos (as) graduandos (as) pesquisados. A outra é que muitas IFES só atingiram o percentual de 50% de cotistas no ingresso em 2016, portanto entre os ingressantes anteriores a 2016 a proporção de ingressantes por ampla concorrência era ainda maior. [83]

A importância da política de cotas fica evidenciada quando analisamos a evolução das formas de ingresso segundo ano de ingresso. Neste sentido, a pesquisa capta que os (as) primeiros (as) cotistas ingressam em 2005 e que de lá para cá o percentual foi crescente e especialmente robusto a partir 2013, já sob efeito da Lei 12.711 de 2012. Do total de ingressantes em 2005, 3,1% são cotistas. Em 2010, cotistas são quase ¼ dos ingressantes. Em 2014, são 38,2%, em 2017 cotistas são 49,4%. Em 2018, o percentual de cotistas é de 48,3%. Explica a pequena queda no percentual de cotistas o fato da pesquisa ter sido realizada no primeiro semestre letivo de 2018.

Dentre as modalidades de cotas, a cota "Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM" é a responsável pelo ingresso de quase 1/3 dos (as) cotistas (32,4%).

Qualquer que seja a modalidade de cotas, a maioria dos cotistas tem renda familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM".

O percentual de cotistas incluídos (as) na faixa de renda familiar *per capita* de "Até 1 e meio SM" é superior a 93,0% nas seguintes modalidades: Escola Pública/PPI/Renda até 1 e meio SM, Escola Pública/Renda até 1 e meio SM e Escola Pública/PPI/Deficiência/Renda até 1 e meio SM.

Nesta faixa de renda encontram-se 89,7% dos cotistas que ingressaram na modalidade Escola Pública/Deficiência/Renda até 1 e meio SM, 80,8% dos que ingressaram na modalidade Escola Pública/Independente de Renda/PPI/Deficiência e 80,7% na modalidade Outra Cota. O percentual de cotistas nesta faixa de renda é de 75,5% entre os que ingressaram por Escola Pública/PPI/Independente de Renda e 74,2% pela modalidade Escola Pública/Independente de Renda/Deficiência.

O menor percentual de cotistas com renda *per capita* "Até 1 e meio SM" (67,0%) foi encontrado entre estudantes que ingressaram na modalidade cota Escola Pública/Independente de Renda.

Ora, é muito claro que a faixa de renda mensal familiar *per capita* da maioria dos (as) cotistas torna-os (as) potencialmente candidatos (as) a demandantes de políticas de assistência estudantil. Neste sentido, é imperativo que gestores conheçam e se atentem para a realidade socioeconômica destes discentes cotistas, posto que 48% deles têm, em 2018, renda mensal familiar *per capita* de "até meio SM" (R$477,00).

A distribuição da população-alvo da pesquisa por turnos do curso releva clássicas desigualdades e dualidades. O Integral corresponde ao turno de 43,9% dos (as) graduandos (as), enquanto o Noturno corresponde a 29,3% e o Diurno a 26,8%.

A universidade é ligeiramente mais branca (47,3%) em cursos de turno Integral e mais próxima do perfil de cor ou raça da população brasileira em cursos de turno Diurno e Noturno, em que negros perfazem 54,6% e

83 Os percentuais são: 57,5% em 2015, 61,8% em 2014, 68,3% em 2013 e 74,2%, em 2012.

53,9% respectivamente e brancos representam 39,6% e 40,7% respectivamente.

O Noturno é o turno de quase metade dos estudantes trabalhadores (as) (48,4%). Entre estudantes do Noturno 49,4% são ocupados (as), 13,3% inativos (as) e 37,3% desocupados (as). As universidades federais e os Cefets se abriram mais para negros (as), estudantes de menor renda, oriundos de escolas públicas de Ensino Médio, indígenas e quilombolas, mas ainda precisam se expandir em direção aos trabalhadores, cujo imperativo é a ampliação de vagas em cursos noturnos.

O curso matriculado corresponde à primeira opção de 82,9% do total dos (as) graduandos (as), sugerindo que há relação entre inscrição (demanda) e matrícula no curso desejado (oferta). A renda mensal familiar *per capita* é outra variável interveniente.

Quanto mais alta a renda mensal familiar *per capita*, maior o percentual de estudantes que ingressam em primeira opção, de tal modo que na faixa de renda mensal familiar *per capita* "Até 1 e meio SM" encontram-se 81,0% destes (as) graduandos (as), na faixa "Mais de 1 e meio SM" estão 84,5% e com renda "Mais de 1 e meio 3 SM", 87,3%.

O significativo percentual de estudantes que ingressam em primeira opção tem, seguramente, relação com o aumento da oferta de vagas oferecidas no ensino superior brasileiro, impulsionado pela política de expansão, com peso importante do fator ENEM/SISU.

Satisfação com os cursos e permanência nas carreiras escolhidas envolvem muitas variáveis de natureza objetiva e subjetiva: a faixa etária do (a) estudante (majoritariamente jovem, ainda imaturo para definir as trajetórias acadêmicas), o capital cultural do (a) discente, a expectativa familiar, o nível de exigência e as dificuldades encontradas para se adaptar à vida universitária e ao próprio curso, as condições materiais que se dispõem (se precisa trabalhar ou não ou como pode se manter), a identificação ou frustação com carreiras. Todas estas variáveis interferem na trajetória acadêmica.

Quando ingressam, os (as) discentes estão entusiasmados (as) com o ingresso na universidade. Após esta fase inicial, não é incomum a descoberta de inabilidades e bem cedo os imperativos da sobrevivência se apresentam (altos custos com moradia, transporte, livros etc.), sobretudo quando se trata de estudantes inseridos nas faixas de renda mais baixas ou de ocupados. A V Pesquisa revela, de forma afirmativa, que não trocariam de curso 60,1% dos (as) graduandos (as). A tendência a não trocar de curso é, entrementes, menor entre os graduandos que ingressaram mais recentemente e, inversamente, maior entre veteranos. Como tendência estes dados são compreensíveis. Afinal, os custos implicados na troca de um curso são supostamente maiores para os veteranos, porque envolvem decisões pessoais que têm consequências mais fáceis de serem enfrentadas quando se está ainda nos primeiros semestres. Com exceção de quem já está retido, com um tempo de curso maior do que o necessário, ou próximo ao jubilamento, "começar de novo" supõe determinação pessoal, apoio familiar e condições materiais quase nunca disponíveis aos que precisam enfrentar a dura realidade da vida.

Em relação ao tempo de estudos fora da sala de aula e utilização do espaço da biblioteca, a V Pesquisa identifica que 65,5% estudam até 10 horas semanais e que 18,3% utilizam a biblioteca "uma vez" por semana, pouco mais de ¼ dos (as) graduandos "duas ou três vezes" por semana (26,7%) e 10,3% "quatro ou mais vezes". Em contrapartida 44,8% usam menos de uma vez por semana ou não frequentam a biblioteca.

O envolvimento com atividades e programas acadêmicos é um evento na trajetória de 45,1% do total dos (as) graduandos (as). Entre os (as) discentes que estudam no Sudeste, 50,2% participam de programas acadêmicos. No Sul, este percentual é de 49,4%, enquanto Centro-Oeste, Nordeste e Norte apresentam percentuais menores: 44,4%; 40,9% e 37,7%, respectivamente. Nacionalmente, do contingente dos (as) que participavam de atividades ou programas, 53,4% o fazem de forma remunerada, dado que revela a importância da estrutura de bolsas e outras remunerações na dinâmica da produção científica, tecnológica e formação profissional. É sempre oportuno ressaltar que, dentre as 20 universidades públicas que mais produzem ciência no Brasil, 15 são universidades federais e 5 estaduais.

Quando o recorte utilizado observa a autodeclaração de cor ou raça, somente estudantes brancos (as) estão sobrerepresentados nas atividades ou programas acadêmicos, uma vez que são 43,3% da população-alvo, mas correspondem a 47,2% das vagas. Ou seja, para as oportunidades

que a universidade reserva para uma formação qualificada, há uma ocupação mais do que proporcional do grupo racial dominante.

No universo da assistência estudantil, os serviços, ações ou programas mais utilizados foram, por ordem decrescente: alimentação (acesso aos restaurantes universitários, com ou sem bolsa ou auxílio financeiro), com 17,3% de estudantes respondendo "sim"; transporte (via bolsa, isenções ou auxílios financeiros), com 8,2%; bolsa permanência da instituição, com 7,6%; e moradia (acesso à moradias estudantis, a bolsas ou auxílios financeiros), com 7,5% de respostas positivas. Dignos de nota são também os acessos a atendimento psicológico (3,0%) e médico (2,9%), sempre via garantia de atendimento gratuito ou por meio de bolsas ou auxílio financeiro correspondente. O empréstimo de material didático (como calculadoras, instrumental odontológico, instrumentos musicais etc.) é usufruído por 2,1% dos estudantes. Os demais serviços e ações não alcançaram 2% de respostas positivas.

Relativamente à IV Pesquisa de Perfil, de 2014, todos os programas e ações no campo da assistência estudantil apresentaram queda da cobertura, isto é, em todos os programas os percentuais de estudantes atendidos em 2018 são inferiores aos aferidos em 2014. Por exemplo: em 2014, 44,2% participavam dos programas de alimentação, 18,4% de transporte, 11,7% de moradia e 11,4% de bolsa permanência institucional, enquanto em 2018 são 17,3%, 8,2%, 7,5% e 7,6% respectivamente. Como entender este recuo? Como exposto na Introdução, os recursos destinados ao PNAES foram crescentes até o orçamento de 2016. Para 2017 e 2018 foram observadas reduções nos valores nominais, 4,1% e 3,1% respectivamente. Ademais, se levarmos em consideração que a extinção de alguns programas governamentais produziu sobrecarga às políticas de permanência e que a inflação nos anos de 2016 (que deveria ser reposta em 2017) foi de 6,3% e a de 2017 ficou em 3,0%, pode-se estimar uma redução real de R$ 197 milhões de reais.

Este movimento de contração do financiamento foi acompanhado, pari passu, pela consolidação da democratização do acesso às IFES via sistema de cotas, tal como já foi apresentado neste Relatório. Em síntese, com a redução do financiamento seria natural que os indicadores de cobertura fossem atingidos.

Quais as trajetórias acadêmicas típicas?

Como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a boa formação universitária em sua amplitude responde àquilo que seriam as finalidades do ensino superior, que, espera-se, seja bem sucedido quando seu corpo discente participa ativamente da criação cultural, do pensamento reflexivo, do desenvolvimento da sociedade brasileira, da divulgação da ciência e da produção de conhecimento sobre sua realidade local e mundial. Esta missão pode ser desenvolvida, entre outras, por meio da participação política da vida social, em movimentos sociais e associações.

O percentual de estudantes ativistas é de 28,4%, enquanto, em 2014, o índice era de 27,4%.

O Censo da Educação Superior (INEP, 2017) mostra que os maiores índices de conclusão e menores índices de evasão estão associados à participação discente em atividades e programas acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, bem como sua cobertura por programas de assistência estudantil. Mas a V Pesquisa identifica outro fator associado a maiores índices de conclusão e menores de evasão: a participação política.

Trata-se de uma novidade importante que ambos os programas também estejam associados à maior participação política, permitindo constatar que a boa formação parece estar ligada à aproximação entre os três fatores. Os dados apontam que estudantes envolvidos em movimentos e associações estão mais interessados em ingressar na pós-graduação, comparativamente aos não ativistas. Ativistas trancam menos matrícula quando a razão é trabalho (20,1% contra 23,0%), insatisfação com o curso (10,9% contra 11,3%), maternidade (3,4% contra 5,1%) e dificuldade de aprender (7,2% contra 8,3%), mas trancam mais quando a razão é saúde (19,5% contra 16,3%) ou impedimento financeiro (11,7% contra 9,7%).

Neste sentido, a imagem cristalizada no senso comum, que aponta para ativistas como discentes que protelam sua conclusão de curso e perfazem trajetórias de baixo rendimento acadêmico, neste momento encontra-se em xeque.

A pesquisa conseguiu captar a presença importante dos movimentos identitários (gênero, LGBTT e negro) que se desdobram em um sem número de coletivos, cuja organização menos tradicional tem se espraiado pela militância estudantil. Também captou, de forma significativa, a presença de participação em associações atléticas que, via de regra, apresentam uma capacidade organizativa direcionada para a articulação de atletas e eventos, dispensando poucos esforços para o ativismo de conteúdo contestador ou crítico.

O movimento estudantil agrega a maioria simples dos engajamentos. É o que mais diretamente se dirige às questões da educação superior. Nas precisas palavras de Paula (2003, p.12), “o movimento estudantil é e foi um espaço de atuação que permite à juventude uma percepção de que os problemas brasileiros podem ser discutidos e enfrentados, e não simplesmente sofridos ou ignorados”.

Como esperado, o percentual de discentes que se informa por meio de mídias eletrônicas, sejam jornais, revistas ou portais de notícias, quase alcança 87%, pouco menor do que já tinha sido encontrado na IV Pesquisa. Nenhuma outra fonte de informação tem tanta presença e importância de norte a sul do país, acompanhando tendência internacional e, forçoso reconhecer, as características da faixa etária dominante da população-alvo entre “18 e 24 anos”.

O uso de computadores é destacadamente extenso. Aproximadamente 80% dos (as) discentes indicam

ter alguma ou muita experiência com as máquinas, enquanto 19,3% dizem ter alguma noção e 1,3% nenhuma noção. Em 2014, a IV Pesquisa havia registrado o percentual de 83,5%. De todo modo, supera o patamar encontrado em 2010, quando o índice alcançou 78,0%. Estudantes do sexo masculino têm mais experiencia no uso de computadores, ocorrendo o mesmo para estudantes brancos (as) de ambos os sexos. Neste quesito, vale chamar a atenção para o percentual de indígenas que correspondem a 0,9% da população-alvo, mas a 3,3% do total de discentes que não possui experiência com uso de computadores.

Para as IFES, ter estudantes com acesso e domínio de outros idiomas compõe uma condição importante do processo de internacionalização, entendido como participação na produção internacional de ciência e inovação tecnológica. Ademais, para inúmeras carreiras é requisito o conhecimento de outros idiomas.

A IV e a V Pesquisas de Perfil mostraram que a língua estrangeira predominante no ambiente das universidades e Cefets é a inglesa. Esta língua constitui aquela que discentes possuem maior domínio (bom para 33,2% e regular para 40,1%). Apenas a compreensão da língua espanhola se aproxima da inglesa. O aspecto positivo é que vem crescendo, desde a I Pesquisa, o percentual de estudantes que tem bom domínio do inglês e caindo o percentual daqueles que não tem nenhum domínio. Mas discrepâncias foram identificadas quando detalhamos o perfil em função dos clássicos marcadores sociais de desigualdade. Em relação ao domínio de línguas, o bom domínio da língua inglesa mostra-se associado e proporcional à renda *per capita* média familiar mensal, ou seja, quanto maior a renda auferida pela família do (a) estudante, maior é o domínio manifesto do idioma. Ademais não há regionalmente proporcionalidade em relação ao domínio do inglês.

Colocamo-nos uma questão: o domínio de línguas estrangeiras foi adquirido antes ou depois do ingresso na universidade? Fizemos um exercício. Ao isolarmos estudantes ingressantes em 2018 poder-se-ia inferir se padrões de acesso desiguais seriam resultado daquilo que Bourdieu e Passeron, autores clássicos da sociologia francesa, entendem por herança cultural. Dos discentes ingressantes em 2018, 30,8% possuem bom domínio, 40,2% um domínio regular e 29,0% nenhum domínio. Estes valores estão muito próximos à distribuição média de toda a população das IFES, indicando que aquele padrão herdado no ingresso se mantém razoavelmente de forma generalizada pelo corpo discente, ou, dito de outra forma, a vida acadêmica não tem sido muito determinante na alteração da distribuição pretérita de acesso à língua estrangeira, o que nos leva a concordar com a análise daqueles autores.

Adaptado ao caso estudado, o segundo idioma seria um elemento do passado social transformado em passivo escolar. Uma vez que a universidade exalta e condiciona o acesso a um conjunto de oportunidades acadêmicas fundamentais a uma formação de excelência ao domínio de língua estrangeira, o próprio funcionamento regular da instituição reproduzirá as desigualdades herdadas do passado social do (a) discente. Quebrar o círculo da reprodução exigiria das IFES ações ainda mais agressivas que ofertem cursos de língua estrangeira.

Inovou-se no questionário da V Pesquisa com o acréscimo de perguntas sobre a frequência de leitura de obras literárias, assistência a filmes, peças teatrais e shows e participação na vida política. A intenção foi captar, por meio destes indicadores, o impacto da vida universitária na trajetória estudantil. A rigor, partiu-se do desejo de mensurar o quanto culturalmente a universidade transforma seus e suas discentes, sobretudo para aquelas pessoas cuja origem social normalmente as privam. Já existem estudos que mostram que, mesmo

em ambientes universitários, há muita dificuldade em tornar a leitura um hábito (TOURINHO, 2012).

Os dados da V Pesquisa apontam que a vida universitária impacta no capital cultural quando se observa a frequência com que estudantes leem, assistem e participam de atividades culturais e políticas. Os impactos mais notáveis se expressam na leitura, uma vez que aproximadamente metade do público revela que aumentou o número de obras literárias lidas. Para filmes, a ampliação foi percebida por 42% e 40,4% para a participação política. Para as peças teatrais e os shows assistidos, somente 14,5% e 21,4%, respectivamente, acusaram alteração positiva. É impactante a informação de que, para os últimos casos, 66,5% e 51% dos (as) estudantes informaram não ter havido qualquer alteração na sua assistência. Plateias teatrais não são espontâneas e internacionalmente são produzidas, seja pelos hábitos familiares, seja pela escolarização e pela ação de políticas culturais. O mesmo vale para leitura de obras literárias. Shows são, em geral, onerosos aos pagantes, mas o conhecimento tácito mostra que, quando patrocinados, em geral em período das denominadas "calouradas", geram plateias massivas. Estímulo diretivo e oportunidade de acessar o inacessível são fundamentais.

A frequência de leitura de obras literárias aumentou justamente entre discentes pretos quilombolas (68,2%) e não quilombola (58,7%) e indígenas aldeados (70,2%) e não aldeados(63,4). A V Pesquisa mostra que quanto menor o IDHM do município em que se localiza o *campus* da instituição, maior é o impacto do ingresso na universidade sobre incremento de leitura do (a) discente. Mostra, também, que entre cotistas o percentual de leitura de obras literárias (52,0%) está um pouco acima da média nacional (50,2%), dado que corrobora tendências identificadas pelas pesquisas realizadas por Lemos (2017) e por Jesus (2011).

À V Pesquisa também interessou saber as dificuldades que interferem significativamente na vida ou no contexto acadêmico de cada estudante. Os resultados encontrados dão conta de que uma fração muito expressiva (86,1%) dos (as) discentes apresentam alguma dificuldade estudantil. As cinco dificuldades que mais afetam o desempenho acadêmico, em ordem decrescente, são a falta de disciplina de estudo (28,4%), as dificuldades financeiras (24,7%), a carga excessiva de trabalhos estudantis (23,7%), empatada com os problemas emocionais (23,7%) e o tempo de deslocamento para a universidade (18,9%).

Para enfrentar muitas destas dificuldades, as IFES dispõem de algum mecanismo de intervenção, normalmente sustentado por decreto presidencial e distribuído entre as dez áreas de atuação do PNAES (alimentação, moradia, transporte, saúde, cultura, esporte, acessibilidade, creche, inclusão digital e apoio pedagógico). Provavelmente, várias IFES devem colocá-los em movimento, sem que o volume e a intensidade da oferta destes mecanismos sejam suficientes para cobrir a demanda. Ainda assim faz sentido supor alguma presença das ações de assistência estudantil - uma vez que a comparação histórica das três últimas pesquisas mostra uma redução de todos os índices mensurados e, dificilmente, tais índices teriam refluxo sem intervenções e políticas públicas. Reforça-se a hipótese quando se leva em consideração no intervalo temporal comparado o crescimento robusto dos recursos do PNAES, saltando de mais de R$ 125 milhões em 2008 para mais de R$ 1 bilhão em 2016 (SILVA; COSTA, 2018). A rigor, há dificuldades, como as relativas ao deslocamento, que podendo ser enfrentadas com algumas ações da alçada das reitorias, extrapolam em muito o poder que cada uma delas de fato possui.

Na V Pesquisa há três indicadores de violência que foram especificamente testados, a física, a sexual e a psicológica.

A violência física foi reclamada por 0,8% da população-alvo que percebe sua influência no desempenho acadêmico. A violência sexual foi considerada determinante por 0,7% das pessoas. Pessoas do sexo feminino reclamantes são 1%, enquanto as de sexo masculino restringem-se a 0,3%. Já a violência psicológica (ou o assédio moral) representa 3,7% do público. Estudantes do sexo feminino, indígenas não aldeados (as) e pretos (as) não quilombolas são os grupos que mais indicam ocorrência de violência psicológica. Estes últimos dois grupos são, ademais, os que mais se ressentem por serem vítimas de situação de discriminação e preconceito no ambiente universitário.

Conjugadas sob o guarda-chuva das vulnerabilidades sociais, as variáveis falta de acesso a materiais didáticos fundamentais, trabalho, tempo de deslocamento para a universidade, maternidade e dificuldades financeiras têm um importante peso sobre o desempenho acadêmico universitário.

Em relação à variável falta de acesso a materiais didáticos fundamentais a renda tem um peso importante. A V Pesquisa demonstra que quanto maior a renda, menor a dificuldade de acesso aos materiais, e por conseguinte, maior o acesso às disciplinas e às ferramentas de aprendizagem. E o contrário também ocorre. Quanto menor a renda maior a dificuldade, sendo, portanto, nítido que a gratuidade da educação é necessária mas insuficiente para garantir condições de igualdade, equidade e justiça. Em relação às dificuldades financeiras vale a mesma correlação.

No que diz respeito à carga horária excessiva de trabalho que afeta, evidentemente, estudantes ocupados, já havíamos destacado que mais de 1/3 indicou o peso do trabalho - e não dificuldades propriamente de aprendizagem - em seu contexto acadêmico.

Evasão e trancamento são temas que preocupam todas as Reitorias. Considerando-se que existe pressão por maior "eficiência" do sistema educacional público e que a relação ensino-aprendizagem é um processo de alta complexidade, o conhecimento dos fatores que levam à evasão e ao trancamento é crucial para as administrações superiores das IFES. O Censo da Educação Superior lançado em 2018, com ano de referência 2017, mostra que as IFES possuem 70,1% de seus estudantes com a situação "cursando", 8,6% com "matrícula trancada", 10,7% desvinculados do curso, 1,0% transferidos para um curso da mesma instituição e 9,6% formados (INEP, 2018b). Estudo encomendado pelo MEC, em 1996, apontava mais de 40 causas para evasão (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO, 1996).

Os resultados captados pela V Pesquisa indicam que mais da metade (52,8%) dos (as) discentes das IFES já pensou em abandonar seu curso. E quando inquiridos sobre as razões, 32,8% apontam as dificuldades financeiras, 29,7% o nível de exigência acadêmico, 23,6% as dificuldades para conciliar os estudos e o trabalho, 21,2% os problemas de saúde, 19,5% as dificuldades do próprio campo profissional, 19,1% os relacionamentos no curso, 18,8% a incompatibilidade com o curso escolhido, 18,4% a insatisfação com a qualidade do curso, 15,9% os problemas familiares e 4,7% assédio, bullyng, perseguição, discriminação ou preconceito. Se a ideia de abandono foi aventada por percentual significativo de discentes, o ato de trancamento se reduz a menos de 15% do universo.

A maioria expressiva afirmou que não procedeu ao trancamento geral de matrícula para interromper o curso (85,7%). Este robusto índice aparentemente contradiz os dados sobre abandono. Todavia, em que pese o fato de não se tratar de questões de mesma natureza, há uma relação entre ato e pensamento na medida em

que o trancamento pode significar um primeiro passo rumo ao desligamento ou abandono do curso.

Sobre as perspectivas de futuro após o término do curso de graduação, 11,6% da população-alvo já se decidiram por outra graduação, 47,8% pretende ingressar na pós-graduação, enquanto a maioria absoluta pretende se inserir no mercado de trabalho (54,0%). Interessante é a correção registrada pela V Pesquisa. Quase todos os marcadores de vulnerabilidade ou desigualdade apontam que existe uma associação entre maior vulnerabilidade e preferência pela pós-graduação e menor vulnerabilidade e preferência pelo trabalho.

Graduandos (as) são cidadãos que precisam de atenção e cuidados.

Como está a saúde e a qualidade de vida dos (as) graduandos (as)?

A última parte da V Pesquisa foi dedicada à interpretação dos hábitos estudantis relativos à saúde, desde a alimentação aos cuidados médicos até as dificuldades emocionais e situações vividas que possam afetar suas trajetórias.

O comportamento alimentar é algo complexo, pois envolve determinantes externos (como a renda) e internos (gostos, por exemplo) aos indivíduos. Além da qualidade da alimentação, é importante conhecer a frequência em que as refeições são realizadas, cujo ideal é no mínimo três diárias.

Em relação ao número de refeições feitas, observa-se que em média os (as) estudantes se alimentam 3,5 vezes ao longo do dia.

Há estudantes, todavia, que fazem menos de 3 refeições por dia. Faz apenas duas refeições diárias 12,5% do total, percentual que cresceu em relação à IV Pesquisa de Perfil que registrara a frequência de 6,9%. Os percentuais variam regionalmente e também em relação à cor ou raça.

A maioria dos (as) estudantes faz três refeições diárias em todas as regiões, sendo que estes percentuais são mais elevados no Norte (48,5%) e no Nordeste (47,6%). Em seguida estão os (as) estudantes que se alimentam quatro vezes por dia, com o Sudeste (32%) e o Sul (28,5%) apresentando os maiores percentuais. Já o Centro-Oeste e o Norte exibem os maiores percentuais de estudantes que se alimentam até duas vezes.

A maioria absoluta dos (as) graduandos (as) faz suas refeições em casa (57%), 30,2% no restaurante universitário (RU), o equivalente a mais de 363 mil estudantes. Nos restaurantes universitários, fazem 1 refeição diária 15,5%, 2 refeições 12,5% e 3 refeições diárias 2,2% do total dos (as) pesquisados.

Considerando que estudantes que fazem mais refeições diárias possuem maior poder aquisitivo (pessoal ou familiar) e que estudantes que fazem uma refeição diária (ou duas) pertencem a um estrato socioeconômico mais baixo, os dados sugerem que este último grupo depende sobremaneira da existência de restaurantes universitários disponíveis, que normalmente oferecem refeições a preços subsidiados.

Dentre estudantes que fazem uma refeição diária nos restaurantes universitários, a maioria (52,9%) ingressou por ampla concorrência. Mas dentre os que fazem duas (53,6%) ou três refeições diárias (60,4%) nos restaurantes universitários, a maioria ingressou como cotista. Considerando o tipo de moradia, a maioria dos estudantes que residem em moradias estudantis (80,2%) utilizam restaurantes universitários.

Em relação aos cuidados físicos, quase 40% dos entrevistados declarou não fazer qualquer tipo de atividade física. Na IV Pesquisa, o mesmo perfil era de 29,2%, o que faz soar o alerta do sedentarismo no meio universitário.

Não obstante, 21,4% disse fazer atividades físicas pelo menos três vezes por semana, 13,8% uma vez por semana, enquanto 12% menos de uma vez semanalmente. Por sua vez, 12,8% faz atividade física todos os dias.

Pouco mais de ¼ indicaram que sua instituição não oferecia condições suficientes para a prática de atividade física. Entre os (as) estudantes que apontaram deficiências na oferta de condições para a prática de exercícios físicos nas universidades, ou seja, que afirmaram que a universidade não oferece boas condições ainda que utilizem este espaço, 47,6% estudam em instituições localizadas no Norte do país, 41,9% no Nordeste, 38,9% no Sul, 36,4% no Sudeste e 34,9% no Centro-Oeste. Note-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam também os maiores percentuais de não praticantes de atividades físicas.

Em busca por atendimento médico, incluindo assistência preventiva, a maioria absoluta recorre à rede pública de saúde (53,6%), enquanto 35,6% buscam a rede particular mediante planos de saúde; 4,1% a rede particular sem planos de saúde; 2,7% a serviços de saúde oferecidos pela própria universidade; 1,2% procuram ajuda informal a amigos ou familiares. E 2,9% disseram não recorrer a nenhuma das opções acima.

Em relação à frequência de busca por atendimento médico, 51,3% disseram procurar raramente esses serviços; 25,5% utilizavam estes serviços periodicamente, para exames de rotina; e 23,2% usavam esses serviços periodicamente para tratamentos de saúde específicos. Relativamente ao atendimento odontológico, 54,1% dos (as) entrevistados (as) disseram ir ao (à) dentista quando se manifestava algum problema; 23,6% declararam ir periodicamente ao (à) dentista, para fins de prevenção; 10,6% recorriam a atendimento odontológico para tratamento específico; e, finalmente, 11,7% disseram não ir jamais ao dentista.

A V Pesquisa demonstra que a maior ou menor procura por cuidados profissionais depende do nível de renda do (a) estudante. Por exemplo, as consultas periódicas para tratamento odontológico foram relatadas por estudantes cuja renda familiar *per capita* era de R$ 1.957,38; já os universitários que não frequentam o dentista possuíam renda familiar *per capita* de R$ 880,23.

Em um período em que as IFES incrementaram suas ações em torno do problema da saúde mental, como, por exemplo, a adesão às campanhas denominadas “Janeiro Branco” e “Setembro Amarelo” que visam conscientizar a comunidade acadêmica sobre adoecimento mental, sofrimento psíquico e suicídio, dados sobre atendimento psicológico passam a ser fundamentais. A V Pesquisa revela que 32,4% da população-alvo estiveram ou está em atendimento psicológico (uma diferença de 1,9 p.p em relação a 2014): 13,7% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9,0% disseram procurar atendimento no último ano, e 9,7% declararam estar fazendo acompanhamento psicológico.

Quando perguntados se já haviam tomado medicação psiquiátrica, 9,8% responderam positivamente e 6,5% estavam tomando no momento da realização da pesquisa. Entre os (as) graduandos (as) que estavam ou estiveram em tratamento psicológico 39,9% fazem/fizeram uso de medicação psiquiátrica. Na outra ponta, ainda que reduzida, mas de forma preocupante, entre estudantes que nunca procuraram acompanhamento psicológico (n=811.688), 1,1% (9.200 estudantes) está tomando medicação psiquiátrica e 3,8% (31.221) já fez uso, mas hoje não o faz mais.

Sabe-se que a rotina de estudos na universidade contribui para amplificar os problemas relativos à saúde mental, exigindo dos estudantes posturas flexíveis e resilientes no ambiente acadêmico. Foram citadas neste relatório pesquisas que têm mostrado que a ocorrência de sintomas que remetem ao sofrimento psíquico

é alta entre os (as) universitários.

Nesse sentido, entre os inúmeros obstáculos enfrentados, interessava conhecer as dificuldades emocionais que interferiam na vida acadêmica de estudantes nos 12 meses anteriores à pesquisa. O percentual de estudantes que disseram conhecer alguma dificuldade emocional é de 83,5%. Ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5%. Relativamente à IV Pesquisa, o percentual de estudantes com ideação de morte era 6,1%, enquanto pensamento suicida afetava 4%. Está acesa a luz vermelha da atenção à saúde mental. Um crescimento preocupante não fosse o fato de que o suicídio já é considerado a segunda causa de morte entre o público universitário (SANTOS, 2017) e, ao que parece, segue em franca ascensão no mundo inteiro.

08
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior levantou um conjunto amplo, detalhado e multifacetado de informações sobre a composição social dos (as) discentes das IFES brasileiras.

Deste amplo conjunto de dados, dois são os grandes achados da pesquisa.

Primeiramente, o crescimento do número de estudantes que correspondem ao perfil de renda do PNAES: estudantes de cursos de graduação presenciais com renda mensal familiar per capita de "Até 1 e meio SM". Foi atingido o patamar inédito de 70,2% de discentes com este perfil.

Em um país marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, é fato que o (a) estudante universitário (a) não faz parte da camada mais pobre da população, já que os setores mais pobres e miseráveis nem mesmo chegam a concluir o Ensino Médio, principal fator de exclusão ao Ensino Superior.

Deve-se ainda atentar para o alto índice de abandono dos estudos após a conclusão do Ensino Médio, devido à necessidade de ingressar no mercado de trabalho, por parte dos estudantes das famílias de mais baixa renda, e pela dificuldade de conciliar a carreira universitária com os estudos.

Não obstante, é revelador que o percentual de estudantes pertencentes a famílias com renda mensal per capita "Até 1 e meio SM" tenha saltado de 44,3%, em 1996, para 66,2% em 2014, alcançando 70,2% em 2018, o maior patamar da série histórica.

O segundo grande achado é o percentual de estudantes autodeclarados (as) negros (as). Pela primeira vez, desde que as pesquisas de Perfil da ANDIFES foram realizadas, a maioria absoluta é negra, alcançando 51,2% do universo.

É igualmente importante destacar que o percentual de estudantes oriundos de escolas públicas de ensino médio é de 64,7%.

A população do sexo feminino continua crescendo. Em 1996, este público representava 51,4% do universo estudantil das IFES. Em 2018, representa 54,6% do total.

O percentual de estudantes cotistas é crescente quando se observa o ano de ingresso. Entre os ingressantes do ano de 2013, 31,7% entraram pelo sistema de cotas. Entre os ingressantes do ano de 2017, foram 49,4% os que ingressaram por meio de cotas e, considerando o primeiro semestre de 2018, foram 48,3%.

Aumentou também o número de estudantes que ingressam via ENEM/SISU. Em 2018, 67,1% do total de estudantes ingressaram via ENEM/SISU, um aumento de 18,1 p.p. em relação à 2014.

A universidade brasileira hoje é expressão dos esforços para sua real democratização. Este é um importante passo para o cumprimento do papel social do ensino superior público.

Por sua vez, também se permitiu a fruição do direito a este ensino, já consagrado no Estatuto da Juventude, a um número cada vez maior de pessoas que tradicionalmente eram excluídas da vida universitária. Suas famílias, suas visões de mundo, suas rendas, sua inserção no mercado de trabalho, sua leitura da realidade jamais serão as mesmas. E o país, vendo multiplicar as oportunidades acadêmicas para um número maior e mais diverso de pessoas, poderá colher os frutos da ampliação em seu desenvolvimento.

Neste sentido, as conclusões apontam para o impacto das políticas de expansão, de acesso unificado, de reserva de vagas e de permanência.

Mas também desafios se apresentam: 1) ampliar ainda mais a democratização do acesso, para que o percentual de jovens matriculados no ensino superior atinja as metas do Plano Nacional de Educação; e 2) garantir que todos (as) os (as) estudantes tenham dentro das IFES iguais condições de permanência, tal como reza a Constituição Brasileira de 1988, nossa carta magna, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Ambos desafios implicam a consolidação e ampliação das políticas a quem se deve creditar os resultados apontados.

09

DESENHO METODOLÓGICO DA V PESQUISA

Esta seção tem como objetivo apresentar o desenho metodológico da pesquisa, aqui subdivido em três partes: o processo divulgação da pesquisa entre a população-alvo das 65 IFES; a coleta de dados, destacando aspectos formais e técnicos do questionário; o desenho amostral, descrevendo o detalhamento do trabalho estatístico e a montagem da Base de dados.

9.1 A DIVULGAÇÃO DA V PESQUISA NACIONAL DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL

A mobilização e o convencimento de sujeitos participantes de pesquisas é um aspecto chave para o sucesso das mesmas. Uma vez que a V Pesquisa não conseguiu ser realizada de forma censitária e obrigatória, a divulgação exigiu grande atenção das equipes das 65 IFES envolvidas, com apoio da ANDIFES e da coordenação da pesquisa.

Em cada uma das instituições foram mobilizadas suas Reitorias, Pró-Reitorias de Graduação e de Assistência Estudantil, seus setores de Tecnologia da Informação e as Assessorias de Comunicação.

O êxito só poderia ser alcançado por meio da associação entre diversas estratégias de divulgação e formas de abordagem. O resultado alcançado expressou justamente esta necessidade, pois as instituições ativaram sua verve comunicadora e produziram vídeos explicativos, material publicitário, diversos tipos de mídias, panfletos, outdoors, chamadas em rádio e TV universitárias, programas de mídias locais, malas diretas, postagens em redes sociais e principalmente nos portais de matrícula e dos (as) estudantes. Gestores (as) foram a campo para comunicar o envolvimento de sua universidade, Cefets e conclamar o corpo estudantil a participar.

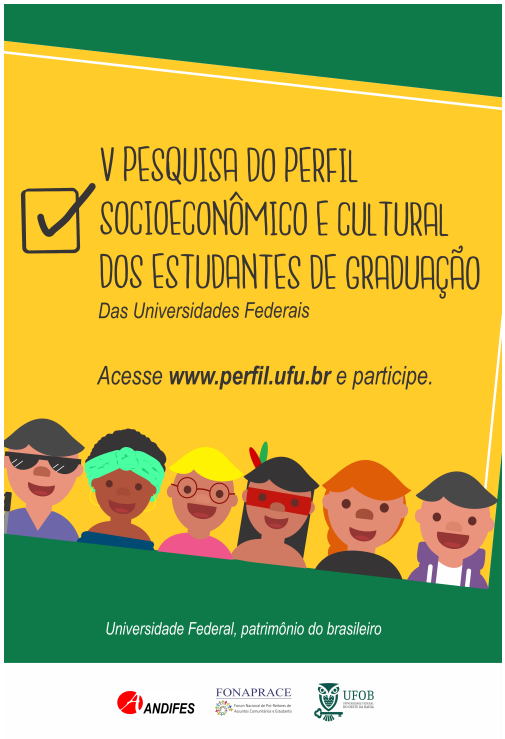
Todas as instituições de ensino envolvidas valeram-se de seus Portais dos (as) Estudantes, espaços oficiais dedicados ao oferecimento de serviços a discentes (matrícula, horários, requisições, histórico escolar etc.), para estimular o preenchimento dos questionários desta pesquisa. Algumas IFES também o fizeram em seus Sistemas de Matrícula, garantindo a participação no ato da renovação do vínculo e com a capacidade de cobertura quase censitária em prazos de tempo curtíssimos.

Houve ainda ações impactantes como a constituição dos espaços da pesquisa, salas destinadas exclusivamente para o preenchimento do questionário, com maquinário disponível e visitação orientada. E, por fim, campanhas de motivação, com sorteios de prêmios ou a promoção de eventos especialmente dedicados ao convencimento, tais como o “Dia P” (Dia da Pesquisa).

As peças produzidas, muito representativas em número e natureza, foram registradas com dois objetivos, primeiramente informar à comunidade interessada na pesquisa e, posteriormente, guardar a memória das ferramentas utilizadas para que, em versões futuras, também possam estar à disposição para contribuir para a participação de sujeitos da pesquisa.

A peça inaugural da campanha da V Pesquisa foi produzida pela equipe de assessoria de comunicação da UFOB (Figura 9-1). Tratava-se de um pequeno banner amistoso passível de edição para adaptar-se às realidades das instituições envolvidas. Esta foi, em parte, uma das marcas da campanha. Muito embora houvesse uma coordenação, em cada IFES, de forma descentralizada eram criadas as peças publicitárias. Estas eram distribuídas entre as 65 participantes e rapidamente utilizadas em suas mídias. ►

Figura 9-1: Banner criado pela UFOB



Fonte: Material de divulgação da V Pesquisa de Perfil (2018).

De forma geral, as IFES optaram livremente pelas alternativas de comunicação, sendo algumas com mais adesões do que outras. No Quadro 9 1 são indicadas as principais estratégias de divulgação e as instituições que a elas aderiram. ►

Quadro 9-1: Ações de comunicação implementadas pelas IFES durante a fase de divulgação e coleta da V Pesquisa

Vídeos Institucionais	Sala de preenchimento	Mala direta / e-mail	Adesivos para mesas	Panfletos.	Sorteio de prêmios	Cartazes	Dia P (dia da pesquisa)	Obrigatoriedade durante a matrícula	Obrigatoriedade para acesso ao portal do estudante	Divulgação em portais institucionais e redes sociais	Envio de comunicado a docentes para aplicação da pesquisa	Comunicado a órgãos superiores, unidades, coordenações, Pró-Reitorias etc.	Criação de memes	Premiação com cardápio especial no RU	Entrevistas para a imprensa local ou nacional	Editorial e matérias em Jornais Internos
UFPI	UFPI	UFRRJ	UFRGS	UFU	UFU	UFAM	UFG	UFMS	UFMS	TODAS	UFRGS	UFU	UFRGS	UFRGS	UFU	UFRGS
UFRN	UFG	UFTM	UNILAB	UFG	UFRR	UFVJM	UFMG	UFMT	UFMT		UFU	UFRGS	UFG	UFU	UFAL	UFU
UFERSA	UNB	UNB	UFAC	UFBA	UFG		UFAC	UFPE	UFCG		UTFPR				UFAC	
UFJF	UFAC	UFF		UNILAB				UFABC	UFAM						UFRGS	
UFABC		UFRJ		UFAC				UFES	UFTM						UFRN	
UFU		UFMS		UFJF				UFERSA	UFAL							
UFG		UNIFAP		UFVJM					UFMA							
UFRB		UNIRIO							UFGD							
UFPA		UFMA							UFSM							
UFLA		UFAM							UFU							
UFBA		UFG							UNB							
UFT		UFCG							UFRJ							
UNILAB		UNILAB							UFF							
UFSM		UFSM							UFTM							
UFAL		UFF							FURG							
UFAC		UFLA							UFRB							
UFRGS		UFFS							UFES							
UNIFEI		UFAC							UFVJM							
UNIFAL		UFRGS														
		UTFPR														
		UFJF														
		UNIFEI														
		UNIFAL														
		UFVJM														

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Cada uma das estratégias de mobilização e divulgação é portadora de particularidades locais que neste Relatório não é possível descrever. Todavia, para o registro passaremos à descrição genérica de cada uma delas.

Mala Direta

O envio de e-mail para os estudantes atingiu duas finalidades específicas: divulgar a V Pesquisa para a comunidade acadêmica e conscientizar os estudantes da importância do survey enquanto instrumento de gestão, avaliação e melhorias das IFES. Todas as IFES enviaram e-mail aos estudantes, alcançando maior ou menor êxito.

A maioria das universidades que adotaram o método de envio de mala direta para os e-mails dos estudantes combinou essa estratégia a outras formas de abordagem. O volume de informação, a frequência do envio das mensagens e a estrutura do e-mail também influíram no êxito da estratégia.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para ilustrar com um caso, o e-mail contava com um banner de convite, contendo a arte da pesquisa e informações relativas ao preenchimento (Figura 9-2).

Figura 9-2: Arte do e-mail da UFRGS



Fonte: PRAE /UFRGS

Salas para o preenchimento da Pesquisa

Algumas universidades disponibilizaram salas para o preenchimento do questionário. Tratava-se de espaços físicos com equipamentos e acesso à rede mundial de computadores. O comparecimento de discentes se fazia de forma voluntária ou guiada, com visitações conduzidas por responsáveis das equipes locais. As instituições que se valeram desta alternativa foram: UNB, UFPI, UFG e UFAC.

Essa estratégia também esteve associada a diferentes abordagens (divulgação de banner convite da pesquisa nas redes sociais, portal do estudante e nas páginas institucionais) e obteve relativo êxito em razão da divulgação da pesquisa, produção de chamadas, vídeos, memes na *internet* e utilização de mídias em geral.

Divulgação de vídeos

Buscando atingir um público cada vez mais sensível aos apelos visuais, universidades produziram vídeos institucionais com enredos bem humorados e convidativos.

Segundo nosso levantamento, valeram-se desta estratégia: UFPI, UFERSA, UFJF, UFABC, UFU, UFG, UFRB, UFBA. A qualidade dos vídeos e a capacidade de difusão eram tamanhas que, em alguns casos, materiais especificamente produzidos para uma instituição eram replicados em outras. Este foi o caso da UFPI. Para deixar acessível cada uma destas experiências, recomenda-se a visita aos endereços eletrônicos disponíveis no Quadro 9-2.

Quadro 9-2: Instituições e endereços de seus vídeos de divulgação

IFES	Endereço do vídeo
UFPI:	https://www.instagram.com/p/Bei-wa6nlfl/?taken-by=ufpi https://www.instagram.com/p/BebOCZgnpR-/?taken-by=ufpi
UFERSA	https://www.facebook.com/Ufersa/videos/1605555569527060/?hc_ref=ARRwAS-B1I2RfjBc7lVqex7kVHNsIDnrvCNd18p2O-ENBWwzXyRCpboHzWe02SCiq-Q&fref=gs&dti=161260820656131&hc_location=group
UFJF	https://www.youtube.com/watch?v=ZT0HIKMYTdo
UFABC	https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=172602083535224&id=100023563005681&pnref=story
UFU	https://www.facebook.com/ComunicacaoUfu/videos/1115393101934375/?hc_ref=ARTX2em0ry1TkD-Qog0P6TjT7Q9XlLcWm7c-lVl07seiWB6Uk61zjrEkVCZjYcFCnvI
UFRB	https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=168862360575863&id=100023563005681
UFPA	https://www.facebook.com/UFPAOficial/videos/1646321132072207/
UFLA	https://www.youtube.com/watch?v=FjaYWeb3jhE&t=5s https://www.facebook.com/uflabr/videos/2271708739569557/
UFBA	https://www.youtube.com/watch?v=wzdaJVVpFF4

Fonte: Dados da Pesquisa

Entrevistas

Durante o período de preenchimento dos questionários, gestores (as) mobilizaram suas equipes de assessoria de comunicação e instigaram-nas a ocupar os veículos de comunicação da própria instituição ou da região. O resultado encontra-se na série de entrevistas concedidas e que possuem seus conteúdos registrados no Quadro 9-3.

Quadro 9-3: Lista de entrevistas de gestores (as) das IFES para divulgação da V Pesquisa

IFES	Endereço da Entrevista
UFAC	https://www.youtube.com/watch?v=t4qZDXApcg8 https://www.youtube.com/watch?v=rk80s1Cnb4k
UFRN	http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/bom-dia-rn/videos/v/vice-reitor-da-ufrn-fala-sobre-pesquisa-que-traca-perfil-socioeconomico-dos-alunos/6457165/

Fonte: Dados da Pesquisa

Outras Mídias

Para tornar a comunicação mais próxima do corpo discente, algumas IFES utilizaram GIFs e Banners em redes sociais, destaque para a produção da UFG (*https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=169456743849758&id=100023563005681)* e da UFRGS. Esta última com seus banners dispostos na Figura 9-3.

Figura 9-3: Banners disponibilizado no Facebook da UFRGS



Fonte: PRAE /UFRGS

Panfletagens

A UFU, UFG, UFBA, UNILAB, UFAC, UFJF e a UFVJM distribuíram panfletos aos estudantes.

No caso da UFU a abordagem foi feita nos restaurantes universitários e uma equipe de estagiários foi selecionada para divulgar nos campi avançados. O sucesso da pesquisa esteve diretamente associado à alguma mobilização institucional que envolveu diversos órgãos e diretorias da administração pública.

Divulgação nos órgãos superiores e participação dos professores

A UFU, a UTFPR e a UFRGS apresentaram comunicações aos órgãos superiores e também às unidades acadêmicas e coordenações de curso com o objetivo de envolver o corpo docente, seja à frente do órgão que

dirige, seja na sala de aula, com a aplicação e o convencimento da aplicação do questionário da pesquisa.

Criação de Eventos

A UFG, UFMG e a UFAC instituíram dois dias específicos no calendário da universidade para a realização de um evento de promoção da pesquisa. Ele ficou conhecido como "O dia P" e contou com um cronograma específico de divulgação e diversas formas de abordagem, tais como, a disponibilização de computadores em diversos pontos da universidade com a chamada direta de monitores, panfletagem e chamadas nas salas de aula por coordenadores de curso e demais servidores envolvidos.

Obrigatoriedade no Momento da Matrícula

A implementação da obrigatoriedade no momento da matrícula garantiu o recolhimento intensivo dos questionários em um período curto de tempo, gerando, consequentemente, menor dispêndio de energia.

A maioria das universidades apresentou preenchimento significativo no período de matrícula, em alguns casos aproximando-se da totalidade da população discente, mas sempre com substancial aumento do volume de participações nas datas que se aproximavam da entrada dos estudantes no Sistema /Portal do Estudante.

Seis universidades implementaram a obrigatoriedade na matrícula: UFMS, UFPE, UFERSA, UFABC, UFMT e UFES.

Elas alcançaram o maior percentual de preenchimento da pesquisa. Das dez universidades mais bem posicionadas no ranking, cinco implementaram a obrigatoriedade no ato da matrícula. O percentual médio de respondentes das seis universidades que adotaram esta estratégia foi de 76,98.

Obrigatoriedade no Sistema/Portal do Estudante

Esta estratégia, apesar de um pouco menos eficiente do que a obrigatoriedade durante a matrícula, mostrou-se muito bem sucedida.

Tratava-se de levar até o portal da instituição - por meio do qual estudantes acessam informações sobre horários, histórico escolar, notas etc. - o questionário da pesquisa. Assim, o discente teria acesso às informações demandadas após vencer o preenchimento do questionário. A adoção da obrigatoriedade no Portal do Estudante contribuiu significativamente para o aumento do número de respondentes.

Do total, 15 universidades adotaram a obrigatoriedade no Portal do Estudante ao longo da coleta.

Esta estratégia foi especialmente importante para as seguintes universidades: UFRA, UFCG, UFAM, FURG e UFTM. Das dez universidades mais bem posicionadas no ranking, cinco optaram pela obrigatoriedade no Portal do Estudante, alcançando em o percentual médio de 74,43 respondentes.

Considerando as 15 universidades que adotaram a obrigatoriedade no Portal, o percentual médio de respondentes foi de 52,03.

Todo este trabalho de divulgação resultou em uma coleta que alcançou uma amostra composta por 424.128 questionários validados. As informações técnicas sobre a coleta e o detalhamento do desenho amostral

final encontram-se a seguir.

9.2 O PROCESSO DE COLETA DE DADOS

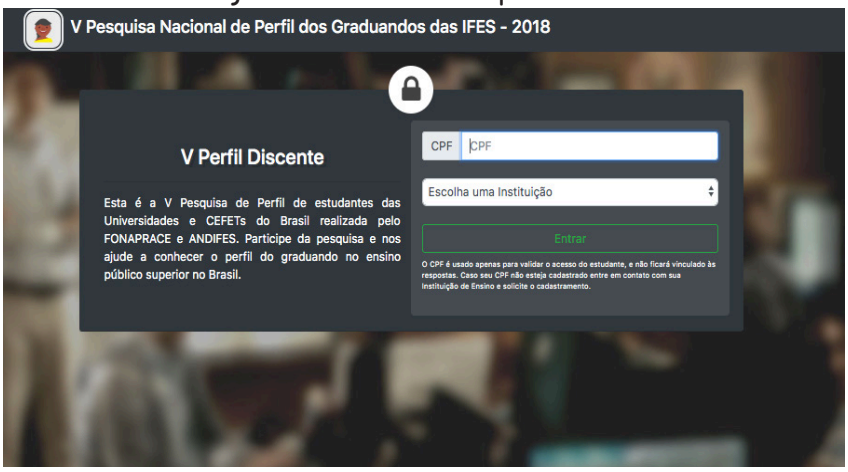
A coleta de dados foi realizada nacionalmente durante os meses de fevereiro a junho de 2018. O período relativamente longo de coleta buscou garantir que as IFES tivessem tempo hábil para divulgar a pesquisa – e colocar em prática as inúmeras estratégias de divulgação acima mencionadas – entre discentes, o que não ocorre instantaneamente, dadas as dimensões, o volume estudantil e a dispersão geográfica dos campi e cursos em todas as IFES estudadas. Ademais os calendários de matrícula para estudantes em geral e ingressantes 2018, em particular, eram distintos e dispersos ao longo do primeiro semestre, o que levou à decisão de manter o questionário aberto por pelo menos 4 meses.

9.2.1 O questionário eletrônico da V Pesquisa

O questionário, composto por 81 perguntas, foi hospedado em plataforma virtual especialmente desenvolvida pela equipe de Tecnologia da Informação da Prograd/UFU e a coleta propriamente dita foi feita totalmente via *internet*, com funcionalidades múltiplas (computadores pessoais, notebooks, tablets, smartphones), inovando assim a experiência acumulada com a IV Pesquisa – 2014.

A partir do envio de dados acadêmicos prévios pelas IFES, os (as) estudantes eram automaticamente cadastrados (as) e tornavam-se aptos (as) a acessar o sistema (www.perfil.ufu.br). Após digitarem CPF e indicarem a instituição na qual estavam vinculados (as), podiam iniciar o preenchimento do questionário. A Figura 9 4 mostra imagem da interface da V Pesquisa.

Figura 9-4: Interface V Pesquisa de Perfil



Fonte: Dados da Pesquisa

A V Pesquisa constituiu a quinta onda de uma série histórica que vem sendo construída desde 1996.

Relativamente ao modelo de questionário de 2014, foram feitas revisões[84] e inovações[85] relacionadas no Quadro 9-4[86], após discussão com a equipe de analistas e o Observatório FONAPRACE. ►

84 Na pergunta sobre Deficiência procurou-se aprimorar a definição de baixa visão ou visão subnormal, em função de suposta inconsistência dos dados em 2014. Particularmente, foi necessário precisar que esta modalidade de deficiência se caracteriza pela gravidade da perda da visão não corrigível por meio de tratamento clínico ou cirúrgico nem com o mero uso de óculos ou lentes de contato.

85 Buscou-se sofisticar o levantamento de dados do perfil cultural dos (as) graduandos (as) com o acréscimo de questões sobre determinados hábitos culturais após ingresso nas IFES, motivo pelo qual os (as) estudante foram inquiridos sobre a frequência de leitura de obras literárias, assistência a peças de teatro, filmes e shows. Os (as) estudantes também foram inquiridos se sua participação política havia ou não aumentado após ingresso nas IFES.

86 A renda mensal per capita foi encontrada dividindo-se a renda bruta mensal familiar pelo número de membros da família mantidos pela renda. Foram criadas alguns agrupamentos por faixas de renda: 1) Até 1 e meio SM; Mais de 1 e meio a 3SM; Mais de 3 SM); 2) Até meio SM; Mais de meio a 1 SM; Mais de 1 a 1 e meio SM; 3) Até 1 e meio SM; Mais de 1 e meio a 3 SM; Mais de 3 a 5 SM; Mais de 5 a 7 SM; Mais de 7 a 10 SM; Mais de 10 a 20 SM; Mais de 20 SM; 4) Até meio SM; Mais de meio a 1 SM; Mais de 1 a 2SM; Mais de 2 a 3 SM; Mais de 3 a 4 SM; Mais de 4 a 5 SM; Mais de 5 a 6 SM; Mais de 6 a 7 SM; Mais de 7 a 8 SM; Mais de 8 a 9 SM; Mais de 9 a 10 SM; Mais de 10 SM.

Quadro 9-4-1: Inovações no questionário eletrônico

Cabeçalho	Inclusão de um texto de boas-vindas para os (as) estudantes e compromisso ético de não identificação do (a) respondente
Questão 4 - Gênero	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 5 – Orientação sexual	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 7 - Deficiência	Foi alterado o texto sobre baixa visão e foram incluídas as seguintes alternativas para a questão*: Surdocegueira (ausente em 2014) Múltipla (ausente em 2014) Altas habilidades/superdotação (ausente em 2014)
Questão 8 - Estado civil	As alternativas “Casado (a)” e “União Estável” foram agrupadas em uma só alternativa em 2018: “Casado (a) ou vive uma relação estável”.
Questão 9 - Pergunta sobre filhos	Situada no “Perfil Básico” em 2018.
Questão 10 - Algum de seus filhos mora com você?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 11 - Você tem filhos de 0 a 5 anos de idade?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 12 – Em seu período de aula, onde ou com quem ficam seus filhos (as) de 0 a 5 anos?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 14 - Tipo de escola de Ensino Médio:	Acréscimo de duas novas alternativas: “Somente em escola particular com bolsa” e “Maior parte em escola particular com bolsa”.
Questão 16 - Como ingressou?	Foi retirada a opção “Outros” na versão de 2018.
Questão 18 – Tipo de cota	Foi alterado o formato da pergunta. As alternativas para respostas binárias são: Cota escola pública Pretos, pardos e indígenas Cota por renda Cota por deficiência
Questão 19 – Tipo de cota	“Outra cota”
Questão 25 - Estuda na biblioteca	Foi incluída a opção “Menos do que uma vez”
Questão 29 - Assistência estudantil-	Foram incluídos textos explicativos sobre o caráter dos auxílios, apoios e bolsas em todas as alternativas. Foi incluída alternativa “Empréstimo de material didático”.
Questão 30 – Participação em organizações:	Foram incluídos os seguintes movimentos: Movimento negro, Movimento feminista Movimento LGBTT Movimento Sindical Atléticas estudantis
Questão 31- fonte de informação	Foram incluídas: Mídia eletrônica formal (jornal; revista; portais de notícias; etc) Mídia eletrônica alternativa (blogs; youtubers; etc.) Redes sociais (Twitter; Facebook; etc.)

Quadro 9-4-2: Inovações no questionário eletrônico

Questão 39 - Depois que você entrou na universidade o número de peças de teatro que você passou a assistir:	**Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.**
Questão 40 - Depois que você entrou na universidade o número de filmes que você passou a assistir:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 41 - Depois que você entrou na universidade o número de Shows que você passou a assistir:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 42 - Depois que você entrou na universidade sua participação política:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 48 - Deslocamento	Reformulada no questionário de 2018.
Questão 49 - Tempo de deslocamento	Incluída a alternativa “Mais de três horas”.
Questão 50 Renda do Trabalho e Questão 56 - Renda mensal bruta do grupo familiar	As questões relativas a renda (renda do trabalho e renda mensal bruta do grupo familiar) foram abertas, de modo a permitir a comparação de médias e a liberdade de agrupamentos em faixas em Salários Mínimos .
Questão 61 - Situação da moradia	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 62 - Bens materiais da família	Foram excluídas as alternativas: Lavadora de roupas Secadora de roupas Micro-ondas Banheiro Videocassete Geladeira Freezer Rádio TV em cores Empregado doméstico.
Questão 64 - Onde se alimenta:	Foram incluídas as alternativas: No trabalho No transporte Outra.
Questão 65 - Atividade física:	Foi substituída a alternativa “Ocasionalmente” por “Menos de uma vez por semana”.
Questão 66 - Procura médico:	Retirada a opção “Nunca”.
Questão 69 – Dentista:	Houve alteração no texto.
Questão 72 – Dificuldades emocionais:	Houve alteração no texto.
Questão 72 – Consumo de bebida alcoólica:	Foi substituída a alternativa “Ocasionalmente” por “Menos de uma vez por semana”.
Questão 73 - Consumo de cigarro:	Foi substituída a alternativa “Ocasionalmente” por “Menos de uma vez por semana”.
Questão 74 - Consumo de drogas:	Foi substituída a alternativa “Ocasionalmente” por “Menos de uma vez por semana”.
Questão 75- Dificuldades para estudar:	Foram incluídas as alternativas: Tempo de deslocamento para a universidade Problemas de saúde Problemas emocionais Maternidade ou paternidade
Questão 76 – Sofreu assédio moral?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 77- Formalizou reclamação de assédio?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 79 – Abandono do curso?	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.
Questão 80 – Razões para abandono:	Incluída no questionário de 2018 e ausente em 2014.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Durante a montagem do Banco de Dados foram identificadas inconsistências nos filtros das perguntas q4300, “Onde você morava antes de ingressar na Universidade?”, q4400, “Principal motivo que o levou a mudar-se para o município onde cursa a graduação”, e q4600, “Situação da sua moradia atual”, razão pela qual elas não foram analisadas neste Relatório. O questionário na íntegra encontra-se no Anexo 1.

9.2.2 Justificativa do questionário eletrônico e online

A qualidade das informações geradas pela pesquisa de perfil depende da quantidade de estudantes entrevistados, da efetividade na abordagem das perguntas, da veracidade das respostas e da mais ampla possível disponibilidade de acesso ao questionário de coleta à população investigada. Portanto, a etapa de coleta de dados é muito importante para o sucesso e metas da pesquisa de tipo survey, como a que praticamos. Diante o exposto, é notório que, sem a utilização de um sistema computacional disponibilizado na *Internet*, seria inviável produzir uma massa de dados de pesquisa de fato em âmbito nacional, sobretudo em um país com dimensões continentais como o Brasil, com a possibilidade de ultrapassar 1 milhão de estudantes entrevistados e ainda processar um grande volume de dados, cujo banco final pode ser bem caracterizado como um big data. Um sistema funcional, atrativo ao público investigado e robusto em termos técnicos seria então essencial.

Assim como em edições anteriores, foi fundamental na V Pesquisa a utilização de um sistema para disponibilização de um questionário eletrônico aos entrevistados.

Para isso, a pesquisa contou com uma equipe de especialistas em tecnologia da informação para elaboração, disponibilização e manutenção de um portal em que os estudantes de graduação presenciais das 65 instituições federais de ensino superior participantes pudessem acessar e responder ao questionário proposto na pesquisa de perfil.

9.2.3 Requisitos do Sistema

A edição de 2018 da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES possui novos requisitos de sistema, em relação às edições anteriores.

O primeiro novo requisito foi a compatibilidade do acesso via dispositivo móvel. Diferentemente da edição anterior, hoje a maioria da população brasileira utiliza a *internet* via dispositivo móvel, como *smartphones* e *tablets*. Neste sentido, o portal precisou se adaptar, em termos de *layout* e eficiência, à utilização do questionário em aparelhos com telas grandes, tais como computadores, e com telas pequenas como os smartphones.

Outro requisito se impôs em razão do volume de potenciais respondentes. Pela primeira vez a pesquisa foi realizada de forma a buscar o maior número possível de respondentes, requisito que demandaria: maior infraestrutura tecnológica para que o sistema suportasse grandes acessos simultâneos de usuários, já que qualquer indisponibilidade do sistema poderia ocasionar transtornos às instituições; uma interface (*API - Application Programming Interface)* para a validação das participações dos estudantes na pesquisa pelos sistemas das IFES; um gráfico com acompanhamento em tempo real da quantidade de estudantes que responderam o questionário de forma a acompanhar a evolução da coleta e o número de estudantes que ainda precisariam respondê-lo ; uma interface amigável para que os estudantes, convidados a responder um

questionário extenso, o fizessem de forma prazerosa e ágil.

9.2.4. Funcionalidades do sistema

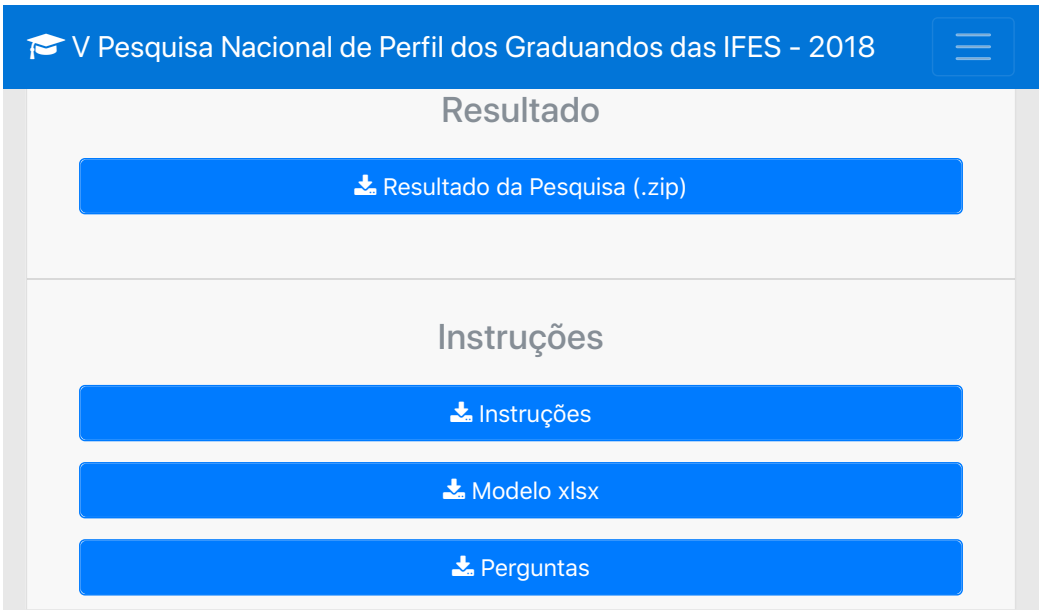
Para atendimento de todos os requisitos, como os descritos no tópico anterior, foi necessária a reformulação de todo o sistema de coleta de dados, e para isso foi desenvolvido um novo portal com as seguintes funcionalidades:

a) Área exclusiva para IFES

Acesso exclusivo pelos responsáveis de cada instituição participante da pesquisa para:

- envio dos dados dos estudantes via arquivo de planilha com validação dos dados (https://www.perfil.ufu.br/2018/ifes/), conforme a Figura 9-5;
- gráfico com acompanhamento das participações por curso;
- banner para divulgação da pesquisa, conforme a Figura 9-6;
- relatório com a relação de participantes, Figura 9-7;
- download de arquivo com relação de participantes da pesquisa.

Figura 9-5: Questionário para envio de dados



Fonte: Dados da Pesquisa,

Figura 9-6: Página com orientação sobre a divulgação da pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 9-7: Exemplo de Relatório de participação de estudantes, com 11 primeiros cursos ordenados em ordem alfabética

V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES - 2018 Home Sair

Participação da UFU

Quantidade de Alunos Cadastrados pela UFU: **26737**

Curso	Turno	Grau	Campus	Cidade	UF	Total Estudantes	Estudantes Participantes
Administração	Matutino	Bacharelado	Pontal	Ituiutaba	MG	2	1
Agronomia	Integral	Bacharelado	Monte Carmelo	Monte Carmelo	MG	2	0
Arquitetura e Urbanismo	Integral	Bacharelado	Santa Mônica	Uberlândia	MG	1	0
Biomedicina	Integral	Bacharelado	Umuarama	Uberlândia	MG	2	0
Biotecnologia	Integral	Bacharelado	Umuarama	Uberlândia	MG	1	0
Ciências Biológicas	Integral	Bacharelado	Pontal	Ituiutaba	MG	1	0
Ciências Biológicas	Noturno	Licenciatura	Pontal	Ituiutaba	MG	1	0

Fonte: Dados da Pesquisa.

b) Interface (API) para validação de estudantes

A API (*Application Programming Interface*) constitui um mecanismo de integração e mediação de informações que permitiu que os sistemas das IFES verificassem na base do portal, de forma automatizada e segura, se um estudante específico respondera ou não o questionário da pesquisa.

Com efeito, esta interface permitiu que as instituições implementassem bloqueios na matrícula, no acesso a serviços ou em portais próprios, caso o estudante ainda não houvesse, porventura, participado da pesquisa.

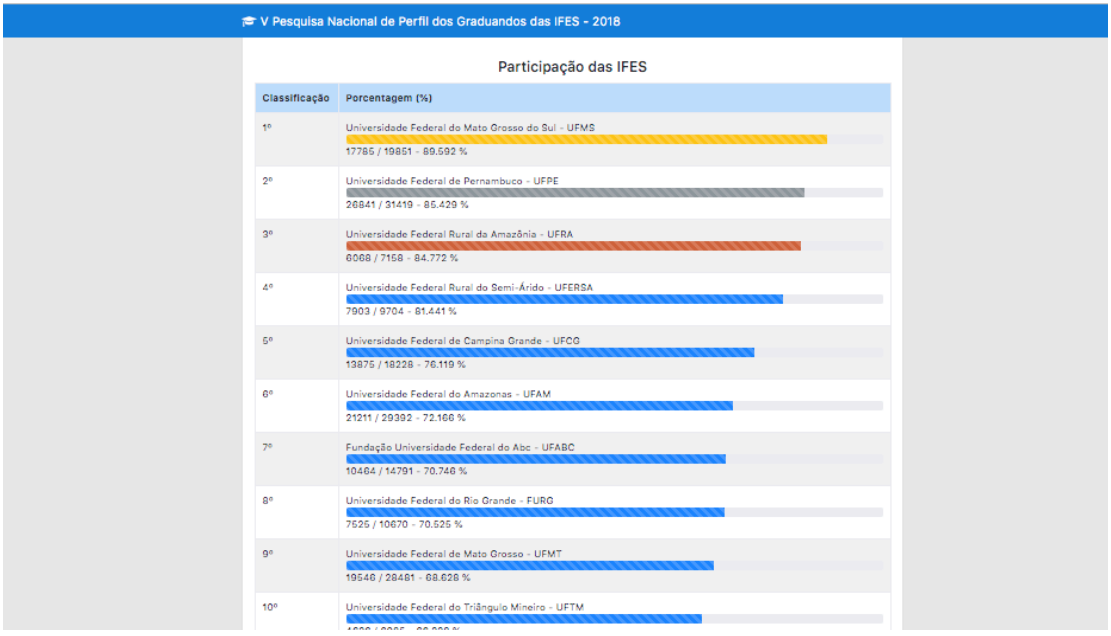
Este mecanismo pareceu-nos bastante útil em uma pesquisa com ambição censitária, na medida em que a experiência evidenciou que apenas a implementação da obrigatoriedade – por exemplo condicionando a matrícula à resposta ao questionário - pode tornar a pesquisa de fato censitária.

c) Ranking de participação

O ranking de participação na pesquisa consiste em uma página pública contendo um gráfico de barras e dados sobre o número e a porcentagem de estudantes participantes da pesquisa, em relação ao total de estudantes cadastrados, por IFES. Neste gráfico é apresentada uma classificação ordenada com as maiores participações relativas no topo até as menores na base.

O ranking de participação das IFES era atualizado em tempo real e possibilitava o acompanhamento da evolução das participações durante o período de coleta de dados. Na Figura 9-8 é apresentado o gráfico descrito com as 10 melhores classificações.

Figura 9-8: Imagem do ranking de preenchimento dos questionários com as dez primeiras posições



Fonte: Dados da Pesquisa

9.2.5 Questionário da pesquisa

Na edição anterior da pesquisa, eram apresentadas ao (à) entrevistado (a) várias perguntas em uma única página, agrupadas por eixos temáticos. As repostas eram salvas apenas quando os usuários do sistema clicassem no botão "Próximo". Ademais, deveriam aguardar o servidor processar a operação para, então, responderem as próximas perguntas, iniciadas em uma nova página. Este processo era relativamente "moroso" e exigia rolagem da página e muitos cliques do usuário. De certa forma, face a eventual sobrecarga de sistema, a morosidade no carregamento da página poderia levar à desistência dos entrevistados.

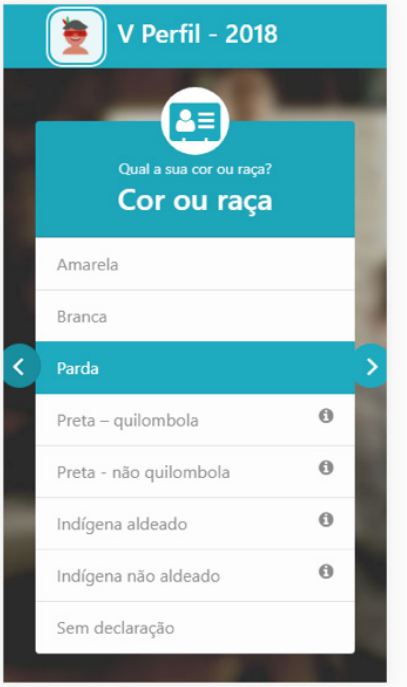
Nesta quinta edição houve grande preocupação com a usabilidade do sistema com o objetivo de maximizar o número de questionários respondidos e não perder a oportunidade de coleta de dados de nenhum eventual participante. O principal aspecto de melhoria na usabilidade está na forma de se responder o questionário. Buscou-se aprimorar o questionário nos seguintes aspectos:

- Foco na pergunta: ao invés de apresentar várias perguntas simultaneamente, uma pergunta com as opções de resposta é apresentada de cada vez, cujo intuito é manter o foco do (a) entrevistado (a) para pensar apenas na resposta àquela questão.
- Poucos cliques: Com um único clique na resposta, em caso de perguntas com única escolha, o portal faz uma animação de transição da pergunta respondida para a próxima pergunta. O objetivo é que o (a) entrevistado (a), ao finalizar uma resposta, se depare, logo em seguida, com uma nova pergunta, estimulando seu subconsciente a elaborar as respostas em um ritmo contínuo, evitando, assim, que o (a) participante desista da pesquisa. Além disso, poucos cliques facilitam a utilização do sistema e minimizam o tempo necessário para o entrevistado completar o questionário.
- Todas as perguntas em memória: Ao acessar a página, o servidor envia, para o dispositivo do (a) usuário (a), o questionário completo com todas as perguntas e opções de resposta. Esta estratégia evita que uma possível sobrecarga no sistema ou problemas de lentidão da *internet* do usuário retarde o carregamento da página, quando o entrevistado já está respondendo o questionário.
- Resposta salva de forma assíncrona: Ao responder uma pergunta, os dados são enviados para o servidor e armazenados no banco de dados do sistema; porém não é necessário que o navegador do usuário aguarde o processamento da operação para que a próxima pergunta seja apresentada. Este processo assíncrono evita o travamento da página enquanto o entrevistado responde o questionário.
- Pergunta resumida: Cada pergunta possui um texto resumido em destaque, de forma a facilitar a leitura dinâmica do usuário. Logo abaixo é apresentado o texto completo da pergunta, caso o usuário não entenda o que está sendo perguntado apenas com o texto resumido. Esta estratégia possibilita que o (a) entrevistado (a) selecione a opção de resposta com uma leitura mais breve, contribuindo para a agilidade em responder o questionário.
- Tema de cores para cada assunto: o questionário é dividido em eixos e cada eixo correspondia a uma cor de fundo, indicando que passos ou etapas estavam sendo cumpridas.
- Layout discreto mas, ao mesmo tempo, atrativo: foi criada a primeira página de interface dos(as) graduandos (as) com o portal, onde estudantes inseriam número de CPF e indicavam a instituição de

pertencimento; foram criadas individualmente páginas contendo cada uma das perguntas do questionário (Figura 9-9, Figura 9-10, Figura 9-11, Figura 9-12, Figura 9-13) e uma página final de integralização do questionário (Figura 9-14).

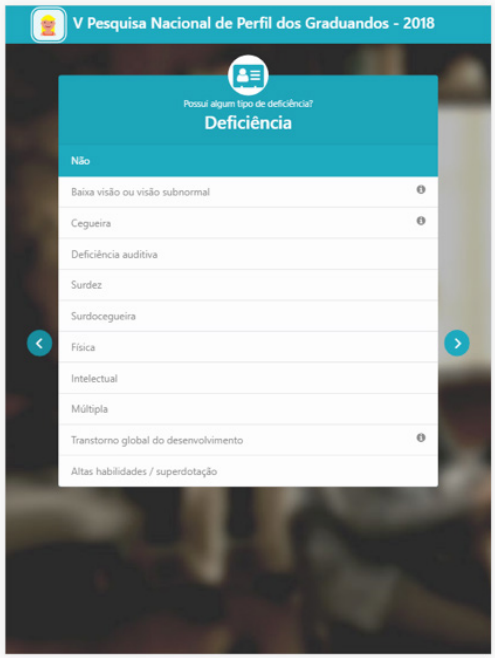
• Caricaturas representando a diversidade: Foram criados pequenas caricaturas com faces (rostos) de figuras de pessoas com várias características pessoais e sociais, de modo a representar a diversidade possível a ser captada em uma pesquisa de perfil, como a que praticamos (Figura 9-15). Estas caricaturas, cerca de 40 ao todo, inseridas no canto superior esquerdo das páginas, eram alterados frequentemente de modo a, sugestivamente, indicar o tema da pesquisa, qual seja o levantamento de perfil socioeconômico e cultural – sem com isso dispersar o respondente.

Figura 9-9: Questionário com exemplo de pergunta sobre cor ou raça, na proporção de uma tela de celular (360px x 640px), caricatura de um indígena e tema de dados pessoais em cores azul turquesa e ícone de um documento



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 9-10: Questionário com pergunta sobre deficiência, na proporção de uma tela de tablet (768px x 1024px), caricatura de uma mulher branca e tema de dados pessoais em cores azul turquesa e ícone de um documento



Fonte: Dados da Pesquisa

.

Figura 9-11: Questionário com pergunta sobre frequência de estudo na biblioteca, caricatura de uma mulher negra e tema de perguntas acadêmicas em cor vermelha e ícone de um capelo



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 9-12: Questionário com pergunta sobre domínio da língua inglesa, com caricatura de uma mulher francesa e tema de perguntas culturais em cor amarela e ícone de um pincel



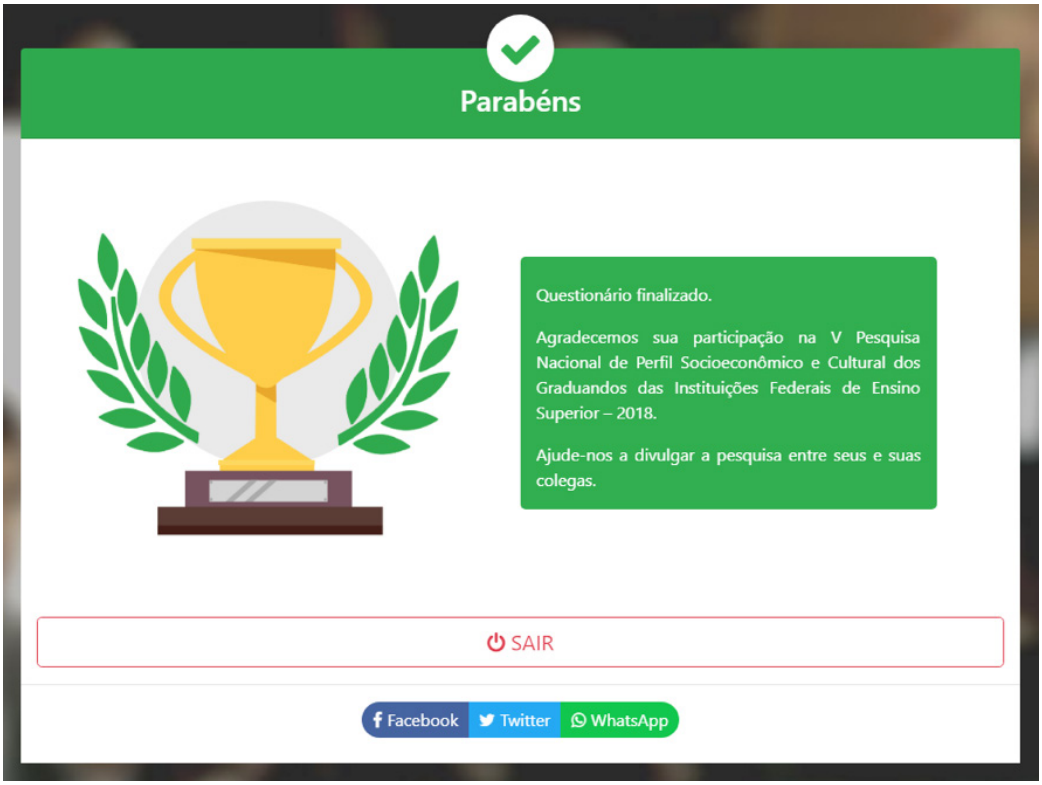
Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 9-13: Questionário com pergunta sobre meio de transporte, caricatura de um cadeirante e tema de perguntas de moradia em cor verde e ícone de uma casa



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 9-14: Tela de finalização do questionário



Fonte: Dados da Pesquisa

Figura 9-15: Imagens com caricaturas que compunham o questionário de preenchimento para expressar diversidade



Fonte: Dados da Pesquisa

Ao inovar o questionário e o ambiente de hospedagem, buscou-se tornar mais agradável e ágil o processo de preenchimento do questionário, maximizando a qualidade da coleta de dados e, consequentemente, das informações produzidas pela pesquisa.

9.3 DESENHO AMOSTRAL

Nesta parte do Relatório, apresentamos os procedimentos utilizados para ponderar a amostra da "V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES" e explicamos os princípios estatísticos envolvidos.

Será apresentada uma visão geral sobre as principais etapas da ponderação amostral, desde o cadastro com os dados primários do universo da pesquisa e da base de dados amostrais até a obtenção dos pesos amostrais propriamente ditos.

9.3.1 Universo da pesquisa

A ANDIFES é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal e consiste de 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 63 universidades federais localizadas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Para esta V Pesquisa Nacional, o universo considerado compreende todos os estudantes de graduação em cursos presenciais com matrículas ativas em 2018 nas 63 universidades federais e nos 2 Cefets. Nestas 65 instituições federais de ensino superior (IFES) tem vínculo ativo mais de um milhão e duzentos mil discentes de graduação, em todas as áreas do conhecimento.

Foram cadastrados, via sistema de coleta, 1.200.300 estudantes de graduação distribuídos conforme a Tabela 9-1.

As informações disponibilizadas no cadastro para estes 1.200.300 discentes estão apresentadas no Quadro 9 5. São 15 informações relativas à identificação do (a) discente e às características do curso em que ele (a) está matriculado (a) na IFES. Com elas, foi possível estabelecer o plano amostral para a pesquisa, do modo a obter o tamanho mínimo da amostra em cada IFES[87]. ►

87 O cálculo do tamanho amostral via técnica de amostragem probabilística foi adotado apenas para obter as quantidades mínimas a ser alcançada por cada IFES; uma espécie de meta. Por ser tratar de uma amostra de voluntários, não tínhamos como prever os totais de participantes para cada IFES. De fato, nossa amostra é não probabilística, mas esta foi a maneira que encontramos para cobrar das IFES um número mínimo de participantes na pesquisa.

Quadro 9-5: Informações contidas no cadastro de discentes nas 65 IFES - 2018

Número do CPF
Nome completo
Endereço eletrônico – e-mail
Ano de ingresso na IFES
Semestre de ingresso na IFES
Código e-MEC da IFES
Nome da IFES
Código e-MEC do curso
Nome do curso
Área de conhecimento do curso
Turno do curso
Grau do curso
Campus
Cidade
Estado

Fonte: Dados da Pesquisa

9.3.2 Estratificação e alocação da amostra

A população de interesse (população-alvo) é constituída por todos (as) os (as) discentes com matrículas ativas no ano de 2018 nas 65 IFES listadas na Tabela 8-1. Portanto, a unidade de seleção amostral é o (a) discente.

Apesar de sabermos que a amostra não seria aleatória, para se estabelecer o tamanho amostral mínimo para cada IFES, adotou-se um plano de amostragem aleatória estratificada (AAE), em que os estratos são as 65 IFES. A ideia é que seja possível fornecer resultados desagregados segundo a estratificação por IFES.

Definidos os estratos, optou-se por considerar o tempo de matrícula do (a) discente, ou seja, há quanto tempo o (a) discente iniciou o seu curso naquela IFES, para obter o tamanho amostral[88]. Esta variável é expressa em anos. Assim, foi possível obter a média e a variabilidade do tempo de matrícula para cada uma das 65 IFES e, então, seria possível avaliar a homogeneidade dentro dos estratos. Os resultados encontram-se na Tabela 9

88 A variável tempo de vínculo do discente foi adotada, pois dá noção do quão heterogêneos são os estratos considerados: as IFES. A ideia é que aquelas IFES com maior diversidade no tempo de vínculo tenham tamanhos de amostras maiores, devido à alocação ser diretamente proporcional aos respectivos desvios-padrão. Na Alocação Ótima de Neyman, o tamanho total da amostra obtido é distribuído proporcionalmente à variância em cada estrato e ao tamanho do estrato.

-1. Por exemplo, em 2018 os discentes da UNIFAP têm tempo médio de matrícula de 4,16 anos e desvio-padrão de 3,08 anos, enquanto que os da UFSB têm média de 2,23 anos com desvio-padrão de 1,27 anos. Estas estatísticas foram cruciais para a determinação dos tamanhos amostrais de cada IFES (estrato).

Tabela 9-1-1: Total de estudantes de graduação nas 65 IFES, média e desvio-padrão do tempo de matrícula dos estudantes por estrato - 2018

IFES (estrato)	Total de discentes	Tempo de matrícula	
		Média	Desvio-padrão
CEFET-MG	6.380	3,3397	2,2861
CEFET-RJ	7.210	3,2571	2,5251
FURG	10.670	2,6200	2,0390
UFABC	14.791	3,8918	2,6623
UFAC	11.375	3,8418	2,2752
UFAL	28.993	3,8556	1,9678
UFAM	29.392	3,0156	2,0818
UFBA	38.675	3,5187	2,3319
UFC	29.991	2,7529	2,1184
UFCA	3.264	2,6452	1,8585
UFCG	18.228	2,6054	1,8432
UFCSPA	2.713	2,3334	1,6028
UFERSA	9.704	2,8119	1,7557
UFES	25.418	3,0673	2,2767
UFF	47.156	3,2034	2,1926
UFFS	9.465	2,8693	1,9804
UFG	30.633	2,8409	2,0474
UFGD	7.712	2,9587	1,9455
UFJF	17.839	3,1895	2,1663
UFLA	10.844	2,9149	1,7909
UFMA	33.578	4,3231	3,0887
UFMG	30.349	3,6612	1,9973
UFMS	19.851	2,3066	1,8224
UFMT	28.481	3,0172	2,0198
UFOB	3.348	2,1764	1,6342
UFOP	12.102	3,0623	2,0236
UFOPA	5.303	3,6982	2,0645
UFPA	51.189	3,6006	2,3945
UFPB	29.616	3,5594	2,0263
UFPE	31.419	3,1065	1,9874
UFPEL	18.425	2,9571	2,0229
UFPI	27.482	3,1025	2,0986
UFPR	32.204	2,7873	1,9346
UFRA	7.158	2,3891	1,7363
UFRB	10.591	3,3661	2,0682
UFRGS	30.953	3,3530	2,1540
UFRJ	50.572	3,6767	2,5912
UFRN	31.850	2,7004	2,0470

Tabela 9-1-2: Total de estudantes de graduação nas 65 IFES, média e desvio-padrão do tempo de matrícula dos estudantes por estrato - 2018

IFES (estrato)	Total de discentes	Tempo de matrícula	
		Média	Desvio-padrão
UFRPE	15.087	2,6470	1,8927
UFRR	6.959	3,2254	2,3961
UFRRJ	15.925	3,1923	2,1923
UFS	28.456	3,5034	2,5962
UFSB	3.396	2,2378	1,2728
UFSC	34.206	2,8201	2,1203
UFSCAR	14.036	2,7817	1,9516
UFSJ	10.328	3,5054	2,0204
UFSM	21.334	2,7765	1,9220
UFT	15.155	2,9743	2,2544
UFTM	6.985	2,8352	2,0044
UFU	26.656	3,2218	2,0352
UFV	15.587	2,4890	1,8154
UFVJM	8.949	2,4693	1,6884
UNB	37.355	3,0515	1,8777
UNIFAL-MG	6.533	2,9825	1,9303
UNIFAP	9.150	4,1640	3,0834
UNIFEI	8.053	3,3001	2,2518
UNIFESP	13.443	2,6942	1,9940
UNIFESSPA	5.190	2,5810	1,8687
UNILA	4.339	2,0928	1,5443
UNILAB	4.375	2,8295	1,6062
UNIPAMPA	12.865	2,6914	2,0956
UNIR	10.304	2,7432	2,2270
UNIRIO	11.011	2,9910	2,0857
UNIVASF	6.984	3,1503	2,2156
UTFPR	32.715	2,8840	1,9648

Fonte: Cálculo da Pesquisa.

Da Tabela 9-1 pode-se observar que existem diferenças entre os tempos médios de matrícula nas IFES e, sobretudo, entre os desvios-padrão. Estes resultados impactaram no tamanho da amostra nos estratos considerados.

Portanto, de posse dos totais de discentes nas IFES e da variabilidade da variável tempo de matrícula, definimos os outros parâmetros estatísticos necessários para determinar os tamanhos amostrais através da AAE.

Para a determinação do tamanho amostral via AAE, nós utilizamos a função *stratasize* do pacote

samplingbook do programa estatístico R (R CORE TEAM, 2018).[89] Especificando a precisão estatística de amostragem, e, os tamanhos populacionais em cada estrato, N_h, os respectivos desvios-padrão, S_h, o nível de confiança e o método de alocação da amostra nos estratos, esta função stratasize nos fornece o tamanho amostral total, *n*.

Para esta pesquisa, os vetores N_h e s_h são dados na segunda e na terceira coluna da Tabela 9-1, respectivamente. Adotamos como precisão amostral $e = 0{,}01$ e 96% de confiança, visto que queríamos maximizar os tamanhos amostrais. A Alocação Ótima de Neyman foi o método escolhido para distribuir o tamanho amostral total nos estratos.

Com estes critérios, chegamos inicialmente ao tamanho amostral calculado via AAE de $n = 165.575$. O próximo passo foi dividir as n unidades da amostra total em cada estrato.

Assumindo-se uma população finita de $\boldsymbol{N}$ unidades particionada em *H* subpopulações ou estratos com tamanhos conhecidos, N_1, N_2,..., N_H, na Alocação Ótima de Neyman, a amostra obtida é distribuída proporcionalmente à variância em cada estrato e ao tamanho do estrato, de acordo com a regra:

$$n_h = n \frac{N_h s_h}{\sum_{i=1}^{H} N_i s_i},$$

em que $h = 1,2,...,\boldsymbol{H}$, com $\boldsymbol{H} = 65$ (número de estratos).

Os tamanhos amostrais alocados por IFES obtidos via AAE são dados na Tabela 9-2 e foram usados como quantidades mínimas de discentes respondentes a serem alcançadas por cada IFES na coleta de dados. Algumas IFES tiveram estas quantidades acrescidas e, por isso, o total amostral passou a ser 167.838 discentes.[90]

►

89 R Core Team (2018). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL https://www.R-project.org/.

90 O acréscimo nas quantidades mínimas de discentes respondentes a serem alcançadas por algumas IFES foi arbitrário. Optou-se por aumentar as amostras para as 6 IFES que possuíam menores quantidades de discentes vinculados, visto que se julgou que as amostras alocadas eram pequenas. Para estas IFES, optou-se por estabelecer fração mínima de 20% do total de discentes. Ressalva-se que esta etapa probabilística foi útil exclusivamente para cobrar das IFES um número mínimo de participantes na pesquisa.

Tabela 9-2: Tamanho da amostra idealizada de estudantes de graduação nas 65 IFES via AAE - 2018

IFES	Tamanho da amostra n_h	IFES	Tamanho da amostra n_h
CEFET-MG	938	UFRA	799
CEFET-RJ	1.400	UFRB	1.409
FURG	1.399	UFRGS	4.288
UFABC	2.532	UFRJ	8.427
UFAC	1.664	UFRN	4.193
UFAL	3.669	UFRPE	1.838
UFAM	3.935	UFRR	1.072
UFBA	5.800	UFRRJ	2.245
UFC	4.086	UFS	4.751
UFCA	653	UFSB	679
UFCG	2.161	UFSC	4.664
UFCSPA	543	UFSCAR	1.762
UFERSA	1.096	UFSJ	1.342
UFES	3.857	UFSM	2.637
UFF	6.932	UFT	2.213
UFFS	1.205	UFTM	900
UFG	4.033	UFU	3.489
UFGD	965	UFV	1.820
UFJF	2.485	UFVJM	972
UFLA	1.249	UNB	4.525
UFMA	6.670	UNIFAL-MG	811
UFMG	3.898	UNIFAP	1.814
UFMS	2.326	UNIFEI	1.166
UFMT	3.699	UNIFESP	1.724
UFOB	670	UNIFESSPA	624
UFOP	1.575	UNILA	868
UFOPA	704	UNILAB	875
UFPA	7.882	UNIPAMPA	1.734
UFPB	3.868	UNIR	1.492
UFPE	4.015	UNIRIO	1.477
UFPEL	2.397	UNIVASF	1.047
UFPI	3.709	UTFPR	4.134
UFPR	4.032	**Total**	**167.838**

Fonte: Cálculo da Pesquisa.

Ao se garantir a precisão minimamente aceitável em cada um dos estratos considerados, com a agregação de dois ou mais deles, por exemplo, por regiões do Brasil, a tendência é melhorar a estimativa.

9.3.3 Ponderação da amostra

A amostra da pesquisa foi obtida através de um mecanismo de auto-seleção, em que todos os (as) estudantes tiveram acesso ao questionário, de modo online. Isso corresponde a um caso típico de amostragem não probabilística, na qual não é possível determinar a probabilidade de que cada estudante seja efetivamente incluído na amostra.

Este tipo de levantamento tem recebido grande atenção recente dos pesquisadores da área de estatística e muitos estudos estão sendo realizados com foco na comparação de resultados de pesquisas com amostras não probabilísticas (após a realização de diversos procedimentos de ajustes de seus resultados) com os resultados correspondentes e provenientes de pesquisas com amostras probabilísticas. Um caso importante deste tipo de comparação foi aplicado em uma pesquisa de intenção de voto para eleições dos EUA, em que foram confrontados resultados obtidos por questionários preenchidos na web e resultados de amostras probabilísticas (WANG et al., 2015). Após os devidos ajustes estatísticos dos primeiros resultados, verificou-se a convergência com os resultados obtidos via pesquisa com amostragem probabilísticas.

Em 2018, o IBGE realizou testes de coleta de informações pela *internet* para o Censo Demográfico 2020, com finalidade de avaliar o autopreenchimento do questionário e comparar com a coleta presencial. A adoção da *internet* como forma de coleta para pesquisas demográficas tem crescido no mundo inteiro e é um ponto que vem sendo discutido amplamente para o Censo 2020.

O custo de pesquisas probabilísticas é consideravelmente mais elevado do que as pesquisas na *internet* e isto vem estimulando muito as pesquisas neste campo. No entanto, assim como nas amostras probabilísticas, ajustes de não resposta se fazem necessários. Basicamente, dois métodos são mais amplamente aplicados para estes ajustes em pesquisas com amostras não probabilísticas.

O primeiro baseia-se na estimativa da probabilidade de seleção de cada elemento da amostra não probabilística. Geralmente é conduzida uma segunda pesquisa entre não participantes, obtida através de uma amostra aleatória do universo de não participantes. Posteriormente estima-se um modelo de regressão logística para os dois grupos (participantes da pesquisa da web e não participantes) considerando como regressores um conjunto de variáveis (características) que são obtidas para todos os elementos das duas amostras.

Com isto, é estimada uma probabilidade de seleção para cada elemento da amostra dos (as) participantes da pesquisa na *internet*. O inverso desta probabilidade de seleção, com alguns ajustes estatísticos, será o peso de cada elemento da amostra. Infelizmente, este método é de difícil aplicação, tanto pela desvantagem em ter que conduzir uma segunda pesquisa entre aqueles não participantes, como pelo problema de escolha prévia de um conjunto de características que, seguramente, explicam a seleção.

Em muitas situações, pode-se melhorar a relação entre a amostra e a população através de ajustes de ponderações amostrais de modo que os totais marginais dos pesos ajustados em características especificadas, referidas como variáveis de controle ou variáveis auxiliares concordem, pelo menos em parte, com os totais correspondentes para a população. Este método de ajuste estatístico de pesquisas não probabilísticas, que é bastante difundido em termos de aplicação, é o chamado método "Raking" (SCHILLEWAERT et al., 1998). "*Raking*" é frequentemente usado para reduzir vieses de não resposta em inquéritos por amostragem. Este é um método de pós-estratificação da amostra que se baseia em um conjunto de variáveis auxiliares que estão disponíveis para o conjunto do universo da pesquisa. As informações são dadas por distribuições populacionais

de variáveis que também estão disponíveis para os dados da amostra. Nós utilizamos as distribuições marginais para as seguintes variáveis:

i. Área de conhecimento (9 categorias);
ii. Turno (13 categorias);
iii. Ano de ingresso (19 categorias);
iv. Unidade da federação (27 categorias);
v. Instituição federal de ensino superior (65 categorias);
vi. Semestre de ingresso (3 categorias); e
vii. Grau (4 categorias).

Essas variáveis auxiliares foram consideradas por estarem disponíveis para todas as unidades da amostra e portanto suas distribuições marginais serem conhecidas. Então, o nosso processo de ponderação amostral, via método "Raking", fundamenta-se em um algoritmo que obtém pesos para as unidades amostrais de forma que, após a expansão amostral, obtemos os mesmos totais e frequências relativas marginais para cada categoria de cada uma das variáveis auxiliares.

9.3.4 Crítica e consistência dos dados

A coleta de dados foi realizada nacionalmente entre os dias 1º. de fevereiro a 30 de junho de 2018.

Findo o período de coleta, 459.000 estudantes participaram da V Pesquisa, dos quais 426.664 responderam integralmente o questionário. Considerou-se integralizado o questionário cujo (a) estudante respondera todas as questões pertinentes. Finalizada a última pergunta, o (a) estudante visualizava um ícone de certificação, representado pela figura de um troféu.

Nesta primeira fase de limpeza e consistência dos dados para preparação do Banco de Dados da V Pesquisa de Perfil foram então descartados 32.336 questionários não integralmente respondidos.

Também na fase de crítica dos dados foram tomadas decisões que levaram à exclusão de outros questionários. Dos 426.664 questionários integralizados, decidiu-se pela eliminação de todos aqueles respondidos em menos de 5 minutos, o que totalizou 1.571 eliminações.

Identificou-se também a existência de 988 questionários respondidos por estudantes de cursos de graduação não presenciais (EAD, sequenciais) ou de cursos de pós-graduação, incorretamente inscritos a partir de dados inadvertidamente fornecidos pelas IFES. Consequentemente, foram também eliminados da população todos (as) estudantes vinculados aos cursos não presenciais e de pós-graduação então identificados.

A amostra final obtida via questionário online, após a crítica dos dados, compõe-se de 424.128 discentes, resultando em uma fração amostral de 35,34%.

Os questionários preenchidos eletronicamente foram transpostos para o formato de banco de dados "csv". O tratamento quantitativo das informações foi realizado por meio do software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).*

Na Base de dados criada, cada linha equivale a um discente (que respondeu um questionário) e nas colunas estão as perguntas. A Base de dados final é construída com 424.128 questionários (linhas) e possui 207 colunas (variáveis).

As variáveis passaram por processo de codificação, ou seja, de classificação das informações em categorias numéricas. Todas as variáveis podem ser consultadas no Dicionário de Variáveis, no Quadro 9-6.

Quadro 9-6-1: Estrutura da base de dados

nr_questionario	Número do questionário
nr_ano_ingresso	Ano de ingresso
nr_semestre_ingresso	Semestre de ingresso
cd_emec_curso	Código do curso
id_curso	id_curso
nm_curso	Nome do curso
nm_grau	Nome do grau do curso
nm_campus	Nome do *campus*
sg_estado_campus	Estado do *campus*
nm_cidade_campus	Cidade do *campus*
p100	[p100] País de nascimento
p101	[p101] Estado de nascimento
p102	[p102] Cidade de nascimento
p200	[p200] Idade
p300	[p300] Sexo
p400	[p400] Gênero
p500	[p500] Orientação sexual
p600	[p600]Cor ou raça
p70070001	[p70070001] Não tem deficiência
p70070002	[p70070002] Deficiência - Baixa visão ou visão subnormal
p70070003	[p70070003]Deficiência - Cegueira
p70070004	[p70070004]Deficiência - Deficiência auditiva
p70070005	[p70070005]Deficiência - Surdez
p70070006	[p70070006]Deficiência - Surdocegueira
p70070007	[p70070007] Deficiência - Física
p70070008	[p70070008] Deficiência - Intelectual
p70070009	[p70070009] Deficiência - Múltipla
p70070010	[p70070010] Deficiência - Transtorno global do desenvolvimento
p70070011	[p70070011] Deficiência - Altas habilidades / superdotação
p800	[p800] Estado civil / Situação conjugal atual
p900	[p900] Tem filhos
p1000	[p1000] Algum de seus filhos mora com você
p1100	[p1100] Tem filhos de 0 e 5 anos
p1200	[p1200] Em seu período de aula, onde ou com quem ficam seus filhos(as) de 0 a 5 anos
p1300	[p1300] A maior parte do Ensino Médio
p1400	[p1400] Tipo de escola em que cursou o Ensino Médio
p1500	[p1500] Frequentou cursinho
p1600	[p1600] Como ingressou nesta universidade
p1700	[p1700] Forma de ingresso
p1801	[p1801] Ingressou por cota de escola pública
p1802	[p1802] Ingressou por cota para Pretos/Pardos/Indígenas
p1803	[p1803] Ingressou por cota para renda bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 SM
p1804	[p1804] Ingressou por cota de deficiência
p1900	[p1900] Outra cota
p2000	[p2000] Turno
p2100	[p2100] Primeira opção
p2200	[p2200] Trocaria de curso

Quadro 9-6-2: Estrutura da base de dados

p2300	[p2300] Em média, quanto tempo dedica semanalmente aos estudos fora da sala de aula
p2400	[p2400] Em média, com que frequência utiliza a(s) biblioteca(s) durante a semana
p2500250001	[p2500250001] Atividade ou programa acadêmico - Empresa Júnior
p2500250002	[p2500250002] Atividade ou programa acadêmico - Ensino (Monitoria)
p2500250003	[p2500250003] Atividade ou programa acadêmico - Ensino (PIBID / PLI)
p2500250004	[p2500250004] Atividade ou programa acadêmico - Estágio não obrigatório (Extracurricular)
p2500250005	[p2500250005] Atividade ou programa acadêmico - Extensão (PIBEXT, PEIC etc.)
p2500250006	[p2500250006] Atividade ou programa acadêmico - Pesquisa (PIBIC, PIBIT etc.)
p2500250007	[p2500250007] Atividade ou programa acadêmico - PET (Programa de Educação Tutorial)
p2500250008	[p2500250008] Atividade ou programa acadêmico - Outra
p2500250009	[p2500250009] Atividade ou programa acadêmico - Não
p2600	[p2600] Atividade ou programa acadêmico remunerado
p2700	[p2700] Participou de Programa de Mobilidade Estudantil
p2800280001	[p2800280001] Não
p2800280002	[p2800280002] Alimentação
p2800280003	[p2800280003] Moradia
p2800280004	[p2800280004] Atendimento psicológico
p2800280005	[p2800280005] Apoio pedagógico
p2800280006	[p2800280006] Atendimento médico
p2800280007	[p2800280007] Atendimento odontológico
p2800280008	[p2800280008] Transporte
p2800280009	[p2800280009] Creche
p2800280010	[p2800280010] Esporte e Lazer
p2800280011	[p2800280011] Cultura
p2800280012	[p2800280012] Deficiência
p2800280013	[p2800280013] Inclusão digital
p2800280014	[p2800280014] Promisaes
p2800280015	[p2800280015] Bolsa permanência da instituição
p2800280016	[p2800280016] Bolsa Permanência do MEC
p2800280017	[p2800280017] Material didático
p2900290001	[p2900290001] Movimento artístico-cultural
p2900290002	[p2900290002] Movimento ecológico
p2900290003	[p2900290003] Movimento estudantil
p2900290004	[p2900290004] Movimento ou organização religiosa
p2900290005	[p2900290005] Movimento Negro
p2900290006	[p2900290006] Movimento Feminista
p2900290007	[p2900290007] Movimento LGBTT
p2900290008	[p2900290008] Movimento Sindical
p2900290009	[p2900290009] Partido político
p2900290010	[p2900290010] Atléticas estudantis
p2900290011	[p2900290011] Outras Organizações/Associações etc
p2900290012	[p2900290012] Nenhuma organização/associação
p3000	[p3000] Qual a sua principal fonte de informação?
p3100	[p3100] Qual o domínio que você tem em relação ao microcomputador?
p3200	[p3200] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Inglês?

Quadro 9-6-3: Estrutura da base de dados

p3300	[p3300] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Espanhol?
p3400	[p3400] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do francês?
p3500	[p3500] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Alemão?
p3600	[p3600] Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Italiano?
p3700	[p3700] Depois que você entrou na universidade o número de obras literárias que você passou a ler:
p3800	[p3800] Depois que você entrou na universidade o número de peças de teatro que você passou a assistir:
p3900	[p3900] Depois que você entrou na universidade o número de filmes que você passou a assistir:
p4000	[p4000] Depois que você entrou na universidade o número de shows que você passou a assistir:
p4100	[p4100] Participação política
p4200	[p4200] Reside no município onde cursa a graduação
p4300	[p4300] Onde morava antes de ingressar na Universidade? País
p4301	[p4301] Onde morava antes de ingressar na Universidade? Estado
p4302	[p4302] Onde morava antes de ingressar na Universidade? Município
p4400	[p4400] Motivo que o levou a mudar-se para o município onde cursa a graduação
p4500	[p4500] Onde mora atualmente
p4600	[p4600] Situação da moradia (pergunta eliminada do banco final em função de inconsistências)
p4700	[p4700] Meio de transporte
p4800	[p4800] Tempo gasto
p4900	[p4900] Distância
p5000	[p5000] Trabalho
p5100	[p5100] Vínculo no trabalho
p5200	[p5200] Renda do trabalho
p5300	[p5300] Jornada de trabalho
p5400	[p5400] Qual a escolaridade da mãe ou da pessoa que o(a) criou como mãe
p5500	[p5500] Qual a escolaridade do pai ou da pessoa que o(a) criou como pai
p5600	[p5600] Renda mensal bruta do seu grupo familiar
p5700	[p5700] Pessoas, incluindo você, que vivem da renda mensal do seu grupo familiar
p5701	[p5701] Renda mensal *per capita*
p5800	[p5800] Principal mantenedor(a) do seu grupo familiar
p5900	[p5900] Escolaridade do(a) principal mantenedor(a) do seu grupo familiar
p6000	[p6000] Situação de moradia da Família
p6101	[p6101] Na casa de sua família tem água encanada
p6102	[p6102] Na casa de sua família tem rua pavimentada
p6103	[p6103] Na casa de sua família tem acesso a Internet
p6104	[p6104] Na casa de sua família tem computador
p6105	[p6105] Na casa de sua família tem automóvel
p6106	[p6106] Na casa de sua família tem motocicleta
p6200	[p6200] Número de refeições por dia
p6300	[p6300] Onde faz suas principais refeições
p6400	[p6400] Frequência pratica atividade física
p6500	[p6500] A universidade provê condições para a realização de suas atividades físicas?
p6600	[p6600] Quando precisa de atendimento médico procura, preferencialmente
p6700	[p6700] Sua procura por serviço médico ocorre
p6800	[p6800] Com relação a seus cuidados dentários, você

Quadro 9-6-4: Estrutura da base de dados

p6900	[p6900] Procurou atendimento psicológico alguma vez em sua vida
p7000	[p7000] Já tomou medicação psiquiátrica, mesmo que tenha sido por pouco tempo
p7100	[p7100] Frequência uso de bebidas alcóolicas
p7200	[p7200] Frequência uso de tabaco
p7300	[p7300] Frequência de drogas não lícitas
p7400740001	[p7400740001] Adaptação a novas situações (Cidade, moradia, distância da família, entre outras)
p7400740002	[p7400740002] Relacionamento familiar
p7400740003	[p7400740003] Relacionamento social / interpessoal
p7400740004	[p7400740004] Relações amorosas / conjugais
p7400740005	[p7400740005] Situação de violência física
p7400740006	[p7400740006] Situação de violência sexual
p7400740007	[p7400740007] Situação de violência psicológica / assédio moral
p7400740008	[p7400740008] Conflito de valores / conflitos religiosos
p7400740009	[p7400740009] Discriminações e preconceitos
p7400740010	[p7400740010] Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (Livros, computador, outros)
p7400740011	[p7400740011] Dificuldades financeiras
p7400740012	[p7400740012] Dificuldade de aprendizado
p7400740013	[p7400740013] Falta de disciplina / hábito de estudo
p7400740014	[p7400740014] Carga horária excessiva de trabalho
p7400740015	[p7400740015] Carga excessiva de trabalhos estudantis
p7400740016	[p7400740016] Relação professor (a) - estudante
p7400740017	[p7400740017] Tempo de deslocamento para a universidade
p7400740018	[p7400740018] Problemas de saúde
p7400740019	[p7400740019] Problemas emocionais
p7400740020	[p7400740020] Maternidade ou paternidade
p7400740021	[p7400740021] Não tenho dificuldades
p7500	[p7500] Foi vítima de assédio moral por parte de professores (as)
p7600	[p7600] Formalizou a reclamação
p7700770001	[p7700770001] Ansiedade
p7700770002	[p7700770002] Tristeza persistente
p7700770003	[p7700770003] Timidez excessiva
p7700770004	[p7700770004] Medo / pânico
p7700770005	[p7700770005] Insônia ou alterações significativas de sono
p7700770006	[p7700770006] Sensação de desamparo/ desespero/ desesperança
p7700770007	[p7700770007] Sensação de desatenção/ desorientação/ confusão mental
p7700770008	[p7700770008] Problemas alimentares
p7700770009	[p7700770009] Desânimo, falta de vontade de fazer as coisas
p7700770010	[p7700770010] Sentimento de solidão
p7700770011	[p7700770011] Ideia de morte
p7700770012	[p7700770012] Pensamento suicida
p7700770013	[p7700770013] Nenhuma
p7800	[p7800] Pensou em abandonar o seu curso
p7900790001	[p7900790001] Dificuldade de conciliar trabalho e estudo
p7900790002	[p7900790002] Pelo campo profissional
p7900790003	[p7900790003] Dificuldades financeiras
p7900790004	[p7900790004] Dificuldades de relacionamento no curso

Quadro 9-6-5: Estrutura da base de dados

p7900790005	[p7900790005] Nível de exigência (Carga de trabalho acadêmico)
p7900790006	[p7900790006] Problemas de saúde (Físico / mental)
p7900790007	[p7900790007] Problemas familiares
p7900790008	[p7900790008] Incompatibilidade com o curso
p7900790009	[p7900790009] Insatisfação com a qualidade do curso
p7900790010	[p7900790010] Assédio, bullying, perseguição, discriminação ou preconceito
p8000	[p8000] Fez trancamento geral de matrícula
p8100810001	[p8100810001] O que você pretende fazer logo após se formar? Trabalhar
p8100810002	[p8100810002] O que você pretende fazer logo após se formar? Fazer outro curso de graduação
p8100810003	[p8100810003] O que você pretende fazer logo após se formar? Ingressar na pós-graduação
p8100810004	[p8100810004] O que você pretende fazer logo após se formar? Não sei
faixa_ano_ingresso	Faixa de ano de ingresso
campus_agrupada_capital_interior	Cidade do *campus* por localização administrativa agrupada
campus_idh	IDHM da cidade do *campus* agrupada
faixa_idhm_campus	Faixa de IDHM da cidade do *campus*
campus_agrupada	*Campus* sede X avançado
p_regiao_campus	Região do *campus*
p_regiao_campus_numerica	Região do *campus*
area_conhecimento	Área do Conhecimento CNPq
p_regiao_nascimento	Região de nascimento
p_faixa_etaria	Faixa etária
p_escola_ensino_medio_agrupada	Escola que cursou o Ensino Médio agrupada
p_ingresso_agrupada	Forma de ingresso agrupada
faixa_renda_trabalho	Faixa de renda do trabalho
faixa_renda_per_capita	Faixa de Renda mensal *per capita*

Fonte: Dados da Pesquisa

Após análise da consistência das respostas, eventuais respostas em branco receberam o código "99", indicando sua não declaração. Casos omissos receberam código "0" = Não se aplica.

A base de dados está disponível no formato de arquivo tipo "sav", para ser lida no SPSS. O processamento da base deve utilizar a variável "peso". O processo de calibração dos pesos amostrais da pesquisa foi realizado usando o programa estatístico R (R CORE TEAM, 2018), através da função *rake* do pacote *survey*, cujo detalhamento encontra-se abaixo.

9.3.5 Tamanho amostral

Com a alocação ótima, os tamanhos amostrais finais por IFES, n_h, e as respectivas frações amostrais, f_h=100(n_h,/N_h), estão na Tabela 9-3. A amostra obtida foi bastante superior àquela idealizada via AAE. ►

Tabela 9-3: Tamanho da amostra final de estudantes de graduação nas 65 IFES obtida via questionário online e fração amostral - 2018

IFES	Amostra		IFES	Amostra	
	n_h	f_h (%)		n_h	f_h (%)
CEFET-MG	1.015	15,91	UFRA	6.060	84,66
CEFET-RJ	2.602	28,75	UFRB	4.736	44,72
FURG	7.485	70,15	UFRGS	9.272	29,95
UFABC	10.375	70,14	UFRJ	9.718	19,22
UFAC	1.737	15,27	UFRN	5.901	18,53
UFAL	18.094	62,41	UFRPE	8.284	54,80
UFAM	20.983	71,39	UFRR	2.874	41,30
UFBA	5.774	14,93	UFRRJ	7.154	44,92
UFC	5.652	18,85	UFS	4.849	17,04
UFCA	1.050	32,17	UFSB	1.011	29,77
UFCG	13.838	75,92	UFSC	5.514	16,12
UFCSPA	613	22,59	UFSCAR	2.079	14,81
UFERSA	7.885	81,26	UFSJ	1.436	13,90
UFES	16.476	60,33	UFSM	10.625	49,80
UFF	6.831	14,31	UFT	4.788	31,30
UFFS	3.027	31,98	UFTM	4.598	65,83
UFG	5.086	16,60	UFU	12.901	48,40
UFGD	3.585	46,49	UFV	2.174	13,95
UFJF	3.343	18,74	UFVJM	2.663	29,76
UFLA	2.833	26,13	UNB	16.271	43,41
UFMA	17.819	53,07	UNIFAL-MG	1.555	23,80
UFMG	4.531	14,93	UNIFAP	1.917	20,95
UFMS	17.765	89,49	UNIFEI	1.804	22,40
UFMT	19.429	68,22	UNIFESP	4.115	30,61
UFOB	1.906	56,93	UNIFESSPA	1.274	24,55
UFOP	4.839	39,99	UNILA	914	21,06
UFOPA	875	16,50	UNILAB	911	20,82
UFPA	11.106	21,70	UNIPAMPA	3.865	30,04
UFPB	4.431	14,93	UNIR	2.008	19,20
UFPE	26.727	85,07	UNIRIO	2.377	21,59
UFPEL	2.696	14,63	UNIVASF	2.967	39,41
UFPI	10.948	39,84	UTFPR	11.008	33,65
UFPR	5.149	15,86	**Total**	**424.128**	**35,34**

Fonte: Pesquisa de Campo.

O peso amostral em uma pesquisa por amostragem corresponde ao valor atribuído a cada caso (observação) na base de dados com as informações coletadas (amostra). Para esta pesquisa, o peso amostral

indica o quanto será a contribuição de cada estudante de graduação no momento em que é computada uma estimativa através de um procedimento estatístico (uma média, um total, uma tabela de frequências). De modo geral, ele é empregado para compensar a sobre ou sub-amostragem em situações específicas de estratificação desproporcional, ou seja, quando proporções de dados coletados em determinados estratos não são iguais às proporções populacionais.

Considerando as variáveis auxiliares para as quais conhecemos as distribuições marginais populacionais – área de conhecimento, turno, ano de ingresso, unidade da federação, IFES, semestre de ingresso e grau –, nós estudamos as respectivas proporções amostrais sem considerar nenhum tipo de peso (sem ponderar). A Tabela 9 4 apresenta o comparativo entre estas distribuições marginais para as 7 variáveis; a primeira coluna corresponde às variáveis e suas categorias; a segunda e a terceira são as proporções no universo da pesquisa e na amostra não ponderada, respectivamente. ►

Tabela 9-4-1: Distribuições marginais populacionais e amostrais não ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

Variáveis auxiliares e suas categorias		Populacional (%)	Amostral (%)
Área de conhecimento			
	Ciências Exatas e da Terra	13,305	14,063
	Ciências Biológicas	4,109	4,785
	Engenharias	19,249	19,392
	Ciências da Saúde	13,035	13,332
	Ciências Agrárias	5,398	5,908
	Ciências Sociais Aplicadas	19,835	19,786
	Ciências Humanas	15,213	14,362
	Linguística, Letras e Artes	8,185	6,959
	Multidisciplinar	1,671	1,412
Turno			
	Diurno	13,611	12,026
	Diurno e noturno	0,036	0,017
	Especial	0,002	0,001
	Integral	41,214	41,596
	Matutino	9,408	10,614
	Matutino/Noturno	0,014	0,062
	Noturno	28,484	27,703
	NSMT	0,246	0,271
	Turno	0,008	0,007
	Vespertino	6,323	7,031
	Vespertino/Noturno	0,608	0,655
	VSMT	0,010	0,012
	Não informado	0,035	0,005
Ano de ingresso			
	2000	0,014	0,002
	2001	0,013	0,002
	2002	0,025	0,004
	2003	0,021	0,005
	2004	0,034	0,007
	2005	0,057	0,015
	2006	0,104	0,028
	2007	0,182	0,058
	2008	0,343	0,149
	2009	0,739	0,347
	2010	1,691	0,877

Tabela 9-4-2: Distribuições marginais populacionais e amostrais não ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

	2011	3,200	1,973
	2012	5,623	4,046
	2013	9,368	7,615
	2014	12,442	12,257
	2015	15,035	15,765
	2016	17,484	18,743
	2017	20,042	22,754
	2018	13,584	15,351
Unidade da federação			
	AC	0,948	0,410
	AL	2,415	4,266
	AM	2,449	4,947
	AP	0,762	0,452
	BA	4,965	3,481
	CE	3,071	1,762
	DF	3,112	3,836
	ES	2,118	3,885
	GO	2,552	1,199
	MA	2,797	4,201
	MG	13,380	10,302
	MS	2,296	5,034
	MT	2,373	4,581
	PA	5,735	4,554
	PB	3,986	4,307
	PE	4,178	8,642
	PI	2,333	2,611
	PR	5,967	4,208
	RJ	10,987	6,763
	RN	3,462	3,250
	RO	0,858	0,473
	RR	0,580	0,678
	RS	8,388	8,417
	SC	3,131	1,561
	SE	2,371	1,143
	SP	3,522	3,907
	TO	1,263	1,129

Tabela 9-4-3: Distribuições marginais populacionais e amostrais não ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

CEFET-MG	0,532	0,239
CEFET-RJ	0,601	0,613
FURG	0,889	1,765
UFABC	1,232	2,446
UFAC	0,948	0,410
UFAL	2,415	4,266
UFAM	2,449	4,947
UFBA	3,222	1,361
UFC	2,499	1,333
UFCA	0,272	0,248
UFCG	1,519	3,263
UFCSPA	0,226	0,145
UFERSA	0,808	1,859
UFES	2,118	3,885
UFF	3,929	1,611
UFFS	0,789	0,714
UFG	2,552	1,199
UFGD	0,643	0,845
UFJF	1,486	0,788
UFLA	0,903	0,668
UFMA	2,797	4,201
UFMG	2,528	1,068
UFMS	1,654	4,189
UFMT	2,373	4,581
UFOB	0,279	0,449
UFOP	1,008	1,141
UFOPA	0,442	0,206
UFPA	4,265	2,619
UFPB	2,467	1,045
UFPE	2,618	6,302
UFPEL	1,535	0,636
UFPI	2,290	2,581
UFPR	2,683	1,214
UFRA	0,596	1,429
UFRB	0,882	1,117
UFRGS	2,579	2,186
UFRJ	4,213	2,291
UFRN	2,654	1,391
UFRPE	1,257	1,953
UFRR	0,580	0,678

Tabela 9-4-3: Distribuições marginais populacionais e amostrais não ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

	UFRRJ	1,327	1,687
	UFS	2,371	1,143
	UFSB	0,283	0,238
	UFSC	2,850	1,300
	UFSCAR	1,169	0,490
	UFSJ	0,860	0,339
	UFSM	1,777	2,505
	UFT	1,263	1,129
	UFTM	0,582	1,084
	UFU	2,221	3,042
	UFV	1,299	0,513
	UFVJM	0,746	0,628
	UNB	3,112	3,836
	UNIFAL-MG	0,544	0,367
	UNIFAP	0,762	0,452
	UNIFEI	0,671	0,425
	UNIFESP	1,120	0,970
	UNIFESSPA	0,432	0,300
	UNILA	0,361	0,216
	UNILAB	0,364	0,215
	UNIPAMPA	1,072	0,911
	UNIR	0,858	0,473
	UNIRIO	0,917	0,560
	UNIVASF	0,582	0,700
	UTFPR	2,726	2,595
Semestre de ingresso			
	Primeiro semestre	65,202	66,542
	Segundo semestre	34,524	33,228
	Não informado	0,274	0,230
Grau			
	Bacharelado	73,424	75,138
	Bacharelado e Licenciatura	1,043	0,654
	Licenciatura	24,176	23,096
	Tecnológico	1,358	1,112

Fonte: Pesquisa de Campo.

Se os dados coletados são provenientes de uma amostra aleatória, para um tamanho de amostra suficientemente grande, é de se esperar que as proporções amostrais e populacionais sejam parecidas e que não há erros sistemáticos na coleta.

Na Tabela 9-4 é possível verificar que nossa amostra abrangeu características bastante similares às do conjunto do universo de estudantes de graduação. Foram observadas pequenas diferenças entre as distribuições marginais populacionais e amostrais. Por exemplo, estudantes da área de Ciências Exatas e da Terra representam 13,31% do universo em 2018 e na nossa amostra coletada não ponderada, 14,06% são desta área. São estas diferenças que o procedimento adotado para ponderação da amostra buscou corrigir.

Outro ponto positivo é que a amostra coletada inclui discentes de todas as categorias das variáveis auxiliares da nossa população-alvo, condição que nos permitiu usar o método de calibração.

A calibração pelo método "Raking" contribui para combater o viés de disponibilidade, aumentando os pesos de discentes amostrados nos grupos subrepresentados e reduzindo os pesos de discentes dos grupos sobrerepresentados. Desta forma, com os pesos calibrados é possível obter estimativas dos totais das variáveis auxiliares que coincidem com os totais populacionais conhecidos. A calibração é empregada não apenas com o propósito de obter estimativas coerentes com totais populacionais conhecidos, mas também para reduzir a variância das estimativas ou corrigir os vícios de não resposta e cobertura (SILVA, 2004).

Os resultados do comparativo entre as distribuições marginais populacionais para as 7 variáveis auxiliares com as distribuições amostrais obtidas após ponderação estão na Tabela 9-5. ►

Tabela 9-5: Distribuições marginais populacionais e amostrais ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

Variáveis auxiliares e categorias		Populacional (%)	Amostral (%)
Área de conhecimento			
	Ciências Exatas e da Terra	13,305	13,305
	Ciências Biológicas	4,109	4,109
	Engenharias	19,249	19,250
	Ciências da Saúde	13,035	13,035
	Ciências Agrárias	5,398	5,398
	Ciências Sociais Aplicadas	19,835	19,832
	Ciências Humanas	15,213	15,214
	Linguística, Letras e Artes	8,185	8,186
	Multidisciplinar	1,671	1,671
Turno			
	Diurno	13,611	13,617
	Diurno e noturno	0,036	0,036
	Especial	0,002	0,002
	Integral	41,214	41,207
	Matutino	9,408	9,408
	Matutino/Noturno	0,014	0,014
	Noturno	28,485	28,486
	NSMT	0,246	0,246
	Turno	0,008	0,008
	Vespertino	6,323	6,323
	Vespertino/Noturno	0,608	0,608
	VSMT	0,010	0,010
	Não informado	0,035	0,035
Ano de ingresso			
	2000	0,014	0,014
	2001	0,013	0,013
	2002	0,025	0,025
	2003	0,021	0,021
	2004	0,034	0,034
	2005	0,057	0,057
	2006	0,104	0,104
	2007	0,182	0,182
	2008	0,343	0,343
	2009	0,739	0,739
	2010	1,691	1,691
	2011	3,200	3,200

Tabela 9-5-2: Distribuições marginais populacionais e amostrais ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

	2012	5,623	5,623
	2013	9,368	9,368
	2014	12,442	12,442
	2015	15,035	15,035
	2016	17,484	17,484
	2017	20,042	20,042
	2018	13,584	13,584
Unidade da federação			
	AC	0,948	0,948
	AL	2,415	2,416
	AM	2,449	2,449
	AP	0,762	0,762
	BA	4,965	4,967
	CE	3,071	3,081
	DF	3,112	3,112
	ES	2,118	2,118
	GO	2,552	2,552
	MA	2,797	2,798
	MG	13,380	13,380
	MS	2,296	2,296
	MT	2,373	2,373
	PA	5,735	5,735
	PB	3,986	3,986
	PE	4,178	4,185
	PI	2,333	2,315
	PR	5,967	5,969
	RJ	10,987	10,987
	RN	3,462	3,462
	RO	0,858	0,859
	RR	0,580	0,580
	RS	8,388	8,376
	SC	3,131	3,141
	SE	2,371	2,371
	SP	3,522	3,522
	TO	1,263	1,263
IFES			
	CEFET-MG	0,532	0,531
	CEFET-RJ	0,601	0,601
	FURG	0,889	0,889

9-5-3: Distribuições marginais populacionais e amostrais ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

UFABC	1,232	1,232
UFAC	0,948	0,948
UFAL	2,415	2,416
UFAM	2,449	2,449
UFBA	3,222	3,222
UFC	2,499	2,499
UFCA	0,272	0,272
UFCG	1,519	1,519
UFCSPA	0,226	0,226
UFERSA	0,808	0,808
UFES	2,118	2,118
UFF	3,929	3,929
UFFS	0,789	0,789
UFG	2,552	2,552
UFGD	0,643	0,643
UFJF	1,486	1,486
UFLA	0,903	0,903
UFMA	2,797	2,798
UFMG	2,528	2,528
UFMS	1,654	1,654
UFMT	2,373	2,373
UFOB	0,279	0,279
UFOP	1,008	1,008
UFOPA	0,442	0,442
UFPA	4,265	4,265
UFPB	2,467	2,467
UFPE	2,618	2,618
UFPEL	1,535	1,535
UFPI	2,290	2,290
UFPR	2,683	2,683
UFRA	0,596	0,596
UFRB	0,882	0,882
UFRGS	2,579	2,579
UFRJ	4,213	4,213
UFRN	2,654	2,654
UFRPE	1,257	1,257
UFRR	0,580	0,580
UFRRJ	1,327	1,327
UFS	2,371	2,371
UFSB	0,283	0,283

9-5-4: Distribuições marginais populacionais e amostrais ponderadas para as variáveis auxiliares - 2018

	UFSC	2,850	2,850
	UFSCAR	1,169	1,169
	UFSJ	0,860	0,860
	UFSM	1,777	1,777
	UFT	1,263	1,263
	UFTM	0,582	0,582
	UFU	2,221	2,221
	UFV	1,299	1,299
	UFVJM	0,746	0,746
	UNB	3,112	3,112
	UNIFAL-MG	0,544	0,544
	UNIFAP	0,762	0,762
	UNIFEI	0,671	0,671
	UNIFESP	1,120	1,120
	UNIFESSPA	0,432	0,432
	UNILA	0,361	0,361
	UNILAB	0,364	0,364
	UNIPAMPA	1,072	1,072
	UNIR	0,858	0,859
	UNIRIO	0,917	0,917
	UNIVASF	0,582	0,582
	UTFPR	2,726	2,725
Semestre de ingresso			
	Primeiro semestre	65,202	65,211
	Segundo semestre	34,524	34,527
	Não informado	0,274	0,262
Grau			
	Bacharelado	73,424	73,424
	Bacharelado e Licenciatura	1,043	1,043
	Licenciatura	24,176	24,176
	Tecnológico	1,358	1,358

Fonte: Pesquisa de Campo.

Finalmente, o processo de calibração dos pesos amostrais da pesquisa foi realizado usando o programa estatístico R (R. CORE TEAM, 2018), através da função *rake* do pacote *survey*.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADACHI, A. Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais. **Belo Horizonte: UFMG/FaE,(Dissertação de Mestrado)**, 2009.

AMORIM, G. **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Intituto Pró-Livro, 2011.

AMORIM, G. B.; FINARDI, K. R. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior,** v. 22, n. 3, p. 614–632, 2017.

ARGÔLO, R. F. Determinantes de desempenho dos estudantes do ensino superior: o caso do curso de psicologia da UFBA. 2017.

BAGGI, C. A. DOS S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 16, n. 2, 2011.

BARBOSA, A. T. Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Alfenas. 2017.

BARBOSA E SILVA, L.; COSTA, N. C. D. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política**, v. 6, n. 2, p. 166–192, 2018.

BIRD. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Washington DC: Banco Mundial, 2017. Disponível em: <http://documents. worldbank. org/curated/en/884871511196609355>.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

BRANDÃO, A. S. D**esempenho acadêmico de universitários, variáveis preditoras: habilidades sociais, saúde mental, características sociodemográficas e escolares.** PhD Thesis—Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2016.

BRASIL. Lei Federal no 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. . 20 dez. 1996.

BRASIL. 6.069. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. . 24 abr. 2007.

BRASIL. Decreto no 7.234/2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. . 29 jul. 2010.

BRASIL. 12.711/12. Lei Federal no 12.711. . 29 ago. 2012.

BRASIL. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014.** Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>.

BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Política Nacional de Assistência Social. **Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social**, 2004.

BRASIL; UNESCO. **Educação superior: reforma, mudança e internacionalização. Anais**. Brasília: Unesco Brasil, Sesu/MEC, 2003.

BRASIL/MS. Vigitel – **Brasil: de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico.** Disponível em: <http://www.elsa.org.br/oelsabrasil.html>. Acesso em: 7 fev. 2019.

BRASIL/MS. **Novos dados reforçam a importância da prevenção do suicídio.** Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44404-novos-dados-reforcam-a-importancia-da-prevencao-do-suicidio>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BUENO, J. L. O. **A evasão de alunos. Paidéia (Ribeirão Preto)**, n. 5, p. 9–16, 1993.

CARAN, V. C. S. **Riscos psicossociais e o assédio moral no contexto acadêmico**. PhD Thesis—São Paulo: Dissertação (Mestrado em Enfermagem Fundamental)-Universidade de São Paulo ..., 2007.

CARVALHO, A. P. DE. **POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2015**. Comunicação em evento apresentado em I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.anepcp.org.br/acp/anaisenepcp/20171011162720_st_06_alessandro_pires_de_carvalho.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2019

CARVALHO, C. F. DE et al. Juverntude e Política: observando a UFBA. In: SAMPAIO, S. M. R. (Ed.). . **Observatório da vida estudantil : primeiros estudos**. Salvador: ED UFBA, 2011. p. 169–186.

CARVALHO, S. C. DA S. Avaliação da eficácia da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Lavras. 2013.

CETIC. **TIC Domicílios**. São Paulo: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, 2017. Disponível em: <https://www.cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 30 out. 2018.

COLETA, J. A. D.; MIRANDA, H. C. N. DE. O rebaixamento cognitivo, a agressão verbal e outros constrangimentos e humilhações: o assédio moral na educação superior. **Anais da 26a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, p. 3–5, 2003.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em IES públicas. **Avaliação**, v. 1, p. 55– citation_lastpage, 1996.

CORROCHANO, M. C.; DOWBOR, M.; JARDIM, F. A. A. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? **Laplage em revista**, v. 4, n. 1, p. 50–66, 2018.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010.** Dissertação de Mestrado—Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em:< http://www.lume. ufrgs. br/bitstream/handle/10183/27499/000764752. pdf, 2010.

COSTA, S. G. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2011.

CUNHA, S. M.; MADRUGA CARRILHO, D. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. **Psicologia escolar e educacional**, v. 9, n. 2, 2005.

DAFLON, V. T.; JÚNIOR, J. F.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um

panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 148, p. 302–327, 2013.

EXAME. 36 universidades do Brasil entraram no maior ranking educacional do mundo. 26 set. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Apesar de cortes, institutos federais lideram nota do Enem em 14 Estados. 14 jan. 2018.

FONAPRACE/ANDIFES. **I Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasilia: FONAPRACE/ANDIFES, 1997.

FONAPRACE/ANDIFES. **II Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasilia: FONAPRACE/ANDIFES, 2004.

FONAPRACE/ANDIFES. **III Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasilia: FONAPRACE/ANDIFES, 2011.

FONAPRACE/ANDIFES. **IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 10 out. 2016. Disponível em: <http://201.57.207.35/fonaprace/wp-content/uploads/2016/08/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>.

FONAPRACE/ANDIFES. **II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil – um mapeamento de capacidades e instrumentos**. Brasília: ANDIFES, 2018.

FONAPRACE/ANDIFES; PROEX/UFU. **Revista Comemorativa 25 Anos : histórias, memórias e múltiplos olhares.** Uberlândia: EDUFU, 2012.

GAIOSO, N. DE L. O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. **Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília**, 2005.

GODDARD, J.; KEMPTON, L. Connecting universities to regional growth: a practical guide. **Brussels**, EU, 2011.

HIRIGOYEN, M.-F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. [s.l.] Bertrand Brasil, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas: 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/habitacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=21240&t=microdados>. Acesso em: 8 fev. 2018.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. soc. soc**, n. 129, p. 285–303, 2017.

INEP. **Censo da Educação Superior** - 2013. Brasília: MEC, 2014.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2016**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 jul. 2017.

INEP. **INEPDATA**: Número de Vagas e Inscritos da Educação Superior. Brasília: INEP, 2018a. . Acesso em: 14 jun. 2018.

INEP. **Censo da Educação Superior - 2017**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 10 dez. 2018b.

IPEA. Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): Diferenças entre Regiões Metropolitanas. **Níveis de Renda e Sexo, IPEA**, 2013.

JUNIOR, J. DA S. S. **ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS SOBRE EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.** Comunicação em evento apresentado em 37a Reunião Nacional da ANPEd. Florianópolis, 2015.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

LASSANCE, M. C. P. A orientação profissional e a globalização da economia. **Revista da ABOP**, v. 1, n. 1, p. 71–80, 1997.

LEMOS, I. B. D. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017.

LEVORATO, C. D. et al. Fatores associados à procura por serviços de saúde numa perspectiva relacional de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1263–1274, 2014.

MAGALHÃES, M.; REDIVO, A. Re-opção de curso e maturidade vocacional. **Revista da ABOP**, v. 2, n. 2, p. 7–28, 1998.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 0, p. 161–192, 2012.

MICHAUD, Y. A Violência (L. Garcia, Trad.). **São Paulo: Ática**, 1989.

MOROSINI, M. C. et al. **A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011.** Congresos CLABES. Anais...2011

MURDEN, A.; CADENASSO, J. **Ser jovem na era digital: Uma aproximação aos processos de construção da subjetividade**. 1. ed. Santiago - Chile: CEPAL, 2018.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. IMPACTO DA CRIAÇÃO DAS NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS SOBRE AS ECONOMIAS LOCAIS. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 51, 2018.

OLIVEIRA, A. L. M. DE. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** Tese de Doutorado—Campinas: UNICAMP, 2019.

OLIVEIRA, I. S. V. DE. Os determinantes do desempenho acadêmico do corpo discente no ensino superior: evidências a partir da Universidade Federal da Paraíba. 2011.

OXFAM. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: OXFAM Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>.

PAULA, L. A. L. DE. Protagonismo juvenil e movimento estudantil: uma estratégia de distinção. **26a reunião Anual da ANPED**, 2003.

PINHEIRO, R. S. et al. Gênero, morbidade, acesso e utilização de serviços de saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, p. 687–707, 2002.

POLYDORO, S. A. J. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição. 2000.

R. CORE TEAM. R: A language and environment for statistical computing. 2018.

RISTOFF, D. I. Considerações sobre evasão. In: **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior.** Florianópolis: Insular, 1999. p. 119–130.

RISTOFF, D. I. Democratização do Campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação.

GEA, n. 9, 2016.

ROCHA, A. L. DA P.; LELES, C. R.; QUEIROZ, M. G. Fatores associados ao desempenho acadêmico de estudantes de Nutrição no Enade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, 2018.

RODRIGUES, L. L. S.; RODRIGUES, N. A.; MELO, M. R. A. Dificuldades de Aprendizagem em Meninos e Meninas: Uma Revisão Sistemática com Metanálise. **PSI UNISC**, v. 2, n. 2, p. 133–148, 2018.

SANCHES, R. R. TÍTULO: AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **A REVISTA HISTÓRIA, MOVIMENTO E REFLEXÃO,** v. 1, n. 1, 2013.

SANTOS, H. G. B. DOS et al. Fatores associados à presença de ideação suicida entre universitários. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 25, p. 2878, 2017.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poíesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2010.

SCHILLEWAERT, N.; LANGERAK, F.; DUHARNEL, T. Non-probability sampling for WWW surveys: a comparison of methods. **Market Research Society. Journal**, v. 40, n. 4, p. 1-13, 1998.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. 1a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SICHIERI, R. et al. Recomendações de alimentação e nutrição saudável para a população brasileira. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 44, n. 3, p. 227–232, 2000.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641–659, 2007.

SILVA, P. D N. Calibration estimation: when and why, how much and how. **Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2004.

SILVEIRA, M. M. DA; OTHERS. A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012.

SPOSITO, M. P.; TARÁBOLA, F. DE S. Experiência universitária e afiliação: multiplicidade, tensões e desafios da participação política dos estudantes. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, 2016.

TOURINHO, C. REFLETINDO SOBRE A DIFICULDADE DE LEITURA EM ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR:"DEFICIÊNCIA" OU SIMPLES FALTA DE HÁBITO? **Revista Lugares de Educação,** v. 1, n. 2, p. 325–346, 2012.

VARGAS, M. DE L. F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação. Campinas, Sorocaba: Universidade de Sorocaba**, v. 16, n. 1, p. 149–163, 2011.

VELLOSO, J.; CARDOSO, C. B. Evasão na educação superior: alunos cotistas e não cotistas na Universidade de Brasília. **Anais da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 2008.

VIEIRA DE SOUSA, J. Internacionalização da Educação Superior como indicador do Sinaes: de qual qualidade estamos falando? **Educação**, v. 40, n. 3, 2017.

VINHAIS, H. E. F. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil.** PhD Thesis—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

WANG, W. et al. Forecasting elections with non-representative polls. **International Journal of Forecasting,** v.

31, n. 3, p. 980–991, 2015.

11. ANEXOS

Formulário

Legenda

	Textos em fonte vermelha são referentes à mensagem de boas-vindas ou ao conteúdo dos balões explicativos que aparecerão quando o mouse for passado sobre o balão.
	Textos em realce verde são títulos sintéticos que virão sobre as perguntas para agilizar a compreensão do conteúdo e acelerar o preenchimento.
	Textos em realce amarelo são referentes às questões que estão vinculadas ou condicionadas, isto é, quando uma resposta elimina a necessidade do preenchimento de outras perguntas.

V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos

das Instituições Federais de Ensino Superior – 2018

Texto de boas-vindas: Oi. Esta é a V Pesquisa de Perfil de Estudantes das Universidades e CEFETs do Brasil realizada pelo FONAPRACE/Andifes (Fórum de Pró-Reitores de Assistência Estudantil da Associação Nacional de Dirigentes de IFES). O seu CPF somente serve para que tenhamos segurança de que quem responde é um estudante, mas ele será substituído por um código para que você nunca seja identificado. Então, nos ajude a te conhecer para melhorarmos o ensino superior no país.

PERFIL BÁSICO

1. Onde você nasceu? (**Nascimento**)

No Brasil

Em outro país

2. Qual a sua idade? **(Idade)**

3. Sexo:

- Feminino
- Masculino
- Sem declaração

4. Qual sua identidade de gênero **(Gênero)**? “Cisgêneros” são indivíduos que se identificam com o sexo (biológico) que lhes foi designado ao nascerem; “Transexuais/Transgêneros” são indivíduos que possuem uma outra identidade de gênero (masculino e feminino) que a que lhes foi designada ao nascerem; “Não-Binários” são indivíduos que não definem sua identidade dentro do sistema binário de gênero (masculino e feminino), podendo a mesma ser uma combinação de ambos os gêneros ou estar além deles.

- Mulher Cisgênera (que se identifica com o sexo que lhe foi designado ao nascer)
- Homem Cisgênero (que se identifica com o sexo que lhe foi designado ao nascer)
- Mulher Transexual/Transgênera (possui outra identidade de gênero, diferente da que lhe foi designada ao nascer)
- Homem Transexual/Transgênero (possui outra identidade de gênero, diferente da que lhe foi designada ao nascer)
- Não-Binário (não definem sua identidade dentro do sistema binário homem-mulher)
- Outro
- Prefiro não me classificar
- Prefiro não responder

5. Qual sua orientação sexual? **(Orientação sexual)**

- Homossexual (É a orientação sexual caracterizada pela atração sexual e afetiva entre indivíduos do mesmo sexo. Em termo comum para designar homens homossexuais chama-se de "gay" e a mulheres homossexuais chama-se "lésbicas")
- Heterossexual(É a orientação sexual caracterizada pela atração sexual e emocional entre pessoas de sexos opostos)
- Bissexual (É a orientação sexual caracterizada pela atração sexual e sentimental entre pessoas tanto do mesmo sexo como do sexo oposto. A diferença entre a bissexualidade e a homossexualidade é que também pode haver hipótese de atração entre pessoas do sexo oposto)
- Pansexual (A pansexualidade também denominada como omnissexualidade, polissexualidade ou trissexualidade é caracterizada pela atração sexual ou romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero das mesmas)
- Assexual (É a falta de orientação e desejo sexual. As pessoas assexuais não sentem atração física ou sexual para com nenhuma pessoa e não sentem desejo pelo prazer sexual, pelo que não se identificam com nenhuma orientação sexual definida. Não é habitual que se apaixonem ou tenham um namorado/a. Tendem a criar um laço afetivo com alguém ainda que não implique que tenham uma relação sexual)
- Outro
- Prefiro não me classificar
- Prefiro não responder

6. Qual a sua cor ou raça? **(Cor ou raça)**

- Amarela
- Branca
- Parda
- Preta – quilombola (que vive em comunidades quilombolas)
- Preta - não quilombola (que não vive em comunidades quilombolas);
- Indígena aldeado (que vive em aldeia)
- Indígena não aldeado (que não vive em aldeia)
- Sem declaração

7. Possui algum tipo de deficiência? **(Deficiência)**

- Não
- Baixa visão ou visão subnormal (caracteriza-se perda grave de visão que não pode ser corrigida por

tratamento clínico ou cirúrgico, nem com óculos convencionais. Também pode ser descrita como qualquer grau de dificuldade visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual (GASPPARETO, M. E. 2007, p. 36).

- Cegueira (há perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, o que leva a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita)
- Deficiência auditiva
- Surdez
- Surdocegueira
- Física
- Intelectual
- Múltipla
- Transtorno global do desenvolvimento (Colocar balão explicativo - pode ser: Autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Heller, Síndrome de Asperger ou Transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação)
- Altas habilidades / superdotação

8. Estado civil / Situação conjugal atual: **(Estado civil)**

- Solteiro (a)
- Casado (a) ou vive uma relação estável
- Separado (a)
- Viúvo (a)

9. Você tem filhos? (Filhos)

- Sim, 1 filho
- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, 4 ou mais
- Não tenho (se marcar esta opção, não responder as três próximas questões)

10. Algum de seus filhos mora com você? **(Mora com você)**

- Sim
- Não

11. Você tem filhos de 0 e 5 anos? **(Filho até 5 anos)**

- Sim, 1 filho
- Sim, 2 filhos
- Sim, 3 filhos
- Sim, 4 ou mais

12. Em seu período de aula, onde ou com quem ficam seus filhos (as) de 0 a 5 anos? **(Com quem fica)**

- Creche da própria universidade
- Outra instituição educacional pública
- Instituição educacional privada
- Familiares

- Babá / empregada doméstica
- Traz para a universidade
- Sozinho

Histórico Escolar

13. A maior parte do Ensino Médio que você cursou foi: **(Estudou)**
- Ensino médio padrão
- Ensino médio integrado, ensino médio Técnico
- Magistério
- Educação para Jovens e Adultos (EJA) / Supletivo
- Outro

14. Em que tipo de escola você cursou o Ensino Médio? **(Tipo de escola)**
- Somente em escola pública
- Maior parte em escola pública
- Somente em escola particular
- Maior parte em escola particular
- Somente em escola particular com bolsa
- Maior parte em escola particular com bolsa

15. Você frequentou algum cursinho (pré-vestibular; pré-ENEM; etc.) antes de ingressar na universidade? **(Fez cursinho)**
- Cursinho não governamental gratuito
- Cursinho governamental gratuito
- Cursinho particular
- Não

Vida acadêmica

16. Como você ingressou nesta universidade? (Como ingressou)
- Vestibular
- Avaliação Seriada
- ENEM/SISU
- Convênio (PEC G)
- Transferência
- Portador de diploma
- Sobrevaga

17. O seu ingresso nesta universidade foi através de**: (Forma de Ingresso)**
- Ampla Concorrência
- Cotas

18. 18.1 A cota em que você ingressou é de escola pública? **(Cota escola pública)**
- Sim
- Não

18.2 A cota em que você ingressou é para Pretos/Pardos/Indígenas? **(Pretos, pardos e indígena)**

- Sim
- Não

18.3 A cota em que você ingressou é para renda bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos; **(Cota por renda)**

- Sim
- Não

18. A cota em que você ingressou é de deficiência? **(Cota por deficiência)**

- Sim
- Não

19. Outra cota? (Outra cota)

- Sim
- Não

20. O curso no qual você está matriculado é de período: **(Qual turno)**

- Diurno
- Noturno
- Integral

21. O curso no qual você está matriculado corresponde à sua primeira opção? **(Primeira opção)**

- Sim
- Não

22. Você trocaria esse curso por outro? **(Trocaria seu curso)**

- Sim
- Não
- Não sei

23. Em média, quanto tempo você dedica semanalmente aos estudos fora da sala de aula? **(Horas de estudo)**

- Menos de 5 horas
- Mais de 5 a 10 horas
- Mais de 10 a 15 horas
- Mais de 15 a 20 horas
- Mais de 20 a 25 horas
- Mais de 25 horas

24. Em média, com que frequência você utiliza o espaço físico da (s) biblioteca (s) durante a semana? **(Estuda na biblioteca)**

- Menos do que uma vez
- Uma vez
- Duas ou três vezes
- Quatro ou mais vezes
- Não utilizo

25. Você participa de alguma atividade ou programa ACADÊMICO? **(Atividade acadêmica)**

- Empresa Júnior
- Ensino (monitoria)
- Ensino (PIBID / PLI)
- Estágio não obrigatório (extracurricular)
- Extensão (PIBEXT, PEIC etc.)
- Pesquisa (PIBIC, PIBIT etc.)
- PET (Programa de Educação Tutorial)
- Outra
- Não (Não responder a próxima questão)

26. Essa atividade ou programa ACADÊMICO é remunerado? **(Atividade remunerada)**

- Sim
- Não

27. Você participou de Programa de Mobilidade Estudantil? **(Fez mobilidade)**

- Sim, mobilidade nacional
- Sim, mobilidade internacional
- Não

28. Você participa ou participou de algum Programa de Assistência Estudantil oferecido pela sua Universidade? **(Usa assistência estudantil)**

Alimentação (acesso ao RU com ou sem bolsa, ou auxílio financeiro); **(Alimentação)**

- Sim
- Não

Moradia (acesso à moradia estudantil, bolsas ou auxílio financeiro); **(Moradia)**

- Sim

Não

Atendimento psicológico (acesso a atendimento, bolsas ou auxílio financeiro); **(Atendimento psicológico)**

- Sim
- Não

Apoio pedagógico (acesso a atendimento, bolsas ou auxílio financeiro); **(Apoio pedagógico)**

- Sim

- Não

Atendimento médico (acesso a atendimento, bolsas ou auxílio financeiro); **(Atendimento médico)**

- Sim
- Não

Atendimento odontológico (acesso a atendimento, bolsas ou auxílio financeiro); **(Atendimento odontológico)**

- Sim
- Não

Transporte (Bolsa, isenção ou auxílio financeiro); **(Transporte)**

- Sim
- Não

Creche (acesso à creche, bolsas ou auxílio financeiro); **(Creche)**

- Sim
- Não

Esporte e Lazer (bolsa, auxílio financeiro para participação em atividades, aquisição de materiais ou atividades de esporte e lazer oferecidas pela instituição); **(Esporte e Lazer)**

- Sim
- Não

Cultura (apoio para participação ou organização de eventos, aquisição de materiais); **(Cultura)**

- Sim
- Não

Apoio aos estudantes com deficiência (acesso às tecnologias assistivas, apoio financeiro, tutor, monitor, intérprete, bolsas ou auxílio financeiro); **(Deficiência)**

- Sim
- Não

Inclusão digital (acesso a dispositivos como computadores, tablets ou cursos, bolsas ou auxílio financeiro); **(Inclusão digital)**

- Sim
- Não

"Promisaes"/PEC-G (programa de bolsa para estudantes estrangeiros); **(Promisaes)**

- Sim
- Não

Bolsa da própria universidade para permanência; **(Bolsa permanência da instituição)**

- Sim

- Não

Programa de Bolsa Permanência do MEC; **(Bolsa permanência do MEC)**

- Sim
- Não

Empréstimo de material didático; (calculadoras, instrumental odontológico, instrumentos musicais etc.) **(Material didático)**

- Sim
- Não

Cultura

29. Você participa de quais dessas organizações? **(Você participa)**

- Movimento artístico-cultural
- Movimento ecológico
- Movimento estudantil
- Movimento ou organização religiosa
- Movimento Negro
- Movimento Feminista
- Movimento LGBTT
- Movimento Sindical
- Partido político
- Atléticas estudantis
- Outras Organizações/Associações etc
- Nenhuma

30. Qual a sua principal fonte de informação? **(Onde se informa)**

- Mídia Eletrônica Formal (jornal, revista, portais de notícias, etc.)
- Mídia Eletrônica Alternativa (Blogs, Youtubers, etc.)
- Redes Sociais (Twitter, Facebook, etc.)
- Mídia impressa (jornal, revista, etc.)
- Rádio
- Televisão (telejornal e outros programas)
- Outros.

31. Qual o domínio que você tem em relação ao microcomputador? **(Domina computador)**

- Tem muita experiência
- Tem experiência
- Tem alguma noção
- Não domina

32. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Inglês? **(Domina o inglês)**

- Bom

- Regular
- Nenhum

33. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Espanhol? **(Domina o espanhol)**
- Bom
- Regular
- Nenhum

34. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Francês? **(Domina o francês)**
- Bom
- Regular
- Nenhum

35. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Alemão? **(Domina o alemão)**
- Bom
- Regular
- Nenhum

36. Quanto à língua estrangeira, qual o seu domínio do Italiano? **(Domina o italiano)**
- Bom
- Regular
- Nenhum

37. Depois que você entrou na universidade o número de obras literárias que você passou a ler: **(Leitura)**
- Aumentou
- Não se alterou
- Diminuiu

38. Depois que você entrou na universidade o número de peças de teatro que você passou a assistir: **(Teatro)**
- Aumentou
- Diminuiu
- Não se alterou

39. Depois que você entrou na universidade o número de filmes que você passou a assistir: **(Filmes)**
- Aumentou
- Diminuiu
- Não se alterou

40. Depois que você entrou na universidade o número de shows que você passou a assistir: **(Shows)**
- Aumentou
- Diminuiu
- Não se alterou

41. Depois que você entrou na universidade sua participação política (comunidade, bairro, movimentos, partidos, agremiações etc.): **(Participação Política)**

- Aumentou
- Diminuiu
- Não se alterou

Moradia

42. Atualmente você reside no município onde cursa a graduação? **(Reside onde estuda)**

- Sim
- Não

43. Onde você morava antes de ingressar na Universidade? **(Morava antes)**

- No Brasil
- Em outro país

44. Principal motivo que o levou a mudar-se para o município onde cursa a graduação: **(Mudou por quê)**

- Acompanhar família
- Cursinho pré-vestibular
- Trabalho (Emprego)
- Universidade
- Outros
- Não mudei de município

45. Atualmente você mora: **(Mora)**

- Em República
- Em Pensão/Hotel/Pensionato
- Em moradia pertencente à Universidade
- Em moradia coletiva (pública, religiosa, etc.)
- Na casa dos pais
- Na casa de outros familiares
- Na casa de amigos
- Sozinho
- Com companheiro (a) ou cônjuge

46. Situação da sua moradia atual: **(É moradia)**

- Própria e quitada
- Própria em financiamento
- Cedida / Emprestada
- Alugada
- Pública / Gratuita
- Outra

47. Como você se desloca para a Universidade na maioria das vezes? **(Meio de Transporte)**

- A pé

- Bicicleta
- Transporte próprio (carro, moto, etc.)
- Carona
- Transporte coletivo (metrô, ônibus, van, embarcação, trem, etc.)
- Transporte locado (prefeitura, escolar, etc.)
- Táxi/Moto táxi

48. Considerando o meio de transporte que você mais utiliza, em média, quanto tempo você gasta para chegar à Universidade? **(Tempo gasto)**

- Menos de 15 minutos
- Mais de 15 a 30 minutos
- Mais de 30 minutos a 1 hora
- Mais de 1 a 2 horas
- Mais de 2 a 3 horas
- Mais de 3 horas

49. Qual a distância entre sua moradia atual e a Universidade em que estuda? **(Distância)**

- Menos de 1 Km
- Mais de 1 a 5 Km
- Mais de 5 a 10 Km
- Mais de 10 a 50 Km
- Mais de 50 a 100 Km
- Mais de 100 Km

Trabalho e Renda

50. Você trabalha? (Se marcar uma das duas últimas opções, não responder as próximas três questões)

- Sim, tenho um trabalho remunerado
- Sim, tenho um trabalho não remunerado
- Não trabalho e NÃO ESTOU à procura de trabalho
- Não trabalho e ESTOU à procura de trabalho

51. Qual o tipo de vínculo que você tem nesse trabalho? **(Vínculo)**

- Trabalho com carteira assinada
- Trabalho sem carteira assinada
- Trabalho sem carteira assinada ou contrato ajudando familiares
- Trabalho com contrato temporário em uma empresa, organização social ou órgão estatal
- Sou estagiário
- Sou funcionário público
- Outro.

52. Qual a sua renda mensal neste trabalho? **(Renda do trabalho)**

- (R$_ _ ___ _ _,00)

53. Qual a sua jornada habitual de trabalho semanal? (Jornada de trabalho)

- Menos de 15 horas
- Mais de 15 a 20 horas
- Mais de 20 a 25 horas
- Mais de 25 a 30 horas
- Mais de 30 a 40 horas
- Mais de 40 a 44 horas
- Mais de 44 horas

Família

54. Qual a escolaridade da mãe ou da pessoa que o (a) criou como mãe? **(Escolaridade da mãe)**

- Não teve mãe ou pessoa que exerceu tal papel na criação;
- Sem instrução, não alfabetizada;
- Sem instrução, mas sabe ler e escrever;
- Ensino fundamental 1 (antigas 1° a 4° séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 1 (antigas 1° a 4° séries) – COMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5° a 8° séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5° a 8° séries) – COMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2° grau) – INCOMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2° grau) – COMPLETO
- Ensino Superior – INCOMPLETO
- Ensino Superior – COMPLETO
- Especialização, Mestrado ou Doutorado

55. Qual a escolaridade do pai ou da pessoa que o (a) criou como pai? **(Escolaridade do pai)**

- Não teve pai ou pessoa que exerceu tal papel na criação
- Sem instrução, não alfabetizada
- Sem instrução, mas sabe ler e escrever
- Ensino fundamental 1 (antigas 1° a 4° séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 1 (antigas 1° a 4° séries) – COMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5° a 8° séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5° a 8° séries) – COMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2° grau) – INCOMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2° grau) – COMPLETO
- Ensino Superior – INCOMPLETO
- Ensino Superior – COMPLETO
- Especialização, Mestrado ou Doutorado

56. Renda mensal bruta do seu grupo familiar (somados rendimentos referentes a salários, aluguéis, pensões, dividendos etc.): (R$_ _ _ _ _ _ _,00) **(Renda bruta familiar)**

57. Pessoas, incluindo você, que vivem da renda mensal do seu grupo familiar: **(Pessoas na família)**

- Uma

- Duas
- Três
- Quatro
- Cinco
- Seis
- Sete
- Oito
- Nove ou mais

58. Quem é o (a) principal mantenedor (a) do seu grupo familiar? (Pessoa que contribui com a maior parte da renda): **(quem mantém financeiramente)**

- Eu mesmo (a)
- Cônjuge/Companheiro (a)
- Pai/Padrasto
- Mãe/Madrasta
- Irmão/Irmã
- Filho/Filha
- Avô/Avó
- Outra pessoa

59. Qual a escolaridade do (a) principal mantenedor (a) do seu grupo familiar? (Da pessoa que contribui com a maior parte da renda): **(escolaridade do mantenedor)**

- Sem instrução, não alfabetizada
- Sem instrução, mas sabe ler e escrever
- Ensino fundamental 1 (antigas 1° a 4° séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 1 (antigas 1° a 4° séries) – COMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5° a 8° séries) – INCOMPLETO
- Ensino fundamental 2 (antigas 5° a 8° séries) – COMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2° grau) – INCOMPLETO
- Ensino Médio (antigo 2° grau) – COMPLETO
- Ensino Superior – INCOMPLETO
- Ensino Superior – COMPLETO
- Especialização, Mestrado ou Doutorado

60. Situação da sua moradia da sua família: **(moradia da família)**

- Própria e quitada
- Própria em financiamento
- Cedida / Emprestada
- Alugada
- Pública / Gratuita
- Outra

61. Na casa de sua família tem:

Água encanada (quando a água utilizada no domicílio é proveniente da rede geral de distribuição): **(Água**

encanada)

- Sim
- Não

Rua pavimentada (quando o trecho da rua que passa na porta do domicílio é pavimentado / asfaltado): (**Rua pavimentada)**

- Sim
- Não

Acesso a *Internet*: **(Acesso a *Internet*)**

- Sim
- Não

Computador (Considerar os computadores de mesa, laptops, notebooks e netbooks. Não considerar: calculadoras, agendas eletrônicas, tablets, palms, smartphones e outros aparelhos): **(Computador)**

- 1
- 2
- 3
- 4
- Acima de 4
- Nenhum.

Automóvel (Não considerar táxis, vans ou pick-ups usados para fretes, ou qualquer veículo usado para atividades profissionais. Veículos de uso misto - pessoal e profissional - também não devem ser considerados): **(Automóvel)**

- 1
- 2
- 3
- 4
- Acima de 4
- Nenhum

Motocicleta (Não considerar motocicletas usadas exclusivamente para atividades profissionais. Motocicletas apenas para uso pessoal e de uso misto - pessoal e profissional - devem ser consideradas): **(Motocicleta)**

- 1
- 2
- 3
- 4
- Acima de 4
- Nenhuma

62. Quantas refeições você faz por dia (inclui café da manhã, almoço, jantar e lanches)? **(Quantas refeições)**

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 ou mais

63. Onde você faz suas principais refeições (café, almoço e jantar)? **(Onde se alimenta)**

- Em casa
- Em casa de familiares / amigos
- No Restaurante Universitário, fazendo uma refeição por dia
- No Restaurante Universitário, fazendo duas refeições por dia
- No Restaurante Universitário, fazendo três refeições por dia
- Em outro restaurante
- No trabalho
- No transporte
- Outra

64. Com que frequência você pratica atividade física? **(Atividade física)**

- Diariamente
- Pelo menos três vezes por semana
- Uma vez por semana
- Menos de uma vez por semana
- Não pratico atividade física.

65. A universidade provê as condições para a realização de alguma das suas atividades físicas? **(Esporte na Universidade)**

- Sim, pois a universidade oferece boas condições
- Sim, porém a universidade não oferece boas condições
- Não, pois a universidade não oferece boas condições
- Não, pois prefiro não praticar na universidade

66. Quando você precisa de atendimento médico você procura, preferencialmente: **(Atendimento médico)**

- Rede Pública
- Rede Particular (sem plano de saúde)
- Rede Particular (com plano de saúde)
- Serviços de saúde oferecidos pela própria universidade
- Ajuda informal de amigos ou familiares
- Nenhum.

67. Sua procura por serviço médico ocorre: **(quando procura)**

- Periodicamente (para exames de rotina)
- Periodicamente (para tratamento de saúde específico)

- Raramente (em casos de extrema necessidade)

68. Com relação a seus cuidados dentários, você: (Dentista)
- Vai ao dentista periodicamente para prevenção
- Vai ao dentista frequentemente para tratamento especializado
- Vai ao dentista quando apresenta algum problema
- Nunca vai ao dentista

69. Você já procurou atendimento psicológico alguma vez em sua vida? **(Atendimento psicológico)**
- Sim, estou em acompanhamento
- Sim, no último ano
- Sim, há mais de um ano
- Não

70. Alguma vez na sua vida você já tomou medicação psiquiátrica, mesmo que tenha sido por pouco tempo? **(Medicação psiquiátrica**)
- Sim, estou tomando
- Sim, já tomei, mas não tomo mais
- Não, nunca tomei

71. Com que frequência você faz uso de bebidas alcoólicas? **(Bebidas alcoólicas)**
- Todos os dias
- Várias vezes por semana
- Nos finais de semana
- Menos do que uma vez por semana
- Nunca

72. Com que frequência você faz uso de tabaco (cigarro ou outros)? **(Tabaco)**
- Todos os dias
- Várias vezes por semana
- Nos finais de semana
- Menos do que uma vez por semana
- Nunca

73. Com que frequência você faz uso de drogas não lícitas? **(Drogas ilícitas)**
- Todos os dias
- Várias vezes por semana
- Nos finais de semana
- Menos do que uma vez por semana
- Nunca

Dificuldades estudantis

74. Quais dessas dificuldades interferem significativamente na sua vida ou no contexto acadêmico? (Pode

marcar mais de uma opção) **(Dificuldades para estudar)**

- Adaptação a novas situações (cidade, moradia, distância da família, entre outras)
- Relacionamento familiar
- Relacionamento social / interpessoal
- Relações amorosas / conjugais
- Situação de violência física
- Situação de violência sexual
- Situação de violência psicológica / assédio moral
- Conflito de valores / conflitos religiosos
- Discriminações e preconceitos
- Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros)
- Dificuldades financeiras
- Dificuldade de aprendizado
- Falta de disciplina / hábito de estudo
- Carga horária excessiva de trabalho
- Carga excessiva de trabalhos estudantis
- Relação professor (a) - estudante
- Tempo de deslocamento para a universidade
- Problemas de saúde
- Problemas emocionais
- Maternidade ou paternidade
- Não tenho dificuldades

75. Você foi vítima de assédio moral por parte de professores (as)? (Assédio moral: situação de constrangimento, menosprezo ou humilhação a que o (a) estudante foi submetido (a) por docente) **(Assédio moral)**

- Sim
- Não (não responder a próxima questão)

76. Você formalizou a reclamação? **(Formalizou reclamação)?**

- Não, porque fiquei com medo
- Não, porque achei que não resolveria
- Não, porque não sabia o que fazer
- Sim

77. Assinale as dificuldades emocionais que tem interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses: (Pode marcar mais de uma opção). **(Dificuldades emocionais)**

- Ansiedade
- Tristeza persistente
- Timidez excessiva
- Medo / pânico
- Insônia ou alterações significativas de sono
- Sensação de desamparo/ desespero/ desesperança

- Sensação de desatenção/ desorientação/ confusão mental
- Problemas alimentares (grandes alterações de peso ou apetite; anorexia; bulimia)
- Desânimo, falta de vontade de fazer as coisas
- Sentimento de solidão
- Ideia de morte
- Pensamento suicida
- Nenhuma

78. Você já pensou em abandonar o seu curso? **(Quis abandonar)**
- Sim
- Não (Não responder a próxima questão)

79. Por quais razões? Por quê?
- Dificuldade de conciliar trabalho e estudo
- Pelo campo profissional
- Dificuldades financeiras
- Dificuldades de relacionamento no curso
- Nível de exigência (carga de trabalho acadêmico)
- Problemas de saúde (físico / mental)
- Problemas familiares
- Incompatibilidade com o curso
- Insatisfação com a qualidade do curso
- Assédio, bullyng, perseguição, discriminação ou preconceito

80. No seu curso atual, você já fez trancamento geral de matrícula? **(Trancamento)**
- Sim, por insatisfação com o curso
- Sim, por impedimento de saúde
- Sim, por motivo de trabalho
- Sim, por impedimento financeiro
- Sim, por licença maternidade
- Sim, por dificuldade de aprender os conteúdos das disciplinas
- Sim, por risco de ser jubilado
- Sim, por outro motivo
- Não.

81. O que você pretende fazer logo após se formar? (Pode marcar mais de uma alternativa) **(Depois de formar)**
- Trabalhar
- Fazer outro curso de graduação
- Ingressar na pós-graduação
- Não sei